SÉRIE II
NÚMERO 4

cadernos do arquivo municipal

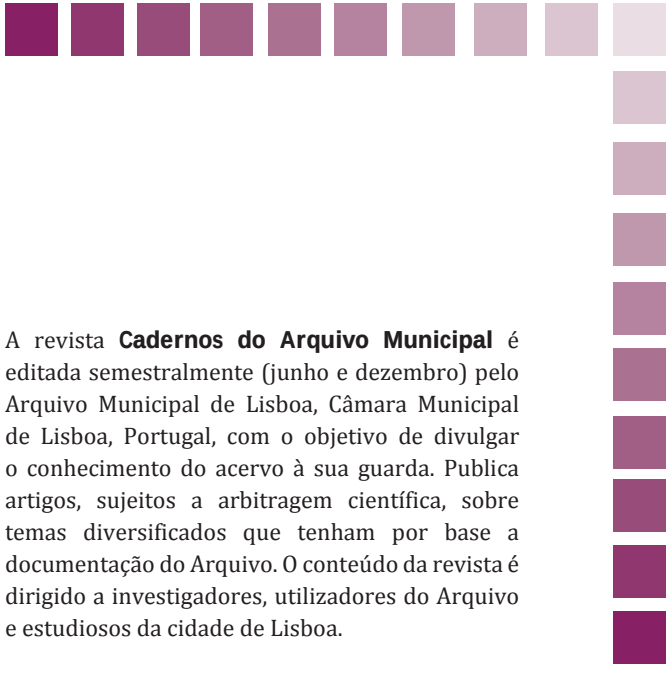
JULHO - DEZEMBRO 2015

CEUTA E LISBOA - 600 ANOS

coordenação André Teixeira

LISBOA
CÂMARA MUNICIPAL

ISSN 2183-3176



A revista **Cadernos do Arquivo Municipal** é editada semestralmente (junho e dezembro) pelo Arquivo Municipal de Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, Portugal, com o objetivo de divulgar o conhecimento do acervo à sua guarda. Publica artigos, sujeitos a arbitragem científica, sobre temas diversificados que tenham por base a documentação do Arquivo. O conteúdo da revista é dirigido a investigadores, utilizadores do Arquivo e estudiosos da cidade de Lisboa.

cadernos do arquivo municipal

FICHA TÉCNICA

Cadernos do Arquivo Municipal

ISSN 2183-3176
Arquivo Municipal de Lisboa / Câmara Municipal de Lisboa
2.ª série n.º 4 julho - dezembro 2015
http://arquivomunicipal.cm-lisboa.pt/
Periodicidade semestral

Direção
Inês Morais Viegas

Coordenação Científica
André Teixeira

Conselho Editorial
Ana Teresa Guerreiro de Brito (Arquivo Municipal de Lisboa/CML; Portugal)
Aurora Alexandrina Vieira Almada e Santos (Arquivo Municipal de Lisboa/CML; IHC-Instituto de História Contemporânea, FCSH, Universidade NOVA de Lisboa; Portugal)
Marta Cristina Rebelo da Silva Gomes (Arquivo Municipal de Lisboa/CML; Portugal)
Paulo Jorge dos Mártires Batista (Arquivo Municipal de Lisboa/CML; Portugal)
Sara de Menezes Loureiro (Arquivo Municipal de Lisboa/CML; Portugal)

Publicação
Arquivo Municipal de Lisboa

Edição
Câmara Municipal de Lisboa | Direção Municipal da Cultura | Departamento de Património Cultural | Divisão de Arquivo Municipal

Conceção Gráfica
Joana Pinheiro

Capa
Arquivo Municipal de Lisboa , *Abertura da Avenida de Ceuta*, Judah Benoliel, [c.1957]. Fotografia. PT/AMLSB/JBN/004363

Todos os direitos reservados

Contactos
Arquivo Municipal de Lisboa
Rua B ao Bairro da Liberdade lote 3 a 6 - 1070-017 Lisboa
Telefone: 213 807 100
E-mail: am.cadernos@cm-lisboa.pt

Conselho Científico

André Pinto Dias Teixeira (CHAM - Centro de História d´Aquém e d`Além Mar, FCSH, Universidade NOVA de Lisboa, Universidade dos Açores e Departamento de História, FCSH, Universidade NOVA de Lisboa; Portugal)

Armando Luís Gomes de Carvalho Homem (Faculdade de Letras, Universidade do Porto; Portugal)

Dejanirah Silva Couto (Section Sciences Historiques et Philologiques, École Pratique des Hauts Études; França)

Edite Maria da Conceição Martins Alberto (Arquivo Municipal de Lisboa; CHAM- Centro de História d´Aquém e d`Além Mar, FCSH, Universidade NOVA de Lisboa, Universidade dos Açores; Portugal)

Hélder Alexandre Carita Silvestre (IHA – Instituto de História da Arte, FCSH, Universidade NOVA de Lisboa ; Portugal)

Jorge Manuel Rios da Fonseca (CHAM- Centro de História d´Aquém e d`Além Mar, FCSH, Universidade NOVA de Lisboa; Portugal)

José Manuel Louzada Lopes Subtil (Universidade Autónoma de Lisboa; Portugal)

Julio Cerdá Diaz (Universidad Carlos III de Madrid; Ayuntamiento de Arganda del Rey, Servicio de Archivos y Gestión Documental; Espanha)

Maria Fernanda Baptista Bicalho (Departamento e Programa Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense; Brasil)

Maria Raquel Henriques da Silva (IHA- Instituto de História da Arte, FCSH, Universidade NOVA de Lisboa e Departamento de História da Arte, Universidade NOVA de Lisboa; Portugal)

Sílvio de Almeida Toledo Neto (Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo; Brasil)

Teresa Leonor Magalhães do Vale (ARTIS-IHA- Instituto de História da Arte, Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa ; Portugal)

Cadernos do Arquivo Municipal é uma revista com arbitragem científica (*peer review*)

Indexada no repositório LATINDEX com o nº de Fólio 23733

SÉRIE II
NÚMERO 4

cadernos do arquivo municipal

JULHO - DEZEMBRO 2015

CEUTA E LISBOA - 600 ANOS

coordenação André Teixeira

LISBOA
CÂMARA MUNICIPAL

ISSN 2183-3176

Comissão Externa de Avaliadores

Adélia Maria Caldas Carreira (IHA – Instituto de História da Arte, FCSH, Universidade NOVA de Lisboa; Portugal)

Alexandra Maria Pinheiro Pelúcia (CHAM - Centro de História d´Aquém e d`Além Mar, FCSH, Universidade NOVA de Lisboa, Universidade dos Açores e Departamento de História, FCSH, Universidade NOVA de Lisboa; Portugal)

Ana Cristina Fonseca Nogueira da Silva (Faculdade de Direito, Universidade NOVA de Lisboa; Portugal)

Ana Patrícia Rodrigues Alho (ARTIS-IHA- Instituto de História da Arte, Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa; Portugal)

António Adriano Ascensão Pires Ventura (Faculdade de Letras,Universidade de Lisboa; Portugal)

António Manuel de Almeida Camões Gouveia (CHAM - Centro de História d´Aquém e d`Além Mar, FCSH, Universidade NOVA de Lisboa, Universidade dos Açores e Departamento de História, FCSH, Universidade NOVA de Lisboa; Portugal)

Carlos Guardado da Silva (Arquivo Municipal de Torres Vedras; Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa; Portugal)

Daniel Ribeiro Alves (IHC-Instituro de História Contemporânea, FCSH, Universidade NOVA de Lisboa e Departamento de História, FCSH, Universidade NOVA de Lisboa; Portugal)

Emília Isabel Mayer Godinho Mendonça (IHA – Instituto de História da Arte, FCSH, Universidade NOVA de Lisboa; Portugal);

Flávio Borda d´Água (Université de Genève, Institut et Musée Voltaire; Suíça)

Gonçalo Mesquita da Silveira de Vasconcelos e Sousa (Escola das Artes, Universidade Católica; Portugal)

Hélder Alexandre Carita Silvestre (IHA – Instituto de História da Arte, FCSH, Universidade NOVA de Lisboa ; Portugal)

João Gouveia Monteiro (CHSC-Centro de História da Sociedade e da Cultura, Universidade de Coimbra e Departamento de História, Universidade de Coimbra; Portugal)

João dos Santos Ramalho Cosme (Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa: Portugal)

Jorge Manuel Rios da Fonseca (CHAM- Centro de História d´Aquém e d`Além Mar, FCSH, Universidade NOVA de Lisboa; Portugal)

José Luis Gómez Barceló (Archivo General de Ceuta, Ciudad Autonoma de Ceuta; Espanha)

José Maria Amado Mendes (Universidade Autónoma de Lisboa; Portugal)

Laurinda Faria Santos Abreu (Departamento de História, Universidade de Évora; Portugal)

Luis Salas Almela (Universidade de Córdoba; Espanha)

Luísa d´Orey Capucho Arruda (Faculdade de Belas Artes, Universidade de Lisboa; Portugal)

Maria Alexandra Saramago Castelo Branco Trindade Gago da Câmara (Universidade Aberta; Portugal)

Maria Augusta Lima Cruz (CHAM- Centro de História d´Aquém e d`Além Mar, FCSH, Universidade NOVA de Lisboa; Portugal)

Maria Fernanda Olival (CIDEHUS-Centro Interdisciplinar de História, Culturas e Sociedades, Universidade de Évora e Departamento de História, Universidade de Évora; Portugal);

Maria João Fontes Pereira Coutinho (IHA – Instituto de História da Arte, FCSH, Universidade NOVA de Lisboa; Portugal)

Maria José Azevedo Santos (Faculdade de Artes e Humanidades, Universidade de Coimbra; Portugal)

Maria Leonor Garcia da Cruz (Faculdade de Letras,Universidade de Lisboa; Portugal)

Maria Margarida Teixeira Barradas Calado (Faculdade de Belas Artes, Universidade de Lisboa; Portugal)

Mário Jorge Lopes Neto Barroca (Departamento de Ciências e Técnicas do Património, Faculdade de Letras, Universidade do Porto; Portugal)

Nuno Gonçalo Freitas Monteiro (Instituto de Ciências Sociais,Universidade de Lisboa; Portugal)

Nuno Miguel de Morais Pestana Tarouca Camarinhas (Centro de Investigação & Desenvolvimento sobre Direito e Sociedade, Faculdade de Direito, Universidade Nova de Lisboa; Portugal)

Nuno de Carvalho Conde Senos (CHAM - Centro de História d´Aquém e d`Além Mar, FCSH, Universidade NOVA de Lisboa, Universidade dos Açores e Departamento de História da Arte, FCSH, Universidade NOVA de Lisboa; Portugal

Paulo César Drumond Braga (Escola Superior de Educação Almeida Garrett, Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias; Portugal)

Paulo Jorge Chalante Azevedo Fernandes (IHC-Instituro de História Contemporânea, FCSH, Universidade NOVA de Lisboa e Departamento de História, FCSH, Universidade NOVA de Lisboa; Portugal)

Pedro António Albuquerque Castro Almeida Cardim (CHAM - Centro de História d´Aquém e d`Além Mar, FCSH, Universidade NOVA de Lisboa, Universidade dos Açores e Departamento de História, FCSH, Universidade NOVA de Lisboa; Portugal)

Pedro Eugénio Dias Ferreira de Almeida Flor (IHA- Instituto de História da Arte, FCSH, Universidade NOVA de Lisboa e Departamento de História da Arte, Universidade NOVA de Lisboa; Portugal)

Rodrigo de Araújo Martins Banha da Silva (CHAM - Centro de História d´Aquém e d`Além Mar, FCSH, Universidade NOVA de Lisboa, Universidade dos Açores e Departamento de História, FCSH, Universidade NOVA de Lisboa; Portugal)

Sandra Patrícia Antunes Ferreira da Costa Saldanha e Quadros (Secretariado Nacional para os Bens Culturais da Igreja; Portugal)

Sílvia Maria Cabrita Nogueira Amaral da Silva Ferreira (IHA- Instituto de História da Arte, FCSH, Universidade NOVA de Lisboa; Portugal);

Susana Maria Munhá Antunes Calado Varela de Almeida Flor (IHA- Instituto de História da Arte, FCSH, Universidade NOVA de Lisboa)

Susana Münch Miranda (Leiden University, Países Baixos)

Virgolino Ferreira Jorge (Universidade de Évora; Portugal)

Walter Rossa Ferreira da Silva (Faculdade de Ciências e Tecnologia. Universidade de Coimbra; Portugal).

ÍNDICE

Editorial 11

Inês Morais Viegas

Introdução 13

André Teixeira

Artigos

A cidade de Lisboa na preparação da conquista de Ceuta 17

The city of Lisbon in the preparation for the conquest of Ceuta

Carlos Guardado da Silva

Armas para Ceuta (1420). Contribuição para o estudo do armamento português no início do século XV 39

Weapons to Ceuta (1420). Contribution to the study of Portuguese weaponry in the beginning of the XV century

Tiago Machado de Castro

Um olhar sobre a Casa de Ceuta 65

Perspectives on the Casa de Ceuta

Carlos Caetano

Os canos da Baixa de Lisboa no século XVI: leitura arqueológica 89

The sewers of downtown Lisbon in the 16th century: an archaeological approach

Jacinta Bugalhão / André Teixeira

Ceuta: *muy bom sumydoiro de gente de uossa terra e darmas e de dinheiro* 125

Ceuta: *muy bom sumydoiro de gente de uossa terra e darmas e de dinheiro*

Natália Maria Antónia

A "ymagem assaz deuota" de Santa Maria de África 155

The "rather devout image" of Saint Mary of Africa

Diana Rafaela Martins Pereira

Una ciudad entre dos reinos: Ceuta entre Portugal y la Monarquía Hispánica (1640-1665) 185

A city between two kingdoms: Ceuta among Portugal and Spain (1640-1665)

Antonio José Rodríguez Hernández

A Avenida de Ceuta: de limite a caminho para o crescimento de Lisboa 219

The Ceuta´s Avenue: from limit to path for the growth of Lisbon

Beatriz Rosa de Abreu Pereira Marques

Documenta

Ceuta no Arquivo Municipal de Lisboa 239

Joana Torres e Sara Loureiro

Correspondencia entre Ceuta y Lisboa a causa de la reclamación de antiguos legados a favor de la Santa y Real Casa de la Misericordia de Ceuta 323

José Luis Gómez Barceló

Recensões

Uma lança em África. História da conquista de Ceuta, de Paulo Drumond Braga 341

Filipe Themudo Barata

Ceuta, 1415, de Luís Miguel Duarte 345

Bernardo Vasconcelos e Sousa

1415 A Conquista de Ceuta, de João Gouveia Monteiro e António Martins Costa 349

Vitor Luís Gaspar Rodrigues

A Conquista de Ceuta. Conselho Régio de Torres Vedras, de Carlos Guardado Silva (coord.) 355

José Varandas

Varia

Arquivos imateriais: a programação de cinema no Arquivo Municipal de Lisboa – Videoteca 363

Immaterial Archives: cinema programming at the video library of the Arquivo Municipal de Lisboa

Inês Sapeta Dias

Representações fotográficas de um plano de reabilitação do espaço urbano: o caso do Bairro das Minhocas e do Bairro da Quinta da Calçada por Eduardo Portugal (1938-1944) 369

Photographic representations of a rehabilitation plan of urban space: the case of Bairro das Minhocas e Bairro da Quinta da Calçada by Eduardo Portugal (1938-1944)

Denise Raquel Fernandes dos Santos

Normas 393

Editorial

Inês Morais Viegas

Este é o ano em que se comemora o início da Expansão Portuguesa que teve como ponto de partida a conquista de Ceuta, em 1415. Celebram-se assim os 600 anos desta viagem, onde o Arquivo não quis deixar de marcar presença.

Faz sentido, tendo em conta que, à sua guarda, existe um interessante conjunto documental que importa conhecer e difundir, que testemunha a ligação entre Lisboa e Ceuta. Documentos que comprovam a relação entre as duas cidades desde o tempo da preparação da armada que partiu em direção ao norte de África até aos nossos dias.

O número 4 dos *Cadernos do Arquivo Municipal* conta com artigos de investigadores nacionais e espanhóis, recensões críticas dos últimos livros publicados sobre a presença portuguesa em Ceuta e estudos relacionados com projetos em desenvolvimento no Arquivo.

Na secção *Documenta* encontram-se referenciados e reproduzidos alguns dos documentos mais relevantes para esse estudo, com respetiva transcrição paleográfica.

O presente número contou com a coordenação científica do Professor Doutor André Teixeira, a quem agradeço a disponibilidade e o empenho que colocou na edição de mais um número desta revista científica.

O Arquivo Municipal de Lisboa vai continuar a disponibilizar no seu sítio a publicação *Cadernos do Arquivo Municipal* em livre acesso, sempre com o objetivo premente de difundir cada vez mais o Arquivo e a sua documentação junto da comunidade científica, nacional e internacional.

Introdução

André Teixeira*

Evocam-se este ano os 600 anos da conquista de Ceuta. Foi um evento decisivo na história de Portugal, tendo mobilizado praticamente toda a elite política e militar da época, sinal da relevância que a Coroa portuguesa lhe atribuiu. Apesar de desligada do processo de revolução geográfica da Idade Moderna proporcionado pelos Descobrimentos, foi seguramente a primeira etapa de uma aposta além-mar de Portugal que perdurou no tempo até à contemporaneidade. Ponto estratégico entre o Atlântico e o Mediterrâneo, entre África e a Europa, Ceuta constitui também o primeiro passo num campo prioritário de ação da dinastia de Avis, o Norte de África, palco que lhe proporcionava legitimidade e afirmação no contexto internacional, o controlo sobre um espaço estratégico necessária às suas atividades marítimas, além do exercício das suas elites militares, que aqui recolhiam igualmente importantes proveitos. Embora motivadora de aceso debate, a própria presença portuguesa na cidade do Estreito ao longo de mais de dois séculos é prova da sua importância para Portugal e para a Cristandade.

Quiseram a Câmara Municipal de Lisboa e o Governo da Cidade Autónoma de Ceuta assinalar esta data em conjunto, promovendo uma série de iniciativas culturais e científicas de longo alcance. Esta vontade, que é naturalmente de louvar, surgiu em separado nas duas cidades. Em Ceuta com o plano de organização de uma exposição que traçasse a evolução do perfil e da vivência dos dois aglomerados urbanos neste período de mutações cruciais,

* FCSH/NOVA - Departamento de História, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas / Universidade Nova de Lisboa, Portugal;
CHAM - Centro de História d'Aquém e d'Além-Mar, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas / Universidade Nova de Lisboa e Universidade dos Açores, Portugal.

André Pinto de Sousa Dias Teixeira é licenciado em História e em História, variante de Arqueologia, mestre em História dos Descobrimentos e da Expansão Portuguesa e doutor em História, pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. Professor auxiliar do Departamento de História desta faculdade e coordenador do 2º ciclo em Arqueologia. Investigador integrado do CHAM, unidade de investigação da Universidade Nova de Lisboa e da Universidade dos Açores, onde pertence à direção e coordena o grupo de investigação de Arqueologia Moderna e da Expansão Portuguesa.

Endereço eletrónico: texa@fcsh.unl.pt.

entre a medievalidade e a época moderna. O evento decorre presentemente em Lisboa e seguirá em 2016 para Ceuta, tendo-se produzido um catálogo e um vídeo que perdurarão a memória do trabalho realizado. Em Lisboa a ideia surgiu dirigida para a organização de um volume dos *Cadernos do Arquivo Municipal* dedicado às relações entre Lisboa e Ceuta, obra que agora se dá à estampa.

O elo de ligação nesta relação entre os dois poderes autárquicos foi a Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. Esta vem procurando cimentar e dar corpo a uma parceria estratégica com a Câmara Municipal de Lisboa, que no âmbito do Departamento de História se materializa no lançamento de projetos conjuntos, na organização de inúmeros eventos científicos e culturais, na colaboração ao nível de estudos pós-graduados e na promoção do estudo de coleções arqueológicas à guarda do município. Paralelamente, através da sua unidade de investigação CHAM, tem desenvolvido investigação junto do Governo da Cidade Autónoma de Ceuta, destacando-se a colaboração nas investigações sobre as *Muralhas Reais* daquela cidade, sob a coordenação de Fernando Villada Paredes, conjunto monumental que também passará a estar acessível ao público nesta efeméride.

Outro projeto cruza estas instituições, tendo amplas repercussões no presente volume, o de recolha e inventariação de documentação sobre Ceuta existente em arquivos portugueses, de que se publicará proximamente o respetivo guia. Este facto justifica a secção *Documenta* deste número, onde se publicam os documentos coligidos até ao momento sobre esta temática do Arquivo Municipal de Lisboa, contando para isso com o labor de Joana Torres, do CHAM- Centro de História d´Aquém e d´Além Mar, e de Sara Loureiro, do Arquivo Municipal de Lisboa. No quadro desta parceria inclui-se também nesta secção um contributo, inédito nesta revista, com documentação sobre Lisboa existente no Archivo General de Ceuta, cabendo aqui um expresso agradecimento a Rocío Valriberas Acevedo e a José Luís Gomez Barceló, responsáveis naquela instituição.

Efetivamente, o tema do presente volume constitui novidade. Por certo intensa produção sobre o passado de Ceuta tem sido publicada por numerosos autores desta cidade, destacando-se neste âmbito o papel do Instituto de Estudios Ceutíes, a que se juntam naturalmente outros investigadores espanhóis e, sobretudo, portugueses. O mesmo se poderá dizer sobre Lisboa, onde organismos autárquicos e instituições universitárias, entre outros agentes, têm procurado dar continuidade ao labor dos olissipógrafos consagrados de antanho. Contudo, o objetivo desta publicação é inovador, na medida em que se pretendem estudar as relações entre Lisboa e Ceuta na longa duração e num quadro interdisciplinar, perspetiva sobre a qual a investigação rareia. Esta asserção é ainda mais válida quando se procura integrar, na linha do estatuto editorial da revista, o acervo histórico documental lisboeta à guarda da edilidade.

A construção deste número dos *Cadernos do Arquivo Municipal* foi feita, pois, num contexto de "trabalho em progresso", no sentido em que os artigos foram sendo redigidos paralelamente à investigação dos fundos e coleções do arquivo. Cumpre, aliás, agradecer aqui a disponibilidade do conselho editorial desta revista, na pessoa da sua coordenadora Marta Gomes, para acolher as vicissitudes deste facto, nomeadamente na aceitação muito fora do prazo de contribuições para o tema desta edição. É devido também um agradecimento à colega

de Conselho Científico Edite Alberto, funcionária do Arquivo que muito nos auxiliou na gestão deste espinhoso dossier. Julgamos, enfim, que os textos aqui reunidos, num espaço de tempo que é, apesar de tudo, relativamente curto, constituem um contributo para esta abordagem inovadora das relações históricas entre Lisboa e Ceuta.

Logo no início da publicação, o próprio evento da conquista e os movimentos militares subsequentes são analisados com um enfoque inovador: Carlos Guardado da Silva olha os quotidianos da capital portuguesa nas vésperas da partida da armada de Ceuta, ao passo que Tiago Machado Castro aproveita um documento sobre a deslocação de reforços defensivos para a cidade do Estreito para produzir um ensaio sobre o armamento em uso à época. Noutro apartado, Carlos Caetano, por um lado, e Jacinta Bugalhão e André Teixeira, por outro, focam a cidade de Lisboa no tempo de Ceuta, o primeiro analisando finamente a implantação do organismo que fazia a gestão da presença portuguesa no Norte de África, a Casa de Ceuta, os segundos cruzando informação documental e achados arqueológicos para perscrutarem uma das tendências dos aglomerados urbanos desta época, tanto no Reino, como além-mar, as preocupações sanitárias.

Segue-se um grupo de estudos que, partindo de enfoques totalmente distintos, trazem novos dados sobre aspetos da presença portuguesa em Ceuta: Natália Antónia no domínio da economia, retomando a questão polémica da rentabilidade da praça; Diana Pereira, no campo da arte e da religião, trazendo novos dados sobre a imagem da padroeira de Ceuta, Santa Maria de África; Antonio Rodríguez, na esfera eminentemente política, abordando a controversa matéria da não adesão de Ceuta à causa da Restauração, bem como o processo de castelhanização da cidade pelos Habsburgo. Já Beatriz Marques trouxe-nos o único artigo sobre uma matéria ainda mais escassamente tratada, a do legado que a presença portuguesa além-mar deixou no Reino, em domínios que são muitas das vezes do foro do simbólico e imaterial: a autora atenta à evolução urbana do bairro lisboeta de Alcântara e a formação da Avenida de Ceuta.

O volume termina com um conjunto de recensões críticas a quatro publicações sobre Ceuta editadas este ano, merecendo aqui uma palavra de gratidão aos autores que aceitaram o convite para esta tarefa, conferindo-lhe atualidade e fazendo um certo ponto de situação da produção historiográfica sobre a história da cidade do Estreito e em particular a sua conquista em 1415.

Resta esperar que a presente publicação estimule a continuação dos estudos sobre Lisboa e Ceuta, bem como o Norte de África em geral, num quadro de fronteiras disciplinares e institucionais cada vez mais esbatidas.

A cidade de Lisboa na preparação da conquista de Ceuta

The city of Lisbon in the preparation for the conquest of Ceuta

Carlos Guardado da Silva*

submissão/submission: 22/07/2015

aceitação/approval: 21/09/2015

RESUMO

D. João I trazia em mente, pelo menos desde 1409, a realização de uma grande empresa militar na qual pudesse armar os seus filhos cavaleiros. Os preparativos começaram a partir de 1411, intensificando-se após o Conselho Régio de Torres Vedras, realizado em julho de 1414.

Anunciada a partida da armada para o São João de 1415, coube ao rei garantir a organização da mesma, apetrechando-a de navios com artilharia e armas, o que fez a partir de Lisboa, de onde sairia para Ceuta. Também para a cidade de Lisboa concorreriam os homens, os produtos e os esforços de todo o reino, além da prata e do cobre recolhidos, bem como dos alimentos necessários aos homens que preparavam a empresa, incrementando-se, ao mesmo tempo, os trabalhos nas taracenas.

* AMTV - Arquivo Municipal de Torres Vedras/Câmara Municipal de Torres Vedras, Portugal;
CEC – Centro de Estudos Clássicos, Faculdade de Letras/Universidade de Lisboa, Portugal.

Carlos Guardado da Silva é licenciado em História, mestre e doutor em História Medieval e pós-graduado em Ciências Documentais – variantes de Arquivo e Biblioteca e Documentação, pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Investigador do Centro de Estudos Clássicos e professor auxiliar convidado da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, onde leciona *Arquivística*, *Prática Profissional*, *Gestão de Serviços e Sistemas de Informação*, *Organização do Conhecimento e Metodologia de Investigação em Ciência da Informação*. Responsável pelo Arquivo Municipal de Torres Vedras. Sócio da Sociedade Portuguesa de Estudos Medievais, da BAD e da ISKO – International Society for Knowledge Organization, e académico correspondente da Academia Portuguesa da História. (Co-)Autor de cerca de cem títulos, sobretudo nas áreas da História (História Medieval e Guerra Peninsular) e Ciência da Informação.

Correio eletrónico: carlosguardado@campus.ul.pt e carlosguardadodasilva@gmail.com.

Conquistada a cidade islâmica, pôde o monarca português armar os seus filhos cavaleiros, tendo o feito contribuído também para legitimar o reino e o primeiro rei da nova dinastia de Avis, percurso iniciado anos antes em Aljubarrota, assim como reforçar o prestígio e o poder de Portugal no seio da Cristandade e, sobretudo, no contexto ibérico.

PALAVRAS-CHAVE

Conquista de Ceuta /Armada de Ceuta / Lisboa / Lisboa medieval / Taracenas

ABSTRACT

D. João I had the idea, at least since 1409, of carrying out a large military enterprise that could serve to knight his sons. The preparations began in 1411, stepping up after the Royal Council of Torres Vedras, held in July 1414.

Once the armada had been announced to depart in the 1415 celebrations of St. John's, the king had to ensure its organisation, supplying the ships with artillery and weapons. The ships were equipped in Lisbon before heading to Ceuta. To Lisbon would also converge men, products and efforts from the entire kingdom, as well silver, copper and the necessary food for the men who prepared the armada, leading to a workload increase in the 'taracenas' (royal arsenal).

Conquered the Islamic city, the Portuguese monarch was able to knight his sons, having the enterprise contributed not only to legitimize the kingdom and the first king of the new dynasty of Avis, a path that had started some years earlier in Aljubarrota (1385), but also to enhance the prestige and power of the Portuguese kingdom within Christianity and, above all, within the Iberian context.

KEYWORDS

Conquest of Ceuta / Ceuta's armada / Lisbon / Medieval Lisbon / Royal arsenal ('taracenas')

INTRODUÇÃO

Firmado o acordo de paz entre Portugal e Castela, em 31 de outubro de 1411, em Ayllón (Ayton-Segóvia), que punha termo a um período de conflito de mais de quatro décadas entre os dois reinos, pôde então o monarca português pensar em desígnios maiores, entre os quais a tão desejada[1] expedição, que dirigiria, no verão de 1415, à conquista da praça muçulmana de Ceuta[2].

A intenção da conquista permanecera na mente de D. João I durante seis anos[3], remontando, pelo menos, a 1409, segundo Gomes Eanes de Zurara, o que testemunham os acontecimentos sequentes. Em 1411, D. João I pedira ao (anti) papa de Pisa João XXIII, aquele que obtinha o apoio mais amplo[4] entre os três reclamantes da cadeira de São Pedro[5], o auxílio das ordens militares para a guerra contra os muçulmanos, num verdadeiro espírito de cruzada. E no mesmo ano ou já em 1412, os infantes tomaram conhecimento pelo vedor da fazenda, João Afonso de Alenquer[6], do tão desejado intento. Em 1412, o rei enviou uma embaixada à Sicília (com a missão oficial de ir junto da rainha oferecer-lhe uma aliança de matrimónio com o infante D. Pedro), acontecimento que atesta a continuidade da intenção da conquista daquela praça do Magreb, tendo permitido ao prior do hospital, D. Álvaro Gonçalves Camelo, e ao capitão do mar, Afonso Furtado, quer na ida quer na vinda, aferirem as condições de defesa da cidade, bem como as características da costa para o desembarque[7], num ato de verdadeira espionagem militar. Motivo de viagem que, na *Crónica da Tomada de Ceuta*, o cronista expressa: "o seu principal fundamento e tençam era que elles devisassem a cidade de Cepta de todalas cousas que ante dissera"[8].

As informações recolhidas em Ceuta foram apresentadas ao rei e aos infantes no paço de Sintra, asseverando os espiões as boas condições de desembarque, tendo o prior do Hospital recorrido a uma maqueta para explicar "quaes eram os lugares per homde a cidade podia receber combate", finda a qual apresentação o rei acrescentou que "muito lhe pareceo aquella cidade azada pera o que elle desejava"[9].

---

[1] "Amigos, este dia foy sempre de mym mujto deseiado". ZURARA, Gomes Eannes de – *Crónica da tomada de Ceuta por el-rei D. João I.* Lisboa: Academia das Sciências de Lisboa, 1915. cap. XXVI, p. 79.

[2] Acontecimento que marca o início da história moderna de Marrocos.

[3] "E quamto he ao que dizees que me torne pera meu rregno, pareçeme que assaz seria de gramde mimgua auer açerqua de seis annos, que amdo em este trabalho fazemdo sobre elle tamtas çircustamçias como sabees, pollas quaaes o mundo esta com as orelhas abertas pera ouuir a fym da uitoria, e leixallo assy agora pareçeme que nom sera outra cousa senam huũ escarnho». ZURARA, Gomes Eannes de – *op. cit.* cap. LXIII, p. 185.

[4] Designadamente o apoio de França, Inglaterra, diversos Estados italianos e alemães.

[5] João XXIII (1410-1415) foi eleito, em 17 de maio de 1410, e sagrado em Bolonha, tendo sucedido ao antipapa Alexandre V, o primeiro papa cismático eleito em Pisa, no Concílio aí realizado em 26 de junho de 1409. Opôs-se a Gregório XII, papa legítimo de Roma, e a Bento XIII, antipapa de Avinhão. Com a ajuda de Luis de Anjou, estabeleceu-se em Roma, governando a partir da cidade. Cf. KELLY, J. N. D. - *The Oxford dictionary of popes.* Oxford: Oxford University Press, 1986. p. 238.

[6] ZURARA, Gomes Eannes de – *op. cit.* cap. IX, p. 27.

[7] DUARTE, Luís Miguel – África. In BARATA, Manuel Themudo; TEIXEIRA, Nuno Severiano (dir.) – *Nova história militar de Portugal.* Rio de Mouro: Círculo de Leitores, [2003]. vol. 1, p. 397.

[8] ZURARA, Gomes Eannes de – *op. cit.* cap. XVI, p. 51-54.

[9] IDEM – *Ibidem.* cap. XVIII, p. 59.

Faltaria ao monarca, ainda, a consulta da rainha, D. Filipa de Lencastre, que recebeu entusiasticamente a ideia de os seus filhos se honrarem como cavaleiros ao serviço de Deus, o que a levou a pedir ao rei tal feito[10], bem como a consulta do Condestável D. Nuno Álvares Pereira, em encontro que foi encoberto por um episódio de caça dos infantes e do monarca em terras alentejanas.

E faltaria ainda a consulta dos privados do rei, aqueles que integravam o seu Conselho[11], acontecimento que tivera lugar em Torres Vedras[12], antes das festividades de Santiago (25 de julho), por volta dos dias 23 e 24 de julho de 1414, tendo o rei regressado à capital no dia 26[13]. Seguindo a sugestão de Nuno Álvares Pereira, D. João I convocou um conselho restrito, não para aconselhamento "nos grandes feitos e cousas de que poderia vir grande dampno aa nossa terra", como determinavam as *Ordenações Afonsinas*[14], entre as quais as condições de fazer guerra (ausência na *Chancelaria Régia* que marca presença na *Crónica da Tomada de Ceuta*), mas para comunicar a sua decisão, quando a fragmentação política se fazia notar no norte de África. Conselho Régio que reuniu, entre outros, o conde de Barcelos, o Condestável, os mestres das ordens militares, cujo auxílio solicitara ao antipapa em 1411, o marechal Gonçalo Vaz Coutinho, o alferes João Gomes da Silva e Martim Afonso de Melo, na sua maioria "homens do Interregno"[15], que apoiaram o então regente Mestre de Avis. Reunião onde se dera a conhecer o destino da expedição militar, segundo Zurara, tendo sido aventado pelo vedor da fazenda, João Afonso de Alenquer, que tomara conhecimento dessa "muy grande cidade, rriqua e muy fermosa", por informações de um criado que lá mandara para resgatar cativos[16].

[10] COELHO, Maria Helena da Cruz – *D. João I: o que re-colheu Boa Memória*. Rio de Mouro: Círculo de Leitores, 2005. p. 175.

[11] Acerca das origens e do funcionamento do Conselho Régio, veja-se FREITAS, Judite A. Gonçalves de – Conselho Régio. In *O Estado em Portugal: séculos XII-XVI: modernidades medievais*. Lisboa: Aletheia, 2011. p. 157-166.

[12] ZURARA, Gomes Eannes de – *op. cit.* cap. XXV-XXIX.

[13] MORENO, Humberto Baquero – *Os itinerários de el-rei Dom João I: 1384-1433*. Lisboa: ICALP, 1988. p. 141.

[14] *Ordenações afonsinas*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1998. liv. I, tít. 59, p. 342. Ed. fac-simile da ed. feita na Real Imprensa da Universidade de Coimbra, no ano de 1792.

[15] HOMEM, Armando Luís de Carvalho - Conselho Real ou Conselheiros do Rei? A propósito dos 'privados' de D. João I. In *Portugal nos finais da Idade Média: Estado, instituições, sociedade política*. Lisboa: Livros Horizonte, 1990. p. 241.

[16] ZURARA, Gomes Eannes de – *op. cit.* cap. IX, p. 27.

Composição do Conselho Régio segundo Gomes Eanes de Zurara

O rei, D. João I

Infante D. Duarte

Infante D. Henrique

Infante D. Pedro

Gonçalo Lourenço [Gomide] – escrivão da puridade

Gonçalo Caldeira - escrivão da Câmara do Rei

O [8.º] Conde de Barcelos, [D. Afonso de Portugal]

O Condestável, D. Nuno Alvares Pereira (?) - Para além da sua presença no Conselho Régio de Torres Vedras, referida por Gomes Eanes de Zurara, apenas aparece referido como membro do Conselho em uma ocasião e de forma não concretizada. Aquando das cortes de Coimbra de 1398, os fidalgos, no artigo 35 dos seus capítulos, pediram ao rei que o conselho tivesse sempre dois ou três dos seus, o rei respondeu que tal sempre se fez, e entre os até então conselheiros nobres incluiu Nuno Álvares Pereira[17].

Mestre da Ordem de Cristo, [D. Frei Lopo Dias de Sousa]

Mestre da Ordem de Santiago, [D. Frei Mem Rodrigues de Vasconcelos]

Mestre da Ordem de Avis, [D. Frei Fernão Rodrigues de Sequeira]

Prior da Ordem do Hospital, [D. Frei Álvaro Gonçalves Camelo]

Gonçalo Vasques Coutinho [1414]-(1417) - Alcaide de Trancoso, fronteiro-mor na comarca da Beira e, finalmente, marechal, que tendo servido durante um longo período no serviço régio, para além de ser referida a sua presença no Conselho Régio de Torres Vedras de 1414, aparece episodicamente como conselheiro a 11 de janeiro de 1417, em carta que lhe confere poder e autoridade para repartir, doar e escambar as terras de Penaguião, Gondim, Armamar e Fontes, que anteriormente lhe haviam sido doadas[18].

Martim Afonso de Melo (1399-1428) - Irmão de Gonçalo Vasques de Melo, conselheiro entre 1399 e 1403, que falecera antes de 11 de março de 1410, e de Vasco Martim de Melo, o Moço. Gonçalo Vasques de Melo apoiou o Mestre de Avis durante o Interregno e participou nas Cortes de Coimbra.

[17] Dados recolhidos em HOMEM, Armando Luís de Carvalho - Conselheiros de D. João I. In *Portugal nos finais da Idade Média: Estado, instituições, sociedade política.* Lisboa: Livros Horizonte, 1990. p. 267.

[18] IDEM – *Ibidem*. p. 260.

Por morte do pai, Vasco Martins de Melo, sucedeu-lhe na posse da quinta de Água de Peixes, termo de Alvito, sendo provido, em 1390, como alcaide de Évora. Em 1398, ascendeu a guarda-mor do rei, substituindo no ofício João Fernandes Pacheco, que partira para Castela, adquirindo, por doação, muitos bens deste. Aparece como membro do Conselho a partir de finais de 1399. Participou em diversos atos políticos de primeiro plano, tendo estado em Ceuta, onde chegou a ser indigitado para fronteiro na cidade, cargo que recusou. Zurara regista a sua presença no Conselho Régio de Torres Vedras. Morreu em inícios de 1432[19].

João Gomes da Silva - (1412-1431) – Senhor de Vagos, foi partidário do Mestre de Avis em 1383-85, tendo participado nas Cortes de Coimbra. Depois foi provido no ofício de copeiro-mor e, mais tarde, no de alferes-mor (1399-1416). Foi o representante do rei português no tratado de paz de Ayllon, em outubro de 1411, aparecendo mencionado pela primeira vez, a 9 de março de 1412, como membro do conselho do rei, em carta de confirmação para si de todos os bens e terras de Aires Gomes da Silva. Em 1414, o seu nome constava da relação das "Moradias da Caza Real", auferindo 28 400 libras. Em 1415 era ainda alferes-mor, tendo estado em Ceuta. Em 1419, foi novamente enviado a Castela para requerer a ratificação do Tratado de 1411, permanecendo como membro do conselho em 1431, quando uma carta datada de 14 de março lhe atribuía o privilégio da posse da quinta de Lanhelas, em Riba de Minho. Faleceu em 1444 ou 1445[20].

A este conjunto de participantes no Conselho Régio, acrescenta o cronista, "com todollos outros senhores e fidallgos que auiam de seer em aquelle comsselho"[21].

"E o dia em que sse esto ouue de começar [o Conselho Régio] era", talvez, segunda ou terça-feira, dias 23 e 24 de julho respetivamente, não "huũa quimta feyra", como refere o cronista, uma vez que no dia 21, sábado, o rei marcou presença em Sintra, de onde sairia para Torres Vedras, e, na quinta-feira, dia 26, já se encontrava em Lisboa[22].

No conselho, quebrando-se o protocolo, tomou voz, depois do monarca, Nuno Álvares Pereira, para louvar o serviço de Deus[23] que a expedição representava. Facto que assegurava a bula *Eximie deuocionis* do papa João XXIII, de 20 de março de 1411, que associava a D. João I as ordens militares na guerra santa contra os cristãos ou sarracenos inimigos do reino. Uma bula solicitada ao papa que obtinha então o apoio mais amplo dos Estados e que governava a partir de Roma, testemunhando, uma vez mais, uma intencionalidade por parte do monarca

[19] IDEM – *Ibidem*. p. 265-6.

[20] IDEM – *Ibidem*. p. 262-3.

[21] ZURARA, Gomes Eannes de – *op. cit.* cap. XXV, p. 76.

[22] MORENO, Humberto Baquero – *op. cit.* p. 141.

[23] ZURARA, Gomes Eannes de – *op. cit.* cap. XXVII, p. 81.

português no apoio do papa de Roma, assim como da sua anuência. Não era, como sabemos, aquele que ocupava legitimamente o lugar, uma vez que a cadeira de São Pedro cabia, por direito, a Gregório XII. Todavia, as dúvidas acerca da sua legitimidade colocavam-se, o que pode explicar a presença do seu nome e retrato em catálogos e medalhões papais.

Bula de cruzada que legitimava também a figura de D. João I no trono de Portugal e reforçaria o seu papel no quadro dos reinos ibéricos e da Cristandade, vinda de um papa em Roma em pleno cisma[24], para o monarca português que quase sempre apoiara o papa de Roma.

O intento da conquista da cidade de Ceuta[25], como grande feito onde os infantes poderiam ser armados cavaleiros, em vez da realização de um torneio[26], foi aventado àqueles pelo vedor da fazenda, João Afonso de Alenquer:

> Vossos pensamentos disse elle sam assaz de grandes e boõs. E pois que vos taal vontade tendes eu vos posso assinar huũa cousa em que o podees bem e honrradamente executar. E esto he a cidade de Cepta que he em terra d'Affriqua que he huuma muy notauel cidade e muy azada pera se tomar, e esto sey eu principalmente per hum meu criado que la mandey tirar alguuns catiuos de que tinha encarrego, elle me contou como he huuma muy grande cidade rriqua e muy fermosa[27].

Sendo o destino da empresa régia conhecido dos infantes, estendeu-se este conhecimento aos conselheiros do monarca na reunião de Torres Vedras. Catorze pessoas apenas[28] guardariam segredo durante os mais de três anos que mediaram a primeira vez que o assunto fora aflorado com os infantes e a paragem da expedição em Lagos, quando o destino da armada foi tornado público aos participantes na empresa[29]. Aos privados do rei, seus conselheiros, associou D. João I os mestres das ordens militares, que não seriam membros do Conselho Régio, porque o sucesso da empresa justificava decerto a sua presença, como o testemunhariam as diversas gratificações concedidas às ordens militares após a sua participação na conquista da cidade de Ceuta[30].

---

[24] DINIS, António Joaquim Dias (dir. e org.) - *Monumenta henricina.* Coimbra: Comissão Executiva das Comemorações do V Centenário da Morte do Infante D. Henrique, 1960-1974. vol. 2, n.º 51, p. 98-99. Henrique V, rei de Inglaterra, por carta de 20 de janeiro de 1415, autorizava a Álvaro Vasques de Almada a compra de 350 lanças para o serviço do rei de Portugal.

[25] ZURARA, Gomes Eannes de – *op. cit.* cap. XXVI, p. 80.

[26] A expedição a Ceuta como alternativa às grandes festas em Lisboa, "huũas festas rreaaes que durem todo hum anno… notauees justas e grandes torneos", onde poderia D. João I armar os seus filhos cavaleiros, uma vez firmadas as pazes com Castela. Cf. ZURARA, Gomes Eannes de – *op. cit.* cap. VIII, p. 24-25.

[27] ZURARA, Gomes Eannes de – *op. cit.* cap. IX, p. 27.

[28] Se crermos na presença de Gonçalo Lourenço Gomide, escrivão da puridade, omitido por Gomes Eanes de Zurara, mas que deverá ter estado em Torres Vedras, uma vez que acompanhou a preparação da empresa, tendo sido encarregado de executar vários atos associados à mesma. Cf. FREITAS, Judite A. Gonçalves de - A reunião magna de Torres Vedras de 1414: um Conselho de Estado? In SILVA, Carlos Guardado da (org.) – *A conquista de Ceuta: Conselho Régio de Torres Vedras.* Lisboa: Colibri: Universidade de Lisboa. Faculdade de Letras; Torres Vedras: Município, 2015. p. 60.

[29] DUARTE, Luís Miguel – África. In BARATA, Manuel Themudo; TEIXEIRA, Nuno Severiano (dir.) – *Nova história militar de Portugal.* Rio de Mouro: Círculo de Leitores, [2003]. vol. 1, p. 398.

[30] FREITAS, Judite A. Gonçalves de - A reunião magna de Torres Vedras de 1414: um Conselho de Estado? In SILVA, Carlos Guardado da (org.) – *A conquista de Ceuta: Conselho Régio de Torres Vedras.* Lisboa: Colibri: Universidade de Lisboa. Faculdade de Letras; Torres Vedras: Município, 2015. p. 60.

Ouvido o Conselho, importava então multiplicar os esforços nos preparativos da armada. A manutenção do segredo e das dúvidas acerca do seu destino, bem como a continuação dos preparativos para a guerra exigiam, igualmente, manobras de diversão, de que é testemunho uma embaixada empreendida com o pretexto de desafiar o duque da Holanda (e da Baviera), Guilherme VI, para a guerra, ainda que fundado numa queixa real (o frequente ataque aos mercadores portugueses pelos navios holandeses), "para milhor emcubrir o auiamento da sua frota, porque todos teuessem em ello olho, e perdessem cuydado de emquerer a çertidom daquella uiagem"[31]. Segredo nem sempre ocultado, deixando, por vezes, D. João I surpreso, como o episódio de um homem que se apresentou ao monarca com o desenho da praça de Ceuta, o qual, aparentemente, teve de negligenciar[32].

A PREPARAÇÃO DA ARMADA

A conquista da cidade fora anunciada para o São João de 1415, exigindo a preparação de uma armada, que caberia ao rei garantir[33], tendo, segundo o cronista, fixado para a mesma um número desejável de barcos - 15 galés e 15 fustas[34] - cuja construção solicitaria às taracenas.

Ao almirante caberia a preparação dos seus homens, tendo começado os alardos por todo o reino, preparativos que duraram 18 meses[35]. O conde de Barcelos, D. Afonso, organizaria os de entre Douro e Minho; o infante D. Henrique, com os cadernos dos alardos e a colaboração de todos os coudéis e anadéis, vigiaria a contribuição das Beiras e de Trás-os-Montes, contingentes que embarcariam no Porto. D. Pedro juntaria os soldados da Estremadura, Entre Tejo e Guadiana e Algarve, organizando o seu embarque em Lisboa[36], um papel crucial do infante, que continuaria na conquista da cidade, mas que o cronista silenciaria, dada a má memória do antigo regente aquando da escrita da crónica, após Alfarrobeira.

[31] ZURARA, Gomes Eannes de – *op. cit.* cap. XXVIII, p. 83.

[32] IDEM – *Ibidem*. cap. XXIX, p. 88.

[33] A expedição teve o seu comando, apesar do papel secundário que Zurara confere ao rei face aos infantes D. Henrique e D. Duarte, protagonistas do tempo da escrita. Opinião diferente encontra-se em BRAGA, Paulo Drumond ; BRAGA, Isabel Drumond – El dominio portugués hasta 1580. In VILLADA PAREDES, Fernando (coord. general edit.) – *Historia de Ceuta: de los orígenes al año 2000.* Ceuta: Instituto de Estudios Ceutíes, 2009. p. 320: "la empresa fue, en la práctica, comandada por los hijos del rey, que el 23 de julio ya estaban en Restelo".

[34] Fusta é uma embarcação a remos do tipo da galé, embora de menor dimensão, commummente designada de "fustalha", sendo, por vezes, auxiliares das armadas constituídas por navios de maior porte. "Fustas são nauios de remos ligeiros de trinta e cinquo remos [que] levão vinte e cinquo ate trinta soldados brancos de guerra. Tres ou quatro falcoens; trinta remeiros", pode ler-se *Nas Curiosidades de Gonçalo de Sousa* (Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra. Reservados).

[35] DUARTE, Luís Miguel – África. In BARATA, Manuel Themudo; TEIXEIRA, Nuno Severiano (dir.) – *Nova história militar de Portugal.* Rio de Mouro: Círculo de Leitores, [2003]. vol. 1, p. 398.

[36] ZURARA, Gomes Eannes de – *op. cit.* cap. XXIX, p. 88.

Houve certamente dificuldade nos alistamentos que seriam, muitas vezes, forçados pelo monarca, como escrevera o cronista castelhano Álvar García de Santa Maria, nos anos 30 do século XV, sujeitando-os a "grandes penas", uma vez que "los que non venían de su voluntad fazíales venir presos"[37].

Ao longo do país, os fidalgos foram recebendo a convocatória régia, obrigando todo o reino a preparar-se para a guerra: limpavam-se armas, reuniam-se e calafetavam-se os navios, recolhiam-se velame, cordoaria, armas, moeda, panos e librés, vasilhame e mantimentos[38]. Cozia-se biscoito, salgava-se carne e recolhiam-se outros mantimentos, preocupando-se outros "em correger nauios e aparelhar guarnições"[39], ao mesmo tempo que se concediam isenções e interditos[40], que permaneceriam para além do verão de 1415. Dentre as diversas isenções concedidas depois da expedição, refira-se a título de exemplo, a do pagamento de dízima àqueles que trouxerem cereais e legumes para vender em Lisboa, dada em dezembro deste ano, em virtude da escassez destes alimentos na cidade, invocando como motivo a preparação da armada[41].

Figura 1
Isenção do pagamento de dízima a quem trouxer cereais e legumes para venda em Lisboa. 6 dezembro 1415.
AML, *Livro 1º do provimento do pão*, doc. 5.

[37] *Apud* BRAGA, Isabel Drumond; BRAGA, Paulo Drumond – *Ceuta Portuguesa: 1415-1656.* Ceuta: Instituto de Estudios Ceutíes, 1998. p. 18.

[38] ZURARA, Gomes Eannes de – *op. cit.* cap. XXX.

[39] "huũs amdauam em alimpar suas armas, outros em mamdar fazer bizcoitos e sallguar carne e mamtijmentos". ZURARA, Gomes Eannes de – *op. cit.* cap. XXX, p. 90.

[40] BRAGA, Isabel Drumond ; BRAGA, Paulo Drumond – *op. cit.* p. 18-19.

[41] Carta de D. João I, a pedido do concelho de Lisboa, em que isenta durante um ano do pagamento de dízima aqueles que trouxerem cereais e legumes para vender em Lisboa. Cf. Arquivo Municipal de Lisboa (AML), *Livro 1.º do provimento do pão.* doc. 5. 1415, dez. 6.

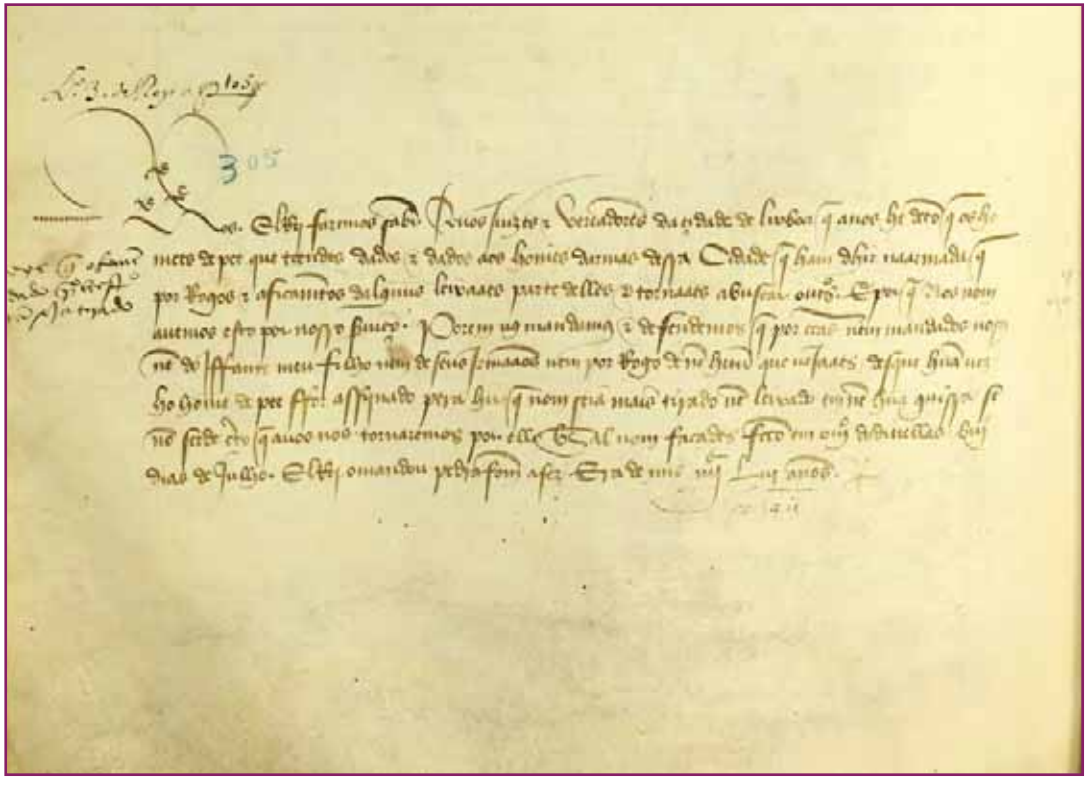


Figura 2 Carta de interdição de substituição de peões recrutados para a armada. 8 julho 1415.
AML, *Livro dos pregos*, doc. 305, f. 216 v.

Como interdito, refira-se a carta do monarca, datada de vésperas da partida para Ceuta, proibindo a substituição dos peões recrutados para a armada a partir do momento em que fossem dados pelo concelho aos homens de armas da cidade de Lisboa, mesmo que a pedido de um infante ou de um irmão do rei.

Na cidade de Lisboa, o rei dirigia a organização da armada e o seu apetrechamento em artilharia e armas[42]. A construção, a reparação e a guarnição dos barcos, bem como o equipamento, o armamento e as provisões para as tripulações e os soldados tinham lugar nas taracenas, do árabe *dar-sina´a*. 'Tercena' era o termo para estaleiro naval, o local onde se consertavam e construíam as embarcações e onde se concentravam todas as atividades ligadas à construção e armazenamento naval. Aí se varavam os navios e galés para beneficiação, e outras embarcações, a céu aberto ou sob telheiros, a que aludem, muito provavelmente, as multiplas referências às casas das galés em Lisboa, desde D. Dinis. Dentre o casario, umas casas serviriam certamente para arrecadação enquanto outras para acolher diversos ofícios, servindo de apoio aos navios. A maior parte dos documentos refere 'tercena' na forma do plural 'tercenas', grafadas como – *taracenas* -, apontando muito provavelmente para um conjunto, mas também para a diversidade das funções aí presentes. Construções que tinham lugar, já desde

[42] ZURARA, Gomes Eannes de – *op. cit.* cap. XXIX, p. 89.

o reinado de D. Dinis, se não do seu antecessor, nas novas taracenas, na Ribeira, no território da paróquia de São Julião[43], junto ao "Caes da Oira", tendo o monarca as suas "casas das gales de contra o mar", cuja primeira referência data de 4 de junho de 1294. Um campo "a cabo dooyra", que o concelho cedeu a D. Afonso IV, em 1352, para aí fazer taracenas para quatro galés, onde os pescadores secavam o pescado. Próximo, na Casa das Madeiras, criada no reinado de D. Afonso IV (1325-1357), guardavam-se as madeiras para a construção naval, usadas na reparação e na construção das galés nas taracenas. Construção naval portuguesa que era reconhecida além fronteiras, como certamente testemunha a presença massiva de especialistas portugueses no estaleiro de Filipe o Bom, duque da Borgonha, entre 1436 e 1445[44]. Junto das taracenas, ou integrando-as, encontravam-se ainda os armazéns, considerados distintos daquelas pela documentação, destinados à guarda dos produtos que seguiriam a bordo das galés. E muitos dos produtos transportados para Lisboa necessitavam de armazenamento, nomeadamente o vinho e o 'pão', nome usado genericamente para o cereal panificável, bem como o azeite, entre outros produtos. Para além da necessidade específica de espaço de armazenamento para produtos prontos a fornecer, a sua manutenção em armazéns permitiria, em caso de necessidade, uma intervenção régia com o intuito de poder controlar os preços.

Também próximo das taracenas, em consequência da sua localização, aí vinham instalar-se diversos mesteirais: em Vila Franca, uma rua da Lisboa medieval, situavam-se as fangas da farinha, numa referência clara à farinha para fazer biscoito, que os concelhos estavam obrigados a fornecer para sustento dos homens que tinham obrigação de servir na armada, durante seis semanas. Pois, defronte do Armazém, como referem os documentos da centúria de Trezentos, havia uma casas del rei, "em que ora sta o biscoyto".

Intensificando-se os trabalhos de preparação da armada, impunha-se, também, a proibição da exportação de cereal, assim como de outros géneros alimentares, a juntar ao armamento para terra de mouros[45].

Também, desde há muito tempo, os homens de ofício naval ou afim procuravam habitar próximo das taracenas: entre eles, encontram-se o alcaide das galés (cargo que remonta ao reinado de D. Dinis) que morava a par da ponte da Galonha; o fretador das naus, Estevão Eanes, morava, em 1364, na rua do Morraz; o corretor João Anes morava, em 1368, na Judiaria Nova; João Bernal, capitão-mor, morava, em 1369, na Picota, após o largo do Pelourinho; Sancho Sanches, o alcaide das galés, morava, em 1369, a par do curral do concelho; Gonçalo Tenreiro, capitão-mor, morava, em 1375, na rua Nova; Pedro Giraldes, tanoeiro, morava junto ao adro de São Francisco, em 1384; João Afonso, mestre dos calafates, morava na rua de Vila Franca, em 1395, e Domingos Eanes, escrivão das taracenas, morava junto ao adro de São Francisco, em 1384.

[43] MENEZES, José de Vasconcelos e – Tercenas de Lisboa I. *Lisboa: revista municipal.* Lisboa: Câmara Municipal. II Série N.º 16 (2.º sem. 1986), p. 8.

[44] DUARTE, Luís Miguel – A marinha de guerra portuguesa. In BARATA, Manuel Themudo; TEIXEIRA, Nuno Severiano (dir.) – *Nova história militar de Portugal.* Rio de Mouro: Círculo de Leitores, [2003]. vol. 1, p. 319.

[45] D. João I proíbe a exportação de géneros alimentares e de armamento para "terra de mouros". Cf. AML, *Livro 1º do provimento do pão*, doc. 4. 1414, março 24.

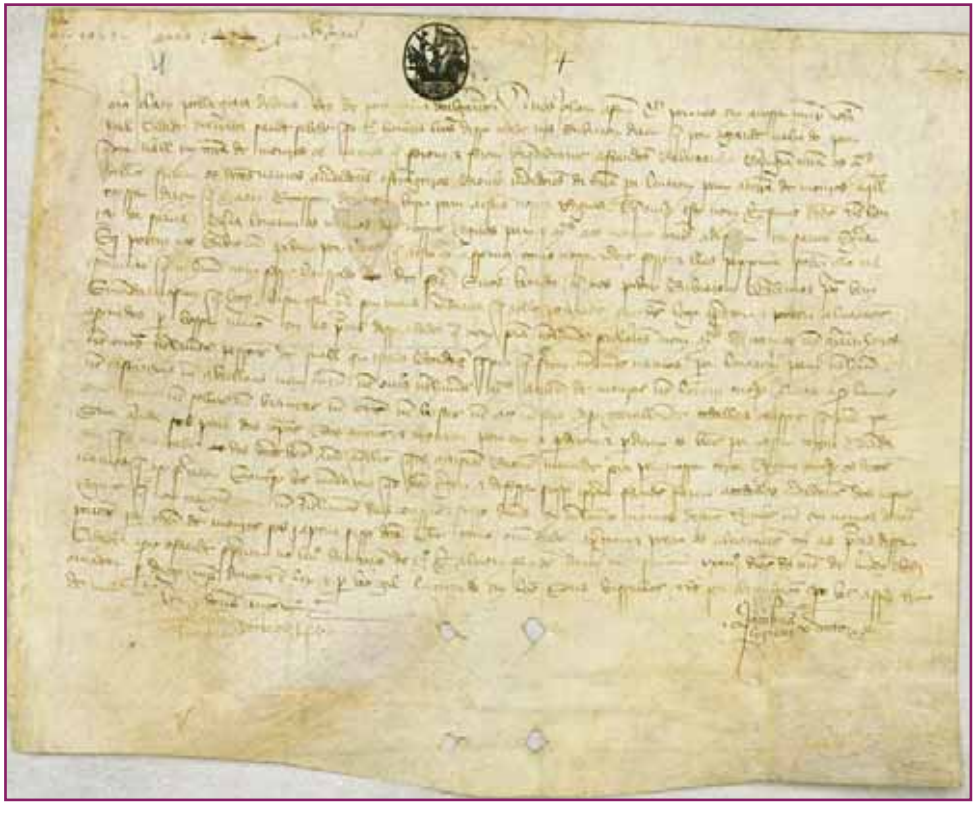


Figura 3 Carta de proibição de exportação de géneros alimentares e armamento para terra de mouros. 24 março 1414.
AML, *Livro 1º do provimento do pão*, doc. 4.

Qual a dimensão da armada? O cronista silenciou-a, sendo apenas referidas 15 galés e o número impreciso de 4 ou 5 naus, por conta de um rico cidadão inglês, "a quem chamauam Momdo"[46]. Sabemos, porém, que a mando do rei, enviados portugueses correram os portos de Castela, Biscaia, Galiza, Bretanha, Inglaterra, Flandres e Alemanha para fretar os maiores navios[47] que achassem, espalhando-se a notícia da armada pela Europa. Acerca do número de homens nada nos diz o cronista, nem tampouco dos 'homens de armas' e dos peões, assim como, mais tarde, já na conquista da cidade, apenas referirá 8 mortos em combate e 11 que a peste ceifaria, silenciando o povo tão caro a Fernão Lopes[48].

Os números referidos nas fontes são bastante díspares[49], situando-se entre os 190 e os 270 barcos, e entre os 33 500 e os 50 000 soldados. Parece-nos, porém, pertinente a referência de Rui Dias da Vega, um espião

[46] ZURARA, Gomes Eannes de - *Ibidem*. cap. L, p. 154.

[47] IDEM – *Ibidem*. cap. XXIX, p. 87.

[48] SOUSA, José Maria Cordeiro de – *Inscrições portuguesas de Marrocos.* Lisboa: Junta Nacional de Educação, 1953. p. 7.

[49] Acerca da disparidade dos números, veja-se BRAGA, Paulo Drumond ; BRAGA, Isabel Drumond – El dominio portugués hasta 1580. In VILLADA PAREDES, Fernando (coord. general edit.) – *Historia de Ceuta: de los orígenes al año 2000.* Ceuta: Instituto de Estudios Ceutíes, 2009. p. 320.

enviado a Portugal por Fernando I, rei de Aragão, aquando da preparação da expedição, que regista a tentativa de mobilização de 18 600 a 19 000 homens, dentre os quais 4 685 homens de armas vassalos do rei[50]. Um número talvez mais realista, acima dos 18 000 homens, mesmo assim "extraordinariamente elevado" à escala da população portuguesa de então[51].

E teria de garantir moeda suficiente, tendo recolhido para a sua cunhagem a quantidade de prata e cobre que pôde, obrigando os fornos da Casa da Moeda, que já se encontravam na rua Nova a par da muralha dionisina[52], a laborar, de dia e de noite, sem, porém, lançar qualquer pedido, de modo a garantir o segredo da empresa. Assim cunhara-se moeda de cobre e de prata de baixa lei, obtendo-se moeda para comprar "otras cosas para la armada", atividade reforçada nos meses que antecederam a empresa, auxiliada pela promulgação de uma lei, em 3 de março de 1415, através da qual o monarca ordenava que apenas se pudesse vender, trocar, dar ou receber ouro ou prata nos câmbios do rei de Lisboa e do Porto[53].

Na Casa da Moeda, os moedeiros martelavam arduamente junto das fornalhas, já certamente sob o olhar do alcaide da moeda do rei, cuja primeira referência data da década de 70 do século XIV, encontrando-se documentada entre 1371 e 1388, ocupando então o cargo João Afonso[54].

Construíam-se galés e fustas e reparavam-se os barcos estrangeiros. Os carpinteiros encaixavam "bombardas e troons" e preparavam toda a restante artilharia, que seria grande e abundante. Os calafates, a quem competia vedar os cascos, as cobertas e os telhados dos navios, também assumiam a limpeza das algas e dos lodos dos cascos de modo a permitir aumentar a velocidade das galés, ao mesmo tempo que exigiam um menor esforço aos remadores. O lugar de destaque dado aos calafates parece justificar os inúmeros privilégios alcançados, entre os quais o de servirem como galeotes, embora pudessem servir como petintais, com influência no próprio salário atribuído, diríamos hoje, em função do desempenho. Em 1413, a vereação do Porto estabeleceu-lhe os seguintes salários: "ao melhor, por dia, vinte reais e comer; ao não tão bom, quinze reais e de comer aos moços, oito reais"[55].

---

[50] DINIS, António Joaquim Dias (dir. e org.) - *Monumenta henricina.* Coimbra: Comissão Executiva das Comemorações do V Centenário da Morte do Infante D. Henrique, 1960-1974. vol. 2, n.º 57, 132-146, 23 abril de 1415.

[51] COELHO, Maria Helena da Cruz – *op. cit.* p. 180.

[52] Assim o testemunha uma carta de aforamento de umas tendas que o monarca tinha em Lisboa a par da sua moeda e partem e entestam com a dicta moeda e com a rua Nova e com o beco da Judiaria… DIAS, João José Alves (org. e rev. geral) - *Chancelarias portuguesas: D. João I.* Lisboa: Universidade Nova de Lisboa. Centro de Estudos Históricos, 2006. vol. IV, t. 2, n.º IV-431, p. 24. 1412, julho 31. O Summario refere, em 1551, a presença de uma porta, a ocidente da rua Nova, denominada "porta da moeda", na freguesia de São Julião. Parece-nos tratar-se de uma porta aberta na muralha fernandina, referida na Perspectiva de Olissippo de Jorge Bráunio, com o n.º 66, por "Porta que dicitur postigo da moeda", e que julgamos poder corresponder à "Porta da(s) Taracena(s)", porque a porta denominada da "Moeda" era especificamente a porta do edifício onde fabricavam a moeda, que se localizava perto daquela. Cf. OLIVEIRA, Cristóvão Rodrigues de – *Lisboa em 1551: summario.* Lisboa: Livros Horizonte, 1987.

[53] *Ordenações afonsinas.* Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1984. vol. IV, p. 43-55.

[54] Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT), Chancelaria de D. Fernando. *Liv.1*, fl.72v ; ANTT, Colegiada de Santa Cruz do Castelo. *m. 5*, *n.º 211*; ANTT, Mosteiro de Chelas. *m. 27*, *n.º 530* e *m. 57*, *n.º 1130.*

[55] DUARTE, Luís Miguel – A marinha de guerra portuguesa. In BARATA, Manuel Themudo; TEIXEIRA, Nuno Severiano (dir.) – *Nova história militar de Portugal.* Rio de Mouro: Círculo de Leitores, [2003]. vol. 1, p. 320.

Menor salário auferiam os carpinteiros, entre os 13 reais para os melhores e os 12 reais[56].

Para a arte da calafetagem, exigia-se estopa em pedra, que seria embebida em pez ou breu, azeite, lenha ou carqueja (quando não tojo), esteiras, madeira e pregos, preferencialmente de cobre, uma vez que "antre as agoas e humidade conserva mays sua sustancia sem se corromper, nem criar ferrugem, e he tam forte e mays que o ferro", mas também sebo, betume e chumbo, linho, algodão, esparto e palma[57]. A seu lado, tanoeiros, alfaiates, tosadores e cordoeiros trabalhavam intensamente.

Os carniceiros retalhavam vacas e bois, outros esfolavam-nos, salgavam-nos e guardavam a carne em tonéis. Pescadores e as suas mulheres salgavam as pescadas, cações e raias. Tudo se arrecadava nos armazéns, ao lado de remos, lemes, mastros, cordas, velas, carvão, salitre, armas e pólvora…. E biscoito que, acompanharia o conduto, carne ou peixe, e o vinho, preferencialmente bom, para se poder "acrescentar", isto é, batizar. Mas também o queijo e a manteiga ou as leguminosas, com referência aos feijões e às favas[58]. Todo este bulício fazia das taracenas um "bairro à parte, com uma vida económica intensa, com salários e preços conjunturalmente diferentes, certamente sob o olhar do almoxarife, assessorado por um escrivão"[59].

Com a aproximação da data da expedição a Ceuta, os preparativos da armada intensificaram-se, aumentando a azáfama em torno das teracenas, na Ribeira. Desses trabalhos, Gomes Eanes de Zurara oferece-nos uma descrição viva e sugestiva:

> E com esto era o feruor tam gramde no rregno, que em todollos lugares as gemtes nom trabalhauam em all, porque huuns amdauam em alimpar suas armas, outros em mamdar fazer bizcoitos e sallguar carne e mamtijmentos, outros em correger nauios e aparelhar guarniçoões, de guisa que ao tempo da necessidade nom sse achassem dalguuma cousa falleçidos. Mas primçipallmente era este trafego na cidade de Lixboa e do Porto, porque comuummente nom auia hi alguum que fosse liure deste cuydado, e tamta e tamanha era a rreuollta no corregimento destas cousas, que quamdo fazia tempo callado, claramente ouuiam o arroydo per muy gram parte dos lugares de Ribatejo.
>
> E em uerdade era fremosa cousa de ueer, ca per toda aquella rribeyra jaziam naaos e nauios, nos quaaes de dia e de noute amdauam callafates e outros mesteiraaes, que lhe rrepayrauam seus falliçimentos. Doutra parte jaziam mujtos bois e uacas decepadas, e alli mujtos homens, huuns a esfollar e outros a cortar e sallguar, outros a meter em tonees e botas em que auiam dhir. Os pescadores e suas molheres tijnham cuidado de abrir e sallgar as pescadas e caçoões e rrayas, e semelhamtes pescados, dos quaaes todollos lugares em que o soll tijnha mayor assessego eram

[56] CRUZ, António – *O Porto nas navegações e na expansão.* Lisboa: ICLP, 1983. p. 36-37.

[57] OLIVEIRA, Fernando – *A arte da guerra no mar.* Lisboa: Academia da Marinha, 1983. p. 31.

[58] IDEM – *Ibidem*. p. 43-46.

[59] DUARTE, Luís Miguel – A marinha de guerra portuguesa. In BARATA, Manuel Themudo; TEIXEIRA, Nuno Severiano (dir.) – *Nova história militar de Portugal.* Rio de Mouro: Círculo de Leitores, [2003]. vol. 1, p. 321.

> cheos. Os offiçiaaes da moeda, de dia e de noute, numca seus martellos estauam quedos, per tall guisa que ajmda que huum homem braadamdo dissesse alguuma cousa amtre aquellas fornaças, escassamente podia seer emtemdido. E os tenoeiros nom eram pouco trabalhados em fazer e repairar as uasilhas para os uinhos e carnes e outros mamtijmentos, alfayates e tosadores em aparelhar panos e fazer liurees de desuairadas guisas, cada huum segumdo lhas o senhor dellas mamdaua fazer, carpemteiros em emcaixar bombardas e troons e emderemçar todallas outras artelharias, as quaaes eram mujtas e gramdes, cordoeiros em fazer guimdaressas e estremques e caabres e outra mujta cordoalha de linho, que faziam assy pera os nauios da terra como pera os de fora, ca todo se rrepayraua em este rregno[60].

Ao largo, os velhos observavam o bulício dos mesteirais, conjeturando o destino dos navios: Inglaterra, França, Castela, Nápoles, Sicília, Jerusalém, Bruges, Holanda ou mesmo Avinhão, sede do antipapa. Todos especulavam, exceto Juda Negro, um trovador judeu servidor da rainha D. Filipa, que, ao escrever a um escudeiro do infante D. Pedro, Martim Afonso da Atouguia, as novas da corte, em *trova*, confidenciou que os mais experientes "emtemdiam que elRey hiria sobre a cidade de Cepta"[61]. Mas as dúvidas permaneciam na mente dos monarcas estrangeiros, tendo levado Castela e Aragão a enviar embaixadores a Portugal questionando o monarca português acerca dos seus desígnios. A resposta, reforçada depois por uma carta de D. Filipa ao rei de Aragão, seu sobrinho, tranquilizaria o reino vizinho.

Entretanto, chegavam a Lisboa estrangeiros em busca de aventuras, nomeadamente três fidalgos franceses e um barão alemão que trazia consigo 40 escudeiros.

Depois de ter passado três meses nas comarcas das Beiras e de Trás-os-Montes, D. Henrique dirigiu-se ao Porto. Na ribeira da segunda maior cidade do reino vivia-se o mesmo frenesim das taracenas de Lisboa: as estradas e os caminhos até aí enchiam-se de carros e animais de carga com armas e provisões provenientes das terras dos fidalgos. Ali chegavam arneses, lanças, madeiras, ferro, cordame, carne e vinho que o trabalho dos mesteirais transformavam ou armazenavam, cujo pagamento as gentes não veriam, pelo menos tão cedo. Por isso mesmo, os representantes do Porto reclamariam, em Cortes (em 1439), o seu pagamento[62].

Do Porto, saiu uma frota de sete galés com seus capitães e um número incerto de naus, seguidos de navios pequenos, ao som de trombetas e outros instrumentos. Juntar-se-iam às 8 galés armadas em Lisboa, tendo toda a frota fundeado em Belém[63].

---

[60] ZURARA, Gomes Eannes de – *op. cit.* cap. XXX, p. 90-91.

[61] ZURARA, Gomes Eannes de – *op. cit.* cap. XXX, p. 91.

[62] DUARTE, Luís Miguel – África. In BARATA, Manuel Themudo; TEIXEIRA, Nuno Severiano (dir.) – *Nova história militar de Portugal.* Rio de Mouro: Círculo de Leitores, [2003]. vol. 1, p. 405.

[63] ZURARA, Gomes Eannes de – *op. cit.* cap. XXV-XXXVI.

Aquando do momento festivo do embarque, chegaram novas da doença da rainha, que não escapara à peste que, desde janeiro, grassava nas cidades de Lisboa e Porto[64]. A partida teve lugar em Belém, em dia de Santiago (25 de julho), santo padroeiro na luta contra os mouros. Partiram em direção ao sul, num momento em que grassava a peste no reino, a mesma epidemia que ceifara a vida à própria rainha. Antes porém, encontrando-se no convento de Odivelas, recebeu a notícia de que não apenas D. Pedro e D. Henrique seguiam na expedição, mas também D. Duarte e o rei, tendo mandado preparar três espadas guarnecidas a ouro, aljôfar e pedras preciosas para cada um dos filhos. Gesto que prenunciava o sucesso militar da empresa, com o qual presentearia os seus filhos que seriam armados cavaleiros em combate contra o infiel, afinal o objetivo, talvez, maior da expedição, relevado por Gomes Eanes Zurara, cuja credibilidade é reconhecida[65].

A frota partiu de Lisboa, a 25 de julho de 1415, apesar do desagrado dos habitantes da cidade, que não culpavam o rei mas quem o aconselhara. O próprio rei chefiava a mesma, comandando as galés, enquanto o infante D. Pedro comandava as naus. A bordo, seguia a nobreza do reino e muitos estrangeiros, entre os quais um rico cidadão inglês que, tendo-se posto ao serviço do rei de Portugal, suportava à sua conta quatro ou cinco naus guarnecidas de archeiros e outras gentes.

Os barcos dirigiram-se a Lagos, onde assistiram a uma missa rezada, durante a qual Frei João de Xira tornara público o destino da armada - Ceuta[66], ao mesmo tempo que anunciara a bula de cruzada, com a promessa de absolvição dos pecados e salvação das almas[67], "per uirtude de huũa letera que o samto Padre outorgou a elRey nosso senhor ueemdo seu samto deseio"[68].

Depois, os barcos seguiram para Faro, onde esperariam durante uma semana, que os ventos faltavam. A 9 de agosto, a armada largou novamente, tendo passado, de noite, o Estreito de Gibraltar. Ancorou em Algeciras, assustando a praça de Ceuta. As galés, as fustas e os barcos mais pequenos alcançaram a praia de Ceuta a 12 de agosto. As naus seriam, porém, arrastadas para Málaga, devido a um denso nevoeiro e a fortes correntes.

Durante 13 dias, os Portugueses mantiveram-se frente à cidade, tendo-se perdido o efeito de surpresa. O rei voltou a reunir a armada, na Ponta do Carneiro, à entrada da baía de Algeciras, onde também voltou a ouvir o Conselho.

Em 21 de agosto, os Portugueses entravam pela porta da Almina, tomando a cidade num momento de enfraquecimento do poder da dinastia berbere Merínida, em que abundavam os problemas internos, agravados

[64] IDEM – *Ibidem.* cap. XXXV, p. 109-110.

[65] DUARTE, Luís Miguel – África. In BARATA, Manuel Themudo; TEIXEIRA, Nuno Severiano (dir.) – *Nova história militar de Portugal.* Rio de Mouro: Círculo de Leitores, [2003]. vol. 1, p. 405.

[66] "sua emtemçom he com a graça do Senhor Deos hir sobre a cidade de Cepta". ZURARA, Gomes Eannes de – *op. cit.* cap. 52, p. 159.

[67] IDEM – *Ibidem*. cap. LII-LIII.

[68] IDEM – *Ibidem*. cap. LIII, p. 161.

depois do assassinato do Sultão Abū 'Inān (1359), acontecimento que punha termo ao sonho merínida de unificação do Magreb[69]. Encetava-se então um período de lutas internas com o fortalecimento do poder dos vizires face ao dos sultões, assim como entre Merínidas e Nasridas[70].

CONCLUSÃO

Em Ceuta, no domingo seguinte a 25 de agosto, a mesquita maior fora transformada em igreja para se celebrar a eucaristia e a tão esperada cerimónia: finalmente pôde D. João I armar solenemente os seus filhos cavaleiros cumprindo-se, deste modo, o objetivo maior da empresa, ao mesmo tempo que a vitória de Ceuta permitia reforçar e legitimar o reino e o primeiro rei da novel dinastia de Avis[71], percurso iniciado anos antes em Aljubarrota[72]. Legitimidade que integrava o espírito de cruzada e que também o Papa de Roma certamente ambicionaria. Afinal, se Lisboa fizera D. João I rei[73], em consonância com a segunda maneira como se ganhava *el regno derechamente*, segundo *As Siete Partidas*[74], a conquista da cidade de Ceuta legitimá-lo-ia[75]. A decisão régia, previamente tomada, unia, nos mesmos desígnios, o monarca e os conselheiros presentes na reunião dos privados do rei em Torres Vedras.

Era ainda o ideal de cavalaria medieval que estava presente, que empurrava os homens para a guerra em busca de fama e glória, modelo comportamental bem presente na corte de D. João I[76]. Propósitos distintos, portanto,

[69] KABLY, Mohamed (presid. et direct.) – Le XVe siècle-tournant. In *Histoire du Maroc: réactualisation et synthèse.* Rabat: Institut Royal pour la Recherche sur l'Histoire du Maroc, 2011. p. 374.

[70] HITA RUIZ, José Manuel ; VILLADA PAREDES, Fernando – Medina Sabta: 709-1415. In VILLADA PAREDES, Fernando (coord. general edit.) – *Historia de Ceuta: de los orígenes al año 2000.* Ceuta: Instituto de Estudios Ceutíes, 2009. p. 239 e 242.

[71] Exemplos disso podem colher-se, a título de exemplo, nas bulas de Martinho V *Sane charissimus*, que concedia a indulgência (MARQUES, João Martins da Silva (ed.) - *Descobrimentos portugueses: documentos para a sua história.* Lisboa: Instituto para a Alta Cultura, 1944. vol. 1, n.º 237, 4 de abril de 1418) e *Cum charissimus*, que autorizava o rei de Portugal a comprar armas, cavalos e mantimentos em todos os reinos de Espanha e da Europa para este fim, onde se pedia o concurso dos governantes estrangeiros (MARQUES, João Martins da Silva (ed.) - *Descobrimentos portugueses: documentos para a sua história.* Lisboa: Instituto para a Alta Cultura, 1944. Suplemento ao vol. 1, n.º 67, 4 de abril de 1419).

[72] "Busquey com elles, manifesto he amtre o conhecimento de uos outros. E porque nosso Senhor Deos uerdadeyramente conhecia meu deseio, e com que temçom me mouia a rrequerer a dita paz, prouuelhe por sua merçee de a trazer a esta fim que sabees, a quall cousa eu nom tiue nem tenho por menos uitoria, do que tiue o uemçimento da batalha rreal, na qual! se determinou muy gram parte de nossa duuida". ZURARA, Gomes Eannes de – *op. cit.* cap. XXVI, p. 80.

[73] A cidade que fez do Mestre um Rei. LOPES, Fernão – *Crónica de D. João I.* Lisboa: Livraria Civilização Editora, [2007?]. vol. 1, p. 325 ; vol. 2, p. 88; PASSOS, Maria Lúcia Perrone de Faro – *Lisboa: a cidade de Fernão Lopes.* Lisboa: Colibri, 2014. p. 19.

[74] *Las siete partidas del rey Don Alfonso el Sábio: cotejadas com vários códices antiguos.* Madrid: Imprenta Real, 1807. tomo II, p. 10-11. Ed. facsimilar da Real Academia de la História.

[75] Ideia já avançada por Maria Helena Cruz Coelho. A este propósito, veja-se COELHO, Maria Helena da Cruz – *op. cit.* p. 184-185.

[76] A este propósito, veja-se FIGUEIREDO, Albano António Cabral – *O ideal de cavalaria na crónica da tomada de Ceuta de Gomes Eanes de Zurara.* Coimbra: [s.n.], 1996. p. 20. Dissertação de mestrado em Literatura Portuguesa apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

das tradicionalmente repetidas explicações económicas, sociais e geoestratégicas[77]. Pois muitos dos debates de que Zurara fez eco parecem melhor adequar-se ao seu tempo, ao tempo da escrita da crónica, do que ao tempo da conquista portuguesa da cidade[78], assim como os seus heróis que para esse tempo se projetaram, D. Duarte e D. Henrique, secundarizando a própria figura do monarca português. Por seu turno, a ação de D. Pedro, já então de maldita memória, foi silenciada quando não denegrida.

A isso se juntaria a procura de uma legitimidade para a nova dinastia, nunca conseguida desde 1385, e que o próprio acordo de paz conseguido em 1411, em Segóvia, não garantira, dada a menoridade do monarca castelhano, tendo ficado sujeito à ratificação de Juan II. Esta seria apenas conseguida em 30 de abril de 1423[79] e já depois da conquista da cidade do Magreb e da ostentação do título de "Rey de Portugal e do Algarve e Senhor de Cepta"[80] pelo monarca português. Todavia, a paz perpétua entre Portugal e Castela apenas seria conseguida depois de uma nova ofensiva diplomática, que culminou em 30 de outubro de 1431, em Medina del Campo[81].

A manutenção da cidade acarretaria, porém, elevados custos para o reino, difíceis de quantificar, ainda que um documento posterior refira o valor da empresa em 280 mil dobras[82].

[77] DUARTE, Luís Miguel – África. In BARATA, Manuel Themudo; TEIXEIRA, Nuno Severiano (dir.) – *Nova história militar de Portugal.* Rio de Mouro: Círculo de Leitores, [2003]. vol. 1, p. 394.

[78] COELHO, Maria Helena da Cruz – *op. cit.* p. 183.

[79] ANTT, Gaveta XVIII. *Maço 11, n.º 4.*

[80] ANTT, Chancelaria de D. João I. *liv. 3*, fl. 187. 1416, fevereiro 8. Pub. MARQUES, João Martins da Silva (ed.) - *Descobrimentos portugueses: documentos para a sua história.* Lisboa: Instituto para a Alta Cultura, 1944. Suplemento ao vol. 1, p. 563-564.

[81] SANTARÉM, Visconde de [et al.] – *Quadro elementar das relações políticas e diplomáticas de Portugal com as diversas potências do mundo, desde o princípio da monarquia até aos nossos dias.* Lisboa : [s.n.], 1842. tomo I, p. 311.

[82] FARO, Jorge – *Receitas e despesas da Fazenda Real de 1384 a 1481: subsídios documentais.* Lisboa: Centro de Estudos Económicos, 1965. p. 66.

FONTES E BIBLIOGRAFIA

Fontes Manuscritas

Arquivo Municipal de Lisboa

Livro 1.º do provimento do pão.

Livro dos pregos.

Arquivo Nacional da Torre do Tombo

Chancelaria de D. Fernando, *Livro 1.*

Chancelaria de D. João I, *Livro 3.*

Colegiada de Santa Cruz do Castelo, *Maço. 5, n.º 211.*

Gaveta XVIII, *Maço. 11, n.º 4.*

Mosteiro de Chelas, *Maço. 27, n.º 530 e Maço. 57, n.º 1130.*

Fontes Impressas

DIAS, João José Alves (org. e rev. geral) – *Chancelarias portuguesas: D. João I.* Lisboa: Universidade Nova de Lisboa. Centro de Estudos Históricos, 2006.

DINIS, António Joaquim Dias (dir. e org.) – *Monumenta henricina.* Coimbra: Comissão Executiva das Comemorações do V Centenário da Morte do Infante D. Henrique, 1960-1974. vol. 2.

LAS SIETE partidas del Rey Don Alfonso el Sábio: cotejadas com vários códices antiguos. Madrid: Imprenta Real, 1807. tomo 2. Ed. facsimilar da Real Academia de la História.

LOPES, Fernão – *Crónica de D. João I.* Lisboa: Livraria Civilização Editora, [2007?].

MARQUES, João Martins da Silva (ed.) – *Descobrimentos portugueses: documentos para a sua história.* Lisboa: Instituto para a Alta Cultura, 1944. vol. 1 e supl. ao vol. 1.

OLIVEIRA, Cristóvão Rodrigues de – *Lisboa em 1551: summario.* Lisboa: Livros Horizonte, 1987.

OLIVEIRA, Fernando – *A arte da guerra no mar.* Lisboa: Academia da Marinha, 1983.

ORDENAÇÕES afonsinas. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1998. Ed. fac-simile da ed. feita na Real Imprensa da Universidade de Coimbra, no ano de 1792.

SANTARÉM, Visconde de [et al.] – *Quadro elementar das relações políticas e diplomáticas de Portugal com as diversas potências do mundo, desde o princípio da monarquia até aos nossos dias.* Lisboa: [s.n.], 1842. tomo I.

ZURARA, Gomes Eannes de – *Crónica da tomada de Ceuta por el-rei D. João I.* Lisboa: Academia das Sciências de Lisboa, 1915.

Estudos

BRAGA, Isabel Drumond; BRAGA, Paulo Drumond – *Ceuta portuguesa: 1415-1656.* Ceuta: Instituto de Estudios Ceutíes, 1998.

BRAGA, Paulo Drumond; BRAGA, Isabel Drumond – El dominio portugués hasta 1580. In VILLADA PAREDES, Fernando (coord. general edit.) – *Historia de Ceuta: de los orígenes al año 2000.* Ceuta: Instituto de Estudios Ceutíes, 2009.

COELHO, Maria Helena da Cruz – *D. João I: o que re-colheu Boa Memória.* Rio de Mouro: Círculo de Leitores, 2005.

CRUZ, António – *O Porto nas navegações e na expansão.* Lisboa: ICLP, 1983.

DUARTE, Luís Miguel – A marinha de guerra portuguesa. In BARATA, Manuel Themudo; TEIXEIRA, Nuno Severiano (dir.) – *Nova história militar de Portugal.* Rio de Mouro: Círculo de Leitores, [2003]. vol. 1.

DUARTE, Luís Miguel – África. In BARATA, Manuel Themudo; TEIXEIRA, Nuno Severiano (dir.) – *Nova história militar de Portugal.* Rio de Mouro: Círculo de Leitores, [2003]. vol. 1.

FARO, Jorge – *Receitas e despesas da Fazenda Real de 1384 a 1481: subsídios documentais.* Lisboa: Centro de Estudos Económicos, 1965.

FIGUEIREDO, Albano António Cabral – *O ideal de cavalaria na crónica da tomada de Ceuta de Gomes Eanes de Zurara.* Coimbra: [s.n], 1996. Dissertação de mestrado em Literatura Portuguesa apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

FREITAS, Judite A. Gonçalves de – Conselho Régio. In *O Estado em Portugal: séculos XII-XVI : modernidades medievais.* Lisboa: Aletheia, 2011. p. 157-166.

HITA RUIZ, José Manuel; VILLADA PAREDES, Fernando – Medina Sabta: 709-1415. In VILLADA PAREDES, Fernando (coord. general edit.) – *Historia de Ceuta: de los orígenes al año 2000.* Ceuta: Instituto de Estudios Ceutíes, 2009.

HOMEM, Armando Luís de Carvalho – Conselheiros de D. João I. In P*ortugal nos finais da Idade Média: Estado, instituições, sociedade política.* Lisboa: Livros Horizonte, 1990. p. 254-278.

HOMEM, Armando Luís de Carvalho – Conselho Real ou Conselheiros do Rei? A propósito dos 'privados' de D. João I. In *Portugal nos finais da Idade Média: Estado, instituições, sociedade política.* Lisboa: Livros Horizonte, 1990. p. 221-253.

KABLY, Mohamed (presid. e diret.) – Le XVe siècle-tournant. In *Histoire du Maroc: réactualisation et synthèse.* Rabat: Institut Royal pour la Recherche sur l'Histoire du Maroc, 2011.

KELLY, J. N. D. – *The Oxford dictionary of popes.* Oxford: Oxford University Press, 1986.

MENEZES, José de Vasconcelos e – Tercenas de Lisboa I. *Lisboa: Revista Municipal.* Lisboa: Câmara Municipal. II Série N.º 16 (2.º sem. 1986), p. 8.

MORENO, Humberto Baquero – *Os itinerários de El-Rei Dom João I: 1384-1433.* Lisboa: ICALP, 1988.

PASSOS, Maria Lúcia Perrone de Faro – *Lisboa: a cidade de Fernão Lopes.* Lisboa: Colibri, 2014.

PEDROSA, Fernando Gomes – *As tercenas medievais e a terçanabal do infante D. Henrique.* Lisboa: Academia de Marinha, 2013.

SILVA, Augusto Vieira da – *As muralhas da ribeira de Lisboa.* 3.ª ed. Lisboa: Câmara Municipal, 1987. vol. 2.

SILVA, Carlos Guardado da – *A conquista de Ceuta: Conselho Régio de Torres Vedras.* Lisboa: Colibri: Universidade de Lisboa. Faculdade de Letras. Instituto de Estudos Regionais e do Municipalismo Alexandre Herculano; Torres Vedras: Câmara Municipal, 2015.

SILVA, Carlos Guardado da – *Lisboa medieval: a organização e a estruturação do espaço urbano.* Lisboa: Colibri, 2008.

SOUSA, José Maria Cordeiro de – *Inscrições portuguesas de Marrocos.* Lisboa: Junta Nacional de Educação, 1953.

Armas para Ceuta (1420). Contribuição para o estudo do armamento português no início do século XV

Weapons to Ceuta (1420). Contribution to the study of Portuguese weaponry in the beginning of the XV century

Tiago Machado de Castro*

submissão/submission: 11/08/2015
aceitação/approval: 21/09/2015

RESUMO

O presente trabalho de investigação visa observar e caracterizar um conjunto de armamento defensivo enviado para a cidade de Ceuta em 1420. A partir de um documento do Arquivo Municipal de Lisboa, podem acompanhar-se alguns dos passos que foram necessários para reunir este conjunto de armas, mas principalmente temos acesso ao seu inventário, que permite aceder às suas características físicas e ao léxico utilizado na época para a sua categorização e descrição.

Com os dados do inventário propõe-se aqui fazer um glossário, que sirva como apoio à leitura deste documento e que contribua para um estudo mais alargado do armamento português de inícios do século XV.

* CLUL – Centro de Linguística, Faculdade de Letras / Universidade de Lisboa;
CHAM - Centro de História d´Aquém e d´Além-Mar, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas / Universidade Nova de Lisboa e Universidade dos Açores, Portugal.

Tiago de Martinho Simões Machado de Castro nasceu em Lisboa a 22 de junho de 1971. É licenciado em História, mestre em História Marítima pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa e doutorando em História da Expansão na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. É desde 2012 bolseiro de investigação do projeto *Post Scriptum: Arquivo Digital de Escrita Quotidiana em Portugal e Espanha na Época Moderna* do Centro de Linguística da Universidade de Lisboa. É desde 2013 assistente de investigação do Centro de História d´Aquém e d´Além-Mar da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa e Universidade dos Açores. Tem como temas principais de investigação a História Marítima e a História Militar na Idade Moderna. Como subtemas os seus trabalhos incidem na presença portuguesa no oriente, na construção naval, na artilharia e artilheiros e na relação dos ofícios mecânicos com os ofícios militares de Terceiro Estado.

Correio eletrónico: tmachadocastro@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE

Século XV / Ceuta / Armamento / Inventário / História militar

ABSTRACT

The following study aims to observe and characterize a set of defensive armor sent to Ceuta in 1420. From an Arquivo Municipal de Lisboa document, one can follow some of the measures taken to muster this set of weapons, but essentially we have access to the inventory in its written form, providing us information regarding their physical description and the contemporary terminology used to describe them.

From the data present in the inventory, we propose a short glossary, to act as a reading support to this document and also to be a contribution to a broader study of the Portuguese armament in the beginning of the XV century.

KEYWORDS

XV century / Ceuta / Armor / Inventory / Military history

INTRODUÇÃO

O documento que aqui se estuda está à guarda do Arquivo Municipal de Lisboa sob a cota AML-AH, *Livro 1º de místicos de reis*, doc. 7[1]. Tem a dimensão de 620 por 229 mm e foi escrito sobre pergaminho. Anteriormente foi publicado na *Monumenta Henricina*[2], nos *Documentos para a História da Cidade de Lisboa*[3] e mais recentemente

[1] A ligação eletrónica para o original digitalizado é a seguinte: http://arquivomunicipal2.cm-lisboa.pt/x-arqweb/SearchResultOnline.aspx?search=_OB:%2b_QT:MFN_9540_Q:_EQ:T_D:T___&type=PCD&mode=0&page=0&res=0&set=;AH

[2] *MONUMENTA HENRICINA*. Coimbra: Comissão Executiva das Comemorações do V Centenário da Morte do Infante D. Henrique, 1960-1978. vol. 2, doc. 190, p. 379-381.

[3] *DOCUMENTOS PARA A HISTÓRIA DA CIDADE DE LISBOA. Livro I de Místicos de Reis e Livro II dos Reis D. Dinis, D. Afonso IV e D. Pedro I*. Lisboa: Câmara Municipal, 1947. Doc. 7, p. 41-43.

na *Documentação Henriquina*[4]. Comparando o original manuscrito com estas edições, conclui que perante as divergências não seria redundante oferecer uma nova transcrição[5].

Como se verá na descrição de conteúdo que se segue, este documento a que chamarei de inventário, pois é esta sua componente que mais me interessa analisar no decurso deste trabalho, encerra em si algumas questões que ficam por resolver. O espaço e o tempo para a execução do trabalho e da investigação são as razões essenciais pelas quais acabam por não ser perseguidas aqui até uma resolução definitiva.

O nosso objetivo será a descrição e definição tipológica do conjunto de armas defensivas que estão descritas neste inventário. O que se pretende com este exercício é criar um documento que seja complementar à leitura do inventário e que permita o acesso ao sentido dos termos utilizados. Tal como em casos relacionados com marinharia e assuntos náuticos, como exemplo de um universo com uma linguagem tão específica na descrição dos seus objetos, o léxico utilizado na descrição dos materiais de guerra antigos por vezes resulta distante da compreensão do leitor que não tenha esta área concreta como fulcro das suas investigações.

Neste documento, Afonso Guterres, tabelião do rei em Lisboa[6], perante as testemunhas enumeradas, reconhece uma procuração em pergaminho feita e assinada por ele próprio e passada a Vasco Martins, escudeiro de D. Fernando de Meneses. Por esta, o referido escudeiro e procurador fica autorizado a levantar um número de peças de armadura (arneses) para levar numa armada a Ceuta e a estabelecer acordos com os proprietários das armaduras com vista à sua devolução em bom estado. Fica também posto que foi por carta aos moradores da cidade de Lisboa, passada pelo infante D. Duarte, futuro rei de Portugal e primogénito de D. João I, que estas armas foram reunidas. A data em que a procuração foi apresentada, e que constitui a data formal deste documento, é 9 de julho da era de 1458 (ano de 1420). A procuração a Vasco Martins, que vem apenas mencionada, foi feita no dia anterior, a 8 de julho.

O segmento seguinte do documento apresenta o conhecimento pelo qual Vasco Martins confirma ter recebido de Gomes Eanes, escrivão da coudelaria, as armas cedidas pela cidade, que são então inventariadas em diversos itens, nos quais se indica a tipologia e o número, descrevendo-se depois individualmente cada uma, apontando-se nalguns casos o nome do seu proprietário. As tipologias de armamento que podem ser vistas são: bacinetes, cotas, peças, loudéis, solhas, braçais e rebraços.

O encerramento do documento reconfirma a obrigação de devolver as armas em bom estado quando terminar a expedição, sob garantia dos bens de D. Fernando de Meneses. O valor dado a cada uma destas armas não está presente no documento.

[4] GARCIA, José Manuel (introd. e org.) - *Documentação henriquina*. Maia: Castoliva Editora, 1995. p. 407-408.

[5] A transcrição do documento está em anexo a este artigo. Procedeu-se à substituição de *JJ* com valor de *II* e de *UU* com valor de *VV*, assim como de *BB* com valor de *VV*, sendo estas as variantes mais significativas às normas de transcrição documental desta revista.

[6] Sobre Afonso Guterres, tabelião na Câmara de Lisboa, veja-se: http://arquivomunicipal.cm-lisboa.pt/pt/investigacao/estudos/tabeliaes-de-lisboa/a/afonso-guterres/

O INVENTÁRIO

Tanto no cabeçalho do documento como no seu verso existem apontamentos, feitos por uma mão diferente, que também são de natural interesse. Nas notas que o encabeçam consta o nome do infante D. Duarte, desvanecendo qualquer dúvida sobre qual dos infantes é que havia requisitado este armamento à cidade de Lisboa, pois no texto do documento este dado é omisso. D. João I conferiu inicialmente ao infante D. Henrique, por carta régia de 18 de fevereiro 1416, o encargo de no reino assegurar a defesa e abastecimento da praça de Ceuta[7]. Sem a menção explícita ao seu irmão poderia supor-se ser este o autor do pedido de armamento. No verso também é feito o acerto de 38 anos que converte 1458 da era de César no ano 1420 da era de Cristo.

O género de missão a que estas armas se destinam é outro dos aspetos não assinalado no documento, percebendo-se apenas que se trata da saída de uma armada com destino a Ceuta, que dentro das hipóteses conhecidas será a viagem anual de abastecimento à praça. Esta viagem inaugurou-se em 1416 e ocorreu até pleno século XVI, cumprindo a missão de apoiar e abastecer os "lugares de além", e de fazer o corso à navegação muçulmana[8]. Somente pela tipologia das armas defensivas inventariadas não se consegue apurar o género de missão onde iriam participar, sendo de assumir que se trata do equipamento de indivíduos destinados à guarnição de Ceuta[9].

---

[7] COSTA, João Paulo Oliveira e – *Henrique, o Infante.* Lisboa: A Esfera dos Livros, 2009. p. 115-116. DÁVILA, Maria Barreto – O Infante D. Henrique e a gestão dos "Dez Reais para Ceuta". In COLÓQUIO INTERNACIONAL, Lagos, 2010 - *A herança do Infante.* Coordenação de Artur Teodoro de Matos e João Paulo Oliveira e Costa. Lisboa: Centro de Estudos dos Povos e Culturas de Expressão Portuguesa-Universidade Católica Portuguesa; Centro de Estudos de Além-Mar-Universidade Nova de Lisboa, 2011, *passim*.

[8] RODRIGUES, Vítor Luís Gaspar – Organização militar e práticas de guerra dos portugueses em Marrocos no século XV, princípios do século XVI: a sua importância como modelo referencial para a expansão portuguesa no Oriente. In *Anais de História de Além-Mar.* Lisboa: Centro de História de Além-Mar. V 2 (2001), p. 161. Luís Miguel Duarte trata o "vaivém regular de navios entre Portugal e a cidade marroquina, para levar cereal, vinho, outros alimentos e todos os produtos manufaturados indispensáveis à sobrevivência da guarnição" por *Carreira de Ceuta*; DUARTE, Luís Miguel – *Ceuta 1415: seiscentos anos depois.* Lisboa: Livros Horizonte, 2015. p. 238-240.

[9] Um dos serviços naturais das guarnições em Marrocos era a defesa das fortalezas. O outro era a participação em incursões sobre o território inimigo circunvizinho, exercendo pressão na "fronteira". Este género de incursões vinha da tradição bélica medieval da Reconquista peninsular e sendo transposta para os campos de Marrocos proporcionava aos fidalgos portugueses o espaço próprio para uma aprendizagem do serviço em armas, onde obtinham "honra e proveito". A par dos rendimentos obtidos no corso contra os muçulmanos, destas expedições terrestres resultavam importantes proveitos provenientes da captura de gado, géneros alimentícios e cativos, essenciais para o rendimento das praças portuguesas. Muito do que esta "escola marroquina" de guerra ensinou foi posteriormente transposto para o oriente, com as necessárias adaptações às situações locais. Sobre a forma desta "guerra guerreada" veja-se: RODRIGUES, Vítor Luís Gaspar – *op. cit.*, p. 164-166. Ainda sobre tática militar nas fortalezas de Marrocos veja-se: RICARD, Robert – A propos de "rebato": note sur la tactique militaire dans les places portugaises du Maroc. In *Études sur l´histoire des portugais au Maroc.* Coimbra: Universidade de Coimbra, 1955, p. 345-355. Dias Farinha divide os residentes das praças de Marrocos em dois grupos principais: os moradores e os fronteiros. Os fronteiros eram principalmente fidalgos ou gente nobilitada, que servia em armas nas praças por períodos de dois ou três anos. Os moradores formavam a população civil, geralmente de Terceiro Estado, englobando os artífices, mercadores, mulheres, escravos e inválidos entre outros. Também desempenhavam funções militares quando a isso eram chamados. FARINHA, António Dias – *Os portugueses em Marrocos.* Lisboa: Instituto Camões, 1999. p. 46-47.

Sabemos que nos anos de 1418-1419 foram enviadas duas armadas de socorro a esta praça, onde a intervenção do infante D. Duarte é notada. No verão de 1418 os reis de Fez e de Granada concertaram esforços para tentar recuperar Ceuta e, dado o alarme, preparou-se no reino uma expedição de socorro. Nesse ano seguiu uma armada com 600 homens sob o comando de D. João de Noronha[10], apenas em prevenção, pois entretanto soube-se que o cerco havia sido rechaçado. Em 1419, os muçulmanos renovaram o assédio, o que levou então ao envio de uma força maior, onde se destaca a presença dos infantes D. Henrique e D. João e do conde de Barcelos, filho bastardo do rei. A chegada desta força, na altura em que o capitão da praça, D. Pedro de Meneses[11], acabava de rechaçar uma investida inimiga, levou a que os assaltantes desmoralizassem e levantassem o cerco[12]. O infante D. Duarte não participou nas expedições mas esteve envolvido nos seus preparativos. Ainda sobre este socorro a Ceuta, Isabel e Paulo Drumond Braga apontam que terão sido de facto dois cercos: um em cada ano e cada um com a sua resposta por parte do reino[13]. Recentemente, Gouveia Monteiro, considera a existência de dois cercos, dedicando um capítulo da sua obra a cada um deles[14]. Esta é, pois, a ocasião cronologicamente mais próxima justificando o envio de armas. Contudo esta viagem de 1420 está em preparação na altura em que o documento é escrito, pelo que parece estar dissociada dos socorros de 1418-1419, sendo outro o seu objetivo, o qual não foi possível apurar[15].

[10] Filho segundo de D. Afonso, conde de Noreña e Gijon. Esteve presente na tomada de Ceuta de 1415, integrado no séquito do infante D. Duarte, onde terá sido feito cavaleiro. Comandou a armada de socorro a Ceuta em 1418, sendo gravemente ferido nos combates com os mouros. Faleceu em Almodôvar sem descendentes. Sobre esta linhagem e a sua ação na expansão portuguesa dos séculos XV e XVI veja-se: TEIXEIRA, André Pinto de Sousa Dias – Uma linhagem ao serviço da «Ideia Imperial Manuelina»: Noronhas e Meneses de Vila Real, em Marrocos e na Índia. In COSTA, João Paulo de Oliveira e; RODRIGUES, Vítor Luís Gaspar – *A alta nobreza e a fundação do Estado da Índia.* Lisboa: Universidade Nova de Lisboa-Centro de História de Além-Mar; Instituto de Investigação Científica Tropical; Centro de Estudos de História e Cartografia Antiga, 2004. p. 111-112.

[11] Sobre D. Pedro de Meneses e a sua ação enquanto capitão de Ceuta veja-se, naturalmente: ZURARA, Gomes Eanes de – *Crónica do Conde D. Pedro de Menezes.* Porto: [s.n.], 1988. Reprodução fac-similada com nota de apresentação por José Adriano de Freitas Carvalho. Veja-se também: CAMPOS, Nuno Silva – *D. Pedro de Meneses e a construção da Casa de Vila Real (1415-1437).* Lisboa: Edições Colibri; Centro Interdisciplinar de História, Culturas e Sociedades-Universidade de Évora, 2004; Idem – *D. Pedro de Meneses: o primeiro capitão de Ceuta.* Lisboa: Sete Caminhos, 2008.

[12] COSTA, João Paulo Oliveira e – *op. cit.*, p. 119-120.

[13] Sobre a questão dos cercos, ou do cerco, das suas datas e a bibliografia consultada veja-se: BRAGA, Isabel M.R. Mendes Drumond; BRAGA, Paulo Drumond – *Ceuta portuguesa (1415-1656).* Ceuta: Instituto de Estudos Ceutíes, 1998. p. 33-35.

[14] Confira-se a nota 160 à página 134, onde se volta a abordar a questão do cerco, ou dos dois cercos, e se acrescenta nova bibliografia; MONTEIRO, João Gouveia; COSTA, António Martins – *1415: a conquista de Ceuta.* Lisboa: Manuscrito, 2015. p. 129-133, 134 e 137.

[15] A missão desta armada que vai a Ceuta foi um dos pontos fulcrais da investigação, mas sobre o qual a bibliografia selecionada para este artigo pouco avançou. As crónicas e as compilações documentais consultadas não devolveram resultados associáveis a este inventário de 1420. Nos restantes livros e artigos selecionados, Mário Barroca menciona que é referente a um socorro a Ceuta, mas não indica mais dados sobre o caso; BARROCA, Mário Jorge – Armamento medieval português: notas sobre a evolução do equipamento militar das forças cristãs. In BARROCA, Mário Jorge; MONTEIRO, João Gouveia (coord.) – *Pera guerrejar: armamento medieval no espaço português.* Palmela: Câmara Municipal, 2000. p. 67. João Gouveia Monteiro sugere o mesmo; MONTEIRO, João Gouveia; COSTA, António Martins – *op. cit.*, p. 175. Nuno Silva Campos publica uma tabela de operações navais, composta a partir da *Crónica do Conde D. Pedro de Menezes*, onde também não foi possível associar a expedição de 1420, fosse por data ou por nome dos seus comandantes; CAMPOS, Nuno Silva – *D. Pedro de Meneses e a construção da Casa de Vila Real*, [...], p. 204-208.

Ainda no verso, temos um título indicativo do teor do documento, onde se reconfirma que se trata de uma entrega de armas por parte da cidade de Lisboa a um procurador de D. Fernando de Meneses. No verso, temos uma lista de seis nomes, acompanhados de valores em numerais romanos. Este apontamento foi feito por uma mão diferente daquela que escreveu o texto, a do tabelião Afonso Guterres. Nas versões impressas deste documento repara-se que a *Monumenta Henricina* e a *Documentação Henriquina* publicam esta lista de nomes, algo que não sucede na versão dos Documentos da Câmara de Lisboa. Veja-se abaixo um comparativo entre os nomes publicados e a nossa leitura do original manuscrito, dadas as divergências relevantes:

Monumenta Henricina	*Documentação Henriquina*	Nossa leitura
Diogo Lopez de Sousa xx	Diego Lopez de Sousa xx	Diego lopez x[16]
Diogo Soiares de Bragara	Diego soairez de Bragara	Diego Soairez x dab*er*garia[17]
Fernão Gonçallvez seu irmão iij	Fernam Gonçallvez seu jirmãao iij	Fe*r*nã g*onçallvez* seu Jrmaoo [xj]
Sancho gomez de Auellar bj	Sancho Gomez de Avelar bj	Sancho Gomez do auelar bj[18]
Dom Fernando de Meneses x	Dom fernando de menezes x	Dom ff*er*nado de menezes x[19]
Vaasco Fernandez Coutinho bj	Vaasco Fernandez Coutinho bj	Vaasco ff*er*nadez Coutinho bj[20]

[16] Sendo Diogo Lopes de Sousa, seria filho de Lopo Dias de Sousa, mestre da Ordem de Cristo, e foi um dos que esteve presente na expedição de 1415. Aparece filiado a D. João I e ao infante D. Duarte, do qual foi posteriormente mordomo-mor. Para mais referências veja-se: CRUZ, Abel dos Santos – *A nobreza portuguesa em Marrocos no século XV (1415-1464).* Porto: [s.n.], 1995. p. 41. Dissertação de Mestrado em História Medieval, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

[17] A sugestão que temos da leitura do manuscrito é que numa primeira fase apenas foi escrito Diogo Soares seguido do numeral romano *X*, posteriormente ou imediatamente, pois trata-se da mesma mão, foi acrescentado o "dabergaria". A leitura que faço fundamenta-se na abreviatura utilizada a seguir ao B e que tem um valor normal de ER/RE. Note-se também a utilização da mesma abreviatura na linha imediatamente abaixo em "Fe*r*nã gllz", na 5ª linha "Ff*er*nando" e na 6ª linha "ff*er*nadez". O desdobramento das abreviaturas faz-se aqui com itálico para melhor visualização. Sobre o sinal de abreviatura que se menciona e sobre o seu uso e variantes veja-se: NUNES, Eduardo Borges – *Abreviaturas paleográficas portuguesas.* Lisboa: Faculdade de Letras [Universidade de Lisboa], 1981. p. 5.

[18] Sancho Gomes de Avelar (c. 1360-1438), escudeiro, vassalo de D. João I. Para mais dados biográficos e a sua linhagem veja-se: SOVERAL, Manuel Abranches – *Origem dos Avelar e dos Soveral* [Em linha]. Consultado em 30-07-2015. Disponível na internet em: http://www.soveral.info/mas/Soveral%20e%20Avelar.htm

[19] D. Fernando de Meneses, cavaleiro-fidalgo e 2º senhor de Cantanhede, filho de D. Martinho de Meneses. Primo de D. Duarte de Meneses, que foi o primeiro capitão de Ceuta. Foi feito cavaleiro após a tomada de Ceuta pelo infante D. Duarte, juntamente com D. Pedro de Meneses, D. João de Noronha, Henrique de Noronha, entre outros. Esteve presente na tomada de Tetuão em 1436 e na expedição de Tânger em 1437. Para mais dados biográficos veja-se: MORENO, Humberto Baquero – *A batalha de Alfarrobeira: antecedentes e significado histórico.* Coimbra: Universidade de Coimbra, 1980. p. 883; CRUZ, Abel dos Santos – *op. cit.*, p. 42.

[20] Vasco Fernandes Coutinho (c. 1385-1450), 1º conde de Marialva e desde 1413 marechal do reino. Filho de Gonçalo Vasques Coutinho e casado com D. Maria de Sousa, filha de Lopo Dias de Sousa, mestre da Ordem de Cristo, pai do também mencionado nesta lista Diogo Lopes de Sousa. Esteve presente na tomada de Ceuta de 1415 e posteriormente na expedição a Tânger de 1437. Para mais dados biográficos veja-se: MORENO, Humberto Baquero – *op. cit.*, p. 795 e CRUZ, Abel dos Santos – *op. cit.*, p. 60.

Diogo Lopes do manuscrito aparece convertido em Diogo Lopes de Sousa nas versões publicadas. Mais significativa é a leitura divergente entre "Diogo Soaires de Bragara", antropónimo sobre o qual não existe qualquer informação na bibliografia ou nas fontes consultadas, e "Diego Soairez dabergaria", do qual já foi possível recolher um volume diferente de dados[21]. Contraditório, porém, é o nome que se segue imediatamente ao de Diogo Soares: Fernão Gonçalves "seu irmão". Também aqui a pesquisa feita não devolveu um resultado que exiba um Diogo Soares, seja de Albergaria ou de "Bragara", irmão de Fernão Gonçalves. Quem surge como irmão de Diogo Soares de Albergaria é Fernão Soares, sendo ambos filhos de Fernão Gonçalves de Figueiredo, casado com Catarina Dias de Albergaria, esta filha de um primeiro Diogo Soares de Albergaria[22]. Também temos de ter em conta que a mão que introduziu os apontamentos diverge da que fez as anotações do cabeçalho e da que compôs o texto. Essas notas são obrigatoriamente posteriores à escrita deste documento, assinalando a alteração do calendário estabelecida em 1422, por carta de D. João I[23], o que poderá levar a crer que também este outro escriba conjeturou elementos.

Também estão postos à frente dos seus nomes o que parecem ser alguns valores, expressos em numerais romanos, não sendo certo, pelo conteúdo do documento, a que se referem. Será o número de homens que cada um deve fornecer à expedição ou algum valor em dinheiro? Não existe a indicação de nenhum tipo de moeda associado a estes numerais romanos, sendo que a mais corrente em época seria o real. Tendo em conta a prática normal, e essencial, de indicar a unidade monetária quando estamos perante valores em dinheiro, esta última ideia não parece plausível. A primeira ideia referir-se-ia a um possível número de combatentes que cada um destes indivíduos deveria fornecer ou financiar no âmbito desta expedição, mas de novo faltam dados concretos que suportem esta ideia.

AS ARMAS ENVIADAS A CEUTA

O inventário refere-se exclusivamente a armamento defensivo, vulgarmente peças de armadura, e, pelos tipos apresentados, destinadas a equipar cavaleiros ou homens de armas, dentro da tradição de guerra medieval. Este é um aspeto relevante, dado inserir-se num período de transição, onde a tradição de guerra medieval se começa a fundir com as novas lógicas de guerra da Idade Moderna. O século XV foi de alteração nos conceitos e nas tecnologias de guerra, época em que se assiste à afirmação da pólvora nos contextos de guerra ofensiva e defensiva, tanto em terra como no mar, ao reajuste do papel das cavalarias dentro dos exércitos e à imposição (ou

[21] Diogo Soares de Albergaria, filho de Fernão Gonçalves de Figueiredo. Esteve presente na tomada de Ceuta em 1415 e na expedição de Tânger de 1437. Filiado a D. João I e a D. Duarte. Para mais dados biográficos veja-se: CRUZ, Abel dos Santos – *op. cit.*, p. 41, 73 e 106. Para uma visão mais alargada veja-se: GAGO, Alice João Palma Borges – *A casa senhorial de Diogo Soares de Albergaria.* Lisboa: [s.n.], 2000. Dissertação de Mestrado em História Medieval, apresentada à Universidade Nova de Lisboa, *passim.* Zurara aponta a presença de Diogo Soares de Albergaria no socorro de Ceuta de 1419; ZURARA, Gomes Eanes de – *Crónica do Conde D. Pedro de Menezes.* [...], p. 274.

[22] Este primeiro Diogo Soares de Albergaria estima-se que terá falecido em 1387. GAGO, Alice João Palma Borges – *op. cit.*, p. 31.

[23] Por esta alteração deve-se retirar 38 anos a toda a documentação que indique "ano da era", tal como ocorre com o presente documento.

reimposição se tratarmos de longa duração) da infantaria no campo de batalha, mais presente nos subsequentes séculos XVI e XVII[24].

Obras fundamentais para o caso português são *A Guerra em Portugal nos finais da Idade Média*, de João Gouveia Monteiro, o catálogo de exposição *Pera Guerrejar*, coordenado por Mário Jorge Barroca e pelo mesmo João Gouveia Monteiro, cujos artigos são referência em qualquer estudo nesta área, e a recente publicação de Paulo Agostinho, *Vestidos para matar*, sobre a existência de peças de armadura na cronística dos séculos XIV e XV e onde se pode encontrar um extenso número de referências descritivas de material bélico ofensivo e defensivo. Em suporte a estas obras servimo-nos em paralelo do *Elucidário* de Santa Rosa Viterbo, na versão digital oferecida no sítio da Biblioteca Nacional[25], e do *Vocabulário* de Rafael Bluteau[26], a partir do sítio do projeto *Corpus Lexicográfico do Português*[27].

No inventário estão presentes as seguintes quantidades e tipos de armas defensivas: dez bacinetes, sete cotas, cinco peças, quatro loudéis, duas solhas, dez pares de braçais e cinco pares de rebraços. É dentro destas tipologias que abaixo se procede a uma descrição detalhada.

Bacinetes

O bacinete engloba-se na tipologia das proteções defensivas de cabeça. Na listagem de referências feita por Paulo Agostinho nota-se que o maior número acaba por ser exatamente de bacinetes[28]. No *Elucidário* de Santa Rosa Viterbo o bacinete vem definido como sendo um morrião ou chapéu de ferro ou aço para defender a cabeça das armas ofensivas, podendo ser complementado com outros elementos defensivos, tais como camal e babeira[29].

[24] Entre muitas possibilidades bibliográficas sobre este tema proponho como referencia um artigo de Clifford J. Rogers, integrado no mais amplo debate sobre a Revolução Militar, em que aborda a existência de duas revoluções, da infantaria e da artilharia, no período da Guerra dos Cem Anos, como condições iniciais para outro conjunto de subsequentes "Revoluções". Dentro do ponto que quero ilustrar, veja-se o que é dito sobre a subida de importância do papel da infantaria no campo de batalha e do impacto social que daí resultou; ROGERS, Clifford J. – The military revolutions of the Hundred Years War. In ROGERS, Clifford J. (ed.) – *The military revolution debate: readings on the military transformation of early Modern Europe.* Boulder: San Francisco; Oxford: Westview Press, 1995. p. 57-64.

[25] Indicado para todas as referências neste artigo, sob forma abreviada, como: VITERBO, Santa Rosa – *Elucidário*... 2ª ed. revista. Lisboa: A. J. Fernandes Lopes, 1865. A ligação eletrónica é a seguinte: http://purl.pt/13944

[26] Indicado para todas as referências neste artigo como: BLUTEAU, Rafael – *Vocabulário*, "termo procurado". (No recurso eletrónico que utilizei os artigos não indicam volume nem número de página, o que acaba por constituir um defeito quando se quer uma mais precisa referenciação. Assim ao utilizar o sítio do *Corpus Lexicográfico do Português*, deve-se escolher a obra ou conjunto de obras que se deseja e o termo a procurar. Neste artigo limitei-me ao *Vocabulario Portuguez* e *Latino* de Rafael Bluteau, estando o leitor livre para procurar mais correspondências).

[27] "O Corpus Lexicográfico do Português é um projeto de investigação da Universidade de Aveiro e do Centro de Linguística da Universidade de Lisboa, que trabalha sobre o texto antigo, particularmente sobre o texto dicionarístico, promovendo a sua edição e o tratamento em base de dados. A memória textual de referência (séculos XVI a XIX) abrange como objecto principal os dicionários e as publicações de tipo paralexicográfico, incluindo os textos metaortográficos e as coletâneas de provérbios". A ligação eletrónica é a seguinte: http://clp.dlc.ua.pt/Inicio.aspx

[28] Veja-se Tabela 4 - Proteções de cabeça; AGOSTINHO, Paulo Jorge Simões – *Vestidos para matar: o armamento de guerra na cronística portuguesa de Quatrocentos.* Coimbra: [s.n.], 2006. p. 55 e 62-76. Dissertação de Mestrado, apresentada à Faculdade Letras da Universidade de Coimbra.

[29] VITERBO, Santa Rosa – *Elucidário*, I, p. 114-115.

Bluteau indica que é "He huma armadura, defensiva a modo de chapeo de ferro, que se trazia antigamente" e que a palavra deriva do francês *Bassinet*[30].

O bacinete servia então para a proteção da cabeça do guerreiro, sendo um objeto metálico anatomicamente mais evoluído face ao seu principal antecessor, o elmo[31], protegendo de forma mais eficaz a região do pescoço e da nuca, adaptando-se bem às condições climáticas da península ibérica[32]. A sua utilização estaria associada ao desenvolvimento e uso da lança de sobremão, proporcionando o bacinete uma melhor capacidade de visão e uma melhor pontaria com a lança[33].

Estas serão das principais razões para o seu sucesso entre os combatentes. Os autores consultados apontam que a sua introdução em Portugal terá ocorrido em meados do século XIV, por via da Companhia Branca, comandada pelo francês Du Guesclin[34], que se apresentou em campanha com bacinetes com camal de malha e com viseira, mencionados nas fontes como "barvudas". Na reforma do armamento militar português realizada por D. Fernando em 1373, o bacinete foi adotado como proteção de cabeça ideal, continuando a ser utilizado no século XV, como o inventário dá mostra[35]. No entanto, Paulo Agostinho refere que a última aparição de bacinetes nas crónicas que analisou ocorre na tomada de Ceuta, em 1415. O mesmo autor indica que este tipo de proteção era caro, o que impediu a sua generalização absoluta dentro das hostes portuguesas, pelo que só uma percentagem dos combatentes lhe tinha acesso, variando a qualidade da arma de acordo com a bolsa que encomendava[36].

Dentro das suas características podiam ser bacinetes singelos, significando que se tratava da estrutura simples, sem outro complemento, ou eram reforçados na sua orla inferior com camal e babeira, peças desenhadas para proteger a zona do pescoço e dos ombros, e ainda com viseiras, para proteção da face. Seriam forrados com tela ou couro para maior conforto[37].

[30] BLUTEAU, Rafael – *Vocabulário*, "Bacinete". [*Corpus Lexicográfico do Português*].

[31] Refere este autor que o bacinete é visto em contextos de guerra mais frequentemente que o elmo. AGOSTINHO, Paulo Jorge Simões – *op. cit.*, p. 65.

[32] BARROCA, Mário Jorge – *op. cit.*, p. 62-64.

[33] MONTEIRO, João Gouveia – *A guerra em Portugal nos finais da Idade Média*. Lisboa: Editorial Noticias, 1998. p. 533.

[34] Assim chamados por se apresentarem totalmente equipados com peças de arnês em metal polido, o que constituiu uma novidade no contexto ibérico; Idem, *ibidem*, p. 533.

[35] BARROCA, Mário Jorge – *op. cit.*, p. 63-64.

[36] AGOSTINHO, Paulo Jorge Simões – *op. cit.*, p. 73-74.

[37] BARROCA, Mário Jorge – *op. cit.*, p. 62-64.

	item de baçinetes dez convem aasaber
1	huum baçinete de baveira ssem cara
2	item outro baçinete de camall com cara e camall com camall ameado de laton e huma çimeira branca
3	item outro baçinete de camall com cara e camall rasso
4	item outro baçinete com camall ameado de latom e com cara
5	item outro baçinete com camall e caara com camall raasso
6	item outro baçinete com camall rrasso e com cara
7	item outro baçinete com caara e camall ameado de latom
8	item outro baçinete de camall raasso e com cara
9	item outro baçinete de joham martijz de ssanto antonynho com camall rasso e cara
10	item outro baçinete de lourenço gonçalvez que foy tabeliam e camall ameado de ferro

Neste inventário de material de guerra, o primeiro dos bacinetes descritos está complementado com uma "baveira" e não tem "cara", ou seja, viseira. Outro que aparenta não ter viseira é o de Lourenço Gonçalves, "que foy tabelliam", onde apenas se descreve a presença de um camal ameado de ferro. Os outros oito bacinetes referenciados nesta lista têm camal e cara.

O camal era um elemento flexível, em malha metálica, que pendia do bacinete sobre os ombros do combatente. Outros termos para este elemento de armadura serão almofre e camalhom[38]. Paulo Agostinho classifica o camal como uma defesa de malha para proteção do pescoço e garganta, a par do gorjal ou gorjeira. A estes últimos, gorjal e gorjeira, indica uma equivalência à babeira ou baveira, elementos também referidos no inventário como complemento de um dos bacinetes. A baveira ou babeira cumpriam a mesma função de proteger a garganta, o pescoço e os ombros do combatente diferindo essencialmente no material de que eram compostas: o camal em malha e a baveira em chapa[39].

As caras, ou seja, as viseiras que se podiam acoplar ao bacinete, são outra das constantes nas peças inventariadas. Mário Barroca destaca um tipo de viseira pontiaguda, que deixava um espaço livre à frente do nariz e da boca, facilitando a respiração e reduzindo a condensação no seu interior, além de conferir ao conjunto um aspeto

[38] MONTEIRO, João Gouveia – *op. cit.*, p. 531 e 535.

[39] Idem, *ibidem*, p. 534 e 542. Veja-se Tabela 5 - Tipos de defesas corporais; AGOSTINHO, Paulo Jorge Simões – *op. cit.*, p. 79.

mais agressivo[40]. A opção pela não utilização de uma viseira facilitava a visão do combatente, mas por outro lado reduzia a sua capacidade defensiva[41]. Sendo a viseira uma peça móvel, podia estar aberta durante a aproximação ao combate facilitando a visão, sendo depois fechada no momento da ação.

Cotas

As cotas eram vestes feitas pelo entrelaçar de milhares de anéis metálicos formando uma malha, daí serem vulgarmente conhecidas por cotas de malha. Descendem da tradição bélica romana e visigótica. Integram-se na classe do armamento corporal defensivo, para proteção do tronco e baixo-ventre, no grupo das defesas de malha, onde também constam a loriga, o lorigão e o fraldão[42]. A sua principal distinção, na época que abordamos, seria que a loriga, por ser mais comprida, protegia simultaneamente o tronco e as pernas do combatente, mas com a evolução de sistemas de proteção em chapa para os membros inferiores, esta parece ter declinado em favor da cota de malha[43]. Paulo Agostinho no seu estudo apresenta um maior número de citações a cotas, o que confirma a ideia de que o uso da loriga estaria a declinar na viragem entre os séculos XIV e XV ou que pelo menos o termo tendia a desvanecer-se no léxico militar. A loriga, por ser mais longa, tinha maior número de anéis e seria portanto uma veste mais pesada que a cota de malha, o que é apontado como outra razão para o seu desuso[44]. Os cavaleiros foram eventualmente substituindo o uso das cotas pelos arneses completos, em placa de metal, a partir dos finais do século XIV[45].

Descrevendo a loriga, a que também chama de lunica, Santa Rosa Viterbo considera que se trata de uma saia de malha, que originalmente seria feita de correias de couro entrelaçadas (*loros* de onde viria o termo loriga) e que mais tarde, entre os portugueses, veio a ser revestida com anéis, laminas ou escamas de ferro e aço. Relaciona-a ainda com lorigom, que é também uma forma de saia mais ampla que a anterior, e ainda com os termos lubriga e lorrica, que considera idênticos a loriga[46].

[40] BARROCA, Mário Jorge – *op. cit.*, p. 62.

[41] Vejam-se aqui alguns casos descritos nas crónicas e outras questões sobre o uso de viseira. AGOSTINHO, Paulo Jorge Simões – *op. cit.*, p. 68 e 74.

[42] Idem, *ibidem*, p. 74.

[43] MONTEIRO, João Gouveia – *op. cit.*, p. 537.

[44] AGOSTINHO, Paulo Jorge Simões – *op. cit.*, p. 90.

[45] BARROCA, Mário Jorge – *op. cit.*, p. 65.

[46] Para todos estes veja-se: VITERBO, Santa Rosa – *Elucidário*, II, p. 67.

	item de cootas oyto convem asaber[47]
1	item huma cota raassa e raara
2	item outra coota raasa e raara e rota
3	item outra coota raasa e rara
4	item outra grossa rassa
5	item outra coota com presas de latom por a faldra
6	item outra coota rassa e raara
7	item outra coota rassa e raara ameada de feerro e duas presas de latom cada amea

Associadas às cotas estariam fraldas ou fraldões, também feitos em malha metálica, que protegiam o baixo-ventre. Uma das cotas do inventário indica a existência de uma fralda que se fixava com "presas", o que corresponde à informação prestada por Gouveia Monteiro de que estes elementos se fixavam "à parte principal do equipamento defensivo do tronco por meio de correias"[48].

Outras das características destas cotas de malha referidas no inventário é serem "rasas e raras". Quanto ao primeiro termo associa-se-lhe um sentido de objeto pobre e humilde, despojado de símbolos[49], de superfície plana e igual[50]. Já o termo "raro" pode referir-se a uma rede com as malhas muito espaçadas[51], proporcionando a imagem de uma malha rala e pouco espessa. Assim, deste conjunto destinado a Ceuta, resulta a imagem de cotas de malha lisas e com algum espaçamento entre os seus anéis, o que pode prefigurar que não estamos perante objetos de grande qualidade.

Peças

Para este conjunto de objetos, tratados no inventário como "peças", não se encontrou na bibliografia consultada informação que forneça uma definição tipológica fechada. Pela descrição aparentam ser proteções do tronco

[47] Declaram-se oito cotas de malha, mas o documento só inventaria sete.

[48] MONTEIRO, João Gouveia – *op. cit.*, p. 541.

[49] VITERBO, Santa Rosa – *Elucidário*, II, p. 177.

[50] BLUTEAU, Rafael – *Vocabulário*, "Raso". [*Corpus Lexicográfico do Português*].

[51] BLUTEAU, Rafael – *Vocabulário*, "Raro". [*Corpus Lexicográfico do Português*].

do combatente. Uma constante de todos estes objetos é incluírem alões, termo de explicação problemática. Os dicionários remetem sempre para o sentido de "cães de fila"[52], algo que não se conforma com uma peça de guerra. Podemos estar perante um aumentativo de alas, no sentido de "asas" ou "elemento lateral da armadura", o que neste contexto sugeriria um complemento a esta peça de proteção do tronco.

Nas descrições das "peças" são referidos outros elementos, tais como argolas e pregos, que serão fixações para vestes e fraldas, tal com estão mencionados. Ainda temos o termo "peyto" presente em dois casos. A isto junte-se o que acima foi dito acerca da possibilidade dos equipamentos de defesa do tronco poderem ter fraldões acoplados. A existência desses ferros e argolas integrados ou acoplados à peça central, remetem para pontos de fixação de outras partes do aparelho (braçais, etc.) e assim configura-se que se trata de um elemento central do arnês e onde se fixam as outras peças. Também a referencia que um destes objetos se cerra por diante e por trás sugere um envolvimento do tronco e, por estas razões, sugere-se que estas peças do inventário são couraças, elementos do arnês para equipar o peito e o tronco do combatente[53].

	item de peças cinquo convem assaber
1	item huma peça com seus allões çarrada de tras e deante rasa e tres pregos onde anda a veste
2	item outra peça rassa con seus allões e con duas vergas no peyto e huma argolla pequena em ellas
3	item outra peça com seus allões com dous pregos onde anda a veste e hũa verga de ferro atravessada nos peytos
4	item outra peça con seus allões bordada de latom e com tres [asteuro] de portaes em nos peytos de latom
5	item outra peça com seus allões com faldra descama deanteira e com huma veste e duas vergas de ffeerro e no cabo huma argolla pequena

Estas peças poderão ser da tipologia dos arneses que defendem o peito do combatente – peito, peitoral ou couraça –, cuja característica é serem "uma peça única, moldada à forma do corpo do cavaleiro, e que se podia articular com uma peça de idênticas dimensões para proteção das costas"[54]. Na categorização proposta por Paulo

[52] "Alaõ. Especie de caõ de fila, assim chamado, ou dos Alanos, que na opiniaõ de algüs, trouxeraõ esta casta de caens a Hespanha; ou de Albanus; Pois querem outros que se diga canis Albanus, & não Alanus; tanto mais que he certo, que em Albania, por outro nome Epiro, se criavaõ caens ferocissimos, que nas batalhas sahiaõ a pelejar com os inimigos"; BLUTEAU, Rafael – *Vocabulário*, "Alão". [*Corpus Lexicográfico do Português*].

[53] Para a mesma sugestão veja-se: MONTEIRO, João Gouveia; COSTA, António Martins – *op. cit.*, p. 175.

[54] BARROCA, Mário Jorge – *op. cit.*, p. 65.

Agostinho para as proteções de tronco e baixo-ventre, excluindo os outros elementos listados no documento (cotas, loudéis e solhas), sobram objetos identificados como couraça, que tem elementos metálicos ou peitos, que pertencem ao arnês em placas metálicas[55]. Será deste último que se parece tratar.

Loudéis

O loudel, sendo o termo no inventário laudel, é uma túnica larga, com ou sem mangas, possivelmente acolchoada e ornamentada com símbolos heráldicos[56]. Está na classe das proteções corporais do tronco e baixo-ventre feitas de couro ou tecido acolchoado, a par de cambais, gibões, jornés e perpontes[57]. Em virtude dos materiais usados na sua manufatura seriam menos resistentes e muitas vezes usados em complemento de outras peças de armadura. Vêm referenciados como sendo utilizados em contextos militares e cerimoniais, o que lhes dá então uma dupla utilização: usados de baixo de outros elementos da armadura ajudavam a reduzir o impacto das armas ofensivas; usados por cima identificavam o combatente e a sua filiação[58]. Mário Barroca distingue esta utilização indicando que por baixo da armadura se envergava o loudel e por cima o tabardo, que era uma forma de túnica com as marcas heráldicas do guerreiro. A presença de símbolos heráldicos servia para identificar o utilizador com um partido. Um dos exemplos que fornece é a estátua de D. João I no mosteiro da Batalha, em que o monarca enverga um tabardo com as marcas nacionais sobre um arnês completo[59]. Uma referência à batalha de Aljubarrota indica que o loudel complementava a cota de malha; outra fala de uma lei de D. João I de 1418, onde se fixa que os loudéis deveriam ser do pano e enchimento que prouver aos seus donos[60].

	item de laudes
1	item, dous huum branco que he de Steve anes çurrador de fustam ainda boo com outro laudell de ffustam preto
2	item outro laudell branco de fustam de vasco lourenço de carnyde hondado na ffaldra e debruado de pano preto

[55] AGOSTINHO, Paulo Jorge Simões – *op. cit.*, p. 79.

[56] MONTEIRO, João Gouveia – *op. cit.*, p. 544.

[57] AGOSTINHO, Paulo Jorge Simões – *op. cit.*, p. 79 e 85.

[58] Idem, *ibidem*, p. 86-87.

[59] BARROCA, Mário Jorge – *op. cit.*, p. 70.

[60] Idem, *ibidem*, p. 69.

Todos os três loudéis inventariados são de fustão. Este tecido era frequentemente composto por algodão e linho e, pela sua robustez, era muito utilizado na confeção de gibões e de loudéis. Cores normais seriam o branco e o negro[61]. Segundo o *Vocabulário* de Bluteau o termo deriva do flamengo *fustem*, que originou em italiano *fustana*, em francês *futaine* e entre nós fustão[62].

Solhas

No *Elucidário* de Viterbo, a solha vem referida como sendo a armadura defensiva dos antigos. Espécie de cota com lâminas de aço ou ferro, "quasi da feição das solhas que no mar se pescam"[63]. Outra descrição indica-a como peça para defesa do tronco do combatente, feita de tecido ou couro e com peças de metal cravadas[64]. O termo associa-se ao de couraça e ao de *brigandine*. Gouveia Monteiro, apoiado nas conclusões de Martín de Riquer, aponta: "entre as couraças e as solhas (ou fojas) de que falam as fontes literárias peninsulares, não parece existir praticamente nenhuma diferença, pelo que as consideramos aqui como termos virtualmente sinónimos"[65]. Na recolha de Paulo Agostinho apenas surge o termo solha e não o de couraça[66].

A solha é então uma peça maleável de proteção do tronco (peito e costas), com interior acolchoado ou forrado com tela, e que frequentemente continha peças metálicas como reforço estrutural. Podia ser complementada com gorjais, mangas e fraldões, resguardando áreas de transição entre peças, e ainda ser revestida de tecido com símbolos heráldicos para identificação do partido do combatente[67]. Nas duas solhas descritas no inventário vemos exatamente um caso em que esta peça está complementada com uns mangotes. A sua afirmação no contexto peninsular terá ocorrido no século XIII, para responder à melhor qualidade do material de guerra ofensivo, fazendo declinar a loriga[68].

	ite*m* de ssuolhas
1	hu*m*as gua*r*nydas em cairo v*er*de
2	it*em* out*r*as soolhas em pano de ssarapilheira branca com seus mangotes

[61] Para melhor descrição deste material e para um conjunto de referências veja-se: SEQUEIRA, Joana – *O pano da terra: produção têxtil em Portugal nos finais da Idade Média.* Porto: Universidade do Porto, 2014. p. 222-225.

[62] BLUTEAU, Rafael – *Vocabulário*, "Fustão". [*Corpus Lexicográfico do Português*].

[63] VITERBO, Santa Rosa – *Elucidário*, II, p. 220.

[64] BARROCA, Mário Jorge – *op. cit.*, p. 59.

[65] MONTEIRO, João Gouveia – *op. cit.*, p. 538 e 546.

[66] AGOSTINHO, Paulo Jorge Simões – *op. cit.*, p. 95.

[67] MONTEIRO, João Gouveia – o*p. cit.*, p. 537-538; AGOSTINHO, Paulo Jorge Simões – *op. cit.*, p. 96.

[68] MONTEIRO, João Gouveia – *op. cit.*, p. 544.

Este tipo de peça de armadura é referido como sendo frequente entre os combatentes no norte de África durante o século XV e não apenas entre os portugueses, pois em vésperas da expedição a Ceuta de 1415 o rei D. João I emitiu uma restrição de venda destas peças para as partes de África[69].

Braçais e rebraços

Tanto os braçais como os rebraços são peças do arnês destinados à defesa dos braços, com semelhanças, ou mesmo equivalência, entre si[70]. Neste texto surgem diferenciados em itens separados. A proteção total do braço fazia-se por um conjunto de peças do arnês que se articulavam entre si: o rebraço cobria do ombro ao cotovelo; o avambraço defendia o antebraço; as manoplas ou guantes abrigavam as mãos[71]. Além de serem integrantes do arnês completo em placa metálica, os braçais e os rebraços eram também utilizados em complemento das mais antigas e ligeiras cotas de malha e demais proteções do tronco[72]. O menor número de referências a este género de proteções dos membros superiores dever-se-á principalmente a um menor interesse por parte dos cronistas, o que não significa o desuso destas peças no século XV[73]. A indicação no inventário de que são "todos brancos" evidencia que são peças de arnês em metal polido.

> item de braçaes dez pares convem asaber dous pares bordados e os outros todos brancos dos quaes som huuns de joham dominguez candeeiro e outros de denys stevez do lumear e outros de stevam martiz vinhateiro
>
> item de rebraços çinquo pares dos quaes ssom huuns de johã dominguez das covas e outros de lourenço gonçalvez que ffoy tabalyam e huuns dalmazem de joham affomso de carnyde

NOTAS FINAIS

Apresentada a descrição dos armamentos a enviar para Ceuta em 1420, resta então deixar algumas notas finais, indicadoras de algumas das questões que a análise do documento suscitou.

Tanto Gouveia Monteiro como Mário Barroca, que mencionam este inventário, apontam a possibilidade de ele ser relativo a uma operação de socorro a Ceuta (*vide supra*, nota 15). Pela data da procuração e do próprio inventário,

[69] BARROCA, Mário Jorge – *op. cit.*, p. 60-61.

[70] MONTEIRO, João Gouveia – *op. cit.*, p. 535.

[71] Para uma descrição do arnês veja-se: Idem, *ibidem*, p. 532.

[72] AGOSTINHO, Paulo Jorge Simões – *op. cit.*, p. 107.

[73] Idem, *ibidem*, p. 105 e 108.

ambos de julho de 1420, e juntando a indicação de que as armas defensivas são "pera levar em esta armada a Çepta", considero que se trata de uma armada que ainda está em Lisboa ao momento em que o inventário foi redigido e que esta ação não está integrada nos socorros de 1418-1419, devendo ser vista como uma das viagens de abastecimento à praça marroquina. O facto de ser D. Fernando de Meneses quem nomeia um procurador para recolher o armamento que foi a Ceuta em 1420, não indica de forma alguma que esteve presente nesta viagem. As referências fornecidas por Humberto Baquero Moreno e por Abel Cruz (*vide supra*, nota 19) não o colocam em Ceuta nos anos de 1418, 1419 e 1420. Quanto aos nomes que constam do verso do documento, como já mencionado (*vide supra*, nota 21), apenas Diogo Soares de Albergaria aparece no socorro de 1419[74].

As tipologias de armamento incluídas neste inventário não fornecem só por si um indicador claro sobre o género de combatente que se destinavam a equipar, nem a sua quantidade, mas a leitura do documento fornece algumas pistas que podem ser consideradas. Os bacinetes, como exemplo essencial, estão associados a cavaleiros e escudeiros mas não à peonagem do exército, como aponta Paulo Agostinho. Tendo em conta, seguindo o mesmo autor, que seria uma peça dispendiosa e que implicava bastante mestria para ser fabricada, não estava ao alcance de todas as classes de combatentes, e aqui talvez resida a indicação que o armamento inventariado se destinava a indivíduos com um maior peso social[75].

Outro ponto serão os dados que o inventário fornece sobre os proprietários que cedem as armas. Quando são mencionados, em boa parte dos casos, surge apenas o seu nome e local onde serão moradores, e por aqui não se infere a sua classe social. São os casos de João Martins de Santo António, que fornece um bacinete com camal raso e cara; de Dinis Esteves do Lumiar, com um par de braçais; de João Domingues de Covas, com um par de rebraços; de João Afonso de Carnide, com outro par de rebraços; de Vasco Lourenço de Carnide, que empresta um loudel branco de fustão. Em alguns dos casos apura-se a sua profissão, sendo eles: Lourenço Gonçalves, que foi tabelião, e que empresta à expedição um par de rebraços e um bacinete; Estevão Martins, vinhateiro, com um par de braçais; João Domingues, candeeiro, com outro par de braçais; Esteve Anes, surrador, com um loudel. Destes, o anteriormente tabelião, será o de maior destaque social, sendo os outros indivíduos aparentemente ligados aos ofícios mecânicos. Conferindo as descrições completas destas armas no inventário, nenhuma mostra características muito elaboradas e dentro das tipologias destacam-se em número as proteções para braços. Ficamos então com a indicação de propriedade de dez objetos, num universo de quarenta e um, o que não chega para definir a existência de um grupo social específico que empresta as armas, nem a qual se destina.

Por outro lado, estamos perante uma requisição de material de guerra à guarda da cidade, onde são dadas garantias a proprietários, com vista ao seu empréstimo e devolução em bom estado, inferindo-se que não eram os

[74] Zurara apresenta uma lista de alguns "nobres homens, que servirom na Cidade de Cepta, dês que foi tomada até ao presente" e nenhum dos nomes listados no verso do inventário vem lá mencionado; ZURARA, Gomes Eanes de – *Crónica do Conde D. Pedro de Menezes […]*, p. 288-289.

[75] AGOSTINHO, Paulo Jorge Simões – *op. cit.*, p. 66.

donos das armas que as iam envergar durante a campanha, mas sim indivíduos cujo papel na expedição a Ceuta desconhecemos. Gouveia Monteiro ao abordar o abastecimento da praça de Ceuta, menciona esta requisição feita à Câmara de Lisboa e ainda um outro caso individual de um "arnesado" que também emprestara o seu material de guerra para o descerco de 1419[76]. Estes dois exemplos prefiguram uma prática de requisição de armamento, pelos vistos normal, com vista à sua utilização em cenário de guerra, onde eram mais necessárias. Também por isto se pode tirar um sinal, atendendo ao momento em questão, da existência de um mecanismo de angariação de armamento por parte da coroa, concebido para suprir de forma imediata uma incapacidade própria de produção, sem recurso a aquisições no estrangeiro.

A quantidade de indivíduos que poderiam ser equipados com este material também parece difícil de determinar. As maiores quantidades presentes no inventário são os dez bacinetes e os dez pares de braçais, o que pode prefigurar que será este o número máximo de indivíduos que se pretende equipar com este material, porque estes são também alguns dos casos em que não é possível existir sobreposição de peças. Isto é dito porque no caso das cotas, das peças (assumindo aqui que são proteções do tronco), das solhas e dos loudéis, vimos nas descrições feitas que era normal o guerreiro envergar simultaneamente alguns destes elementos. Perante esta quantidade total de material de guerra fica a ideia que é destinada a um número restrito de combatentes.

Vimos partes de armadura destinadas a cobrir cabeça, o tronco, o baixo-ventre e os braços, mas não estão inventariadas peças de defesa para as pernas. Neste facto podemos entrever uma menor preocupação com a defesa dessa área do corpo, o que poderá refletir uma adequação ao teatro de guerra marroquino, não sendo de excluir que esta fosse uma prática normal para os combatentes apeados na época[77].

O inventário de armas enviadas para Ceuta em 1420 encerra em si uma série de questões próprias, diversas das quais foram aqui vistas e abordadas, algumas que se assume merecerem melhor resolução. Ao conferir aqui um renovado destaque a este documento, espera-se que ele constitua um verdadeiro contributo para o estudo do armamento medieval e moderno português, e que possa ser utilizado a par dos trabalhos que o suportam.

[76] Para os dois casos veja-se: MONTEIRO, João Gouveia; COSTA, António Martins – *op. cit.*, p. 174-175. Em complemento, sobre a posse de armas, veja-se: MONTEIRO, João Gouveia – Armeiros e armazéns nos finais da Idade Média: caso do arsenal régio de Lisboa (1438-1448). In BARROCA, Mário Jorge; MONTEIRO, João Gouveia (coord.) – *Pera guerrejar: armamento medieval no espaço português.* Palmela: Câmara Municipal, 2000. p. 112-114.

[77] Num outro inventário referente a existências no armazém de Lisboa em 1455, comentado por João Gouveia Monteiro e do qual aqui observamos exclusivamente as proteções para os membros, nota-se que entraram no armazém 274 pares de braçais e 1212 pares e meio de rebraços, sendo gastos, respetivamente, 375 e 1599 pares. No caso das proteções de arnês para pernas foram recebidos 84 pares e gastos 65 pares. Pela comparação destes números nota-se a menor importância dada à proteção dos membros inferiores. MONTEIRO, João Gouveia – Armeiros e armazéns nos finais da Idade Média: caso do arsenal régio de Lisboa (1438-1448). In BARROCA, Mário Jorge; MONTEIRO, João Gouveia (coord.) – *Pera guerrejar: armamento medieval no espaço português.* Palmela: Câmara Municipal, 2000. p. 144-145. Inês Araújo, ao analisar o armamento da hoste portuguesa constante nas Tapeçarias de Pastrana, nota uma mais extensa proteção dos membros superiores, ressalvando a ausência de manoplas ou de outras proteções para as mãos, enquanto no caso dos membros inferiores, quando existe, a proteção é apenas parcial e com preocupação para a defesa das rótulas; ARAÚJO, Inês Filipa Meira – *As tapeçarias de Pastrana: uma iconografia da guerra.* Lisboa: [s.n.], 2012. p. 102-104. Dissertação de Mestrado em Arte, Património e Teoria do Restauro, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

FONTES E BIBLIOGRAFIA

Fontes Manuscritas

Arquivo Municipal de Lisboa

Livro 1º de Místicos de Reis, doc. 7. [Relação do armamento do arsenal de Lisboa]

Fontes Impressas

DOCUMENTOS PARA A HISTÓRIA DA CIDADE DE LISBOA. Livro I de Místicos de Reis e Livro II dos Reis D. Dinis, D. Afonso IV e D. Pedro I. Lisboa: Câmara Municipal, 1947. doc. 7, p. 41-43.

GARCIA, José Manuel (introd. e org.) - *Documentação henriquina.* Tradução do latim Carlos Ascenso André. Maia: Castoliva Editora, 1995.

MONUMENTA HENRICINA. Coimbra: Comissão Executiva das Comemorações do V Centenário da Morte do Infante D. Henrique, 1960-1978. vol. 2.

ZURARA, Gomes Eanes de – *Crónica da tomada de Ceuta por el-rei D. João I.* Lisboa: Academia das Sciencias de Lisboa, 1915.

ZURARA, Gomes Eanes de – *Crónica do Conde D. Pedro de Menezes.* Porto: [s.n.], 1988. Reprodução fac-similada com nota de apresentação por José Adriano de Freitas Carvalho.

Bibliografia

AGOSTINHO, Paulo Jorge Simões – *Vestidos para matar: o armamento de guerra na cronística portuguesa de Quatrocentos.* Coimbra: [s.n.], 2006. Dissertação de Mestrado, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

ARAÚJO, Inês Filipa Meira – *As tapeçarias de Pastrana: uma iconografia da guerra.* Lisboa: [s.n.], 2012. Dissertação de mestrado em Arte, Património e Teoria do Restauro, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

BARROCA, Mário Jorge – Armamento medieval português: notas sobre a evolução do equipamento militar das forças cristãs. In BARROCA, Mário Jorge; MONTEIRO, João Gouveia (coord.) – *Pera guerrejar: armamento medieval no espaço português.* Palmela: Câmara Municipal, 2000. p. 37-75.

BARROCA, Mário Jorge – Armamento medieval. In MATTOSO, José (coord.) – *Nova história militar de Portugal.* Lisboa: Círculo de Leitores, 2003. vol. 1, p. 122-147.

BRAGA, Isabel M.R. Mendes Drumond; BRAGA, Paulo Drumond – *Ceuta portuguesa (1415-1656).* Ceuta: Instituto de Estudos Ceutíes, 1998.

BRAGA, Paulo Drumond – *Uma lança em África: história da conquista de Ceuta.* Lisboa: A Esfera dos Livros, 2015.

CAMPOS, Nuno Silva – *D. Pedro de Meneses e a construção da Casa de Vila Real (1415-1437).* Lisboa: Edições Colibri; Centro Interdisciplinar de História, Culturas e Sociedades-Universidade de Évora, 2004.

CAMPOS, Nuno Silva – *D. Pedro de Meneses: o primeiro capitão de Ceuta.* Lisboa: Sete Caminhos, 2008.

COSTA, João Paulo Oliveira e – *Henrique, o Infante.* Lisboa: A Esfera dos Livros, 2009.

CRUZ, Abel dos Santos – *A nobreza portuguesa em Marrocos no século XV (1415-1464).* Porto: [s.n.], 1995. Dissertação de mestrado em História Medieval, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

CRUZ, Abel dos Santos – A guerra de corso e pirataria no mediterrâneo ocidental ao tempo do conde D. Pedro de Meneses (1415-1437). In DOMINGUES, Francisco Contente; MATOS, Jorge Semedo de (org.) – *A guerra naval no norte de África (séculos XV-XIX).* Lisboa: Edições Culturais de Marinha, 2003.

DÁVILA, Maria Barreto – O Infante D. Henrique e a gestão dos "Dez Reais para Ceuta". In COLÓQUIO INTERNACIONAL, Lagos, 2010 - *A herança do Infante.* Coordenação de Artur Teodoro de Matos e João Paulo Oliveira e Costa. Lisboa: Centro de Estudos dos Povos e Culturas de Expressão Portuguesa-Universidade Católica Portuguesa; Centro de Estudos de Além-Mar-Universidade Nova de Lisboa, 2011.

DUARTE, Luís Miguel – África. In MATTOSO, José (coord.) – *Nova história militar de Portugal.* Lisboa: Círculo de Leitores, 2003.

DUARTE, Luís Miguel – *Ceuta 1415: seiscentos anos depois.* Lisboa: Livros Horizonte, 2015.

FARINHA, António Dias – *Os portugueses em Marrocos.* Lisboa: Instituto Camões, 1999.

GAGO, Alice João Palma Borges – *A casa senhorial de Diogo Soares de Albergaria.* Lisboa: [s.n.], 2000. Dissertação de mestrado em História Medieval, apresentada à Universidade Nova de Lisboa.

GODINHO, Vitorino Magalhães – *A economia dos Descobrimentos Henriquinos.* Lisboa: Sá da Costa, 1962.

GODINHO, Vitorino Magalhães – *Documentos sobre a expansão quatrocentista portuguesa.* 2ª edição correcta e acrescentada. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 2011. 2 vol.

MONTEIRO, João Gouveia – *A guerra em Portugal nos finais da Idade Média.* Lisboa: Editorial Notícias, 1998.

MONTEIRO, João Gouveia – Armeiros e armazéns nos finais da Idade Média: caso do arsenal régio de Lisboa (1438-1448). In BARROCA, Mário Jorge; MONTEIRO, João Gouveia (coord.) – *Pera guerrejar: armamento medieval no espaço português.* Palmela: Câmara Municipal, 2000. p. 111-172.

MONTEIRO, João Gouveia – *Armeiros e armazéns nos finais da Idade Média.* Viseu: Palimage Editores, 2001.

MONTEIRO, João Gouveia; COSTA, António Martins – *1415: a conquista de Ceuta.* Lisboa: Manuscrito, 2015.

MORENO, Humberto Baquero – *A batalha de Alfarrobeira: antecedentes e significado histórico.* Coimbra: Universidade de Coimbra, 1980. 2 vol.

NUNES, Eduardo Borges – *Abreviaturas paleográficas portuguesas.* Lisboa: Faculdade de Letras [Universidade de Lisboa], 1981.

OSÓRIO, Baltasar – *Ceuta e a capitania de D. Pedro de Meneses (1415-1437).* Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa, 1933.

PERES, Damião – Ceuta cercada: um problema cronológico. *Revista Portuguesa de História.* Coimbra: Instituto de Estudos Históricos Doutor António de Vasconcelos. V. XII (1969), p. 293-299.

RICARD, Robert – A propos de "rebato": note sur la tactique militaire dans les places portugaises du Maroc. In *Études sur l´histoire des portugais au Maroc.* Coimbra: Universidade de Coimbra, 1955. p. 345-357.

RODRIGUES, Vítor Luís Gaspar – Organização militar e práticas de guerra dos portugueses em Marrocos no século XV, princípios do século XVI: a sua importância como modelo referencial para a expansão portuguesa no Oriente. *Anais de História de Além-Mar.* Lisboa: Centro de História de Além-Mar-Universidade Nova de Lisboa. V. 2 (2001), p. 157-168.

ROGERS, Clifford J. – The military revolutions of the Hundred Years War. In RODGERS, Clifford J. (ed.) – *The military revolution debate: readings on the military transformation of early Modern Europe.* Boulder: San Francisco; Oxford: Westview Press, 1995. p. 55-93.

SEQUEIRA, Joana – *O pano da terra: produção têxtil em Portugal nos finais da Idade Média.* Porto: Universidade do Porto, 2014.

TEIXEIRA, André Pinto de Sousa Dias – Uma linhagem ao serviço da «Ideia Imperial Manuelina»: Noronhas e Meneses de Vila Real em Marrocos e na Índia. In COSTA, João Paulo de Oliveira e; RODRIGUES, Vítor Luís Gaspar – *A alta nobreza e a fundação do Estado da Índia.* Lisboa: Universidade Nova de Lisboa; Centro de História de Além-mar; Instituto de Investigação Cientifica Tropical; Centro de Estudos de História e Cartografia Antiga, 2004. p. 109-174.

VITERBO, Joaquim de Santa Rosa de – *Elucidário das palavras, termos e frases que em Portugal antigamente se usaram e que hoje regularmente se ignoram: obra indispensável para entender sem erro os documentos mais raros e preciosos que entre nós se conservam.* Lisboa: A. J. Fernandes Lopes, 1865. 2 vol.

Documentos Eletrónicos

LISBOA. Arquivo Municipal – *Tabeliães de Lisboa* [Em Linha]. Lisboa: Câmara Municipal, 2015. [Consult. 30-07-2015]. Disponível na Internet: http://arquivomunicipal.cm-lisboa.pt/pt/investigacao/estudos/tabeliaes-de-lisboa/

CORPUS LEXICOGRÁFICO DO PORTUGUÊS [Em linha]. Aveiro: Universidade de Aveiro, [2015]. [Consult. 30-07-2015]. Disponível na Internet: http://clp.dlc.ua.pt/Inicio.aspx

SOVERAL, Manuel Abranches de – *Origem dos Avelar e dos Soveral* [Em linha]. [S.l.:s.n., 20-?]. [Consult. 30-07-2015]. Disponível na Internet: http://www.soveral.info/mas/Soveral%20e%20Avelar.htm

ANEXO

APÊNDICE DOCUMENTAL

1420, Lisboa

Autorização a Vasco Martins, escudeiro de D. Fernando de Meneses, para levantar peças de armadura para levar numa armada a Ceuta.

AML, *Livro 1º de místicos de reis*, doc. 7.

9 de junho 1458. anno 1420. Iffante D. Duarte

Sabham quantos Este stromento virem que no Ano da era de mjll e iiij^{c} e çjmquoenta e oyto Anos noue djas do mes de julho em a çjdade de Ljxboa no paço dos tabalyaes em pressença de mym Affomso goterrez tabalyam d el rey na dicta çjdade / e testemunhas Ao deante stpritas pareçeo vasco martijz escudeiro de dom fernando de menesses E apressentou hũa procuraçom escripta em purgamynho ffecta e assygnada per mym dicto tabaliam que contaua sseer ffecta na dicta çjdade no dicto paaço oyto dias do dicto mes de julho da dicta era na quall eram comthudas por testemunhas gonçallo pirez e aluaro martijz e joham de bragaa tabalyaes E Joham domjnguez criado de martjm Anes tabalyom na quall era conthudo que o dicto dom Fernando de menesses ffez seu procurador o dicto Vasco martijz seu scudeiro que Em sseu nome possa pedijr e [de]mandar e Reçeber todollos Arnesses que lhe ho Jffante manda dar per sua [carta] dos moradores da dicta çjdade E de seu termo pera leuar Em esta armada A çepta e fazer e outorgar quaesquer stormentos d obrjgações aate tornar A sseus donos taes quaes As Reçebe com quaesquer penas e clausullas e condyções que conprir E obrigar Seus beens aas entregar As dictas armas A seus donos de torna vjagem guarde deus elle e seus homens E armas de todo o perijgo E que Avya ffirme e estaujll todo o que per o dicto vasco martijz seu procurador ffoor ffecto E dicto e procurado no que dicto he so obrigaçom dos seus beens que pera esto obrigou E mostrada A dicta procuraçom o dicto vasco martijz Em nome do dicto dom ffernando per poder da dicta procuraçom conhaçeo e conffessou que Elle Reçebera na camara da dicta çjdade per gomez Eanes, stpruam da caudelaria em A dicta cjdade estas armas que sse sseguem ¶ Primaremente jtem de baçjnetes dez convem aa ssaber huum baçjnete de baueira ssem cara jtem outro baçjnete de camall com cara e camall com camall Ameado de laton e hũa çjmeira branca jtem outro baçinete de camall com cara e camall Rasso Jtem Outro baçjneete com camall Ameado de latom / E com cara / Jtem outro baçjnete com camall e caara com camall Raasso Jtem outro baçjnete com camall Rasso e com cara Jtem outro baçjnete com caara e camall Ameado de latom Jtem outro baçjnete de camall Raasso e com cara Jtem outro baçjnete de joham martijz de ssanto Antonynho com camall Rasso e cara Jtem outro baçjnete de Lourenço gonçaluez que ffoy tabaliam e camall

Ameado de ferro Jt*em* de cootas oyto co*n*uem A Saber Jt*em* hũa cota Raassa *e* Raara Jt*em* out*r*a coota Raasa *e* raara E Rota Jt*em* out*r*a coota Raasa *e* Rara Jt*em* out*r*a grossa Rassa Jt*em* out*r*a coota com p*r*eesas de latom p*o*r A faldra Jt*em* out*r*a coota Rassa *e* Raara Jt*em* out*r*a coota Rassa e Raara Ameada de feerro E duas p*r*eesas de latom cada Amea ¶ Jt*em* de peças cjnq*u*o co*n*uem A ssabe*r* Jt*em* hũa peça com seus allões çarrada de t*r*as E deante Rasa *e* t*r*es p*r*egos onde Anda A veste Jt*em* out*r*a peça Rassa con seus Allões E con duas u*er*gas no peyto E hũa a*r*golla peq*u*ena Em ellas Jt*em* out*r*a peça com Seus allões com dous p*r*egos onde Anda A Veste E hũa u*er*ga de fferro at*r*auessada nos peytos Jt*em* out*r*a peça con Seus allões bo*r*dada de latom *e* co*m* t*r*es Asteu*r*o de po*r*taes Em nos peytos de latom Jt*em* out*r*a peça com Seus allões com faldra d escama deanteira *e* com hũa Veste *e* duas u*er*gas de ffeerro E no cabo hũa A*r*golla peq*u*ena ¶ Jt*em* de laudes Jt*em* dous huu*m* branco que he de steue Anes çurrado*r* de fustam Ajnda boo co*m* outro laudell de ffustam p*r*eto Jt*em* out*r*o laudell branco de fustam de v*a*sco L*ourenç*o de ca*r*nyde handado na ffaldra E debruado de pano p*r*eto Jt*em* de ssuolhas hũas gua*r*nydas em cairo u*er*de Jt*em* Out*r*as soolhas Em pano de ssarapjlheira branca com seus mangotes ¶ Jt*em* de braçães dez pares co*n*uem A sabe*r* dous pares bo*r*dados / E os out*r*os todos brancos dos quaes som huus de Joham domj*n*guez candeeiro E out*r*os de denys st*eu*ez do lumea*r* *e* out*r*os de steuam m*art*ijz vjnhateiro ¶ Jt*em* de Rebraços çinquo pares dos quaes ssom huu*n*s de Joha*m* domj*n*guez das couas E out*r*os de L*ourenç*o gonçaluez que ffoy tabalyom *e* huu*n*s d almazem de Joham Affom*s*o de ca*r*nyde as quaes a*r*mas o d*i*cto va*s*co m*art*jz djsse que sse obrigaua p*er* os bee*n*s do d*i*cto dom f*er*nando Aas to*r*na*r* *e* entr*e*ga*r* na d*i*cta camara / de lixboa taes quaes as elle Reçebeo de to*r*na viagem que veerem de çepta gua*r*dando deus o d*i*cto dom F*er*nando *e* Sua companha *e* a*r*mas de todo o p*er*jgo de maa*r* E de Jmjgos sso pena de lhes paga*r* por as d*i*ctas a*r*mas o uallo*r* q*ue* uallerem *e* em t*estemunh*o de u*er*dade o d*i*cto v*a*sco m*art*ijz mandou sseer ffecto este sto*r*mento pe*r*a d*i*cta camara o quall pedjo o d*i*cto gomez Eanjz t*estemunh*as que presentes forom steuom m*art*ijz e g*oncal*o pi*r*ez E johan de coynha / E a*luar*o m*ar*tijz E guomez m*ar*tijz o moço tabalyaes *e* out*r*os E eu Affom*s*o goterez t*abali*am d el Rey na d*i*cta çjdade q*ue* este st*ormen*to stp*r*euy no q*ua*ll meu sjgnal fjz q*ue* tall he [*Sinal público*]

P*agou* o d*i*cto v*a*sco m*art*jz por este st*ormen*to *e* co*m* out*r*o tan*t*o de nota xx r*eaes*

[No verso:]

Armas q*ue* a çidade entregua a huu*m* p*rocura*dor de dom f*ernando* de menezes pera as leuar a ceyta

Diego lopez x
Diego Soairez x d ab*er*garia
F*er*na*m* g*onçall*u*e*z seu Jrmaoo [xj]
Sancho Gomez do auelar bj
Dom ff*er*nado de menezes x
Vaasco ff*er*nadez Coutinho bj

Relação do armamento ofensivo e defensivo, bem como menção dos respectivos proprietários, retirado do Arsenal de Lisboa para armar os combatentes que integravam a armada enviada para Ceuta | 09.07.1420, AML, *Livro 1º de místicos de reis*, doc.7.

Um olhar sobre a Casa de Ceuta

Perspectives on the *Casa de Ceuta*

Carlos Caetano*

submissão/submission: 22/07/2015
aceitação/approval: 21/09/2015

RESUMO

A Casa de Ceuta foi a primeira instituição criada no âmbito da Expansão Portuguesa, provavelmente logo após a conquista da cidade, embora a sua existência só esteja confirmada em 1434. Por aqui passava o abastecimento, a organização das viagens e a gestão dos assuntos relativos às guarnições militares, armamento e fortificações de Ceuta e das demais posições portuguesas no Norte de África. Foi também, na sua fase de maior esplendor, uma imponente unidade de produção e transformação. Teve uma longevidade extraordinária, sendo apenas extinta em 1769, data do abandono de Mazagão.

A Casa de Ceuta gozava de uma implantação ampla e privilegiada no coração da Ribeira de Lisboa, na proximidade da praia, dos cais e das Tercenas, sendo protegida pela Cerca Fernandina, a que se encostava. Com a criação do Paço da Ribeira, parcialmente erguido sobre os velhos espaços da Casa de Ceuta, expandiu-se para a face fronteira do Terreiro do Paço, onde sobreviveu até ao Terramoto de 1755.

PALAVRAS-CHAVE

Ceuta / Expansão Portuguesa / História de Lisboa / Ribeira de Lisboa / Urbanismo

* CHAM - Centro de História d'Aquém e d'Além-Mar, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas / Universidade Nova de Lisboa e Universidade dos Açores, Portugal.

Carlos Manuel Ferreira Caetano (Trancoso, 1953). Licenciado em História pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa (1981). Mestre em História da Arte pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa (2001), com a dissertação *A Ribeira de Lisboa na Época da Expansão Portuguesa (Séculos XV a XVIII)*, orientada pelo Professor Doutor Rafael Moreira (Editora Pandora, Lisboa, 2004). Doutor em *História da Arte*, especialidade *História da Arte Moderna – Arquitetura e Urbanismo*, na mesma Faculdade (2012), com a dissertação subordinada ao tema *As Casas da Câmara dos Concelhos Portugueses e a Monumentalização do Poder Local (Séculos XIV a XVIII)*, também orientada pelo Professor Doutor Rafael Moreira. Integra *o Centro de História d'Aquém e d'Além-Mar* (CHAM), Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, Universidade dos Açores.

Correio eletrónico: carloscaet@aeiou.pt.

ABSTRACT

The *Casa de Ceuta* was the first institution created in the context of the Portuguese Expansion, probably right after the conquest of that city, although its existence is only certain from 1434 onwards. Its responsibilities included the provision, organization of journeys and the administration of all issues relating the military garrisons, the armament and the fortresses of Ceuta and the other Portuguese conquests in North Africa. Also, in its best phase, it was a significant production and transformation unit. It had an extraordinary longevity, only being extinguished in 1769 when Mazagan was abandoned.

The *Casa de Ceuta* had a wide and privileged implantation in Lisbon's riverside, close to the beach, the piers and the shipyards, protected by the *Cerca Fernandina*. The construction of the *Paço da Ribeira*, partially built above the *Casa de Ceuta*, extended the front side of the *Terreiro do Paço* that survived until the earthquake of 1755.

KEYWORDS

Ceuta / Portuguese Expansion / History of Lisbon / Lisbon's Riverside / Urbanism

A Casa de Ceuta é uma das instituições portuguesas mais mal conhecidas, apesar de toda a sua importância histórica enquanto verdadeira agência da Expansão quatrocentista no Norte de África. Dela não se conhecem quaisquer regimentos e a respetiva documentação histórica foi perdida nos escombros do Terramoto de 1755. Por outro lado, e talvez devido a esta circunstância, deve dizer-se que a Casa de Ceuta não tem merecido o interesse dos historiadores, permanecendo por estudar até hoje. As linhas que se seguem são uma simples proposta de abordagem desta instituição.

A conquista da cidade de Ceuta em 1415 inaugurou uma nova página na História de Portugal. Como tal, este acontecimento, de uma importância transcendente, suscita ainda hoje discussões e debates, quer em relação às suas causas, quer ao seu alcance e sentido histórico[1]. Porém, a intensidade do debate historiográfico parece fazer-se eco dos debates que precederam e que se seguiram à conquista de Ceuta e que conduziram à difícil tomada de decisão de D. João I de conservar a cidade recém-conquistada[2]. Com efeito, esta decisão teve que levar em conta os pesados encargos inerentes e a consequente criação de estruturas adequadas para a gestão das "coisas de Ceuta"[3]. Tomada a decisão da manutenção da cidade, ficou como fronteiro – governador e regedor por El-Rei em

Ceuta – o Conde D. Pedro de Meneses, que recebeu o cargo em circunstâncias que Zurara conta[4], acompanhado e assessorado por uma série de fidalgos e escudeiros, "e com estes ficaram, por toda gente, dous mil e setecentos homens e Mice Itam que ficou hi com duas galés para guardar o estreito. E mandou el-Rei que lhe ficassem muitas bitalhas e armaria, assim armas do corpo como bestas e armazém"[5].

Assim se estabelecia quer um modelo de governação, quer a base de uma micro-sociedade de cunho cavaleiresco que sobreviveu à passagem dos séculos e que assentava numa guarnição militar, relativamente pequena mas muito ciosa dos seus pergaminhos de nobreza. Os moradores da cidade, após 1640, repudiando a realeza de D. João IV, sentir-se-ão na necessidade de invocar esses seculares pergaminhos guerreiros e fidalgos junto da Coroa Espanhola, a quem declaram lealdade. Assim, no "Manifiesto Al Reyno de Castilla Junto en Cortes, en que se muestra la justicia com que la Ciudad de Ceuta, desmembrada por leal da la Corona Portuguesa, pretende naturaleza en los Reynos de Castilla", de 1655, lê-se que os "ceutíes" consideram que

> **Su Nobleza, que es hoy la de sus habitantes, es de la más calificada de la tierra**; pues no sólo la original de su sangre, heredada de Caballeros Insignes y famosos Capitanes, sus primeros Pobladores y Conquistadores… sino también por la adquirida, que es la nobleza más verdadera. **En nuestros tiempos**, en circulo tan breve de tierra, que abraza apenas a mil vecinos, **se hallan dentro de los muros ciento y tantos Caballeros de todas las Ordenes Militares, valerosos defensores de la Fé, peleando cada día en continuos rebatos com los enemigos della. Segunda Malta es Ceuta, y en valor sus moradores no son segundos**…[6].

[1] Publicada em tempos recentes, deve-se a Luís Filipe Thomaz uma das interpretações mais arrojadas e polémicas sobre a conquista de Ceuta, as suas causas e o seu significado histórico: THOMAZ, Luís Filipe - Expansão portuguesa e expansão europeia: reflexões em torno da génese dos descobrimentos. In *De Ceuta a Timor*. Lisboa: Difel, 1994. p. 1-41, de que se retêm as seguintes considerações relativamente à respetiva conquista, "tradicionalmente apontada como acto inaugural da expansão", questionando-se mesmo sobre se "Começará de facto aí uma nova era?", *Ibidem*, p. 21. Noutro passo do seu ensaio, o mesmo autor acrescenta: "Parece assim ficar claro que, pelas suas motivações como pelo seu carácter, pela sua continuidade com a Reconquista como pela ideologia que a informa, pelo espaço geográfico em que se desenrola, pela base social, a expansão portuguesa em Marrocos antes de D. João II é muito mais um derradeiro episódio da história medieval que o primeiro episódio da moderna. O seu nexo lógico com a revolução comercial do século XI e com a ascensão da burguesia é mais que ténue. Obviamente, Ceuta não é excepção", Idem – *Ibidem*, p. 29.

[2] Ver ZURARA, Gomes Eanes de – *Crónica da tomada de Ceuta*. Lisboa: Publicações Europa-América, 1992. p. 277-282, capítulos XCVII, "Como el-Rei teve seu conselho acerca da guarda da cidade"; XCVIII, "Como alguns daquele conselho responderam a el-Rei"; XCIX, "Como el-Rei determinou, todavia, de manter a cidade e como dava encarrego dela a Martim Afonso de Melo".

[3] Para as "quatro razões principais para conservar Ceuta" aduzidas por D. João I, ver FARINHA, António Dias – Norte de África. In BETHENCOURT, Francisco; CHAUDHURI, Kirti (dir.) – *História da expansão portuguesa*. Lisboa: Círculo de Leitores, 1998. vol. 1, p. 122.

[4] ZURARA - Ob. cit. capítulos XCIX e C, p. 281-284,

[5] Idem – *Ibidem*. Cap. C, p. 284. Ver ainda o Título "Da Hordenaçom, que El Rey Dom Joham fez ácerca dos que forom na Armada de Cepta, e allá ficarom por seu mandado", incorporado nas *Ordenações Afonsinas*, Livro V, Título LXXXIII: *Ordenaçoens do senhor rey D. Affonso V*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1984. p. 299-305. Facsímile da ed. de: Coimbra: na Real Imprensa da Universidade, 1792.

[6] Publicado in BAEZA HERRAZTI, Alberto - *El Presidio de Ceuta*. Ceuta: Caja de Ahorros y Monte de Piedad, 1985. p. 22. Para uma breve caracterização social da cidade em meados do século XVII ver POSAC MON, Carlos – *La última década lusitana de Ceuta*. 2.ª ed. Ceuta: Caja de Ahorros y Monte de Piedad, 1983. p. 33-44.

Face a este fundo guerreiro, socialmente dominante, onde se integravam "criados" e servidores de toda a natureza, devidamente enquadrados pelos agentes burocráticos impostos por modelos de gestão régia muito cedo estabilizados, havia que contar com todos os inúmeros degredados e homiziados que, desde cedo, fizeram parte da paisagem humana da cidade[7]. Sucessivos contingentes de degredados provenientes do Reino tiveram acolhimento na cidade, protegidos pelas respectivas "Cartas de Perdão", de que nos chegaram centenas, senão milhares de exemplares[8]. Estas cartas formalizavam os perdões concedidos a inúmeros condenados por crimes praticados no Reino, com "obrigação de servir em Ceuta"[9]. Sendo os degredados e homiziados uma componente essencial do corpo social de Ceuta, onde tudo indica que se integravam da forma mais harmoniosa[10], sabemos que o degredado mais famoso seria o próprio poeta Luís de Camões[11].

Mas a conquista de Ceuta, em 1415, na qual confluíram de algum modo interesses e motivações de todos os grupos sociais, resultou, antes de mais, de um desígnio político do Rei D. João I, da família real e dos círculos cortesãos que gravitavam à sua volta. Por isso, regressado ao Reino, o Rei de Portugal depressa associou aos seus títulos de "Rey de Portugal e do Algarue", o de "Rey de Portugal e do Algarue e **Senhor da cidade de Ceuta**"[12], título patente numa carta de 18 de fevereiro de 1416 e, quatro dias depois, o de "**Senhor de Cepta**", como se

[7] Esta vocação social-penal da cidade é sublinhada pelas seguintes palavras: "A Ceuta portuguesa de meados de Quatrocentos aparece-nos, assim, como uma terra de acolhimento de criminosos. A falta de segurança dos seus habitantes funcionava como factor de repulsão, vendo-se a Coroa a abastecê-la de degredados, chegando mesmo ao ponto de perdoar determinados criminosos só pelo facto de eles terem estado a servir no presídio", BRAGA, Paulo Drumond – Transferências de degredos: de e para Ceuta (Portugal, meados do século XV). In BAEZA HERRAZTI, Alberto (ed.) – *Ceuta hispano-portuguesa*. Ceuta: Instituto de Estudios Ceitíes, 1993. p. 153.

[8] "Ceuta representa um marco importante na definição de penalidades e indultos. Podemos mesmo afirmar que é principalmente como lugar de castigo, mas também de perdão, que Ceuta aflora nas *Ordenações*. É por isso que o seu nome está particularmente presente no Livro V, que trata de direito criminal. Ceuta é simultaneamente um lugar de exílio e de asilo", BEIRANTE, Maria Ângela – Ceuta nas Ordenações Afonsinas. In BAEZA HERRAZTI, Alberto (ed.) – *Ceuta hispano-portuguesa*, p. 90.

[9] Ver, por exemplo, a "Carta de perdão a Afonso Pires, morador no Cadaval, por servir um ano em Ceuta", datada de 1-7-1439: Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT), Chancelaria Régia, D. Afonso V, *Livro 19*, f. 53v., publicada por AZEVEDO, Pedro de - *Documentos das chancelarias reais anteriores a 1531 relativos a Marrocos*. Lisboa: Academia das Ciências, 1915. tomo I (1415-1450), p. 95-97; ou a "Carta de perdão de degredo em Ceuta a João Martins, pintor", ativo na Sé de Lisboa, datada de 29-5-1441: ANTT, Chancelaria Régia, D. Afonso V, *Livro 2*, f. 118, publicada por AZEVEDO, Pedro de - Ob. cit., T. 1, p. 186. Note-se, porém, que o regimento dos desterrados em Ceuta (de 10-4-1434) remonta já a D. Duarte, sendo incorporado nas *Ordenações Afonsinas*, *Livro V*, Título LXXXIIII: "Da Hordenança dada [por D. Duarte] ao Capitam de Cepta, que aja de teer com os degradados, e homiziados", *Ordenaçoens …*, *Livro V…*, p. 305-313.

[10] Baeza Herrazti nota que "En Ceuta, durante el dominio portugués, no existió un Penal correcional propriamente dicho, con celdas y rejas, sino que fue un lugar de deportación, donde los extrañados cumplían un período de confinamiento, pero viviéndolo en libertad, en muchos casos formando hogar en unión de sus familias, o encuadrados en las Compañías de Lanzas o en otros Cuerpos armados, junto a los demás soldados, com uso de armas y prestación de servicios, y cobrando del Erario publico", BAEZA HERRAZTI, Alberto - *El Presidio…*, p. 18. Registe-se que a tradição presidiária da cidade manter-se-ia sob a Coroa Espanhola após 1640 e, segundo Alberto Baeza Herrazti, intensificar-se-ia nos séculos XVIII e sobretudo no XIX, chegando mesmo ao século XX.

[11] Camões chegou a Ceuta com 25 anos de idade, no **o**utono de 1549, permanecendo dois anos, até ao **o**utono de 1551, BAEZA HERRAZTI, Alberto – *El Presidio…*, p. 21, nota.

[12] "Carta de D. João I com o título insólito de 'Senhor da cidade de Ceuta' ao Infante D. Henrique de administração das rendas para Ceuta"; Estremoz, 18-2-1416: ANTT, Chancelaria Régia, D. João I, *Livro 5*, f. 91v., publicada por AZEVEDO, Pedro de - Ob. cit., T. 1, p. 450-451.

autointitula numa carta escrita em Estremoz a 22 de fevereiro de 1416, "a mais antiga carta de D. João I, em que usa o título de 'Senhor de Ceuta'", como nota Pedro de Azevedo[13]. Consequentemente, a dignificação da nova cidade do Algarve de Além-Mar suscitou a criação de um bispado, tendo Ceuta sido elevada a cabeça de uma diocese episcopal em 1420[14]. A seu tempo, a cidade seria dotada também dos inerentes atributos e funções concelhias, concentradas no Senado da Câmara, à semelhança do que aconteceria nas demais vilas e cidades portuguesas de Aquém e Além Mar[15].

Ceuta torna-se desde muito cedo – desde antes da própria conquista – um verdadeiro assunto de Estado. Por isso, poucos anos passados depois de 1415, o *Regimento do Reino* aprovado nas Cortes de Torres Novas de 1438[16], continha uma parte importante dedicada a "o carrego de çepta"[17], determinando-se então que "**cepta sela gouernada per o conselho** com autoridade da Rejinha, e acordo do Ifante dom pedro"[18]. Assim, no mesmo *Regimento*, entre "as cousas que se ham d asijnar per a senhora Raynha e per o Ifante dom pedro" constavam "**todollos fectos que pertençem ao rregimento de çepta**"[19], decisão que atestava a importância e o lugar central de Ceuta quer no quadro dos grandes desígnios do Reino, quer no das complexas e tão conflituosas dinâmicas políticas da corte portuguesa da época.

A conservação da cidade e a boa gestão dos importantes recursos humanos e materiais mobilizados visando a sua difícil e dispendiosa manutenção, exigiram a criação rápida de estruturas de gestão centralizadas e eficientes: "a presença da Coroa portuguesa no Norte de África passava pela administração directa das fortalezas pelos capitães designados, coadjuvados pelos contadores e almoxarifes"[20]. Assim surgiu o Almoxarifado de Ceuta –

[13] "Dom Joham pella graça de Deus Rey de Portugal e do Algarue e **Senhor de Cepta**", Estremoz, 22-2-1416: ANTT, Chancelaria Régia, D. João I, *Livro 3*, f. 178v. – "a mais antiga carta de D. João I, em que usa o título de 'Senhor de Ceuta'", publicada por AZEVEDO, Pedro de - Ob. cit., T. 1, p. 451. Maria Ângela Beirante nota que "Ceuta figura, em primeiro lugar, como uma espécie de 'jóia da Coroa', na intitulação das cartas régias insertas no corpo da obra. Assim, Dom Joham per graça de Deos Rey de Purtugal e do Algarve **e Senhor de Cepta**", BEIRANTE, Maria Ângela - Ceuta nas Ordenações Afonsinas. In BAEZA HERRAZTI, Alberto (ed.) – *Ceuta hispano-portuguesa*, p. 89.

[14] BAEZA HERRAZTI, Alberto – Preâmbulo. In *Ceuta hispano-portuguesa*..., p. 14. A criação da Sé episcopal em Ceuta foi autorizada pelo Papa Martinho V, sendo o primeiro bispo da cidade Frei Aymaro de Aurillac, nomeado em 1421, que tinha sido confessor da Rainha D. Filipa de Lencastre. Pouco depois o bispo de Ceuta passou a ser o Primaz de África: POSAC MON, Carlos - Ob. cit., p. 87-88. Em 1423, o bispo de Ceuta continuava a ser Dom Aymaro, administrador do Mosteiro de Pombeiro: ver os "Priujllegios do moesteiro de ponbeiro" confirmados por D. João I a 11-2-1423: ANTT, Chancelaria Régia, D. João I, documento publicado in DIAS, João José Alves (org. e rev.) - *Chancelarias portuguesas: D. João I*. Lisboa: Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa, 2006. vol. IV, tomo 2 (1393-1433), p. 40-42.

[15] Ver MASCARENHAS, Jerónimo de - *Historia de la ciudad de Ceuta: sus sucessos militares, y político, memorias de sus santos y prelados, y elogios de sus capitanes generales escrita em 1648*... Dir. Afonso de Dornelas. Lisboa: Academia das Sciencias, 1915. p. 16.

[16] Realizadas após a morte de D. Duarte; *Regimento* atribuído pelos cronistas ao Infante D. Henrique.

[17] "Regimento do Reino e documentos ancilares". In DIAS, João José Alves; PINTO, Pedro (org. e rev.) - *Cortes portuguesas: reinado de D. Afonso V: cortes de 1438*. Lisboa: Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa, 2014. p. 39.

[18] "Regimento do Reino e documentos ancilares", in Id**e**m - *Ibidem*, p. 42.

[19] "Regimento do Reino…", in *Ibidem*, p. 49, 50.

[20] BETHENCOURT, Francisco – A administração da Coroa. In BETHENCOURT, Francisco; CHAUDHURI, Kirti (dir.) – *História da expansão portuguesa*. Lisboa: Círculo de Leitores, 1998. vol. 1, p. 388.

que já existia em 1425[21] – e assim surgiu a *Casa de Ceuta*, uma instituição de tutela régia, criada provavelmente logo após a conquista da cidade, a ter em conta as deduções de Mendes da Luz: a Casa de Ceuta foi "de fundação possivelmente não muito posterior à conquista e ocupação daquela cidade africana pelos portugueses (1415)"[22]. Escapando-nos a data exata da sua fundação, apenas podemos dizer que a Casa tem existência comprovada apenas em 1434. Com efeito, sempre segundo Mendes da Luz, "o mais antigo documento até agora conhecido que lhe faz referência [à Casa de Ceuta] data de 19 de Janeiro de 1434"[23].

A *Casa de Ceuta* foi a primeira instituição de cunho estatal criada no âmbito da Expansão Portuguesa, pois precedeu a criação das futuras *Casas da Guiné*, *da Mina* e *da Índia*, a seu tempo fundadas no contexto das vias próprias da Expansão Portuguesa nos séculos XV e XVI. Tal como acontecia com todas estas "Casas", também a *Casa de Ceuta* era "não só o edifício, mas o próprio organismo encarregado de todos os negócios referentes, neste caso, à cidade de Ceuta"[24] e posteriormente às demais praças portuguesas do Norte de África. Pensamos que o local de origem da criação da Casa de Ceuta não deve oferecer dúvidas: ela foi criada certamente *em Lisboa*, ao contrário da Casa da Guiné e da Casa da Mina, que seriam criadas em Lagos, sendo só posteriormente transferidas para Lisboa[25]. Já Vieira da Silva intuíra que "as Casas de Ceuta (…) foram naturalmente construídas depois da conquista de Ceuta por D. João I em 1415. Ficavam do lado Sul da Rua [da Ferraria, na Ribeira de Lisboa], encostadas à muralha nova de D. Fernando (…)"[26]. Por outro lado, chegaram-nos testemunhos inequívocos da localização em Lisboa de espaços afetos à Casa de Ceuta ou a estruturas administrativas afins, diretamente relacionadas com "as coisas de Ceuta", que podem ter precedido a criação da Casa com este nome. Com efeito, sabemos que D. João I pedira emprestadas ao concelho e Câmara de Lisboa umas casas na Rua da Ferraria de Lisboa, 'pera sse em ellas poer o **mantijmento proujsom pera cepta** (…)", reclamadas pela Câmara em 1438[27], como veremos.

---

[21] Note-se que 1425 é o ano a que remonta a legitimação por D. João I de dois filhos do almoxarife de Ceuta, Gil Afonso: DIAS, João José Alves (org. e rev.) - *Chancelarias portuguesas: D. João I*. vol. IV, tomo 2 (1393-1433), p. 75.

[22] LUZ, Francisco Paulo Mendes da – *O Conselho da Índia*. Lisboa: Agência Geral do Ultramar, 1952. p. 32. Porém, as preocupações e os encargos com as "cousas de Ceuta" datavam de muito antes: veja-se a "Carta de quitação a Vasco Fernandes, em que se mencionam verbas respeitantes ao tesoureiro das cousas de Ceuta em Santarém", datada de 14-12-1426: ANTT, Chancelaria Régia, D. João I, *Livro 5*, f. 148, in AZEVEDO, Pedro de - Ob. cit., T. 1, p. 469-470.

[23] LUZ, Francisco Paulo Mendes da – Ob. cit, 1952, p. 33: ver a "Carta de El Rei D. Duarte a Gil Vasques, empregado da Casa de Ceuta, para poder usar armas. De 19 de Janeiro de 1434", carta confirmada em nome de El-Rei a 10 de março de 1439: ANTT, Chancelaria Régia, D. Afonso V, *Livro 18*, f. 71; doc. publicado por AZEVEDO, Pedro de - Ob. cit., T. 1, p. 52.

[24] LUZ, Francisco Paulo Mendes da – Casa de Ceuta. In SERRÃO, Joel (dir.) – *Dicionário de História de Portugal*. Lisboa: Iniciativas Editoriais, 1971. vol. I, p. 560.

[25] Neste ponto contrariamos a opinião de Mendes da Luz, que considera que a Casa de Ceuta foi provavelmente criada em Lagos, como a futura *Casa da Guiné*, e que escreve que "pelo menos a partir de 1450" a *Casa de Ceuta* encontrava-se já em Lisboa, "para onde deve ter sido transferida ainda antes da Casa da Guiné" (Idem - *Ibidem*, p. 560).

[26] SILVA, Vieira da – *As muralhas da ribeira de Lisboa*. 3.ª ed. Lisboa: Publicações Culturais da Câmara Municipal, 1987. vol. I, p. 123.

[27] "Capítulo apresentado às Côrtes de Lisboa, sobre as casas que lhe pertenciam e onde se depositavam os mantimentos para Ceuta, e resposta de El Rei", Lisboa, 25-12-1438: ANTT, Chancelaria Régia, D. Afonso V, *Livro 20*, f. 88v., publicado por AZEVEDO, Pedro de - Ob. cit., T. 1, p. 115. Este documento seria igualmente publicado por MARQUES, João Martins da Silva - *Descobrimentos portugueses…* Lisboa: Instituto para a Alta Cultura, 1944. Suplemento ao vol. 1 (1057-1460), p. 504: "Capítulo de agravos dos vereadores, procuradores, homens-bons e mesteres da cidade de Lisboa; com as respostas del-Rei. No 7.º capítulo pede a cidade ao Rei lhe restitua umas casas na Rua da Ferraria, que D. João I pedira emprestadas ao concelho 'pera sse em ellas poer o mantijmento proujsom pera cepta'".

A criação da Casa de Ceuta na cidade de Lisboa parece fácil de justificar: ela decorre do caráter régio – e portanto centralista – da gestão dos assuntos inerentes a Ceuta. Este caráter régio contrasta com a tutela senhorial própria das "coisas" da Guiné e Mina, pois só depois da morte do Infante D. Henrique e da intervenção direta do futuro Rei D. João II na respetiva gestão essas "coisas" se tornam assunto de Estado, sendo então as respetivas Casas transferidas para Lisboa. Estas circunstâncias condicionaram certamente as diferentes localizações das primitivas sedes de todas estas "Casas": se a gestão das "coisas de Ceuta" se estabelece em Lisboa desde a época da sua conquista, a gestão das "coisas" relacionadas com a expansão atlântica, Ilhas e Costa Africana a Sul do Bojador, ficaria naturalmente em Lagos, aos cuidados do Infante D. Henrique.

Para lá da diferente localização primitiva das três primeiras "Casas" criadas no contexto da Expansão, outra importante diferença distingue a Casa de Ceuta das Casas da Guiné e da Mina. Com efeito, ao contrário destas, que terão uma vida relativamente efémera, a Casa de Ceuta mostrará ter uma longevidade excecional. Sabemos que "a Casa de Ceuta continuará a par da Casa da Guiné, independentemente desta, com seu edifício, seus recebedores, tesoureiros e almoxarifes aparte" [28]. Porém, enquanto que a "Casa da Guiné, e depois da Mina, virá a ser o organismo base da Casa da Índia até nela ser totalmente englobado", a Casa de Ceuta nunca se fundirá com nenhuma das outras casas criadas no âmbito da Expansão. Esta individualização da Casa de Ceuta face às demais casas, decorrente da sua área específica de intervenção, estará na origem da sua longevidade, pois alcança a segunda metade do século XVIII, como veremos.

Como estrutura régia, aquela que é, por vezes, "também designada por 'casas do desembargo da cidade de Ceuta'" [29], tinha a sua organização e o seu funcionalismo próprios, ao serviço das suas importantes funções. Embora se desconheça qualquer *Regimento* da Casa, sabemos que por ela passava o abastecimento da cidade em todo o género de produtos; a organização das viagens periódicas Lisboa-Ceuta-Lisboa (marítimas, por definição); a gestão dos assuntos relativos às guarnições militares, armamento e fortificações e ainda as providências relativas ao acolhimento e inserção de uma população crescente de degredados e homiziados, componente essencial da população daquela cidade, como vimos. Tendo esta praça um papel verdadeiramente estratégico no quadro da política portuguesa no Norte de África, a Casa de Ceuta tinha que deter um corpo de funcionários, almoxarifes, vedores, tesoureiros, escrivão, fiel, etc., sediados em Lisboa. Com efeito, esta *Casa*, cuja criação precede as das demais *Casas* surgidas no seio da Expansão e dos Descobrimentos, é, de algum modo, a antepassada dos *Armazéns do Reino*, tal como estes se afirmariam nas últimas décadas do século XV e nos dois ou três séculos seguintes, enquanto estrutura-base de apoio à organização das viagens ultramarinas, por onde passavam a gestão da construção e reparação naval, o apoio técnico e cartográfico, o recrutamento de pilotos, marinheiros e soldados

[28] LUZ, Francisco Paulo Mendes da – *O Conselho da Índia*..., p. 32.

[29] Idem – *Ibidem*, p. 33.

e demais pessoal envolvido nas viagens marítimas, bem como o aprovisionamento de bens e de recursos de toda a natureza, indispensáveis à organização das viagens e à manutenção de guarnições, tripulações e viajantes[30].

Enquanto estrutura de apoio à Expansão, a Casa de Ceuta era uma unidade de recolha e conservação, a quem cabia a organização das tarefas tipicamente portuárias de carga e descarga e de armazenamento e acondicionamento de todo o tipo de produtos a expedir para Ceuta e demais "Lugares de Além". Complementarmente, era também uma imponente unidade de produção e transformação, a quem cabia, pelo menos parcialmente, a gestão da reparação naval e sobretudo a organização de atividades como a salga de carne e a produção e reparação de vasilhame em grande escala.

Estas atividades, muito bem documentadas para os anos centrais do século XV, tinham uma importância estratégica e assumiam uma natureza quase industrial, a ter em conta os enormes valores envolvidos nas várias fases da cadeia produtiva. Destas valências da Casa de Ceuta como unidade de produção chegaram-nos testemunhos impressionantes relativos aos valores envolvidos – número de artesãos, matérias-primas e produtos produzidos – patentes em inúmeras "quitações" passadas ao tesoureiro da Casa de Ceuta e há muito publicadas por Pedro de Azevedo. É o caso dos inúmeros moios de sal, usado "em salgar e resalgar a carne que em este ano [1456], o dito thesoureiro mandou a Cepta"[31], atividade que exigia a intervenção de um "mestre da salga", um lugar importante no funcionalismo da Casa de Ceuta.

A outra grande valência produtiva exercida no âmbito da Casa era a da tanoaria, certamente a mais importante, a ter em conta os imensos valores e verbas envolvidas, de que são exemplo as que constam de uma quitação passada em 1456, de que extraímos alguns dados relativos à tanoaria:

> Item deu tres mil e cemto e oytenta reaes **a certos tonoeyros que em este ano fezerom os tonees e pipas de madeira nova e velha em a dita casa de Cepta**. Item deu setecentos e vinte e cinco reaes aos **tornadores que em o dito ano tornarom cento e quaremta e cinquo feixes darcos** a rezam de cinquo reaes o feixe. Item deu mil setecentos e cincoenta e sete reaes **a certos barçeiros que em este ano rebaterom setenta e dous tonees e dez pipas que se corregerom em a dita casa de Cepta e de sasenta e tres dias que servirom a dita casa de Cepta** a rezom de vinte reaes por dia. Item deu seiscentos e sessenta e cinco reaes **a çertos bolladores que em o dito tenpo lavarom setecentas e trinta aduellas e novecentas peças de fundagem** pela regra ante alegada. Item deu trezentos e cincoenta reaes **a AntonEanes veedor dos tonoeiros** que avya daveer em preço de dez covados de pano de Castella que avya daveer de seu vistir do dito ano **por asi seer mestre dos ditos tonoeyros**. Item deu mais seiscentos e oitenta reaes ao dito AntonEanes de **trinta e quatro dias que servio em a casa de Cepta** per todo o dito ano a rezam de vinte reaes por dia. Item despemdeo em o dito ano **hu*m* tonell de vinho e duas mil e seiscentas e lb**

[30] Para uma melhor caracterização institucional e funcional dos Armazéns ver o cap.º "Os Armazéns do Reino" in CAETANO, Carlos – *A ribeira de Lisboa na época da expansão portuguesa: séculos XV-XVIII*. Lisboa: Pandora, 2004. p. 112-116; para a sua localização e caracterização arquitectónica ver o cap.º "Os Armazéns" in Idem – *Ibidem*, p. 169-176.

[31] "Quitação de Gonçalo Pacheco, thesoureiro de Ceuta", de 1-5-1456: ANTT, Chancelaria Régia, D. Afonso V, *Livro 1*, f. 78, publicada por AZEVEDO, Pedro de - *Documentos das chancelarias reais anteriores a 1531 relativos a Marrocos*. Lisboa: Academia das Ciências, 1934. tomo II (1450-1456), p. 360.

> **peças daduellas velhas e novas e mil e trezentas e noventa e tres peças de fundagem e duzentas e quarenta e oito barras e cento e trinta e seis feixes darcos de tonees e pipas e duzentas e quarenta e oito barras e cemto e trinta e seis feixes darcos de tonees e pipas e duzentas e quarenta e sete braças de vymees todo em feitio de oitenta e quatro tonees e trinta e seis pipas que se em o dito ano fezerom em dita casa de Cepta** pera despesa de seu oficio[32].

Consequentemente, o funcionalismo da Casa de Ceuta contemplava também o "veedor dos tonoeiros" ou "mestre dos ditos tonoeyros", cargos da maior importância, a atestarem a importância da tanoaria no contexto das atividades de produção da Casa de Ceuta. Os tanoeiros afetos à Casa eram particularmente favorecidos, beneficiando de cartas de privilégio como as concedidas em 1440, que os isentavam de encargos pesadíssimos, nomeadamente a "isenção de servir em Ceuta, ainda que seja bèsteiro, de aposentadoria em suas casas, adegas, etc., e de encargos do concelho, etc."[33]. A consciência da importância da atividade dos tanoeiros e a necessidade de os privilegiar já constavam da mais antiga carta de privilégio conhecida, concedida pelo Rei D. Duarte a António Eanes, tanoeiro da Casa de Ceuta, datada de 22 de novembro de 1436:

> por quamto **huma das primcipaaes cousas que som necesaryas pera prouymento dos que estam em Cepta asy hé louça pera lhes levarem os mantimentos** pera que compre tonoeyros hordenamos por boo Regimento de **privilegiarmos certos tonoeyros que continoadamente estem e laurem a dita louça na casa de cepta que está em esta cidade**[34].

Mas a Casa de Ceuta não era apenas uma unidade de produção. Assim, relativamente aos anos charneira de meados do século XV (de 1453-1454), "há pormenorizadas referências a tudo quanto se recebia e despendia por intermédio daquela casa sobressaindo entre todas, as verbas consagradas ao envio de cereais para Ceuta, trigo e centeio principalmente"[35]. Com efeito, o triunfo da política de conquistas no Norte de África no reinado de D. Afonso V coincide com a época de maior esplendor da Casa de Ceuta. É nessa época que o seu âmbito de

[32] Idem – *Ibidem*, p. 361.

[33] Vejam-se por exemplo os "Privilégios concedidos a Rui Vasques, tanoeiro, enquanto trabalhar por seu ofício na Casa de Ceuta (Carta de); ano de 1440: ANTT, Chancelaria Régia, D. Afonso V, *Livro 20*, f. 9, documento referenciado em MARQUES, João Martins da Silva - Ob. cit., p. 514.

[34] "Carta de privilégio de El Rei D. Duarte a Antonio Eanes, tanoeiro da casa de Ceuta. De 22 de Novembro de 1436", transcrita em: ANTT, Chancelaria Régia, D. Afonso V, *Livro 19*, f. 7, publicada por AZEVEDO, Pedro de - Ob. cit., T. I, p. 53.

[35] LUZ, Francisco Paulo Mendes da – *O Conselho da Índia*..., p. 34; veja-se ainda a "Quitação a Alvaro Anes, recebedor das cousas de Ceuta", de 8-8-1440, relativa aos anos de 1437-1439: ANTT, Chancelaria Régia, D. Afonso V, *Livro 20*, f. 147v., publicada por AZEVEDO, Pedro de - Ob. cit., T. 1, p. 163-168. De teor idêntico é a "Quitação a Gonçalo Pacheco, tesoureiro mór das cousas de Ceuta" (1439-1440); Doc. de 10-8-1440: ANTT, Chancelaria Régia, D. Afonso V, *Livro 20*, f. 147, publicada por AZEVEDO, Pedro de - Ob. cit., T. 1, p. 168-172. Veja-se ainda, entre tantas, a "Quitação a Gonçalo Pacheco, tesoureiro-mor das coisas de Ceuta em Lisboa, de tudo quanto recebeu e despendeu nos anos de 1453 e 1454 (Carta de)", republicada em MARQUES, João Martins da Silva - Ob. cit., p. 348-356. Nesta "carta de quitação" constam grandes quantidades de cereais (trigo centeio, cevada, milho), leguminosas (grão de bico); peixe salgado (sardinha), pão, vinho, carne, vasilhame, "peças de fundagem" dos tonéis. Nela constam ainda os encargos com "quem calafetou e breou [e corregeu] o telhado" de naus e caravelas que se deslocaram a Ceuta a levar mantimentos, com os consequentes materiais (pedras de estopa, arrobas de pez, sebo, "tomento", canadas de azeite, feixes de lenha, varas de castanho, esteiras e estibas, pregos e resina). No mesmo documento constam ainda as quantidades de "louça que se fez em o dicto anno [1456] na cassa de cepta", bem como listas de materiais de carpintaria e os valores envolvidos no pagamento a quatro carpinteiros que intervieram em obras na Casa, adiante referidas, bem como equipamentos da Casa, também adiante referidos. Do mesmo teor, ver ainda a "Quitação a Fernão de Andrade, tesoureiro das Obras de Ceuta", de 11-3-1456: ANTT, Chancelaria Régia, D. Afonso V, *Livro 13*, f. 154, publicada por AZEVEDO, Pedro de - Ob. cit., T. II, p. 332-336.

atuação se alargou às demais cidades e praças militares conquistadas pelos portugueses na Costa Marroquina, que constituíam as chamadas "Partes" ou "Lugares de Além". Ao mesmo tempo que se reforçava o seu papel enquanto centro abastecedor dos mais diversos bens e mantimentos, acentuava-se o seu lugar enquanto centro político decisor. Com efeito, por lá passava necessariamente a gestão e sobretudo o recrutamento e abastecimento em munições militares[36]. Enfim, pela Casa de Ceuta passavam também as decisões relativamente à construção, ampliação ou modernização das fortificações das diversas cidades e praças militares do Norte de África, localizadas num território muito hostil, o que envolvia cargos como os de "mestre das obras de pedraria da Casa de Ceuta" e "mestre das obras de fortificação do Reino, Lugares de Além e Índias". Os respetivos encargos, muito pesados, corriam pela Casa de Ceuta e os seus titulares foram recrutados durante muitas décadas entre a elite dos arquitetos e mestres de obras do Reino, envolvendo nomes como Diogo, Francisco e Miguel de Arruda, João de Castilho ou Diogo de Torralva, ativos nas primeiras décadas do século XVI. Assim, a título de exemplo, registe-se que, por diploma de 30 de agosto de 1554, eram concedidos a Miguel de Arruda, "caualeyro fidallgo de minha casa, **mestre das obras de forteficação de meu reino, luguares dalem e Indias**" mais quatro moios de trigo, que "**lhe serão pagos na casa de Cepta**"[37].

Organismo de vocação tipicamente ultramarina, a Casa de Ceuta instalou-se desde a sua origem no coração da *Ribeira de Lisboa*, pois o bom despacho dos seus assuntos suscitava uma localização adequada das respetivas instalações, necessariamente vizinhas dos cais, pontes e estacadas que pontuavam as linhas de praia das vizinhanças. Realidade tipicamente ribeirinha, são inúmeros os testemunhos da animada vida portuária polarizada na Casa de Ceuta, lugar de cargas e descargas intensivas das mais diversas mercadorias e de que são exemplo os seguintes valores relativos a 1455-56, despendidos com "gaanhadinheiros", "pulinheiros" e "afundadores" empregados na estiva das coisas de Ceuta:

[36] Ver, para o ano de 1550, o "Treslado de hu*m*a provisaõ das armas e artª que sua A. manda que aja nesta cidade de cepta", de 25-6-1550, "que (…) esta registada no lº de Jorge seco a fs. 31", publicada in ESAGUY, José de - *O livro grande de Sampayo ou livro dos vedores de Ceuta (1505-1670)*. Coimbra: Gráfica de Coimbra, 1941. Separata de *O Instituto*, vol. 93, 94, 97, 99 e 101, p. 72-77. De idêntico "Treslado de hu*m*a provisaõ porque sua A. manda que se proueja esta cidade das armas declaradas na folha atras que esta Registada no lº de Jorge seco a fs. 34" (provisão de 1558), igualmente dirigida ao "Capitão Contador e oficiais da cidade de cepta", consta que "Eu tenho mandado que **da casa de cepta** e de andalusia se enuie a esa cidade a artrª, armas E monicois" constantes de determinada folha; Idem – *Ibidem*, p. 77-79.

[37] ANTT, Chancelaria Régia, D. João III, *Livro 57*, f. 154, publicado por VITERBO, Sousa - *Dicionário histórico e documental dos arquitectos, engenheiros e construtores portugueses.* Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1988. vol. I, p. 73. Reimpressão da edição de 1899. Ainda no tempo de D. Sebastião pela Casa de Ceuta se fazia o pagamento de serviços prestados por Diogo Teles nas fortificações de Tânger: "Dom Sebastião etc., a quantos esta minha carta virem faço saber que avemdo eu respeito aos seruiços de Diogo Telez, caualeiro fidalgo de mynha casa que ora mãdo a cidade de Tamgere por me aver de seruir na forteficação dela, **ey por bem e me praz que ele aja na casa de Ceyta** em cada huu*m* ano do primeiro dia do mês de Janeiro que pasou do ano presemte em diamte vimte mill rs em parte dos quoremta mill rs de que lhe elRey meu senn*h*or e avo, que samta gloria aja, fez merce em Janeiro de bᶜl e dous ate ser prouido na ordem de nosso snr Jhũu xpõ doutra cousa que hos valha": ANTT, Chancelaria Régia, D. Sebastião e D. Henrique, Doações, *Livro 1*, f. 4v, Carta publicada por VITERBO, Sousa - Ob. cit. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1988. vol. 3, p. 88-89. Facsímile da ed. de: Lisboa: Imprensa Nacional, 1899-1922.

Item deu quatro mil e doze reaes a **çertos gaanhadinheiros que em o dito tenpo acaretarom das barcas aa casa de Cepta e da casa aas barcas que levarom aos navyos** setecentos e trinta e quatro moyos e vijmte e dous alqueires de pam e seisçentos e dezaseis cascos de tonees aas barcas e a quem acarretou quatroçentos e vijmte e dous feixes darcos de tonees e pipas que levarom aa casa de Cepta e em aluger dos sacos em que acaretarom o dito pam e em outras despesas necesarias.

Item deu e pagou mil e oytocentos e vinte e oito reaes a **çertos pulinheiros e afundadores que afundarom e tiraram das barcas** çemto e sasemta e seis tonees e meo de vynhos que vierom de Santarem e dos regengos de Ribamar **e os meterom em a casa de Cepta e os tornarom a tirar da dita casa e os levarom aa ribeira pera os levarem aos nauyos que os avyam de levar a Cepta pera mantimento dos que alla estam**[38].

As instalações da Casa de Ceuta, que tiravam partido da proximidade dos cais das redondezas, beneficiavam, por outro lado, da proteção das muralhas da cidade. Com efeito, a Casa de Ceuta localizava-se no interior da *Cerca Fernandina*, num segmento central da mesma, adjacente à chamada *Porta dos Pregos*[39]. A muralha, a que se encostava, proporcionava-lhe a sua face posterior, ficando a entrada principal da Casa de Ceuta na *Rua* ou *Beco do Saco*, prolongamento ocidental da importante *Rua da Ferraria*, a rua da *baixa* da cidade localizada entre a *Rua Nova dos Mercadores* e a Cerca Fernandina, estruturas estas orientadas no sentido leste-oeste. Em 1486, D. João II ordena à Câmara a reparação de "aquelle **pedaço de muro de junto co as nossas casas de çepta** que estaa deRibado [...] p*or* que maes dano se nam faça no outr*o* e asy nas meesmas casas"[40].

Esta localização fazia com que a Casa de Ceuta ficasse sobre o cano real que, proveniente das traseiras do Rossio, corria em direção ao rio, conhecendo em 1498 a sua última expansão anterior ao Terramoto de 1755, efetuada no âmbito do aterro do espaço que seria conhecido como Terreiro do Paço[41]. Por outro lado, o sítio de implantação da Casa de Ceuta era muito próximo senão contíguo às *Tercenas* medievais, vasto complexo portuário localizado e mesmo comprimido entre a chamada Muralha de D. Dinis e o alinhamento ribeirinho da Cerca Fernandina, que integrava estaleiros de construção e reparação naval e ainda espaços de armazenamento de aprestos marítimos,

[38] "Carta de quitação a Gonçalo Pacheco", de 2 de março de 1456: ANTT, Chancelaria Régia, D. Afonso V, *Livro 1*, f. 82, publicada por AZEVEDO, Pedro de - Ob. cit., T. II, p. 676.

[39] Para a localização da Casa de Ceuta e dos segmentos vizinhos da Muralha de D. Dinis e da Cerca Fernandina ver a Estampa 1, "Fragmento da Planta de Lisboa", in SILVA, Vieira da – Ob. cit., vol. I, extratexto e ainda a Fig.ª 122, "Localização conjectural das Casas de Ceuta, da Mina e da Índia" in CAETANO, Ob. cit., p. 205.

[40] Arquivo Municipal de Lisboa (AML), *Livro 2.º de D. João II*, f. 89 e 89v.;

[41] Na relação "Estes sam os cannos que a nesta cydade de Lix*bo*a", elaborada "nos fins do terceiro quartel do século XVI", consta "**o canno real que se começa de trras dos estaaos de fora dos muros** E vem ao lomgo do Rosyo pella calldeiraria E p*or* a Rua nova d´ell Rey ao topo da Rua nova dos mercadores e **pasa p*or* baixo da casa de çeita** E todas as casas p*or* omde o dicto canno pasa tem s*er*vemtyas p*er*a o dito canno". AML, *Livro dos pregos*, f. 333v. Ver uma cópia deste documento in ANTT, Corpo Cronológico, parte I, *maço 79*, *documento n.º 43*. Transcrito por OLIVEIRA, Eduardo Freire de – *Elementos para a história do município de Lisboa*. Lisboa: Tipografia Universal, 1887. 1.ª parte, t. I, p. 558. A primeira representação da boca deste cano consta na vista de Lisboa no *Livro de Hora*s de D. Manuel I, f. 25: ver CAETANO - Ob. cit., p. 45.

organizados em naves paralelas entre si mas certamente orientadas perpendicularmente às linhas amuralhadas[42]. A proximidade das Tercenas medievais depreende-se da "Carta de doação ao Infante D. Henrique das duas casas que estão juntas às casas de Ceuta", de 1449:

> damos lhe que tenha e aja de nós daquy em diante Em quamto nosa merçee for as **duas casas das nossas tarçenas da çidade de Lixboa que a em anbas duas naves que estam junto com as Casas de Çepta** das quaaes tarçenas se ora o dicto Infante serue com tanto que ell as adube E correga de todo o que lhe mester for a sua custa em quanto as asy tever[43].

Anos depois, em 1471, estas casas ou parte delas seriam cedidas por D. Afonso V a Fernão Gomes, a título provisório. Tratava-se de

> **hu*m*a naue das cassas das nossas tareçenas da nossa çidade de lixboa que estaa amtre as dictas tareçenas E o çelleiro da nossa çidade de çepta que ora estaa descuberta** com estas comdiçõees que sse ao djante seguem. com comdiçom que elle a cubra de telhado e corregimento que ouuer mester E a tenha emquamto durarem os trautos que de nos tem das partees de gujnee ssem nos della pagar coussa algu*m*a[44].

Deve notar-se, a propósito, que estas naves, contíguas à Casa de Ceuta e restauradas ou mesmo refeitas por Fernão Gomes em 1471, estarão na base da futura Casa da Mina lisboeta, a herdeira da Casa da Guiné e da Mina, instituição transferida de Lagos para Lisboa em 1463, três anos após a morte do Infante D. Henrique. Porém, nas origens do complexo construtivo afeto à Casa de Ceuta teremos que entrever uma dose adequada de improvisação e pragmatismo, indispensáveis para a disponibilização dos espaços necessários para o exercício das funções inerentes à Casa. Tudo indica que para a sua instalação tenham sido escolhidas umas casas camarárias, erguidas no sítio que fora *Curral dos Bois* nos séculos precedentes, localizadas entre o citado Beco do Saco, a Norte, e a Cerca Fernandina, a Sul, contíguas à Porta dos Pregos, rasgada nesta Cerca. As casas escolhidas eram contíguas às *Privadas do Concelho* e elas próprias estavam parcialmente assentes sobre o cano real, como já sabemos, que resulta do encanamento do rego que provinha das traseiras do Rossio, em data indeterminada. Em 1438, a Câmara de Lisboa reclama a posse dessas casas, outrora emprestadas a D. João I, como vimos. Tratava-se de

[42] As Tercenas ficavam no limite ocidental do arrabalde da cidade baixa, na base da *Colina de S. Francisco*, onde sobreviveram até à adaptação ou construção da Casa da Mina em parte do espaço por elas ocupado durante séculos. Sobre a localização e caracterização das Tercenas ver MENEZES, José de Vasconcellos e – Tercenas de Lisboa III. *Lisboa: revista municipal*. Lisboa: Câmara Municipal. 2.ª Série N.º 19 (1987), p. 3-14.

[43] "Carta de doação ao Infante D. Henrique das duas casas que estão juntas ás Casas de Ceuta": 8 de março de 1449: ANTT, Chancelaria Régia, D. Afonso V, *Livro 20*, f. 37v., publicada por AZEVEDO, Pedro de - Ob. cit., T. I, p. 349.

[44] "Concessão de uma nave das casas das taracenas reais, em Lisboa, a Fernão Gomes, enquanto durar o seu contrato do tráfico da Guiné, e sob certas condições (Carta de)", ANTT, Chancelaria Régia, D. Afonso V, *Livro 21*, f. 27v.; doc. publicado por MARQUES, João Martins da Silva – *Descobrimentos portugueses*. Lisboa: Instituto para a Alta Cultura, 1971. vol. III (1461-1500), p. 90-91.

> hu*m*as casas ssuas proprias **na Ferraria honde ssoya destar o curral dos bois** E **el Rey Dom Joham uosso auo nollas pidio enprestadas** por huu*m* tempo **pera sse em ellas poer o mãtijmento prouisom pera Cepta** E depois que as assy teue **por lhas muytas uezes Requerermos e a uosso padre tambem E nunca nollas quis mandar entregar**. E por quanto Senhor esto hé a nós agrauo E aas ssuas almas grande prejuizo pidimosuos Senhor por merçee que nos mandees dar e desembargar as ditas casas que nossas sam **ca sse alguu*n*s mantijmentos e cousas pera Cepta querees teer deposito assaz uos deue abastar as uossas taraçenas que estam uazias E nom uos ffazem seruiço** (…).

A este pedido, o Rei dá uma resposta ambígua, adiando qualquer decisão e deixando ficar tudo na mesma: "por quanto os fectos de Cepta sse determynarom este ano **vos lleixaae estar esto assy estar**"[45]. José de Vasconcellos e Menezes avança a hipótese de estas casas terem sido requisitadas por D. João I logo em 1415, no momento em que se preparava a armada para a expedição a Ceuta[46] e considera que "as Casas de Ceuta, que aliás ocupavam mais do que um edifício (pelo menos um a norte e outro a sul da rua do Saco), passaram a ser assim designadas após a conquista de Ceuta e não porque tenham sido construídas propriamente para 'armazém das cousas de Ceuta'"[47]. A permanência da Casa de Ceuta neste sítio nos anos e nos séculos seguintes, mostra que a reclamação da Câmara não foi acolhida, passando a posse das casas para o domínio régio nas últimas décadas do século XV, em circunstâncias que nos escapam.

Como vemos, o sítio de implantação do que seria a Casa de Ceuta nada tinha então de nobre, mas tinha tudo em matéria de funcionalidade, tendo em conta a sua localização ribeirinha, a proteção das muralhas, a proximidade de uma porta importante destas (a *Porta dos Pregos*) e ainda a proximidade das Tercenas. O movimento da casa e as próprias valências da mesma, nomeadamente enquanto unidade de produção em grande escala, fazia, porém, com que os tanoeiros afetos à Casa de Ceuta, desempenhassem as suas tarefas em casas vizinhas, como é o caso, em 1450, de umas casas, em Lisboa, na Rua do Saco[48], "onde lauram os tenoeiros (…) **as quaes cassas estam em frente das cassas do desembargo da nossa cidade de cepta**"[49].

Para lá da sua localização, tão ribeirinha, praticamente nada sabemos da configuração arquitetónica da Casa de Ceuta. Certamente adaptada desde a sua origem no edifício da Câmara de Lisboa que vimos referenciando, as

[45] "Capítulo apresentado às Cortes pela cidade de Lisboa, sobre as casas que lhe pertenciam e onde se depositavam os mantimentos para Ceuta, e de resposta de El Rei", Doc. de 25-12-1438: ANTT, Chancelaria Régia, D. Afonso V, *Livro 18*, f. 55, publicada por AZEVEDO, Pedro de - Ob. cit., T. I, p. 115.

[46] MENEZES, José de Vasconcellos e – Ob. cit., p. 3-5.

[47] Idem – *Ibidem*, p. 7.

[48] A Rua do Saco era uma pequena rua ou beco, localizado no prolongamento da Rua da Ferraria. A Casa de Ceuta ficava no espaço entre essa pequena via e a Cerca Fernandina.

[49] "Emprazamento de umas casas em Lisboa fronteiras às casas do Desembargo de Ceuta", Lisboa, 31-3-1450: ANTT, Chancelaria Régia, D. Afonso V, *Livro 34*, f. 50v.; doc. publicado por AZEVEDO, Pedro de - Ob. cit., T. I, p. 593-595. Dada a topografia e as dimensões algo acanhadas do sítio, tudo indica que seria nessas casas, eventualmente reformadas ou mesmo reconstruídas, que se instalaria, a partir da criação da Casa da Índia em 1501, a Casa da Mina. Para essa localização, ver do A. "As Casas de Ceuta e da Mina" in CAETANO, Carlos – Ob cit., p. 205-207.

poucas notícias conhecidas são relativas a obras e ampliações do mesmo. Do pouco que sabemos relativamente à arquitetura da *Casa de Ceuta*, deveremos, porém, considerar que a sua área de implantação era muito vasta[50]. Nesse espaço[51], devidamente sinalizado por Vieira da Silva, como vimos, erguia-se um amplo edifício de pelo menos dois andares, podendo o piso térreo estar dividido em sobrados sobrepostos, de modo a aumentar a sua capacidade de armazenamento. Pensamos ainda que, à semelhança das vizinhas estruturas de armazenamento das tercenas, divididas em naves longitudinais, também o piso térreo da Casa de Ceuta poderia estar organizado em naves paralelas entre si, eventualmente abobadadas, de grandes dimensões e de composição arquitetónica mais ou menos elaborada, estruturadas em tramos articulados longitudinal e transversalmente entre si, à semelhança das que, nas primeiras décadas do século XVI, encontraríamos por exemplo nas Tercenas manuelinas das Portas da Cruz e porventura também nas naves da *Casa da Índia* e dos *Armazéns do Reino*, vastíssimas e opulentas estruturas de armazenamento localizadas nos baixos do futuro *Paço da Ribeira* de D. Manuel I.

Chegaram-nos notícias de grandes obras realizadas na *Casa* nos anos de 1455 e 1456, que merecem registo, pois elas ajudam a entender melhor a estrutura da Casa de Ceuta que, dadas as suas funções, tinha que conter espaços para o desempenho da respetiva burocracia, de nomeação estatal, e tinha que conter espaços adequados, maiores ou menores, indispensáveis para a recolha, conservação e armazenamento de víveres, armamento e produtos afins para expedir para as cidades do Norte de África. Dado o movimento da *Casa*, pensamos que as naves que intuímos no piso térreo da casa podiam comunicar diretamente com a rua fronteira por, pelo menos, um portal de grande envergadura, de modo a facilitar cargas e descargas e até a entrada de carros, certamente usados no transporte das mercadorias entre os cais fronteiros e a Casa e vice-versa. Sabemos ainda que, a fim de abrigar cargas e descargas, bem como o pessoal da Casa, esta dispunha de um alpendre. Com efeito, em 1484, em carta de D. João II à Câmara de Lisboa, refere-se "**o alpendre das nossas cassas de cepta** pela p*ar*te de dent*r*o da cidade", cujo terreiro fronteiro fora doado pela Câmara contra a vontade de El-Rei, impondo este à Câmara a interdição "de sse fazer em elle algũa cousa"[52].

A referência a estes alpendres "**pela parte de dentro** da cidade" parece sugerir a existência de outros alpendres afetos à Casa de Ceuta, provavelmente localizados *da parte de fora* do muro da cidade, isto é, dando para o terreiro e a praia fronteira à Cerca Fernandina, décadas antes do aterro (1498) que daria lugar ao futuro Terreiro do Paço. Estes alpendres, não documentados, a terem existido, podem, porém, ter abrigado o acesso ao portal monumental da Casa de Ceuta, que detinha "huu*m* arco e sobrearco de pedra", portal comprovadamente rasgado em 1455 ou 1456 no "muro […] que saae pera a Ribeira homde soya de seer outro portal velho"[53]. Com efeito, nestes anos abria-se um portal novo no edifício, de acesso direto à Ribeira, rasgado na própria Cerca Fernandina,

[50] Na sobreposição das plantas pombalina e pré-pombalina que Vieira da Silva propõe, o espaço de implantação da Casa de Ceuta coincide com o espaço do quarteirão da praça do Comércio entre a Rua do Ouro e a Rua Augusta da Lisboa Pombalina, que tem que ser considerado muito vasto.

[51] Para a localização do Curral dos Bois, onde depois se implantou a Casa de Ceuta, ver SILVA, Vieira da – Ob. cit., vol. I, p. 118-121.

[52] AML, *Livro 2º de D. João II*, f. 24. Transcrito por OLIVEIRA, Eduardo Freire de – Ob. cit., p. 220, Nota.

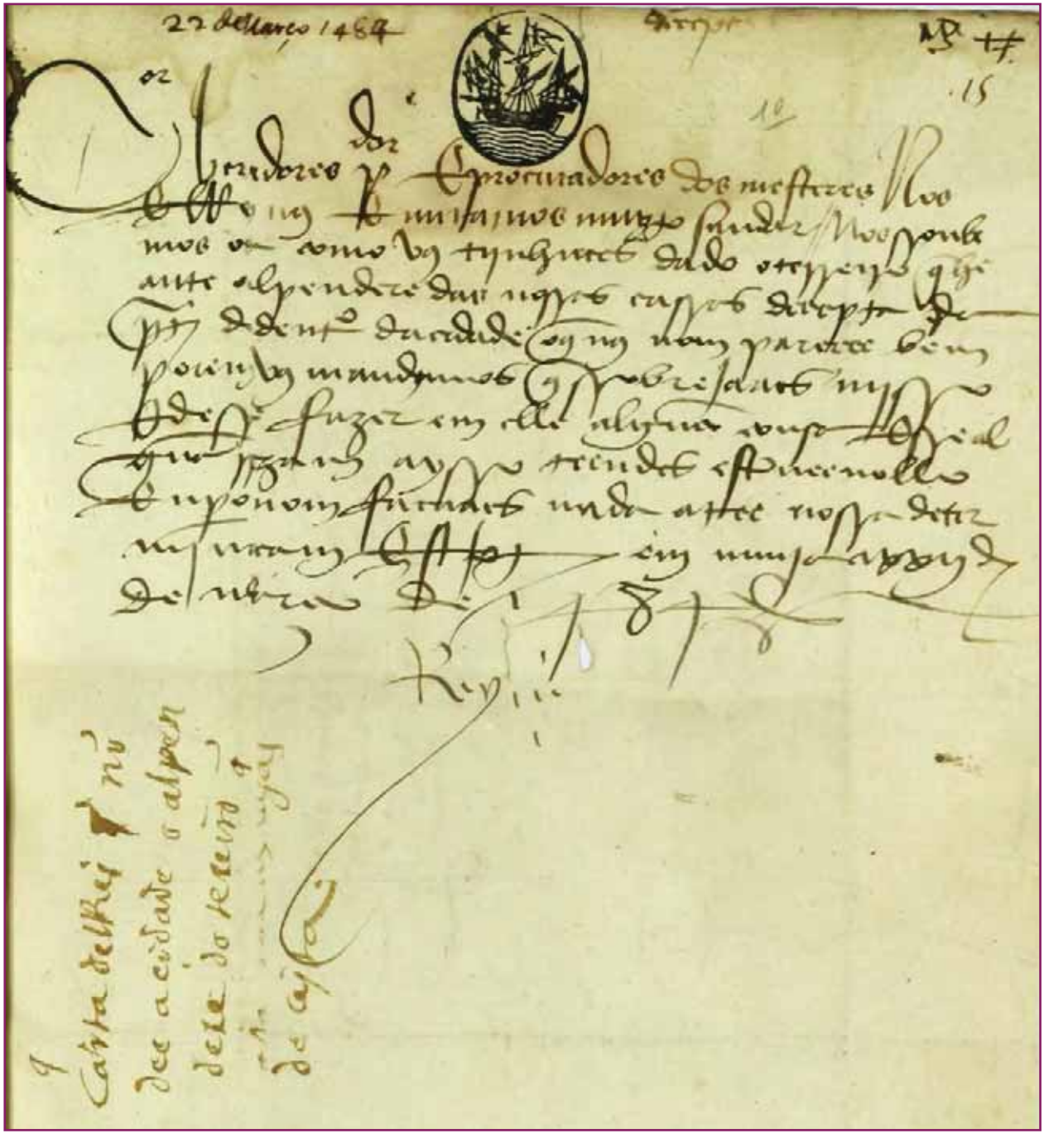


Figura 1 Carta do **R**ei D. João II à cidade de Lisboa sobre terreno fronteiro à Casa de Ceuta. Muge, 22 de março de 1484. AML, *Livro 2º de D. João II*, f. 24.

para serviço das casas onde morava o tesoureiro de Ceuta, incorporadas na Casa de Ceuta, como veremos. Este portal estará na origem da "porta da casa de Ceuta", de serventia direta da instituição, cuja sede "ficava por trás da muralha (...) mas que tinha pelo menos uma porta para o Terreiro do Paço", como faz notar Vieira da Silva[54]. Chegou-nos a quitação do pagamento deste portal monumental bem como o da porta respetiva:

> Item deu cinquo mil reaes a Afomso Vaaz pedreiro denpreitada de **fazer hum portal em o muro que vay pera as casas homde mora o dito Gonçallo Pacheco que saae pera a Ribeira homde soya de seer outro portal velho com huu*m* arco e sobrearco de pedra** e esto se fez por quamto se fundiu o dito muro e estava em perygo de cair segumdo disserom certos pedreiros que o forom veer.
>
> (...)Item deo e depemdeo mil e seiscentos e seis reaes por conpra de hu*m*a viga de carvalho pera couçeiras e por duas meas vigas de carvalho pera batentes e por hu*m* terçado e por outra madeira e por pregadura e por feitio de **hu*m*as portas que o dito Gonçalo Pacheco mandou fazer pera o dito portal**[55].

Os espaços mais importantes da Casa de Ceuta eram os de armazenamento. Dada a natureza do sítio, apresentavam algumas deficiências. Com efeito, as cotas muito baixas do piso térreo eram atreitas à humidade e até a inundações e consequentemente à má conservação dos produtos armazenados na casa. Chegaram-nos notícias, referentes a 1456, dos estragos provocados não só pela humidade mas até pelos ratos:

> Item deu e despemdeo vijmte e hu*m* alqueires de triguo e quinze alqueires de cevada e cinquo alqueires de milho **que comeram os ratos e que se foy pellos buracos do payoll e outro que apodreçeo** segundo deu de sy fe o escripvam[56].

Na mesma circunstância, surgem referências importantes a reparações das estruturas de armazenamento da Casa:

> Item deu e despendeo mais nove mil e duzemtos e vymte e oyto reaes en conpra de dezasete duzias e nove tauoas de [cas?]stanho a trezemtos reaes a duzia e parte da sisa e por seis agieiros e por tres mil e oytocemtos e cinquoenta preguos de telhado e por çemto e çinquoenta pregos contares e por careto deste tauoado e por dois moyos e meo de

[53] "Quitação de Gonçalo Pacheco, thesoureiro de Ceuta", de 1-5-1456: Lug. cit.; publicada por AZEVEDO, Pedro de - Ob. cit., T. II, p. 360. Na mesma quitação consta a verba de "cento e sasenta reaes por hu*m* ferrolho grande com sua fechadura e armellas pera as ditas portas", Idem – *Ibidem*, p. 360.

[54] SILVA, Vieira da – *As muralhas...*, vol. I, p. 49.

[55] "Quitação de Gonçalo Pacheco, thesoureiro de Ceuta", de 1-5-1456: Lug. cit.; publicada por AZEVEDO, Pedro de - Ob. cit., T. II, p. 360.

[56] "Carta de quitação a Gonçalo Pacheco", de 2 de março de 1456: Lug. cit; publicada por AZEVEDO, Pedro de - Ob. cit., T. II, p. 678. Note-se que no *Regimento das Cazas das Indias e Mina* (Cap.º 64.º) prescreviam-se as boas condições de remessa das mercadorias a expedir para a Costa da Mina: "Nos mandamos ao nosso Thezoureiro da Caza da Mina, per capitullo de seu regimento, que tenha mui grande cuidado da **limpeza das nossas mercadarias** da ditta Caza y **de as ter bem sacodidas y oulhadas pera que os rattos lhe nam fação damno, nem se possa seguir nenhu*m*a outra couza que as possa damnificar**, e que, pera isto melhor se prover y fazer, **lhe dê balanço de quatro em quatro mezes ao menos, pera se ver, asoelhar** [arejar, pôr ao sol?] **y sacodir y dobrar y ter em todo o bom conserto y goarda**", DAMIÃO, Peres (ed. lit.) - *Regimento das cazas das Indias e Mina*. Coimbra: Instituto de Estudos Históricos Dr. António de Vasconcelos, 1947. p. 54. Sobre este assunto ver ainda o Cap.º 117 "De como o ditto Thezoureiro vigiará sobre as mercadorias da Caza pera estarem em toda boa goarda y limpeza", do mesmo *Regimento*, p. 93, 94.

> call e por tres moyos de area e a quem amassou a dita call e por agua pera ella e cinquo servidores que andarom a servir em a dita obra e a oytenta [sic] carpinteiros que andarom em a dita obra as quaees cousas foram gastadas **em fazymento do solhado do payol honde se poee o pam por quamto estava mal corregido** e nom lhe foram postas em recepta[57].

Nestes testemunhos merece destaque a referência ao *paiol onde se põe o pão*, isto é, ao *depósito* de cereais, estrutura que iremos encontrar enquanto unidade de armazenamento e de conservação de cereais, de biscoito e sobretudo de especiarias, presente quer nas naus, quer nas próprias naves da Casa da Índia e dos Armazéns do Reino. A outra nota a fazer é relativa aos *sobrados* da Casa e em particular ao "solhado do payol". Os sobrados de madeira eram estruturas indispensáveis na Casa de Ceuta (como em qualquer outro espaço de armazenamento, régio, concelhio ou privado) para a boa conservação de quaisquer mercadorias e em particular dos cereais, mas também de outros produtos alimentares ou mesmo de têxteis. Ora, as lajes de pedra que muito provavelmente cobriam o solo do piso térreo da Casa eram pelo menos parcialmente soalhadas, à semelhança do que se fazia e faz em espaços de armazenamento. Com efeito, aquelas lajes não só eram excelentes condutores de humidade como a cota muito baixa do piso térreo constituía um risco permanente de inundações, testemunhadas na baixa de Lisboa desde o tempo do reinado de D. Fernando. Nos espaços de armazenamento privilegiavam-se os pisos sobradados como o "solhado do payol" de 1456, que vimos referindo, uma vez que os sobrados facilitavam a conservação das mercadorias, pois afastavam a humidade inerente aos sítios fundos e aos empedrados do piso térreo. Por outro lado, a implantação de sobrados de madeira, em níveis sobrepostos nos espaços disponíveis da Casa permitiam a circulação do ar e favoreciam a desumidificação e o arejamento do ambiente ou mesmo a secagem de alguns produtos armazenados, indispensável para a sua boa conservação.

Ainda no âmbito dos espaços de armazenamento da Casa de Ceuta, algumas referências documentais são, porém, pouco claras. É o caso da "**casa do paço pera se guardar demtro madeira e vymee*n*s e outras cousas**", afeta à guarda dos materiais de tanoaria:

> Item deu mil e seis reaes en compra de tres duzias e mea de varas de castanho grandes a cem reaes a duzia e por três pontoees e por doze aguyeiros e por pregos contares e por çem pregos de telhado e por duzemtos e e trimta pregos de setia todo **pera fazer hu*m* repartimento na casa do paço pera se guardar demtro madeira e vymee*n*s e outras cousas** a quem fez o dito repartimento[58].

De entre as grandes obras realizadas na *Casa* nos anos de 1455 e 1456, algumas são de reparação e conservação, como as do "corregimento de hum **cano que esta na casa de Cepta que era quebrado**", de cujos encargos e materiais despendidos nos chegou notícia:

[57] "Carta de quitação a Gonçalo Pacheco", de 2 de março de 1456: Lug. cit.; publicada por AZEVEDO, Pedro de - Ob. cit., T. II, p. 696.

[58] Idem – *Ibidem*, p. 678.

> Item deu quatrocentos e sessenta e quatro reaes por conpra de dezoito alcatruzes e por hu*m* moioo e meo de cal e por area e a quem amassou a dita call e por huma barcadega de pedra e por outras cousas necessarias todo pera **corregimento de hum cano que esta na casa de Cepta que era quebrado e fezesse de novo por se nom fazer mayor perda nas ditas Casas de Cepta**[59].

Aparentemente tratava-se de corrigir e refazer um cano entre as águas dos telhados, a fim de evitar infiltrações no edifício, o que seria prejudicial numa casa com uma tão importante componente de armazenamento. As outras obras documentadas deste período são ampliações e a construção de divisórias na casa, ao serviço do funcionalismo que nela se acolhia, de modo a criar um escritório ou a melhorar a casa do tesoureiro da Casa de Ceuta, que residia no edifício.

Regista-se, assim, a construção de "hua parede no escriptorio"[60], espaço raríssimo e reservado de atuação da burocracia da Casa de Ceuta, certamente desmembrado de uma divisão prévia maior, registando-se ainda os pagamentos pela obra dos armários respetivos, rasgados na própria parede:

> Item deu çemto e satenta e cinquo reaes **a quem fez hu*n*s almarios na parede do esciptorio e por duas fechaduras pera elles pera se guardarem em elles alguas cousas quamdo ficam por despemder**[61].

Igualmente documentadas são as obras nas "**casas homde mora o dito thesoureiro**", que tinha alojamento na própria Casa de Ceuta:

> Item deu mais mil quatrocentos e setenta e nove reaes por compra de tres moyos de cal e por tres moyos de area e a quem a amasou e acaretou a agoa e por quinhentos tigelhos e por careto delles e por quatro aguyeiros e por hu*m*a tauoa pera hu*m*a call (sic) e por pregadura e a vijmte e hu*m* carpynteiros e pedreiros que andarom senhos dias **a revolver as casas homde mora o dito thesoureiro** e a çertos servidores que servirom os ditos meestres[62].

[59] In "Quitação de Gonçalo Pacheco, thesoureiro de Ceuta", de 1-5-1456: Lug. cit.; publicada por AZEVEDO, Pedro de - Ob. cit., T. II, p. 360.

[60] "Item deu quinhentos reaes a **hum pedreiro que fez hua parede no escriptorio per aveença e poeer em ella cortiça e madeira e cal**", in Lug. Cit., in Idem - *Ibidem*, p. 360. Na mesma quitação consta a verba a pagar nomeadamente "por aldrabas pera as **janellas do escriptorio**": Idem – *Ibidem*, p. 360.

[61] "Carta de quitação a Gonçalo Pacheco", de 2 de março de 1456: Lug. cit.; publicada por AZEVEDO, Pedro de - Ob. cit., T. II, p. 678. Do *Regimento* da Casa da Mina, incorporado no Regimento das Cazas das Índias e Mina, constava a existência de um "escriptorio" "armado": "Na primeira caza do negocio, que está ante da caza da mercadoria, mandamos, que estem hu*m*as balanças grandes, y outras means, juntas, y bem concertadas em hu*m*a arca, fichadas na ditta caza com duas chaves [...], em que estaram todollos pezos em abastança, de quintal, arroba, arrateis, y meyos arrateis, y marcos, y onças, y outavas, y meas outavas, y outros pezos miudos, que todo cabe nas pilhas que sam ordemnadas pera todo o Regno; e de frente das dittas balanças, **estará armado um escriptorio pera os escrivaens** verem o pezo das dittas balanças se se faz justo, y assi como deve", *Regimento das Cazas das Indias e Mina*..., cap.º 111, p. 88. O cap.º 123 prescreve que "Na caza do escriptorio onde ham de estar as arcas y almarios que necessarios forem pera goarda dos dittos livros e imentas, cada hum dos dittos escrivaens terá seu livro e imenta, em hu*m*a das dittas arcas e almarios, que será fichada de duas fichaduras com duas chaves", Idem – *Ibidem*, p. 98.

[62] "Carta de quitação a Gonçalo Pacheco", de 2 de março de 1456: Lug. cit.; publicada por AZEVEDO, Pedro de - Ob. cit., T. II, p. 678.

Na mesma circunstância surgem as verbas relativas aos materiais e trabalhadores envolvidos no assoalhamento, na abertura de um portal e no telhamento de uma casa desse alojamento:

> Item despendeo trezemtos e çinqoenta reaes em compra de duas duzias de tauoado das Ilhas e por çem pregos de telhado e por vijmte e çinquo pregos contares e a coatro carpynteiros que **soelharom hum*a* casa em que mora o dito thesoureiro**[63].

> Item deo e despendeo quatorze mil e oytocentos e cinquoenta e quatro reaes em conpra de duas vigas de carvalho e por hu*m*a viga terçada e por vymte e hu*m* pontooes e por tres pomtoes de carvalho grandes e por sete meos pontoees e por seis meos aguyeiros e por çem tigellas [sic, por tijolos?] pequenas e por sasemta tigellas gramdes **pera hu*m* portal** e por cinquo duzias de tavoas grandes e por **hu*m* milheiro de telha e por dezasseis duzias de cortiça** e por dezanove de call e por area e por pedra e por pregos e a quem amassou a dita call e por careto de todas estas cousas e a çemto e vymte e dous carpynteiros e pedreiros que andarom por nosso mandado a **fazer hum*a* casa com seu sobrado na casa de Cepta homde mora o dito thesoureiro** as quaees cousas todas foram gastadas na dita casa e portamto lhe nom foram postas em recepta[64].

Ainda nos meados do século XV, a Casa de Ceuta abre-se para o exterior da cidade, para a Ribeira, como que precedendo e induzindo idêntica reconfiguração urbana da cidade, que ganhará uma nova fachada ribeirinha com as obras monumentais impostas por D. Manuel I, à volta do que será o futuro Terreiro do Paço. Com efeito, em 1455 ou em 1456, rasgava-se o portal monumental "com huu*m* arco e sobrearco de pedra" na própria muralha, já atrás referido, que constituiria a origem da *Porta de Ceuta* localizada no Terreiro que resultaria do aterro (em 1498) da velha praia fronteira à Cerca Fernandina. Em suma, a *Porta de Ceuta* seria aberta muitos anos antes da criação da Casa da Índia e do Paço da Ribeira (c. 1500), momento em que a Casa de Ceuta ganharia nova expansão e uma nova fachada ribeirinha, sobreposta à velha cerca medieval.

Nada mais sabemos dessas instalações, encostadas às muralhas e a seu tempo integradas nas dependências do *Paço da Ribeira* de D. Manuel I[65]. É nestes primeiros anos do século XVI que a Casa de Ceuta se expande ou se transfere, passando do interior da velha Cerca Fernandina para o exterior, ganhando uma localização ainda mais central e mais frontal, pois passa a integrar um segmento importante da fachada ribeirinha do próprio Paço. Esta como que reconfiguração manuelina da Casa de Ceuta, que amplia ou que transfere as respetivas instalações para uma localização tão nobre, pode ter a ver com a política manuelina de intervenção no Norte de África e que tem o seu cume na conquista de Azamor em 1513: "o rei era favorável a essa expansão e projectou, ele próprio, chefiar uma expedição ao Norte de África, que nunca veio a ter lugar"[66]. Porém, em 1520, o próprio Rei, no contexto de expansões e remodelações efetuadas no Paço, suscitadas pelo seu casamento com a Rainha D. Leonor de Áustria, despromove as "casas de Ceuta" da sua função institucional, para lhe dar, ainda que parcial e provisoriamente,

[63] Idem – *Ibidem*, p. 678.

[64] Idem – *Ibidem*, p. 696.

[65] Para o Paço da Ribeira ver SENOS, Nuno – *O Paço da Ribeira: 1501-1581*. Lisboa: Editorial Notícias, 2002.

[66] FARINHA, António Dias – Ob. cit., p. 128.

uma componente residencial e palaciana. É então que o Rei D. Manuel manda reparar e "guarnecer e aparelhar" as "casas de Ceuta" do necessário, "pera pousarem nellas meos filhos [...] asy as de cima como as de bayxo"[67].

Com o declínio da política de expansão no Norte de África e com o consequente abandono de algumas praças, ocorrida a partir do segundo quartel do século XVI, a Casa de Ceuta perde muita da sua importância anterior. Em tempos de austeridade, a racionalização do pessoal era objeto de discussão no início do século XVII quando, em 1604, se propunha a extinção do próprio cargo de tesoureiro da Casa de Ceuta[68]. Mas esta subsistia, quase no centro do Terreiro do Paço, no piso térreo ou nos pisos inferiores de certas dependências do Paço da Ribeira, ombreando com algumas das grandes instituições do Reino, de tutela concelhia (Açougues e Terreiro do Trigo) e sobretudo de tutela régia (Armazéns do Reino e Casa da Índia; Alfândega e Casa dos Contos), todas elas localizadas em torno do Terreiro do Paço. Aí a capta Damião de Góis, que refere que "no canto ocidental deste terreiro [do paço] (...) fica situado um edifício, a que nós chamamos *Casa de Ceuta*, onde os comissários régios dão despacho às questões relativas à guerra de África"[69].

A Casa de Ceuta ultrapassa a Restauração e sobreviveu à própria perda da cidade, em 1640[70], mas seria extinta em 1769, após o abandono da praça de Mazagão, que teve lugar nessa data. As suas instalações históricas seriam, porém, destruídas com o Terramoto de 1755, como que prenunciando a extinção daquela que foi a primeira instituição de cunho estatal criada no âmbito da Expansão Portuguesa.

[67] ANTT, Corpo Cronológico, parte I, *maço 26*, *documento 99*, de 29-9-1520, cit. in CAETANO, Carlos – Ob. cit., p. 207; publicado in Idem – *Ibidem*, Ap. Documental: Doc. n.º 46; p. 266.

[68] "Carta de Fernando da Silva para um amigo sobre o cargo de tesoureiro da Casa de Ceuta, que diz ser escusado havê-lo pelas razões na mesma declaradas", in ANTT, Corpo Cronológico, parte I, *maço 114*, *documento 106*, de 14-7-1604: "Os reis paçados que forão deste Reino ordenarão que ouvesse o carguo de tisoureiro mor que se entetula da Casa de Ceita e escrivão dellle por rezão de serem prouidos os lugares d africa per conta da fazenda desta coroa e a seu carguo estaua a compra dos triguos e mais cousas que se mandauão aqueles lugares e asi pagão as certidões do dinheiro que se deue aos moradores dos dictos lugares. Depois que se entredusiu dar se per contrato o prouimento destes lugares se entendeo ao menos a mim asi me pareçe se pode escusar este cargo [...]".

[69] GÓIS, Damião de - *Descrição da cidade de Lisboa*. Trad. do texto latino, introdução e notas de José da Felicidade Alves. Lisboa: Livros Horizonte, 1988. p. 56.

[70] Como se sabe, na Restauração o capitão de Ceuta não reconheceu D. João IV como Rei, incorporando-se então Ceuta na Coroa Espanhola.

FONTES E BIBLIOGRAFIA

Fontes Manuscritas

Arquivo Municipal de Lisboa

Livro 2º de D. João II.

Livro dos pregos.

Arquivo Nacional Torre do Tombo

Corpo Cronológico, parte I, *maço 79*, *documento n.º 43*.

Corpo Cronológico, parte I, *maço 114*, *documento n.º 106*.

Fontes Impressas

AZEVEDO, Pedro de (dir.) – *Documentos das chancelarias reais anteriores a 1531 relativos a Marrocos*. Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa, 1915-1934. 2 vol.

DAMIÃO, Peres (ed. lit.) - *Regimento das cazas das Indias e Mina*. Coimbra: Instituto de Estudos Históricos Dr. António de Vasconcelos, 1947.

DIAS, João José Alves (org. e rev.) - *Chancelarias portuguesas: D. João I*. Lisboa: Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa, 2004-2006.

DIAS, João José Alves; PINTO, Pedro (org. e rev.) - *Cortes portuguesas: reinado de D. Afonso V: cortes de 1438*. Lisboa: Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa, 2014.

ESAGUY, José de – *O livro grande de Sampayo ou livro dos vedores de Ceuta (1505-1670)*. Coimbra: Gráfica de Coimbra, 1941. Sep. de *O Instituto*, vol. 93, 94, 97, 99 e 101.

GÓIS, Damião de - *Descrição da cidade de Lisboa*. Trad. do texto latino, introdução e notas de José da Felicidade Alves. Lisboa: Livros Horizonte, 1988.

MARQUES, João Martins da Silva (ed.) – *Descobrimentos portugueses*. Lisboa: Instituto para a Alta Cultura, 1944-1971. 3 vol.

MASCARENHAS, Jerónimo de - *Historia de la ciudad de Ceuta: sus sucessos militares, y político, memorias de sus santos y prelados, y elogios de sus capitanes generales escrita em 1648...* Dir. de Afonso de Dornelas. Lisboa: Academia das Sciencias, 1915.

Ordenaçoens do senhor rey D. Affonso V. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1984. Facsímile da ed. de: Coimbra: na Real Imprensa da Universidade, 1792.

VITERBO, Sousa (coord.) – *Dicionário histórico e documental dos arquitectos, engenheiros e construtores portugueses.* Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1988. 3 vol. Facsímile da ed. de: Lisboa: Imprensa Nacional, 1899-1922.

ZURARA, Gomes Eanes de – *Crónica da tomada de Ceuta*. Lisboa: Publicações Europa-América, 1992.

Bibliografia

BAEZA HERRAZTI, Alberto – *El Presidio de Ceuta*. Ceuta: Caja de Ahorros y Monte de Piedad, 1985.

BAEZA HERRAZTI, Alberto (ed.) – *Ceuta hispano-portuguesa*. Ceuta: Instituto de Estudios Ceitíes, 1993.

BETHENCOURT, Francisco – A administração da Coroa. In BETHENCOURT, Francisco; CHAUDHURI, Kirti (dir.) – *História da expansão portuguesa*. Lisboa: Círculo de Leitores, 1998. vol. 1.

CAETANO, Carlos – *A ribeira de Lisboa na época da expansão portuguesa (séculos XV-XVIII)*. Lisboa: Pandora, 2004.

FARINHA, António Dias – Norte de África. In BETHENCOURT, Francisco; CHAUDHURI, Kirti (dir.) – *História da expansão portuguesa*. Lisboa: Círculo de Leitores, 1998. vol. 1.

GARCIA, José Manuel (dir.) – *História de Lisboa: tempos fortes.* Lisboa: Gabinete de Estudos Olisiponenses, 2009.

LUZ, Francisco Paulo Mendes da – Casa de Ceuta. In SERRÃO, Joel (dir.) – *Dicionário de História de Portugal*. Lisboa: Iniciativas Editoriais, 1971. vol. 1.

LUZ, Francisco Paulo Mendes da – *O Conselho da Índia*. Lisboa: Agência Geral do Ultramar, 1952.

MENEZES, José de Vasconcellos e – Tercenas de Lisboa III. *Lisboa: revista municipal*. Lisboa: Câmara Municipal. 2.ª Série N.º 19 (1987), p. 3-14.

OLIVEIRA, Eduardo Freire de – *Elementos para a história do município de Lisboa*. Lisboa: Tipografia Universal, 1882-1911. 17 vol.

POSAC MON, Carlos – *La última década lusitana de Ceuta*. 2.ª ed. Ceuta: Caja de Ahorros y Monte de Piedad, 1983.

SENOS, Nuno – *O Paço da Ribeira: 1501-1581*. Lisboa: Editorial Notícias, 2002.

SILVA, A. Vieira da – *A cerca fernandina*. 2.ª ed. Lisboa: Publicações Culturais da Câmara Municipal, 1987. 2 vol.

SILVA, A. Vieira da – *As muralhas da ribeira de Lisboa.* 3ª. ed. Lisboa: Publicações Culturais da Câmara Municipal, 1987. 2 vol.

THOMAZ, Luís Filipe – *De Ceuta a Timor*. Lisboa: Difel, 1994.

Os canos da Baixa de Lisboa no século XVI: leitura arqueológica

The sewers of downtown Lisbon in the 16th century: an archaeological approach

Jacinta Bugalhão*
André Teixeira**
submissão/submission: 22/07/2015
aceitação/approval: 21/09/2015

RESUMO

No século XVI, a cidade de Lisboa sofreu uma profunda transformação que implicou, entre outros aspetos, a relocalização do seu centro político, económico e social, para a Baixa ribeirinha. Este facto motivou um conjunto de intervenções de ordenamento e racionalização do espaço urbano, que incluiu a implantação de um sistema de saneamento básico. Neste artigo, procura-se descrever a rede de saneamento básico da Baixa de Lisboa no século XVI, a partir de documentação coeva e dos dados arqueológicos coligidos nas numerosas intervenções arqueológicas realizadas nesta área urbana.

* DGPC - Direção-Geral do Património Cultural / Ministério da Cultura, Portugal;

FLUL - Faculdade de Letras / Universidade de Lisboa, Portugal.

Jacinta da Conceição Marques Bugalhão é licenciada em História pela Faculdade de Letras de Lisboa (1989), mestre em Arqueologia pela Faculdade de Letras do Porto (1997) e doutoranda em Arqueologia na Faculdade de Letras de Lisboa (desde 2012). Desempenha funções de arqueóloga desde 1989, no IPPC, IPPAR, IPA, IGESPAR e DGPC. Dirigiu diversas intervenções arqueológicas em Lisboa, dedicando-se ao estudo do urbanismo antigo da cidade. Investigadora dos projetos POILIX - Produção oleira no arrabalde ocidental da Lisboa islâmica e CIGA – Cerâmica Islâmica do Garb al-Andalus.

Endereço eletrónico: jacintabugalhao@gmail.com.

** FCSH/NOVA - Departamento de História, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas / Universidade Nova de Lisboa, Portugal;

CHAM - Centro de História d'Aquém e d'Além-Mar, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas / Universidade Nova de Lisboa e Universidade dos Açores, Portugal.

André Pinto de Sousa Dias Teixeira é licenciado em História e em História, variante de Arqueologia, mestre em História dos Descobrimentos e da Expansão Portuguesa e doutor em História, pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. Professor auxiliar do Departamento de História desta faculdade e coordenador do 2º ciclo em Arqueologia. Investigador integrado do CHAM, unidade de investigação da Universidade Nova de Lisboa e da Universidade dos Açores, onde pertence à direção e coordena o grupo de investigação de Arqueologia Moderna e da Expansão Portuguesa.

Endereço eletrónico: texa@fcsh.unl.pt.

PALAVRAS-CHAVE

Lisboa / Urbanismo / Arqueologia urbana / Época moderna / Saneamento

ABSTRACT

During the sixteenth century, Lisbon was deeply transformed. Among other aspects, such transformation included a new location of the political, economical and social offices from the city center to the downtown area by the Tagus River. As a consequence, there was a main reorganization and rethinking of Lisbon's urbanism, and the arrangement of the sanitation system. The aim of this paper is to describe the sixteenth century Lisbon's downtown sanitation network system based on the information collected from the historical written sources, as well as the results from numerous archaeological excavations.

KEYWORDS

Lisbon / Urbanism / Urban archaeology / Modern Age / Sanitation

1. INTRODUÇÃO

No Arquivo Municipal de Lisboa guarda-se um documento intitulado "Estes sam os cannos que a nesta cydade de Lixboa". Trata-se na verdade de uma cópia do manuscrito original, de que se desconhece o paradeiro, inserida no *Livro dos Pregos*[1], uma miscelânea com cópias de documentação muito diversa balizada entre os séculos XIII e XVI. O documento foi integralmente publicado por Eduardo Freire de Oliveira[2], procedendo-se aqui a uma nova transcrição paleográfica[3]. Não está datado, tendo-o este autor classificado do terceiro quartel do século XVI. De facto, a cópia poderá mesmo ser anterior, eventualmente de meados desta centúria, atendendo ao tipo de letra e ao facto de estar entre documentos datados de 1524 e 1545[4].

O documento contém uma listagem de condutas de escoamento de águas residuais (públicas e privadas) de Lisboa, com referência à localização, interceções, direitos de serventia, tipo de resíduos (esgotos domésticos,

[1] O documento foi classificado como "Relação dos canos da cidade de Lisboa". Arquivo Municipal de Lisboa (AML), *Livro dos pregos*, f. 333-335.

[2] OLIVEIRA, Eduardo Freire de – *Elementos para a história do município de Lisboa*. Lisboa: Typ. Universal, 1887. tomo I, p. 549-552.

[3] Da responsabilidade de Sara Loureiro, do Arquivo Municipal de Lisboa.

[4] AML, *Livro dos pregos*, f. 332-332v. e f. 335v.-337v.

linhas de água encanadas, águas pluviais, perdas de poços), entre outros elementos. A descrição é feita de poente para nascente, começando na zona do Cata-Que-Farás (atual Cais do Sodré) e terminando na Porta do Mar (em Alfama), passando demoradamente pela zona da Baixa, onde a rede era mais densa. A partir deste documento, bem como de textos posteriores, António Augusto Salgado de Barros ensaiou recentemente a implantação cartográfica da rede de saneamento urbano pré-pombalina, sobre a planta de João Nunes Tinoco[5]. Neste estudo, pretendemos concentrar-nos apenas neste espécime quinhentista, cruzando-o com a informação arqueológica existente sobre este mesmo assunto, incidindo exclusivamente na zona da Baixa lisboeta. Procuramos, assim, refletir e dar um contributo para o conhecimento da história da cidade, neste contexto de afirmação do urbanismo moderno português e das preocupações de higienização e saneamento que lhe eram inerentes, um processo no qual a capital deteve incontestável pioneirismo, mas que paulatinamente se espalhou por todo o Reino e espaços da expansão portuguesa[6].

De facto, com o extraordinário desenvolvimento das intervenções de arqueologia preventiva em Lisboa a partir dos anos 90' do século XX[7], os dados disponíveis para o estudo da cidade aumentaram quantitativa e qualitativamente. As numerosas escavações realizadas na Baixa Pombalina permitiram, frequentemente, colocar a descoberto fragmentos da cidade pré-terramoto, preservados e selados pelas novas construções, como arruamentos, edifícios, estruturas artesanais, esgotos, poços, entre outros. Assim, os vestígios materiais, conservados muitas vezes *in situ*, juntaram-se ao manancial de informação das fontes documentais, cartográficas e iconográficas, concorrendo para um melhor conhecimento da Baixa lisboeta em época moderna. O que aqui procuramos fazer é, pois, prosseguir nesta via de cruzamento entre diversos tipos de fontes para o estudo do passado humano, particularmente pertinente no caso dos testemunhos materiais de épocas históricas.

A análise da cartografia urbana de Lisboa pré-terramoto de 1755 é uma fonte imprescindível para a compreensão do urbanismo da cidade antiga. Desde há muito que são efetuadas tentativas de sobreposição entre as cartas anteriores ao terramoto e a cartografia atual (que na Baixa de Lisboa, nos remete para a reconstrução pombalina), utilizando como pontos âncora diversos edifícios que sobreviveram ao sinistro setecentista, estando

[5] *Planta da cidade de Lisboa em que se mostram…*, original desenhado por João Nunes Tinoco, em 1650, com reprodução publicada em 1853, pela Imprensa Nacional, Lisboa e, depois, por SILVA, Augusto Vieira da – *Plantas topográficas de Lisboa*. Lisboa: Oficinas Gráficas da Câmara Municipal, 1950. BARROS, António Salgado de – *O saneamento da cidade pós-medieval: o caso de Lisboa*. Lisboa: Ordem dos Engenheiros, 2014. p. 67.

[6] ROSSA, Walter – A cidade portuguesa. In PEREIRA, Paulo (dir.) – *História da arte portuguesa*. Lisboa: Círculo de Leitores, 1995. vol. III, p. 260-266.

[7] BUGALHÃO, Jacinta – Lisboa e a sua arqueologia: uma realidade em mudança. *Era Arqueologia: revista de divulgação científica de estudos arqueológicos*. Lisboa: Era Arqueologia. N.º 8 (2008), p. 217-230. ARAÚJO, João; CARDOSO, Bernardo; CASTELO, Inês; MUCCIOLI, Giovanni; REIS, Helena; RUELA, Sara – A arqueologia urbana em Lisboa: análise da actividade arqueológica entre 2006 e 2011 e divulgação patrimonial. In ARNAUD, José Morais; MARTINS, Andrea; NEVES, César (ed.) – *Arqueologia em Portugal: 150 anos*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, 2013. p. 97-102. Veja-se também a apresentação de um de nós (JB), intitulada "Arqueologia de Lisboa: balanço e perspectivas", no Seminário *Lisboa Subterrânea - Trajectos na Arqueologia Lisboeta Contemporânea*, na Sociedade Portuguesa de Geografia, a 21 de maio de 2014. Disponível na internet em: https://www.academia.edu/9028869/Arqueologia_de_Lisboa_balan%C3%A7o_e_perspectiva.

assim obviamente representados nos elementos cartográficos antigos e atuais[8]. Para explorar devidamente o potencial informativo da informação arqueológica para o tema em estudo, procurou-se aprofundar a estratégia e metodologia de sobreposição cartográfica referida, recorrendo a ferramentas SIG (Sistemas de Informação Geográfica), com base no cruzamento entre o registo e interpretação dos contextos arqueológicos, a cartografia pré-pombalina e as várias propostas de sobreposição com a cartografia urbana atual. É imprescindível salientar que, apesar de todos os esforços no sentido de melhorar a sobreposição cartográfica de épocas distintas, a margem de erro continua a ser considerável, persistindo problemas ao nível da escala, orientação e distorção da cartografia pré-pombalina. Nas propostas interpretativas apresentadas recorre-se geralmente, para além da sobreposição cartográfica, às características dos vestígios arqueológicos identificados[9]. Ainda assim, a projeção dos vestígios arqueológicos na cartografia antiga é sempre hipotética, embora com grau de superior quando estes se encontram preservados em maior extensão e em bom estado de conservação. No presente trabalho, aceitam-se na generalidade as propostas de integração cartográfica/urbanística dos autores/arqueólogos responsáveis por cada intervenção.

Por fim, outra problemática diz respeito às alterações toponímicas. Do período tardo-medieval para o século XVI, por um lado, e do século XVI até 1755, por outro, verificaram-se inúmeras alterações e evoluções nas designações dos arruamentos da Baixa lisboeta. Neste trabalho optou-se, tanto quanto possível, pela toponímia quinhentista que, naturalmente, está expressa no documento que aqui trabalhamos.

2. OS ACHADOS ARQUEOLÓGICOS

Na Baixa Pombalina estão inventariados cerca de 40 locais sujeitos a trabalhos arqueológicos que revelaram vestígios de época moderna em estado de conservação muito variável, dependente do grau de destruição provocado pelo sismo, incêndio subsequente e reconstrução. A análise estratigráfica dos vestígios permite verificar que as estruturas urbanas que ruíram em 1755 são geralmente de fundação quinhentista, confirmando as informações que situam nesta época importantes intervenções urbanas de renovação e nobilitação deste antigo arrabalde medieval[10]. Esta conclusão não exclui contudo a indiscutível dinâmica urbana desta área de Lisboa, já que em cerca de 400 anos a cidade não se manteve estática e inalterada, como bem o comprovam os

[8] De entre as quais se salientam a planta da zona ribeirinha de Augusto Vieira da Silva (*As muralhas da ribeira de Lisboa*. 2ª ed. Lisboa: Publicações Culturais da Câmara Municipal, 1940. vol. I, estampa I), e a planta da Baixa de Norberto de Araújo (*Peregrinações em Lisboa*. Lisboa: Veja, 1992. livro XII, estampa 3), com cartografia atual sobreposta à cartografia anterior ao Terramoto de 1755. A Câmara Municipal disponibiliza uma aplicação SIG, *Lisboa Interativa*, que permite também a visualização de sobreposição de cartografia de épocas distintas (http://lxi.cm-lisboa.pt/lxi/).

[9] Por exemplo, nos pavimentos: tipologia atribuída, de interior ou exterior; nas calçadas e muros/fundações de edifícios: orientação; nas condutas de esgoto: orientação, dimensão, técnica e qualidade construtivas.

[10] CARITA, Hélder – *Lisboa manuelina e a formação de modelos urbanísticos da época moderna (1495-1521)*. Lisboa: Livros Horizonte, 1999. p. 62-66.

dados arqueológicos. Estas alterações nos edifícios e no urbanismo, embora não estruturais, complexificam a interpretação dos vestígios atualmente soterrados[11].

Relativamente à rede de saneamento quinhentista, numa leitura de norte para sul na Baixa de Lisboa, foi possível exumar troços de canos, canalizações e poços correlacionáveis com parcelas dos antigos: Rossio/Hospital Real de Todos os Santos[12], Rua do Arco do Rossio[13], Rua da Praça da Palha[14], Rua Nova d'el Rei, no cruzamento entre as Ruas dos Escudeiros e dos Caldeiraria[15], Rua das Esteiras e Rua/Beco dos Cabriteiros [16], Rua das Manilhas e Beco da Lage[17], Rua do Selvagem, Bequinho e Beco do Álamo[18], Rua da Ferraria Velha[19] e Terreiro do Paço[20]. Cruzando estes dados arqueológicos com a implantação cartográfica da rede de canos quinhentista de autoria de António Salgado de Barros e a sua sobreposição na cartografia atual[21], é possível avançar algumas informações relevantes sobre a localização e as características construtivas e materiais das estruturas em causa.

2.1. Rossio/Hospital Real de Todos-os-Santos

Na intervenção arqueológica realizada durante a construção da rede de metropolitano, na Praça da Figueira, em 1960, foram identificados extensos vestígios do Hospital Real de Todos-os-Santos, arruinado em 1755[22]. Sob o edifício foi registado um troço de grande conduta, interpretado como pertencendo ao *Cano Real de São Domingos*. Trata-se de uma estrutura abobadada com paredes e cobertura revestidas a silharia, com cerca de 150 cm de largura por 220 cm de altura, tendo sido detetado em cerca de 120 metros de extensão[23]. Na intervenção arqueológica realizada durante a expansão da rede de metropolitano na Praça da Figueira, em 2000, voltou a reconhecer-se a mesma conduta pública[24].

[11] A este respeito ver a planta II/III, que representa a evolução urbana entre 1650-1718, em SANTOS, Maria Helena Ribeiro dos – *A Baixa pombalina: passado e futuro*. Lisboa: Livros Horizonte, 2000. p. 222.

[12] Intervenções arqueológicas na Praça da Figueira, CNS 1925.

[13] Intervenção na Praça D. Pedro IV, nº 1-3 (Loja Benetton), CNS 30966.

[14] Intervenção na Rua dos Correeiros / Sondagens 1, 2, 3, 9 e 11, CNS 15801.

[15] Intervenção na Rua dos Sapateiros, 130-144 / Rua da Assunção, 73-77, CNS 34851.

[16] Intervenção no Mandarim Chinês, CNS 13488.

[17] Intervenção na Rua de São Nicolau, nº 107/111, CNS 12410.

[18] Intervenção no Núcleo Arqueológico da Rua dos Correeiros (BCP), CNS 1950.

[19] Intervenção na Rua Augusta n.º 24 – BNU, CNS 12640.

[20] Intervenções arqueológicas na Praça do Comércio, CNS 19383.

[21] BARROS, António Salgado de – *O saneamento da cidade pós-medieval...*, p. 67.

[22] MOITA, Irisalva – Hospital Real de Todos os Santos: relatório das escavações a que mandou proceder a C.M.L. de 22 de Agosto a 24 de Setembro de 1960. *Revista Municipal*. Lisboa: Câmara Municipal. Nº 101/102 (2.º e 3.º trim. 1964), 104/105 (1.º e 2.º trim. 1965), 106/107 (3.º e 4.º trim. 1965), 108/109 (1.º e 2.º trim. 1966), 110/111 (3.º e 4.º trim. 1966).

[23] MOITA, Irisalva – Hospital Real de Todos os Santos: relatório das escavações a que mandou proceder a C.M.L. de 22 de Agosto a 24 de Setembro de 1960. *Revista Municipal*. Lisboa: Câmara Municipal. Nº 101/102 (2.º e 3.º trim. 1964), p. 96; 106/107 (3.º e 4.º trim. 1965), p. 53-55.

[24] SILVA, Rodrigo Banha da; LEITE, Ana Cristina – Hospital Real de Todos os Santos. In TEIXEIRA, André; VILLADA, Fernando; SILVA, Rodrigo Banha da (coord.) – *Lisboa 1415 Ceuta: historia de dos ciudades - história de duas cidades*. Ceuta: Cidade Autónoma de Ceuta; Lisboa: Câmara Municipal, 2015.

Figura 1 Sob o Hospital Real de Todos-os-Santos; troço do cano real "de São Domingos", identificado durante a intervenção arqueológica realizada na Praça da Figueira, no âmbito da expansão da rede de metropolitano, em 2000 (cortesia de Rodrigo Banha da Silva).

A estrutura coincide seguramente com a que é referida na relação dos canos lisboetas que aqui trabalhamos, nomeadamente na passagem em que assinala que "Huum canno real que tem a boq*u*a ao colegio de sam domj*n*guos *e* vem po*r* debaixo do dito colegio e moest*ei*ro *e* do espital de todolos samtos e por a betesga *e* omde faz hũa boqua *e* vay po*r* a Rua da praça da palha"[25].

Efetivamente, estamos face a um dos troços da grande conduta que, desde pelo menos meados do século XV, encaminhou os cursos de água que desciam pelos vales das atuais Av. da Liberdade e Av. Almirante Reis no interior da cidade amuralhada. Sobre ele surgiu, na viragem para Quinhentos e no âmbito do programa manuelino de reordenamento da cidade, a Rua Nova d'El-Rei, ligando o Rossio ao Terreiro do Paço, antes denominada sintomaticamente Rua do Cano Nova[26]. Além de encanar estas ribeiras, a estrutura recebia esgotos urbanos de diversas habitações, nomeadamente daquele grande complexo monástico e equipamento público assistencial, como se depreende da passagem: "todas estas casas po*r* omde este cano pasa tem seruemtya pe*r*a elle"[27].

[25] AML, *Livro dos pregos*, f. 334.

[26] CARITA, Hélder – *Lisboa manuelina…*, p. 75-76.

[27] AML, *Livro dos pregos*, f. 334.

As estruturas descobertas correspondem certamente ao encanamento do troço vindo pelo vale da atual Av. Almirante Reis até ao atual Largo do Martim Moniz, seguindo depois por via subterrânea numa conduta com orientação primeiro norte-sul (troço que se encontrava em grande parte da sua extensão sob o Hospital Real de Todos-os-Santos), depois este-oeste (troço sob a Rua da Betesga).

2.2. Rua do Arco do Rossio e Beco dos Espingardeiros

No edifício situado na Praça D. Pedro IV, n.ºs 1-3, foram identificadas estruturas habitacionais, arruamentos pavimentados a calçada e condutas de esgoto[28]. Segundo os autores, o local corresponde ao quarteirão pré-pombalino entre as antigas Rua da Caldeiraria (mas tarde, Rua dos Odreiros) e Rua dos Escudeiros, atravessado pela Rua do Arco do Rossio. Relativamente às calçadas, propõe-se a sua interpretação como parcelas da Rua do Arco do Rossio e, eventualmente, do Beco dos Espingardeiros, podendo alguns troços integrar áreas de logradouro no interior dos edifícios.

Na área norte da intervenção, podendo corresponder ao troço setentrional da Rua do Arco do Rossio pré-pombalina, foi identificada, sob calçada, uma conduta pública de esgoto com orientação este-oeste. Atendendo à exiguidade da área escavada (sondagem) não foi possível determinar a largura da conduta (comprovadamente superior a 60 cm). Era construída em alvenaria de aparelho irregular, com pedra e cerâmica, por vezes em situação de reaproveitamento. Esta conduta poderia confluir, no sentido poente, para "o canno Real que se começa detrras dos estaaos de fora dos muros *e* vem ao lomgo do Rosyo pella calldeirarja *e* po*r* a Rua noua d ell Rey", referido na relação dos canos[29], e que aqui corria na direção norte-sul, encanando neste caso as águas da ribeira que descia o vale da atual Av. da Liberdade, bem como os efluentes das habitações e equipamentos públicos existentes no interior do perímetro urbano.

A sul, foi reconhecida, sob calçada do mesmo arruamento, uma conduta privada de esgoto com orientação norte-sul; apresentava secção quadrangular interna com cerca de 20 por 20 cm, sendo os muretes laterais de argamassa, o fundo em tijoleira e a cobertura com lajes calcárias rematadas exteriormente com argamassa. Ligeiramente a sudoeste, foi descoberta outra conduta privada, com orientação NO-SE e cerca de 25 cm de largura; encontrava-se construída sobre um muro pré-existente (que lhe servia de estrutura) e rebocada a argamassa. Aparentemente, esta última corria sob um edifício localizado entre a Rua do Arco do Rossio e a Rua da Caldeiraria, podendo associar-se à passagem da relação dos canos em que se refere que "Na calderarya esta

[28] MIGUEL, Lúcia – *Relatório dos trabalhos arqueológicos: diagnóstico arqueológico no antigo edifício Benetton (Rossio), Lisboa*. Lisboa: [s.n.], 2008. SIMÃO, Inês – *Relatório dos trabalhos arqueológicos de acompanhamento no edifício Benetton - Rossio - Rua Augusta, nº 285-295 – Lisboa*. Lisboa: ERA Arqueologia SA, 2009. PIRES, Susana; SILVA, Inês Mendes da – *Relatório final dos trabalhos arqueológicos de sondagens arqueológicas no edifício Benetton (Rossio), Lisboa*. Lisboa: ERA Arqueologia SA, 2010. Arquivo da Arqueologia Portuguesa, DGPC, Processo S - 30966.

[29] AML, *Livro dos pregos*, f. 333v.

hũua boqua de canno que Reçebe As aguoas de çertas Ruas"[30]. Por fim, a nascente, foi identificada uma terceira conduta privada, com orientação norte-sul e cerca de 30 (?) cm de largura, construída em blocos de margas mal aparelhados e tijolo. Aparentemente, esta pequena canalização corria sob um edifício localizado entre a Rua do Arco do Rossio e a Rua dos Escudeiros. Estas três condutas privadas poderiam confluir para a conduta pública mencionada, situada a norte.

2.3. Rua da Praça da Palha

No acompanhamento de valas de infraestruturas realizado na Rua dos Correeiros nos anos 90' passados, identificaram-se estruturas habitacionais, diversos troços de arruamentos pré-pombalinos pavimentados a calçada e um poço[31]. As calçadas poderão corresponder a diversas parcelas da Rua da Praça da Palha pré--pombalina[32]. Não foram registadas quaisquer condutas de esgoto.

O poço (identificado na sondagem 9),

> de grande qualidade construtiva e muito bem estruturado, de formato circular e com o diâmetro interno de cerca de 78,5 cm, encontrava-se forrado com pedras calcárias irregulares de média dimensão. Conservava parte do piso da boca lajeado com placas de mármore, apresentando vestígios das argamassas do assentamento de um bocal circular já desaparecido. (…) A SSE do poço, e com ele estruturado, encontrou-se vestígios de um degrau de 20 cm de altura e conservando 1,30 m de largura, que lhe dava acesso integrado numa escadaria descendente em mármore[33].

Parece tratar-se de um poço em espaço público destinado ao abastecimento de água e não de uma estrutura ligada ao saneamento. Na relação dos canos, este tipo de estruturas surge claramente conectado com o sistema de drenagem que aqui se aborda, provavelmente com o intuito de drenar o excesso de água que por vezes se acumulava, numa formulação que se repete: "…cano que Reçebe as aguoas das ruas e asy Reçebe as aguoas do

[30] AML, *Livro dos pregos*, f. 334.

[31] DIOGO, António Manuel Dias – *Intervenção arqueológica de emergência na Rua dos Correeiros: relatório preliminar*. Lisboa: [s.n.], 1991. Arquivo da Arqueologia Portuguesa, DGPC, Processo 91/1(044). DIOGO, António Manuel Dias – *Relatório das sondagens nº 2, 6, 7, 9, 10 da intervenção arqueológica de emergência efectuada na Rua dos Correeiros, em Lisboa (1991)*. Lisboa: [s.n.], 2001. Arquivo da Arqueologia Portuguesa, DGPC, Processo 91/1(044). DIOGO, António Manuel Dias – *Relatórios das sondagens n.º 3, 11, 26 e 27 da intervenção arqueológica de emergência na Rua dos Correeiros, em Lisboa (1991)*. Lisboa: [s.n.], 2002. Arquivo da Arqueologia Portuguesa, DGPC, Processo 91/1(044). DIOGO, A. M. Dias; TRINDADE, Laura – Cerâmicas de Lisboa provenientes de contextos datados: materiais de uma lareira de cozinha destruída pelo terramoto de 1755. In JORNADAS DE CERÂMICA MEDIEVAL E PÓS-MEDIEVAL, 1, Tondela, 1992 – *1as Jornadas de Cerâmica Medieval e Pós-Medieval: métodos e resultados para o seu estudo*. Tondela: Câmara Municipal, 1995. p. 163-170. DIOGO, António Manuel Dias; TRINDADE, Laura – Intervenção arqueológica de emergência na Rua dos Correeiros, Baixa de Lisboa: as sondagens n.ºs 3, 11, 26 e 27. *Arqueologia & História*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses; Edições Colibri. 53 (2001), p. 15-33. TRINDADE, Laura; DIOGO, A. M. Dias – Intervenção arqueológica de emergência na Rua dos Correeiros em Lisboa: as sondagens n.ºs 2, 6, 7, 9 e 10. *Revista portuguesa de arqueologia*. Lisboa: Direção-Geral do Património Cultural. Vol. 4 N.º 1 (2001), p. 187-204.

[32] DIOGO, A. M. Dias; TRINDADE, Laura – Cerâmicas de Lisboa provenientes de contextos datados…, p. 163.

[33] TRINDADE, Laura; DIOGO, A. M. Dias – Intervenção arqueológica de emergência na Rua dos Correeiros em Lisboa…, p. 197.

dito poço…"[34]. Contudo, a relação dos canos não refere qualquer poço ou canalização com ele associada na Rua da Praça da Palha, podendo-se pois levantar a hipótese deste poço ser posterior à elaboração desta lista.

2.4. Rua Nova d'el Rei, a Rua dos Escudeiros e Rua da Caldeiraria

Na intervenção arqueológica realizada entre a Rua dos Sapateiros, n.ºs 130-144, e a Rua da Assunção, n.ºs 73-77, foram reconhecidas de época pré-pombalina estruturas habitacionais, uma forja, um arruamento pavimentado a calçada e uma conduta de esgoto[35]. A calçada corresponderá ao largo onde confluem a Rua Nova d'El-Rei, a Rua dos Escudeiros e Rua da Caldeiraria.

A conduta de esgoto, com orientação norte-sul, apesar de seccionada lateralmente, tinha grandes dimensões (altura conservada de cerca de 2 metros). O "caneiro é abobadado, apresentando silharia de calcário no arranque da base, tijolos maciços em cutelo na inflexão do arco (hoje inexistente) que é muito evidente, na sua face interna (oriental)"[36]. Os autores consideram plausível tratar-se do "cano real", até porque

> os níveis deposicionais registados no seu interior (a oriente) são de cronologia moderna, ao passo que as unidades estratigráficas identificadas na área exterior (a ocidente) apresentam conteúdos materiais medievais, podendo representar níveis aluvionares do «veio de águas pluviais» de época anterior à construção do cano nesta zona da cidade[37].

Deve assinalar-se que, segundo a relação dos canos em estudo, este troço resultava da junção dos dois segmentos atrás citados, o que descia do Rossio a partir do Paço dos Estaus pela Caldeiraria e o que passava sob o Hospital Real de Todos-os-Santos na direção da Rua da Betesga e "vay por a Rua da praça da palha omde tem hũa boqua *e* por baixo da Rua do Arquo do Rosyo *e* vay emtrar no cano Real da noua d el Rey"[38]. Artéria estruturante do saneamento urbano da Lisboa quinhentista, o cano real seguia depois "po*r* a Rua noua d ell Rey ao topo da Rua noua dos mercadores"[39], via primordial da cidade, "a mais longa, mais larga e a mais movimentada", paralela ao rio, na qual se implantavam os principais estabelecimentos comerciais e financeiros da urbe cosmopolita[40].

[34] AML, *Livro dos pregos*, f. 333v.

[35] SIMÃO, Inês – *Relatório dos trabalhos arqueológicos - Rua dos Sapateiros, 130-144/Rua da Assunção, 73-77: sondagens arqueológicas de diagnóstico*. Lisboa: ERA Arqueologia SA, 2013. SARRAZOLA, Alexandre; SIMÃO, Inês – *Relatório final dos trabalhos arqueológicos - Rua dos Sapateiros, 130-144, Rua da Assunção, 73-77 - Lisboa*. Lisboa: ERA Arqueologia SA, 2014. Arquivo da Arqueologia Portuguesa, DGPC, Processo S-34851.

[36] SARRAZOLA, Alexandre; SIMÃO, Inês – *Relatório final dos trabalhos arqueológicos - Rua dos Sapateiros…*, p. 30.

[37] SARRAZOLA, Alexandre; SIMÃO, Inês – *Relatório final dos trabalhos arqueológicos - Rua dos Sapateiros…*, p. 30.

[38] AML, *Livro dos pregos*, f. 334.

[39] AML, *Livro dos pregos*, f. 333v.

[40] MOITA, Irisalva – Lisboa no século XVI. In MOITA, Irisalva (coord.) – *O livro de Lisboa*. Lisboa: Lisboa 94; Livros Horizonte, 1994. p. 159-160.

2.5. Rua das Esteiras e Rua ou Beco dos Cabriteiros

Na intervenção arqueológica realizada na antiga loja *Mandarim Chinês* (Rua Augusta, n.ºs 137-145; Rua dos Sapateiros, n.ºs 82 a 86) foram identificadas estruturas habitacionais, uma ferraria, arruamentos pavimentados com calçada e condutas de esgoto[41]. Esta intervenção revelou-se especialmente frutífera pela quantidade, qualidade e bom estado de conservação de elementos do urbanismo pré-pombalino. Quanto aos arruamentos, foram identificadas duas artérias: a Rua das Esteiras e a Rua ou Beco dos Cabriteiros.

Sob a Rua das Esteiras corria uma conduta pública de esgoto, com orientação norte-sul, e cerca de 70 cm de largura por 80 cm de altura. Tinha cobertura de lajes retangulares calcárias, paredes laterais num aparelho grosseiro de pedras, argamassa e barro e fundo em tijoleira. A relação dos canos identifica-a com clareza:

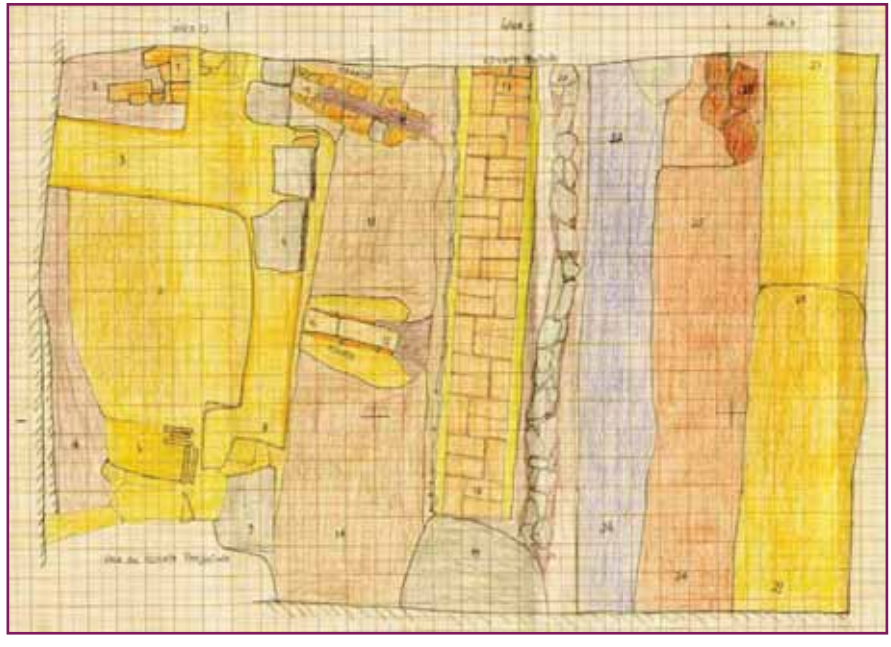
> vem do poço de sam njcullao por a Rua do callçado velho e pela Rua das mudas e vem ter a Rua das esteiras e core por ela hum llamço e neste lamço se metem dous canos que vam Ao dito cano emtrar no cano Real da Rua noua d el Rey o quall cano emtra homde esta hũa boqua na Rua das esteiras este cano he ssomemte seruemtya dos vizinhos por omde vem o dito cano[42].

Confirmando este último aspeto, verificou-se que confluíam para esta conduta pública, sob a calçada, dois pequenos esgotos privados com orientação aproximada de este-oeste, cerca de 35 cm de altura por 20 de largura e de cobertura e muretes laterais construídas em tijoleira revestida a argamassa. Estas pequenas canalizações transportariam os detritos das habitações situadas no lado oeste da Rua das Esteiras para o referido esgoto público que corria sob ela.

A Rua dos Cabriteiros era uma pequena artéria calcetada que ligava a Rua das Mudas (a nascente) à Rua das Esteiras (a poente). Paralelo à rua existia um esgoto, provavelmente público, com orientação este-oeste, 35 cm de altura e 30 cm de largura, paredes laterais em tijolo, fundo revestido a tijoleira e cobertura com laje calcária. A rua foi posteriormente transformada em beco - Beco dos Cabriteiros - com a construção de um edifício que obstruiu a sua ligação à Rua das Mudas. Provavelmente data desta reestruturação a nova pavimentação em calçada (registada num nível superior, a cerca de 15/20 cm). De igual forma, paralelo à calçada e sobre a conduta mais antiga e com a mesma orientação, identificou-se uma grande conduta pública com 90 cm de largura e cerca de 100 cm de altura, cobertura de lajes calcárias retangulares e estrutura lateral e fundo igualmente revestidos com lajes calcárias retangulares cuidadosamente aparelhadas (com alguns "remendos", no fundo, em tijoleira). Infelizmente não se dispõe para já de dados cronológicos que enquadrem esta reestruturação urbana, embora documentação de 1685 sobre os canos da cidade refira que "Na Rua das Mudas começa um cano de um beco

[41] AMARO, Clementino; BUGALHÃO, Jacinta; RAMALHO, Maria – A Baixa pombalina: alguns aspectos urbanísticos. In JORNADAS ARQUEOLÓGICAS, 5, Lisboa, 1993 – *Actas*. Lisboa: Associação de Arqueólogos Portugueses, 1994. vol. I, p. 227-237. BUGALHÃO, Jacinta – *Mandarim Chinês, Lisboa, 1992/1996: relatório dos trabalhos arqueológicos*. Lisboa: [s.n.], 1999. Arquivo da arqueologia Portuguesa, DGPC, Processo S-13488.

[42] AML, *Livro dos pregos*, f. 334.



Figuras 2 e 3 Rua das Esteiras, conduta pública de segunda ordem (com orientação norte-sul), para a qual convergem a oeste duas condutas privadas (com orientação oeste-este).

sem saída, que antigamente devia ter saída (…) e agora está este beco metido naquelas casas, e tem um cano por dentro d'elas que vai sair à Rua das Esteiras, e aí se mete no cano da dita rua"[43]. Este documento parece fazer alusão à reorganização urbana destas artérias, bem como à conduta de esgotos que apresenta uma implantação aparentemente pouco usual, paralela à rua e não sob esta, ou, como é descrito, "dentro" das casas. Em todo o caso, pensamos que a conduta de esgoto identificada nesta via, independentemente da configuração diferente que teve ao longo dos séculos XVI e XVII, sob uma rua ou sob um beco, corresponde ao trajeto já referido na relação dos canos quinhentista que aqui analisamos, desde o poço de São Nicolau e Rua das Mudas até à Rua das Esteiras.

2.6. Rua das Manilhas e Beco da Lage

Na intervenção realizada na Rua de São Nicolau, nºs 107/111, foram identificadas estruturas habitacionais, um arruamento pavimentado a calçada e duas condutas de esgoto[44]. A calçada foi interpretada como a Rua das

[43] Trata-se do *Livro dos canos antigos da cidade*, do Arquivo Municipal de Lisboa, publicado por OLIVEIRA, Eduardo Freire de – *Elementos*, tomo I, p. 553.

[44] DIOGO, António Manuel Dias – *Relatório da intervenção arqueológica de emergência efectuada na Rua de São Nicolau, nº 107/111 em Lisboa*. Lisboa: [s.n.], 1998. Arquivo da Arqueologia Portuguesa, DGPC, Processo-12410. DIOGO, António Manuel Dias; TRINDADE, Laura – Intervenção arqueológica na Rua de São Nicolau, n.º 107/111 (Lisboa). *Arqueologia & História*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses. 52 (2000), p. 231-253.

Figura 4 Rua/Beco dos Cabriteiros, conduta pública de 2.ª ordem.

Manilhas pré-pombalina. Sob a calçada foi identificada uma conduta de esgoto, provavelmente pública, com orientação norte-sul,

> de secção retangular, tinha internamente 25 cm de altura por 30 cm de largura (...). Foi construído (...) sobre uma camada de 7 cm de argamassa em que assentava o fundo constituído por uma fiada de tijolos (...). Dois muretes laterais, em alvenaria de pedra miúda e tijolos argamassados suportavam as tampas de pedras calcárias[45].

Numa área interpretada pelos autores como correspondendo ao Beco da Lage, identificou-se uma conduta pública de esgoto, com orientação este-oeste, cerca de 57 cm de altura e 48 cm de largura, paredes em alvenaria de pedra argamassada e cobertura constituída por lajes calcárias. Os autores consideram a hipótese da cobertura desta conduta estar exposta, ou seja, de funcionar parcialmente como pavimento do arruamento, dando origem ao topónimo "da laje"[46].

Nos dois casos é impossível fazer coincidir os achados arqueológicos com a informação contida na relação dos canos, que não situa qualquer canalização na Rua das Manilhas ou no Beco da Lage. Pode colocar-se a hipótese,

[45] DIOGO, António Manuel Dias; TRINDADE, Laura – Intervenção arqueológica na Rua de São Nicolau..., p. 232.

[46] DIOGO, António Manuel Dias; TRINDADE, Laura – Intervenção arqueológica na Rua de São Nicolau..., p. 233.

já formulada noutra circunstância, desta estrutura ser posterior à redação da relação que aqui nos ocupa, mesmo que poucas décadas depois no século XVI.

2.7. Rua do Selvagem, Bequinho e Beco do Álamo

Na intervenção arqueológica levada a cabo no Núcleo Arqueológico da Rua dos Correeiros (NARC) foram classificadas, para a fase pré-pombalina, estruturas habitacionais e de moagem, poços, arruamentos pavimentados com calçada e uma conduta de esgoto[47].

As três parcelas de arruamentos registadas foram interpretadas como troços da Rua do Selvagem, do Bequinho e do Beco do Álamo. No Bequinho e no Beco do Álamo não foram reconhecidas quaisquer estruturas de saneamento. Junto ao arruamento interpretado como Rua do Selvagem foi descoberto um edifício onde funcionaria uma moagem, sobrepondo uma conduta privada de esgoto com orientação este-oeste, secção quadrangular com 25 cm de altura por 25 cm de largura, sendo a cobertura constituída por mós em pedra fragmentadas e reaproveitadas, ao passo que o fundo e os muretes laterais foram construídos em alvenaria de tijolo. Presumivelmente, este cano confluiria para a conduta pública de esgoto que percorria a Rua do Chancudo e a Rua da Selvagem (na sua inflexão de este-oeste para sul), referida na relação dos canos:

> Huu*m* canno da corjarja *e* mete se nelle outro cano que vem das pedras Negras E ajumta se nest outro da timtoarja *e* core por a Rua omde se mete o outro cano q*ue* vem de hu*m* bequo que na*m* tem sayda que da mesma tymtoarja vem por a Rua do chamcudo *e* por a Rua da saluagem *e* vay ter ao cano da Rua das esteiras onde emtra no cano Real da Rua noua d´el Rey[48].

No NARC foram também identificados três poços que, pela sua localização, poderiam localizar-se em espaço privado (logradouros). No documento em estudo não encontramos qualquer referência a poços nos arruamentos confinantes a esta área, a Rua do Selvagem, do Bequinho e do Beco do Álamo, a Rua do Passadiço, a Rua dos Carapuceiros, ou Beco do Vidro.

[47] BUGALHÃO, Jacinta – *A indústria romana de transformação e conserva de peixe em Olisipo: núcleo arqueológico da Rua dos Correeiros*. Lisboa: Instituto Português de Arqueologia, 2001. (Trabalhos de Arqueologia; 15). BUGALHÃO, Jacinta – Contextos arqueológicos. In BUGALHÃO, Jacinta (dir.) – *Uma casa pré-pombalina na Baixa lisboeta: núcleo arqueológico da Rua dos Correeiros*. Lisboa: Centro de História de Aquém e Além-Mar da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa e Universidade dos Açores, 2015. p. 19-29.

[48] AML, *Livro dos pregos*, f. 334v.

Figura 5 Rua do Selvagem, cobertura de conduta privada (reaproveitando mós fragmentadas).

2.8. Rua da Ferraria Velha

No acompanhamento de valas realizado em redor do quarteirão delimitado pela Rua de São Julião, Rua Augusta e Rua do Comércio foram identificadas, de época pré-pombalina, estruturas habitacionais, vestígios de um arruamento pavimentado a calçada, um depósito de garrafas e um poço/acesso a conduta[49]. Segundo as autoras, estas estruturas integrariam as estruturas urbanas em redor da Rua Nova dos Mercadores (mais tarde, Rua Nova dos Ferros), Beco do Espírito Santo e Rua da Ferraria Velha (mais tarde, da Confeitaria)[50].

Junto ao n.º 94 da atual Rua do Comércio, a cerca de 32 cm de profundidade, foi identificada uma boca de poço circular, com 40 cm de diâmetro, construída em pedras calcárias arqueadas com 45 cm de altura, implantada exteriormente num pavimento lajeado calcário. Este bocal dava acesso a uma caixa sub-quadrangular, com 53 cm por 57 cm, que apresentava nas suas faces este e norte duas derivações para duas condutas. Esta estrutura foi interpretada hipoteticamente pela autora como uma boca-de-incêndio de cronologia pombalina. A atribuição cronológica fundamentou-se nos materiais e técnica construtiva cuidados da estrutura, uma vez que a estratigrafia e o espólio não forneceram elementos datantes[51].

[49] FERNANDES, Lídia – *Acompanhamento arqueológico do Banco Nacional Ultramarino – Lisboa, Dezembro de 1998*. Lisboa: [s.n.], 1999. Arquivo da Arqueologia Portuguesa, DGPC, Processo S-12640. FERNANDES, Lídia; FERREIRA, Manuela – Intervenção arqueológica num dos quarteirões da Baixa pombalina em Lisboa: estudo do espólio vítreo. *O arqueólogo português*. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia. Série 4 Vol. 22 (2004), p. 453-489.

[50] FERNANDES, Lídia; FERREIRA, Manuela – Intervenção arqueológica num dos quarteirões da Baixa pombalina em Lisboa..., p. 473-478.

[51] FERNANDES, Lídia – *Acompanhamento arqueológico do Banco Nacional Ultramarino...*, p. 466.

A relação dos canos quinhentista refere

> Outro cano que vem da Rua da fferarja velha que se vem meter Aos degraaos da comçiçam omde se mete *e* outro cano gramde q*ue* vay po*r* a Rua que vem da villa noua ao poço da ffotea onde toma as aguoas do poço *e* as Asy toma outros canos que toma da Rua da Jubitarja E atrauesa o dito cano A Rua noua dos mercadores E a Rua da fferarja E po*r* debaixo das casas *e* carneçarjas E po*r* a Ribeira *e* vaj sair A praya A cara*m*[52] do cayz da pedra[53].

Temos, assim, referência a uma rede de saneamento que percorre esta zona[54], bem como uma interceção de condutas provenientes de norte ("da [Igreja da] Comçiçam") e de leste ("[Rua da] Villa Nova [dos Mercadores]"[55]. Este cano desembocaria no Tejo, junto ao Cais de Pedra, conforme sugere a planta de João Tinoco, a nascente do Terreiro do Paço[56], um dos pontos terminais da rede de canos em análise.

Assim, propõe-se como interpretação alternativa para esta estrutura, tratar-se de uma caixa de visita no ponto de interceção entre as condutas da Rua da Ferraria Velha (de leste) e da conduta que prosseguia para norte, para a Rua Nova dos Mercadores junto à Igreja da Nossa Senhora da Conceição. Sobre a atribuição cronológica a contextos pré-terramoto, refira-se que na zona da atual Rua do Comércio, as várias intervenções arqueológicas revelam que os contextos de época moderna registam-se geralmente a pouca profundidade relativamente ao piso atual. Além disso, considerou-se a semelhança construtiva entre esta estrutura e o poço identificado na Rua da Praça da Palha, já mencionado. Também não é de excluir a possibilidade de se tratar de uma estrutura pombalina com acesso a infraestruturas pré-existentes, embora não se afigure provável, uma vez que a reconstrução pombalina implantou uma rede de saneamento completamente nova.

2.9. Terreiro do Paço

No acompanhamento arqueológico das valas de renovação da rede da EPAL, na zona norte da Praça do Comércio, em 2005, foram identificados alguns contextos arqueológicos eventualmente correlacionáveis com o Terreiro do Paço pré-pombalino, nomeadamente, um nível de pavimento "em alvenaria" e o topo de uma conduta de esgoto[57]. Atendendo à natureza da intervenção e ao facto dos contextos não terem sido afetados, o registo destas

[52] *Sic*.

[53] AML, *Livro dos pregos*, f. 334v.

[54] Atente-se "por debaixo das casas e carneçarias". Nos contextos associados à Rua da Ferraria Velha (mais tarde da Confeitaria) intervencionados na Rua do Comércio, nº 73 a 93 (BNC), CNS 12930, foram identificados extensos depósitos associados aos açougues tardo-medievais aqui localizados. Veja-se AMARO, Clementino; BUGALHÃO, Jacinta; RAMALHO, Maria – A Baixa pombalina…, p. 232.

[55] AML, *Livro dos pregos*, f. 334v.

[56] BARROS, António Salgado de – *O saneamento da cidade pós-medieval…*, p. 25.

[57] ALMEIDA, Pedro – *Relatório dos trabalhos arqueológicos: PRR-32 - Praça do Comércio e ruas envolventes, Pátio dos Telheiros e ruas envolventes, Largo do Calvário e ruas envolventes*. Lisboa: ERA Arqueologia SA, 2006. Arquivo da Arqueologia Portuguesa, DGPC, Processo S-19383.

realidades foi muito sumário. Em todo o caso, é possível que esta conduta corresponda ao já referido cano real, neste caso o troço que da "Rua noua dos mercadores e pasa por baixo da casa de Çeita"[58], na verdade o outro dos terminais desta rede de saneamento que desembocava na ribeira[59].

Noutros trabalhos arqueológicos realizados também na Praça do Comércio, em 2009, no âmbito da reestruturação da rede de saneamento básico da cidade, foram identificadas imponentes estruturas portuárias, níveis de pavimento[60] e condutas públicas de esgoto de época pré-pombalina[61]. Junto à face oriental da atual Praça do Comércio foi identificado um troço de uma conduta pública pré-terramoto, com orientação norte-sul, 80 cm de largura e altura superior a 110 cm (a cobertura não se conservava). A estrutura tinha uma fundação em grade e estacaria em madeira, paredes laterais em alvenaria robusta revestidas a silharia calcária e fundo em lajes calcárias retangulares. Conservava aparentemente intacto o seu topo norte, que apresentava uma estrutura de tipo sumidouro, com grade metálica, aparentemente para recolha de águas pluviais do Terreiro do Paço. A já referida documentação mais tardia sobre os canos da cidade, datada de 1685, refere que "o Cano que vai do Terreiro pela ribeira até ao mar antigamente era um cano pequeno, que não tomava mais que as águas do Terreiro, e estas coadas por um ralo de pedra"[62]. Caso esta referência corresponda à estrutura exumada, poderá ser-lhe atribuída cronologia posterior à relação de canos quinhentista, uma vez que esta não a refere.

No mesmo alinhamento e com idêntica orientação, foi identificada uma estrutura que aparenta constituir o troço final da mesma conduta, localizada já em pleno leito do Tejo. Está também fundada em grade e estacaria de madeira e apresentava externamente uma largura total com cerca de 350 cm e uma altura conservada de 200 cm. Externamente, encontrava-se revestida com silharia calcária; o topo era plano, com os silhares polidos e

[58] AML, *Livro dos pregos*, f. 333v.

[59] BARROS, António Salgado de – *O saneamento da cidade pós-medieval…*, p. 19.

[60] São referidos pavimentos em calçada e em "pedras miúdas, argamassa e cal", segundo NEVES, César Augusto – *Empreitada de construção do sistema de intercepção e câmaras de válvulas de maré do Terreiro do Paço (Lisboa): acompanhamento arqueológico: sondagens arqueológicas: relatório final*. Lisboa: Crivarque, 2012. Arquivo da Arqueologia Portuguesa, DGPC, Processo S-19383. Também em 2013, no acompanhamento arqueológico da 3.ª fase de remodelação do Terreiro do Paço foram identificados pavimentos pré-terramoto, pavimentados a calçada e argamassa (PARREIRA, Jorge – *Relatório final dos trabalhos arqueológicos: 3ª fase de remodelação do Terreiro do Paço, Lisboa: acompanhamento arqueológico*. Lisboa: [s.n.], 2013.

[61] NEVES, César Augusto – *Empreitada de construção do sistema de intercepção e câmaras de válvulas de maré do Terreiro do Paço (Lisboa): acompanhamento arqueológico: sondagens arqueológicas: relatório final*. Lisboa: Crivarque, 2012. Arquivo da Arqueologia Portuguesa, DGPC, Processo S-19383. NEVES, César; MARTINS, Andrea; LOPES, Gonçalo; BLOT, Maria Luísa – Do Terreiro do Paço à Praça do Comércio (Lisboa): identificação de vestígios arqueológicos de natureza portuária num subsolo urbana. In TEIXEIRA, André; BETTENCOURT, José (coord.) – *Velhos e novos mundos: estudos de arqueologia moderna*. Lisboa: Centro de História d'Aquém e d'Além-Mar, 2013. p. 613-626. NEVES, César Augusto – Identificação de uma estrutura portuária no Terreiro do Paço (Lisboa). *Revista portuguesa de arqueologia*. Lisboa: Direção-Geral do Património Cultural. Vol. 17 (2014), p. 263-272. NEVES, César; MARTINS, Andrea; LOPES, Gonçalo – Lisboa pré-pombalina: vestígios do Terreiro do Paço no subsolo da Praça do Comércio. *Rossio: estudos de Lisboa*. Lisboa: Câmara Municipal. Gabinete de Estudos Olisiponenses. N.º 3 (2014), p. 52-65.

[62] *Livro dos canos antigos da cidade*, do Arquivo Municipal de Lisboa, publicado por OLIVEIRA, Eduardo Freire de – *Elementos*, tomo I, p. 553.

Figura 6 Terreiro do Paço, sumidouro para escoamento de águas pluviais, in NEVES, César Augusto – *Empreitada de construção do sistema de intercepção...*, Anexo III, fig. 73, p. 37.

unidos com "gatos" metálicos; as paredes laterais apresentavam silharia/alvenaria menos cuidada. No interior, a conduta teria uma altura estimada de cerca de 150/160 cm e 90 cm de largura; as suas paredes laterais estavam revestidas com silharia calcária e o fundo com lajes calcárias retangulares.

Aceita-se como provável a hipótese destes dois troços de conduta integrarem a mesma estrutura. Esta canalização implantava-se no alinhamento ocidental do antigo Terreiro do Paço, correndo paralela à fachada nascente do Palácio da Ribeira, terminando já em leito fluvial. Tratar-se-ia portanto de um emissário subfluvial, embora pudesse funcionar também como estrutura portuária[63]. Não encontramos na relação quinhentista dos canos qualquer referência relacionável com esta estrutura, pelo que ela deverá ser posterior à sua elaboração, hipoteticamente uma conduta privada de esgoto do Palácio Real e por essa razão não merecer referência neste documento.

[63] NEVES, César Augusto – Identificação de uma estrutura portuária no Terreiro do Paço (Lisboa). *Revista portuguesa de arqueologia*. Lisboa: Direcção-Geral do Património Cultural. Vol. 17 (2014), p. 263-272.

3. A REDE DE SANEAMENTO DA BAIXA QUINHENTISTA

Os trabalhos arqueológicos realizados até à data na Baixa de Lisboa, correlacionados com dados de fontes documentais, permitiram identificar e localizar parcialmente na cartografia pré-pombalina um conjunto de condutas de saneamento da primeira metade do século XVI. Convém contudo salientar que a atribuição a um determinado contexto arqueológico de uma localização cartográfica específica na malha urbana pré-pombalina é um exercício que permanece muito problemático, principalmente nos casos em que a área de intervenção é muito reduzida ou quando as estruturas se apresentam muito truncadas ou destruídas. De facto, quanto melhor é o estado de conservação dos contextos arqueológicos, mais fácil se revela a compreensão da configuração e características do edifício, a orientação urbana e a dimensão de casas ou arruamentos. Além disso, apesar de todos os esforços desenvolvidos na sobreposição cartográfica, persistem problemas de correção de escala, orientação e distorção das plantas anteriores ao terramoto. A estes problemas acresce a questão da integração cartográfica dos elementos toponímicos conhecidos. Para além da documentação escrita de época moderna não ser inequívoca, reflete uma evolução dinâmica desde o século XVI até meados do século XVIII, verificando-se alterações consideráveis na denominação toponímica dos arruamentos, nem sempre fáceis de compreender.

Há ainda a assinalar a questão da atribuição cronológica. Parte-se do princípio que a rede de saneamento quinhentista se manteve, *grosso modo*, em funcionamento até 1755. Esta asserção não invalida que as infraestruturas em causa tenham sofrido intervenções de manutenção, ampliação e até alteração, durante os seus cerca de duzentos e cinquenta anos de existência. Simultaneamente, houve por certo durante este período construção de novos canos. Por fim, a interpretação e atribuição cronológica apresentada pelos arqueólogos, em relatórios e/ou publicação científica, sobre as estruturas arqueológicas que identificam, reveste-se frequentemente de caráter excessivamente genérico para o objetivo específico deste estudo. Por exemplo, é frequente que seja atribuída aos contextos exumados "cronologia de época moderna", não sendo a análise estratigráfica e o estudo da componente artefatual suficientemente aprofundados para fornecer cronologias mais finas. Não obstante todas estas limitações, foram propostas localizações concretas para os contextos arqueológicos estudados, o que permitiu a sua interpretação e integração, sempre hipotética, na malha urbana pré-pombalina.

O cruzamento entre a informação de base documental e os dados provenientes do registo arqueológico parece evidenciar que o documento quinhentista que listava os canos da Baixa não tem um caráter exaustivo, uma vez que as escavações realizadas revelaram diversas condutas correlacionáveis com o sistema de saneamento, nele omissas.

Com base nestes pressupostos foi possível verificar que a rede de saneamento tinha uma organização de tendência ortogonal, respeitando genericamente a orientação na malha urbana norte-sul/este-oeste, visto que na generalidade dos casos as condutas foram implantadas no subsolo das principais vias de circulação, também elas crescentemente concebidas com um padrão regular desde finais da Idade Média[64]. As estruturas registadas, nomeadamente a sua dimensão, materiais e técnica construtiva, permitem claramente percecionar o caráter

[64] CARITA, Hélder – *Lisboa manuelina…*, p. 35-43.

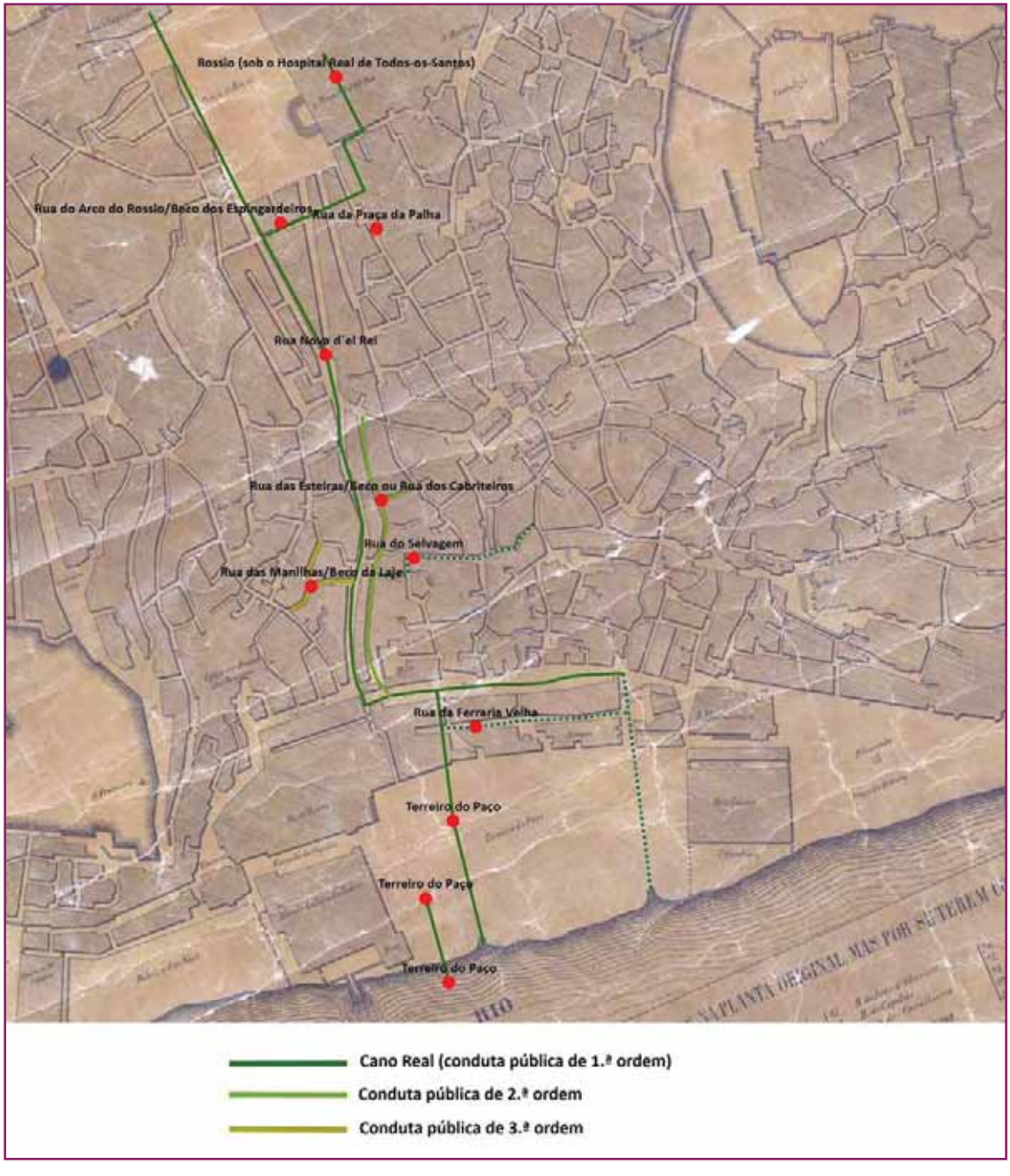


Figura 7 Os canos da Baixa lisboeta no século XVI: contributo da arqueologia. Estão assinalados os canos registados arqueologicamente (a tracejado, aqueles cuja existência se presume). Cartografia de base: *Planta da cidade de Lisboa em que se mostram...*, João Nunes Tinoco, 1650; cartografia de apoio: Traçado aproximado dos canos da cidade de Lisboa, rede do século XVI, parte ocidental de Lisboa, *in* BARROS, António Salgado de – *O saneamento da cidade pós-medieval: o caso de Lisboa.* Lisboa: Ordem dos Engenheiros, 2014. p. 67.

hierarquizado da rede, denunciando a sua conceção racional e moderna. Esta pode ser dividida em condutas de primeira ordem, os "canos reais", condutas públicas de segunda ordem, condutas públicas de terceira ordem e, por fim, condutas privadas.

As condutas de primeira ordem têm origem no século XV, tendo servido primordialmente para encanar as linhas de água que percorriam esta área urbana, permitindo que a cidade crescesse sobre os seus leitos. Estas serviam como recetáculo dos esgotos urbanos, pelo que os canos reais herdaram naturalmente essa função, absorvendo a água das "enxurradas", um problema crónico da cidade[65], e a pluviosidade habitual, mas também as perdas de poços e chafarizes e os esgotos domésticos. Identificaram-se dois canos reais, ambos com orientação dominante aproximadamente norte-sul: um proveniente do vale ocidental a norte da cidade, atravessando o Rossio; e outro proveniente do vale oriental, passando sob o Hospital Real de Todos-os--Santos. Os dois confluíam num só cano real, em plena Baixa, seguindo a linha do antigo esteiro, sobre o qual foi implantada a Rua Nova d'el Rei, até desembocar no Tejo. Estas condutas são estruturas imponentes, de grande dimensão (com secção interna entre 200 e 220 cm de altura e cerca de 150 cm de largura), construídas em forte alvenaria, revestidas internamente de silharia calcária bem aparelhada com cobertura em abóbada (de silharia ou tijolo) e base em lajeado calcário. O tipo de construção faz crer que a manutenção e limpeza destas condutas se faria pelo seu interior, acessível no verão.

Seguiam-se em ordem de importância as condutas públicas que recolhiam esgotos, águas pluviais e perdas de poços e chafarizes, nas quais se reconheceram dois tipos, aqui designados de segunda e terceira ordem.

As condutas públicas de segunda ordem estavam implantadas sob ou em paralelo a artérias importantes, embora se verifiquem também alguns atravessamentos. Apresentam secções internas entre 150 e 80 cm de altura e 90 e 70 cm de largura. A cobertura é de lajes calcárias, as paredes laterais são de alvenaria pétrea, por vezes revestidas com o mesmo tipo de lajes, e o fundo apresenta-se geralmente revestido também com lajes calcárias.

As condutas públicas de terceira ordem estavam implantadas sob ou em paralelo a artérias menos relevantes ou de menor dimensão, servindo menos utilizadores. Apresentam secções internas entre 60 e 25 cm de altura e 50 e 30 cm de largura. A cobertura é de lajes calcárias, as paredes laterais são de alvenaria ou tijolo e o fundo apresenta-se geralmente revestido a tijolo/tijoleira[66].

Por fim, as condutas privadas canalizavam os esgotos dos edifícios (situando-se sob estes) para a rede de saneamento pública. A serventia dos vizinhos e das casas particulares é amplamente referida na relação dos canos, sublinhando o caráter eminentemente público da rede de saneamento quinhentista, ao serviço dos habitantes. Estas canalizações têm orientações muito diversas, apresentando secções internas entre 35 e 20

[65] BARROS, António Augusto Salgado de – *O saneamento da cidade pós-medieval...*, p. 75-76.

[66] Registou-se da antiga Rua/Beco dos Cabriteiros uma situação em que uma conduta pública de terceira ordem foi substituída posteriormente por uma conduta pública de segunda ordem, provavelmente devido a necessidade de escoamento de um maior caudal de esgotos.

cm de altura e 30 e 20 cm de largura. A cobertura é de lajetas calcárias, tijolo, ou materiais reaproveitados; os muretes laterais são de alvenaria tosca com pedra e tijolo revestida a argamassa; o fundo apresenta-se revestido a tijolo ou simplesmente com argamassa.

Salienta-se que o tipo de cobertura, quer das condutas públicas de segunda e terceira ordem, quer das condutas privadas, denuncia a necessidade da sua regular desmontagem (destapamento) para manutenção e limpeza, ações a que os documentos coevos fazem ampla referência[67]. Se os canos públicos eram objeto de limpeza por parte da cidade, aqueles que serviam exclusivamente os particulares eram mantidos pelos seus utilizadores[68]. A este respeito, refira-se a identificação de uma estrutura interpretada como caixa de visita da rede de saneamento.

Em paralelo com a rede de escoamento de esgotos, a preocupação com o abastecimento de água foi um dos elementos fundamentais da reestruturação quinhentista de Lisboa, destacando-se o programa manuelino de intervenção nos chafarizes da cidade, principalmente na orla ribeirinha. Em pelo menos um caso, as obras de reparação de uma daquelas fontes associou-se diretamente a trabalhos sobre a canalização da respetiva rua[69], seguramente para assegurar o escoamento do excesso do fluxo de água. No registo arqueológico, há a referir a identificação de vários poços, tanto em logradouro, como em espaço público. Não foi para já registada qualquer estrutura interpretada como conduta de canalização de água.

NOTA FINAL

Enfim, a rede de drenagem pluvial e escoamento de esgotos espelhada pelo documento aqui analisado e pelos numerosos achados arqueológicos na Baixa de Lisboa, é um reflexo de uma política de saneamento urbano e salubridade pública impulsionada a partir do século XV e dos inícios do século XVI. A acumulação e falta de infraestruturas de gestão de resíduos urbanos, sólidos (lixo) e líquidos (esgotos), eram um problema crónico em Lisboa, sendo frequentemente considerado o principal causador da fácil e frequente disseminação de doenças[70]. A rua urbana medieval, a par das numerosas construções perecíveis resultantes do prolongamento das habitações e da deficiente ou ausente pavimentação, era um espaço repleto de imundices deitadas pelos moradores, produzidas pelas atividades económicas ou resultantes da circulação de animais, constituindo os rios, o espaço exterior junto às portas das muralhas e os fossos das fortificações verdadeiras lixeiras a céu aberto[71].

[67] BARROS, António Augusto Salgado de – Em defesa do ambiente da cidade: o papel regulador do poder real e do Senado de Lisboa. *Cadernos do Arquivo Municipal*. Lisboa: Arquivo Municipal. 2.ª Série N.º 2 (2014), p. 103-128.

[68] BARROS, António Augusto Salgado de – *O saneamento da cidade pós-medieval...*,p. 30 e ss.

[69] CARITA, Hélder – *Lisboa manuelina...*, p. 55-58.

[70] BARROS, António Augusto Salgado de – *O saneamento da cidade pós-medieval...*, p. 9 e 12.

[71] ROSSA, Walter – A cidade portuguesa..., p. 252-253.

Além das questões sanitárias, terá pesado igualmente o desejo de monumentalização dos próprios núcleos urbanos, sobretudo aqueles em que a Corte era assídua, representando neste caso a afirmação de uma nova estética que, necessariamente, se pode enquadrar nos influxos do Renascimento. Entre estas medidas destaque-se a necessidade da limpeza das ruas pelos moradores, a implantação de sistemas de recolha de lixos, o afastamento de atividades poluentes do centro das cidades, o calcetamento das ruas, o encanamento dos esgotos e a cobertura de valas a céu aberto[72].

Se o ano de 1486 parece marcar a conceção do primeiro "sistema coerente e hierarquizado de esgotos"[73], a verdade é que a sua concretização global acabou por não ser imediata, dados os elevados custos que acarretava[74]. Estamos em crer que a rede se terá materializado ao longo das primeiras décadas do século XVI, no âmbito do programa global de renovação de Lisboa empreendido por D. Manuel I, que incluiu ampla renovação de ruas, portas e equipamentos públicos, além da formação de um novo centro urbano junto ao Tejo integrando as sedes das principais instituições políticas, administrativas e cívicas e a consolidação das funções portuária e comercial da cidade. As obras nos arruamentos terão sido especialmente relevantes para a instalação desta rede de esgotos, pois implicavam, frequentemente, demolições (e logo construção de novos edifícios), calcetamento e implantação e manutenção de condutas[75].

Com efeito, se a regulamentação e fiscalização do espaço público da primeira dinastia foi renovada nas *Ordenações Afonsinas* (1447), foi consideravelmente ampliado no reinado de D. Manuel I, não apenas nas *Ordenações Manuelinas* (1521), como numa série de legislação avulsa[76]. Pensamos que a própria existência desta relação dos canos da cidade, documento provavelmente datado da primeira metade de Quinhentos, é um bom espelho de uma preocupação por este aspeto da vida coletiva e da administração municipal.

Por fim, deve referir-se que este movimento iniciado em Lisboa rapidamente se expandiu pelo Reino e pelos espaços além-mar. No norte de África, na concretização de novos arruamentos regulares e calcetados[77], mas também na implantação de condutas de drenagem e escoamento de águas, possivelmente também de esgotos[78]. Nas ilhas atlânticas, sobretudo na prática de encanamento de ribeiras e de canalização de águas limpas para chafarizes e edifícios principais dos aglomerados urbanos, como se fez de forma pioneira em Angra do Heroísmo ou em Ponta Delgada, desconhecendo-se a dimensão da rede de canalizações que servia para drenagem de águas em excesso, eventualmente também para despejo de efluentes domésticos[79]. O processo acabou por se generalizar ao longo da Idade Moderna.

[72] ROSSA, Walter – A cidade portuguesa…, p. 261.

[73] ROSSA, Walter – A cidade portuguesa…, p. 261.

[74] CARITA, Hélder – *Lisboa manuelina…*, p. 51.

[75] CARITA, Hélder – *Lisboa manuelina…*, p. 58 e 81.

[76] ROSSA, Walter – A cidade portuguesa…, p. 261.

[77] CORREIA, Jorge – *Implantação da cidade portuguesa no Norte de África: da tomada de Ceuta a meados do século XVI*. Porto: Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto, 2008. p. 384.

[78] REDMAN, C. L. – *Qsar es-Seghir: an archaeological view of medieval life*. Orlando: Academic Press, 1986. p. 172-173.

[79] LEITE, Antonieta Reis – *Açores: cidade e território*. Coimbra: [s.n.], 2012. Tese de doutoramento em Teoria e História da Arquitetura, apresentada à Universidade de Coimbra, p. 59-62.

QUADRO 1

Eixo Viário	Tipo	Orientação (aproximada)	Dimensões (aproximada)	Tipologia construtiva
Rossio (sob o Hospital Real de Todos-os-Santos)	Cano Real (conduta pública - 1.ª ordem)	Norte-sul	Largura: 150 cm; Altura: 220 cm	Cobertura abobadada forrada a silharia; paredes laterais forradas a silharia
Largo onde confluem a Rua Nova d'el Rei, Rua dos Escudeiros e Rua da Caldeiraria	Cano Real (conduta pública - 1.ª ordem)	Norte-sul	Grande dimensão (altura conservada: cerca de 2 m)	Cobertura abobadada – abóbada de tijolo; paredes laterais revestidas a silharia (lajes) calcária
Terreiro do Paço	Cano Real (conduta publica - 1.ª ordem) (?)	Norte-sul	?	?
Terreiro do Paço	Conduta Pública - Cano Real (?)	Norte-sul	Exterior: Largura: 350 cm Altura (conservada): 200 cm Interior: Altura: 150/160 cm (?) Largura: 90 cm	Troço final do caneiro. Estrutura externa: revestida com silharia calcária; o topo da estrutura é plano, com os silhares polidos e unidos com "gatos" metálicos; as paredes laterais apresentam silharia/alvenaria menos cuidada; fundação em grade e estacaria em madeira. Conduta interna: cobertura não conservada (?); paredes laterais revestidas a silharia calcária; fundo em lajes calcárias retangulares
Terreiro do Paço	Conduta Pública - Cano Real (?)	Norte-sul	Largura: 80 cm; Altura (conservada): 110 cm	Cobertura não conservada; no seu topo norte que apresentava uma estrutura tipo sumidouro; paredes laterais revestidas a silharia calcária; fundo em lajes calcárias retangulares; fundação em grade e estacaria em madeira
Rua do Arco do Rossio	Conduta Pública – 2.ª ordem	Este-oeste	Largura: indeterminada (superior a 60 cm)	Paredes laterais em alvenaria de aparelho irregular, com pedra e cerâmica, por vezes em situação de reaproveitamento
Rua das Esteiras	Conduta Pública – 2.ª ordem	Norte-sul	Largura: 70 cm; Altura: 80 cm	Cobertura de lajes retangulares calcárias; paredes laterais num aparelho grosseiro de pedra, argamassa e barro; fundo em tijoleira

Beco dos Cabriteiros	Conduta Pública – 2.ª ordem	Este-oeste	Largura: 90 cm; Altura: 100 cm	Cobertura de lajes calcárias retangulares; paredes laterais revestidas com lajes calcárias retangulares; fundo revestido com lajes calcárias retangulares (com alguns "remendos" em tijoleira)
Rua dos Cabriteiros	Conduta Pública – 3.ª ordem	Este-oeste	Largura: 30 cm; Altura: 35 cm	Cobertura em laje calcária; paredes laterais em tijolo; fundo revestido a tijoleira
Rua das Manilhas	Conduta Pública - 3.ª ordem	Norte-sul	Largura: 30 cm; Altura: 25 cm	Cobertura de lajes calcárias; muretes laterais em alvenaria de pedra miúda e tijolos argamassados; fundo em tijolos sobre argamassa
Beco da Lage	Conduta Pública – 3.ª ordem	Este-oeste	Largura: 48 cm; Altura: 57 cm	Cobertura de lajes calcárias; paredes em alvenaria de pedra argamassada
Rua do Arco do Rossio	Conduta Privada	Norte-sul	Largura: 20 cm; Altura: 20 cm	Cobertura de lajes calcárias com remate exterior em argamassa; muretes laterais em argamassa; fundo em tijoleira
Rua da Caldeiraria / Rua do Arco do Rossio (sob um edifício situado entre)	Conduta Privada	NO-SE	Largura: 25 cm	Construída sobre um muro pré-existente (que lhe servia de estrutura) e rebocada a argamassa
Rua dos Escudeiros /Rua do Arco do Rossio (sob um edifício situado entre)	Conduta Privada	Norte-sul	Largura: 30 cm (?)	Construída em blocos de margas mal aparelhados e tijolo
Rua das Esteiras	Conduta Privada	Este-oeste	Largura: 20 cm; Altura: 35 cm	Cobertura e muretes laterais construídas em tijoleira revestida a argamassa
Rua das Esteiras	Conduta Privada	Este-oeste	Largura: 20 cm; Altura: 35 cm	Cobertura e muretes laterais construídas em tijoleira revestida a argamassa
Rua do Selvagem (sob um edifício da)	Conduta Privada	Este-oeste	Largura: 25 cm; Altura: 25 cm	Cobertura constituída por fragmentos de mós; muretes laterais em alvenaria de tijolo; fundo em alvenaria de tijolo

Rua da Praça da Palha	Poço	Diâmetro: 78,5 cm	Revestido com pedras calcárias irregulares de média dimensão; bocal circular (já desaparecido; vestígios de negativos do assentamento dos elementos pétreos na argamassa); conservava, na sua envolvente exterior, lajeado calcário retangular
Rua da Ferraria Velha	Caixa de Visita (?)	Bocal: Diâmetro: 40 cm; Altura (do bocal): 45 cm. Caixa inferior: 53 cm por 57 cm	Bocal construído em pedras calcárias arqueadas com 45 cm de altura; implantado exteriormente num pavimento lajeado calcário. O bocal dava acesso a uma caixa sub-quadrangular, com 53 cm por 57 cm que apresentava nas suas faces este e norte duas derivações para duas condutas

FONTES E BIBLIOGRAFIA

Fontes Manuscritas

Arquivo Municipal de Lisboa

Livro dos pregos.

Fontes Impressas

OLIVEIRA, Eduardo Freire de – *Elementos para a história do município de Lisboa*. Lisboa: Typ. Universal, 1887.

SILVA, Augusto Vieira da – *Plantas topográficas de Lisboa*. Lisboa: Oficinas Gráficas da Câmara Municipal, 1950.

Estudos

AMARO, Clementino; BUGALHÃO, Jacinta; RAMALHO, Maria – A Baixa pombalina: alguns aspectos urbanísticos. In JORNADAS ARQUEOLÓGICAS, 5, Lisboa, 1993 – *Actas*. Lisboa: Associação de Arqueólogos Portugueses, 1994. vol. I, p. 227-237.

ARAÚJO, João; CARDOSO, Bernardo; CASTELO, Inês; MUCCIOLI, Giovanni; REIS, Helena; RUELA, Sara – A arqueologia urbana em Lisboa: análise da actividade arqueológica entre 2006 e 2011 e divulgação patrimonial. In ARNAUD, José Morais; MARTINS, Andrea; NEVES, César (ed.) – *Arqueologia em Portugal: 150 anos*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, 2013. p. 97-102.

ARAÚJO, Norberto de – *Peregrinações em Lisboa*. Lisboa: Veja, 1992.

BARROS, António Augusto Salgado de – Em defesa do ambiente da cidade: o papel regulador do poder real e do Senado de Lisboa. *Cadernos do Arquivo Municipal*. Lisboa: Arquivo Municipal. 2.ª Série N.º 2 (2014), p. 103-128.

BARROS, António Salgado de – *O saneamento da cidade pós-medieval: o caso de Lisboa*. Lisboa: Ordem dos Engenheiros, 2014.

BUGALHÃO, Jacinta – *A indústria romana de transformação e conserva de peixe em Olisipo: núcleo arqueológico da Rua dos Correeiros*. Lisboa: Instituto Português de Arqueologia, 2001. (Trabalhos de Arqueologia; 15).

BUGALHÃO, Jacinta – Contextos arqueológicos. In BUGALHÃO, Jacinta (dir.) – *Uma casa pré-pombalina na Baixa lisboeta: núcleo arqueológico da Rua dos Correeiros*. Lisboa: Centro de História de Aquém e Além-Mar da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa e Universidade dos Açores, 2015. p. 19-29.

BUGALHÃO, Jacinta – Lisboa e a sua arqueologia: uma realidade em mudança. *Era Arqueologia: revista de divulgação científica de estudos arqueológicos*. Lisboa: Era Arqueologia. N.º 8 (2008), p. 217-230.

CARITA, Hélder – *Lisboa manuelina e a formação de modelos urbanísticos da época moderna (1495-1521)*. Lisboa: Livros Horizonte, 1999.

CORREIA, Jorge – *Implantação da cidade portuguesa no Norte de África: da tomada de Ceuta a meados do século XVI*. Porto: Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto, 2008.

DIOGO, A. M. Dias; TRINDADE, Laura – Cerâmicas de Lisboa provenientes de contextos datados: materiais de uma lareira de cozinha destruída pelo terramoto de 1755. In JORNADAS DE CERÂMICA MEDIEVAL E PÓS-MEDIEVAL, 1, Tondela, 1992 – *1as Jornadas de Cerâmica Medieval e Pós-Medieval: métodos e resultados para o seu estudo*. Tondela: Câmara Municipal, 1995. p. 163-170.

DIOGO, António Manuel Dias; TRINDADE, Laura – Intervenção arqueológica de emergência na Rua dos Correeiros, Baixa de Lisboa: as sondagens n.ºs 3, 11, 26 e 27. *Arqueologia & História*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses; Edições Colibri. 53 (2001), p. 15-33.

DIOGO, António Manuel Dias; TRINDADE, Laura – Intervenção arqueológica na Rua de São Nicolau, n.º 107/111 (Lisboa). *Arqueologia & História*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses. 52 (2000), p. 231-253.

FERNANDES, Lídia; FERREIRA, Manuela – Intervenção arqueológica num dos quarteirões da Baixa pombalina em Lisboa: estudo do espólio vítreo. *O arqueólogo português*. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia. Série 4 Vol. 22 (2004), p. 453-489.

LEITE, Antonieta Reis – *Açores: cidade e território*. Coimbra: [s.n.], 2012. Tese de doutoramento em Teoria e História da Arquitetura, apresentada à Universidade de Coimbra.

MOITA, Irisalva – Hospital Real de Todos os Santos: relatório das escavações a que mandou proceder a C.M.L. de 22 de Agosto a 24 de Setembro de 1960. *Revista Municipal*. Lisboa: Câmara Municipal. Nº 101/102 (2.º e 3.º trim. 1964), 104/105 (1.º e 2.º trim. 1965), 106/107 (3.º e 4.º trim. 1965), 108/109 (1.º e 2.º trim. 1966), 110/111 (3.º e 4.º trim. 1966).

MOITA, Irisalva – Lisboa no século XVI. In MOITA, Irisalva (coord.) – *O livro de Lisboa*. Lisboa: Lisboa 94; Livros Horizonte, 1994. p. 159-160.

NEVES, César Augusto – Identificação de uma estrutura portuária no Terreiro do Paço (Lisboa). *Revista portuguesa de arqueologia*. Lisboa: Direcção-Geral do Património Cultural. Vol. 17 (2014), p. 263-272.

NEVES, César; MARTINS, Andrea; LOPES, Gonçalo – Lisboa pré-pombalina: vestígios do Terreiro do Paço no subsolo da Praça do Comércio. *Rossio: estudos de Lisboa*. Lisboa: Câmara Municipal. Gabinete de Estudos Olisiponenses. N.º 3 (2014), p. 52-65.

NEVES, César; MARTINS, Andrea; LOPES, Gonçalo; BLOT, Maria Luísa – Do Terreiro do Paço à Praça do Comércio (Lisboa): identificação de vestígios arqueológicos de natureza portuária num subsolo urbana. In TEIXEIRA, André; BETTENCOURT, José (coord.) – *Velhos e novos mundos: estudos de arqueologia moderna*. Lisboa: Centro de História d'Aquém e d'Além-Mar, 2013. p. 613-626.

REDMAN, C. L. – *Qsar es-Seghir: an archaeological view of medieval life*. Orlando: Academic Press, 1986. p. 172-173.

ROSSA, Walter – A cidade portuguesa. In PEREIRA, Paulo (dir.) – *História da arte portuguesa*. Lisboa: Círculo de Leitores, 1995. vol. III, p. 260-266.

SANTOS, Maria Helena Ribeiro dos – *A Baixa pombalina: passado e futuro*. Lisboa: Livros Horizonte, 2000.

SILVA, Augusto Vieira da – *As muralhas da Ribeira de Lisboa*. 2ª ed. Lisboa: Publicações Culturais da Câmara Municipal, 1940.

SILVA, Rodrigo Banha da; LEITE, Ana Cristina – Hospital Real de Todos os Santos. In TEIXEIRA, André; VILLADA, Fernando; SILVA, Rodrigo Banha da (coord.) – *Lisboa 1415 Ceuta: historia de dos ciudades - história de duas cidades*. Ceuta: Cidade Autónoma de Ceuta; Lisboa: Câmara Municipal, 2015.

TRINDADE, Laura; DIOGO, A. M. Dias – Intervenção arqueológica de emergência na Rua dos Correeiros em Lisboa: as sondagens n.ºs 2, 6, 7, 9 e 10. *Revista portuguesa de arqueologia*. Lisboa: Direção-Geral do Património Cultural. Vol. 4 N.º 1 (2001), p. 187-204.

Relatórios

ALMEIDA, Pedro – *Relatório dos trabalhos arqueológicos: PRR-32 - Praça do Comércio e ruas envolventes, Pátio dos Telheiros e ruas envolventes, Largo do Calvário e ruas envolventes*. Lisboa: ERA Arqueologia SA, 2006. Arquivo da Arqueologia Portuguesa, DGPC, Processo S-19383.

BUGALHÃO, Jacinta – *Mandarim Chinês, Lisboa, 1992/1996: relatório dos trabalhos arqueológicos*. Lisboa: [s.n.], 1999. Arquivo da Arqueologia Portuguesa, DGPC, Processo S-13488.

DIOGO, António Manuel Dias – *Intervenção arqueológica de emergência na Rua dos Correeiros: relatório preliminar*. Lisboa: [s.n.], 1991. Arquivo da Arqueologia Portuguesa, DGPC, Processo 91/1(044).

DIOGO, António Manuel Dias – *Relatório da intervenção arqueológica de emergência efectuada na Rua de São Nicolau, nº 107/111 em Lisboa*. Lisboa: [s.n.], 1998. Arquivo da Arqueologia Portuguesa, DGPC, Processo-12410.

DIOGO, António Manuel Dias – *Relatório das sondagens nº 2, 6, 7, 9, 10 da intervenção arqueológica de emergência efectuada na Rua dos Correeiros, em Lisboa (1991)*. Lisboa: [s.n.], 2001. Arquivo da Arqueologia Portuguesa, DGPC, Processo 91/1(044).

DIOGO, António Manuel Dias – *Relatórios das sondagens n.º 3, 11, 26 e 27 da intervenção arqueológica de emergência na Rua dos Correeiros, em Lisboa (1991)*. Lisboa: [s.n.], 2002. Arquivo da Arqueologia Portuguesa, DGPC, Processo 91/1(044).

FERNANDES, Lídia – *Acompanhamento arqueológico do Banco Nacional Ultramarino – Lisboa, Dezembro de 1998*. Lisboa: [s.n.], 1999. Arquivo da Arqueologia Portuguesa, DGPC, Processo S-12640.

MIGUEL, Lúcia – *Relatório dos trabalhos arqueológicos: diagnóstico arqueológico no antigo edifício Benetton (Rossio), Lisboa*. Lisboa: [s.n.], 2008. Arquivo da Arqueologia Portuguesa, DGPC, Processo S-30966.

NEVES, César Augusto – *Empreitada de construção do sistema de intercepção e câmaras de válvulas de maré do Terreiro do Paço (Lisboa): acompanhamento arqueológico: sondagens arqueológicas: relatório final*. Lisboa: Crivarque, 2012. Arquivo da Arqueologia Portuguesa, DGPC, Processo S-19383.

PARREIRA, Jorge – *Relatório final dos trabalhos arqueológicos: 3ª fase de remodelação do Terreiro do Paço, Lisboa: acompanhamento arqueológico*. Lisboa: [s.n.], 2013. Arquivo da Arqueologia Portuguesa, DGPC, Processo S-19383.

PIRES, Susana; SILVA, Inês Mendes da – *Relatório final dos trabalhos arqueológicos de sondagens arqueológicas no edifício Benetton (Rossio), Lisboa*. Lisboa: ERA Arqueologia SA, 2010. Arquivo da Arqueologia Portuguesa, DGPC, Processo S-30966.

SARRAZOLA, Alexandre; SIMÃO, Inês – *Relatório final dos trabalhos arqueológicos: Rua dos Sapateiros, 130-144, Rua da Assunção, 73-77 - Lisboa*. Lisboa: ERA Arqueologia SA, 2014. Arquivo da Arqueologia Portuguesa, DGPC, Processo S-34851.

SIMÃO, Inês – *Relatório dos trabalhos arqueológicos: Rua dos Sapateiros, 130-144, Rua da Assunção, 73-77: sondagens arqueológicas de diagnóstico*. Lisboa: ERA Arqueologia SA, 2013. Arquivo da Arqueologia Portuguesa, DGPC, Processo S-34851.

SIMÃO, Inês – *Relatório dos trabalhos arqueológicos de acompanhamento no Edifício Benetton - Rossio - Rua Augusta, nº 285-295 – Lisboa*. Lisboa: ERA Arqueologia SA, 2009. Arquivo da Arqueologia Portuguesa, DGPC, Processo S-30966.

ANEXO

APÊNDICE DOCUMENTAL

[séc. XVI], s.l.

Relação dos canos da cidade de Lisboa.

AML, *Livro dos pregos*, doc. 518, f. 333 a 335.

Estes sam os cannos que A nesta cydade de lix*bo*a//

*J*tem A cruz de cate que faras: huu*m* canno que Vem das cassas de Joam de fereira que se fez pe*r*a *ser*uemtya das ditas cassas som*en*te *e* mete se neelle hu*m* canno de serVemtya das cassas de Joam esteuez calaffate E outro canno que se mete neste das cassas de Joam de paiua *e* outro das casas de Jorge periz esp*r*yvam E a boqua do canno Vay sayr A praya *e* nam Reçebe As aguoas da[80] emxuRadas

*J*tem As cassas que fforam de esteuam Vaz tem huu*m* canno que vay ter A praya *e* he de sua seruemtya das suas casas//.

*J*tem Em cate que ffaras huu*m* canno das cassas que fforam do patram *e* serue se delle Alu*ar*o llujs pardo o quall canno se seruem trres cassas//.

*J*tem Jumto deste canno esta outro de seruemtya de çertas casas q*ue* Vay a boqu*a* da praya//.

Jtem huu*m* cano Ao postiguo de cate que ffaras que vem do poço do outeiro d*e*rre*i*to A praya *e* he de seruemtya do dito poço / e de certas casas que na Rua estam que tem poços d aguoa//.

*J*tem As cassas de dom alu*ar*o da costa tem hu*m* cano de sua seruemtya som*en*te *e* vay A praya//.

*J*tem[81] As casas de Ruj tellez tem huu*m* canno de sua *ser*uemtya q*ue* vem po*r* o canal de ffrand*e*s *e* mete se no cano da Rua dos ffornos *e* Algũas pouquas de casas do canal de fframd*e*s tambem tem seruemtya p*e*ra ele//.

[80] *Sic*.

[81] Na margem esquerda e em letra de punho diferente e de época posterior: são agora de Martim de Crasto.

Jtem hũa Azinhagua de seruemtya de aguoas que se toma no fumdo da Rua Das caujdes que vem sayr o canal de fframdes sobre a terra//.

[**f. 333v.**] *Jtem* E por esta seruemtya de aguoas vem huum canno das cassas de *chris*p*to*ução de tauora que he de gram ffedor quamdo elle poussa nellas//.

Jtem huum canno que vem de Samto esp*r*yto *e* vem por A Rua dos Fornos *e* emtra no canno Reall as varandas d el Rey noso s*e*nn*h*or o quall canno he de *ser*uemtya das casas da dita Rua E o canno de Ruj tellez nam tem boq*u*a por omde se tome aguoa das emxuradas//.

Jtem O canno Real que se começa de terras dos estaaos de ffora dos muros *e* Vem ao lomgo do Rosyo pella calldeirarja *e* por a Rua noua d ell Rey ao topo da Rua noua dos mercadores *e* pasa por baixo da casa de Çeita[82] *e* todas as casas por omde o dicto canno pasa tem *ser*uemtyas p*er*a o dito canno *e* este canno tem duas boquas na Rua noua dos mercadores por omde Reçebe as aguoas das emxuradas//.

Jtem huum bequo que vay da Rua dos ffornos que se chama de fernam guomez armeiro / nesta boqua esta hũa boqua de canno que Recolhe as aguoas do dito bequo *e* as lleua ao canno Reall *e* alguas casas tem seruemtya p*er*a elle//.

Jtem Na Rua noua d el Rey esta hũa trauesa que se chama d amoreira *e* tem hũa boqua de canno que Recolhe as aguoas da dita trauesa *e* de outras Ruas *e* duas moradas de casas tem cannos que vem a elles ter//.

Jtem Na Rua noua d el Rey Apegado com o poçinho esta hũa boqua de seruemtya de cano Real que reçebe as aguoas do dito poçynho da trauesa que vem da Rua do amJo//.

Jtem hũa trauesa que vem da Rua do amJo por detrras das casas que foram de Gil annes esta hũa boqua de cano que Reçebe todas as guoas[83] *e* as leua ao cano Reall//.

Jtem Ao poço do çham esta hũa boqua de cano que Reçebe as aguoas das Ruas *e* asy Reçebe as aguoas do dito poço *e* alguas casas q*ue* estam na dita Rua tem seruemtya p*er*a elle//.

Jtem Na Rua do poço dos namorados tem tres boq*u*as de canos p*er*a o cano Reall *scilicet* hũa da *ser*uemtya do dito poço *e* as duas que Recebem as agoas das emxuradas//.

Jtem A Rua de val*ver*de estam omze boq*u*as de canos que Reçebem as agoas das emxuradas p*er*a o cano Real *e* e*m* hũa destas boquas ve*m* hu*m* cano das casas de martjm de crasto esp*ri*vam//.[84]

[82] *Sic*.

[83] *Sic*.

[84] Reclamo: Na caldeiraria.

[**f. 334**] Jtem Na calderarya esta hũua boqua de canno que Reçebe As aguoas de çertas Ruas//.

*J*tem Dous cannos *s*c*ilicet* huu*m* do poço do Rosyo *e* outro do chaffarjz em que Vem ter Ao canno Real *e* o cano do poço Recebe as aguoas das emxuradas//.

*J*tem huu*m* canno Real que tem a boq*u*a o colegio de sam domj*n*guos *e* vem po*r* debaixo do dito colegio *e* moeste*i*ro e do espital de todolos samtos *e* por a betesga homde faz hũa boqua *e* vay po*r* a Rua da praça da palha / omde tem hũa boqua *e* por baixo da Rua do Arquo do Rosyo *e* vay emtrar no cano Real da[85] noua d el Rey *e* todas estas casas po*r* omde este cano pasa tem seruemtya pe*r*a elle//.

*J*tem E Asy tem o poço do boretem hu*m* cano que nelle e*m*tra E Asy se seruem Algu*n*s vizi*nh*os das Ruas que tem seruemtya pe*r*a este cano//.

*J*tem[86] As casas do doutor Joam pe*r*iz esta hũa boqua de cano que Recebe as Aguoas das emxuradas *e* da Rua E Asy as aguoas do poço que esta na dyta Rua *e* as leua a este cano Reall q*ue* vem po*r* baixo do espitall A quall Rua he da betesgua//.

*J*tem As casas de ffra*ncis*co ffig*uei*ra esta outra boqua de cano que Reçebe as Aguoas das emxuradas *e* as lleua ao dito cano Reall *e* Allgũas casas po*r* omde pasa tem s*er*uemtya p*er*a elle//.

*J*tem E pela Rua das Arquas vem cano q*ue* vem do llagar do mel *e* das casas de dom p*er*o sardinha *e* com outro cano q*ue* vem da Rua de llopo Jfamte *e* este cano uay ter[87]/ Ao cano Reall Jumto das casas de nuno ffern*amdez* esp*ri*vam da cam*a*ra / Este he some*m*te dos viz*inh*os//.

*J*tem A Rua do pay *e* seus ff*ilh*os tem huu*m* Cano q*ue* vay ter Ao cano Real o quall cano he some*m*te da seruemtya dos viz*inh*os//.

*J*tem hu*m* cano q*ue* vem do poço de sa*m* njcullao po*r* a Rua do callcado velho *e* pela Rua das mudas *e* vem ter a Rua das este*i*ras *e* core po*r* ela hu*m* llamço *e* neste lamço se mete*m* dous canos q*ue* Vam Ao dito cano e*m*trar no cano Real da Rua noua d el Rey o q*u*all cano e*m*tra homde esta hũa boqua na Rua das esteiras este cano he some*m*te s*er*ue*m*tya dos viz*inh*os po*r* omde ve*m* o dito cano//.

[**f. 334v.**] *J*tem huu*m* canno da corjarja *e* mete se nelle outro cano que vem das pedras Negras E ajumta se nest outro da timtoarja *e* core por a Rua omde se mete o outro cano q*ue* vem de hu*m* bequo que na*m* tem sayda que da mesma tymtoarja vem por a Rua do chamcudo *e* po*r* a Rua da saluagem *e* vay ter ao cano da Rua das esteiras onde emtra no cano Real da Rua noua d el Rey//.

[85] *Sic*.

[86] Na margem esquerda, com letra diferente e de época posterior: forão depois do D*ou*tor Anrrique D Orta E ora de sua molher.

[87] Segue-se palavra riscada: este.

*J*tem hu*m* cano q*ue* começa na Rua <de villa> noua dos mercadores *e* vay po*r* ella Abaixo homde e*m*tra outro cano da Rua de mata porquos *e* outro cano q*ue* Vem da Rua da salluagem *e* vem todos Jumtos e*m* huu*m* / na Rua noua dos mercadores *e* asy se mete outro cano q*ue* Vem po*r* a Rua noua de que tem seruemtya çertas casas da Rua noua//.

*J*tem Outro cano que vem da Rua da fferarja velha que se vem meter Aos degraaos da comçiçam omde se mete *e* outro cano gramde q*ue* vay po*r* a Rua que vem da villa noua ao poço da ffotea onde toma as aguoas do poço *e* as Asy toma outros canos que toma da Rua da Jubitarja E atrauesa o dito cano A Rua noua dos mercadores E a Rua da fferarja E po*r* debaixo das casas *e* carneçarjas E po*r* a Ribeira *e* vaj sair A praya A cara*m*[88] do cayz da pedra E p*er* omde este cano vem As mais das casas tem *ser*uemtia p*er*a elle//.

*J*tem hu*m* cano A sam mamede q*ue* vem po*r* debaixo das casas de dom dioguo de crasto E po*r* debaixo das casas de dona c*ater*ina *e* say sobre a terra A Rua de martjm alho *e* este cano he da seruemtia das aguoas de sam mamede *e* faz mujta çogidade sobre a terra omde say//.

*J*tem Outro cano que se comeca[89] na Rua de martim Alho *e* vem d*erei*to a porta da madanella homde se mete meio cano da corjarja *e* vay po*r* a Rua da orjvizarja *e* abaixo omde se mete meio cano da Jubetarja *e* vay ao pilourjnho velho omde se mete huu*m* cano d allffamdega *e* A çaram[90]das Duas portas da Ribeira se mete huu*m* canno que vem da fferarja *e* pasa po*r* baixo das casas nouas da cydade *e* po*r* a Ribeira omde ve*m*dem o pescado *e* todas estas casas po*r* omde este cano vem tem *ser*ue*m*tia p*er*a elle//.

*J*tem hu*m* canno que say da see que he da *ser*ue*m*tia dos coneguos que vem po*r* a porta de samto a*mtoni*o *e* vem ter a porta do mar *e* neste cano emtra hu*m* cano q*ue* vem das casas de p*er*o vaz da veiga *e* anbos Jumtos e*m* hu*m* say po*r* a porta do mar ate a praya *e* algũas destas casas po*r* omde ve*m* estes canos tem *ser*ue*m*tia p*er*a elle//.

[**f. 335**] *J*tem A porta do comde de portallegre esta hũa boqua de cano que Recebe as Aguoas das ditas Ruas *e* vay sair a Ribeira sobre a terra omde vemdem a mad*ei*ra//.

*J*tem huu*m* canno As casas de dom Jorge de caa *e* vem po*r* baixo da cadea *e* po*r* baixo do muro da cerq*u*a velha *e* po*r* baixo das casas *e* q*u*ymtais q*ue* ffora*m* de d*iogu*o llopez *e* po*r* baixo da e*m*trada *e* casas do bara*m* *e* po*r* a Judiarja piquena *e* vay sair ao molde nouo do chaffarjz d ell Rey *e* d ay vay sair ao mar com outros canos da *ser*uemtia do chafariz E estes canos tem *ser*uemtia A cadea *e* alg*ũ*as casas po*r* omde vem//.

*J*tem As cassas da se*nho*ra duquesa tem hu*m* cano q*ue* vem ter Ao cano da cadea *e* as casas do gouernador *e* tem *ser*uemtia p*er*a este cano

[88] *Sic.*

[89] *Sic.*

[90] *Sic.*

Jtem As ffreiras do moesteiro de nosa senhora do Rosairo tem hum cano Da Sua cozinha que say sobre a terra e he muito ffedoremto//.

Jtem As casas da Rainha nossa Senhora que samta glorja aJa tem hum cano que vem da sua cozinha e vem ter Abaixo da porta d allffofa e neste cano tem seruemtia o secretarjo e ffrancisco de matos e Joam d afomsequa[91].

Jtem hum cano que tem A boqua no bairo dos escollares que Vay por debayxo das casas do moesteiro do saluador e vay sair sobre A terra na Rua da Rigueira e o dito moesteiro e allgũas casas tem seruemtia pera elle//.

Jtem Abaixo deste cano no cabo da Rua da Rigueira e este cano tem hũa boqua que Reçebe as ditas aguoas e vay sair Jumto do chaffariz dos cauallos sobre a callcada/.

Jtem outro Cano que tem a boqua em hũa travesa que esta a praca dos canos que nam tem saida e vay per baixo das casas de francisco coRea que deus aJa e ora sam de manoel coRea seu filho e vay ter deffromte do chafarjz da pereira que esta a porta do mar

[91] Na margem direita: cano aa Porta d alfofa.

Ceuta: *muy bom sumydoiro de gente de uossa terra e darmas e de dinheiro*

Ceuta: *muy bom sumydoiro de gente de uossa terra e darmas e de dinheiro*

Natália Maria Antónia*

submissão/submission: 31/07/2015
aceitação/approval: 28/10/2015

RESUMO

A manutenção e defesa da praça marroquina de Ceuta, desde a sua conquista, em 1415, até à sua integração na Coroa de Castela, em 1656, gerou dilemas para alguns monarcas e originou opiniões contraditórias. A carta de D. João III enviada à Câmara de Lisboa, em 1534, pode entender-se como um testemunho das dúvidas e indecisões da Coroa Portuguesa quanto à política a seguir no norte de África. Neste artigo pretendemos, através de alguns indicadores numéricos sobre os recursos gastos com o abastecimento da praça marroquina de Ceuta, responder às seguintes questões: Ceuta foi realmente onerosa para o Reino de Portugal? Até que ponto os avultados custos aplicados na sua defesa e abastecimento se encontram indissociavelmente ligados às causas da sua conquista e fases de manutenção?

*DAM - Divisão do Arquivo Municipal, Departamento do Património Cultural, Direção Municipal da Cultura / Câmara Municipal de Lisboa, Portugal.

Natália Maria Antónia é licenciada em História pela Faculdade de História da Universidade Estatal de Voronej e Ph.D. em História pelo Instituto de História Universal da Academia das Ciências da União das Repúblicas Socialistas e Soviéticas (URSS). É especializada em Ciências Documentais – variante de Arquivo pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa e *Máster en Archivística* pela Universidade Carlos III de Madrid. Ingressou, em 1993, como Técnica Superior de História, na Câmara Municipal de Lisboa, exercendo, desde 1999, funções no Arquivo Municipal de Lisboa, onde tem desenvolvido vários trabalhos nas áreas da descrição, classificação e avaliação da informação arquivística.

Correio eletrónico: natalia.antonia@cm-lisboa.pt

PALAVRAS-CHAVE

Ceuta / Abastecimento de Ceuta / Defesa de Ceuta / Casa de Ceuta / Dez reais para Ceuta

ABSTRACT

The maintenance and defence of the Moroccan city of Ceuta, since its conquest, in 1415, to the integration into the Spanish Crown in 1656, caused dilemmas for some monarchs and contributed for contradictory views. The letter of D. João III sent to the Council of Lisbon in 1534, can be construed as a testimony of the doubts and indecision of the Portuguese crown on the policy to be followed in North Africa. This article aims, through some numerical indicators of resources spent on the Moroccan city of Ceuta, to answer the following questions: Ceuta was really expensive for the Portuguese kingdom? To what extent, the enormous costs invested in the defence and supply were indissolubly linked to the causes of the conquest and the maintenance phases?

KEYWORDS

Ceuta / Ceuta supply / Ceuta defence / House of Ceuta / Tributes for Ceuta

INTRODUÇÃO

A conquista de Ceuta, em 1415, "tradicionalmente apontada como ato inaugural da expansão"[1] portuguesa, foi um dos principais acontecimentos do reinado de D. João I. Mas foi também, na opinião do infante D. Pedro "muy bom sumydoiro de gente de uossa terra e darmas e de dinheiro"[2]. O país inteiro, inicialmente mobilizado para os preparativos da sua conquista foi, posteriormente, chamado a contribuir para a sua manutenção e defesa.

[1] THOMAZ, Luís Filipe F. R. – *De Ceuta a Timor.* 2ª ed. Lisboa: Difel, 1998. p. 21.

[2] "Do que sentya dos feitos de Çepta, per alguma vez, senhor, volo razoey; mas a conclusão he que, emquanto asy estiver ordenada como agora esta, que he muy bom sumydoiro de gente de uossa terra, e darmas e de dinheiro". Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT), Livro dos conselhos de D. Duarte, *Carta que o Infante D. Pedro mandou a el rei D. Duarte, de Bruges*, f. 38-39. [Em linha]. PT-TT-MSLIV-1928_m0098.TIF e m0099.TIF. [Consult. em 22/07/2015]. Disponível na Internet: http://digitarq.arquivos.pt/viewer?id=4248785.

Podemos afirmar que a política expansionista portuguesa no norte de África se caracterizou pela constante problemática relacionada com o abandono ou a permanência em Ceuta e, mais tarde, das outras praças marroquinas. A manutenção de Ceuta foi um dilema para o herdeiro do trono, D. Duarte, e para quase todos os monarcas que se lhe seguiram. Uma das causas deste dilema prendeu-se com os avultados custos da sua manutenção para o erário régio e para a população, tendo em conta as elevadas somas de dinheiro despendidas no seu abastecimento e o grande número de gentes que asseguravam a sua defesa.

São várias as fontes que suportam o estudo desta época da nossa história, começando pelas narrativas, das quais se destacam as crónicas de Gomes Eanes de Zurara. Para o presente artigo foram, acima de tudo, utilizados os documentos oficiais, os diplomas régios, tais como: cartas de doação, cartas de quitação, cartas de perdão e diplomas das chancelarias régias dirigidos à Câmara Municipal de Lisboa.

Partindo da contextualização da carta de D. João III enviada à Câmara de Lisboa, em 1534, fazemos uma incursão retrospetiva no tempo, para compreender, em primeiro lugar, se a manutenção de Ceuta foi realmente dispendiosa para a Coroa Portuguesa e, em segundo lugar, se as causas da sua conquista são as mesmas que justificam os elevados custos do seu abastecimento e defesa.

CONSULTA À CÂMARA DE LISBOA EM 1534

Como sublinha Maria Leonor García da Cruz, em estudo fundamental para o entendimento desta época da nossa história, D. João III ao herdar o trono, em 1521, vai herdar também "uma série de encargos e dificuldades, alguns acumulados de reinados anteriores, outros contraídos ao tempo de D. Manuel e por este deixados em testamento, a que se aliam obrigações para com membros da família real" e, principalmente, os encargos relacionados com "a canalização de recursos para a manutenção, crescimento e reorganização de uma complexa aparelhagem político-administrativa e financeira, no Reino e fora dele"[3].

É neste contexto de dificuldades económicas para o erário régio que, em 1521-1522, D. João III colocou a hipótese de abandono de algumas das posições portuguesas no norte de África[4]. Na sequência desta intenção de abandono, o monarca pediu autorização ao papa para desafetar os lugares de culto aí existentes e enviou cartas a consultar diversas personalidades e autoridades do Reino, entre as quais a Câmara de Lisboa. A maior parte das consultas e das respostas situa-se em determinados períodos: 1529 a 1530, 1534 e 1541[5]. Com estas

[3] CRUZ, Maria Leonor García da – As controvérsias ao tempo de D. João III sobre a política portuguesa no Norte de África. *Mare Liberum.* Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses. Nº 13 (jun. 1997) e Nº 14 (dez. 1997), p. 11. Separata.

[4] FARINHA, António Dias – *Os portugueses em Marrocos* [Em linha]. Lisboa: Instituto Camões, 1999. p. 53. [Consult. em 22/07/2015]. Disponível na Internet: http://www.emb-marrocos.pt/cache_bin/XPQdpKQXX848kSkFEXmqx8ZKU.pdf .

[5] Idem, *ibidem*, p. 58-59.

consultas, o rei pretendia estabelecer compromissos políticos e avaliar os meios com os quais poderia contar por parte das individualidades e entidades consultadas, ou seja, que recursos humanos e financeiros poderiam ser disponibilizados, quer a decisão recaísse no abandono das praças ou na sua manutenção.

Tal como o tinham feito os seus antecessores por diversas vezes no decorrer do século XV, D. João III sente a necessidade de uma reorientação da política portuguesa em Marrocos e de avaliar, com base na sua capacidade real, objetivos, estratégias e meios de ação hesitando entre uma manutenção de posições, uma intervenção bélica decisiva ou uma retirada estratégica[6].

Como referido por Maria Leonor García da Cruz, "a posição portuguesa em Marrocos condiciona de forma marcante todo o nosso século XVI, constituindo o problema do abandono ou manutenção das nossas praças tema de suma importância particularmente no reinado de D. João III"[7].

A carta de D. João III, datada de 25 de novembro de 1534[8], na qual solicita aos "Vereadores, procurador *e* procuradores dos mesteres" da Câmara de Lisboa parecer sobre a continuação da guerra no norte de África ao mesmo tempo que ordena a implementação de medidas de defesa em Ceuta para prevenir o ataque da frota do corsário Barba Roxa, não é um caso isolado, inserindo-se, pelo contrário, num epistolário de consultas muito vasto efetuado na primeira metade do século XVI[9]. Maria Leonor García da Cruz e Otília Rodrigues Fontoura, designam esta carta de D. João III como "carta-circular" ou "carta-padrão" de setembro de 1534, pois várias cartas de teor idêntico são enviadas aos diferentes fidalgos e prelados do Reino[10].

Esta carta dirigida à Câmara de Lisboa foi publicada na coletânea de documentos do Arquivo Municipal de Lisboa, elaborada pelo arquivista Eduardo Freire de Oliveira, nos finais do século XIX[11]. Como não conhecia,

[6] CRUZ, Maria Leonor García da, *op. cit.*, p. 6.

[7] CRUZ, Maria Leonor García da – Portugal e o norte de África no século XVI: a intervenção de Lourenço Pires da Távora, diplomata e homem de guerra, no problema da manutenção ou abandono das praças portuguesas. In *Actas das 1as Jornadas de História Moderna.* Vol. II. Lisboa: Centro de História da Universidade de Lisboa, 1986. p. 1061.

[8] Carta do rei D. João III à Câmara de Lisboa. AML, *Livro 2º de D. João III*, f. 157-158v.

[9] De acordo com o estudo de Maria Leonor García da Cruz, esta carta de D. João III pedindo pareceres sobre a política a seguir no norte de África e sobre o futuro de Safim e Azamor foi começada em Évora a 13 de setembro, conforme consta da cópia dirigida a Cristóvão da Távora, sofrendo, no entanto, um aditamento terminado a 28 de setembro. Este aditamento já faz parte da carta dirigida à cidade de Lisboa. Para o estudo detalhado destas missivas consultar a já citada obra da mesma autora: CRUZ, Maria Leonor García da – As controvérsias ao tempo de D. João III. *Mare Liberum.* Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses. Nº 13 (Jun. 1997) e Nº 14 (dez. 1997), p. 166. Separata.

[10] FONTOURA, Otília Rodrigues (OSC) - *Portugal em Marrocos na época de D. João III: abandono ou permanência?.* Funchal: Centro de Estudos de História do Atlântico, 1998. p. 126; ANTT, Gavetas, 15, maço 14, doc. 24, conforme indicado por esta autora.

[11] OLIVEIRA, Eduardo Freire de - *Elementos para a história do município de Lisboa.* Lisboa: Tipografia Municipal, 1932. vol. 1, p. 543-546.

nem se conhece ainda hoje, o teor da resposta a esta carta, este autor, não conseguindo fugir às já mencionadas controvérsias, avançou com uma hipótese:

> Qual o parecer da camara, em resposta a esta consulta que el-rei lhe dirigiu, não o sabemos. É de crer que concordasse na entrega das duas cidades, para não ir de encontro à vontade do monarcha, que entendia só assim poder alargar o domínio portuguez no Oriente. O abandono das importantes praças de Arzila, Safim e Azamor em Africa, que tanto sangue e tantos sacrifícios custaram, foi talvez a causa dos grandes desastres que depois sofreu o reino[12].

Em contradição com a opinião deste autor, está a carta do rei D. Sebastião à Câmara de Lisboa a informar sobre a sua chegada ao Algarve e da sua próxima partida para Ceuta e Tânger, de 20 de agosto de 1574. Na falta de documentos mais próximos da carta de D. João III, a de D. Sebastião evidencia não só o apoio da Câmara de Lisboa dado à política portuguesa no Norte de África, mas também que o mesmo servia de exemplo para as demais cidades do Reino:

> Mujto vos encomendo E mando que me siruaes e*m* tudo o q*ue* vos for possíuel como sempre fizestes em taes Casos e hé a mujta co*m*fiança q*ue* de vos tenho de q*ue* sempre terej aquela lembrança q*ue* he Razão E porq*ue* Do q*ue* nisto fizerdes pende o q*ue* todas as outras cidades E majs lugares de meus Rejnos deue fazer[13].

No que concerne à carta de 1534, D. João III evoca as dificuldades financeiras, decorrentes do cerco do xarife do sul do Magrebe à praça marroquina de Safim[14], que conjuntamente com toda a política expansionista na Índia e no Brasil se tornavam cada vez mais incomportáveis para o erário régio:

> [...] Vereadores, procurador e procuradores dos mesteres, Eu elRey vos envio muyto saudar. Pello cerquo que o xarife os dias passados asentou sobre a cidade de Safy com todo seu poder que he muy grande, e pela grande despesa que se fez em o socorer, e pela maneira de que estaa minha fazenda, se ofereceo ser mui necesario que vise e pratiquase se seria bem e meu serviço leixar-se aquela cidade, e asy azamor, de todo ou alguuã delas, ou se fiquaria soomete em cada huua dellas, ou em anbas fortaleza Roqueira pera o que noso senor ao diante mostrase paea seu serviço. Olhando ha muy grande despesa que no sostimento delas se faz, a que mynha fazenda nom pode tanbem soprir, por outras muy grãndes que se fazem com as outras vilas e lugares dafrica, e continuas armadas, e asy na defesa e conseruaçã da India, e outras muytas contra cosairos, e outras que conpre a meu seruiço e estado fora de meus Reinos, que sam muy grandes e necesarias[15].

[12] Idem, *ibidem*, p. 543.

[13] Carta do rei D. Sebastião à Câmara de Lisboa, de 20 de agosto de 1574. AML, *Livro 1º de consultas e decretos de D. Sebastião*, f. 128-129v.

[14] Safim tinha sido tomada aos mouros em 1508. FARINHA, António Dias, *op. cit.*, p. 59.

[15] Carta do rei D. João III à Câmara de Lisboa, de 25 de novembro de 1534. AML, Chancelaria Régia, *Livro 2º de D. João III*, f. 157.

Como podemos constatar, o rei alega várias vezes o enorme volume das despesas na defesa das fortalezas, sendo que, na já mencionada carta, aponta valores concretos: "E pera se leixare fortalezas Roqueiras, conuem muy grandes despesas no fazimento delas, por que o menos com que parecem que podem fiquar fortes passa de cem mil cruzados afora a defensam delas [das fortalezas]"[16]. Além do mais, caso a decisão recaísse na manutenção das praças marroquinas, ao rei também interessava que os seus súbditos assumissem a sua quota-parte dos custos, colocando a questão de forma aberta:

> […] *e* pois pera as soster nom pode ser com mynha fazenda por agora / parecendo vos que se deue*m* soster olhares o servico que meus naturaes *e* vasalos me deuem fazer *e* p*er* q*ue* maneira devo de servijr deles nisto de mais seu contentame*n*to p*er*a q*ue* tudo bem visto *e* olhado me determine e*m* cousa de que tamanha peena Recebo, soome*n*te em a p*ra*tiquar[17]/. […]

Ainda que o objeto do nosso artigo não incida sobre a política portuguesa no norte de África, importa referir que das posições marroquinas que Portugal mantinha nesta região D. João III, ouvindo e pesando todas as opiniões recebidas, optou por conservar Ceuta, abandonar Azamor e Safim em 1541 e, posteriormente, despejar Alcácer Ceguer e Arzila em 1549 e 1550, respetivamente[18].

Sabemos que já no século XV a devolução de Ceuta esteve várias vezes quase a ser efetivada[19], principalmente no momento crucial vivido após o desastre de Tânger, em 1437, quando os mouros exigiram a cidade como moeda de troca pela libertação do infante D. Fernando, que tinha ficado em cativeiro. Mas, nem nesta altura tal aconteceu. O infante D. Fernando acabou por morrer em Fez, em 1443[20].

Qual então a razão para nunca se ter abandonado Ceuta? Como explicar esta grande preocupação com a cidade? Como entender os tão avultados gastos com o seu abastecimento durante os séculos XV e XVI? Será que a resposta a estas questões está indissocialvelmente ligada às causas da sua conquista em 1415? Tentaremos explicar algumas razões, um pouco mais à frente neste artigo.

---

[16] Idem, *ibidem*, f. 157.

[17] Idem, *ibidem*, f. 157v.

[18] CRUZ, Maria Leonor García da – Portugal e o Norte de África no século XVI: a intervenção de Lourenço Pires da Távora, diplomata e homem de guerra, no problema da manutenção ou abandono das praças portuguesas. In *Actas das 1as Jornadas de História Moderna.* Vol. II. Lisboa: Centro de História da Universidade de Lisboa, 1986. p. 1065-1067.

[19] BRAGA, Paulo Drumond - A expansão no norte de África. In MARQUES, A. H. Oliveira (coord.) – *Nova história da expansão portuguesa: a expansão quatrocentista.* Lisboa: Estampa, 1998. vol. II, p. 265.

[20] Idem, *ibidem*, p. 266.

OS CUSTOS HUMANOS E FINANCEIROS DE CEUTA[21]

A grande importância da cidade de Ceuta para a Coroa Portuguesa e as despesas necessárias para a sua manutenção e defesa são realçadas, várias vezes, por D. João III, na carta enviada à Câmara de Lisboa:

> […] E por outras p*ar*tes fuy avisado que mandase poer boo*m* Recado na minha cidade de cepta porque o principal fundame*n*to do dito barba Roixa era vijr sobre ela / *e* por Cepta ser huũa cousa tam Jmportante a toda a *chris*p*t*indade, pareçe que deue ser asy ao que mandey logo acodir como pareceo que Compria por agora / E porque segundo estas novas conve*m* que se facam muy grandes despesas na garda dela *e* asy na dos outros lugares, vo lo quis fazer saber, por que vendo a necesidade que disto ha co*m* o mais que nesta Carta vos sprevo me poderdes milhor dar voso pareçer[22]/. […]

As dificuldades em manter uma praça cristã em território muçulmano, tendo em conta que o estado de guerra era permanente e que o seu sustento dependia totalmente do Reino, têm sido realçadas por vários historiadores, que se têm dedicado ao estudo de Ceuta[23]. António Dias Farinha considera-as "praças dispendiosas para o erário público"[24]. Luís Filipe Thomaz afirma que "Ceuta, isolada em território inimigo, era custosa de manter e os povos protestavam contra a despesa para que os obrigavam a contribuir"[25]. Também Maria Leonor García da Cruz, ao estudar o problema da manutenção ou abandono das praças portuguesas em Marrocos, sublinha "as despesas de uma guerra contínua"[26]. Isabel e Paulo Drumond Braga observam que "o abastecimento de Ceuta foi sempre um problema ao longo da presença portuguesa e, bem assim, no período espanhol"[27].

---

[21] Esta parte do artigo teve por base a investigação da autora, para uma tese de doutoramento. A tese defendida no Instituto de História Universal da Academia das Ciências da URSS, em dezembro de 1990, foi escrita em russo, nunca traduzida, nem publicada em Portugal. Tendo como base um exaustivo levantamento historiográfico e fontes impressas, consultadas em Lisboa e em Moscovo, na tese abordam-se as seguintes questões: as causas da expansão portuguesa; as três direções da expansão no século XV (norte de África, Ilhas Atlânticas e costa ocidental de África); a organização da expansão (iniciativa e financiamento das expedições); a composição social dos participantes; a administração dos territórios ocupados; e a influência na situação socioeconómica de Portugal. Como é óbvio, tendo passado 25 anos após a defesa da tese, para poder utilizar alguns dos excertos relativos a Ceuta, foi necessário proceder a uma atualização bibliográfica. АНТОНИА, Наталия Мария - Начальный этап колониальной экспансии Португалии в XВ в. (На правах рукописи). Академия Наук СССР/Институт Всеобщей Истории: Москва, 1990. [ANTÓNIA, Natália Maria - *O início da expansão colonial portuguesa no século XV.* Moscovo: [s.n.], 1990. Tese de doutoramento, apresentada na Academia das Ciências da URSS/Instituto de História Universal.

[22] AML, *Livro 2º de D. João III*, Carta do rei D. João III à Câmara de Lisboa, de 25 de novembro de 1534, f. 158.

[23] DÁVILA, Maria Barreto - O Infante D. Henrique e a gestão dos "Dez Reais para Ceuta". In MATOS, Artur Teodoro de; COSTA, João Paulo de Oliveira e (coord.) - *A herança do Infante.* Lisboa: CML; CEPCEP; CHAM, 2011. p. 346-347.

[24] FARINHA, António Dias, *op. cit.*, p. 55.

[25] THOMAZ, Luís Filipe F. R., *op. cit.*, p. 170.

[26] CRUZ, Maria Leonor García da – Portugal e o norte de África no século XVI: a intervenção de Lourenço Pires da Távora…, p. 1062.

[27] BRAGA, Paulo Drumond – O abastecimento de uma cidade portuguesa de além-mar: Ceuta (1415-1580). *Cuadernos del Archivo Municipal de Ceuta.* Ceuta: Consejería de Educación y Cultura. (1997), p. 107. Separata; BRAGA, Isabel M. R. Drumond; BRAGA, Paulo Drumond - Ceuta portuguesa (1415-1656). p. 81; BRAGA, Paulo Drumond – *Uma lança em África: história da conquista de Ceuta.* Lisboa: A Esfera dos Livros, 2015. p. 56.

Tal abastecimento processava-se de duas maneiras. Em primeiro lugar, por aquilo que os próprios habitantes da cidade conseguiam, e neste caso entram dois tipos de atividades, "o corso e as almogarevias"[28]. A outra fonte de abastecimento provinha do Reino e de outras zonas europeias, como por exemplo da feitoria da Andaluzia desde o início do século XVI e depois com Filipe II[29].

Tendo em conta que o objeto do nosso artigo se prende com as despesas por parte do Reino, façamos então uma breve retrospetiva dos gastos com meios humanos e materiais, desde a conquista de Ceuta, em 1415, no reinado de D. João I, até ao reinado de D. João III, mas incidindo principalmente no século XV.

Os custos humanos ("gente")

De acordo com o primeiro numeramento da população, realizado entre 1527-1532 e ordenado por D. João III, Portugal contava, no início do século XVI, com pouco mais de um milhão de habitantes (1 211 108), sendo considerado, no contexto europeu, um país pouco populoso e com um acentuado desequilíbrio na distribuição regional da população[30]. Alguns historiadores portugueses têm conjeturado que a população portuguesa oscilou, nos séculos XIV e XV, entre 1 500 000 e 850 000 habitantes[31]. Também D. Pedro, no seu parecer de 1435, sobre a intenção de conquistar Tânger, afirmava ser Portugal um "reino tão despovoado e tão minguado de gente":

> […] Mas posto caso que pasases he tomaseis Tangere he Alcacere he Arzila queria Senhor saber que lhe fareis porque povoar delos com reino tam despovoado he tam minguado de gemte como he este nosso he inposivel he se o quiseseis fazer seria torpe comparaçam como de quem perdese boa capa por mao capelo pois hera certo perder se Portugal he não se ganhar Afrequa […][32].

Não sendo o demográfico um fator determinante, pode no entanto ajudar a explicar as dificuldades de recrutamento de "gente" para as armadas[33]. Embora a preparação da armada de Ceuta não seja o objeto do

[28] BRAGA, Paulo Drumond – O abastecimento… *Cuadernos del Archivo Municipal de Ceuta.* Ceuta: Consejería de Educación y Cultura. (1997), p. 107. Separata.

[29] Idem, *ibidem*, p. 120; FARINHA, António Dias, *op. cit.*, p. 53.

[30] SERRÃO, José – Demografia portuguesa na época dos Descobrimentos e da expansão. In ALBUQUERQUE, Luís (dir.) - *Dicionário de História dos Descobrimentos.* Lisboa: Círculo de Leitores, 1994. vol. 1, p. 343.

[31] MATTOSO, José; SOUSA, Armindo de – A monarquia feudal (1096-1480). In MATTOSO, José (coord.) - *História de Portugal.* Lisboa: Círculo de Leitores. 1993. vol. 2, p. 328.

[32] Parecer ou conselho que o infante D. Pedro deu ao rei D. Duarte a respeito da expedição que aquele tencionava fazer a África contra os mouros. [1435]. Portugal, Torre do Tombo, Gavetas, Gav. 2, mç. 7, n.º 2. In *As gavetas da Torre do Tombo.* Lisboa: Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, 1960. vol. 1, p. 829-832.

[33] O assunto dos custos materiais e humanos das expedições foi desenvolvido por BARROS, Amândio - A preparação das armadas no Portugal de finais da Idade Média. *Revista da Faculdade de Letras. Historia.* Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto. 2ª Série Nº VII (1990), p. 101-132.

presente artigo, convém referir que a frota se preparou em Lisboa, tendo ficado o infante D. Pedro responsável pela tarefa de recrutar homens no centro e sul do país. Reunida em Lisboa, onde se juntou a "gente" alistada no Porto pelo infante D. Henrique, a frota segue para Lagos, de onde parte para Ceuta, que é conquistada a 21 de agosto de 1415[34].

A preocupação com a defesa e abastecimento de Ceuta surge imediatamente depois de conquistada a cidade, logo no momento em que o rei reúne o seu conselho para escolher o capitão da mesma. A escolha recaiu na figura de D. Pedro de Meneses, que vai ter a tarefa de a defender e manter de 1415 a 1437, tal como nos relata Zurara na sua *Crónica do Conde D. Pedro de Meneses*:

> [...] E compre, que tal e tamanha Cidade não estê vazia, mas bem fornecida e acompanhada de gente, e ainda de tal maneira, que se per ventura os inimigos sobre ela vierem, achem quem lhes empache o danno que lhe podem fazer; e isto convém, que seja em tamanho número que posto lhe tan asinha não venha socorro, que se possa manter [...] assy que por estas razões, avendo-se a Cidade de manter, compre ser bem abastecida, assim de gentes, como de mantimentos, assy cumpridamente como se cada dia esperasse por novo cerco [...][35].

A cidade era defendida pelos fronteiros (de «homens de fronteira»), grupo de fidalgos e outros nobres pertencentes à casa do capitão ou de outros grandes senhores, ou ainda à própria casa real, tendo à cabeça o capitão. Também sabemos que, em 1415, D. João I deixou em Ceuta um contingente de 2500 homens[36]. De acordo com as *Ordenações Afonsinas* de 1447, sabemos que o rei recrutava para ao seu serviço 4918 besteiros[37], entre os "homees de mester, a saber çapateiros, alfayates, ferreiros, carpinteiros, almocreves, tanoeiros, regataaes, e outros quaieesquer mesteiraaes, que achardes, com tanto que sejam casados, e nom sejam lavradores"[38]. Assim, partindo do princípio de que esse número não tenha variado muito ao longo dos anos seguintes, podemos deduzir que cerca de metade foi destacada para defender Ceuta.

O recrutamento de besteiros para servir em Ceuta não foi uma questão pacífica, tendo motivado queixas das cidades em Cortes. A título de exemplo, veja-se a cidade de Guimarães, que se queixava nas Cortes de Évora, em 1442, que apesar de que os besteiros só deveriam servir um ano em Ceuta, na maior parte dos casos eram lá deixados, por mais tempo, chegando às vezes a 5 anos: "... estes que asy vãao por huu anno o uoso capitam que

[34] NUNES, Maria Teresa Alvarez - Ceuta. In ALBUQUERQUE, Luís (dir.) - *Dicionário de História dos Descobrimentos.* Lisboa: Círculo de Leitores, 1994. vol. 1, p. 236.

[35] ZURARA, Gomes Eanes de – Crónica de D. Pedro de Meneses. In SERRA, José Correia da (coord.) - *Collecção de livros inéditos portugueses dos reinados de D. Afonso V, D. Duarte, D. Afonso V e D. João II* [Em linha]. Lisboa: Academia Real das Sciencias, 1792. vol. 2, p. 225. [Consult. Em 22/072015]. Disponível na Internet: http://purl.pt/307/4/hg-8683-a/hg-8683-a_item4/hg-8683-a_PDF/hg-8683-a_PDF_24-C-R0150/hg-8683-a_0000_capa-capa_t24-C-R0150.pdf .

[36] BRAGA, Isabel M. R. Drumond; BRAGA, Paulo Drumond, *op. cit.*, p. 53.

[37] *Ordenações Afonsinas.* Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1984. livro 1, titulo 68, 69, p. 411, 438-447.

[38] Idem, *ibidem*, p. 411.

por vos tem a dita çidade depois que os ditos beesteiros sam lla os nom leixa vijr salvo dous três quatro e cinco". E que por esta razão no Reino morriam as suas mulheres, os filhos e perdiam-se os seus bens. Pede-se que, logo passado o ano de serviço, fossem enviados para as suas casas[39].

Além do mais, e ainda que as *Ordenações Afonsinas* o proibissem, de acordo com os capítulos das Cortes de Évora, em 1444, os procuradores da cidade de Silves queixavam-se que os lavradores eram recrutados para besteiros, em vez de "constranger aquelles que som piãaes e beesteiros e homeens darmas e outras perssoas em que cabe tal constrangimento, os escusam por os ssenhores com que viuem e os rreleuam, e constrangem os lauradores e criadores da dicta cidade e seus termos e pastores de gaados, no que a dicta cidade rrecebe agrauo"[40].

Idênticas queixas são apresentadas pelo concelho de Loulé, nas Cortes de Lisboa de 1455, afirmando que era recrutada "gente para socorro da nossa çidade de Cepta", que eram lavradores e criadores de gado[41]. Também o procurador da cidade de Tavira, nas Cortes de Lisboa de 1456, se queixava que eram recrutados para besteiros e para outros cargos lavradores que continuamente lavravam e semeavam a terra e produziam um moio de trigo ("pam"), e que tal facto trazia prejuízo para o país[42].

Para colmatar estas dificuldades na angariação de pessoas, primeiro para participar nas armadas e depois para assegurar a defesa dos territórios conquistados, foi necessário recorrer a outras formas de recrutamento, nomeadamente a homiziados e a degredados, uma prática semelhante aos coutos dos homiziados do Reino.

As penas por crimes graves, tais como de homicídio, falsificação de moeda e adultério, eram comutadas por degredo em Ceuta. Nas *Ordenações Afonsinas*, o Título 84 do Livro V, regulava o que devia praticar o capitão de Ceuta com os presos e homiziados e o Título 114 estabelecia que o degredo em Ceuta fosse comutado para metade da pena atribuída no Reino. As penas por açoites eram comutadas para dois anos de degredo e as dívidas pagas pelo soldo de Ceuta[43].

Verifica-se, assim, que foi através das cartas de perdão ou de comutação de penas que muitas vezes se assegurou a defesa de Ceuta e depois de Tânger[44].

[39] Capítulos de Guimarães apresentados em Cortes, 22 de fevereiro de 1442. Chancelaria de D. Afonso V, *Livro 23*, f. 54v. In AZEVEDO, Pedro de – *Documentos das chancelarias reais anteriores a 1531 relativos a Marrocos.* Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa, 1915. vol. 1, doc. 160, p. 195-196.

[40] Representação da cidade de Silves nas cortes de Évora, de 24 de março de 1444. ANTT, *Cortes*, Suplemento nº 4, doc. 42. In MONUMENTA HENRICINA (MH). Coimbra: Comissão Executiva das Comemorações do V Centenário da Morte do Infante Dom Henrique, 1967. vol. 8, doc. 89, p. 146-148.

[41] Extrato dos capítulos de Loulé, de 31 de março de 1455. ANTT, Chancelaria de D. Afonso V, *Livro 15*, f. 145. In AZEVEDO, Pedro de – *Documentos das chancelarias reais ant eriores a 1531 relativos a Marrocos.* Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa, 1934. vol. 2, doc. 252, p. 262.

[42] Capítulos de Tavira apresentados em Cortes, de 15 de junho de 1456. ANTT, Chancelaria de D. Afonso V, *Livro 13*, f. 110. In Idem, *ibidem*, 2, doc. 363, p. 405.

[43] *Ordenações Afonsinas.* livro 5, títulos 84, 114 [Em linha]. [Consult. 22 de julho de 2015]. Disponível na Internet: http://www.ci.uc.pt/ihti/proj/afonsinas/l5pg377.htm. Edição fac-simile.

[44] Na nossa tese de doutoramento, já referida na nota 21, foram analisadas cerca de 600 cartas de perdão, publicadas por Pedro de Azevedo.

De acordo com a nossa investigação, não foi possível determinar a origem social de alguns destes homiziados, pois, na maior parte das vezes, são indicados apenas como "moradores", mas sabemos que são quase sempre oriundos das grandes cidades. Mas, temos uma grande representação de profissões: sapateiros, tecelões, ourives, alfaiates, oleiros, mercadores e até de médicos, cantores e pintores. Tal facto não é de estranhar, pois todas estas profissões eram muito necessárias para manter o natural desenvolvimento socioeconómico das cidades conquistadas.

Vejamos apenas dois exemplos, um do Porto e outro de Lisboa: 1) carta de 23 de junho de 1435, concedida pelo rei D. Duarte, a perdoar Martim Gonçalves, morador no Porto, escudeiro do infante D. Henrique, comutando a pena de agressão a um homem, pelo serviço de dois anos em Ceuta: "contanto que elle nos uaa seruir, per sseu corpo, aa nossa çidade de Çepta dous anos conpridos"[45]; 2) carta de perdão, concedida em 21 de fevereiro de 1439, a Diogo Rodrigues, mercador de Lisboa, acusado da morte de um homem, com obrigação de servir sete anos em Ceuta[46].

Os custos financeiros ("dinheiro")

Tal como as gentes, também o dinheiro era escasso, pois já nos finais do século XIV, as guerras com Castela tinham sugado os recursos económicos da Coroa Portuguesa.

Para colmatar as dificuldades do erário régio e, ainda antes da conquista de Ceuta, D. João I vai ter de tomar algumas medidas. Uma delas foi a diminuição das despesas da sua corte, em 1402, tal como se pode constatar na "Lista da redução de pessoal da casa de el-rei D. João I, da rainha, D. Filipa, e dos infantes seus filhos, decretada pelo monarca com seu Conselho para diminuição das despesas"[47]. Mas, como estas medidas causavam algum incómodo no seio da nobreza mais próxima do monarca, logo em abril de 1408, acordaram as Cortes reunidas em Évora em se restabelecer por cinco anos o terço das sisas abolido, sendo aplicada a importância, parte para sustentar as casas dos infantes, parte para adquirir bens para aumento delas, alegando o rei dispor de "…pequenas rrendas que ha e os grandes encarregos que tem (…)". No mesmo documento é citado um empréstimo feito anteriormente nas Cortes de Santarém em 1406[48].

[45] Carta de el-rei D. Duarte, a perdoar a Martim Gonçalves, de 23 de junho de 1435. ANTT, Chancelaria de D. Duarte, *Livro 3*, f. 66v. In MH, Vol. 5, doc. 77, p. 160-162.

[46] Carta de perdão a Diogo Rodrigues, de 21 de fevereiro de 1439. Chancelaria de D. Afonso V, *Livro 18*, f. 40v. In AZEVEDO, Pedro de, *op. cit.*, vol. 1, doc. 12, p. 47-48.

[47] Lista da redução de pessoal da casa de el-rei D. João I, de [1402], ANTT, *Coleção de S. Lourenço*, vol. 1, f. 25 e ss. In MH. vol. 1, doc. 122, p. 280-293.

[48] Montagem das casas dos infantes D. Duarte, D. Pedro e D. Henrique, de 7 de abril de 1408. ANTT, *Aditamento de Cortes*, f. 104. In Idem, *ibidem*, doc. 134, p. 316-318.

Para a conquista de Ceuta foram necessários avultados recursos. Como nos testemunham os capítulos apresentados nas Cortes de Évora pelos procuradores da cidade do Porto, em 1439, ainda estava por efetuar o reembolso dos dinheiros devidos pela compra de mantimentos para a armada de Ceuta: "em esta çidade sam deuidos mujtos dinheiros asy darneses como de llanças, ferro, madeiras, pam, vjnho, carnes, Jornaaes, cordoarias que foram filhadas pera armada de Çepta"[49]. Esta reivindicação repete-se nas Cortes de 1441[50].

Na resposta às queixas da cidade do Porto, o rei D. Duarte salienta a participação da cidade na conquista de Ceuta e realça que a mesma sempre serviu "muj lealmente com os corpos e com os aueres. E veendo elrrey esto em como ouve em ella /cidade do Porto/ grande poderio de naaos quando forom a Cepta que forom bem lxx [70] naaos e barchas afora outra mujta fustalha que nõ sabees huu soo lugar na Espanha de que tam poderosa armada pudera sair"[51].

O facto de o infante D. Henrique, filho do rei, ter sido designado provedor de Ceuta, pela carta régia de 18 de fevereiro de 1416[52], também demonstra a importância desta praça para a Coroa Portuguesa. Através desta carta, onde D. João I já se intitula "rrey de Portugal e do Algarue e senhor da çidade de Çeuta", comunica-se ao país a designação no cargo: "Fazemos saber que nos demos encargo ao jfante dom Henrrique, duc de Viseu e ssenhor da Couylhãa, meu filho, de todallas cousas que conprem pera a dicta çidade de Çeuta e pera sua defenssom". Esta carta é extremamente importante, pois nela refere-se a utilização de bens da Igreja e das Ordens Militares Religiosas para a manutenção e defesa de Ceuta:

> […] E porem mandamos a Johane Meendez, nosso corregedor da corte, que tem encargo de fazer rrecadar os direytos e rrendas do meestrado de Santiago e do arcebispado de Lixboa e dos outros bispados e da camara apostólica e doutras cousas que sam hordenadas para despesa da dicta çidade de Çepta e outros a todollos nossos contadores e almoxarifes e rreçebedores e escpriuãaes e outras pessoas a que o rreçebimento e conhecimento detas cousas e doutras quaesquee que som ou forem pera despesa da dicta çidade de Çepta pertencer, que façam e despendam todo aqueloo que lhes o dicto ifante dom Henrrique mandar fazer e despender, per suas cartas e aluaraaes, asy como se nos mesmo lho mandássemos fazer e despender[53].

[49] Capítulos apresentados em Cortes (extrato) pela cidade do Porto, de 21 de fevereiro de 1439. ANTT, Chancelaria de D. Afonso V, *Livro 23*, f. 56. In AZEVEDO, Pedro de, *op. cit.*, vol. 1, doc. 23, p. 49.

[50] FARO, Jorge – *Receitas e despesas da fazenda real de 1384 a 1481: subsídios documentais.* Lisboa: INE, 1965. p. 66.

[51] Capítulos especiais do Porto em Cortes, de 4 de abril de 1436. Chancelaria de D. Duarte, *Livro 1*, f. 182v. In AZEVEDO, Pedro de, *op. cit.*, vol. 2, doc. 4, p. 7.

[52] Carta de el-rei D. João I, a comunicar ao país haver confiado ao infante D. Henrique o provimento e defensão da cidade de Ceuta, de 18 de fevereiro de 1416. ANTT, Chancelaria de D. João I, *Livro 5*, f. 91v. In MH, vol. 2, doc. 116, p. 240-241.

[53] Idem, *ibidem*, doc. 116, p. 240-241.

A Casa de Ceuta, instituição responsável de todos os negócios desta praça-forte marroquina, dispunha de um vasto conjunto de funcionários, entre os quais, recebedores, tesoureiros e almoxarifes[54]. Era nesta instituição, ainda designada como "casa do dessenbargo da nossa çidade de Çepta"[55], que se concentrava o cereal, o dinheiro e qualquer outro produto que no Reino ou fora dele se recolhia com destino a esta praça marroquina.

Uma das primeiras referências documentais à Casa de Ceuta data de 1434. Trata-se da carta de confirmação, por D. Afonso V, em 10 de março de 1439, de uma outra carta de D. Duarte de 19 de janeiro de 1434, autorizando a Gil Vasques, empregado da "casa de Çepta", o uso de armas[56]. De acordo com António Dias Farinha, a Casa de Ceuta só foi extinta em 1770, depois do abandono de Mazagão, a última possessão portuguesa no Magrebe[57].

Numa carta de D. Duarte, datada de 22 de novembro de 1436, também se menciona a Casa de Ceuta. A carta concede a Antão Eanes, tanoeiro de Lisboa, enquanto exercer o seu ofício na mesma instituição, o privilégio de não ser tomado como besteiro para o serviço de Ceuta. Os privilégios aos tanoeiros justificavam-se porque eram eles que, nesta Casa, preparavam os vasilhames de madeira, então usados, tanto em líquidos como em sólidos, para o envio de mantimentos para aquela praça: "cousas que som necesaryas pera proujmentos dos que estam em Çepta asy hé de louça pera lhes leuarem mantimentos"[58].

As cartas de quitação são um valioso testemunho dos procedimentos de arrecadação dos dinheiros e mantimentos para a cidade de Ceuta. Desta forma, sabemos que muitas eram as cidades do Reino que estavam obrigadas a contribuir com géneros e dinheiros.

No almoxarifado de Beja, no ano de 1439, cujo recebedor era Diogo Gonçalves Bocarro, "teue carguo per nosso mandato, de rreçeber rremdas e direitos", foi disponibilizada a soma de "três contos e 500 000 libras a Gonçalo Pacheco, tesoureiro das cousas de Ceuta, para compra de carnes" e "36 050 libras a Martim Afonso, carpinteiro e morador na cidade de Ceuta, em parte de pago de 9444 reais, que lhe eram devidos de soldo e mantimento"[59].

[54] LUZ, Francisco Mendes da Luz – A Casa de Ceuta. In SERRÃO, Joel (dir.) - *Dicionário de História de Portugal.* Porto: Livraria Figueirinhas, 1984. vol. II, p. 46.

[55] Emprazamento de umas casas em Lisboa, de 3 de abril de 1450. ANTT, Chancelaria de D. Afonso V, *Livro 34*, f. 50v. In AZEVEDO, Pedro de, *op. cit.* vol. 1, doc. 126, p. 594.

[56] Carta de El Rei D. Duarte a Gil Vasques, de 19 de janeiro de 1434. Transcrita pela Carta de 10 de março de 1439. ANTT, Chancelaria de D. Afonso V, *Livro 18*, f. 71. Idem, *ibidem*, vol. 1, doc. 26, p. 52.

[57] FARINHA, António Dias, *op. cit.*, p. 53.

[58] Carta de el-rei D. Duarte, a privilegiar Antão Eanes, de 22 de novembro de 1436. ANTT, Chancelaria de D. Afonso V, *Livro 19*, f. 7, inserta na de confirmação da regência de 15 de março de 1439. In MH, vol. 5, doc. 146, p. 350-351.

[59] Excertos da carta de quitação, passada pelo regente D. Pedro a Diogo Gonçalves Bocarro, da receita e despesa do almoxarifado de Beja do ano de 1439, de 13 de janeiro de 1440. ANTT, Guadiana, *Livro 4*, f. 64. In Idem, *ibidem*, vol. 7, doc. 30, p. 42.

Na cidade de Lisboa, durante 18 meses, desde o dia 1 de julho de 1437 a 1 de janeiro de 1439, além do dinheiro recebido dos judeus de Sintra (7 700 libras) para pagar aos ferreiros de Ceuta, muitos foram os produtos recebidos. A carta de quitação a Álvaro Anes, de 8 de agosto de 1440, refere uma lista exaustiva com os nomes de quem entrega, tipos de produtos e a zona de proveniência. De entre estes produtos destacam-se os cereais (trigo, cevada, centeio e milho) do termo de Santarém e de Vila Franca; cascos de toneis e cascos de pipas, da alfândega de Lisboa; peixe, de Pederneira; biscoito, vinho e vinagre, de outros lugares do Reino[60].

Também as receitas dos reguengos de Santa Catarina (de Ribamar), no termo de Lisboa, foram na totalidade cedidas pelo rei D. Afonso V, em 1449, para as despesas da cidade de Ceuta[61].

Ainda referente a Lisboa, uma outra carta de quitação, de 1 de maio de 1456, outorgada a Gonçalo Pacheco, tesoureiro-mor das "cousas" de Ceuta nesta cidade, enumera tudo o que este oficial régio recebeu e despendeu nos anos de 1451 e 1452. Enumeram-se significativas somas recebidas e, também, a quantidade de trigo arrecadado: em 1451, 341 953 reais e 360 moios e 12 alqueires de trigo; em 1452, 312 627 reais e 407 moios e 46 alqueires de trigo; designam-se os empregados da Casa de Ceuta aos quais foram pagos mantimento e vestuário (tesoureiro-mor, contador, escrivão do dito tesoureiro, escrivão da fazenda e homens da casa de Ceuta); referem-se verbas com despesas na compra de mantimentos (peixe seco e salgado, carne salgada, vinhos, etc.); despesas com toneis e pipas; e verbas com pagamento de fretes, calças, e reparações de navios, que tinham transportado mantimentos, cascaria, armas, cavalos e gente para Ceuta"[62].

Alguns dos dinheiros recebidos, entre 1444 e 1445, nos almoxarifados de Ponte de Lima e Guimarães também foram empregues no pagamento de fretes de navios para transportar os cereais e outros mantimentos para Ceuta[63].

No Alentejo, na cidade de Beja, entre 1451 e 1452, também foram arrecadados 247 528 reais, os quais foram despendidos na compra de cereais (centeio de Moura), na compra de carne do Torrão e no pagamento do respetivo transporte para o Algarve e daí, em barco, para Ceuta[64].

[60] Quitação a Álvaro Anes, recebedor das cousas de Ceuta, de 8 de agosto de 1449. ANTT, *Livro 10 da Extremadura*, f. 104v. ANTT, Chancelaria de D. Afonso V, *Livro 20*, f. 147v. In AZEVEDO, Pedro de, *op. cit.*, vol. I, doc. 131, p. 164-168.

[61] Carta de el-rei D. Afonso V, a privilegiar Álvaro Gonçalves, escrivão dos reguengos de Santa Catarina (de Ribamar), no termo de Lisboa, os quais o monarca dera para as despesas de Ceuta. ANTT, Chancelaria de D. Afonso V, *Livro 11*, f. 154v. In MH, vol. 10, doc. 3, p. 5.

[62] Carta de quitação a Gonçalo Pacheco, de 1 de maio de 1456. Chancelaria de D. Afonso V, *Livro 1*, f. 78. In MARQUES, João Martins da Silva – *Descobrimentos portugueses.* Lisboa: Instituto para a Alta Cultura, 1945. Sup. vol. 1, doc. 1159, p. 569-571.

[63] Carta de quitação a Diogo Afonso Malheiro, contador dos almoxarifados de Guimarães e Ponte de Lima, de 20 de setembro de 1450. ANTT, Chancelaria de D. Afonso V, *Livro 34*, f. 162v. In Idem, *ibidem*, doc. 218, p. 337-338.

[64] Carta de quitação feita a Gil Vaz contador das cousas de Ceuta, de 13 de março de 1453. ANTT, Chancelaria de D. Afonso V, *Livro 13*, f. 93v. In AZEVEDO, Pedro de, *op. cit.*, vol. 2, doc. 145, p. 153-155.

Como vimos, através de alguns exemplos concretos, de norte a sul, todo o país foi obrigado, quer em géneros quer em dinheiro, a contribuir para as despesas de Ceuta.

Os pedidos e pedido e meio

Em momentos de grandes dificuldades financeiras, quando as receitas públicas ou os tesouros acumulados no erário público se mostravam insuficientes para fazer face às despesas régias, os monarcas portugueses socorreram-se de outras fontes de financiamento, tais como o lançamento dos "pedido" e "pedido e meio". Tratava-se de um imposto extraordinário obrigatoriamente lançado em reunião das Cortes, tendo em conta que abrangia todo o país[65]. A regulamentação da cobrança do pedido e meio para financiar a armada de Tânger foi promulgada através da Ordenação de 21 maio de 1436, resultante das Cortes de Évora desse mesmo ano[66]. Nela indicavam-se os procedimentos de arrecadação que deviam seguir os recebedores dos tributos e a Câmara de Lisboa[67]:

> […] Hordenaçom per que se tirou o pidido e meo na cidade de Lixboa e seu termo, o quall ffoy outorgado a El Rey Dom Eduarte nosso senhor nas cortes que e fez em a cidade d'Euora na era de 1436 pera armada em que a Deos prazendo he hordenado que baam os senhores Iffantes Dom Anrrique e Iffante Dom Fernando seus Irmãos e conde d'Arrayollos seu sobrinho, do qual pidido e meo teue carrego de o fazerem tirar na decta çidade e termo Bertollameu Gomez[68].

Os dez reais para Ceuta

Outro imposto extraordinário, criado especificamente para contribuir para os gastos da defesa e manutenção desta praça marroquina, foi o dos "10 reais para Ceuta". Era apenas cobrado nos almoxarifados do norte[69], tendo em conta que as gentes das províncias mais vizinhas daquela praça africana, ou seja do sul do país, contribuíam de forma direta, ora enviando gente ora facilitando fretes. Como já vimos, tais receitas eram administradas

---

[65] GONÇALVES, Iria – Pedido. In SERRÃO, Joel - *Dicionário de História de Portugal*. Porto: Livraria Figueirinhas, 1984. vol. V, p. 27.

[66] Ordenação de junho de 1418 para se arrecadar um pedido, aplicada ao pedido e meio para a armada de Tânger, com alterações de D João I e de D. Duarte, em março de 1436. ANTT, Chancelaria de D. Duarte, *Livro 2*, f. 43v. In AZEVEDO, Pedro de, *op. cit.*, vol. 1, doc. 40, p. 493-502.

[67] Ordenação para se tirar o pedido e meio em Lisboa para a armada de Tanger, de 21 de maio de 1436. ANTT, Chancelaria de D. Duarte, *Livro 2*, f. 43. Idem, *ibidem*, vol. 1, doc. 41, p. 503-504.

[68] SANTOS, Domingos Maurício Gomes dos – *D. Duarte e as responsabilidades de Tânger (1433-1438)*. Lisboa: Comissão Executiva do V Centenário da Morte do Infante D. Henrique, 1960. p. 16.

[69] Carta do rei D. Duarte, a confirmar Pero Garcia no cargo de escrivão da receita e despesa dos dinheiros que se tiram na comarca de Trás-os-Montes para serviço de Ceuta, de 8 de novembro de 1434. ANTT, Chancelaria de D. Afonso V, *Livro 2*, f. 35v. In MH, vol. 5, (1434-1436), doc. 45, p. 104-107.

pelo infante D. Henrique, incumbido pelo pai em 1416 do provimento de Ceuta, como consta da carta de 18 de fevereiro de 1416 já anteriormente mencionada[70].

Nas províncias oneradas com o tributo dos 10 reais, este era recolhido por indivíduos de nomeação régia. Em Lisboa havia o tesoureiro-mor dos dinheiros, de panos e todas as coisas destinadas às despesas de Ceuta, pessoa de confiança do infante D. Henrique, de quem recebia ordens, mas que prestava contas ao monarca como se infere das cartas de quitação. A carta de D. Afonso V, de 10 de setembro de 1450, representa um exemplo dessas nomeações, ao designar Paio Rodrigues de Penafiel, residente em Barcelos, criado do duque de Bragança, a pedido deste, para "rreçebedor dos dez rreaes da serventia da nossa çidade de Çepta"[71].

Muitas são as referências a este imposto nas cartas de quitação concedidas pelos monarcas ao longo do século XV, o que nos permite elaborar alguns quadros com valores concretos. Veja-se, por exemplo, as somas arrecadadas no almoxarifado da Guarda de 1 de janeiro de 1431 a 1 de janeiro de 1436, num total de 158 contos 339 328 libras, que foram entregues ao infante D. Henrique para as despesas de Ceuta[72] (ver Quadro 1).

Quadro 1 Os dez reais para Ceuta arrecadados na Guarda

1431	27 contos 723 470 libras
1432	27 contos 311 165 libras
1433	27 contos 608 611 libras (dos 30 contos 500 000 libras que eram assentados para as despesas de Ceuta)
1434	21 contos 190 595 libras
1435	27 contos 534 787 libras

E, ainda em 1438, também relativa à Guarda, foi arrecadada a soma de 26 contos 507000 libras e entregue ao infante D. Henrique[73].

[70] Carta do rei D. João I, a comunicar ao país haver confiado ao infante D. Henrique o provimento e defensa da cidade de Ceuta, de 18 de fevereiro de 1416. ANTT, Chancelaria de D. João I, *Livro 5*, f. 91v. In Idem, *ibidem*, vol. 2, doc. 116, p. 240-241; Uma importante investigação sobre a gestão deste imposto pelo Infante D. Henrique foi realizada por DÁVILA, Maria Barreto, *op. cit.*, p. 345-354.

[71] Carta de recebedor dos 10 reais de Ceuta em Guimarães a Paio Rodrigues, de 10 de setembro de 1450. ANTT, Chancelaria de D. Afonso V, *Livro 11*, f. 94v. In MH, vol. 10, doc. 219, p. 287-288; carta também citada em Pedro de Azevedo.

[72] Dinheiros recebidos pelo infante D. Henrique do almoxarifado da Guarda com destino a Ceuta, de 1 de janeiro de 1431 a 1 de janeiro de 1436. ANTT, Chancelaria de D. Afonso V, *Livro 18*, f. 59, segundo a carta de quitação da regência do Reino de 5 de fevereiro de 1439. In MH, vol. 5, doc. 147, p. 352-354.

[73] Dinheiros recebidos pelo infante D. Henrique do almoxarifado da Guarda com destino a Ceuta, no ano de 1436. ANTT, Chancelaria de D. Afonso V, *Livro 18*, f. 63, segundo a carta de quitação da regência do Reino de 5 de fevereiro de 1439. In Idem, *ibidem*, doc. 148, p. 354-355.

Pelas cartas de nomeação dos cargos de recebedor e pelas queixas das cidades em Cortes, sabemos que este imposto era arrecadado no Porto[74], Braga[75], Guimarães[76], Chaves, Vila Real[77], Bragança, Ponte de Lima e Moncorvo.

Por exemplo, através dos capítulos especiais da cidade do Porto, apresentados às Cortes de Lisboa de 1455, temos queixas sobre a maneira como eram ali tomados e carregados navios para Ceuta e como eram tirados os dez reais para a mesma cidade. Referia-se que "… em esa çidade e termos sse faziom gramde opressom ao pouoo, no tiramento dos dez rreaaes que sse pagom pera Çepta, que os fazem tirar ao pouoo e tamtos som os priuiligjiados que nom achauom quem os tirasse, salvo alguu velho pobre…"[78]. As queixas referiam-se ao facto de haver muitas isenções deste imposto naquela cidade, facto que dificultava cada vez mais a sua cobrança.

Com base na carta de quitação de D. Afonso V a Vasco Fernandes de Caminha, recebedor-mor no Porto dos dez reais e de outras receitas para Ceuta, elaborámos uma tabela com a síntese das somas "dos dinheiros" que lhe entregaram os recebedores dos diversos almoxarifados do Minho, Trás-os-Montes e Douro, nos anos de 1451 a 1455[79] (ver Quadro 2).

Avultadas quantias de dinheiro, designadas para "os ferreiros de Ceuta", eram apenas cobradas às comunas dos judeus, em várias localidades do país. De acordo com Isabel e Paulo Drumond Braga estas contribuições destinavam-se aos ferreiros da Casa de Ceuta[80]. Por exemplo, no almoxarifado da Guarda recolheu-se, todos os anos, de 1431 a 1435, a soma de 22 500 libras por ano[81] e em 1439, igual quantia de 22 500 libras[82]. Estas contribuições eram ainda cobradas à comuna dos judeus em Sintra, onde em 1437 foram arrecadadas 7 700 libras[83] em Lisboa, onde em 1440

[74] Carta de isenção a certos moradores do Porto dos 10 reais para Ceuta, de 18 de fevereiro de 1439. ANTT, Chancelaria de D. Afonso V, *Livro18*, f. 41v. In AZEVEDO, Pedro de, *op. cit.*, vol. 1, doc. 46, p. 508.

[75] Carta a Vasco Jorge, servidor do Infante D. Henrique, morador, em Braga, em que lhe é confirmado o lugar de recebedor dos 10 reais para Ceuta, de 28 de dezembro de 1439. ANTT, Chancelaria de D. Afonso V, *Livro 19*, f. 74. In Idem, *ibidem*, doc. 85, p. 116.

[76] Carta de recebedor dos 10 reais de Ceuta em Guimarães a Paio Rodrigues, de 10 de setembro de 1450. ANTT, Chancelaria de D. Afonso V, *Livro 11*, f. 94v. In Idem, *ibidem*, doc. 162, p. 410.

[77] Sumário da carta de escrivão dos 10 reais para Ceuta em Vila Real a Fernão Gonçalves, de 10 de abril de 1450. ANTT, Chancelaria de D. Afonso V, *Livro 34*, f. 106. In Idem, *ibidem*, doc. 127, p. 595.

[78] Capítulos especiais da cidade do Porto, apresentados às Cortes de Lisboa, de 26 de março de 1455. ANTT, Chancelaria de D. Afonso V, *Livro 15*, f. 142. In MH, vol. 12, doc. 52, p. 105-106.

[79] Carta de quitação de el-rei D. Afonso V a Vasco Fernandes de Caminha, recebedor-mor no Porto dos dez reais e de outras receitas para Ceuta, de 10 de junho de 1458. ANTT, Além-Douro, *Livro 4*, f. 113v. In Idem, *ibidem*, vol. 13, doc. 80, p. 138-142.

[80] BRAGA, Isabel M. R. Drumond; BRAGA, Paulo Drumond, *op.cit.*, p. 85. Aquando da nossa investigação, apesar de termos referido este imposto, não pudemos entender se a verba se destinava aos ferreiros que laboravam na Casa de Ceuta ou aos que moravam na cidade de Ceuta. No entanto, os documentos seguintes referem taxativamente que os dinheiros eram "…pera os ferreiros que estam em a nossa çidade de Cepta".

[81] Quitação de Gonçalo Anes, almoxarife da Guarda, de diversas cousas, e entre elas do que pagavam os judeus do almoxarifado para os ferreiros de Ceuta, de 5 de fevereiro de 1439. ANTT, Chancelaria de D. Afonso V, *Livro 19*, f. 74. In AZEVEDO, Pedro de, *op. cit.*, vol. 1, doc. 13, p. 18-36.

[82] Carta de quitação (extracto) a Gonçalo Anes, almoxarife da Guarda, de 8 de fevereiro de 1439. ANTT, Chancelaria de D. Afonso V, *Livro 18*, f. 63. In Idem, *ibidem*, doc. 16, p. 38-39.

[83] Carta de quitação a Álvaro Anes, recebedor das cousas de Ceuta, de 8 de agosto de 1440. ANTT, Chancelaria de D. Afonso V, *Livro 20*, f. 137. In Idem, *ibidem*, doc. 131, p. 163.

Quadro 2 Dez reais para Ceuta.
Das quantias marcadas com * foram descontadas verbas para pagamento de milho para Ceuta, fornecido pelos lavradores dos termos.

Datas **Almoxarifado**	1451	1452	1453	1454	1455
Porto (termo e julgados; incluindo entre (...) dinheiros da comuna de judeus)	53 000	56 808 (828)	55 617 (827)	20 818* (828)	20 378* (828)
Chaves	814	20 524	21 886	19 090	17 794
Vila Real	22 723	36 455	36 830	23 380	16 888
Bragança		27 121	18 467	27 471	18 000
Guimarães	50 000	65 402	59 710	3 158*	8 145*
Ponte de Lima (incluindo comuna dos judeus)	3 784 122 200	77 350 (384)	65 353 (384)	25 958* (384)	22 983* (384)
Torre de Moncorvo (incluindo comuna dos judeus)	143 924	16 651 (2 423)	18 142	15 050	14 875
Total	396 445	300 311	276 005	134 925	119 063

e 1441, foram cobrados 12 000 reais[84]; nas comunas de Leiria, Abrantes, Alenquer, Santarém e Torres Novas, onde em 1451 foram cobrados 4 749 reais, em 1452, 5 466 e em 1453, 3 469 reais[85].

Os empréstimos também foram muitas vezes utilizados para fazer face às despesas com o abastecimento de Ceuta. A título de exemplo, citemos a avença celebrada entre o infante D. Henrique e o procurador do conde de Arraiolos, sobrinho do infante, pelo qual o primeiro se compromete a pagar ao segundo e aos seus herdeiros, durante 20 anos e em prestações anuais de 112 588 reais brancos e 8 pretos, o seu débito de 2 251 776 reais brancos e 8 pretos, devidos ao referido conde pelos fornecimentos que fez a Ceuta em gente, animais e víveres no ano de 1450[86].

[84] Idem, *ibidem*, vol. 1, doc. 94, p. 556.

[85] Carta de quitação a João Vaz, almoxarife do celeiro de Santarém, das cousas de Ceuta, de 15 de julho de 1455. ANTT, Chancelaria de D. Afonso V, *Livro 15*, f. 172v. In AZEVEDO, Pedro de, *op. cit.*, vol. II, doc. 283, p. 290-293.

[86] Avença celebrada entre o infante D. Henrique e o procurador do conde de Arraiolos, de 17 de fevereiro de 1451. ANTT, Chancelaria de D. Afonso V, *Livro 11*, f. 3. In MH, vol. 11, doc. 17, p. 25-28.

Através do valioso testemunho documental designado "Despesas que El-Rey D. João I fez depois da tomada de Ceuta até à sua morte"[87] sabemos que na conquista desta cidade foram gastas 280 000 dobras[88] e na sua defesa, em 1418 e 1419, mais 85 000, o que perfaz um total de 365 000 dobras. Estas verbas são comparáveis ao que foi despendido, na mesma época, com as missões diplomáticas e embaixadas ao Concílio de Constância, a Castela e a Flandres, nas quais foram desembolsadas 469 150 dobras[89]. Estas últimas diretamente relacionadas com o esforço de D. João I na procura de alianças estratégicas para a legitimação do seu poder e da conquista da praça marroquina a nível internacional, como foi o caso da ida ao Concílio de Constança, em 1416.

Também as "Despesas extraordinárias de 1415 a 1473"[90], documento de teor idêntico, mas que abrange vários reinados, publicado por Jorge Faro, dá-nos uma ideia da grandeza das verbas despendidas com as praças marroquinas nos reinados de D. João I, D. Duarte e D. Afonso V (ver Quadro 3).

Quadro 3 Despesas extraordinárias de 1415 a 1473

N.º	Designação da despesa	Data	Dobras	Reais
1	Tomada de Ceuta	1415	280 000	33 600 000
2	Cerco de Ceuta	1418	85 000	10 200 000
3	Viagem de Fernando de Castro às Canárias	1424-1425	39 000	4 680 000
4	Ida a Tânger	1437	57 000	6 840 000
5	Tomada de Alcácer	1458	104 000	12 480 000
6	Cerco e couraça de Alcácer	1459	22 000	2 640 000
7	Expedição a Ceuta "com 2000 cavalos"	1462	38 000	4 560 000
8	Tomada de Arzila	1471	135 000	16 200 000
9	Diversos socorros a Ceuta e Alcácer		100 000	12 00 000
10	Diversas armadas por mar	Até 1473	80 300	9 636 000
		Total Geral	940 000	112 836 000

[87] Despesas extraordinárias do reinado de D. João I desde a tomada de Ceuta até à sua morte [1415-1433]. SILVA, Joseph Soares da - Memorias para a História de Portugal, que comprehendem o governo del Rey D. João I, t. 4, doc. 31, p. 224-225. In MH, vol. 4, doc. 65, p. 235-236.

[88] Dobra, unidade de conta que correspondia, de 1436 a finais do séc. XV, a 120 reais, in FARO, Jorge, *op. cit.*, p. 67-82.

[89] Despesas extraordinárias do reinado de D. João I desde a tomada de Ceuta até à sua morte [1415-1433]. SILVA, Joseph Soares da - Memorias para a História de Portugal, que comprehendem o governo delRey D. João I, t. 4, doc. 31, p. 224-225. In MH, vol. 4, doc. 65, p. 235-236.

[90] FARO, Jorge, *op. cit.*, p. 55-82.

As despesas com Ceuta continuaram nos reinados de D. Manuel e de D. João III. De acordo com o Quadro de despesas com os lugares de África de 1500 a 1522, compilado por Otília Rodrigues Fontoura, de 1501-1504 foram gastos com Ceuta 21 817 213 reais brancos de 35 libras e em 1510-1513, mais 7 794 398 reais[91].

Isabel e Paulo Drumond Braga levaram a cabo um levantamento exaustivo do abastecimento da cidade de Ceuta, nomeadamente em cereais e biscoito, no século XVI e início do século XVII, a partir do Reino e, mais tarde, da feitoria da Andaluzia[92]. Deste levantamento podemos concluir que, tal como no século XV, também nos séculos seguintes, a cidade de Ceuta não foi autossuficiente, verificando-se a continuidade do problema do seu abastecimento e da sua defesa para o erário régio.

AS RAZÕES PARA A MANUTENÇÃO DE CEUTA

Ceuta, a única praça-forte portuguesa no norte de África, permaneceu isolada durante 43 anos, até que a sua posição vai ser consolidada com a tomada de Alcácer Ceguer, em 1458, no reinado de D. Afonso V. Em 1471 dá-se a conquista de Arzila e a ocupação de Tânger. A cidade só foi reconhecida como possessão portuguesa pelo Tratado de Alcáçovas em 1479 e pelo Tratado de Tordesilhas de 1494.

Aquando da Dinastia Filipina, Ceuta manteve a administração portuguesa do Reino de Portugal, assim como Tânger e Mazagão. Todavia, quando se dá a Restauração não aclamou o duque de Bragança como rei de Portugal, permanecendo espanhola. A situação foi oficializada em 1668 com a assinatura do Tratado de Lisboa entre os dois países.

Voltemos então às questões: Qual a razão para não se ter abandonado Ceuta em momentos tão cruciais para a sua manutenção? Como entender os tão avultados gastos com o seu abastecimento durante os séculos XV e XVI? Será que a resposta a estas questões está indissociavelmente ligada às razões da sua conquista em 1415?

A importância e as razões da conquista de Ceuta começaram a ser difundidas logo nos anos imediatos à sua tomada. A primeira teoria explicativa foi lançada no ano seguinte ao acontecimento, pelo autor do *Livro dos Arautos*: "a conquista de Ceuta teve como objetivo pôr um ponto final nas destruições e danos provocados pelos Muçulmanos na Península Ibérica, aliado ao desejo de controlar o Estreito de Gibraltar"[93].

[91] FONTOURA, Otília Rodrigues, *op. cit.*, p. 126.

[92] BRAGA, Isabel M. R. Drumond; BRAGA, Paulo Drumond, *op.cit.*, p. 87-97.

[93] *LIVRO DOS ARAUTOS.* Lisboa: [s.n.], 1997. p. 262-264. http://purl.pt/702/4/l-70820-v_PDF/l-70820-v_PDF_24-C-R0150/l-70820-v_0000_capa-capa_t24-C-R0150.pdf

Em 1416, o bispo Gil Martins, embaixador da Coroa Portuguesa ao Concílio de Constança, vai justificar a importância desta conquista, para Portugal e para toda a cristandade, ao designar a cidade de Ceuta como a porta e chave para toda a África: "Quoniam per eamdem ciuitatem, mari terraque potentem, quae portus et clauis est totius Affricae"[94].

Até o infante D. Pedro, apontado por alguns historiadores, que fundamentam a sua opinião na carta que mandou ao rei D. Duarte de Bruges em 1426, como grande crítico da conquista das praças marroquinas, entende, mais tarde, que a conquista de Tânger representava um feito importante para o serviço de Deus: "... diguo que ja não faço duvida em ser bem he serviço de Deus (1 v.) os mouros immiguos da fee serem guereados, contanto que este bem nom tragua consiguo danos e males muito maiores..."[95]. Convém, no entanto, sublinhar que, tal como tinha feito anteriormente, também neste parecer o infante D. Pedro vai questionar se o rei dispõe dos recursos necessários para a manutenção das praças que quer conquistar:

> [...] He despomdo se com ele por serviço de Deus he acrecemtar em vossa homra loguo em meu juízo ho despemsaria se o pudesses fazer he o poder não tomo aqui pera mais que se tiveseis dinheiro que he nervo primcipal he parte fermal deste negocio pera soprirdes vosas despesas he a provisão necesária aos que vos am de servir [...] sei que ho não ha voso, pois de vosos povos sabei que (sic) pera guerra tam volumtaria pubrico nem secreto o não podeis tomar sem grande cargo de vosa consciemcia, o que não deveis de fazer[96][...]

Também Gomes Eanes de Zurara, na *Crónica da Guiné*, glorifica a "mui honrada conquista que se fez sobre a grande cidade de Ceuta, de cuja famosa vitoria os céus sentiram glória e a terra beneficio" e acrescenta, mais adiante, "não se pode negar que a cidade de Ceuta não seja chave de todo o mar Medioterreno"[97].

As razões que levaram D. João I a conquistar Ceuta têm dado origem a acesos debates historiográficos. Têm sido apontados motivos de ordem estratégica, social e económica.

Não querendo entrar na polémica interessa-nos apenas realçar que, de uma maneira ou de outra, todas as opiniões são válidas, pois representam todas as formas possíveis de entender o mesmo acontecimento histórico, em diferentes épocas e inseridas em contextos políticos e socioeconómicos concretos.

---

[94] PEREIRA, Reina Marisol Troca – *Discursos dos embaixadores portugueses no Concílio de Constança: 1416.* [Em linha]. Coimbra: [s.n.], 2008. Tese de mestrado em Literaturas Clássicas e Portuguesa, apresentada na Universidade de Coimbra. [Consult. Em 22/072015]. Disponível na Internet: http://www.ehumanista.ucsb.edu/projects/Monographs%202/mongraphs/Pereira.pdf

[95] Parecer ou conselho que o infante D. Pedro deu ao rei D. Duarte a respeito da expedição que aquele tencionava fazer a África contra os mouros [1435]. Portugal, Torre do Tombo, *Gavetas*, Gav. 2, mç. 7, nº 2. In: REGO, António da Silva - *As gavetas da Torre do Tombo.* Lisboa: Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, 1960. vol. 1, p. 829-832.

[96] V. nota anterior.

[97] ZURARA, Gomes Eanes de – *Crónica da Guiné.* Porto: Civilização Editora, 1973. p. 27.

Oliveira Martins e Luís Filipe Thomaz, ainda que em momentos diferentes, entenderam a conquista de Ceuta como o prolongamento natural da Reconquista:

> Parece ficar claro, que pelas suas motivações como pelo seu carácter, pela sua continuidade com a Reconquista como pela ideologia que a informa, pelo espaço geográfico em que se desenvolve, pela base social, a expansão em Marrocos antes de D. João III é muito mais um derradeiro episódio da história medieval que o primeiro episódio da moderna[98].

António Sérgio, um dos autores que maior êxito e maior polémica causou na historiografia, em 1919 vai centrar-se nos fatores de ordem económica que na sua opinião tinham sido desprezados pela historiografia. Este autor contrariou a tese de Oliveira Martins, que na sua obra *Os filhos de D. João I* defendia que o motivo da conquista de Ceuta era "reconquistar Ceuta"[99]. António Sérgio defendeu que o vedor da fazenda de D. João I aparece em Zurara como o representante da burguesia interessada no tráfico comercial ultramarino e que Ceuta era um ponto-chave por a ela afluírem as riquezas do oriente e os cereais de Marrocos[100].

Vitorino Magalhães Godinho, próximo de António Sérgio e grande defensor das razões económicas, defende que Ceuta valia por si própria, considerando a cidade: "Chave do Estreito de Gibraltar, cidade de burguesia, grande porto de comércio, centro de indústria têxtil e do cobre, aqui vinham desembocar importantes rotas do tráfico trans-saariano"[101].

Também António Borges Coelho vai considerar determinantes as razões económicas. Tal como António Sérgio defende que João Afonso, o vedor da fazenda régia, representa as forças burguesas em ascensão desde a crise de 1383-1385 e afirma que "A surpresa de Ceuta não é absurda, nem contraditória. Comércio e pirataria são os dois gumes da espada que vai tingindo o caminho da ascensão da burguesia"[102].

Jorge Borges de Macedo defende que "não havia razões imediatas, económicas ou religiosas, para a conquista de Ceuta" e acrescenta que as razões eram outras, as de ordem estratégica que "visavam o equilíbrio das forças internacionais"[103].

O historiador António Dias Farinha considera que "a conquista de Ceuta, chave do estreito de Gibraltar e da expansão para a África do Norte, visava a afirmação da dinastia de Avis, consolidar a independência portuguesa no contexto peninsular e criava um espaço de valorização económica e social para os portugueses"[104].

---

[98] THOMAZ, Luís Filipe F.R. – *De Ceuta a Timor.* 2ª ed. Lisboa: Difel, 1998. p. 28-29.

[99] SÉRGIO, António – *A conquista de Ceuta.* In Ensaios. Coimbra: Atlântida, 1949. vol. 1, p. 311.

[100] Idem, *ibidem*, p. 324.

[101] GODINHO, Vitorino Magalhães – *Os Descobrimentos e a economia mundial.* Lisboa: Editorial Presença, 1991. vol. 1, p. 125.

[102] COELHO, António Borges – *Raízes da expansão portuguesa.* Lisboa: Prelo, 1964. p. 17.

[103] MACEDO, Jorge Borges de – *História diplomática portuguesa: constantes e linhas de força.* Estudo de Geopolítica. [Lisboa]: Instituto da Defesa Nacional, 2006. p. 42.

[104] FARINHA, António Dias, *op. cit.*, p. 3.

A. H. de Oliveira Marques separa as motivações, os objetivos e as infraestruturas da conquista de Ceuta e considera que estas não se devem confundir com as da expansão ultramarina e relaciona a conquista de Ceuta com a Reconquista:

> Razões económicas e sociais, todavia, são geralmente insuficientes para uma compreensão global de qualquer feito da Idade Média. Dão-nos a base, a plataforma racional da ação, mas omitem esse invólucro colorido que todo o homem exige para se desculpar a si próprio e para convencer os outros de uma nobre e idealista. No caso da expansão do século XV, um tal invólucro era feito de contextura religiosa dupla: a luta contra o infiel e a salvação das almas[105].

Cabe ainda associar a todas as razões mencionadas, a importância da simbologia do acontecimento histórico que foi a tomada de Ceuta. Tal como afirma Ana Isabel Buescu

> Ceuta era um dos lugares que marcava do ponto de vista simbólico, desde o longínquo ano de 1415, o início da aventura marítima e da construção de um império pelos portugueses. E pode dizer-se que quando D. João III subiu ao trono fê-lo já sob o signo daquele que viria a ser, em grande medida, um dos maiores dilemas do seu reinado perante a herança recebida em Marrocos: abandono ou permanência? (….) A presença portuguesa nos lugares do Norte de África articulava-se com as Cruzadas e com a própria Reconquista peninsular[106].

Na nossa opinião, Ceuta assume realmente um valor simbólico, adquirido com a sua conquista em 1415, que se vai manter no decorrer dos séculos XV e XVI. Tal como afirma Luís Filipe Thomaz, "o projeto de intervenção em Marrocos manteve, devido ao seu significado ideológico, antiguidade e continuidade com a história nacional, um duradouro prestígio – que atravessa os séculos XV e XVI para só morrer com D. Sebastião, nos campos de Alcácer Quibir"[107]. Este prestígio e simbolismo vão justificar toda a argumentação desenvolvida no reinado de D. João III contra o abandono das praças marroquinas, alvo dos já mencionados exaustivos estudos de Maria Leonor García da Cruz e de Otília Rodrigues Fontoura.

Concordamos também com a opinião de João Cosme, que considera que a tomada de Ceuta e a sua manutenção, durante vários reinados, pode ser vista como um "acto de marketing político"[108], como forma de legitimação do poder régio, no plano interno e internacional, primeiro de D. João I e depois dos seus sucessores.

Tivesse sido por razões políticas, estratégicas, económicas ou simbólicas, a verdade é que todos os monarcas portugueses vão manter Ceuta na esfera da Coroa Portuguesa. No nosso entender todas estas razões são mais do que suficientes para justificar todos os custos, quer humanos quer financeiros, utilizados na manutenção de Ceuta.

---

[105] MARQUES, A. H. Oliveira – *História de Portugal: das origens ao Renascimento.* 13 ª ed. Lisboa: Editorial Presença, 1997. vol. 1, p. 235.

[106] BUESCU, Ana Isabel – *D. João III (1502-1557).* Lisboa: Círculo de Leitores; Centro de Estudos dos Povos e Culturas de Expressão Portuguesa da Universidade Católica Portuguesa, 2008. p. 275.

[107] THOMAZ, Luís Filipe F.R., *op. cit.*, p. 22.

[108] COSME, João – A tomada de Ceuta em 1415: um acto de marketing político. In SILVA, Carlos Guardado da (coord.) - *A conquista de Ceuta: conselho régio de Torres Vedras.* Torres Vedras: Edições Colibri; CM Torres Vedras; Instituto Alexandre Herculano, 2015. p. 103-113.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tendo como ponto de partida o pedido de parecer de D. João III à Câmara de Lisboa sobre o abandono de algumas praças marroquinas, fizemos uma incursão retrospetiva no tempo para compreender o alcance dos custos de Ceuta.

Uma das primeiras conclusões a que chegámos é que Ceuta foi realmente um "bom sumidouro de gente, de armas e de dinheiro", ou seja, revelou-se bastante onerosa para o Reino. Este facto, logo assinalado em documentos da época, também foi apontado em várias ocasiões pelos historiadores que se dedicaram ao estudo da conquista de Ceuta e do seu abastecimento e defesa.

Através de algumas cartas de quitação e capítulos de Cortes identificámos a proveniência dos gastos com Ceuta, quer em recursos humanos quer em recursos financeiros. Tendo em conta o exposto no presente artigo, podemos afirmar que a manutenção de Ceuta foi entendida, pelos monarcas portugueses, como uma questão nacional, para a qual todo o país foi obrigado a contribuir, de forma direta, enviando gente e embarcações, ou de forma indireta, através da cobrança de impostos (os pedidos e os dez reais para Ceuta).

Finalmente, consideramos que, quer através da importância de Ceuta entendida como a "porta e chave para toda a África" quer através das razões políticas, estratégicas, económicas ou simbólicas que conduziram à sua conquista, se pode compreender os avultados custos canalizados na sua defesa e abastecimento. Depois de conquistada a cidade, simplesmente foi necessário assegurar a sua manutenção, podendo concluir-se que Ceuta foi realmente onerosa para o Reino.

FONTES E ESTUDOS

Fontes Manuscritas

Arquivo Municipal de Lisboa

Livro 2º de D. João III.

Livro 1º de consultas e decretos de D. Sebastião.

Arquivo Nacional da Torre do Tombo

Livro dos conselhos de D. Duarte [Em linha], Carta que o Infante D. Pedro mandou a el rei D. Duarte de Bruges, f. 38-39. PT-TT-MSLIV-1928_m0098.TIF e m0099.TIF: [Consult. em 22/07/2015]. Disponível na Internet: http://digitarq.arquivos.pt/viewer?id=4248785.

Fontes Impressas

AZEVEDO, Pedro de – *Documentos das chancelarias reais anteriores a 1531 relativos a Marrocos.* Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa, 1915-1934. 2 vol.

FARO, Jorge – *Receitas e despesas da fazenda real de 1384 a 1481: subsídios documentais.* Lisboa: INE, 1965.

LIVRO DOS ARAUTOS. Lisboa: [s.n.], 1997. p. 262-264. Disponível na Internet: http://purl.pt/702/4/l-70820-v_PDF/l-70820-v_PDF_24-C-R0150/l-70820-v_0000_capa-capa_t24-C-R0150.pdf .

MARQUES, João Martins da Silva – *Descobrimentos Portugueses.* Lisboa: Instituto para a Alta Cultura, 1945. sup. ao vol. 1.

MONUMENTA HENRICINA (MH). Coimbra: Comissão Executiva das Comemorações do V Centenário da Morte do Infante Dom Henrique, 1960-1974. 15 vol.

OLIVEIRA, Eduardo Freire de - *Elementos para a história do município de Lisboa.* Lisboa: Tipografia Municipal, 1932. vol. 1.

ORDENAÇÕES AFONSINAS. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1984. liv. 1.

ORDENAÇÕES AFONSINAS [Em linha]. Coimbra: Universidade de Coimbra, 2014. liv. 5. Edição fac-simile. [Consult. em 22 de julho de 2015]. Disponível na Internet: http://www.ci.uc.pt/ihti/proj/afonsinas/l5pg377.htm.

REGO, António da Silva - *As gavetas da Torre do Tombo*. Lisboa: Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, 1960. vol. 1.

ZURARA, Gomes Eanes de – *Crónica da Guiné.* Porto: Civilização Editora, 1973.

ZURARA, Gomes Eanes de – Crónica de D. Pedro de Meneses. In SERRA, José Correia da (coord.) - *Collecção de livros inéditos portugueses dos reinados de D. Afonso V, D. Duarte, D. Afonso V e D. João II* [Em linha]. Lisboa: Academia Real das Sciencias, 1792. vol. 2, p. 225. [Consult. em 22 de julho de 2015]. Disponível na Internet: http://purl.pt/307/4/hg-8683-a/hg-8683-a_item4/hg-8683-a_PDF/hg-8683-a_PDF_24-C-R0150/hg-8683-a_0000_capa-capa_t24-C-R0150.pdf.

Obras de Referência

ALBUQUERQUE, Luís (dir.) - *Dicionário de História dos Descobrimentos.* Lisboa: Círculo de Leitores, 1994. vol. 1.

SERRÂO, Joel (dir.) - *Dicionário de História de Portugal.* Porto: Livraria Figueirinhas, 1984. vol. II e V.

Estudos

АНТОНИА, Наталия Мария - Начальный этап колониальной экспансии Португалии в XV в. (На правах рукописи). Академия Наук СССР/Институт Всеобщей Истории: Москва, 1990. [ANTÓNIA, Natália Maria - *O início da expansão colonial portuguesa no século XV.* Moscovo: [s.n.], 1990. Tese de doutoramento, apresentada na Academia das Ciências da URSS/Instituto de História Universal.

BARROS, Amândio - A preparação das armadas no Portugal de finais da Idade Média. *Revista da Faculdade de Letras. Historia.* Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto. 2ª Série Nº VII, (1990), p. 101-132.

BERTOLI, André Luiz Guerra - Legitimação e poder no Norte da África: as fontes portuguesas (1415-1471). *Roda da Fortuna. Revista Eletrônica sobre Antiguidade e Medievo* [Em linha]. Volume 2 Número 1-1 (Número especial 2013), p. 335-353. [Consult. em 22 de julho de 2015]. Disponível na Internet: http://run.unl.pt/bitstream/10362/13298/1/12.Guerra,%20Legitima%C3%A7%C3%A3o%20e%20Poder%20no%20Norte%20da%20%C3%81frica.%20As%20fontes%20portuguesas%20%20-%201415-1471,%202013.pdf.

BRAGA, Paulo Drumond – O abastecimento de uma cidade portuguesa de além-mar: Ceuta (1415-1580). *Cuadernos del Archivo Municipal de Ceuta.* Ceuta: Consejería de Educación y Cultura. (1997), p. 107-124. Separata.

BRAGA, Paulo Drumond – A expansão no norte de África. In MARQUES, A. H. Oliveira (coord.) - *Nova História da Expansão Portuguesa: a expansão quatrocentista.* Lisboa: Estampa, 1998. vol. II, p. 235-357.

BRAGA, Isabel M. R. Drumond; BRAGA, Paulo Drumond – *Ceuta portuguesa (1415-1656).* Ceuta: Instituto de Estudios Ceutíes, 1998.

BUESCU, Ana Isabel – *D. João III (1502-1557)*. Lisboa: Círculo de Leitores; Centro de Estudos dos Povos e Culturas de Expressão Portuguesa da Universidade Católica Portuguesa, 2008.

COELHO, António Borges – *Raízes da Expansão Portuguesa.* Lisboa: Prelo, 1964.

COSME, João – A tomada de Ceuta em 1415: um acto de marketing político. In SILVA, Carlos Guardado da (coord.) - *A conquista de Ceuta: conselho régio de Torres Vedras.* Torres Vedras: Edições Colibri; Câmara Municipal de Torres Vedras; Instituto Alexandre Herculano, 2015.

CRUZ, Maria Leonor García da – As controvérsias ao tempo de D. João III sobre a política portuguesa no norte de África. *Mare Liberum.* Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses. Nº 13 e 14 (jun. 1997 e dez. 1997), p. 166. Separata.

CRUZ, Maria Leonor García da – Portugal e o norte de África no século XVI: a intervenção de Lourenço Pires da Távora, diplomata e homem de guerra, no problema da manutenção ou abandono das praças portuguesas. In *Actas das 1as Jornadas de História Moderna.* Lisboa: Centro de História da Universidade de Lisboa, 1986. vol. II, p. 1061-1073.

DÁVILA, Maria Barreto – O Infante D. Henrique e a gestão dos "Dez Reais para Ceuta". In COLÓQUIO INTERNACIONAL, Lagos, 2010 - *A herança do Infante.* Coordenação de Artur Teodoro de Matos e João Paulo Oliveira e Costa. Lisboa: Centro de Estudos dos Povos e Culturas de Expressão Portuguesa-Universidade Católica Portuguesa; Centro de Estudos de Além-Mar-Universidade Nova de Lisboa, 2011.

FARINHA, António Dias – *Os portugueses em Marrocos* [Em linha]. Lisboa: Instituto Camões, 1999. p. 55-58. [Consult. em 22 de julho de 2015]. Disponível na Internet: http://www.emb-marrocos.pt/cache_bin/XPQdpKQXX848kSkFEXmqx8ZKU.pdf.

FONTOURA, Otília Rodrigues (OSC) - *Portugal em Marrocos na época de D. João III: abandono ou permanência?*. Funchal: Centro de Estudos de História do Atlântico, 1998.

GODINHO, Vitorino Magalhães – *Documentos sobre a expansão quatrocentista portuguesa.* 2ª ed. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 2011. vol. I e II.

GODINHO, Vitorino Magalhães – *Os Descobrimentos e a economia mundial.* Lisboa: Editorial Presença, 1991.

LOPES, David – *A expansão em Marrocos.* Lisboa: Teorema, 1989.

MACEDO, Jorge Borges de – *História diplomática portuguesa: constantes e linhas de força.* Estudo de Geopolítica. [Lisboa]: Instituto da Defesa Nacional, 2006.

MARQUES, A. H. Oliveira – *História de Portugal: das origens ao Renascimento.* 13ª ed. Lisboa: Editorial Presença, 1997. vol. 1.

MATTOSO, José; SOUSA, Armindo de – A monarquia feudal (1096-1480). In MATTOSO, José - *História de Portugal.* Lisboa: Círculo de Leitores, 1993. vol. 2.

NUNES, Maria Teresa Alvarez - Ceuta. In ALBUQUERQUE, Luís (dir.) - *Dicionário de História dos Descobrimentos.* Lisboa: Círculo de Leitores, 1994. vol. 1, p. 236.

PEREIRA, Reina Marisol Troca – *Discursos dos embaixadores portugueses no Concílio de Constança: 1416* [Em linha]. Coimbra: [s.n.], 2008. Tese de mestrado em Literaturas Clássicas e Portuguesa, apresentada na Universidade de Coimbra. [Consult. em 22 de julho de 2015]. Disponível na Internet: http://www.ehumanista.ucsb.edu/projects/Monographs%202/mongraphs/Pereira.pdf .

SANTOS, Domingos Maurício Gomes dos – *D. Duarte e as responsabilidades de Tânger (1433-1438).* Lisboa: Comissão Executiva do V Centenário da Morte do Infante D. Henrique, 1960.

SÉRGIO, António – A conquista de Ceuta. In *Ensaios*. Coimbra: Atlântida, 1949. vol. 1, p. 307-329.

SERRÃO, José – Demografia portuguesa na época dos Descobrimentos e da Expansão. In ALBUQUERQUE, Luís (dir.) - *Dicionário de História dos Descobrimentos.* Lisboa: Círculo de Leitores, 1994.

THOMAZ, Luís Filipe F.R. – *De Ceuta a Timor.* 2ª ed. Lisboa: Difel, 1998.

A “ymagem assaz deuota” de Santa Maria de África

The “rather devout image” of Saint Mary of Africa

Diana Rafaela Martins Pereira*

submissão/submission: 01/08/2015

aceitação/approval: 11/09/2015

RESUMO

A imagem gótica de Santa Maria de África, representando a *Pietà*, foi enviada para Ceuta pelo infante D. Henrique em data incerta mas, crê-se, pouco depois da tomada em 1415. Envolta em lendas quanto à sua origem, foi eleita padroeira e protetora de Ceuta, após defender a cidade dos mouros e da peste. Em data também incerta, começaram a vesti-la, tradição recentemente posta em causa devido aos riscos colocados à sua conservação. Este artigo, inserido numa investigação mais alargada sobre *Imagens de Vestir*, pretende aclarar os vários equívocos acerca da origem desta escultura milagrosa e perceber como a profunda devoção de que é alvo insiste em vê-la em procissão e adornada com mantos.

PALAVRAS-CHAVE

Nossa Senhora de África / Infante D. Henrique / Devoção Mariana / Escultura / Imagens de vestir

*Faculdade de Letras / Universidade do Porto, Portugal.

Diana Rafaela Martins Pereira é licenciada em História da Arte pela Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra (2012), mestre em História da Arte Portuguesa pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto com uma dissertação sobre Imagens de Vestir em Aveiro (2014) e doutoranda de História da Arte Portuguesa na mesma Faculdade. Bolseira da Fundação para a Ciência e a Tecnologia, Investigadora do CITCEM - Centro de Investigação Transdisciplinar Cultura Espaço e Memória

Correio eletrónico: dianarafaelapereira@gmail.com.

ABSTRACT

The gothic image of Saint Mary of Africa, representing the *Pietà*, was sent to Ceuta by Prince Henry (the Navigator) at an uncertain date but, it is believed that it was shortly after Ceuta was taken in 1415. Shrouded in legends about its origins, it was elected patron and protector of Ceuta, after defending the city from the Muslims and the plague. On an also undetermined date, people started to dress this image, a tradition that was recently called into question because of the risks to its preservation. This paper, as part of a wider investigation about devotional dressed sculptures, intends to clarify the several misconceptions about the origin of this miraculous sculpture, and understand how the deep devotion towards it, insists in watching it in processions and adorned with mantles.

KEYWORDS

Our Lady of Africa / Prince Henry the Navigator / Marian Devotion / Sculpture / Devotional Dressed Sculptures

INTRODUÇÃO

O ano de 1960 ficou marcado por várias iniciativas comemorativas dos 500 Anos da Morte do Infante D. Henrique, o Navegador (1394-1460). Entre 4 de março e 13 de novembro, a duração das comemorações, nada foi deixado ao acaso: edições bibliográficas monumentais[1], fogo de artifício lançado do Castelo de São Jorge a iniciar as atividades na capital[2], desfiles militares[3], avenidas e pracetas lisboetas engalanadas para o efeito[4], a "Exposição

[1] Cf. AA. VV. - *Monumenta Henricina.* Lisboa, Coimbra: Comissão Executiva das Comemorações do V Centenário da Morte do Infante D. Henrique / Universidade de Coimbra, 1960-1974, 15 volumes.

[2] Arquivo Municipal de Lisboa (AML), Armando Serôdio, *Comemorações Henriquinas, fogo de artifício no castelo de São Jorge aquando da comemoração do V Centenário da Morte do Infante Dom Henrique* [Lisboa: *Revista Municipal*, 1960, nº 84]. Fotografia. PT/AMLSB/SER/S01387; AML, Armando Serôdio, *Comemorações Henriquinas, fogo de artifício no castelo de São Jorge aquando da comemoração do V Centenário da Morte do Infante Dom Henrique* [Lisboa: s.n., 1960]. Fotografia. PT/AMLSB/SER/I00990.

[3] AML, Garcia Nunes, *Desfile da Marinha na avenida da Liberdade quando das Comemorações Henriquinas* [Lisboa: s.n., 1960]. Fotografia. PT/AMLSB/NUN/I00243, PT/AMLSB/NUN/I00245, PT/AMLSB/NUN/I00246 e PT/AMLSB/NUN/I00247; AML, Garcia Nunes, *Desfile realizado na avenida da Liberdade durante as Comemorações Henriquinas* [Lisboa: s.n., 1960]. Fotografia. PT/AMLSB/NUN/T00776; AML, Garcia Nunes, *Parada militar na avenida da Liberdade por ocasião das Comemorações Henriquinas* [Lisboa: s.n., 1960]. Fotografia. PT/AMLSB/NUN/I00244; AML, Garcia Nunes, *Parada militar passando na praça Marquês de Pombal por ocasião das Comemorações Henriquinas* [Lisboa: s.n., 1960]. Fotografia. PT/AMLSB/NUN/I00253.

[4] AML, Arnaldo Madureira, *Praça dos Restauradores ornamentada durante as Comemorações Henriquinas* [Lisboa: s.n., 1960]. Fotografia. PT/AMLSB/ARM/I00630; AML, Arnaldo Madureira, *Monumento ao Marquês de Pombal durante as Comemorações Henriquinas* [Lisboa: s.n., 1960]. Fotografia. PT/AMLSB/ARM/I02855; AML, Garcia Nunes, *A praça do Município por ocasião das Comemorações Henriquinas* [Lisboa: s.n., 1960]. Fotografia. PT/AMLSB/NUN/I00254 e PT/AMLSB/NUN/I00255; AML, Garcia Nunes, *A praça Luís de Camões por ocasião das Comemorações Henriquinas* [Lisboa: s.n., 1960]. Fotografia. PT/AMLSB/NUN/I00256.

Figura 1 Arquivo Municipal de Lisboa (AML), Estúdio Mário Novais, *Mensagem de Lisboa à cidade de Ceuta* .1960.

Henriquina" no Museu de Arte Popular – inaugurada a 9 de agosto e conceptualizada pelos artistas Frederico George (1915-1994) e Daciano Costa (1930-2005) -, e a (re)construção, desta vez permanente, do Padrão dos Descobrimentos[5].

Aproveitando a conjuntura, a Câmara Municipal de Lisboa, em nome do seu então presidente António Vitorino da França Borges (P. 1959-1970), enviou a Ceuta uma iluminura laudatória dos feitos do Navegador e do laço que para sempre ligaria as duas cidades (ver imagem 1), onde se lia a seguinte mensagem:

> Em nome da população lisboeta, neste ano jubilar em que se comemora o V Centenário da Morte do Infante D. Henrique, que junto às muralhas da Ceuta veneranda, iniciou a sua obra gloriosa de Expansão que daria ao Mundo o conhecimento de novos Mares e novas Terras, saúdo essa nobre cidade tão ligada à História de Portugal e à vida do grande impulsionador da Epopeia Marítima dos Portugueses e que a sua padroeira Nossa Senhora de África cuja imagem com a bandeira desta Capital, os portugueses para aí levaram em 1415 não desampare com a sua protecção a nossa Cidade de Lisboa. 1 de Julho de 1960[6].

Não se sabe ao certo em que ano foi levada a imagem de Nossa Senhora de África para Ceuta. Sabe-se, contudo, e apesar de todas as lendas e mal-entendidos em torno da sua origem, que foi realmente enviada pelo infante D. Henrique e que, tradicionalmente, segura o bastão, ou áleo, de D. Pedro de Meneses (?-1437), o primeiro capitão general de Ceuta, bastão esse que ainda nos nossos dias é utilizado na tomada de posse dos comandantes generais da cidade (ver imagem 2)[7].

Desde cedo considerada milagrosa e a protetora e intercessora dileta daquela comunidade, saía em procissão sempre que Ceuta era assolada pela peste[8]. Em 1651, quando a epidemia ameaçava mas não atacou, foi nomeada patrona da cidade, com festa anual a 9 de fevereiro[9] e, em 1954, foi nomeada *Alcadesa Perpetua* de Ceuta, confirmando-se também o seu título de patrona[10]. Em 1946, ano da sua coroação canónica, mandou-se-lhe fazer uma coroa com resplendor, em ouro maciço com um peso de quase cinco mil gramas e mais de quinhentas pedras

---

[5] LEITE, José - *Exposição Henriquina.* Restos de Colecção [Blog em linha]. 12 de janeiro de 2014. [Consultado em 25.07.2015]. Disponível na Internet: http://restosdecoleccao.blogspot.pt/2014/01/exposicao-henriquina.html.

[6] AML, Estúdio Mário Novais, *Mensagem de Lisboa à cidade de Ceuta* [Lisboa, s.n., 1960]. Fotografia, preto e branco, 13x18cm, suporte: negativo de gelatina e prata em acetato de celulose. PT/AMLSB/MNV/001167.

[7] Áleo. *Primitiva Cofradía de Caballeros, Damas y Corte de Infantes de Nuestra Señora de África Coronada* [Em linha]. [Consultado em 24.07.2015]. Disponível na Internet: http://www.virgendeafrica.es/afimagenaleo.htm.

[8] FRANÇA, Alejandro Correa de - *Historia de la mui noble y fidelíssima ciudad de Ceuta* (María Dolores Morillo, transcripción). Ciudad Autónoma de Ceuta: Consejería de Educación y Cultura, 1999, p. 206; 274-275; 447-448.

[9] BRAGA, Isabel M. R. Mendes Drumond; BRAGA, Paulo Drumond – *Ceuta Portuguesa (1415-1656).* Ciudad Autónoma de Ceuta: Instituto de Estudios Ceutíes, 1998, p. 149; Veja-se a ata de proclamação de Santa Maria de África como Padroeira da cidade em: DORNELAS, Afonso de - Santa Maria d'África - Padroeira de Ceuta. In *História e Genealogia.* Lisboa: Casa Portugueza, 1916. IV volume. p. 15-16.

[10] Patronazgo de Santa María de África sobre Ceuta y nombramiento de Alcadesa Perpetua. *Primitiva Cofradía de Caballeros, Damas y Corte de Infantes de Nuestra Señora de África Coronada, op. cit.* Disponível na Internet: http://www.virgendeafrica.es/afimagenpatronazgo.htm.

preciosas, paga com dinheiro de doações públicas aos ourives José Santarrufina, Luís Pérez Gómez e Epifanio Hernández Valiente[11]. Desde esse ano, saiu em procissão todos os dias 5 de agosto, exceto entre 1991 e 1996 por questões de conservação[12] que, como veremos adiante, a devoção coletiva viria a contrariar. Em 1967, noutra mostra da importância representada por esta imagem e como forma de enriquecimento da sua procissão, o *Ayuntamiento* de Ceuta custeou-lhe um andor decorado com cento e cinquenta quilos de prata, criado pelo ourives Antonio Pérez Barrio[13]. No dia seguinte ao dito cortejo, a imagem de *Nuestra Señora de África* é tradicionalmente velada na cerimónia do *Besamanos*, enquanto no seu lugar no altar está presente uma bandeira processional com o escudo português.

Esta expressiva imagem talhada em madeira que representa de forma atroz a dor de Maria ao segurar nos braços o corpo morto, esquelético e sofrido de Cristo, num conjunto iconográfico conhecido como *Pietà*, é uma das marcas da presença portuguesa em Ceuta que mais se faz sentir ainda hoje, pela devoção que perpetua.

Figura 2 *Postal antigo de Santa Maria de África*, 1966 (?). A imagem da *Señora* alberga a nova coroa mandada fazer em 1946; estando o Cristo também coroado e a *Señora* adornada com vários colares. A foto deverá ser anterior ao restauro de 1991 que aconselhou a retirada destes adornos.

[11] G. B. J. – *La Corona de La Patrona se expone por primera vez.* El Pueblo de Ceuta [Em linha]. 18 de julho de 2014. [Consultado em 24.07.2015]. Disponível na Internet: http://www.elpueblodeceuta.es/201407/20140718/201407185107.html.

[12] Procesión. *Primitiva Cofradía de Caballeros, Damas y Corte de Infantes de Nuestra Señora de África Coronada, op. cit.*, Disponível na Internet: http://www.virgendeafrica.es/afcultosprocesion.htm.

[13] Idem.

Neste estudo, veremos como a sua origem esteve durante séculos envolta em equívocos, como ainda hoje é confundida com uma sua parente (a imagem da Nossa Senhora Conquistadora ou *Portuguesiña*) e como o profundo fervor da sua comunidade levou a que, desrespeitando os conselhos dos profissionais de restauro que a trataram, voltasse a sair em procissão anualmente e a albergar mantos e adornos. Este artigo insere-se num contexto mais ambicioso que se concentra no estudo da devoção mariana e da imaginária de vestir em Portugal, o qual se tem, cada vez mais, alargado ao restante contexto hispânico[14].

DE JUSTINIANO A D. JOÃO I: COMO A IMAGEM SE TORNOU A CEUTA

Quer fosse pelo desconhecimento de documentos, relatos ou crónicas que o comprovassem; pela perda de memória coletiva; pela contínua instabilidade e insegurança da *plaza* que impedia averiguações aprofundadas; pela aparente antiguidade ímpar da imagem; ou pela ingenuidade devota e crédula em reaparecimentos milagrosos que perpetuava a lenda, facto é que durante séculos a origem da *Nuestra Señora de África* foi atribuída a tempos bizantinos, nomeadamente à ação do imperador Justiniano (482-565). Segundo essa crença, a imagem terá sido enviada pelo dito imperador ao então governador da cidade, Procopio, para que ali se estabelecesse o culto mariano. No entanto, caindo a cidade nas mãos dos mouros, os cristãos tê-la-ão enterrado para evitar a sua profanação, e seria descoberta muito mais tarde pelas tropas portuguesas aquando da tomada em 1415, através de uma luz vinda de um outeiro[15].

Quase sempre consensual, foi a ordem vinda do infante D. Henrique, de construir para essa imagem a primeira igreja portuguesa em terras africanas. Nas crónicas de Eanes Zurara (1410-1474) e Ruy de Pina (1440-1522), não obstante aparecerem diversas vezes referidas as romarias dos reis, infantes ou capitães à igreja de Santa Maria de África de forma a agradecer ou pedir proteção contra os mouros, não se relata a origem da imagem de Santa Maria de África, nem a construção da sua igreja. Contudo, a *Crónica do Conde D. Pedro de Menezes* de Eanes Zurara refere uma ligeira associação que podia indicar desde logo a ligação do infante à imagem e à igreja, quando no capítulo *VI - Como ElRey* [D. Joaõ I] *teve conselho sobre a gente, que avia de ficar na Cidade*, conta que "Joaõ Pereira a que por alcunha, chamavão Agostinho, ficou por Capitão de trezentos Escudeiros, que alli leixou o Infante Dom Anrique ao qual foi encomendada a guarda de Santa Maria d'Africa…"[16].

[14] Este *paper* é, desde logo, assumido como uma primeira abordagem ao objeto de estudo em questão – o caso específico da imagem da Nossa Senhora de África. É, portanto e inevitavelmente, incompleta e sujeita a uma mais aprofundada investigação que passa, acima de tudo, pela observação direta do enxoval da imagem e pela análise da sua relação inventarial de ofertas-ofertantes e existências atuais, o que implica uma próxima ida a Ceuta.

[15] DORNELAS, Afonso de - Santa Maria d'África - Padroeira de Ceuta, *op. cit.*, p. 7; GARCIA COSIO, José – *Ceuta. Historia, Presente y Futuro.* Ceuta: [s.n.], 1977, p. 215.

[16] ZURARA, Gomes Eanes – Chronica do Conde D. Pedro de Menezes. In SERRA, José Correa da (dir.) - *Collecção de livros inéditos de Historia Portugueza dos reinados de D. João I., D. Duarte, D. Affonso V., e D. João II.* Lisboa: Academia Real das Sciencias, 1792. Tomo II. p. 234.

A mesma *Crónica* pode também ajudar a delimitar a cronologia da edificação da primitiva igreja da Senhora de África, através de uma passagem do capítulo *XXI - Como estes presos*[17] *forom trazidos a Cepta no dia que o Conde casou com Dona Breatriz Coutinha* (parágrafo mais tarde repetido por Jerónimo de Mascarenhas na sua *História de Ceuta*[18]). Se atentarmos nesse capítulo, percebemos que a igreja já está construída em 1426, ano do terceiro casamento de D. Pedro de Meneses com D. Beatriz Coutinho:

> Caa eftando o Conde Dom Pedro no tambo com Dona Breatiz Coutinha, com que novamente casava, começarom d'aparecer aquelles presos atados em cordas, e vede que procissaõ fariam; e bem he verdade, que outras prezas foraõ jaa trazidas a Cepta de mayor aver, mas por certo nunca hy foi alguma dina de tanta honra como aquesta. Ao Domingo pela manhãa foi o Conde ás Fustas, e fez Cavalleiros Gonçalo Vazques, e Lopo Vazques homens certamente nobres, e que muitas cousas notavees fezerom contra os infiéis, assy no maar, como na terra; e des y foi-se á sua Missa; e por certo tal offerta era bem formosa de ver aos amigos, e triste aos contrários; caa sahirom aquelles atados per cordas, como jaa dissemos, com todas as Bandeiras, que lhes forom filhadas, as quaes eram levadas pelos principaes delles, cujas contenenças eram vestidas daquella tristeza, que o tal caso apresentava a seus corações, e assy forom levadas a Santa Maria d'Africa com muy grande, e alegre Procissom[19].

Zurara escreve esta *Crónica* entre 1458 e 1464[20], pelo que a paróquia e igreja de Santa Maria de África eram uma realidade com pelo menos três décadas. Isto porque data de 1434 uma *Súplica* do infante D. Henrique ao papa Eugénio IV (P. 1431-1447), na qual o primeiro diz ter mandado construir em Ceuta uma igreja paroquial para Santa Maria de África e pede que os limites da dita paróquia (anteriormente fixados pelo bispo de Ceuta) sejam alargados a Vale d'Ângere, Bulhões (Tutuão?) e Alcácer-Seguer[21]. Tal seria concedido em 1442 com a bula *Etsi Suscepti*, em que o papa Eugénio IV concede a paróquia e igreja à Ordem de Cristo e acede a agregação das ditas terras quando conquistadas aos mouros[22].

Somente em 1460, o infante D. Henrique redigia um documento onde afirmava ter sido ele a enviar a imagem de Santa Maria aos escudeiros que deixara em Ceuta, para aí ser construída uma igreja onde pudessem prestar culto

[17] Batalha de Alcacer para resgate do escudeiro de D. Duarte, Fernando da Silva, e de outros quinze cristãos. Veja-se ZURARA, Gomes Eanes – Chronica do Conde D. Pedro de Menezes, *op. cit.*, p. 553.

[18] MASCARENHAS, D. Jerónimo de – *Historia de la ciudad de Ceuta: sus sucessos militares, y políticos; memorias de sus santos e prelados, y elogios de sus capitanes generales.* Lisboa: Academia das Sciencias de Lisboa, 1918, p. 163-164.

[19] ZURARA, Gomes Eanes – Chronica do Conde D. Pedro de Menezes, *op. cit.*, p. 558-559.

[20] BROCARDO, Maria Teresa – Editar uma Crónica de Zurara. *Cahiers de linguistique hispanique médiévale* [Em linha]. Nº 20 (1995), p. 257-267 [Consultado em 20.07.2015]. Disponível na Internet: http://www.persee.fr/web/revues/home/prescript/article/cehm_0396-9045_1995_num_20_1_938.

[21] *Súplica do infante D. Henrique ao papa Eugénio IV* (resumo) [AV, Reg. Suppl., vol. 295, fl. 187 v.] visto em GARCIA, José Manuel (org.); ANDRÉ, Carlos Ascenso; MOREIRA, Pedro - *Documentação henriquina.* Maia: Castoliva Editora, 1995, p. 148.

[22] *Bula Etsi Suscepti* de 9 de Janeiro de 1442, vista em DORNELAS, Afonso de - Santa Maria d'África - Padroeira de Ceuta, *op. cit.*, p. 10-12.

à Senhora, sob a invocação "de África" (invocação também eleita por ele), e que doava essa igreja à sua Ordem de Cristo[23]:

> Eu, o jffamte dom Anrrique, rregedor e gouernador da hordem da caualaria de Nosso Senhor Jhesu Christo, duque de Uiseu e ssenhor da Couilhãa, ffaço ssaber aos que esta carta virem que quando o muito poderoso, excelente e da grande memorea elrrey dom Joham, meu ssenhor e padre, a que Deos de a ssua santa gloria, ffoy tomar a cidade de Çepta, eu ffuy com elle.
>
> E, despois da dicta tomada e partida que della fezemos, leixey em ella çertos meus, a saber: Joham Pereira, fidalgo de minha casa, e outros meus ffidalgos, caualeiros e escudeiros e criados meus, em guarda e defenssom della. Os quaees todos juntamente, com feruor de deuaçom e zello que tijnham aa rrelegiam christãa e a ssaluacom de ssuas almas, em meu nome, per minha autoridade, hordenaram hua jgreja pera ouuyrem em ella missa; aos quaaes eu mandey hua ymagem assaz deuota de Santa Maria, mandandolhe poer nome Santa Maria dAfrica, poendo a dicta jmagem na dicta casa que assy ffezeram e hordenaram. A quall Virgem Maria, por sua emfijnda e ssanta misiricordia e por acrecentamento da nossa ffe, ffaz muitos milagres, teendo os deuotos christãaos que em a dicta cidade moram e outros comarcãaos, assy dos rregnos de Castella como do rregno do Algarue, e muitos catiuos christãaos que jazem em terra de mouros em ella muy grande deuaçam; dando eu logo a dicta igreja a dicta hordem e fazendo della comenda, da quall ffoy o primeiro comendador frey Diogo Aluarez e despois ffrey Ruy de Faarom e desy frey EsteuEanes Montanha, cujas almas Deus aia, e ora frey Aluaro de Saa, que ao presente a possuy, lemitando e anexando e dando, a meu rrequerimento, o ssenhor ssanto padre jsso meesmo a dicta jgreja por freeguesya e lemite della Tutuam e Valdanger e a uilla dAlcaçer, quando dos fiees christãaos fosse possoyda, ffazendo assy a dicta jgreja parrochial. (…)[24].

O infante prossegue explicando que não fez de imediato a carta da presente doação à Ordem de Cristo, mas que esta era irrevogável:

> E, porquanto ataa ora nom era fecta minha carta desta doaçom que assy tijnha ffecta aa dicta hordem, pera a ella teer em sseu cartoreo, mandey ffazer esta, per a qual afirmo e hey por booa a primeira dada que assy ffecta tijnha aa dicta hordem. E lhe ffaço pura, yrreuogauel doaçom pera todo o ssenpre, pollas muitas rrendas e emfenitisimos beens e seruiços das pessoas della que tenho rreçebidos, dandolha assy como per direito lha eu posso dar e assy como per o ssancto padre e per elrrey meu ssenhor me he outorgada; a quall, com a ajuda de Deus, que se ssumo bem, e da bemauenturada Virgem Maria ssua madre, minha Senhora, persseueraram em a dicta posse, em acreçentamento da ffe dos christãaos e em ouprobio e doesto e ssogeiçom dos da sseita de Mafamede. (…)[25].

[23] Segue-se depois a redação de outras cartas que confirmam a ligação do infante à *Nuestra Señora de África*, nomeadamente em que ordena a realização de missas em sua honra naquela igreja e noutras que mandou construir e, finalmente, no seu testamento, em que reafirma que foi ele quem "estabeleceu e ordenou a Igreja de Santa Maria de África". Visto em GARCIA, José Manuel (org.), ANDRÉ, Carlos Ascenso; MOREIRA, Pedro - *Documentação henriquina*, *op. cit.*, p. 113-114; 118-120; 121-122.

[24] *Documento de doação do infante D. Henrique*, Vila do Infante, 19 de setembro de 1460 [Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Coleção Especial, parte I, caixa 72] visto em Idem, p. 106-107.

[25] Idem.

Continua depois encomendando uma missa semanal ao sábado em todas as igrejas por ele ordenadas:

> E rrogo e encomendo, per esta presente, ao capelam que em dicta Santa Maria dAfrica esteuer e ao vigayro de Santa Maria dAlcaçer e a quaeesquer outros capellãaes e vigajros que ao diante forem, em mjnha vida e despois de minha morte, por ssenpre, com a graca de Deus e sua ajuda, em as jgrejas que se fezerem em cada huu dos outros dictos lugares de Tutuam e Ualldanger, que lhes praza, em cada ssomana, ao ssabado, dizer hua missa, cada huu em ssua jgreja, de Santa Maria, por mjnha alma; e a comemoraçam sseja de Sancto Sprito, com sseu rresponso e a oraçom de *Fidelium Deus*.
>
> E, ante de começarem as misas, sse voluam pera os que a ellas esteuerem, pedindolhes, alta voz, no amor de Deus, que digam o *Pater noster* e *Aue Maria* pella mjnha alma e daquelles por que theudo ssom rrogar. E, depois que sentirem a oraçam acabada, vãao per ssua missa em diante.
>
> E, porque os ffectos dos homens per longos tempos esqueeçem e seus boons fectos nom podem ser perpetus; em louvor de meu Jhesu Christo e por memorea minha e rrenembrança dos meestres e gouernadores da dicta hordem que despois de mym vierem, mandey sseer fecta esta minha carta, asijnada per minha mãao e asseelada do ssello de minhas armas, a quall mandej poer no cartareo do conuento da mjnha villa de Tomar.
>
> Fecta em a mjnha Villa, xix dias de ssetenbro. Joham de Moraaes a ffez. Anno de Nosso Senhor Jhesu Christo de mill e iiij^{c} Lx. (...)[26].

Curiosamente, esta tradição foi simbolicamente recuperada na igreja de *Nuestra Señora de África de Ceuta*, onde nos primeiros sábados do mês se reza pelo infante D. Henrique[27].

Tendo em conta este documento - do qual deu notícia pela primeira vez Afonso de Dornelas[28] - este mesmo estudioso (que vários textos dedicou a Ceuta e à imagem da Senhora de África) admite que o envio da imagem e a construção da sua igreja terão sido imediatos à tomada de Ceuta, visto que em 1460, o infante D. Henrique dava já conta da passagem do quarto vigário pela paróquia. Avança mesmo com o ano de 1418 devido a uma mal

[26] Idem.

[27] Sabatina a Santa María de África en recuerdo del Infante de Portugal, D. Enrique de Avis. *Primitiva Cofradía de Caballeros, Damas y Corte de Infantes de Nuestra Señora de África Coronada* [Em linha]. [Consultado em 24.07.2015]. Disponível na Internet: http://www.virgendeafrica.es/afcultosotros.htm.

[28] DORNELAS, Afonso de - Santa Maria d'África - Padroeira de Ceuta, *op. cit.*, p. 9.

interpretada passagem da *Crónica de Dom Pedro de Menezes de Zurara*[29], que António Brásio viria a contestar e corrigir[30].

Assim, pelo que sabemos, e visto não existirem ou não serem ainda conhecidas fontes documentais que atestem a verdadeira data de construção da igreja e do envio da imagem para Ceuta, podemos apenas admitir a possibilidade de que se terão processado até 1426. Certeza, é a do predomínio insistente da lendária origem bizantina e justiniana da imagem claramente gótica de *Nuestra Señora de África*.

Jerónimo de Mascarenhas explica como o imperador Justiniano mandou construir, na Ceuta romana, uma igreja dedicada à Virgem, mas de imediato identifica claramente que essa não é a mesma da Nossa Senhora de África, ordenada pelo infante:

> Nó nos falta memoria de q' el Emperador Justiniano tenia en Ceuta un Tribuno, con muchos soldados, i nauios ligeros para guarda del estrecho, i par dar auiso al Capitán de la Ciudad de Cesárea, como este los dava al maestre de la milícia de Oriente, q' según parece, era generalissimo de los Capitanes de las otras provincias. No ignoramos también la memoria q' nos dexó Procopio en sus libros de los edificios del mismo Justiniano, cuyo secretario fue, de la sumptuosa Iglesia, q' este Emperador mando edificar en Ceuta, dedicada á la virgen Señora nuestra. A algunos ha parecido ser esta la q' oi se llama nuestra señora de África, mas con poca raçon, por q' no parece en la grandeça a los edificios q' este Principe fabricava, q' eran de gran magestd. La de nuestra señora de África es obra de moderada architectura, i edificio del valeroso Infante Don Enrique hijo del Rey Don Juan el primero de Portugal[31].

Também Alejandro Correa de França, na sua *Historia de la Mui Noble y Fidelíssima Ciudad de Ceuta* (terminada em 1750 e publicada pela primeira vez em 1767), relata por Procopio, a construção de uma "magnífica basílica dedicada a la Sacratíssima Virgen Madre", devida à devoção daquele imperador e "de la que ni aun los vestígios

[29] DORNELAS, Afonso de - Santíssima Virgem d'África – Padroeira de Ceuta. In *De Ceuta a Alcacer Kibir em 1923.* Lisboa: Casa Portugueza, 1924. p. 145-147.

[30] BRÁSIO, António – Santa Maria de África. *História e missiologia: inéditos e esparsos.* Luanda: Instituto de Investigação Científica de Angola, 1973. p. 74. Refira-se a propósito desta contestação de António Brásio quanto à existência da igreja da Nossa Senhora de África à data de 1418, que esta também viria a ser mal-interpretada em BRAGA, Isabel M. R. Mendes Drumond; BRAGA, Paulo Drumond – *Ceuta Portuguesa (1415-1656)*, *op. cit.*, p. 148, quando se diz "Não se pode determinar a data certa da erecção desta casa, apenas que já existia aquando o cerco de 1418". Refira-se, ainda, uma notícia que nos chega através da historiografia espanhola, e que informa como Enrique Arques na sua obra de 1966, "Las Adelantadas de España", data a chegada da imagem a Ceuta em 1420, através daquele que parece ser o documento aqui citado da doação da imagem e igreja à Ordem de Cristo pelo infante D. Henrique, datado de 19 de setembro de 1460. *In* GARCIA COSIO, Jose – *Ceuta. Historia*, *Presente y Futuro*, *op. cit.*, p. 215. Por fim, Teresa Gomez aponta para 1421 o envio da imagem, baseando-se "documentalmente en un escrito firmado por el próprio Infante y fechado años después en 1460", não identificando, contudo, a localização desse documento. In CRUZ SOLIS, Raimundo; POZA VILLACAÑAS, Isabel; GÓMEZ ESPINOSA, Teresa (coord.) - *Nuestra Señora de África: processo de restauración.* Madrid: Caja de Madrid, Ministerio de Cultura, Dirección General de Cooperación Cultural, Dirección General de Bellas Artes y Archivos, Instituto de Conservación y Restauración de Bienes Culturales, Dirección Provincial de Cultura de Ceuta, 1992.

[31] MASCARENHAS, D. Jerónimo de – *Historia de la ciudad de Ceuta: sus sucessos militares, y políticos; memorias de sus santos e prelados, y elogios de sus capitanes generales*, *op. cit.*, p. 10.

se allaron al tiempo de la expugnación de los portugueses"[32]. Adiante, relata como a milagrosa imagem da Virgem de África foi descoberta pelos portugueses e como D. Henrique lhe ergueu uma igreja, referindo aqui a suposição de que poderia ser a imagem que Justiniano ofereceu à sua basílica:

> Es tradicción, para mí indubitable, que, hallándose en esta ocasión en Ceuta el yfante don Enrique com su hermano don Juan, fue hallado, en el campo de los moros y parage que de tiempo imemorial se llama Nuestra Señora de África, y que por este feliz hallazgo se nombra así este sitio que cae entre el topo, que aora dizen talanqueira, y el arroyo del Puente, a la vista y no lejos de esta plaza, y que este divino simulacro de la Santíssima Virgen fue colocado en la yglesia paroquial de Nuestra Señora de los Ángeles. Y que en dos ocasiones se halló a la mañana rodeado de piedras en el suelo y postura que al presente se venera, mirando al occidente y campo de los moros. Y que este prodígio dio motibo al yfante don Enrique para que allí, en el mesmo lugar, le mandasse erigir ermita. La erección de la ermita por el ynfante don Enrique consta, lo demás es tradicción como se há dicho. Este bulto santo es de talla de madera permanente y su labor muestra ser de antiquíssimos tempos, lo que me haze crer es vna de las devotas reliquias que fueron sepultadas por los cathólicos en tiempo de la persecución de los hereges vándalos, o la que se coloco en el templo mandado hazer poe el devoto emperador Justiniano, (…) o de las que se tumularon al tiempo que Ceuta fue poseída de los mahometanos. Esta soberana ymagen está sentada com su hijo, nuestro Dios, en su regazo y es de quien pende la defensa y consuelo de esta plaza con estupendos milagros.

De facto, são inúmeras as lendas ibéricas que explicam a origem ou aparecimento de imagens milagrosas, relatando como estas eram escondidas ou enterradas para que não fossem profanadas pelos mouros, e depois encontradas por inspiração divina, normalmente por pastorinhas[33].

Ainda nesta obra, Correa de França conta-nos um episódio controverso passado a 5 de agosto de 1748, dia da festividade de *Nuestra Señora de África*, no qual o frei Nicolás de la Santíssima Trinidad tentou esclarecer a origem da imagem da mesma, atribuindo a sua criação ao evangelista São Lucas e a sua vinda para Ceuta pelas mãos de São Pedro. Obviamente, tal explicação terá causado alguma polémica e um anónimo e curioso "ex professo", assim identificado por Correa de França, decidiu averiguar a verdade desta atribuição e, claro, contestá-la num documento que o cronista copiou[34]. O discurso é interessante não só pela argumentação erudita e pelas várias fontes em que se baseia, mas também por aflorar os receios da primitiva Igreja Cristã relativos ao uso de imagens de vulto e ao perigo da idolatria:

> Venera la deuoción en Ceuta a el simulacro prodigioso de María Santíssima de África como a su patrona y en quien, sempre a costa de imensos benefícios reciuidos, ha librado esta plaza quantos há anelado, com la satisfacción de

[32] FRANÇA, Alejandro Correa de - *Historia de la mui noble y fidelíssima ciudad de Ceuta*, *op. cit.*, p. 79.

[33] A título de exemplo, vejam-se os volumes de SANTA MARIA, Frei Agostinho de – *Santuario mariano, e historia das imagens milagrosas de Nossa Senhora, e das milagrosamente aparecidas, em a India Oriental, & mais conquistas de Portugal, Asia Insular, Africa, & Ilhas Felippinas.* Lisboa: Na Officina de Antonio Pedrozo Galram, 1707-1723, 10 tomos.

[34] FRANÇA, Alejandro Correa de - *Historia de la mui noble y fidelíssima ciudad de Ceuta*, *op. cit.*, p. 501.

> experimentarlos continuos mediante su soberano ynfluxo. Pero, en llegando a tocar en el origen de este ymán de nuestras delicias, todos absortos, nos hemos contentado com emular en la misteriosa duda angélicas expresiones, alternando ¿quál es ésta?, en que a la verdade no se erraba el caminho de admirar más y más su celsitud. Hasta que recomendable sugeto por todas circunstanzias aseguró en venerando sitio, día en que se celebra la soberana reyna este año de 1748, que como obra del sagrado evangelista san Lucas trajo a nuestra imagen a esta plaza el señor san Pedro, quando su peregrinación a España. Noticia que há echo mayor ympresión (no sé si tanto por especiosa como por fundada) aun en la creencia no común, de suerte que, hallándose ya como desposeyda de entre las gentes aquella yndecissión concon que se lisonjeaban, me há puesto en términos de tomar la pluma para restituirlhe su quietud antigua (...)[35].

Após esta introdução o "Anónimo" começa por descredibilizar a teoria de que São Pedro teria passado por Espanha e que, muito menos traria com ele uma escultura:

> No me parece fuera del ytento vna reflexión que imposivilita igualmente la creencia de que el señor san Pedro trajese este simulacro (aun concedendo por dar más lugar a ella) la venida del santo a España, mayormente quando se afirma que, com la de África, trajo consigo otras muchas imágenes; y es ésta: porque era estrechíssima ley del ytinerario apostólico no poder lleuar por los caminos más que vn báculo [Evang. Marc. c.6 n.8]. Y es sin duda que para el transporte de tantas estatuas, que si todas eran como la nuestra le hemos de considerar más de quatro arrobas de peso a cada vna, se necesitaban mui costosas y ruidosas providencias, que desdicen desde luego com lo mandato por Christo. (...) A la primera satisfacción digo que pueden admitirse como medios para la comversión las ymágenes, pues de san Lucas se lee lleuaba siempre vna de Christo y otra de su Madre pintadas de su mano, con las que logro maravillosas combersiones [M. Villegas in Flos SS. Vit. S. Luc. 18 octob.]. Pero no hay razón para creerlas de bulto aquéllas, así por el yncombeniente de lo embarazoso a un pobre caminhante como por los que se apuntan en párrafo siguiente, del que se comvenze que, aun suponiendo la peregrinación, deuían ser no más que pinturas; conque queda excluida nuestra ymagen, que nadie ignora es de talla[36].

Por fim, este autor explica como é impossível que a escultura seja obra de São Lucas:

> Ha corrido com tanta azeptación la adjudicación de nuestra imagen a el artífice evangélico que, aun entre los más cultos, la oygo proferir como canon; y, la verdade, tiene devilíssimos fundamentos, porque, recorrendo las historias más antíguas y admitidas, sólo se lee de el santo que fue pintor y médico. (...) ¿quién se há de persuadir fueron de talla las echuras de san Lucas, quando están contextando tantos y tan antíguos escritores, así de las de santo como de las de aquel tiempo, cuio author no se nombra, en que todas eran pinturas, sin hallarse el más leue vestigio de las estatuas? (...) Y lo pruebo alegando la authoridad del doctíssimo padre M. Graveson que muebe, en su Historia Ecclesiastica, la vtil especiosa advertencia de ¿quáles ymágenes fueron más antiguas en la Yglesia, si las de bulto o las pintadas? Y

[35] Idem, p. 502.

[36] Idem, p. 505.

> responde no hauer sido reciuidas las estatuas com tanto tanto tiempo como las pinturas, porque el Sagrado Concilio General 7º, Niceno 2, sólo admite las segundas, hauiéndose entrado insensiblemente las primeiras por las puertas de la Yglesia después del citado Concilio, persuadiéndose a ello porque en los primeros tempos aún duraba el eco de los preceptos mosaycos, entre los que cree miraba alguno a prohivir estatuas, y también porque las disputas que se encuentran de los Padres contra los gentiles, para desvanezer falsas adoraciones sólo por mirar a las estatuas, que en el citado tiempo tubieron lugar en la Yglesia, por el ningún rezelo que hauía ya de ydolatría. (…) Si las ymágenes de talla o estatua tubieron principio en la Yglesia después del citado Concilio Nizeno segundo, ni pudo san Pedro traer la de África, que es de bulto, ni menos ser obra ésta de san Lucas. Se prueba porque dicho Concilio se celebró governando la Yglesia el papa Adriano 1º, año de 780. San Pedro, según lo más probable, murió el de 66. San Lucas, el 29 del fallecimiento de Nuestro Redemptor. Luego vivieron en tiempo de la prohivición y no vso de las estatuas y, de consiguiente ni pudo hazerla el vno ni traerla el outro. (…)[37].

Assegurada e esclarecida (pelo próprio infante D. Henrique) a responsabilidade pelo envio da imagem de *Nuestra Señora de África* e pela construção da sua igreja, revista a lenda em torno da sua origem bizantina, e contada a tentativa caricata de a fazer passar por obra de São Lucas, resta clarificar um último equívoco.

Foram várias as situações em que se confundiu a escultura de madeira representando a *Pietà* que aqui estudamos, com a escultura de pedra que representa a Virgem com o Menino, também levada para Ceuta por portugueses, e que foi invocada ao longo da sua vida como: Santa Maria da Assunção, Nossa Senhora dos Anjos, Nossa Senhora Conquistadora, Nossa Senhora "a Portuguesa" ou *Portuguesiña* e, por fim, *Nuestra Señora del Valle*.

No tomo oitavo do *Santuario Mariano* (1720), frei Agostinho de Santa Maria relata a origem da Imagem de Nossa Senhora de África, confundindo-a com a da Virgem da Assunção, atribuindo a sua encomenda ao rei D. João I:

> Nesta cidade de Ceuta, se tem em muyto grande veneração huma devotíssima, & milagrosa Imagem da Rainha dos Anjos, a quem daõ o título de nossa Senhora de Africa, a qual se vè colocada na sua mayor Igreja. Esta Santíssima Effigie de Maria Santissima, mandou fazer El Rey D. João o primeyro de Portugal, & a levou comsigo, quando passou a Africa, a expugnar aquella Cidade; & logo que a conquistou, a fez colocar na sua mayor Mesquita, depois de purificada, para que ella fosse a sua principal Governadora, & defensora. (…)[38].

Dadas as incongruências e também porque, ao contrário do que é comum no *Santuario Mariano* (onde habitualmente nos são descritas fisicamente as imagens, ainda que com um mínimo de detalhes), neste caso não se apresentam quaisquer características iconográficas, podemos depreender que frei Agostinho de Santa Maria não terá visto a imagem de Nossa Senhora de África e não terá obtido dados claros junto de outros que a tivessem visto.

[37] Idem, p. 507-509.

[38] SANTA MARIA, Frei Agostinho de – *Santuario Mariano …*, *op. cit.*, 1720, tomo oitavo, p. 344-345.

Possivelmente por altura da redação desta obra, a fama da Santa Maria de África era já sobeja, e a falta de relatos diretos terá levado frei Agostinho a tomar como imagem dessa invocação, a escultura de pedra que foi levada por D. João I para Ceuta, logo em 1415, e que de facto foi colocada na Sé (antiga Mesquita maior), a qual o rei dedicou, seguindo as restantes catedrais do país, a Santa Maria da Assunção[39]. Por outro lado, ao finalizar o capítulo, frei Agostinho afirma:

> O Conde da Eryceira Dom Fernando de Menezes diz que o Infante D. Henrique, fora o que à Senhora de Africa lhe fundara sua casa, & seria depois de se verem de todo seguros, & pacíficos, & para que estivessem mais defendidos, quiz dar à Senhora huma casa própria, para mais a obrigar a defender aquelle propunaculo da Cristandade[40].

Ao citar D. Fernando de Menezes e a sua obra *Historia de Tanger que compreende las noticias desde su primera conquista hasta su ruina* (a qual consultou ainda em manuscrito já que esta viria a ser impressa apenas em 1732), frei Agostinho revela o seu desconhecimento quanto à realidade da cidade de Ceuta e das suas casas religiosas. No entanto, a confusão também pode ser efeito da demolição da catedral de Ceuta em 1677 e da mudança da Sé e da imagem da Senhora da Assunção para a igreja de Santa Maria de África[41].

O equívoco entre as duas imagens não deixa de ser curioso. Ambas representam duas vertentes iconográficas icónicas da temática mariana: por um lado a Virgem com o Menino Jesus ao colo, dócil e esguia; por outro lado a *Pietà* entronizada, segurando o cadáver de Cristo, símbolo da derradeira dor.

A vida algo tumultuosa da escultura pétrea levada para Ceuta por D. João I pode explicar que esta seja tantas vezes confundida com outras. Como nos explica o padre Jacinto dos Reis[42], após assumir a titularidade da Catedral (antiga mesquita) de Santa Maria da Assunção, e depois de ser também intitulada Nossa Senhora dos Anjos e de ser conhecida como "a Conquistadora" ou *Portuguesiña*, passou pela igreja de Santa Maria de África, acabando depois na Igreja de *Nuestra Señora del Valle*. António Brásio conta-nos que em 1958 esta imagem se encontrava "arrumada" na sacristia da referida Igreja da Senhora do Vale[43], mas décadas antes, aquando da visita de Afonso de Dornelas a Ceuta (1923), a imagem encontrava-se numa mesa em frente ao altar da mesma igreja, enquanto no altar propriamente dito se encontrava outra imagem da Virgem[44].

[39] BRÁSIO, António – A primitiva catedral de Ceuta. *História e missiologia: inéditos e esparsos*, *op. cit.*, p. 56-71.

[40] SANTA MARIA, Frei Agostinho de – *Santuario mariano...*, *op. cit.*, p. 346.

[41] BRÁSIO, António – A primitiva catedral de Ceuta. *História e missiologia: inéditos e esparsos*, *op. cit.*, p. 56-71.

[42] REIS, Padre Jacinto dos – *Invocações de Nossa Senhora em Portugal de Aquém e Além-Mar e seu Padroado*. Lisboa: [s.n.], 1967, p. 611-613.

[43] BRÁSIO, António – A primitiva catedral de Ceuta. *História e missiologia: inéditos e esparsos*, *op. cit.*, p. 56-71.

[44] DORNELAS, Afonso de - *De Ceuta a Alcacer Kibir em 1923*. Lisboa: Casa Portugueza, 1924, p. 78-79.

Certo é que, atualmente, é esta a imagem tida como *Señora del Valle*, encontrando-se no altar principal da igreja e, após ter sido alvo de um desastroso restauro do qual saiu totalmente pintada nos anos 70, foi recentemente recuperada pelo conservador Álvaro Domínguez Bernal.

A escultura mais antiga da Virgem existente em Ceuta, restaurada entre setembro e novembro de 2014, foi sujeita a um processo de limpeza da pedra, de retirada da policromia dos anos 70 e de reintegração dos seus volumes originais[45], resgatados a partir de antigas fotografias e de uma cópia dos anos 60, feita em Portugal para figurar na Exposição Henriquina[46]. Esta cópia, oferecida ao Museu da Marinha por ocasião do dia da Marinha de 1961, foi e continua a ser alvo de mais incorreções.

Quando foi colocada no Museu, o almirante Quintanilha de Mendonça Dias (1898-1992), então ministro da Marinha, colocou-lhe no braço uma réplica do já referido áleo ou bastão, que tradicionalmente pertenceu a D. Pedro de Menezes, primeiro capitão de Ceuta. Ora, como muito bem nomeou Jacinto dos Reis[47], este é um atributo pertencente à imagem de Nossa Senhora de África, e não à Senhora da Assunção/ dos Anjos/ Conquistadora/ *Portuguesiña/ del Valle.* Podemos tentar justificar este facto, com a vontade de associar estas duas importantes esculturas levadas pelos portugueses para Ceuta, numa só imagem. No entanto, ao visitarmos o *site* do Museu da Marinha, o título dado a esta cópia é "Santa Maria de África" e a descrição que nos surge revela inúmeras incongruências:

> Nesta sala existe a réplica da Virgem que acompanhou a expedição a Ceuta, em 1415, tendo saído de Lisboa a bordo da caravela do Infante D. Henrique. Após a conquista, a imagem foi desembarcada e, em procissão, seguiu para uma mesquita transformada em igreja, então chamada de «Nossa Senhora do Vale», onde ainda hoje se encontra. A imagem foi denominada pelos portugueses «A Africana», «A Conquistadora». Curiosamente, mais tarde, os espanhóis chamaram-lhe «A Portuguesa»[48].

Por fim, não se entende porque se escolheu fazer cópia dessa imagem, e não da de Santa Maria de África, para figurar na exposição celebrativa de D. Henrique, visto ter sido essa a escultura que o infante encomendou.

[45] J. M. R. G. – Nuestra Señora del Valle se muestra a los ceutíes tal y como fue en sus orígenes. *El pueblo de Ceuta.* [Em linha]. 1 de dezembro de 2014 [Consultado em 25.07.2015]. Disponível na Internet: http://www.elpueblodeceuta.es/201412/20141201/201412016104.html.

[46] PUYA, Mercedes – La Virgen del Valle vuelve a su templo después de su restauración. *Diócesis de Cádiz y Ceuta* [Em linha]. 1 de dezembro de 2014 [Consultado em 25.07.2015]. Disponível na Internet: http://www.obispadodecadizyceuta.org/noticia/virgen-valle-vuelve-su-templo-despues-su-restauracion.

[47] REIS, Padre Jacinto dos – *Invocações de Nossa Senhora em Portugal de Aquém e Além-Mar e seu padroado*, *op. cit.*, p. 611-613.

[48] *Descobrimentos.* Museu da Marinha [Em linha]. [Consultado em 25.07.2015]. Disponível na Internet: http://museu.marinha.pt/pt/sobreomuseu/plantadomuseu/descobrimentos/Paginas/default.aspx#santamaria.

DE ESCULTURA DE RETÁBULO A IMAGEM PROCESSIONAL

Como já foi aqui referido, a "ymagem assaz deuota" de *Nuestra Señora de África* representa a *Pietà*, ou Nossa Senhora da Piedade, já que retrata o momento em que a Virgem segura o corpo de Cristo após o descimento da cruz. Talhada em madeira de cedro, trata-se de uma escultura de grande expressionismo, sobretudo patente no cadáver de Cristo e no rosto de dor de Maria. A extrema magreza e angulosidade de Cristo denotam uma possível influência germânica. O eficaz trabalhado das pregas do manto da Virgem na zona da sua manga esquerda, dos joelhos e no cair das pernas, pode indicar também a influência da Europa central[49].

O conjunto, ainda que entronizado, é também marcado pela verticalidade, que se nota no corpo superior alongado de Nossa Senhora e é evidenciado novamente pela magreza e inclinação do corpo de Cristo. O rosto da Virgem, também algo alongado, demonstra uma comoção contida. Dos olhos esbugalhados caem lágrimas com um relevo muito subtil, o excessivo arqueado das sobrancelhas é prolongado pelo nariz fino e longo que termina nos lábios cerrados e num queixo pequeno e redondo. A cara é emoldurada por uma touca branca que tapa também o peito, rematado elegantemente por um cinto atado ao centro. O rosto de Cristo, voltado para nós, exibe a mesma nota alongada, ainda que mais geometrizada. Falta-lhe a original coroa de espinhos esculpida, retirada em data incerta. Ressaltam as linhas cruas dos ossos e o pregueado cerrado do cendal, ou pano da pureza.

Desconhecem-se a sua autoria e datação concretas, no entanto, podemos admitir que a sua produção se situa em torno de 1400, num Portugal habituado à circulação de artistas e linguagens artísticas internacionais[50].

O restauro da imagem, efetuado em Madrid entre março e dezembro de 1991, que consistiu num detalhado processo de limpeza, desinfeção da madeira e retirada das camadas de repintes ulteriores que alteraram a leitura das expressões, revelou a policromia original e alguns detalhes importantes como um subtil ornamento entre o véu e as bochechas da Virgem, ou a pintura de sangue no corpo de Cristo[51].

A imagem está quase totalmente talhada num só bloco de madeira, excetuando a cabeça de Cristo, a mão esquerda da Virgem e duas peças laterais do trono[52]. Trata-se de uma peça de retábulo, visto que não é esculpida na parte posterior e tem mesmo essa estrutura escavada ou côncava. Em 1955, foi-lhe adicionada uma tábua traseira em madeira de cipreste, que tapa esse vazamento[53]. Em data incerta, mas possivelmente ainda no século XVII, foi-

[49] GÓMEZ ESPINOSA, Teresa – Nuestra Señora de Africa: estudio histórico-artistico. In CRUZ SOLIS, Raimundo; POZA VILLACAÑAS; GÓMEZ ESPINOSA, Teresa (coord.) - *Nuestra Señora de África: processo de restauración*, *op. cit.*, p. 19-25.

[50] Idem, p. 23-25.

[51] CRUZ SOLIS, Raimundo; POZA VILLACAÑAS, Isabel – El proceso de conservación y restauración y recomendaciones para la conservación de la imagen. In CRUZ SOLIS, Raimundo; POZA VILLACAÑAS; GÓMEZ ESPINOSA, Teresa (coord.) - *Nuestra Señora de África: processo de restauración*, *op. cit.*, p. 48-52.

[52] ANTELO, Tomas; GABALDON, Araceli; YRAVEDRA, Maria – Estudio radiográfico. In CRUZ SOLIS, Raimundo; POZA VILLACAÑAS; GÓMEZ ESPINOSA, Teresa (coord.) - *Nuestra Señora de África: processo de restauración*, *op. cit.*, p. 29.

-lhe também adicionado um suporte em madeira de pinho, no interior da peanha da Virgem, provavelmente com a intenção de reforçar a base e possibilitar as saídas processionais da imagem, visto que apresenta "ferragens de enrosque que permitem aparafusar a imagem ao andor a partir da base da peanha"[54]. A datação deste suporte vai ao encontro das fontes documentais que nos dizem que as primeiras procissões da imagem aconteceram no século XVII. Segundo Correa de França, a primeira saída foi em 1602, como nos relata, devido à peste:

> … le sucedió en el governo su hermano don Alfonso de Noroña, en cuio tiempo se renobó la peste. Por este motibo el clero y Ciudad, en 8 de abril de 1602, lleuaron a la catedral en procesión de lágrimas y suspiros a la milagrosa imagen de Nuestra Señora de África, madre piadosa y refugio de estos ciudadanos. Continuaron las rogatibas y penitencias y en 8 de maio ya se experimento alguna mejoría y, proseguiendo las súplicas, se aplacó la ira divina. Y en 13 de iullio, en procesión de gracias y alegrias se restituió esta sagrada imagen a sua antigua ermita[55].

Segundo o mesmo autor, voltaria a processionar devido à peste em 1648, 1677, 1737 e 1743[56] (Correa de França termina a redação da sua *Historia* em 1750). Esta última saída é mais profusamente relatada pelo escritor - que a ela provavelmente assistiu diretamente -, descrevendo o percurso do cortejo pelas várias ruas desde as cinco da tarde às onze da noite:

> Los antídotos específicos, preservativos del corriente mal, de que ya vsábamos, no eran bastantes para embotar sus agudas puntas. Su veneno insensiblemente se communicaba y todos sentíamos Dolores en las ingles, vajo de los brazos, y en el cuerpo indisposizión particular. Los ayunos, limosnas, novenas, votos, rogativas, sacrifícios, confesiones y comuniones em que los temerosos de Dios empleaban, las rogativas y las penitenzias com que de noche (antes de la prohivición) las venerables comunidades religiosas y hermandad de la Escuela de Christo salían en procesión, no conseguían aplacar la ira de Dios, tantas vezes descarada y temerariamente por nosotros ofendida.
>
> En estas aflicciones se acordo saliese de su casa nuestra protectora y madre la Virgen de África para que, a su vista sereno el cielo, nos embiase el deseado suabe rocío de la salud. Combocado el excelentíssimo governador, Ciudad, comunidades religiosas y toda la guarnizión, se dispuso la procesión a las cinco de la tarde del día 10, lleuando en ombros la sagrada imagen los señores prevendados, que se remudaban com otros venerables sazerdotes. Al estruendo marzial de artillería, se encaminó com la mayor deuoción a la calle Derecha y vajó por la de Iuan de Taboada o del Espíritu Santo, salió por la puerta de la Almina hasta la plaza del Hospital Real, en que hizo parada y el mui reverndo padre guardián de San Francisco vna docta tierna plática, y siguió a San Pedro (ya iluminadas todas las ventanas en la ciudad y Almina, como asimismo las murallas, el Acho y castillo de San Amaro) y al caminho sobre la playa que

[53] CRUZ SOLIS, Raimundo; POZA VILLACAÑAS, Isabel – El estado de conservación de la talla previo al tratamiento. In CRUZ SOLIS, Raimundo; POZA VILLACAÑAS; GÓMEZ ESPINOSA, Teresa (coord.) - *Nuestra Señora de África: processo de restauración*, *op. cit.*, p. 34-36.

[54] Idem, p. 41. Tradução nossa.

[55] CORREA DE FRANÇA, Alejandro - *Historia de la mui noble y fidelíssima ciudad de Ceuta*, *op. cit.*, p. 206.

[56] Idem, p. 301.

> mira a España, hasta el baluarte de San Sebastían, en que descanso y predico el trinitário descalzo fray Rodrigo de San Nicolás. De este sitio (entrando en la ciudad) se dirigió la procesión por la calle que en derechura se conduze al santuário de la Reyna de los Ángeles, en cuia puerta principal dijo la vltima oración, com su acostumbrado espíritu y elocuencia, el reverendo padre fray Christóval de San Phelipe, escritor general de la religión trinitaria descalza, número 175. Y a las once de la noche se restituió la Virgen a su camarí, saludada de la artillería de la Muralla Real, no hauiendo cesado la descarga del cañon de toda la plaza durante la función, que fue con la mayor solemnidad ejecutada, librando la confianza de sus hauitadores, que en lágrimas se desazían, verse esentos de tan funesto acidente por el especial patrocinio de sua abogada[57].

É visível, ao longo do relatório que temos citado (publicado após o restauro da obra em 1992), a consternação dos responsáveis pelo processo, relativamente à adaptação da imagem à função processional. Como a certa altura afirmam, "esta imagem concebeu-se para ser colocada num retábulo e nunca como figura de proa"[58], no entanto, a devoção da comunidade e a sua aura milagrosa e estatuto de protetora e padroeira da cidade, levaram-na para as ruas.

Causa, ou não, das saídas processionais, é a tradição de vestir totalmente a Virgem, deixando-lhe apenas visíveis a cara, as mãos e o corpo de Cristo (ver imagem 3). Às ricas roupas, juntam-se as coroas para as duas figuras (note-se que originalmente existia uma coroa de espinhos talhada na cabeça de Cristo, que possivelmente foi mutilada para se coroar a figura com prata ou ouro), além de outros adornos que ao longo dos séculos os devotos foram oferecendo, como condecorações e joias[59].

São várias as ocasiões em que o relatório aconselha o fim do uso desta peça nas procissões. Sugere-se a realização de uma réplica da mesma para se usar nos cortejos anuais e para que a autêntica possa ser adorada seguramente no altar, isto porque os movimentos e a trepidação a que está sujeita durante as procissões causa a abertura de fendas. Desaconselha-se, vivamente, que seja vestida e adornada, já que estas transições danificam seriamente a policromia da peça[60].

Na introdução a este relatório publicam-se as atas das reuniões dos técnicos de conservação e da comissão que seguiu o processo, constituída, entre outros, pelo pároco do Santuário de *Nuestra Señora de África* e pelo *Hermano Mayor* da sua Confraria. Logo na primeira reunião, datada de 25 de abril de 1991[61], fica assente o conselho de

[57] Idem, p. 447-448.

[58] CRUZ SOLIS, Raimundo; POZA VILLACAÑAS, Isabel – El estado de conservación de la talla previo al tratamiento. In CRUZ SOLIS, Raimundo; POZA VILLACAÑAS; GÓMEZ ESPINOSA, Teresa (coord.) - *Nuestra Señora de África: processo de restauración*, *op. cit.*, p. 41. Tradução nossa.

[59] GÓMEZ ESPINOSA, Teresa – Nuestra Señora de Africa: estudio historico-artistico. In CRUZ SOLIS, Raimundo; POZA VILLACAÑAS; GÓMEZ ESPINOSA, Teresa (coord.) - *Nuestra Señora de África: processo de restauración*, *op. cit.* p. 22.

[60] CRUZ SOLIS, Raimundo; POZA VILLACAÑAS, Isabel – El proceso de conservacion y restauración y recomendaciones para la conservación de la imagen. In CRUZ SOLIS, Raimundo; POZA VILLACAÑAS; GÓMEZ ESPINOSA, Teresa (coord.) - *Nuestra Señora de África: processo de restauración*, *op. cit.*, p. 57.

[61] In CRUZ SOLIS, Raimundo; POZA VILLACAÑAS; GÓMEZ ESPINOSA, Teresa (coord.) - *Nuestra Señora de África: processo de restauración*, *op. cit.*, p. 16.

Figura 3 Postal antigo de Santa María de África, primeira metade do século XX. *Nuestra Señora* ainda não apresenta a nova coroa mandada fazer em 1946

não continuar a fazer sair a imagem em procissão. Na conclusão do relatório, voltam a reforçar-se estas ideias, alertando novamente para o perigo de deterioração da obra:

> Ciertas acciones causan un deterioro directo y grave cuando son muy frequentes. El claveteado de adornos, la erosión que produce el rozamiento de continuos cambios de de ropajes, el acoplamento de piezas metálicas accesorias a la talla como coronas, etc., la utilización de la imagen en processiones com todos los cambios ambientales y riesgos de acidentes que ello conlleva, etc., son prácticas que dificilmente se compatibilizan com los critérios de conservación de una obra de arte de importancia histórico-artística. De hecho, estas causas se encuentran entre las que más han influído en el estado de deterioro que sufría la imagen de la Virgen de África[62].

No mesmo relatório, ressaltam as palavras premonitórias de José Abad Gómez, então diretor provincial do Ministério da Cultura e presidente da Comisión Provincial del Patrimonio Histórico de Ceuta. Num discurso

[62] HERRAEZ, Juan Antonio – La conservación preventiva de la imagen. In CRUZ SOLIS, Raimundo; POZA VILLACAÑAS; GÓMEZ ESPINOSA, Teresa (coord.) - *Nuestra Señora de África: processo de restauración, op. cit.*, p. 63.

onde claramente defende as conclusões e recomendações preventivas dos técnicos de conservação, transcreve primeiro um testemunho apaixonado de Pilar Pacheco, *camarista mayor* da Confraria de *Nuestra Señora de África*, numa carta ao *Hermano Mayor* da mesma, datada de 1954:

> (…) que los señores de la Junta sobre todo los que más empeño tienen en sacar a la Virgen en procesión, suban a ver el camarín y examinen a la imagen con detenimiento y podrán observar que la cabeza del Señor tiene una grieta que no resistiría tres o cuatro procesiones y que la parte baja de la Virgen, está apolillada, que tantas salidas terminarían por destruirla. Propongo que si tanta es la afición por sacarla a la calle que hagan una copia exacta y que la auténtica se quede en su camarín siguiendo la tradición de no moverse de allí[63].

Adiante, Abad Gómez refere que apesar de a imagem da Virgem estar agora corretamente restaurada, a polémica persiste porque fica a questão de se continuar ou não a vesti-la, adorná-la e transportá-la em procissão. Diz ele que, apesar dos riscos que isso representa para a obra, há quem não entenda as razões e defenda "as raízes de certos costumes piadosos, o gosto estético de grande parte dos fiéis" e "as expressões da devoção popular". Por fim, conclui sensatamente que "uma coisa deve ser clara: o direito que as gerações futuras têm em admirar uma singular joia artística e de poderem render-se aos pés da sua patrona e mãe para implorar a sua proteção divina. E esse direito terá de ser garantido"[64].

Após o restauro, terminado em dezembro de 1991, a imagem não saiu em procissão, nem envergou vestes durante cinco anos. Mas, em julho de 1996, a peça foi sujeita a uma nova intervenção (desta vez em Ceuta, mas com a mesma equipa de técnicos) para a adaptar ao retomar dos cortejos: consolidou-se o interior da escultura e reforçou-se a base para a melhor fixar ao andor[65].

A propósito do recente restauro do afamado *manto rojo* da *Señora de África*, José Gallardo Gómez, *caballero da Cofradía*, afirmava que o restauro da imagem em 1991, tinha "salvo a escultura", mas esteve também "a ponto de condenar a «imagem»", explicando que:

> (…) aqui entendemos como imagen no exclusivamente su histórica talla, sino todo el aparato iconográfico tradicional que la rodea, digno de ser conservado junto al riquisimo património inmaterial que ha generado: legendas, tradiciones, himnos, etc. (…) Semejante celo por la "conservación" de la Virgen alcanzó su cota más triste y ridícula al ser retirado de sus manos el emblemático Áleo o bastón de mando de los Gobernadores[66].

[63] In CRUZ SOLIS, Raimundo; POZA VILLACAÑAS; GÓMEZ ESPINOSA, Teresa (coord.) - *Nuestra Señora de África: processo de restauración*, *op. cit.*, p. 13.

[64] Idem.

[65] *Restauración. Primitiva Cofradía de Caballeros, Damas y Corte de Infantes de Nuestra Señora de África Coronada* [Em linha]. [Consultado em 24.07.2015]. Disponível na Internet: http://www.virgendeafrica.es/afimagenrestauracion.htm.

[66] GALLARDO GÓMEZ, José Francisco – *El manto rojo de Nuestra Señora de África.* Ceuta: Cofradía de Caballeros, Damas y Corte de Infantes del Santa María de África, Patrona de Ceuta, 2013, p. 11.

A imagem voltou assim às ruas de Ceuta para deleite dos devotos. Apesar de não ser integralmente vestida como o foi outrora, recomeçou a envergar a sua monumental coroa-resplendor, e a trajar mantos - os vários de diferentes cores que o seu enxoval possui, e consoante as festas do calendário litúrgico.

Esta imagem, obra de enorme valor histórico e artístico, mas objeto de culto em funções e alvo de uma poderosa devoção, encontra-se assim entre o que seria mais sensato e seguro – a sua correta conservação preventiva que implica não ser vestida e não sair em procissão -, e o que é a vontade dos crentes e a tradição centenária. Tradição para a qual não foi concebida - é certo, mas que ainda assim representa grande parte da sua existência. São muitos os exemplos de imagens que não eram inicialmente processionais, nem "de vestir".

A tradição de vestir imagens em contexto cristão é um fenómeno visto sobretudo em países mediterrânicos e em países americanos de influência ibérica. Apesar de ser mais comum à chamada época barroca, a realidade é que remonta pelo menos ao século XIII, como sabemos pela conhecida *Virgen de los Reyes*, da Catedral de Sevilla[67].

Podemos definir dois grandes grupos de *Imagens de Vestir* (apesar de serem diversas as subtipologias e variantes sobre as quais não nos deteremos aqui[68]). Primeiro, aquelas que inicialmente não eram de vestir e sim de talha inteira. Começam a vestir-se porque a sua aura milagrosa e a intensa devoção que despertaram desde cedo na sua comunidade, levou a que fossem alvo de ofertas (como têxteis e joias), as quais, eventualmente, começam a exibir para demonstrar prestígio e poder atestando a sua importância através da quantidade e riqueza das mesmas.

Os casos mais habituais desta categoria são, claramente, imagens da Nossa Senhora e depois do Menino Jesus. De facto, pela quantidade de exemplos conhecidos, cremos que a origem do fenómeno de vestir imagens no contexto cristão está intrinsecamente ligado à devoção mariana.

Frei Agostinho de Santa Maria, no seu *Santuario Mariano*, fala-nos de várias imagens que, mesmo esculpidas na totalidade, são vestidas devido à devoção dos seus seguidores. Veja-se, a título de exemplo, a imagem de Nossa Senhora de Roca Amador (Torres Vedras):

> Está também assentada em hua cadeira, tem os olhos abertos & as feições grosseiras, mas obra muitos milagres & tem com ella muyto grande devoção os moradores daquella villa. Parece ser obra de talha & de madeira, sem

[67] Para um estado da arte atualizado sobre imaginária de vestir, veja-se PEREIRA, Diana Rafaela Martins – *Imagens de vestir em Aveiro: a escultura mariana: do século XVII à contemporaneidade* [Em linha]. Porto: [s.n.], 2014. Dissertação de Mestrado em História da Arte Portuguesa, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Disponível na Internet: http://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/77301; e também CHAVES, Duarte Nuno - *Os Terceiros e os seus "santos de vestir": os últimos guardiões do património franciscano na cidade da Ribeira Grande, S. Miguel* [Em linha]. Ponta Delgada: [s.n.], 2013. Dissertação de Mestrado em Património, Museologia e Desenvolvimento, apresentada à Universidade dos Açores. Disponível na Internet: https://repositorio.uac.pt/handle/10400.3/2142.

[68] Veja-se PEREIRA, Diana Rafaela Martins – *Imagens de vestir em Aveiro: a escultura mariana: do século XVII à contemporaneidade*, *op. cit.*, p. 100-112.

> embargo de estar com vestidos: porque a devoção dos que a servem, assim o faz, ornando-a com ricos vestidos; e na mesma forma o fazem ao Menino Jesus, que tem sentado sobre seus braços. Ambas as Imagens estão com Coroas de prata na cabeça[69].

Por outro lado, estas imagens podiam não ser inicialmente processionais mas, a dada altura, como sucedeu com a imagem de Nossa Senhora de África, começaram a sair do santuário para as ruas, numa maior aproximação da sua comunidade e dos seus peregrinos.

Por fim, são comuns as notícias de imagens que sofreram mutilações no seu talhe original para melhor envergarem vestes: exemplos de Virgens às quais retiraram o Menino Jesus ou substituíram os braços inertes por outros com articulações e amovíveis, ou às quais tiraram as pernas e compuseram uma armação de roca. Um notório exemplo disto é o caso da antiga imagem de Santa Maria de Guimarães (Museu de Alberto Sampaio, atribuída ao século XIII), em madeira policromada, mostra a Virgem entronizada, a quem, possivelmente no século XVII, tiraram o Menino Jesus, os braços e a coroa, para que se vestisse mais facilmente. Mais tarde seria substituída por uma imagem de roca (a qual permanece ao culto), pelo que se encontra hoje musealizada[70].

Outro exemplo, que retiramos do *Santuario Mariano*, é o "da milagrosa Imagem de nossa Senhora da Conceição do lugar de Polima" (Lisboa):

> A Senhora parece que era de pedra, e dizem que no tempo em que alli assistirão os Religiosos Descalços de Santo Agostinho [pelos annos de 1670], se lhe mandaram serrar o corpo, e se lhe fizera de madeira de roca, & assim he hoje de vestidos. Tem quatro palmos de alto: he muito fermosa, & bella, & está encarnada com tanta perfeição, que parece haver muito poucos dias que foy pintada, sendo que ha muitos seculos que foy o aparecimento da Senhora[71].

Outro dado interessante, apurado através desta extensa obra de frei Agostinho de Santa Maria, é a existência de inúmeros exemplos de esculturas de vulto de Nossa Senhora, quer em madeira quer em pedra, que não sendo integralmente vestidas, envergavam pelo menos um manto, não só por alturas festivas.

Susan Webster explica sucinta e eficazmente a popularização do fenómeno de vestir:

> To a great extent, the widespread popularization of imágenes de vestir was a result of their obvious practical advantages: the cost and weight of the sculptures were reduced, and they afforded greater versatility. Such sculptures also possessed important affective or experiential advantages. The actual garments and physical mobility of the sculptures contributed significantly to their emotional impact and persuasiveness. Simultaneously, the splendor of

[69] SANTA MARIA, Frei Agostinho de - *Santuario mariano ...*, *op. cit.*, 1707, tomo segundo, p. 62-66.

[70] PEREIRA, Diana Rafaela Martins – *Imagens de vestir em Aveiro: a escultura mariana: do déculo XVII à contemporaneidade*, *op. cit.*, p. 74.

[71] SANTA MARIA, Frei Agostinho de - *Santuario mariano ...*, *op. cit.*, tomo segundo, p. 23-26.

> the clothing and the adornments made a powerful and very public statement about the material as well as spiritual wealth and status of the confraternities that carried them through the streets in procession[72].

Tal explicação, ainda que totalmente adequada às imagens com função de matriz processional, não se pode aplicar inteiramente ao primeiro grupo de imagens, normalmente associadas a grandes milagres e a fiéis seguidores que as querem ver vestidas sobretudo por devoção, ainda que a autopromoção social (quer da igreja ou instituição a que pertencem, quer dos ofertantes particulares) também tenha um papel importante. Sendo ou não uma questão de "gosto" ou moda, inerente a elites sociais ou às camadas populares, certo é que, ao vestir as imagens, os devotos estão a humanizá-las e a aproximar-se delas, quer através do ato da oferta das vestes, do ato de vestir (só possível a alguns), ou simplesmente porque com roupas reais as imagens parecem de facto "mais humanas" ao olhar do crente.

Um dos curiosos cultos prestados à *Señora de África* é o *Paso de Manto*: no primeiro sábado de cada mês os devotos podem ser cobertos com o manto de Santa Maria de África e pedir a sua bênção e proteção[73]. Ao estar em contacto com a imagem milagrosa, o próprio manto torna-se milagroso. Ramón de la Campa Carmona, explica-nos como "o manto é símbolo de autoridade e atributo de poder" e que:

> (…) muchas veces María lo extiende para cobijar debajo de él a los fieles, lo cruza en el pecho para indicar también su virginidad o lo lleva suelto y arrastrado en señal de luto. Cuando se trata de imágenes que nos la muestran ya desposada, éste cubre recatadamente la cabeza de María, ocultando su cabello, o es sustituido en este menester por una toca[74].

Por estas palavras, percebemos como uma peça de roupa consegue ao mesmo tempo expressar divindade, superioridade, poder e proteção, mas também características, sentimentos ou situações mais profanos e humanos em Maria. Não raras vezes, encontramos o manto da Virgem como cura, remédio ou salvação. Carmelo Lisón Tolosana relata-nos um rito muito semelhante ao do *Paso do Manto* de *Nuestra Señora de África*, ainda que um pouco mais complexo no seu processamento. Este é prestado à *Virgen del Corpiño* do Santuário de Corpiño, perto de Lalín (Pontevedra, Galiza), e busca a cura de maleitas através do contacto direto com o manto da pequena imagem:

> (…) van pasando todos a la sacristía para venerar una imagen más pequeña de la Virgen del Corpiño, colocada sobre un escabel en una de las paredes; se refieren a ella como a "la verdadera", la "más antigua" y la "más poderosa" en

[72] WEBSTER, Susan Verdi – Shameless beauty and the worldly splendor on the Spanish practice of adorning the Virgin. In THUNO, Erik; WOLF, Gerhard (ed.) - *The miraculous image in the late middle ages and Renaissance.* [S.l]: L'erma di Bretschneider, 2004, p. 254.

[73] Otros cultos. *Primitiva Cofradía de Caballeros, Damas y Corte de Infantes de Nuestra Señora de África Coronada* [Em linha]. [Consultado em 24.07.2015]. Disponível na Internet: http://www.virgendeafrica.es/afcultosotros.htm.

[74] CAMPA CARMONA, Ramón de - La palabra materializada: y el verbo se hizo imagen. Aproximación al lenguaje plástico de la imagen sagrada mariana. *Congreso Internacional Imagen Apariencia. Noviembre 19, 2008* - noviembre 21, 2008. 2-3 [Em linha]. Murcia: Universidad de Murcia, 2009. Disponível na Internet: http://dialnet.unirioja.es/servlet/libro?codigo=357306.

> comparación con la imagen mayor que sacan en procesión. El ritual consiste ahora en pasar de rodillas tres veces consecutivas sobre un banco colocado debajo de la imagen. Al coincidir en su lento paso debajo de ésta se detienen y con la mano tocan tres veces el manto, se santiguan y se autoimponen la mano sobre la cabeza o sobre el lugar corporal que más les aflige. Esta vez la virtud ritual no proviene, como en el caso anterior, del sacerdote ni de sus fórmulas verbales evangélicas sino de la contigüidad directa y personal con la sagrada y poderosa imagen de la Virgen[75].

Ao longo dos vários tomos do *Santuario Mariano*, também são usuais os exemplos de imagens com poderes taumatúrgicos, cujos mantos adquirem esses mesmos poderes. Refira-se aqui, como exemplo final, o caso da "milagrosa Imagem de nossa Senhora do Pranto, da Freguesia do Salto" (Barroso, Montalegre)[76]:

> He esta sagrada Imagem da Senhora do Pranto ou da Piedade (...) de pedra. (...) He de soberana fermosura, & parece estar viva; faz quatro palmos de estatura na forma em que está, & assim vem a ser quasi da proporção natural de huma perfeyta mulher. Obra muytos milagres, & principalmente em partos perigosos. Tem para este efeito dous mantos de seda, que se vaõ procurar naquellas occasioes, & tanto que se applicaõ às enfermas, he certo o bom successo. O mesmo Parocho, que nos fez esta relaçaõ, affirma que em hum dia à meya noyte lhe vieraõ à pressa pedir huma para hum mulher, que estava em grande perigo, & que sem se apear o que o procurava, o levára a toda a pressa, & que fora a Senhora servida, que no mesmo ponto, em q se lhe applicou o manto, parira a mulher com feliz successo.

Como percebemos, a imagem da *Nuestra Señora de África*, e as suas tradicionais vestes (hoje em dia limitadas aos mantos), inserem-se no vastíssimo e complexo universo da devoção mariana. Apesar de sensata, a decisão de nunca mais vestir a *Señora*, afigura-se um crime para muitos dos seus devotos, porque a sua *Señora* não se limita à escultura de madeira, como dizia Gallardo Gómez, tratando-se de uma imagem de vestir, com tudo o que isso acarreta, apesar de não o ter sido desde a sua origem.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Chegados ao fim deste texto, terminamos com a certeza de que muito mais haveria a deslindar sobre a imagem de Santa Maria de África. Além das dúvidas quanto à sua real datação e produção, falta também estudar aprofundadamente o seu enxoval. Enquanto imagem de vestir que foi, e que continua a ser, as suas vestes, adornos e joias, são parte da sua história artística e não só devocional.

[75] LISÓN TOLOSANA, Carmelo - Espacios éticos de la enfermedad. *Anales de la Real Academia de Ciencias Morales y Políticas.* Nº 73 (1996). p. 272.

[76] MARIA, Frei Agostinho de Santa - *Santuario Mariano ..., op. cit.*,1712. Tomo quarto, p. 150-154

A polémica em torno da sua conservação preventiva versus a continuação do uso dos mantos e da saída em procissão, merece ser discutida e avaliada dos seus vários pontos de vista, tendo em conta que, enquanto objeto artístico e de culto, tem uma vida própria, com mutações ao longo da sua existência, mas que também deve ser responsavelmente preservado para a posteridade.

Passados seis séculos após a sua ida para Ceuta, a imagem de Santa Maria de África continua a ser um elo de ligação entre Portugal e a sua cidade, e a perpetuar a memória do infante D. Henrique, pelo que o seu estudo deve ser incentivado.

FONTES E ESTUDOS

Fontes Iconográficas

Postal de Santa Maria de África, 1966 (?).

Postal de Santa Maria de África, primeira metade do século XX

Arquivo Municipal de Lisboa

Armando Serôdio, *Comemorações Henriquinas, fogo-de-artifício no castelo de São Jorge aquando da comemoração do V Centenário da Morte do Infante Dom Henrique* [Lisboa: *Revista Municipal*, 1960, nº 84]. Fotografia. PT/AMLSB/SER/S01387.

Armando Serôdio, *Comemorações Henriquinas, fogo-de-artifício no castelo de São Jorge aquando da comemoração do V Centenário da Morte do Infante Dom Henrique.* Fotografia. PT/AMLSB/SER/I00990.

Arnaldo Madureira, *Monumento ao Marquês de Pombal durante as Comemorações Henriquinas.* Fotografia. PT/AMLSB/ARM/I02855.

Arnaldo Madureira, *Praça dos Restauradores ornamentada durante as Comemorações Henriquinas.* Fotografia. PT/AMLSB/ARM/I00630.

Estúdio Mário Novais, *Mensagem de Lisboa à cidade de Ceuta.* Fotografia. PT/AMLSB/MNV/001167.

Garcia Nunes, *Desfile da Marinha na avenida da Liberdade quando das Comemorações Henriquinas.* Fotografia. PT/AMLSB/NUN/I00243, PT/AMLSB/NUN/I00245, PT/AMLSB/NUN/I00246 e PT/AMLSB/NUN/I00247.

Garcia Nunes, *Desfile realizado na avenida da Liberdade durante as Comemorações Henriquinas.* Fotografia. PT/AMLSB/NUN/T00776.

Garcia Nunes, *Parada militar na avenida da Liberdade por ocasião das Comemorações Henriquinas.* Fotografia. PT/AMLSB/NUN/I00244.

Garcia Nunes, *Parada militar passando na Praça Marquês de Pombal por ocasião das Comemorações Henriquinas*. Fotografia. PT/AMLSB/NUN/I00253.

Garcia Nunes, *A praça do Município por ocasião das Comemorações Henriquinas.* Fotografia. PT/AMLSB/NUN/I00254 e PT/AMLSB/NUN/I00255.

Garcia Nunes, *A praça Luís de Camões por ocasião das Comemorações Henriquinas.* Fotografia. PT/AMLSB/NUN/I00256.

Fontes Impressas

AA. VV. - *Monumenta Henricina.* Lisboa; Coimbra: Comissão Executiva das Comemorações do V Centenário da Morte do Infante D. Henrique: Universidade de Coimbra, 1960-1974. 15 volumes.

CORREA DE FRANÇA, Alejandro - *Historia de la mui noble y fidelíssima ciudad de Ceuta.* Transcripción María Dolores Morillo. Ciudad Autónoma de Ceuta: Consejería de Educación y Cultura, 1999.

GARCIA, José Manuel (org.); ANDRÉ, Carlos Ascenso; MOREIRA, Pedro - *Documentação henriquina.* Maia: Castoliva Editora, 1995.

MASCARENHAS, D. Jerónimo de; DORNELAS, Afonso de (dir.) – *Historia de la ciudad de Ceuta: sus sucessos militares, y políticos: memórias de sus santos e prelados, y elogios de sus capitanes generales* Lisboa: Academia das Sciencias, 1918.

MENEZES, Fernando de – *Historia de Tanger que compreende las noticias desde su primera conquista hasta su ruina.* Trad. P. Buenaventura. Tanger: Tipografia Hispano-Arabiga de la Mision Catolica, 1940. Primeira impressão portuguesa: Lisboa: Oficina Ferreiriana, 1732.

MOREYRA, Manuel de Sousa – *Theatro historico, genealogico y panegyrico: erigido a la immortalidade de la excelentíssima Casa de Sousa.* Paris: en la Emprenta Real, 1694.

PINA, Ruy de – Chronica do Senhor Rey D. Affonso V. In SERRA, José Correa da (dir.) - *Collecção de livros inéditos de historia portugueza dos reinados de D. João I., D. Duarte, D. Affonso V., e D. João II.* Lisboa: Academia Real das Sciencias, 1790.

SANTA MARIA, Frei Agostinho de – *Santuario mariano, e historia das imagens milagrosas de Nossa Senhora, e das milagrosamente aparecidas, em a India Oriental, & mais conquistas de Portugal, Asia Insular, Africa, & Ilhas Felippinas.* Lisboa: Na Officina de Antonio Pedrozo Galram, 1707-1723. 10 tomos.

ZURARA, Gomes Eanes – Chronica do Conde D. Pedro de Menezes. In SERRA, José Correa da (dir.) - *Collecção de livros inéditos de historia portugueza dos reinados de D. João I., D. Duarte, D. Affonso V., e D. João II.* Lisboa: Academia Real das Sciencias, 1792.

Estudos

BRAGA, Isabel M. R. Mendes Drumond; BRAGA, Paulo Drumond – *Ceuta portuguesa (1415-1656).* Ciudad Autónoma de Ceuta: Instituto de Estudios Ceutíes, 1998.

BRÁSIO, António - *História e missiologia: inéditos e esparsos.* Luanda: Instituto de Investigação Científica de Angola, 1973.

BROCARDO, Maria Teresa – Editar uma Crónica de Zurara. *Cahiers de linguistique hispanique médiévale* [Em linha]. Nº 20 (1995), p. 257-267 [Consultado em 20.07.2015]. Disponível na Internet: http://www.persee.fr/web/revues/home/prescript/article/cehm_0396-9045_1995_num_20_1_938.

CAMPA CARMONA, Ramón de - La palabra materializada y el verbo se hizo imagen: aproximación al lenguaje plástico de la imagen sagrada mariana. *Congreso Internacional Imagen Apariencia, 19-21 novembro, 2008.* 2-3 [Em linha]. Murcia: Universidad de Murcia, 2009. Disponível na Internet: http://dialnet.unirioja.es/servlet/libro?codigo=357306.

CHAVES, Duarte Nuno - *Os Terceiros e os seus "santos de vestir": os últimos guardiões do património franciscano na cidade da Ribeira Grande, S. Miguel* [Em linha]. Ponta Delgada: [s.n.], 2013. Dissertação de Mestrado em Património, Museologia e Desenvolvimento, apresentada à Universidade dos Açores. Disponível na Internet: https://repositorio.uac.pt/handle/10400.3/2142.

CRUZ SOLIS, Raimundo; POZA VILLACAÑAS, Isabel; GÓMEZ ESPINOSA, Teresa (coord.) - *Nuestra Señora de África: processo de restauración.* Madrid: Caja de Madrid, Ministerio de Cultura, Dirección General de Cooperación Cultural, Dirección General de Bellas Artes y Archivos, Instituto de Conservación y Restauración de Bienes Culturales, Dirección Provincial de Cultura de Ceuta, 1992.

Descobrimentos. Museu da Marinha [Em linha]. [Consultado em 25.07.2015]. Disponível na Internet: http://museu.marinha.pt/pt/sobreomuseu/plantadomuseu/descobrimentos/Paginas/default.aspx#santamaria.

DORNELAS, Afonso de - Nossa Senhora Conquistadora: a «Portugueza» em Ceuta. In *História e Genealogia.* Lisboa: Casa Portugueza, 1914. II volume, p. 5-12.

DORNELAS, Afonso de - Santa Maria d'África: padroeira de Ceuta. In *História e Genealogia.* Lisboa: Casa Portugueza, 1916. IV volume, p. 5-19.

DORNELAS, Afonso de – Santíssima Virgem d'África: padroeira de Ceuta. In *De Ceuta a Alcacer Kibir em 1923.* Lisboa: Casa Portugueza, 1924. p. 141-156.

GALLARDO GÓMEZ, José Francisco – *El manto rojo de Nuestra Señora de África.* Ceuta: Cofradía de Caballeros, Damas y Corte de Infantes del Santa María de África, Patrona de Ceuta, 2013.

GARCIA COSIO, Jose – *Ceuta: historia, presente y futuro.* Ceuta: [s.n.], 1977.

G. B. J. – La Corona de La Patrona se expone por primera vez. *El Pueblo de Ceuta* [Em linha]. 18 de julho de 2014 [Consultado em 24.07.2015]. Disponível na Internet: http://www.elpueblodeceuta.es/201407/20140718/201407185107.html.

J. M. R. G. – Nuestra Señora del Valle se muestra a los ceutíes tal y como fue en sus orígenes. *El Pueblo de Ceuta.* [Em linha]. 1 de dezembro de 2014 [Consultado em 25.07.2015]. Disponível na Internet: http://www.elpueblodeceuta.es/201412/20141201/201412016104.html.

LEITE, José - Exposição Henriquina. *Restos de colecção* [Blog em linha]. 12 de janeiro de 2014 [Consultado em 25.07.2015]. Disponível na Internet: http://restosdecoleccao.blogspot.pt/2014/01/exposicao-henriquina.html.

LISÓN TOLOSANA, Carmelo - Espacios éticos de la enfermedad. *Anales de la Real Academia de Ciencias Morales y Políticas.* Nº 73 (1996), p. 265-284.

OLIVA, Juanjo – *La Virgen de África lucirá el manto restaurado en la salida de los rocieros.* El Faro Digital.es [Em linha]. 13 de maio de 2013 [Consultado em 23.07.2015]. Disponível na Internet: http://elfarodigital.es/ceuta/sociedad/123089-la-virgen-de-africa-lucira-el-manto-restaurado-en-la-salida-de-los-rocieros.html#.

PEREIRA, Diana Rafaela Martins – *Imagens de vestir em Aveiro: a escultura mariana: do século XVII à contemporaneidade* [Em linha]. Porto: [s.n.], 2014. Dissertação de Mestrado em História da Arte Portuguesa, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Disponível na Internet: http://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/77301.

Primitiva cofradía de caballeros, damas y corte de infantes de Nuestra Señora de África Coronada [Em linha]. [Consultado em 24.07.2015]. Disponível na Internet: http://www.virgendeafrica.es/.

PUYA, Mercedes – La Virgen del Valle vuelve a su templo después de su restauración. *Diócesis de Cádiz y Ceuta* [Em linha]. 1 de dezembro de 2014 [Consultado em 25.07.2015]. Disponível na Internet: http://www.obispadodecadizyceuta.org/noticia/virgen-valle-vuelve-su-templo-despues-su-restauracion.

REIS, Padre Jacinto dos – *Invocações de Nossa Senhora em Portugal de Aquém e Além-Mar e seu padroado.* Lisboa: [s.n.], 1967.

RINCÓN, José Manuel – *Gómez-Höhr recupera el bordado del manto rojo de la Virgen de África.* El Pueblo de Ceuta [Em linha]. 12 de maio de 2013 [Consultado em 23.07.2015]. Disponível na Internet: http://www.elpueblodeceuta.es/201305/20130512/201305125103.html.

WEBSTER, Susan Verdi – Shameless beauty and the worldly splendor on the spanish practice of adorning the Virgin. In THUNO, Erik; WOLF, Gerhard (ed.) - *The miraculous image in the late middle ages and Renaissance.* [S.l]: L'erma di Bretschneider, 2004. p. 254.

Una ciudad entre dos reinos: Ceuta entre Portugal y la Monarquía Hispánica (1640-1665)[1]

A city between two kingdoms: Ceuta among Portugal and Spain (1640-1665)

Uma cidade entre dois reinos: Ceuta entre Portugal e a Monarquia Hispânica (1640-1665)

Antonio José Rodríguez Hernández *

submissão/submission: 23/10/2015
aceitação/approval: 29/11/2015

RESUMEN

Ceuta se mantuvo fiel a Felipe IV tras lo sucedido en Portugal durante la crisis de 1640. Las causas y motivaciones de esa fidelidad, así como los esfuerzos de Madrid para defender y premiar a la ciudad por su lealtad, son analizadas en este trabajo, al mismo tiempo que se compara con lo ocurrido en Tánger, especialmente en 1643. También se analiza en este texto la llegada de la primera guarnición castellana, y la evolución de la misma hasta 1665. Presencia militar que en ese periodo no influyó tan decisivamente a la progresiva castellanización de la ciudad, como se ha pensado tradicionalmente, ya que más bien conformó una sociedad mixta hispano-portuguesa ante la continua naturalización de los soldados castellanos que llegaban a Ceuta.

*UNED - Universidad Nacional de Educación a Distancia, Madrid, España

Antonio José Rodríguez Hernández (Valladolid, 1979). Doctor en Historia Moderna por la Universidad de Valladolid. En su etapa post-doctoral ha trabajado en las universidades de Almería y el University College Dublin (Irlanda). Actualmente es Profesor dentro del Departamento de Historia Moderna de la Universidad Nacional de Educación a Distancia (Madrid). Sus investigaciones se han centrado fundamentalmente en el estudio del ejército de la Monarquía Hispánica durante el siglo XVII, siendo galardonado con el Premio Ejército en Investigación en Humanidades 2006. Ha publicado cuatro monografías y más de una treintena de trabajos en revistas y publicaciones científicas.

Correio eletrónico: ajrodriguez.uned@gmail.com

[1] Trabajo realizado gracias a la ayuda del proyecto financiado por el Ministerio de Economía y Competitividad: *Conservación de la Monarquía y Equilibrio Europeo entre los siglos XVII y XVIII* HAR2012-37560-C02-01.

PALABRAS CLAVE

Ceuta / Tánger / Ejército / Abastecimiento / Siglo XVII / Lealtad

ABSTRACT

Ceuta remained loyal to Philip IV after the facts happened in Portugal during the crisis of 1640. The reasons and motivations of this loyalty, as well as the efforts of Madrid to defend and to reward the city for his loyalty, are analyzed in this work. At the same time, we also compared this with what happened in Tangiers in 1643. In this work, we also analyze the arrival of the first Castilian garrison, and his evolution until 1665. A military presence that in this period did not influence so decisively to the progressive *castellanización* of the city, it has been thought traditionally. In fact it seems that in Ceuta it conformed a mixed Hispanic-Portuguese society, in the face the continuous naturalization of the Castilian soldiers who arrives to Ceuta.

KEYWORDS

Ceuta / Tangiers / Army / Supply / 17th Century / Loyalty

RESUMO

Ceuta permaneceu leal a Felipe IV depois do que aconteceu em Portugal durante a crise de 1640. As causas e motivações daquela lealdade, bem como os esforços de Madrid para defender e recompensar a cidade de Ceuta pela sua fidelidade, são analisados neste trabalho, ao mesmo tempo que se compara com o que sucedeu em Tânger, especialmente em 1643. Também é analisado neste texto a chegada da primeira guarnição castelhana e a sua evolução até 1665. Presença militar que, nesse período, não influenciou tão decisivamente a *castelhanização* progressiva da cidade, como tem sido tradicionalmente defendido, mas contribuiu para formar uma comunidade mista hispânico-portuguesa em face da contínua naturalização dos soldados castelhanos que chegavam a Ceuta.

PALAVRAS-CHAVE

Ceuta / Tânger / Exército / Provisão / Século XVII / Lealdade

A lo largo de la segunda mitad del siglo XVII la ciudad de Ceuta experimentó un complejo proceso de transformación, y que tendrá una manifiesta relevancia para su devenir histórico entre Portugal y España. Dentro de esta evolución un momento clave fueron las décadas de 1640 y 1650, periodo en el que Ceuta se convierte en el único bastión que Felipe IV conserva del Imperio Portugués. En este texto analizaremos esta época en profundidad, intentando comprender los problemas por los que atravesó la ciudad de Ceuta, para analizar las dificultades defensivas y de abastecimiento, y profundizar en lo que significó la llegada de los primeros contingentes de soldados castellanos, a la vez que la cuestión de la fidelidad de Ceuta y los miedos y temores de España que esa fidelidad no fuera sincera. De manera particular analizaremos el año 1643, y lo que sucedió en Tánger, para poder comparar y explicar el giro de acontecimientos de ese año, y lo que éste significó.

Para realizar este trabajo hemos utilizado una metodología precisa, centrada en el acopio de fuentes documentales inéditas. Tras analizar la bibliografía ya existente, hemos utilizado fundamentalmente la documentación inédita custodiada en el Archivo General de Simancas. Unas fuentes que son poco conocidas hasta el momento, y difíciles de consultar –debido a su dispersión por multitud de secciones y legajos–, pero que son sin duda reveladoras para comprender mejor lo ocurrido en la ciudad de Ceuta en esa etapa de transición de ciudad portuguesa a presidio español.

1. LA LEALTAD DE CEUTA EN 1640

Cuando en 1580 Felipe II se aseguró el trono de Portugal invadiendo el país hasta conquistar Lisboa[2], no todos los territorios lo aceptaron rápidamente como soberano legítimo. En las plazas africanas de Portugal no hubo unanimidad, y Tánger y Mazagán en un principio optaron por jurar fidelidad al Prior do Crato. En cambio, Ceuta y Arcila se decantaron por Felipe II. El motivo de ello era que ambas habían padecido la dejadez del gobierno portugués, y en esos momentos se encontraban en peligro, al necesitar alimentos y pertrechos[3]. La clave del rápido y pacífico reconocimiento de lealtad de todas las plazas africanas portuguesas en 1580 se debió a que España se encargó de abastecerlas de todo lo necesario, sin tocar un ápice de su estructura administrativa y política, evitando las interferencias, algo que intentará volver a practicar en el siglo XVII.

Tras la proclamación de João IV como rey de Portugal en diciembre de 1640, la reacción de las plazas africanas portuguesas no fue unánime[4]. Mazagán juraría fidelidad a los Braganza sólo unos meses después, a mediados de 1641[5], en parte ante la falta de socorros. Algo que ocurría a pesar de que los españoles intentaron reconfigurar

[2] VALLADARES, Rafael – *La conquista de Lisboa: violencia militar y comunidad política en Portugal*, 1578-1583. Madrid: Marcial Pons, 2008.

[3] BRAGA, Isabel M. R. Mendes Drumond; BRAGA, Paulo Drumond – *Ceuta portuguesa (1415-1656)*. Ceuta: Instituto de Estudios Ceutíes, 1998. p. 41-43.

[4] FARINHA, Antonio Dias – *História de Mazagão durante o periodo filipino*. Lisboa: Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, 1970. p. 159.

[5] VALLADARES DE SOTOMAYOR, Antonio – *Seminario erudito*. Madrid: Antonio Espinosa, 1790. tomo XXXII. p. 58. Avisos del 14/5/1641.

la red de suministros para que todas las plazas norteafricanas no pasaran hambre, ya que hasta el momento los víveres eran proveídos y pagados por Lisboa, aunque en muchos casos el grano se enviaba desde Andalucía, al ser el lugar más próximo. Allí se podían conseguir grandes cantidades[6]. Otra cuestión que pudo influir en la determinación de las plazas de Ceuta y Tánger fueron los rumores de que el duque de Braganza pretendía entregar esas plazas al rey de Marruecos[7] a cambio de medios, grano y caballos para luchar contra España[8]. Noticia que no sabemos hasta qué punto se conoció, y se dio por cierta, si bien fue una cuestión recurrente durante los años siguientes[9].

La historiografía española ha estudiado fugazmente lo ocurrido en Ceuta tras los sucesos de Lisboa de diciembre de 1640. Siempre se ha pensado que el gobernador Francisco de Almeida decidió ganar tiempo sin decantarse por uno u otro bando hasta conocer mejor lo que ocurría en la Corte y en los más estrechos círculos de poder. Parte de la historiografía dedicada al tema afirma que esta actitud le costó el puesto, siendo sustituido por el marqués de Miranda de Anta, primer gobernador de origen castellano, lo que mejoró la situación[10]. Realmente no parece que las cosas fueran tan sencillas. Las noticias del alzamiento llegaron a las plazas africanas a finales de diciembre de 1640, causando cierto estupor entre sus habitantes. Rápidamente la mayor parte de la población ceutí tomó partido, reconociendo a Felipe IV como su legítimo rey, como nos cuenta un historiador de la ciudad[11]. Muchos escribieron a la Corte cartas formales de apoyo –desde el gobernador a los adalides más reconocidos de la plaza–, alegando la calidad de sus servicios personales al monarca y afirmando incluso que "morirían por el Rey" en un claro alegato de fidelidad[12]. Mientras tanto, los enviados bragancistas que debían exponer la situación a las ciudades de Ceuta y Tánger fueron apresados en Gibraltar en enero, lo que cortó de raíz el problema[13].

Otro hecho que evitó cualquier adhesión bragancista fue que en Lisboa se nombró como nuevos gobernadores de Ceuta y Tánger[14] a dos nobles que cambiaron de bando y juraron fidelidad a Felipe IV: el tercer conde de Tauroca, D. Duarte Luís de Meneses, y Juan Suárez de Alarcón, conde de Torres Vedras. En un primer momento éstos desembarcaron en Ayamonte, e informaron de su determinación a las autoridades españolas. Si bien el barco cargado de trigo que los acompañaba siguió su rumbo hasta Ceuta, ellos se desviaron a Gibraltar. Días después, el

[6] Archivo General de Simancas (AGS), *Guerra Antigua*, legajo. 1347. Junta de Ejecución, 20 de febrero 1641.

[7] Sobre las negociaciones con Marruecos por parte del duque de Medina Sidonia: SALAS ALMELA, Luis – *Medina Sidonia: el poder de la aristocracia.* Madrid: Marcial Pons, 2008. p. 357-358.

[8] VALLADARES DE SOTOMAYOR, Antonio – *Seminario erudito*. Madrid: Antonio Espinosa, 1790. tomo XXXII, p. 257. Avisos del 25/12/1640.

[9] AGS, *Estado*, legajo 7043. Relación que han hecho Fernando y Thomas Martines Fagundes, naturales de Ceuta, venidos de Portugal, Ceuta, 24/5/1643.

[10] LUXÁN Y MELÉNDEZ, Santiago – Política ceutí de Felipe IV (1641-1644). *Hispania*. Madrid: CSIC. Nº 132 (1976), p. 175-190.

[11] CORREA DE FRANCA, Alejandro – *Historia de la mui noble y fidelíssima ciudad de* Ceuta. Ceuta: Ciudad Autónoma, 1999. p. 230-233. Original del siglo XVIII.

[12] AGS, *Guerra Antigua*, legajo 1347. Resumen de lo esencial que contienen las cartas importantes de las plazas de Tánger y Ceuta, 16/1/1641.

[13] AGS, *Guerra Antigua*, legajo 1347. Junta de Ejecución, 31/1/1641.

[14] VALLADARES DE SOTOMAYOR, Antonio – *Seminario Erudito*. Madrid: Antonio Espinosa, 1790. tomo XXXII, p. 5. Avisos del 19/2/1641.

conde de Tauroca intentó trasladarse a Tánger, donde su padre y abuelos habían sido gobernadores, pero ante la falta de noticias su barco fue recibido a cañonazos por la ciudad ya que se pensaba que era el nuevo gobernador nombrado por el gobierno portugués, por lo que Tauroca debió volver a Gibraltar[15]. Un hecho que manifiesta la determinación de Tánger, y que no significaba que el rey no confiara en Tauroca, ya que fue uno de los nobles portugueses a los que recompensó con honores y nuevos nombramientos en los años siguientes[16].

En Ceuta, en principio se sospechó que el gobernador, Francisco de Almeida, pudiera estar implicado en alguna trama para entregar la plaza, algo que parece inexacto según los restos documentales. La carta que despachó a su hijo que se encontraba en Lisboa a finales de diciembre nada decía de una traición, como se comprobó tras ser abierta en Sevilla por varios secretarios y escribanos que formaron una junta particular para descubrir la posible traición[17]. El problema realmente era otro. Almeida había terminado su trienio, y en Lisboa ya se había nombrado sustituto, temiéndose que éste pudiera llegar, produciéndose un cambio en la situación de la plaza. Esto se debía evitar, de ahí la rápida llegada del marqués de Miranda de Anta[18]. Almeida no fue un traidor y por ello terminaría sus días en Madrid, intentando recuperarse al haber perdido toda su hacienda en Portugal, pretendiendo continuamente que el rey le realizase concesiones económicas y le encomendase nuevos puestos[19].

La llegada del primer gobernador de origen castellano a la plaza no fue una medida planificada. Realmente el elegido por Madrid era un portugués afecto a Felipe IV, el conde de Torres Vedras. Pero, tras su nombramiento, éste decidió quedarse en la Corte a resolver distintos asuntos, con la clara intención de medrar. De hecho estuvo muy activo en sus propuestas a la Corona, llegando incluso a ofrecer que de Ceuta se sacara una compañía de escopeteros a caballo para el ejército que debía reconquistar Portugal, ante la calidad de las tropas de la plaza. Idea que nunca se consolidó en las juntas de gobierno madrileñas, ante su falta de realismo, ya que en Ceuta no había las suficientes tropas para su defensa, por lo que no tenía sentido sacarlas de allí[20]. Mientras tanto el marqués de Miranda de Anta fue nombrado gobernador interino, si bien no se trataba de una persona experimentada en los asuntos de gobierno, ni conocía la ciudad, lo que generaría importantes problemas durante su mandato[21].

La lealtad ceutí hacia Felipe IV realmente no pareció peligrar durante ese periodo. Pocos fueron los que se pronunciaron hacia los Braganza, y los pocos que lo hicieron fueron descubiertos incluso antes de que el marqués de Miranda llegase a Ceuta. Uno de los sectores más críticos contra Felipe IV, y el que se mostraría más propenso a la desafección fue el clero regular. Un sector que en muchos casos estaba formado por personas de procedencia

[15] AGS, *Guerra Antigua*, legajo 1404. Carta del conde de Sarzedas, Tánger, 13/2/1641. Carta del duque de Ciudad Real, Cádiz, 15/2/1641.

[16] VALLADARES DE SOTOMAYOR, Antonio – *Seminario Erudito*. Madrid: Antonio Espinosa, 1790. tomo XXXII, p. 75-76. Avisos del 11/6/1641.

[17] AGS, *Guerra Antigua*, legajo 1347. Carta de don Francisco de Almeida, Ceuta, 22/12/1640. Junta Particular, 11/1/1641.

[18] AGS, *Guerra Antigua*, legajo 1347. Junta de Ejecución, 15/1/1641. Carta del duque de Medina Sidonia, Sanlúcar de Barrameda, 26/12/1640.

[19] AGS, *Estado*, legajo 7041. Junta de Portugal, 19/9/1642.

[20] AGS, *Estado*, legajo 7041. Junta de inteligencias de Portugal, Madrid, 23/6/1641.

[21] AGS, *Guerra Antigua*, legado 1473. Carta de Torres Vedras, Palacio Real, 24/7/1643.

portuguesa, y que estuvo siempre en comunicación con Portugal, lo que hizo que en varias ocasiones recibiera órdenes de sus superiores en Lisboa para que procurasen la entrega de la ciudad. De hecho en julio de 1641 se descubrió un complot urdido por dos frailes del convento de la Santísima Trinidad de Ceuta, que abandonaban la ciudad con cartas y manifiestos que apoyaban una insurrección a favor de los Braganza. A pesar de todo, no parece que éstos tuvieran muchos seguidores[22].

Los problemas y dudas en torno a la lealtad tenían su justificación, pero en general todas ellas fueron rápidamente resueltas, y la ciudad optó por seguir fiel a Felipe IV. La élite de la ciudad, si bien de origen portugués, era natural de Ceuta[23], por lo que a lo que aspiraba era a su propia supervivencia. La ciudad dependía enormemente del aprovisionamiento exterior, llegando la mayoría de los pertrechos de Andalucía a través de Gibraltar[24]. Casi todos los ceutíes dependían en cierta manera de la Real Hacienda, ya que figuraban en las nóminas estatales, al ser soldados o servidores del rey, además de beneficiarse de las pensiones que daba la Corona en forma de *tenzas* y *moradías*. De esta manera la vinculación de la economía ceutí con la península era clara –antes y después del movimiento secesionista portugués–, por lo que también el dinero y el mantenimiento de este sistema de pensiones influyeron en la fidelidad de Ceuta[25], algo a lo que también ayudó que la monarquía española reconociera la autonomía de la ciudad.

Estos condicionantes afectaron claramente a la lealtad de la ciudad. Aunque en ocasiones algunos autores hayan puesto su énfasis en la sumisión de la ciudad a Felipe IV, al decantarse la élite local por permanecer fiel sin optar nunca por aclamar a João IV[26], este hecho no parece suficiente para justificar lo ocurrido. Para otros, como el contemporáneo conde de Ericeira, "Ceuta y Tánger quedaron en Castilla de lo que fue causa la próxima vecindad y la duda de lo que en adelante pudiera suceder"[27]. Algo que no basta para explicar lo ocurrido, ya que posiblemente los estómagos, las rentas[28] y el mantenimiento de los privilegios contaron mucho en esta inicial declaración de adhesión, y es posible que lo que más contribuyera a la fidelidad fue la actuación de las autoridades

[22] AGS, *Estado*, legajo 7041. Relación sumaria de lo que contienen los papeles remitidos por el marqués de Miranda, Ceuta, 18/9/1641.

[23] CARMONA PORTILLO, Antonio – *Ceuta española en el Antiguo Régimen (1640-1800): análisis demográfico y socioeconómico del segundo periodo de la presencia española en la ciudad*. Ceuta: Consejería de Cultura, 1996. p. 97-98; CARMONA PORTILLO, Antonio – *Historia de Ceuta*. Málaga: Sarriá, 2007.

[24] CORREA DE FRANCA, Alejandro – *Historia de la mui noble y fidelíssima ciudad de* Ceuta. Ceuta: Ciudad Autónoma, 1999. p. 232 y ss. Original del siglo XVIII.

LUXÁN Y MELÉNDEZ, Santiago – Contribución al estudio de los presidios españoles del Norte de África: las dificultades de la plaza de Ceuta para abastecerse de trigo (1640-1668). *Hispania*. Madrid: CSIC. Nº 130 (1975), p. 321-342.

[25] CASTILLA SOTO, Josefina – Algunas consideraciones sobre la lealtad de Ceuta a la Corona Hispánica en 1640. *Espacio, Tiempo y Forma.* Madrid: UNED. Serie IV Nº 4 (1991), p. 125-136, aquí: p. 132.

[26] POSAC MON, Carlos – *La última década Lusitana de Ceuta*. Ceuta: Instituto Nacional de Enseñanza Media, 1967, p. 18 y 51. GOZALBES BUSTO, Guillermo – *Entre Portugal y España: Ceuta*. Ceuta: Instituto de Estudios Ceutíes, 2001, p. 283.

[27] ERICEIRA, 2º conde da – *Historia de Tánger durante la dominación portuguesa*. traducción del R.P. Buenaventura Díaz. Tánger: Tipografía Hispano--arábiga de la Misión Católica, 1940. Original Lisboa, Imprenta Ferreiriana, 1732. p. 165.

[28] VALLADARES, Rafael – Inglaterra, Ceuta y el Estrecho compartido: los inicios del asentamiento inglés en el mediterráneo occidental durante la guerra Hispano-portuguesa (1641-1668). In BAEZA HERRAZTI, Alberto (ed.) – *Ceuta hispano-portuguesa*. Ceuta: Instituto de Estudios Ceutíes, 1993. p. 319-333, aquí p. 328.

madrileñas, que dispensaron distintas mercedes a la ciudad e intentaron en todo momento congraciarse con ella, nombrándola primeramente muy noble y muy leal ciudad en 1641[29], además de establecer numerosos indultos y compensaciones[30].

Durante 1641 lo más importante para Tánger y Ceuta –como para la recién formada Junta de Portugal[31]–, fue que las plazas estuvieran bien asistidas. La provisión de grano no era nada fácil, y arreglar esa situación, y abastecer adecuadamente las ciudades de Ceuta y Tánger era sin duda la clave[32]. Muchas de las instancias enviadas desde ambas ciudades insistían en la necesidad de mejorar el suministro de alimentos para evitar que en algunos momentos sus habitantes pasaran hambre[33]. Por ello las autoridades españolas intentaron enviar grano con urgencia, ajustando que todos los gastos corrieran a cargo de las arcas castellanas, formalizándose un nuevo asiento. Pero el sistema estaba lejos de ser perfecto, ante los distintos avisos que durante 1641 llegaron afirmando que en Tánger se pasaba hambre, y que durante días los moradores sólo se sustentaban comiendo pan y agua, empezando a aparecer las enfermedades[34].

Todavía en 1641 no se pensó en enviar una guarnición castellana a Ceuta, ya que se necesitaban todos los reclutas disponibles para otros conflictos. Además, en los ejércitos españoles había un importante número de los soldados portugueses, estando éstos muy bien integrados en el ejército, por lo que no se sospechaba de ellos[35]. El mantenimiento de las plazas de Tánger y Ceuta quedó en aquellos momentos en manos del duque de Medina Sidonia, que debía aprovisionarlas, además de atender a su defensa. Pese a las órdenes, Medina Sidonia era consciente de la dificultad de la empresa, ya que ni se fiaba de los soldados naturales ni de las milicias andaluzas, las únicas tropas que podría tener a su disposición en caso de tener que enviar un socorro urgente con motivo de un ataque musulmán o portugués[36].

2. LOS PROBLEMAS DE ABASTECIMIENTO DE CEUTA Y TÁNGER DURANTE 1643

Durante el año 1643 la situación cambió y por distintos motivos Tánger optó por tomar partido a favor de la Casa de Braganza, siendo necesario profundizar en la motivación de ese cambio. La provisión de ambas plazas siempre había sido complicada, incluso durante el dominio portugués. En 1641 se pudo reconstruir sin problemas el sistema de provisión, que dependió de dos nuevos asientos concertados con hombres de negocios portugueses,

[29] ESAGUY, José de – *O Livro grande de Sampayo ou Livro dos vedores de Ceuta, 1505-1670*. Coimbra: Instituto de Coimbra,1941 p. 284-285.

[30] LUXÁN Y MELÉNDEZ, Santiago – Política ceutí de Felipe IV (1641-1644). *Hispania*. Madrid: CSIC. Nº 132 (1976), p. 175-188.

[31] Sobre dicha Junta: LUXÁN Y MELÉNDEZ, Santiago – La pervivencia del Consejo de Portugal durante la Restauración: 1640-1668. *Norba*. Universidad de Extremadura. Nº 8-9 (1987-1988), p. 61-86 y VALLADARES, Rafael – *Felipe IV y la Restauración de Portugal*. Málaga: Algazara, 1994. p. 174 y ss.

[32] LUXÁN Y MELÉNDEZ, Santiago – Política ceutí de Felipe IV (1641-1644). *Hispania*. Madrid: CSIC. Nº 132 (1976), p. 180-182.

[33] Biblioteca Nacional Española (BN), *ms. 2371*, f. 511. Representación hecha al Rey sobre el socorro de Tánger, 1641.

[34] AGS, *Estado*, legajo 7041. Junta de inteligencias de Portugal, 2/9/1641.

[35] AGS, *Guerra Antigua*, legajo 1347. Relación de la infantería efectiva, Fraga, 11/2/1641. Carta de Fernando Dorado, La Mámora, 4/2/1641. Relación de los portugueses y catalanes que hay en la dotación de los presidios de Guipúzcoa y el ejército de Cantabria, San Sebastián, 16/1/1641.

[36] AGS, *Guerra Antigua*, legajo 1347. Junta de Ejecución, 31/1, 16 y 20/2/1641.

ante el claro dominio de éstos sobre los arrendamientos de impuestos castellanos[37]. Conocemos estos asientos, que se concertaron por tres años, aunque los asentistas no cumplieron con sus contratos. En ambos casos se mantuvo el sistema de provisión anterior, que además de aportar trigo para la población, debía enviar ropas y dinero para los sueldos de los soldados, y las pensiones y mercedes concedidas a la población, e incluso para proveer armas y municiones. Además, –en el caso de Tánger– también se debían entregar anualmente algunos mantenimientos en forma de vino, aceite y otros alimentos para ayudar a completar la dieta de los naturales, al ser una ciudad de mayor tamaño que Ceuta[38].

Tabla I: Contratos de provisión anual concertados para Tánger y Ceuta (1641-1643)

Tánger	Ceuta
Asentista: Francisco López Capadocia	Asentista: Francisco Rodríguez de Villarreal
36.000 fanegas de trigo	21.600 fanegas de trigo
62.000 ducados en ropas de lana, seda y otros géneros	29.727 ducados de vellón en ropas
5.000 ducados en vino, aceite, vinagre, quesos, carnes y legumbres	
229.968 reales de plata para pagar a los sueldos e los soldados y las moradías de los caballeros y el convento de Santo Domingo	100.000 reales de plata para sueldos y moradías, y el convento de la Trinidad
25.000 reales de plata en pólvora y municiones	25.000 reales de plata en pólvora y municiones

Fuente: AGS, *Guerra Antigua*, legajo 1474.

El sistema no era perfecto[39], y tenía una debilidad. Al proveerse las plazas por las arcas castellanas, eso suponía un enorme problema. En Castilla los impuestos se cobraban en vellón, pero parte de las consignaciones monetarias que se enviaban a Ceuta y Tánger debían ser en plata, si bien los géneros podían pagarse en vellón en España y enviarse a Ceuta. Además, el sistema construido para enviar provisiones a los presidios españoles al norte de África no estaba preparado para este nuevo compromiso. Por un lado porque Ceuta y Tánger eran ciudades a las que se enviaba gran cantidad de dinero –además de trigo– mientras que a la mayoría de las guarniciones españolas del norte de África –compuestas casi exclusivamente por soldados– se les enviaba trigo, y raciones alimenticias, pero poco dinero, ya que la mayoría de los géneros necesarios para su mantenimiento eran proveídos directamente por la monarquía, que los restaba de sus sueldos. Todo ello hacía que la provisión fuera más cara. Pero el mayor problema fue sin duda el incumplimiento de los contratos por parte de los asentistas.

[37] BOYAJIAN, James C. – *Portuguese bankers at the Court of Spain 1626-1650.* New Jersey: Rutgers University Press, 1983.

[38] AGS, *Guerra Antigua*, legajo 1474. Carta de Juan de Alvarado, contador de la Contaduría Mayor de Cuentas, Madrid, 11/5/1643. Nota para verse en la Junta de Presidios sobre la provisión de Ceuta, 1643.

[39] Algunas cuestiones sobre el abastecimiento en: SANZ AYÁN, Carmen – El abastecimiento del Estrecho durante la segunda mitad del siglo XVII: Asientos y asentistas. In CONGRESO INTERNACIONAL EL ESTRECHO DE GIBRALTAR, 1, GIBRALTAR - *Actas*. Ceuta: [S.l.], 1987. tomo II, p. 577-588.

El trigo era un producto de primera necesidad que en ocasiones mantenía importantes oscilaciones, por lo que para comprarlo a buen precio –y de manera ventajosa–, había que tener dinero en efectivo para adquirirlo cuando la demanda era baja, en los lugares de Andalucía en donde se vendía a mejor precio, ya que de un lugar a otro el coste podía encarecerse hasta en un 20%, y oscilar entre los 18 y 22 reales de vellón por fanega, debiéndose sumar el importe del transporte. A la altura de 1643 era imposible obtener el dinero a crédito para realizar las compras a tiempo por parte de la administración, ante la enorme deuda contraída de 60.000 ducados debido a la provisión de los años pasados. Sólo en 1642 se habían despachado 300.000 fanegas de bizcocho y trigo para alimentar a las tropas de la Armada, Cataluña y el norte de África, debido a la gran cantidad de compromisos bélicos y de aprovisionamiento que debían afrontar las autoridades militares andaluzas[40]. De hecho en 1643 se ordenó el envío de 100.000 fanegas de trigo y cebada desde Sevilla para proveer a los ejércitos de Cataluña[41], ante la particularidad de que muchas guarniciones en territorio catalán habían quedado aisladas y sólo podían ser abastecidas por mar[42]. Mientras tanto desde Málaga se despachaban de manera continua grandes cantidades de grano a Orán, plaza muy amenazada por el bloqueo turco[43].

Desde finales de 1642 la ciudad de Tánger había padecido la falta de provisión, algo que intentaba remediar con la intervención del ministro que la ciudad había despachado a la corte de Felipe IV. Ya a comienzos de año la miseria empezaba a pasar factura, multiplicándose las quejas, debido a que en cuatro meses el asentista no envió suficiente trigo, cumpliendo con las 3.000 fanegas mensuales que se necesitaban. Para intentar paliar la carestía la ciudad había actuado por su cuenta consiguiendo géneros a crédito gracias a uno de sus naturales que vivía en Cádiz. Pero no era suficiente, de ahí que Tánger intentara que la Corte pusiera remedio, recordando a Felipe IV que la ciudad había procedido con gran lealtad y fidelidad tras la rebelión de Portugal. Por ello pedía que la plaza fuera considerada como el resto de las que tenía Felipe IV en África, y que la Corona se comprometiera con el envío de las raciones diarias (vino, aceite, legumbres…) para todos sus moradores, además de que los ministros reales de Sevilla –encargados de la provisión de otras plazas– colaboraran más activamente[44]. A crédito empezó a llegar a Tánger bizcocho con urgencia desde Cádiz durante los meses de febrero y marzo, aunque en cantidades insuficientes como para atender todas las necesidades –al enviarse menos de 1/3 parte de lo contratado–, por lo que en marzo se advertía que en Tánger se morían de hambre[45].

Durante los meses siguientes las quejas hacia los asentistas de Ceuta y Tánger se multiplicaron, recibiéndose numerosas cartas de ambas ciudades y de su obispo. La Junta de Presidios se veía incapaz de dar una solución

[40] AGS, *Guerra Antigua*, legajo1496. Carta de don Juan de la Calle, Sevilla, 3/2/1643.

[41] AGS, *Guerra Antigua*, legajo 1501. Carta de don Juan de la Calle, Sevilla, 3/3/1643.

[42] CAMARERO, Raquel – *La guerra de recuperación de Cataluña 1640-1652.* Madrid: Actas, 2015. p. 48 y ss.

[43] AGS, *Guerra Antigua*, legajo 1501. Carta de Marcos de Peñavera, Málaga, 25/8/1643.

[44] AGS, *Guerra Antigua*, legajo 1500. Carta del marqués de Sobreira Fermosa, Tánger, 13/1/1643.

[45] AGS, *Guerra Antigua*, legajo 1510. Carta de don Alberto Pardo Calderón, Cádiz, 3/2/1643. Cartas del duque de Ciudad Real, Cádiz, 1/3 y 10/3/1643. Cartas de don Juan de Santelices, Sevilla, 3/3 y 17/3/1643.

al problema, a pesar de que presionó para que los hombres de negocios cumplieran con sus contratos[46]. Pero el problema tenía difícil solución, ya que no había efectos de la real hacienda con los que intentar encontrar los recursos para aprovisionar las plazas, y lo poco que conseguían los asentistas debía ser transportado a cargo del dinero proveído desde Sevilla por los ministros reales[47].

Tánger estaba padeciendo más la falta de provisiones que Ceuta, ya que el asentista de esta última al menos había podido proveer entre diciembre y enero 1.730 fanegas de trigo. Para paliar la falta de dinero del asentista, desde Sevilla se le habían cedido 8.000 reales que se debían dedicar a la defensa de la frontera con Portugal, para poder comprar granos con urgencia para Tánger, pero la medida era claramente insuficiente[48]. El asentista de Ceuta, Francisco Rodríguez de Villarreal, también demostró que no cumpliría con su asiento, y distintas autoridades enviaron cartas a Madrid indicando la poca satisfacción que éste mostraba para cumplir su contrato, ya que ni tan siquiera había entregado las fianzas económicas necesarias, por lo que en caso de incumplimiento éstas no se podrían usar para financiar la operación. Pese a ello se le suministraron con urgencia 1.000 ducados en Gibraltar para cubrir a corto plazo buena parte de las necesidades de trigo de Ceuta[49].

En marzo el gobernador de Ceuta escribía afirmando que hacía más de 5 meses que la ciudad no recibía sus raciones por entero –ante el incumplimiento del asentista–, por lo que insistía en que –como crisis de años pasados– el único remedio era el envío de varios barcos desde Cádiz y Málaga con trigo, e impedir así los padecimientos de la ciudad, que era "la llave de España". Tras repartir el trigo llegado en el último barco los naturales intentaron vender todo lo que tenían para conseguir pan en Castilla, haciéndose planes para realizar una salida de la guarnición para saquear los lugares circunvecinos y conseguir así alimentos[50]. El asiento estipulaba el envío a Ceuta de 1.800 fanegas mensuales, algo que más o menos se pudo cumplir durante los meses de abril y mayo, gracias a la intervención de los ministros reales que desde Sevilla y Cádiz consiguieron el dinero necesario para atender con urgencia la plaza. De hecho en abril se pudieron enviar dos barcos con 1.700 fanegas de trigo, y en mayo otros dos con 2.000, si bien se reconocía que todavía la ciudad estaba en riesgo, ya que no se esperaba que el asentista pudiera continuar con la provisión[51].

Con la llegada de la primavera los problemas aumentaron al elevarse los precios del trigo, por lo que por esas fechas Ceuta también necesitaba con urgencia alimentos, si bien lo único que pudo hacer fue el envío de 10.000 ducados que debían disponerse para comprar grano[52], cantidad a la que se sumaron otros 7.500 enviados directamente a

[46] AGS, *Guerra Antigua*, legajo 1474. Junta de Presidios, 12/3/1643.

[47] AGS, *Guerra Antigua*, legajo 1510. Cartas de don Juan de Santelices, Sevilla, 3/3 y 17/3/1643.

[48] AGS, *Guerra Antigua*, legajo 1496. Carta de don Juan de la Calle, Sevilla, 3/2/1643.

[49] AGS, *Guerra Antigua*, legajo 1498. Carta de don Juan de la Calle, Sevilla, 7/4/1643. Testimonio hecho con el asentista de Ceuta, Sevilla 7/4/1643.

[50] AGS, *Guerra Antigua* , legajo 1510. Carta del marqués de Miranda de Anta, Ceuta, 14/3/1643.

[51] AGS, *Guerra Antigua*, legajo 1514. Carta del marqués de Miranda de Anta, Ceuta, 4/5/1643. Carta de don Juan de la Calle, Sevilla, 29/5/1643.

[52] AGS, *Guerra Antigua*, legajo 1474. Comisión de presidios, 5/6/1643.

Ceuta para atender a los sueldos de la guarnición[53]. Mientras tanto el gobernador realizó una salida a los campos de Tetuán el 23 de mayo con la intención de saquear los campos cercanos. Acción que se tradujo en la captura de 250 reses de ganado vacuno sin llegar a perder ningún hombre, algo que momentáneamente mejoró la situación en la ciudad[54].

En mayo, Madrid intentó concertar un nuevo asiento para proveer todas las plazas de África, mediante uno de los banqueros más poderosos de la época, el marqués de Monasterio[55], pero no había rentas libres a las que consignar el gasto, por lo que nada se pudo hacer[56]. En julio se volvió a pregonar en Sevilla el contrato de provisión, sin que se encontraran personas interesadas en asumirlo, lo que alarmaba a los ministros reales, ya que sin provisiones las plazas estaban en claro riesgo de perderse[57].

A finales de mayo el gobernador de Tánger avisaba del miserable estado de la plaza, informando a Madrid de que la desesperación empezaba a cundir entre la población, ya que cada mes era necesario que llegasen 3.000 fanegas de trigo y el asentista estaba muy lejos de cumplir su provisión[58]. Al llegar el verano Tánger se hallaba en un gran aprieto, y según su gobernador ya no había qué comer sin lo que el rey les enviaba. Por aquel entonces la plaza contaba con 5.000 almas, de las que 1.000 eran soldados, siendo las restantes mujeres y niños, todos ellos (como recordaba su gobernador) fieles a Felipe IV[59]. La falta de provisiones enviadas a Tánger era evidente. Las certificaciones entregadas en Tánger, a mediados de 1643, indicaban que durante ese año el asentista sólo había entregado 2.656 fanegas de trigo, lo que equivalía a menos de un mes de provisión, además de 508.169 maravedíes en plata y otros 3.305.429 maravedíes en vellón, menos de la mitad de lo necesario[60]. El asentista Francisco López no estaba cumpliendo, a pesar de los esfuerzos de la monarquía por suministrarle dinero en efectivo, 17.000 reales, para que atendiera el suministro con rapidez[61]. Meses después se supo que el hombre de negocios estaba siendo acosado por sus acreedores, si bien reclamaba a la Hacienda Real una deuda de 110.000 ducados[62].

[53] AGS, *Guerra Antigua*, legajo 1515. Carta de don Juan de la Calle, Sevilla, 7/4/1643.

[54] AGS, *Guerra Antigua*, legajo 1474. Junta de África, 26/6/1643. Comisión de Presidios, 13/7/1643.

[55] Sobre su figura y sus actividades de provisión: SANZ AYÁN, Carmen – *Un banquero en el siglo de Oro. Octavio Centurión, el financiero de los Austrias.* Madrid: La Esfera de los libros, 2015. p. 190 y ss.

[56] AGS, *Guerra Antigua*, legajo 1474. Comisión de Presidios, 10/5/1643.

[57] AGS, *Guerra Antigua*, legajo 1474. Carta de don Juan de Otañez, Cádiz, 5/7/1643.

[58] AGS, *Guerra Antigua*, legajo 1514. Carta del marqués de Sobreira Fermosa, Tánger, 21/5/1643.

[59] AGS, *Guerra Antigua*, legajo 1474. Junta de África, 5/7/1643. AGS, *Guerra Antigua*, legajo 1473. Junta de Guerra de España, 14/10/1643.

[60] AGS, *Guerra Antigua*, legajo 1474. Carta de Juan de Alvarado, contador la Contaduría Mayor de Cuentas, Madrid, 11/5/1643. Certificaciones del marqués de Sobreira Fermosa, gobernador de Tánger, 1643.

[61] AGS, *Guerra Antigua*, legajo 1509. Carta del marqués de Asentar, Cádiz, 23/10/1643.

[62] AGS, *Guerra Antigua*, legajo 1474. Comisión de Presidios, 13/10/1643.

La provisión de las plazas de Ceuta y Tánger competía también con las del resto del norte de África, muy especialmente con las de Larache y La Mámora, situadas en el Atlántico, y proveídas desde Cádiz y Sevilla. Desde comienzos de año se recibieron distintos informes de espías –algunos de ellos de Tánger, gracias a la acción de los informantes judíos– que afirmaban que ese año los musulmanes sitiarían Larache y Melilla[63]. Durante ese año el aprovisionamiento de Larache y La Mámora fue intermitente, por lo que en julio llegaron noticias de que si no se enviaban socorros ambas plazas caerían en manos musulmanas en 20 días, por lo que con urgencia se debían mandar suministros en barcos fuertemente artillados para evitar a los navíos enemigos[64]. La falta de alimentos había provocado que en Larache se extendiera una enfermedad infecciosa que provocaba fiebres y calenturas, por lo que más de la mitad de los hombres estaban en cama –incluidos el gobernador y la mayor parte de los oficiales y médicos–, por lo que no se podría cubrir la muralla, ni reaccionar ante cualquier ataque musulmán[65]. Ante ello la prioridad fue atender el suministro de esas plazas, por lo que el suministro de Ceuta y Tánger empezó a competir con otras prioridades, si bien a finales de julio salieron de El Puerto de Santa María cuatro barcos para cada una de las plazas. A Larache y la Mámora se enviaron suministros para 50 días, consiguiéndose un empréstito extraordinario de 4 millones de maravedíes. Mientras tanto en julio se despacharon a Tánger sólo 600 fanegas de trigo y otras 500 de bizcocho a Ceuta, cantidades insuficientes para dar de comer a toda la población. A mediados de agosto se despachó otro barco a Ceuta con 920 fanegas de trigo[66], pudiéndose remitir otras 863 fanegas y media a finales de mes, si bien a esas alturas el precio del trigo había aumentado mucho, ya que aunque se había comprado a 24 reales la fanega en Cádiz ya valía 33 ante la carestía[67].

Lo más importante en esos momentos fue la reacción de la Corona. En vista del incumplimiento de los asentistas emitió una cédula real –firmada por la reina, al estar ausente Felipe IV de Madrid, debido a su asistencia personal al frente aragonés– en la que se daba orden para que el dinero de las tercias y otros impuestos que se cobraban en las ciudades de Carmona y Córdoba se destinasen a sufragar el envío de trigo a Ceuta y Tánger. Este dinero hizo que los envíos de grano se multiplicasen, lo que permitió que a la ciudad de Ceuta llegase el suficiente grano, si bien ya era tarde para Tánger. Como esta medida sólo podría ser un parche temporal, en otra orden real se imponía que el marqués de Monasterio ofreciese dinero a crédito, sacado de su factoría, para sufragar a largo plazo los envíos de grano[68]. Eso contribuyó a que con brevedad se pudieran reunir más de 13.000 ducados para proveer la plaza con trigo, obteniéndose el dinero en Andalucía por la intervención del marqués de Monasterio

[63] AGS, *Guerra Antigua*, legajo 1498. Carta del marqués de Sobreira Fermosa, Tánger, 14/2/1643. AGS, *Guerra Antigua*, legajo 1510. Copia de la carta de Mosse Pirimente, judío, lengua de la plaza, Tánger, 18/2/1643.

[64] AGS, *Guerra Antigua*, legajo 1474. Carta de don Juan de la Calle, Sevilla, 7/7/1643.

[65] AGS, *Guerra Antigua*, legajo 1498. Cartas de don Juan de Otañez, Sevilla, 22/2/ y 12/7/1643. Carta de Cristóbal de Urzueta, Larache, 8/7/1643.

[66] AGS, *Guerra Antigua*, legajo 1498. Carta de Manuel Ladrón de Guevara, Puerto de Santa María, 24/7/1643. Carta de don Juan de la Calle, Sevilla, 18/8/1643. AGS, *Guerra Antigua*, legajo 1493. Relación de lo enviado a Ceuta desde el 21 de agosto de 1643.

[67] AGS, *Guerra Antigua*, legajo 1501. Carta de don Juan de la Calle, Sevilla, 24/8/1643.

[68] AGS, *Guerra Antigua*, legajo 1498. Órdenes (dos de la misma fecha) de la Reina Gobernadora, Madrid, 2/9/1643. Carta de don Juan de la Calle, Sevilla, 8/9/1643.

y sus agentes, pudiéndose enviar a Ceuta incluso un barco cargado de patatas y otro de lienzos[69]. Gracias a ellos las plazas se pudieron abastecer mejor, y entre septiembre y noviembre se enviaron a Ceuta –sólo desde Cádiz– más de 6.865 fanegas de trigo y otros géneros, cubriéndose de sobra las necesidades alimenticias. Mientras tanto a Tánger se enviaron 4.275 fanegas de trigo, si bien la ciudad ya había jurado fidelidad a João IV[70], lo que no quitó para que varios de los barcos fueran capturados al llegar a Tánger, aprovechando los portugueses el trigo que llevaban[71].

Al mismo tiempo la monarquía ordenó que desde Málaga también se enviaran socorros a Ceuta, tanto 8.000 fanegas de trigo para paliar la carestía, como la pólvora, balas y cuerda que se necesitaban, llegando los géneros entre los meses de septiembre y noviembre[72]. Los sucesos de Tánger también conllevarían que algunos ministros del rey se interesasen en paliar otros defectos de la provisión de la plaza de Ceuta, como eran la carencia de ropas y de dinero. En el caso de los sueldos, el dinero enviado estaba siempre por debajo de lo comprometido, algo bastante habitual en otros presidios. De hecho en esos momentos se debía mucho más a otras tropas, y por ejemplo, a los soldados que defendían Ibiza se les debían 32 pagas[73]. Pero la llegada de dinero para pagar los sueldos no parecía la cuestión más grave, ya que según el informe enviado por el marqués de Asentar –antes de su llegada–, insistía en que hacía por lo menos cuatro años que no se remitían las partidas de ropa comprometidas. Ahora éstas eran necesarias para que todos los soldados vistieran decentemente[74]. Incluso se enviaron otros 59.386 reales a los moradores de la plaza[75], además de leña, carbón, dinero y medios para los hospitales[76].

Todos los esfuerzos económicos, y los envíos de trigo desde Sevilla y Málaga, fueron abundantes y muy puntuales durante el resto del año, alcanzando a proveer la plaza sin problemas, lo que mejoró las condiciones de vida[77], por lo que incluso la ciudad dio las gracias por la continuidad en el envío de provisiones[78].

[69] AGS, *Guerra Antigua*, legajo 1514. Cartas de don Juan de la Calle, Sevilla, 8/10 y 10/11/1643.

[70] AGS, *Guerra Antigua*, legajo 1498. Relación de las cantidades de trigo que se han metido en Tánger y Ceuta por orden de don Juan de la Calle, del 21 de agosto al 17 de noviembre de 1643. Carta de don Juan de la Calle, Sevilla, 22/11/1643. AGS, *Guerra Antigua*, legajo 1473. Carta de don Juan de la Calle, Sevilla, 5/10/1643.

[71] ERICEIRA, 2º conde de – *Historia de Tánger durante la dominación portuguesa*. traducción del R.P. Buenaventura Díaz. Tánger: Tipografía Hispano--arábiga de la Misión Católica, 1940. p. 171. Original Lisboa, Imprenta Ferreiriana, 1732.

[72] AGS, *Guerra Antigua*, legajo 1514. Carta de don Marcos de Peñavera, Málaga, 20/9/1643. Carta de don Tomás de Mesía, Málaga, 6/10/1643. AGS, *Guerra Antigua*, legajo 1515. Carta de don Marcos de Peñavera, Málaga, 2/11/1643.

[73] AGS, *Guerra Antigua*, legajo 1498. Carta de Joseph de Villanueva, Ibiza, 18/9/1643.

[74] AGS, *Guerra Antigua*, legajo 1509. Carta del marqués de Asentar, Cádiz, 23/10/1643. AGS, *Guerra Antigua*, legajo 1514. Carta de don Juan de la Calle, Sevilla, 10/11/1643.

[75] AGS, *Guerra Antigua*, legajo 1506 y 1473. Cartas del marqués de Asentar, Ceuta, 3 y 16/11/1643.

[76] AGS, *Guerra Antigua*, legajo 1514. Carta de don Juan de la Calle, Sevilla, 29/12/1643.

[77] AGS, *Guerra Antigua*, legajo 1514. Cuenta de Pedro de Reies y Soto, a cuyo cargo está la cuenta y razón de la provisión de Ceuta, 1643.

[78] AGS, *Guerra Antigua*, legajo 1506. Carta del marqués de Miranda de Anta, Ceuta, 26/11/1643. Carta de don Juan de la Calle, Sevilla, 10/11/1643.

3. CEUTA EN 1643: LOS PROBLEMAS POLITÍCOS Y LA LLEGADA DE LA NUEVA GUARNICIÓN CASTELLANA

A nivel político la situación en Ceuta se había complicado mucho ante la actuación del gobernador –el marqués de Miranda de Anta–, siendo numerosas las quejas que avisaban de su mal gobierno[79]. A su llegada no supo lidiar bien con los problemas que surgían, ante su limitada experiencia, ya que hasta entonces se había dedicado a residenciar a los corregidores de Málaga. Su práctica para fiscalizar y castigar acciones y delitos –y no para buscar soluciones o consenso–, hizo que se creara muchos enemigos, algo a lo que contribuyó el hecho de que tomó partido por algunos sectores de la ciudad, frente a otros. Su excesivo celo a la hora de castigar a los pocos a los que se descubrió que podían albergar algún apoyo a los Braganza hizo que se ganara el rencor de toda la ciudad, al desterrar a Larache a algunos caballeros de la ciudad, sin establecer sentencia o motivo. En julio de 1643 –poco antes de los sucesos de Tánger–, en Madrid se decidió su sustitución ante el miedo de perder la ciudad, valorándose distintas opciones tras los informes enviados por varios consejeros, entre los que destacaban varios nobles portugueses[80]. Se esperaba que el nuevo gobernador fuera una persona con autoridad y experiencia, particularmente un veterano de los ejércitos de Flandes o Milán, algo que el propio Felipe IV consignó de su puño y letra al margen de la consulta[81]. Además, se debía atender a la buena provisión de la plaza, enviando bastimentos y municiones con urgencia[82].

Será también en julio de 1643 cuando distintos ministros de la monarquía insistan en enviar a Ceuta una guarnición castellana, en las opiniones que enviaron a las juntas de gobierno que regían en ese momento los destinos de la monarquía. El motivo eran los problemas introducidos por el gobernador, pero también el miedo a cualquier intento de asalto naval de las armadas –francesa y portuguesa–, que en ese momento operaban en el estrecho de Gibraltar. Para algunos la idea era introducir soldados castellanos para renovar la guarnición, al mismo tiempo que se sacaban soldados de Ceuta para reforzar otras plazas de la monarquía. La disposición no era nueva –ya que se había intentado antes–, siendo una vieja reivindicación para evitar que las guarniciones tendieran a naturalizarse y practicaran una vida más como civiles que como militares, ya que cobraban un sueldo del rey y debían estar disponibles para cualquier acción[83]. La orden final de Felipe IV también insistió en que se llevase a Ceuta una guarnición castellana, o de cualquier otra nación que no fuese portuguesa, para mudar la guarnición, si bien finalmente nada se dijo de sacar a los veteranos ceutíes, seguramente para evitar las quejas, o cualquier conato de motín, como había ocurrido en el pasado[84].

[79] AGS, *Guerra Antigua*, legajo 1473. Memorial del canónigo Gonzalo Pinto, Tarazona, 17/7/1643.

[80] AGS, *Guerra Antigua*, legajo 1473. Carta de don Miguel de Salamanca, Madrid, 28/7/1643. Carta de don Luis de Guzmán Ponce de León, Madrid, 29/7/1643. Carta del conde de Torres Vedras, Palacio Real, 24/7/1643.

[81] AGS, *Guerra Antigua*, legajo 1473. Junta de Guerra de España, 2/8/1643.

[82] AGS, *Guerra Antigua*, legajo 1473. Junta de Guerra de España, 21/7, y 2 y 21/8/1643.

[83] AGS, *Guerra Antigua*, legajo 1473. Carta de don Miguel de Salamanca, Madrid, 28/7/1643. Carta de don Luis de Guzmán Ponce de León, Madrid, 29/7/1643.

[84] AGS, *Guerra Antigua*, legajo 1473. Junta de Guerra de España, 2/8/1643.

Durante la unión de Coronas esporádicamente Ceuta recibió refuerzos desde España, especialmente con motivo de epidemias de peste (1594) o al temerse algún ataque musulmán o inglés (1625). Siempre se trató de socorros puntuales de varias compañías de infantería española, que en poco tiempo volvían a la península[85], por lo que ni se asentaron soldados castellanos en Ceuta, ni la Corona española se inmiscuyó demasiado en los asuntos ceutíes. Sólo en contadas ocasiones hubo pequeñas tensiones, especialmente durante la década de 1630, cuando la Monarquía Hispánica necesitó más soldados que nunca. Esto supuso que las fogueadas tropas ceutíes fueran reclamadas en 1631 para socorrer Larache[86], y que ante la escasez de tropas profesionales en la península, se intentara contar con los veteranos de los presidios norteafricanos especialmente a partir de la entrada en guerra con Francia en 1635[87], siendo éstos reclamados para luchar contra los holandeses en Brasil[88]. Tropas reclamadas para acudir a Pernambuco en 1636, tocándole a Ceuta contribuir con 100 hombres, "gente vieha y ejercitada", para la Armada de socorro que se preparaba[89]. Unos preparativos que afectaron a todo el reino[90], y muy particularmente a Lisboa, a la que se pidió el reclutamiento de entre 400 y 500 hombres para la expedición[91].

A finales de 1638 la infantería portuguesa sacada de Tánger y Ceuta enviada a Cádiz se embarcó en la Armada por un tiempo, a la vez que éstos eran sustituidos por el mismo número de bisoños españoles recién reclutados en Andalucía[92]. Toda esta colaboración militar, que no llegó a los 300 hombres, fue para los ceutíes traumática, surgiendo un leve motín en 1638[93]. El motivo del mismo, más que la indefensión de la plaza o el incumplimiento de las promesas de las Cortes de Tomar de 1581[94] –que daban autonomía a las fuerzas portuguesas, que no podían ser movilizadas sino para defender su propio país–, era que muchos padres de familia que engrosaban la guarnición no deseaban salir de sus casas. Muchos temían que ocurriera lo mismo que hacía algunos años, cuando por orden del gobierno portugués algunos ceutíes se enviaron a luchar a Brasil de donde nunca volvieron. Los

[85] CORREA DE FRANCA, Alejandro – *Historia de la mui noble y fidelíssima ciudad de* Ceuta. Ceuta: Ciudad Autónoma, 1999. p. 204-205, 211, 219-220, 225 y 228-229. Original del siglo XVIII.

[86] CORREA DE FRANCA, Alejandro – *Historia de la mui noble y fidelíssima ciudad de* Ceuta. Ceuta: Ciudad Autónoma, 1999, p. 225. Original del siglo XVIII.

GARCÍA FIGUERAS, Tomás; RODRÍGUEZ JOULIA SAINT-CYR, Carlos – *Larache: datos para su historia en el siglo XVII*. Madrid: Instituto de Estudios Africanos, 1973. p. 89 y 415.

[87] AGS, *Estado,* legajo 2048 f. 211. Consulta del Consejo de Estado, 1/8/1634.

[88] VALLADARES, Rafael – Las dos guerras de Pernambuco: la armada del conde da Torre y la crisis del Portugal hispánico (1638-1641). In SANTOS PÉREZ, José Manuel; CABRAL DE SOUZA, George F. (coords.) – *El desafío holandés al dominio ibérico en Brasil en el siglo XVII*. Salamanca: Universidad, 2006. p. 33-66.

[89] AGS, *Guerra Antigua*, legajo 3167. Junta de Armadas, 25/7/1636.

[90] AGS, *Guerra Antigua*, legajo 1132. Carta de Diego Suarez sobre los preparativos en Portugal, 15/11/1635.

[91] Arquivo Municipal de Lisboa (AML), *Livro 2.º de consultas e decretos de Filipe III*, PT/AMLSB/CMLSB/CHR/0062, f. 40, 48 y 49. Órdenes y cartas sobre el reclutamiento, 7 y 22/11/1636, y 15/12/1636.

[92] AGS, *Guerra Antigua*, legajo 1218. Consultas del Consejo de Guerra, 10/8 y 30/11/1638, y Consulta del Consejo de Estado y Guerra en Pleno, 29/12/1638.

[93] POSAC MON, Carlos – Una página olvidada de la historia de Ceuta. El motín del 18 de agosto de 1638. In BAEZA HERRAZTI, Alberto (ed.) – *Ceuta hispano-portuguesa*. Ceuta: Instituto de Estudios Ceutíes, 1993. p. 233-271.

[94] Sobre la participación de la ciudad de Lisboa: AML, *Livro 2º de Cortes*. PT/AMLSB/CMLSB/CHR/0004, f. 29-30v. 2/1/1581.

soldados ceutíes finalmente accedieron y fueron embarcados, pudiendo regresar a sus casas ese mismo invierno. Para sustituirles durante el verano se envió como refuerzo desde Cádiz una compañía de bisoños españoles[95].

Ceuta y Tánger compartieron un destino común hasta que en 1643 una intriga palaciega[96], unida a la carestía de alimentos, hizo que Tánger se decantase del lado portugués, ante la llegada de dos carabelas portuguesas con pertrechos[97]. La tardía llegada de refuerzos y alimentos desde el otro lado del estrecho no permitió volver a la situación anterior[98]. Tras comprobarse todas las sospechas sobre lo ocurrido en Tánger –al enviarse espías y confidentes para intentar averiguarlo[99]–, la monarquía intentó la recuperación.

En Ceuta estuvo lejos de pasar lo mismo, debido a que estuvo mejor asistida, y tras los sucesos de Tánger las autoridades españolas reaccionaron con rapidez para remediar la situación, ya que se tenía claro que la provisión de alimentos era una de las claves, afirmándose "que la falta del [de trigo] no sirva para disculpa en ningún accidente, como sucedió en Tánger"[100]. Si bien el envío de un nuevo gobernador se había decidido previamente, al final el elegido sería el marqués de Asentar, un noble portugués que disponía de un importante apoyo en la Corte. En Madrid se le veía como el hombre adecuado y capacitado para manejar la situación, e incluso intentar recuperar Tánger. Su viaje se preparó con cuidado, ya que la situación era complicada y él debía llegar acompañado de una pequeña escuadra ante el enorme peligro que suponía que la armada francesa –con 34 navíos– estuviera atracada en Tetuán[101]. Una armada que había derrotado recientemente a las fuerzas navales españolas[102], y que se esperaba que se uniese a una Armada portuguesa de otros 21 navíos. Por ello se temía que la plaza pudiera ser asaltada por las fuerzas franco-portuguesas, haciéndose prevenciones para que Ceuta lograra defenderse de cualquier ataque, enviándose municiones y medios para encabalgar los 55 cañones de la plaza. Además, aunque el gobernador dudaba todavía en pedir refuerzos, se realizaban los primeros preparativos para enviar soldados castellanos para asegurar la plaza y reforzar el presidio[103]. En la carta del marqués de Miranda de mediados

[95] CORREA DE FRANCA, Alejandro – *Historia de la mui noble y fidelíssima ciudad de Ceuta.* Ceuta: Ciudad Autónoma, 1999. p. 225, 228-229 y 334. Original del siglo XVIII.

[96] POSAC MON, Carlos – La rebelión de Tánger en 1643. *Cuadernos de la biblioteca española de Tetuán*. Tetuán. Nº 5 (1972), p. 79-112.

[97] AGS, *Guerra Antigua*, legajo 1514. Carta de don Juan de la Calle, Sevilla, 6/10/1643. Declaración de Joseph de los Santos, Arráez de Ceuta, Sevilla, 6/10/1643. Relación de lo sucedido desde el 24 de agosto, Tánger, 20/9/1643. BN, *ms. 2375* f. 158.

[98] AGS, *Guerra Antigua*, legajo 1518. Relación de lo sucedido en esta ciudad de Tánger tras la aclamación que hubo en ella el 24 de agosto de 1643, enviada al obispo de Ceuta. Cartas de algunos Padres de la Compañía de Jesús (1634-1648), noticias relativas a la situación de Tánger, agosto-noviembre 1643. In *MEMORIAL HISTÓRICO ESPAÑOL*. Madrid [s.n.], 1863. tomo XVII, p. 152, 340-341 y 349-250.

[99] AGS, *Guerra Antigua*, legajo 1473. Carta del duque de Ciudad Real, Cádiz, 20/9/1643. Junta de Guerra de España, 28/9/1643.

[100] AGS, *Guerra Antigua*, legajo 1514. Carta de don Juan de Otañez, Cádiz, 11/10/1643.

[101] AGS, *Guerra Antigua*, legajo 1473. Junta de Guerra de España, 3/10/1643. AGS, *Guerra Antigua*, legajo 1514. Carta del marqués de Miranda de Anta, Ceuta, 5/10/1643. Carta de Malameted Mofadal al marqués de Miranda de Anta, Ceuta, 4/10/643.

[102] VELASCO HERNÁNDEZ, Francisco – *El Otro Rocroi: la guerra Naval contra Felipe IV en el Mediterráneo Suroccidental.* Cartagena: Aglaya, 2005.

[103] AGS, *Guerra Antigua*, legajo 1473. Carta de don Juan de Otañez, Cádiz, 4/10/1643. Junta de Guerra de España, 3/10/1643. AGS, *Guerra Antigua*, legajo 1514. Cara de don Juan de Otañez, Cádiz, 11/10/1643. Carta de don Juan de la Calle, Sevilla, 13/10 y 3/11/1643.

de octubre, el gobernador ya pedía abiertamente el envío de al menos 200 veteranos para reforzar la plaza ante el miedo a que las armadas de Francia y Portugal atacasen, ya que navíos franceses habían inspeccionado la plaza, necesitándose urgentemente madera de los montes de Gibraltar para reforzar las defensa y realizar encabalgamientos para la artillería[104].

El almirante don Antonio de Isasi, con los navíos a su cargo, sería el encargado del socorro[105], pero la búsqueda de soldados para reforzar Ceuta era una cuestión complicada, ya que en esos momentos el presidio militar más grande y cercano con una dotación profesional era Cádiz, en donde sólo había 304 oficiales y soldados, a pesar de que su dotación teórica ascendía a 1.365 efectivos, por lo que todos los veranos se debían sacar 2.000 hombres de las milicias cercanas[106]. De hecho a mediados de julio había sólo 40 soldados, por lo que se debió llamar a 1.000 milicianos sevillanos, estando en riesgo la plaza ante su falta de guarnición, no confiándose en las milicias de la ciudad de Cádiz, ya que se estimaba que las ¾ partes estaban formadas por portugueses y extranjeros[107]. El marqués de Asentar desembarcó en Ceuta el día 25 de octubre acompañado por una compañía de infantería de la Armada que se consiguió reunir en Cádiz, compuesta por 100 soldados a cargo del capitán Francisco Ruiz Estrada. Los soldados fueron bien recibidos por la población, aunque según el marqués de Miranda de Anta muchos eran portugueses, por lo que convenía que los restantes hasta cumplir con los 200 fueran castellanos[108].

De Cádiz no podrían salir más soldados, por lo que los siguientes envíos de tropas salieron de Málaga, aunque se trataba de milicianos. Durante los meses de julio y agosto en Málaga se habían hecho las suficientes prevenciones para defender la ciudad de cualquier desembarco naval, ya que se temía la aparición de la armada francesa y de la portuguesa, y que ambas se unieran en el mediterráneo para atacar cualquier posición española. Por ello se dio orden para apercibir las milicias de la ciudad de Málaga y sus contornos, movilizándose todos los hombres hábiles para tomar armas de 18 a 60 años[109]. Poco después se aprovechó la coyuntura para que esos hombres pudieran enviarse a reforzar Ceuta, pidiéndose que de Málaga se enviasen 500, para que junto con el envío de algunas galeras y otros barcos se empleasen en la recuperación de Tánger. Pronto esa cifra debió ser rebajada hasta los 350, ante la posibilidad de que muchos de los despachados fuesen soldados mal armados o inútiles, por lo que los enviados debían ser gente escogida entre los milicianos más hábiles, lo que además evitaría mayores gastos y que los moradores se inquietasen[110]. La ciudad de Málaga se mostró en un principio muy colaboradora con la

[104] AGS, *Guerra Antigua*, legajo 1497. Cartas del marqués de Miranda de Anta, Ceuta, 15 y 25/10/1643. Copia de la carta de Simón de Mendoza sobre las cosas de Tetuán y Tánger, 1643. AGS, *Guerra Antigua*, legajo 1512. Carta del marqués de Miranda de Anta, Ceuta, 24/10/1643. Copia de la carta de Simón de Mendoza Gobea, Tetuán, 21/10/1643.

[105] AGS, *Guerra Antigua*, legajo 1473. Carta de don Juan de la Calle, Sevilla, 5/10/1643.

[106] AGS, *Guerra Antigua*, legajo 1514. Carta del duque de Ciudad Real, Cádiz, 31/10/1643.

[107] AGS, *Guerra Antigua*, legajo 1501. Carta del duque de Ciudad Real, Cádiz, 19/7/1643.

[108] AGS, *Guerra Antigua*, legajo 1497. Carta del marqués de Miranda de Anta, Ceuta, 28/10/1643. AGS, *Guerra Antigua*, legajo 1518. Cartas del marqués de Asentar, Ceuta, 5 y 8/11/1643.

[109] AGS, *Guerra Antigua*, legajo 1501. Carta de don Tomás de Mesía, Málaga, 21/7 y 11/8/1643.

[110] AGS, *Guerra Antigua*, legajo 1473. Junta de guerra de España, 22/10/1643. Carta del marqués de Asentar, Ceuta, 16/11/1643.

tarea, y esperaba remitir a Ceuta al menos 400 hombres en las dos galeras de la escuadra de España despachadas para el transporte, aunque advertía de que entre sus milicianos había muchos de origen portugués[111]. En cambio el ministro real encargado de la tarea reconocía que como mucho se podrían sacar 300 soldados escogidos de la ciudad de Málaga y las villas de su contorno –ya que se debía intentar que fueran solteros, y evitar a los portugueses–, debiéndose conseguir dinero con urgencia para poder embarcarlos. Aunque se pudieron sacar 87 de las villas cercanas y embarcarse en las galeras, cuando se intentó hacer lo mismo con los milicianos del casco de la ciudad, muchos se negaron a embarcar, rebelándose contra sus propios oficiales, matando a un hombre y huyendo muchos a los montes cercanos, por lo que por un tiempo se evitó el envío de más hombres[112].

Al final pudieron desembarcar en Ceuta 75 soldados sin ningún oficial al cargo, de los que sólo 20 estaban armados, nombrándose como capitán a don Andrés de Segura, que había servido en la plaza de guión de la caballería y de ayudante de una de las compañías de la ciudad. Los soldados fueron bien recibidos por la población, incluso castellanos y naturales trabajaban codo con codo en las obras de fortificación, sin realizarse distinciones entre ellos. Para evitar problemas con los naturales se intentó que los nuevos soldados estuvieran socorridos, y en vez de estar alojados en casas particulares, se les albergó en uno de los baluartes, construyéndose varios cuerpos de guardia y garitas. A pesar del refuerzo se consideraba que los enviados eran pocos para defender la plaza, por lo que se dieron órdenes para que el corregidor de Málaga continuara reuniendo hombres para al menos llegar a reunir 300, valiéndose de los soldados mal entretenidos de la zona, lo que se esperaba que evitara los problemas anteriores[113]. Mientras tanto la ciudad parecía admitir con gusto a los soldados castellanos, como avisaban las misivas enviadas desde Ceuta[114].

El dispositivo defensivo de Ceuta se debía completar con barcos, que a la vez que defendiesen la plaza de las armadas extranjeras, debían emplearse en aislar Tánger, evitar la llegada de socorros, y controlar el contrabando, para intentar recuperar la plaza con rapidez. La escuadra del almirante Antonio de Isasi –con 4 navíos de la Armada del Mar Océano–, fue la encargada de ello, llegando a capturar y desviar varios navíos portugueses que llevaban provisiones y trigo a Tánger[115], al mismo tiempo que se capturaba un navío inglés que introducía contrabando en el estrecho, consiguiendo que hasta el mes de noviembre no pudiera entrar ningún socorro en Tánger. De

[111] AGS, *Guerra Antigua*, legajo 1506. Carta de la ciudad de Málaga al rey, 24/11/1643.

[112] AGS, *Guerra Antigua*, legajo 1506. Carta de don Tomás de Mesía, Málaga, 24/11/1643.

[113] AGS, *Guerra Antigua*, legajo 1473. Carta del marqués de Miranda de Anta, Ceuta, 10/12/1643. Junta de Guerra de España, 25 y 30/12/1643. AGS, *Guerra Antigua*, legajo 1507. Carta del marqués de Asentar, Ceuta, 3/11/1643.

[114] AGS, *Guerra Antigua*, legajo 1507. Carta del marqués de Miranda de Anta, Ceuta, 13/11/1643.

[115] AGS, *Guerra Antigua*, legajo 1509. Cartas del duque de Ciudad Real, Cádiz, 1179 y 4/10/1643. Copia de la carta del capitán Lorenzo de Herrera, Conil, 1/10/1643. AGS, *Guerra Antigua*, legajo 1506. Carta del marqués de Asentar, Ceuta, 23/11/1643.

hecho la ciudad padecía una fuerte carestía, lo que daba esperanzas a los españoles, que esperaban recuperar la plaza[116], si bien esto nunca volvería a ser posible, ya que Tánger continuaría recibiendo trigo periódicamente desde Lisboa y Mértola[117].

La llegada de estas tropas a Ceuta –junto con la habilidad de Asentar–, ayudaron a calmar los ánimos, estabilizándose la precaria situación, y abortándose cualquier intento de que la rebelión de Tánger contagiase Ceuta[118]. De hecho, poco antes de su llegada, el marqués de Miranda de Anta había incautado una veintena de cartas enviadas desde Tánger que trataban de urdir un complot[119]. Éstas iban dirigidas a varios personajes relevantes de la ciudad, y muy especialmente al obispo, un sujeto proclive a los intereses bragancistas al haber nacido en Portugal y tener aún una importante hacienda allí, la cual no podía utilizar, lo que le había dejado en una precaria situación económica[120]. A cambio de la colaboración, los cabecillas de la rebelión serían bien premiados por Portugal, prometiéndose que la ciudad sería mejor atendida, y que se proveerían víveres para evitar el hambre y las privaciones del pasado. A pesar de lo ofrecido no parece que en Ceuta nadie se viera tentado a cumplir lo que las cartas del nuevo gobernador de Tánger pedían: definirse de una vez, jurar al duque de Braganza, y desatar una revuelta popular que culminara con la captura del gobernador español antes de que desde Madrid se tomara la resolución de enviar tropas castellanas[121].

Uno de los logros de Lope de Acuña a su llegada fue restablecer la situación de diálogo con la ciudad, que rápidamente expresó en varias cartas dirigidas a Felipe IV su total adhesión, declarándole su "rey natural"[122]. Igualmente consiguió que la misma ciudad pidiese de *motu propio* el establecimiento de una guarnición castellana de hasta 500 soldados, "pues los mismos moradores me dicen que aun para asegurar el pueblo en cualquier alboroto son necesarios", según palabras del propio gobernador. De hecho será éste el que pida a Madrid la castellanización de Ceuta, algo que en ese momento era difícil de lograr, proponiendo para ello que los soldados y capitanes enviados se fueran casando allí, mandando 1.000 ducados para dotes. Además, el obispo, aunque no pudo ser acusado de nada, debió salir de Ceuta con otros frailes portugueses poco fiables, para evitar futuros problemas[123].

[116] AGS, *Guerra Antigua*, legajo 1473. Cartas del marqués de Asentar, Ceuta, 16 y 19/11 y 19/12/1643. Carta del marqués de Miranda de Anta, Ceuta, 19/12/1643.

[117] AML, *Livro 1.º de consultas e decretos de D. Afonso VI*, f. 110 (PT/AMLSB/CMLSB/CHR/0082). Decreto en favor de D. João de Mascarenhas, Salvaterra de Magos, 16/11/1655.

[118] AGS, *Guerra Antigua*, legajo 1518. Cartas del marqués de Asentar, Ceuta, 5 y 8/11/1643.

[119] AGS, *Guerra Antigua*, legajo 1518. Carta del marqués de Miranda de Anta, Ceuta, 5/11/1643.

[120] AGS, *Guerra Antigua*, legajo 1747. Junta de Presidios, 12/3/1643.

[121] AGS, *Guerra Antigua*, legajo 1518. Relación de los puntos que se han de reparar en las cartas que han venido del marqués de Miranda de Anta. Copia de la carta de Andrés Díaz da Franca, Gobernador de Tánger, 7/10/1643.

[122] La carta quedó firmada por más de 50 relevantes personajes de la ciudad. AGS, *Guerra Antigua*, legajo 1518. Carta de la ciudad de Ceuta, 7/11/1643. AGS, *Guerra Antigua*, legajo 1514. Carta de la ciudad de Ceuta, 17/10/1643. Carta del marqués de Asentar, Cádiz, 23/10/1643.

[123] AGS, *Guerra Antigua*, legajo 1518. Cartas del marqués de Miranda de Anta y del marqués de Asentar, Ceuta, 5 y 8/11/1643.

Esta presencia militar, junto con la llegada de alimentos, fue lo que definitivamente frustró cualquier intento ceutí de jurar fidelidad a los Braganza. Durante los meses siguientes se enviaron más soldados, pudiéndose formar un total de cuatro compañías con los cerca de 330 soldados que llegaron entre octubre de 1643 y diciembre 1644, procedentes de la Armada Real, Málaga y Gibraltar[124]. El incremento de la dotación fue importante, ya que si tenemos en cuenta los datos aportados por Jerónimo de Mascarenhas, hasta el momento la guarnición de la ciudad consistía teóricamente en 420 plazas de infantería distribuidas en dos compañías (la nueva y la vieja) y otra de caballería con 130 jinetes, además de algunos artilleros más y las fuerzas navales de la plaza, compuestas por siete embarcaciones de pequeño tamaño[125]. Esto suponía que con la llegada de los nuevos contingentes castellanos la plaza doblaba su dotación militar, ya que el despliegue teórico de la guarnición ceutí estaba lejos de ser real.

4. LOS GOBERNADORES Y LA POLÍTICA DE TRANSMISIÓN DE LA GRACIA

La monarquía intentó casi siempre mantener un gobernador de origen portugués en Ceuta hasta bien entrado el reinado de Carlos II, tanto como signo de respeto a la ciudad como por recompensar al gran número de portugueses que se mantuvieron fieles a Felipe IV durante la Guerra de Restauración y tras la Paz de Lisboa. Junto con la conservación de las instituciones ceutíes y sus costumbres, la Corona respetó el idioma portugués, lo que en ocasiones supuso una traba para las relaciones con la península. A pesar de su origen, la mayoría de los gobernadores escribían sus cartas en castellano, y sólo el conde de Castel Mendo escribía en portugués[126]. En 1669 el marqués de Asentar quiso modificar el sistema, al intentar que los jueces y escribanos de la plaza utilizaran el castellano, cambio que no se consolidó, ya que la monarquía no quiso modificar el idioma para evitar la reticencia de los naturales[127]. Unos años después, en 1679, la medida sí que tendrá efecto, ante el apoyo prestado por los naturales. Al mantenerse el portugués como lengua escrita, tanto en las escribanías como en asuntos de justicia, se producían problemas de entendimiento y gastos innecesarios, ya que los ceutíes debían traducir los papeles que enviaban a la península para pretender nuevas mercedes. La sustitución del portugués como lengua escrita y administrativa, será a la larga uno de los factores más determinantes del proceso de castellanización[128].

Una función importante de los gobernadores era cuidar de todas las necesidades de la plaza. Por un lado debían fomentar la reconstrucción de muros caídos y almacenes que necesitaran aderezo[129], además de atender a la

[124] CORREA DE FRANCA, Alejandro – *Historia de la mui noble y fidelíssima ciudad de Ceuta.* Ceuta: Ciudad Autónoma, 1999. p. 242. Original del siglo XVIII.

[125] MASCARENHAS, Jerónimo de – *Historia de la ciudad de Ceuta: sus sucesos militares y políticos, memorias de sus santos y prelados y elogios de sus capitanes generales*. Lisboa: Academia das Sciências de Lisboa, 1918, p. 15-16. Escrita en 1648.

[126] AGS, *Secretarias Provinciales*, legajo 2644. Carta del conde de Castel Mendo Ceuta, 11/10/1663.

[127] Carta del Consejo de Guerra al marqués de Asentar, Madrid, 16/9/1670. AGS, *Guerra Antigua*, Libro 305, f. 23.

[128] RODRÍGUEZ HERNÁNDEZ, Antonio José – *La ciudad y la guarnición de Ceuta (1640-1700). Ejército, fidelidad e integración de una ciudad portuguesa en la Monarquía Hispánica.* Ceuta: Instituto de Estudios Ceutíes, 2011. p. 56.

[129] AGS, *Estado*, legajo 2675. Carta del marqués de Arcos y Tenorio, Ceuta, 17/9/1659.

reedificación de las iglesias y conventos de la ciudad, para lo cual siempre contaron con el dinero enviado desde Madrid, y los fondos que sobraban del pago de la guarnición castellana, siempre inferior a la teórica[130]. Incluso era importante que atendieran el cuidado de los enfermos y que atrajeran a buenos médicos[131]. Igualmente debían potenciar el comercio con los musulmanes de Tetuán, al mismo tiempo que debían fomentar las conversiones al cristianismo de musulmanes y judíos, cuestiones por las que intentaban ser premiados por Madrid[132]. De hecho muchos gobernadores, tras su paso por Ceuta terminaron ejerciendo cargos de importancia en la Corte, y sus hijas tuvieron un hueco en palacio como recompensa por sus actuaciones[133].

Muy pronto –en 1643– los ceutíes pidieron optar por conseguir cualquier merced en Castilla, y no sólo las particulares del reino de Portugal[134]. Un año después se les concedió la naturaleza castellana para poder ser considerados como tales, a lo que se sumó el compromiso del rey de que los naturales fueran "preferidos y mirados con singular atención en sus pretensiones"[135]. Las continuas peticiones de los ceutíes de pasar a España o la Corte para ir a reclamar sus peticiones, pensiones y ascensos, se mostraban peligrosas y perjudiciales para la defensa de la plaza, por lo que el rey –en una Cédula Real–, estimó que por el desorden que causaban debía ponerse freno a la práctica, y sin una licencia concedida por el gobernador ningún vecino ni soldado podía salir de Ceuta, teniéndose que enviar todos los memoriales al gobernador[136]. Desde entonces el gobernador se erigió como una correa de transmisión de la gracia, y todos los moradores de la ciudad debían comunicarle las peticiones que enviaban al rey, como mercedes, oficios o hábitos de las órdenes militares[137]. Con ello se consiguió que los militares no desamparasen sus puestos mientras que optaban a premios o mercedes, ya que en 1663 eran 83 los naturales que tenían hecha alguna merced de hábito a cargo de las *tenzas*, debiéndoseles las tres cuartas partes del pago, ante la imposibilidad de la monarquía para atender tan elevado gasto, debido a la enorme inflación de honores y concesiones que se habían hecho a los habitantes de la ciudad en los últimos años para motivar la fidelidad[138].

[130] AGS, *Secretarias Provinciales*, legajo 2643. Carta del marqués de Arcos y Tenorio, Ceuta, 30/7/1659.

[131] AGS, *Secretarias Provinciales*, legajo 2644. Memorial de Simao de Porras, s/f. Carta del marqués de Arcos y Tenorio, Ceuta, 26/1/1661.

[132] AGS, *Secretarias Provinciales*, legajo 2643. Carta del marqués de Arcos y Tenorio, Ceuta, 10/9/1654. Carta del escribano de Hacienda Real, Ceuta, 22/9/1654.

[133] AGS, *Estado*, legajo 7042. Junta de Inteligencias, 20/2/1647.

[134] AGS, *Guerra Antigua*, legajo 1473. Carta del marqués de Asentar, Madrid, 6/10/1643.

[135] AGS, *Secretarias Provinciales*, legajo 2643. Carta del marqués de Arcos y Tenorio, Ceuta, 18/12/1654.

[136] AGS, *Secretarias Provinciales*, legajo 2643. Cartas del marqués de Arcos y Tenorio, Ceuta, 18/11 y 10/12/1655. AGS, *Guerra Antigua*, legajo 1875. Carta del marqués de Arcos y Tenorio, Ceuta, 775/1655.

[137] AGS, *Secretarias Provinciales*, legajo 2643. Carta del marqués de Arcos y Tenorio, Ceuta, 16/5/1657.

[138] AGS, *Secretarias Provinciales*, legajo 2644. Relación de Héctor de Andrada, Ceuta, 20/8/1663.

5. LA DEFENSA DE CEUTA ENTRE 1644 Y 1665

Los problemas defensivos de Ceuta, y las posibilidades de que la plaza fuera socorrida durante las décadas centrales del siglo XVII, tuvieron una estrecha relación con las dificultades militares de la Monarquía Hispánica en Europa, y sus continuas luchas en Alemania, Flandes o Italia, que restaban fuerzas para combatir en los frentes peninsulares y norteafricanos. De esta manera el reemplazo de la dotación teórica de españoles que debía tener Ceuta –cuatro compañías con 400 hombres–, fue siempre un quebradero de cabeza para el gobierno, ya que desde el principio la dotación estuvo lejos de estar completa, realizándose repetidas instancias desde 1646 para reclutar el contingente de soldados castellanos[139], todas ellas sin éxito, pese a la insistencia de los gobernadores de Ceuta por reforzar la plaza[140]. En septiembre de 1648 más de 50 hombres murieron en una refriega con los musulmanes en las proximidades de la ciudad, generando una notable alarma[141]. En octubre el Consejo de Guerra respondía ordenando el envío de 80 hombres como refuerzo[142], por lo que en pocas semanas se pudieron enviar a Ceuta 52 reclutas andaluces, aunque la calidad de los mismos dejaba mucho que desear debido a los métodos expeditivos utilizados en el alistamiento[143].

Durante la década de 1650 la monarquía cuidó de que llegaran a Ceuta los refuerzos imprescindibles para que la guarnición se mantuviera, aunque la necesidad de tropas en todos los frentes no siempre lo permitió. Todas las peticiones cursadas por los gobernadores fueron bien acogidas por el Consejo de Guerra, que intentó en lo posible que éstas se materializaran, aunque otras prioridades estratégicas, como el asedio de Barcelona, no lo permitieron[144]. En 1652 el Consejo de Guerra cambió el procedimiento. Atenazado por la necesidad de tropas veteranas en diferentes puntos, intentó formalizar una recluta de 400 nuevos soldados en Andalucía para así mudar la guarnición castellana de Ceuta, más experimentada, para que estos veteranos reforzaran el ejército de Cataluña[145]. En esta ocasión se pudieron lograr parte de los objetivos, gracias a la colaboración de las autoridades más representativas de Andalucía[146], pudiéndose embarcar 200 soldados desde Cádiz y Tarifa con pertrechos y municiones. Su llegada no supuso la salida de parte de la guarnición, por lo que los nuevos reemplazos sirvieron para reforzar la dotación castellana de la ciudad[147].

[139] AGS, *Guerra Antigua*, legajo 1616. Consulta de la Junta de Guerra de España, 24/7/1647.

[140] AGS, *Estado*, legajo 7042. Junta de inteligencias de Portugal, 15/7/1647.

[141] CORREA DE FRANCA, Alejandro – *Historia de la mui noble y fidelíssima ciudad de* Ceuta. Ceuta: Ciudad Autónoma, 1999. p. 248-251.

[142] AGS, *Guerra Antigua*, Libro 209, f. 84. Carta del Consejo de Guerra al duque de Medinaceli, 6/10/1648.

[143] AGS, *Guerra Antigua*, legajo 1690. Junta de Guerra de España, 5/11/1648. AGS, *Guerra Antigua*, legajo 1697. Cuentas de la factoría realizada por Manuel Cortizos. AGS, *Guerra Antigua*, legajo 1701. Carta del asistente de Sevilla, 27/10/1648, y Carta de Juan de Góngora, Sevilla, 14/10/1648.

[144] AGS, *Guerra Antigua*, legajo 1784. Consulta del Consejo de Guerra, 25/7/1651.

[145] AGS, *Guerra Antigua*, legajo 1808. Consulta del Consejo de Guerra, 28/2/1652. AGS, *Guerra Antigua*, Libro 216, f. 97. Carta del Consejo de Guerra al Gobernador de Ceuta, 17/1/1651.

[146] AGS, *Guerra Antigua*, Libros 225 y 234, f. 85 y ss, y 13. Instrucciones al duque de Medinaceli, Capitán General del Mar Océano y costas de Andalucía, 29/1 y 17/3/1652.

[147] AGS, *Guerra Antigua*, Libro 234, f. 36. Carta del Consejo de Guerra al duque de Medinaceli, 13/3/1652.

Desde comienzos de 1655 hubo un recrudecimiento de los combates contra los musulmanes en Ceuta y todo el norte de África[148]. De hecho el gobernador de Ceuta comunicó a Madrid la imposibilidad de cumplir las órdenes enviadas para socorrer Larache, en donde una riada había derruido parte de la muralla, por lo que necesitaba el envío de un socorro con urgencia ante su falta de soldados[149]. En la primavera de 1655 cerca de 20.000 moros atacaron las murallas de la ciudad, y tras intentar asaltarla durante todo el día se retiraron, perdiendo entre 4.000 y 6.000 hombres ante el continuo fuego de artillería y mosquetería efectuado desde la plaza. Al día siguiente se pactó una tregua para acudir al entierro de los muertos y el cuidado de los heridos, aunque por el bando ceutí solo habían muerto 14[150].

Al mismo tiempo España entraba en guerra con la Inglaterra de Cromwell, agravándose los problemas de inseguridad en el Estrecho, ya que siempre se temió un ataque inglés[151]. Se creía que la armada inglesa podría desembarcar en Ceuta ya que contaba con la ayuda de Muley-Hacen, rey de Túnez, Marruecos y Tremecén, ya que su intención era establecer una base en el Estrecho para impedir el comercio con las Indias[152]. La presión militar norteafricana, y el miedo a un ataque marítimo inglés hicieron que desde Ceuta se pidiera el envío de más tropas y municiones ante el temor a cualquier ataque[153]. Por ello el Consejo de Guerra accedió a enviar pertrechos y 200 hombres[154]. Proyecto que no tuvo el efecto deseado, ya que los reclutados debieron quedar como refuerzo en Gibraltar y Cádiz ante el miedo a algún desembarco inglés[155].

La muerte de João IV de Portugal cambió las cosas, ya que la regencia de Alfonso VI estuvo marcada por la inestabilidad interna, y por un fuerte belicismo que apoyaba una guerra total contra España para consolidar la independencia, y establecer un acuerdo de paz antes de que España pacificara sus frentes abiertos con Francia e Inglaterra[156]. En este contexto, al miedo a los ingleses en el estrecho, en 1658 se sumó el temor a que los portugueses intentaran recuperar Ceuta, ya fuera militarmente o a través del engaño o la negociación con los naturales, llegando la noticia al Consejo de Estado de que la duquesa de Braganza había intentado captar las

[148] CORREA DE FRANCA, Alejandro – *Historia de la mui noble y fidelíssima ciudad de Ceuta.* Ceuta: Ciudad Autónoma, 1999. p. 255-257. Original del siglo XVIII.

[149] AGS, *Guerra Antigua*, legajo 1875. Carta del marqués de Arcos y Tenorio, Ceuta, 22/1/1655.

[150] BARRIONUEVO, Jerónimo de – *Avisos*. Madrid: Imprenta M. Tello, 1892. tomo I, p. 364-365.

[151] CASTILLA SOTO, Josefina – Las relaciones entre Felipe IV y Carlos II de Inglaterra durante el protectorado de Cromwell (1656-1659). *Espacio, Tiempo y Forma*. Madrid: UNED. Serie 4 Nº 2 (1989), p. 111-124.

[152] BARRIONUEVO, Jerónimo de – *Avisos*. Madrid: Imprenta M. Tello, 1892. tomo II, p. 420-421.

[153] AGS, *Guerra Antigua*, legajo 1875. Carta del veedor Prudencio de Ugueta, Ceuta, 2/5/1655. Relación de las municiones de la plaza, Ceuta, 4/5/1655.

[154] AGS, *Guerra Antigua*, Libro 250, f. 145 y 177. Carta del Consejo de Guerra al duque de Medinaceli, 10/4/1656. Carta del Consejo de Guerra al duque de Arcos, 8/8/1656.

[155] AGS, *Guerra Antigua*, Libro 250, f. 165 y ss. Prevenciones en Andalucía con motivo de la Armada Inglesa, 19/6, 10/7 y 26/9/1656. AGS, *Guerra Antigua*, legajo 1893. Cartas de don Francisco Hurtado de Mendoza, Málaga, 3, 24 y 31/10 y 14/11/1656.

[156] VALLADARES, Rafael – *La Rebelión de Portugal 1640-1680: guerra, conflicto y poderes en la Monarquía Hispánica (1640-1680)*. Valladolid: Junta de Castilla y León, 1998. p. 161-162.

voluntades de los ceutíes. Ante estas circunstancias el Consejo determinó el envío de hombres y medios[157], si bien finalmente nunca se envió el refuerzo. Incluso al año siguiente se volvió a insistir en su envío, afirmándose que el reclutamiento podía pagarse sin problemas del dinero que sobraba del pago de la dotación castellana, que estaba por debajo de su dotación real[158], lo que dejaba claro que la problemática de que no llegaran refuerzos se debía a la falta de soldados de la monarquía, y al agotamiento de Castilla como gran centro reclutador[159].

Ante la reactivación de la guerra con Portugal, en Madrid se tenía miedo de que surgiera alguna confabulación interna que cambiara la situación ceutí. A partir de diciembre de 1656 el Consejo de Guerra fue mucho más estricto que en otras épocas, ya que se pensaba que había una fuerte colaboración con Portugal, y que la plaza comerciaba abiertamente con su antigua metrópoli. El resultado de las indagaciones realizadas contradijeron esos temores. Incluso desde Cádiz se envió a un sacerdote de origen portugués con poderes portugueses para cobranzas y pleitos, que intentó sin éxito hacerlos efectivos en Ceuta. Con ello, y gracias a otras diversas indagaciones, se demostró que hacía tiempo que no existían tratos con Portugal, y que aunque algunos ceutíes tuvieran familiares allí, no había indicios creíbles de confabulación alguna[160]. Una cuestión bien distinta era el contrabando, ya que fue frecuente que en Cádiz y otros puertos mercaderes portugueses contratasen barcos luengos para introducir mercancías en Tánger y en otros puntos del reino de Castilla, en perjuicio de la alhóndiga y el puerto de Ceuta, llegándose a procesar a varios mercaderes franceses en Ceuta, al igual que a algunos patrones de embarcaciones. Ese contrabando fue tan habitual, que se pensaba que si no fuera por ello Tánger podría haber vuelto a la soberanía española[161].

En pocos casos la fidelidad ceutí estuvo en entredicho, y casi todas las acciones y hechos que tuvieron que ver con una hipotética vuelta al reino de Portugal tuvieron que ver con los religiosos asentados en Ceuta, la mayoría de origen portugués, algo que no fue impedido por el obispo, ya que desde 1644 los españoles no eligieron uno nuevo. En 1647 un canónigo y un padre que residían en Ceuta fueron desterrados a Castilla ante las sospechas de que eran los cabecillas del bando portugués en Ceuta, y mantener correspondencia con el cónsul francés, si bien nunca se pudo demostrar que prepararan una insurrección de Ceuta[162]. A mediados de 1658 surgió un pequeño alboroto entre soldados y civiles por el apresamiento de un clérigo local, al que se sacó a rastras de una iglesia –algo que molestó mucho a los ceutíes–, aunque al final la actuación del gobernador hizo que los ánimos se apaciguasen y que la cuestión no fuese a más[163], decretándose que las cátedras de gramática y moral de Ceuta no

[157] AGS, *Estado*, legajo 2675. Consultas del Consejo de Estado, 5 y 8/10/1658.

[158] AGS, *Secretarias Provinciales*, legajo 2643. Carta del marqués de Arcos y Tenorio, Ceuta, 10/1/1659.

[159] RODRÍGUEZ HERNÁNDEZ, Antonio José – *Los Tambores de Marte: el Reclutamiento en Castilla durante la segunda mitad del siglo XVII (1648-1700)*. Valladolid: Universidad de Valladolid, 2011. p. 24-26.

[160] AGS, *Guerra Antigua*, legajo 1898. Carta del duque de Medinaceli, El Puerto de Santa María, 26 de noviembre de 1656. Consultas del Consejo de Guerra, 16 y 29 de diciembre de 1656.

[161] AGS, *Secretarias Provinciales*, legajo 2643. Carta del marqués de Arcos y Tenorio, Ceuta, 13/9/1657.

[162] AGS, *Estado*, legajo 7042. Junta de Inteligencias, 28/3 y 10/4/1659.

[163] BARRIONUEVO, Jerónimo de – *Avisos*. Madrid: Imprenta M. Tello, 1893. Tomo IV, p. 238.

debían ser ocupadas por sujetos portugueses[164]. De hecho las fiestas ajustadas en la ciudad a finales de 1657 con motivo del nacimiento Felipe Próspero –tercer hijo de Felipe IV y el primer varón–, demostraron a la monarquía la adhesión de la ciudad, que celebró el acontecimiento decretando indultos, concediendo limosnas, disparando una salva con las 70 piezas de artillería de la plaza y realizando fiestas de moros y cristianos, saliendo todos de la plaza vestidos "a la morisca y a la española"[165].

Pero por encima de todo, la tranquilidad y sosiego de Ceuta venía condicionado por la protección prestada por la Corte a las provisiones económicas y de víveres que tanto necesitaba la ciudad para subsistir, las cuales quedaron siempre al cuidado del duque de Medinaceli como Capitán General del Mar Océano y Costas de Andalucía[166]. Mientras tanto, en Madrid, fue muy especial la atención dispensada por la Junta de Portugal, que presionó al Consejo de Guerra para que a Ceuta no le faltara de nada y que a la ciudad continuaran llegando refuerzos, dinero y pertrechos[167]. La situación excepcional de Ceuta hizo que la plaza fuera bien atendida, ya que, como se decía, era "la única almena que de Portugal ha quedado"[168].

Durante los años siguientes el verdadero peligro fueron los ingleses, especialmente con su llegada a Tánger a partir de 1662[169]. Aunque virtualmente España estaba en paz con la Inglaterra que había restaurado en el trono a Carlos II, lo cierto es que el movimiento fue observado con mucha cautela por Madrid, que no vio con buenos ojos la cesión de Tánger a los ingleses. El duque de Braganza también había cedido Ceuta al rey de Inglaterra como parte de la dote para el casamiento de su hermana, lo que preocupaba a los españoles[170]. Incluso tropas británicas apoyaban al enemigo portugués en la frontera portuguesa, enviándose a Tánger una nutrida guarnición procedente de Dunquerque, hombres que habían luchado recientemente contra los españoles en Flandes[171]. Muy pronto el conde de Castel Mendo escribió a Madrid pidiendo que la dotación de la plaza se reforzase para prevenir cualquier complicación. El Consejo de Guerra –consciente del problema–, ordenó reforzar las guarniciones del estrecho, especialmente Ceuta y Gibraltar, y decretó el envío de 200 infantes a Ceuta[172]. Esta petición fue rápidamente atendida, aunque no se cumplió en su totalidad, ya que se enviaron 162 hombres en tres compañías, todos ellos veteranos de la Armada, que terminaron incorporándose a las cuatro compañías castellanas fijas

[164] AGS, *Estado*, legajo 2675. Cartas del marqués de Arcos y Tenorio, Ceuta, 7/171644 y 19/1 y 6/5/1647.

[165] BN, *ms. 2385* f. 177. Relación que el doctor Miguel de Roxas dio de las fiestas celebradas en Ceuta en 1657 con motivo del nacimiento del Príncipe. Impreso, Sevilla, Juan Gómez de Blas.

[166] AGS, *Guerra Antigua*, legajo 1890. Cédula Real, Madrid, 30/7/1656.

[167] AGS, *Guerra Antigua*, legajo 1878. Consulta del Consejo de Guerra, 2/8/1656.

[168] AGS, *Guerra Antigua*, legajo 1616. Consulta de la Junta de Guerra de España, 24/7/1647.

[169] SÁNCHEZ BELÉN, Juan Antonio – La presencia inglesa en el estrecho a finales del siglo XVII. In CONGRESO INTERNACIONAL EL ESTRECHO DE GIBRALTAR, 1, GIBRALTAR - *Actas*. Ceuta: [S.l.], 1987. tomo I, p. 29-44. VALLADARES, Rafael – Inglaterra, Tánger y el estrecho compartido: los inicios del asentamiento inglés en el Mediterráneo occidental durante la guerra hispano-portuguesa (1641-1661). *Hispania*. Madrid: CSIC. Nº 179 (1991), p. 965-991.

[170] AGS, *Estado*, legado 4051. Minuta de despacho de Mariana de Austria al marqués del Carpio, 13/12/1667.

[171] Sobre la llegada de los ingleses a Tánger: ABBEY, W.B.T. – *Tangier under British rule, 1661-1684*. Jersey: Bigwood, 1940. p. 38 y ss.

[172] AGS, *Guerra Antigua*, Libro 281, f. 2, 10, 19, 30 y ss. Cartas del Consejo de Guerra al duque de Medinaceli, 17 y 22/5, 26/6 y 26/12/1662.

de la plaza, edificándose un nuevo cuartel para alojarlos[173]. Además de reforzar la plaza, también se tomaron medidas extraordinarias, como la prohibición del comercio con los ingleses[174], o el envío de dinero para mejorar las fortificaciones[175].

6. ¿HUBO UNA CASTELLANIZACIÓN DE CEUTA ENTRE 1640-1660?

Aunque algunos autores hayan insinuado que la presencia militar castellana produjera desde 1585 una castellanización de la plaza[176], no parece que la esporádica estancia de estos soldados lo permitiera. Ello no quitó para que en la ciudad se asentaran más españoles que durante el periodo portugués, aumentando dicha comunidad a partir de 1580[177]. La llegada en 1644 de las cuatro compañías castellanas la situación defensiva de Ceuta cambió, reforzándose la guarnición ante cualquier enfrentamiento con los musulmanes, a la vez que se aseguraba su lealtad. Pero esto no supuso una castellanización de la ciudad, algo que parece que en Madrid tampoco se pretendía.

La dotación de las cuatro compañías castellanas de Ceuta nunca llegó a conseguir la castellanización de la plaza[178]. Los motivos eran obvios, ya que por un lado el número asignado era escaso y nunca estuvo completo. Entre 1643 y 1663 no llegaron a Ceuta más de 750 reclutas para una dotación que debía tener 400 hombres. Parte de los oficiales terminaron uniéndose con la élite local por vía matrimonial, como Francisco Ruiz Estrada, dando lugar a uno de los linajes más representativos de la ciudad[179]. Los oficiales fácilmente pudieron encontrar un hueco en la ciudad y su entramado social. En cambio, los soldados castellanos no se integraron de igual manera. La mayoría eran jóvenes que no tenían familia, y formarla era difícil al depender exclusivamente de sus sueldos, que no siempre llegaban. Pocos pudieron desarrollar otros oficios civiles paralelos o cobrar las rentas reales, como en muchos casos hacían los soldados ceutíes. Esto significaba que los soldados castellanos recién llegados eran

[173] AGS, *Guerra Antigua*, Libro 281, f. 19. Carta del Consejo de Guerra, 26/6/1662. Carta del duque de Medinaceli, Puerto de Santa María, 17/5/1662. AGS, *Guerra Antigua*, legajo 2023. Carta del conde de Castel Mendo, Ceuta, 19/5/1662. AGS, *Guerra Antigua*, legajo 2051. Relación del dinero…, Ceuta, 1/6/1663. AGS, *Secretarias Provinciales*, legajo 2544. Carta del conde de Castel Mendo, Ceuta, 11/10/1663.

[174] AGS, *Guerra Antigua*, Libro 281, f. 26. Órdenes sobre la prohibición de comercio, 8/7/1662.

[175] AGS, *Guerra Antigua*, legajo 2023. Cartas del conde de Castel Mendo, Ceuta, 19 y 26/5/1662. Cartas de fray Genaro María de Aflito, Ceuta, 26 y 27/5 y 17/6/1662. Parecer del marqués de Trocifal. También: RUIZ OLIVA, José Antonio – *Fortificaciones militares de Ceuta: siglos XVI al XVIII*. Ceuta: Instituto de Estudios Ceutíes, 2002.

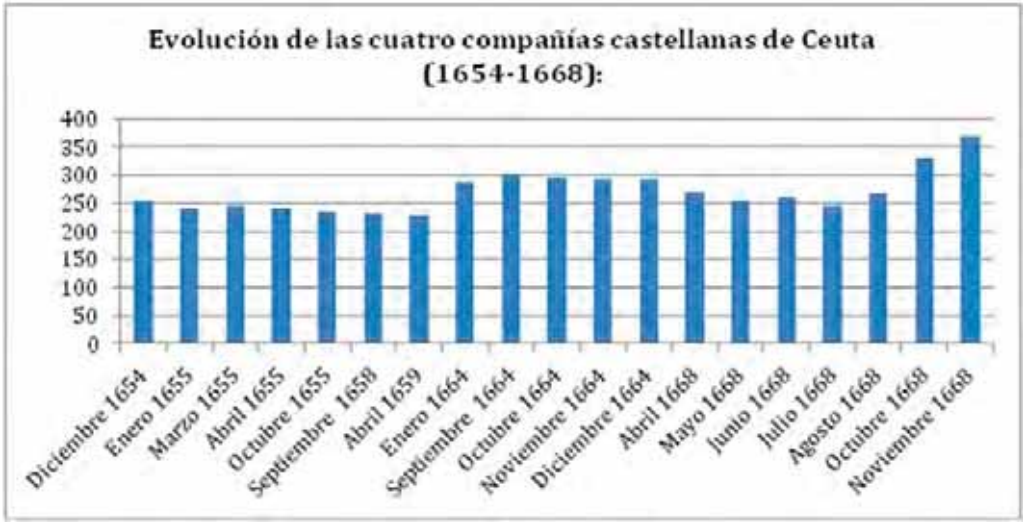
[176] CARMONA PORTILLO, Antonio – *Ceuta española en el Antiguo Régimen (1640-1800). Análisis demográfico y socioeconómico del segundo periodo de la presencia española en la ciudad*. Ceuta: Consejería de Cultura, 1996. p. 95-98.

[177] BRAGA, Isabel M. R. Mendes Drumond; BRAGA, Paulo Drumond – *Ceuta portuguesa (1415-1656)*. Ceuta: Instituto de Estudios Ceutíes, 1998. p. 65-66.

[178] Véase RODRÍGUEZ HERNÁNDEZ, Antonio José – *La ciudad y la guarnición de Ceuta (1640-1700): ejército, fidelidad e integración de una ciudad portuguesa en la Monarquía Hispánica*. Ceuta: Instituto de Estudios Ceutíes, 2011. p 121 y ss.

[179] CORREA DE FRANCA, Alejandro – *Historia de la mui noble y fidelíssima ciudad de* Ceuta. Ceuta: Ciudad Autónoma, 1999. p. 242 y 313. Original del siglo XVIII.

Gráfico 1: Evolución de las cuatro compañías castellanas de Ceuta (1654-1668)



Fuente: AGS, *Guerra Antigua*, legajos. 1875, 1952, 2020, 2081, 2101, 2192 y 2217.

el sector más pobre de los militares, siempre propenso a la deserción, de ahí que la dotación castellana nunca estuviera completa, como podemos observar en la tabla, que nos indica que en muchos casos la dotación real no llegaba a los 250 oficiales y soldados.

Para 1659 disponemos incluso de un listado nominal de los integrantes de las cuatro compañías castellanas, en el que también se refleja su lugar de nacimiento[180]. Su análisis es sin duda revelador, ya que a pesar de las restricciones, las compañías tenían cada vez más naturales de Ceuta y portugueses entre sus filas. En esa fecha casi uno de cada cuatro soldados era de origen portugués –ya fueran los 34 originarios de Ceuta, 1 de Tánger y 17 de Portugal, incluido uno procedente de las Azores–, lo que supone el 23% del total. Desde el primer momento el Consejo de Guerra había regulado que no se permitiese sentar plaza en las compañías castellanas ni a los portugueses ni a los ceutíes. Pero muy pronto las cosas cambiaron, permitiéndose la entrada de éstos, e incluso algunos capitanes de las compañías fueron ceutíes[181]. De hecho fue común que muchos fidalgos naturales de Ceuta sirvieran durante su vida militar en ambos contingentes –aunque no al mismo tiempo–, esperando así un mayor reconocimiento de la monarquía[182].

[180] AGS, *Guerra Antigua*, legajo 2020. Relación de los ministros, oficiales y soldados que se hallan sirviendo a en las cuatro compañías de infantería castellana, Ceuta, 9/5/1659.

[181] AGS, *Guerra Antigua*, Libro 234, f. 217 y 275, Libro 257, f. 146. Cartas del Consejo de Guerra a la plaza de Ceuta, 15/9/1653, 20/7/1654 y 19/8/1659.

[182] AGS, *Secretarias Provinciales*, legajo 2643. Carta del marqués de Arcos y Tenorio, Ceuta, 13/8/1654.

A finales de la década de 1650 algunos gobernadores –pese a ser de origen portugués– insistían en la separación entre los soldados naturales y los castellanos, que estaban alojados en cuarteles diferentes. Incluso se insistía en que los soldados de las cuatro compañías castellanas fuesen solteros, para que siempre pudieran acudir con rapidez a sus obligaciones, al estar a cargo de la artillería y de las obras exteriores de la plaza –los lugares más expuestos–, siendo un problema que muchos capitanes y soldados estuvieran casados en la ciudad. Tampoco se veía con buenos ojos que algunos alféreces de las compañías castellanas fueran portugueses, y que no se renovasen los nombramientos cada tres años como establecían las ordenanzas militares[183].

Pero la realidad era bien distinta. En muchos casos los gobernadores tenían entre sus criados a personas nacidas en Portugal, que servían como soldados, además de que varios de los oficiales de las compañías castellanas eran de origen ceutí y portugués[184]. Un informe elaborado en 1661 informaba del número de soldados castellanos y portugueses pertenecientes a las cuatro compañías que estaban casados con mujeres de la ciudad. Los datos informaban que había 14 oficiales y 66 soldados castellanos casados, además de otros 23 oficiales y soldados portugueses[185]. Teniendo en cuenta que en la muestra de 1659 había 228 hombres, esto supondría que casi la mitad estarían casados. Además, podemos interpretar claramente que debido al elevado número de hombres de origen portugués –y el gran número de oficiales y soldados que se habían casado en Ceuta–, estas compañías estaban muy naturalizadas, por lo que la integración de los soldados era evidente, sin que el idioma o el origen fueran un verdadero problema. Incluso sabemos que en 1655 el contador de la infantería castellana –natural de Ceuta–, no sabía escribir en castellano, lo que era un notable problema administrativo[186]. Entre la marinería que servía en Ceuta, la diferencia nacional era todavía menor, ya que en 1655 había al menos cuatro embarcaciones menores –dos barcos luengos y dos fragatas–, cuyos dueños eran castellanos que se habían asentado en la ciudad, si bien la tripulación estaba formada tanto por portugueses como por castellanos, sin que eso fuera un inconveniente[187].

Aunque desconocemos muchos detalles de las compañías de la ciudad de Ceuta, según un informe de 1654, la compañía nueva de la ciudad estaba compuesta por 165 oficiales y soldados. De ellos, 105 eran ceutíes, siendo otros 50 portugueses de distintos orígenes (algunos de Tánger, e incluso uno nacido en la India portuguesa). Además de otros 7 sujetos que decían haber nacido en Castilla, de los que al menos uno mantenía un apellido claramente portugués[188]. Esos datos inciden en que apenas se produjo una castellanización de las compañías, y que a pesar del aislamiento con el resto de Portugal había muchos portugueses, más del 30%, frente al escaso número

[183] AGS, *Secretarias Provinciales*, legajo 2543. Carta del marqués de Arcos y Tenorio, Ceuta, 10/1/1659.

[184] AGS, *Guerra Antigua*, legajo 1875. Carta del marqués de Arcos y Tenorio, Ceuta, 8/1/1655.

[185] AGS, *Secretarias Provinciales*, legajo 2644. Carta del conde de Castel Mendo, Ceuta, 17/8/1661. Lista de soldados y oficiales que están casados, 1661.

[186] AGS, *Guerra Antigua*, legajo 1875. Carta de Prudencio de Ugueta, veedor de Ceuta, Ceuta, 5/8/1655.

[187] AGS, *Guerra Antigua*, legajo 1875. Carta del marqués de Arcos y Tenorio, Ceuta, 8/1/1655.

[188] AGS, *Secretarias Provinciales*, Libro 1556. Pagamentos y listados de la nueva compañía de la ciudad de Ceuta, del capitán don Melchor de Torres y Mudarra, 1/12/1654.

de castellanos. Todo ello incide en el hecho de que en Ceuta no existiera todavía una castellanización, sino más bien una persistencia de personas de origen portugués, además de que muchos de los soldados enviados a Ceuta terminaron naturalizándose, por lo que lo más lógico sería hablar de una sociedad mixta –hispano-portuguesa–, mejor integrada de lo que tradicionalmente la historiografía ha reconocido.

7. CONCLUSIONES

Ceuta se mantuvo fiel a Felipe IV pese a los hechos acaecidos en Lisboa en diciembre de 1640. Como hemos podido comprobar, parte de esta fidelidad estuvo forzosamente motivada –y se vio fuertemente afectada– por la capacidad española de abastecer la ciudad de todo lo que necesitaba, y muy especialmente de trigo, algo que no sucedió en Tánger. Además, la decisión española de no trastocar los sistemas previamente establecidos en la ciudad, y las pensiones, a la vez que honraba a la ciudad y sus habitantes con importantes honores y gratificaciones de todo tipo, hará que la lealtad ceutí siempre se manifestase fuerte.

La llegada de la primera dotación castellana motivó con su mera presencia la lealtad ceutí, pero no significó –por lo menos en este periodo– la castellanización de la plaza, ya que se puede advertir la fuerte naturalización de los componentes de esas compañías. Entre ellos no sólo había muchos ceutíes y de origen portugués (1/4 parte), sino que además muchos oficiales y soldados se casaron con mujeres ceutíes, ayudando a que se conformara una sociedad mixta hispano-portuguesa ante la continua naturalización de los soldados castellanos que llegaban a Ceuta.

FUENTES Y ESTUDIOS

Fuentes Manuscritas

Archivo General de Simancas

Estado, legajos 2048, 2675, 4051, 7041, 7042, 7043.

Guerra Antigua, legajos 1132, 1218, 1347, 1404, 1473, 1474, 1493, 1496, 1497, 1498, 1500, 1501, 1506, 1507, 1509, 1510, 1512, 1514, 1515, 1518, 1616, 1690, 1697, 1747, 1784, 1808, 1875, 1878, 1890, 1893, 1898, 2020, 2023, 2051, 3167; libros 209, 216, 225, 234, 250, 281, 305.

Secretarias Provinciales, legajos 2544, 2643, 2644; libro 1556.

Arquivo Municipal de Lisboa

Livro 1.º de consultas e decretos de D. Afonso VI.

Livro 2.º de consultas e decretos de Filipe III.

Livro 2º de Cortes.

Biblioteca Nacional Española

Manuscritos 2371, 2375, 2385.

Fuentes Impresas Y Estudios

ABBEY, W.B.T. – *Tangier under british rule*, *1661-1684*. Jersey: Bigwood, 1940.

BAEZA HERRAZTI, Alberto (Ed.) – *Ceuta Hispano-portuguesa*. Ceuta: Instituto de Estudios Ceutíes, 1993.

BARRIONUEVO, Jerónimo de – *Avisos*. Madrid: Imprenta M. Tello, 1892-1893. tomos I-IV.

BOYAJIAN, James C. – *Portuguese bankers at the Court of Spain 1626-1650.* New Jersey: Rutgers University Press, 1983.

BRAGA, Isabel M. R. Mendes Drumond; BRAGA, Paulo Drumond – *Ceuta portuguesa (1415-1656)*. Ceuta: Instituto de Estudios Ceutíes, 1998.

CAMARERO, Raquel – *La guerra de recuperación de Cataluña 1640-1652.* Madrid: Actas, 2015.

CARMONA PORTILLO, Antonio – *Ceuta española en el Antiguo Régimen (1640-1800): análisis demográfico y socioeconómico del segundo periodo de la presencia española en la ciudad*. Ceuta: Consejería de Cultura, 1996.

CARMONA PORTILLO, Antonio – *Historia de Ceuta*. Málaga: Sarriá, 2007.

CASTILLA SOTO, Josefina – Algunas consideraciones sobre la lealtad de Ceuta a la Corona Hispánica en 1640. *Espacio, Tiempo y Forma.* Madrid: UNED. Serie IV Nº 4 (1991), p. 125-136.

CASTILLA SOTO, Josefina – Las relaciones entre Felipe IV y Carlos II de Inglaterra durante el protectorado de Cromwell (1656-1659). *Espacio, Tiempo y Forma*. Madrid: UNED. Serie IV Nº 2 (1989), p. 111-124.

CORREA DE FRANCA, Alejandro – *Historia de la mui noble y fidelíssima ciudad de* Ceuta. Ceuta: Ciudad Autónoma, 1999. Original del siglo XVIII.

ERICEIRA, 2º conde da – *Historia de Tánger durante la dominación portuguesa*. traducción del R.P. Buenaventura Díaz. Tánger: Tipografía Hispano-arábiga de la Misión Católica, 1940. Original Lisboa, Imprenta Ferreiriana, 1732.

ESAGUY, José de – *O livro grande de Sampayo ou livro dos vedores de Ceuta, 1505-1670*. Coimbra: Instituto de Coimbra,1941.

FARINHA, António Dias – *História de Mazagão durante o período filipino*. Lisboa: Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, 1970.

GARCÍA FIGUERAS, Tomás; RODRÍGUEZ JOULIA SAINT-CYR, Carlos – *Larache: datos para su historia en el siglo XVII*. Madrid: Instituto de Estudios Africanos, 1973.

GOZALBES BUSTO, Guillermo – *Entre Portugal y España: Ceuta*. Ceuta: Instituto de Estudios Ceutíes, 2001.

LUXÁN Y MELÉNDEZ, Santiago – Contribución al estudio de los presidios españoles del Norte de África: las dificultades de la plaza de Ceuta para abastecerse de trigo (1640-1668). *Hispania*. Madrid: CSIC. Nº 130 (1975), p. 321-342.

LUXÁN Y MELÉNDEZ, Santiago – La pervivencia del Consejo de Portugal durante la Restauración: 1640-1668. *Norba*. Universidad de Extremadura. Nº 8-9 (1987-1988), p. 61-86.

LUXÁN Y MELÉNDEZ, Santiago – Política ceutí de Felipe IV (1641-1644). *Hispania*. Madrid: CSIC. Nº 132 (1976), p. 175-190.

MASCARENHAS, Jerónimo de – *Historia de la ciudad de Ceuta: sus sucesos militares y políticos, memorias de sus santos y prelados y elogios de sus capitanes generales*. Lisboa: Academia das Sciências de Lisboa, 1918. Escrita em 1648.

MEMORIAL HISTÓRICO ESPAÑOL. Madrid: [s.n.], 1863. tomo XVII.

POSAC MON, Carlos – La rebelión de Tánger en 1643. *Cuadernos de la biblioteca española de Tetuán*. Tetuán. Nº 5 (1972), p. 79-112.

POSAC MON, Carlos – *La última década lusitana de Ceuta*. Ceuta: Instituto Nacional de Enseñanza Media, 1967.

POSAC MON, Carlos – Una página olvidada de la historia de Ceuta. El motín del 18 de agosto de 1638. In BAEZA HERRAZTI, Alberto (ed.) – *Ceuta hispano-portuguesa*. Ceuta: Instituto de Estudios Ceutíes, 1993. p. 233-271.

RODRÍGUEZ HERNÁNDEZ, Antonio José – *La ciudad y la guarnición de Ceuta (1640-1700): ejército, fidelidad e integración de una ciudad portuguesa en la monarquía hispánica.* Ceuta: Instituto de Estudios Ceutíes, 2011.

RODRÍGUEZ HERNÁNDEZ, Antonio José – *Los Tambores de Marte. El Reclutamiento en Castilla durante la segunda mitad del siglo XVII (1648-1700)*. Valladolid: Universidad de Valladolid, 2011.

RUIZ OLIVA, José Antonio – *Fortificaciones militares de Ceuta: siglos XVI al XVIII*. Ceuta: Instituto de Estudios Ceutíes, 2002.

SALAS ALMELA, Luis – *Medina Sidonia: el poder de la aristocracia.* Madrid: Marcial Pons, 2008.

SÁNCHEZ BELÉN, Juan Antonio – La presencia inglesa en el estrecho a finales del siglo XVII. In CONGRESO INTERNACIONAL EL ESTRECHO DE GIBRALTAR, 1, GIBRALTAR - *Actas*. Ceuta: [S.l.], 1987. tomo I, p. 29-44.

SANZ AYÁN, Carmen – El abastecimiento del Estrecho durante la segunda mitad del siglo XVII: Asientos y asentistas. In CONGRESO INTERNACIONAL EL ESTRECHO DE GIBRALTAR, 1, GIBRALTAR - *Actas*. Ceuta: [S.l.], 1987. Tomo II, p. 577-588.

SANZ AYÁN, Carmen – *Un banquero en el siglo de Oro. Octavio Centurión, el financiero de los Austrias.* Madrid: La Esfera de los libros, 2015. p. 190 e seguintes.

VALLADARES DE SOTOMAYOR, Antonio – *Seminario Erudito*. Madrid: Antonio Espinosa, 1790. tomo XXXII.

VALLADARES, Rafael – *Felipe IV y la Restauración de Portugal*. Málaga: Algazara, 1994.

VALLADARES, Rafael – Inglaterra, Ceuta y el Estrecho compartido. Los inicios del asentamiento inglés en el mediterráneo occidental durante la guerra Hispano-portuguesa (1641-1668), In BAEZA HERRAZTI, Alberto (ed.) – *Ceuta hispano-portuguesa*. Ceuta: Instituto de Estudios Ceutíes, 1993. p. 319-333.

VALLADARES, Rafael – Inglaterra, Tánger y el estrecho compartido: los inicios del asentamiento inglés en el Mediterráneo occidental durante la guerra hispano-portuguesa (1641-1661). *Hispania*. Madrid: CSIC. Nº 179 (1991), p. 965-991.

VALLADARES, Rafael – *La conquista de Lisboa: violencia militar y comunidad política en Portugal, 1578-1583*. Madrid: Marcial Pons, 2008.

VALLADARES, Rafael – *La rebelión de Portugal 1640-1680: guerra, conflicto y poderes en la Monarquía Hispánica (1640-1680)*. Valladolid: Junta de Castilla y León, 1998. p. 161-162.

VALLADARES, Rafael – Las dos guerras de Pernambuco: la armada del conde da Torre y la crisis del Portugal hispánico (1638-1641). In SANTOS PÉREZ, José Manuel; CABRAL DE SOUZA, George F. (coord.) – *El desafío holandés al dominio ibérico en Brasil en el siglo XVII*. Salamanca: Universidad, 2006. p. 33-66.

VELASCO HERNÁNDEZ, Francisco – *El otro Rocroi: la guerra naval contra Felipe IV en el Mediterráneo Suroccidental.* Cartagena: Aglaya, 2005.

A Avenida de Ceuta: de limite a caminho para o crescimento de Lisboa

The Ceuta´s Avenue: from limit to path for the growth of Lisbon

.

Beatriz Rosa de Abreu Pereira Marques*

submissão/submission: 09/09/2015

aceitação/approval: 17/11/2015

RESUMO

A perceção da história do vale de Alcântara, analisada à luz da evolução de Lisboa, constitui-se como um estudo essencial para a compreensão da importância da Avenida de Ceuta para a cidade. O papel de Alcântara, como zona de charneira de movimentos da cidade e para o interior do território, que lhe conferiu uma maior importância em relação a outras áreas de Lisboa, definiu também o seu destino como plataforma de mobilidade à escala metropolitana. As características do vale, cuja suave inclinação favorecia o tráfego para o interior, atraíram a instalação de importantes infraestruturas de transportes. Nesta zona, que durante muito tempo se definiu como um importante limite da cidade, nasceu uma das principais artérias para o crescimento de Lisboa, batizada em 1915 com um acontecimento que marcou, também, o início da expansão portuguesa para todo o mundo - a (Avenida da) Conquista de Ceuta.

* ITeCons - Instituto de Investigação e Desenvolvimento Tecnológico em Ciências da Construção, Universidade de Coimbra, Portugal.

Beatriz Rosa de Abreu Pereira Marques concluiu o mestrado em Arquitetura pelo Instituto Superior Técnico em 2009, com a dissertação *O Vale de Alcântara como caso de estudo – Evolução da morfologia urbana*, orientada pela Professora Doutora Ana Tostões, sendo também mestre em Construção e Reabilitação (Instituto Superior Técnico, 2012). A sua prática profissional atual está dividida entre o estudo de patologias construtivas e investigação na área da construção e reabilitação sustentável no Instituto de Investigação e Desenvolvimento Tecnológico em Ciências da Construção (ITeCons), em Coimbra.

Correio eletrónico: abreubia@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE

Lisboa / Alcântara / Avenida de Ceuta / Evolução Urbana

ABSTRACT

The perception of the urban history of Alcântara, placed in the evolution of Lisbon, constitutes a fundamental study to understand the importance of Ceuta's Avenue (Avenida de Ceuta) to the city. The role of Alcântara, as an important interface between the city and the interior of the territory, which contributed for its importance in respect to other areas of the city, also defined its destination as platform of mobility at a regional level. The characteristics of the valley, whose soft slope privileged the traffic for the interior, had attracted the installation of transport infrastructures. In this area, which has long defined itself as an important city edge, it was born one of the main routes for the growth of Lisbon. In 1915, this route was named with an event that also marked the beginning of the Portuguese expansion to the whole world - the Conquest of Ceuta (Avenida da Conquista de Ceuta).

KEYWORDS

Lisboa / Alcântara / Ceuta's Avenue / Urban evolution.

INTRODUÇÃO

A expansão portuguesa teve como ponto de partida a conquista de Ceuta, no ano de 1415. Com a comemoração dos 600 anos deste acontecimento e, simultaneamente, com a comemoração do primeiro centenário da Avenida de Ceuta, é importante refletir sobre a presença simbólica de Ceuta em Lisboa, principalmente ao nível dos elementos marcantes e estruturantes da cidade.

A cidade de Lisboa viveu diferentes períodos na sua história que marcaram a forma como a malha urbana foi crescendo e integrando vários conjuntos, mantendo a cidade a funcionar como uma unidade heterogénea. Olhando para as experiências do passado, observamos que, na busca de respostas às necessidades de cada época, a expansão de Lisboa foi acontecendo, em alguns momentos da história, motivada por uma atitude de rutura com o passado e, noutras alturas, com uma atitude menos transformadora mas igualmente inovadora.

A relação da cidade com a sua história e a forma como esta se articula com as exigências atuais contribui para a construção uma identidade cultural que reflete não só a experiência dos marcos históricos vividos na cidade

mas também eternizam os principais acontecimentos que marcaram a história do país. Estes acontecimentos ficam muitas vezes associados à construção de monumentos e marcos comemorativos e, ainda, à associação da toponímia da cidade.

A partir do final do século XIX, a construção de redes de infraestruturas urbanas marcaram a evolução urbana do vale de Alcântara, tornando esse antigo limite da cidade numa das principais charneiras para o crescimento de Lisboa, a nível urbano e metropolitano. Esta antiga fronteira natural da cidade acolheu, no início do século XX, o lançamento de uma das principais artérias da cidade, de forma a ligar Lisboa a novas zonas de expansão da cidade. Curiosamente, este estruturante eixo viário recebeu o nome do acontecimento da história que marcou a expansão nacional além-fronteiras: a Conquista de Ceuta.

O VALE DE ALCÂNTARA NA HISTÓRIA DE LISBOA

O nome desta área vem do árabe "Al-quantãrã" que significa "a ponte", remetendo para a existência de uma ponte sobre a ribeira de Alcântara, provavelmente desde a época da ocupação muçulmana[1].

A ponte foi sofrendo várias transformações ao longo do tempo, adaptando-se aos aumentos populacionais e às necessidades de quem aí habitava e trabalhava. Cumprindo a sua função de limite, foi também uma porta de entrada de Lisboa e palco de momentos históricos relevantes a nível nacional: foi nesta ponte que se deu o combate entre D. António, prior do Crato, e Filipe II de Espanha em 1580, do qual as tropas portuguesas saíram derrotadas e que conduziu à subida ao trono de Filipe II de Espanha, I de Portugal.

Apesar do seu papel como charneira entre o mundo rural e a cidade, Alcântara conseguiu manter-se como um cenário campestre, onde foram aparecendo moinhos de maré, moinhos de vento e fornos de cal, aproveitando os recursos naturais existentes nas margens da ribeira. Desde os finais do século XVI até meados do século XVIII, este cenário bucólico atraiu a construção de palácios e quintas para a nobreza e a família real.

A partir da conquista de Lisboa no século XII, a cidade foi crescendo para além dos limites marcados pelas muralhas existentes, descendo a colina em direção a Alfama e da zona da Baixa[2]. No seguimento deste crescimento e após novas disputas com Castela, durante o reinado de D. Fernando, em 1373 construiu-se uma nova muralha de proteção da cidade, que ficou conhecida como Cerca Fernandina, estendendo-se desde Santa Engrácia até ao Cais do Sodré. Apesar da área abrangida por esta cerca ser quase seis vezes maior que a anterior, em pouco tempo tornou-se insuficiente para abranger o crescimento da cidade[3].

---

[1] SILVA, Augusto Vieira da – *Dispersos*. Lisboa: Câmara Municipal, 1960. volume III, p. 43-44.

[2] MARQUES, António H. de Oliveira – Lisboa evolução: séculos XII a XV (1147-1500). In SANTANA, Francisco; SUCENA, Francisco Eduardo (dir.) - *Dicionário da história de Lisboa*. Lisboa: [s.n.], 1994. p. 511-515.

[3] FRANÇA, José-Augusto – *Lisboa: urbanismo e arquitectura*. 4ª edição. Lisboa: Livros Horizonte, 2000. p. 11.

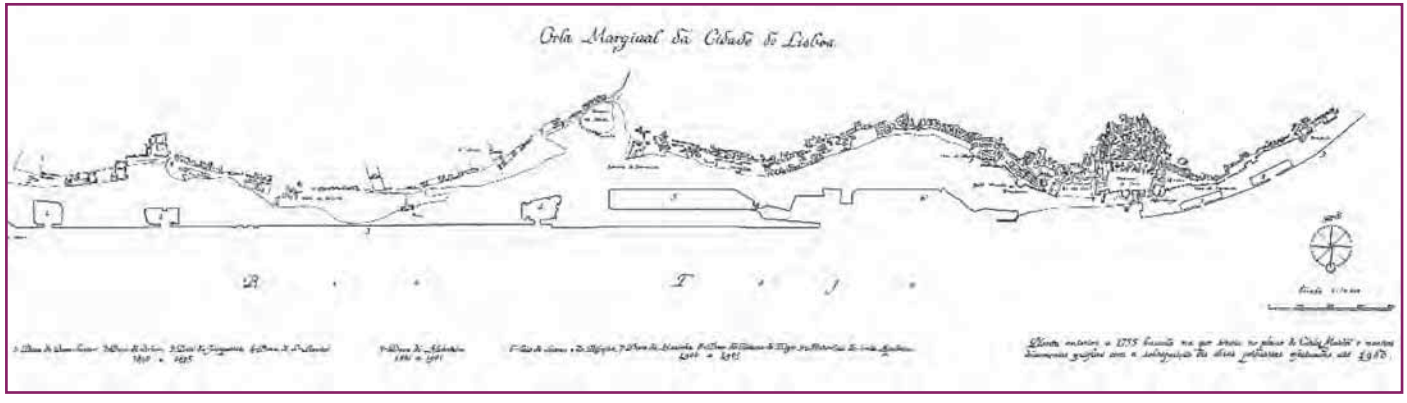


Figura 1 Planta da orla da cidade de Lisboa anterior a 1755, com a sobreposição das obras portuárias efetuadas até 1960[4].

Nessa época, marcada pelo início da expansão ultramarina com a conquista de Ceuta em 1415, a população de Lisboa cresce consideravelmente com a chegada de comerciantes e os trabalhadores envolvidos na construção naval e no comércio. A cidade começa a afirmar-se para o exterior como uma metrópole cosmopolita e multicultural, nascendo um novo polo na zona de Belém. Na planta apresentada na Figura 1, observa-se a orla marginal da cidade de Lisboa antes de 1755, com uma maior densidade na zona da Baixa e, do lado esquerdo da imagem, a construção do Mosteiro dos Jerónimos, a dinamizar uma nova área urbana.

A ribeira de Alcântara continuou sendo uma marca no território e uma fronteira natural na paisagem do vale, mesmo com desaparecimento progressivo dos seus ramais a montante da ponte, apesar de se afirmar gradualmente como uma charneira de mobilidade ao longo da margem e de comunicação para o interior do território.

Depois da restauração da independência em 1640, D. João IV dá ordens para a elaboração de um projeto geral de fortificação que vai definir as fronteiras da cidade até ao século XIX. O projeto da *Linha Fundamental de Fortificação* foi elaborado pelos engenheiros militares Charles Legart, Jean Cosmander e Jean Girot e, no âmbito deste projeto, em 1652 foram construídos os baluartes do Sacramento e das Necessidades, que formavam uma cortina defensiva onde se encontrava uma das portas de entrada em Lisboa [5] (Figura 2).

[4] BEBIANO, J. Bacelar - *O porto de Lisboa: estudo de história económica.* Lisboa: Administração Geral do Porto de Lisboa, 1960.

[5] CONCEIÇÃO, Margarida Tavares da – A fortificação e a linha da circunvalação (notas sobre os limites urbanos de Lisboa). *Rossio. Estudos de Lisboa.* Lisboa: Gabinete de Estudos Olisiponenses. Nº 5 (junho de 2015), p. 178-199.

Figura 2 Extrato da *Planta Topographica da marinha das cidades de Lisboa ocidental e oriental, desde o Forte de S. Joseph de Ribamar té ao Convento do Grilo, feita no anno de 1727* [6].

Após o terramoto de 1755, os baluartes ficaram bastante danificados, o que permitiu a abertura da Rua Direita do Livramento (atualmente Rua Prior do Crato) desde a ponte até à Praça da Armada (Figura 3). A extensa linha defensiva não foi acabada nem chegou a ser utilizada para efeitos defensivos mas foi bastante inovadora porque "pela primeira vez se dotou Lisboa de uma obra de fortificação que já não continha a cidade em expansão, mas a possível expansão da cidade"[7].

Durante o reinado de D. João V foram várias as obras projetadas para a cidade e concretamente para o vale de Alcântara. Para dar resposta ao aumento do movimento de pessoas e de mercadorias e também melhorar a travessia, a ponte foi alargada e restaurada em 1743, aumentando de 5,20 metros para 13,50 metros de largura[8]. Na segunda metade do século XVIII, Alcântara sofreu, ainda, obras de melhoramento que alteraram definitivamente a sua fisionomia, tal como a regularização da ribeira a montante e o seu encanamento a jusante

[6] SILVA, Augusto Vieira da – *Dispersos.* Lisboa: Câmara Municipal, 1960. volume III, p. 56.

[7] MURTEIRA, Helena – *Lisboa da Restauração às Luzes.* Lisboa: Presença, 1999. p. 77.

[8] SILVA, Augusto Vieira da, *op. cit.*, p. 45-47.

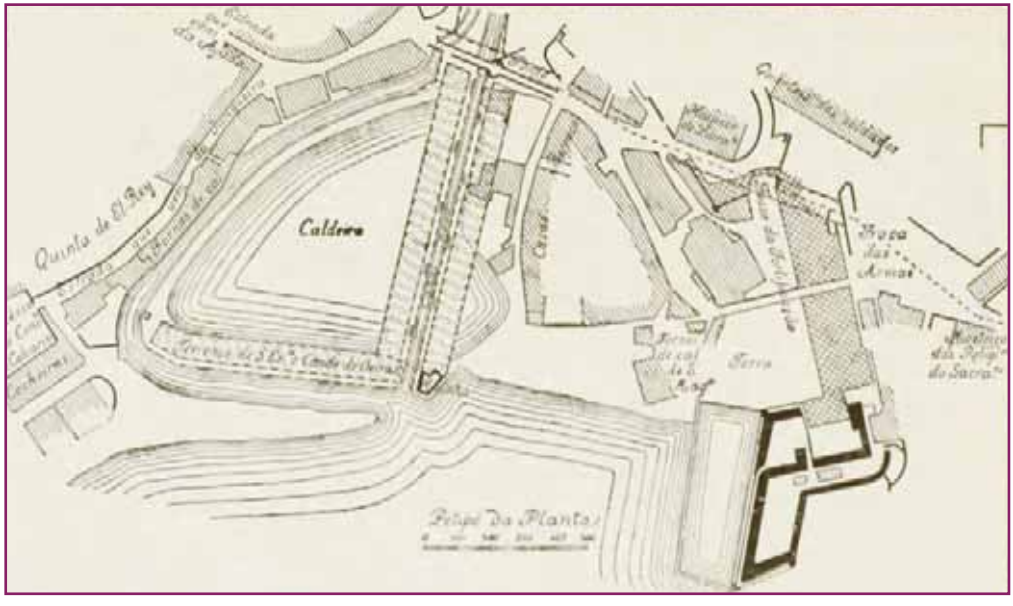


Figura 3 Planta do local da Ponte e suas circunvizinhanças, mostrando as obras projetadas e em execução, entre 1757 e 1769[9].

da ponte. O objetivo destas obras na ribeira foi facilitar o acesso fluvial dos materiais destinados à construção de um palácio para D. José I nos terrenos de Campo de Ourique[10]. Com a morte do rei em 1777, a ideia de construção deste palácio foi abandonada mas a construção do caneiro chegou a ser concretizada.

No entanto, neste período, a maior obra para a cidade de Lisboa foi, sem dúvida, a construção do Aqueduto das Águas Livres. Este equipamento, mais do que um sonho sumptuoso do rei ou uma vontade de ostentação das riquezas do Brasil, veio dar respostas às mais básicas necessidades dos habitantes da cidade, dotando-os de abastecimento de água corrente. O aqueduto, que percorre um total de 18 quilómetros desde Caneças e atravessa o vale de Alcântara para entrar em Lisboa, é uma presença forte na paisagem (Figura 4).

Com o Terramoto de 1 de Novembro de 1755 uma grande parte da cidade de Lisboa ficou destruída e danificada. Para dar apoio à reconstrução da cidade, houve um grande aumento de laboração dos fornos de cal existentes em Alcântara cuja matéria-prima vinha das várias pedreiras nas imediações. Alcântara apresentava uma situação privilegiada para ocupação industrial, por se encontrar junto a cursos fluviais e marítimos, sendo justamente ao longo destas marcas geográficas que as unidades industriais se começaram a instalar. A presença da ribeira e a as boas acessibilidades proporcionadas pelo vale, que servia de ligação ao interior da cidade, permitiram a instalação destas primeiras unidades industriais, nos antigos terrenos agrícolas.

[9] SILVA, Augusto Vieira da, *op. cit.*, p. 59.

[10] ROSSA, Walter – Episódios da evolução urbana entre a Restauração e as invasões francesas. *Rassegna.* Bologna: Editrice CIPIA. N. 59 V. XVI (setembro 1994), p. 24-31.

Figura 4 Arquivo Municipal de Lisboa (AML), Paulo Guedes, *Aqueduto das Águas Livres e ponte da Rabicha*, 1912.

Os limites da cidade de Lisboa, definidos na altura do terramoto de modo a evitar a dispersão do tecido urbano, foram aumentados várias vezes ao longo do século XIX. Em Alcântara, o alargamento dos limites urbanos refletiu-se com a passagem da porta da cidade da Praça da Armada para o lado oriental da ponte de Alcântara, colocando-se aí portões de ferro, como referido anteriormente. Em 1852 foram definidos novos limites com a concretização da Estrada da Circunvalação que alargava, mais uma vez o perímetro urbano de Lisboa, marcando uma nova fase de acessibilidades na cidade. No entanto, até ao final do século XIX, foram sendo decretados novos limites e em 1885, 1886 e 1903 foram definidas novas linhas de circunvalação que marcaram os limites de Lisboa até Algés

Figura 5 AML, *Elementos para o estudo do plano de urbanização da cidade de Lisboa, **Planta nº 1: Desenvolvimento superficial da cidade.*** Desenvolvimento dos limites da cidade de Lisboa, em 1147 (rosa), em 1383 (amarelo), em 1850 (verde) e em 1895 (laranja).

e Sacavém[11]. Na Figura 5, que corresponde a uma planta dos *Elementos para o estudo do plano de urbanização da cidade de Lisboa* de 1938, observa-se este alargamento do perímetro urbano, principalmente durante o século XIX.

O tecido urbano foi-se desenhando a partir das indústrias e das suas necessidades estruturais, muito dependente da ligação entre o centro (onde se localizavam os escritórios e os locais de consumo) e a periferias (onde se encontravam os pontos de produção). A Estrada da Circunvalação de 1852 veio dar resposta a essa necessidade de ligação da zona ribeirinha industrial tendo sido igualmente relevante a melhoria dos transportes públicos. Em 1873, a Companhia de Carris de Ferro de Lisboa ganhou a concessão do novo transporte público e, em janeiro de 1874, começou a funcionar a linha de "americanos", carruagens movidas a cavalo. Os transportes movidos a tração elétrica tiveram a sua inauguração em 1901.

Para o efeito de suporte à expansão da cidade foi também importante a construção da linha de cintura ferroviária, inaugurada em 1888, e a linha de caminhos-de-ferro que ligava Alcântara-Terra a Sintra, inaugurada em 2 de abril de 1887. Estas obras foram de grande importância, uma vez que estimularam o desenvolvimento do vale de

[11] SILVA, Augusto Vieira da, *op. cit*. Lisboa: Câmara Municipal, 1960. volume III. p. 48-49.

Figura 6 Extrato da *Carta topográfica de Lisboa de 1871*, com as alterações a encarnado feitas até 1911[12].

Alcântara e marcaram definitivamente a fisionomia urbana desta área de Lisboa, procedendo-se ao entulhamento da caldeira e ao encanamento da ribeira a jusante da ponte, para que a instalação das linhas de comboio fosse possível. A construção da estação de comboios de Alcântara-Terra, construída sobre a ribeira, constitui um símbolo claro da grande revolução que estava a acontecer ao nível das acessibilidades. Na Figura 6 observam-se as principais alterações no tecido urbano de Lisboa nos finais do século XIX.

O período correspondente à transição da Monarquia para a República marca uma fase muito importante para a cidade de Lisboa. Em 1920, uma Sociedade Financeira apresentou à Câmara um proposta de um *Plano de Desenvolvimento Sectorial de Lisboa* que propunha, para além da continuação do desenvolvimento do plano das Avenidas Novas e do porto de Lisboa, a construção de uma nova avenida sobre o caneiro de Alcântara, ligando a Avenida 24 de Julho até Campolide – a Avenida de Ceuta[13]. A construção desta avenida iria permitir o desenvolvimento da cidade para norte e a ligação do interior às infraestruturas portuárias e ferroviárias.

[12] SILVA, Augusto Vieira da - *Plantas topográficas de Lisboa.* Lisboa: Câmara Municipal, 1950. planta nº 10.

[13] Gabinete de Estudos Olisiponenses (GEO), Carlos Jorge - *Planta da cidade de Lisboa* [Material cartográfico]. [S.l.: s.n.], 1936.

Com a instauração de um governo autoritário em 1926 houve um grande aumento da construção de equipamentos públicos por todo o país. A presença de Duarte Pacheco como Ministro das Obras Públicas (de 1932 a 1936) e como presidente da Câmara de Lisboa (de 1938 a 1943), proporcionou o surgimento do Plano "de Gröer", elaborado entre 1938 e 1948, o qual projetou a urbanização de novas áreas da cidade, tendo em conta importantes equipamentos urbanos, infraestruturas e novos bairros habitacionais.

Constata-se nesse Plano que a tendência natural do desenvolvimento de Lisboa encontrara uma importante "barreira" no vale de Alcântara. Tentando resolver este limite, o Plano propõe o crescimento e o desenvolvimento da zona ocidental da cidade.

Com a execução do plano de 1948 Lisboa começa a ser entendida a uma nova escala, que se reflete na construção de infraestruturas viárias de carácter metropolitano. O crescimento das atividades económicas e a migração da população em busca de trabalho provocam a urbanização fora dos limites da cidade, tornando-se Lisboa o centro de uma grande e importante área metropolitana. A terciarização do centro da cidade leva a que a população urbana comece a procurar casas mais baratas nos subúrbios, o que provoca um aumento dos movimentos pendulares da população[14]. Este desenvolvimento da cidade vai obrigar a novas estratégias de planeamento, que começam a ser aperfeiçoadas logo na década de 50. Deste modo, em 1959 é concluído o novo *Plano Diretor de Urbanização de Lisboa*, do Gabinete de Estudos de Urbanização que acrescenta ao Plano "de Gröer" uma nova rede de autoestradas nas saídas de Lisboa em direção ao sul, Cascais e Porto. Para a instalação destas obras foi necessária a construção de duas obras de engenharia que marcaram o vale de Alcântara: o Viaduto Duarte Pacheco e a ponte sobre o Tejo. Apesar deste plano de urbanização não ter sido aprovado foi muito importante pela definição de uma estratégia de desenvolvimento da cidade à escala metropolitana[15].

Com a construção de infraestruturas viárias e de transporte no vale de Alcântara, as atividades industriais e portuárias começaram a consolidar-se. O território começou a ficar marcado pela presença de pequenas e médias unidades industriais e, consequentemente, foram diminuindo os espaços verdes e outros espaços que se encontravam expectantes desde a construção do aterro no final do século XIX.

A CARTOGRAFIA NA EVOLUÇÃO DO VALE DE ALCÂNTARA

Para o presente artigo, a metodologia seguida baseia-se numa interpretação do processo de formação do Vale de Alcântara, a partir do estudo dos diversos dados cartográficos e bibliográficos. Com a análise das várias fases de evolução histórica, torna-se mais fácil reconhecer os principais momentos da formação do bairro. Esta

[14] SALGUEIRO, Teresa Barata – Lisboa evolução: segunda metade do século XX. In SANTANA, Francisco; SUCENA, Francisco Eduardo (dir.) - *Dicionário da História de Lisboa.* Lisboa: [s.n.], 1994. p. 528-529.

[15] CABRITA, Ana Elisa Vilares – *A urbanidade em contexto de modernidade: o caso do vale de Alcântara.* Lisboa: Faculdade de Arquitectura/Universidade Técnica de Lisboa, 2005. Dissertação de Mestrado em Regeneração Urbana e Ambiental.

observação será importante para compreender a importância que o novo eixo viário da Avenida de Ceuta e seus acessos trouxe para uma zona de Lisboa que, durante muito tempo, se impôs como um limite para o crescimento da cidade a ocidente.

A cartografia adotada permite observar esta evolução. A ribeira constituía um limite natural do perímetro da cidade e só em 1885 é que esta zona da cidade, que pertencia a Belém, foi integrada administrativamente no concelho de Lisboa[16]. A planta da reconstrução pombalina (Figura 7) mostra a cidade de Lisboa em 1780. Uma vez que a margem direita da ribeira ainda pertencia ao concelho de Belém, só está representada a zona mais oriental de Alcântara.

Figura 7 *Planta Topographica da Cidade de Lisboa de 1780*, representando a reconstrução e obras pombalinas[17].

[16] *Reforma administrativa do município de Lisboa: lei de 18 de Julho de 1885.* Coimbra: Imprensa da Universidade, 1886.

[17] SILVA, Augusto Vieira da – *Plantas topográficas de Lisboa.* Lisboa: Câmara Municipal, 1950. planta n.º 4.

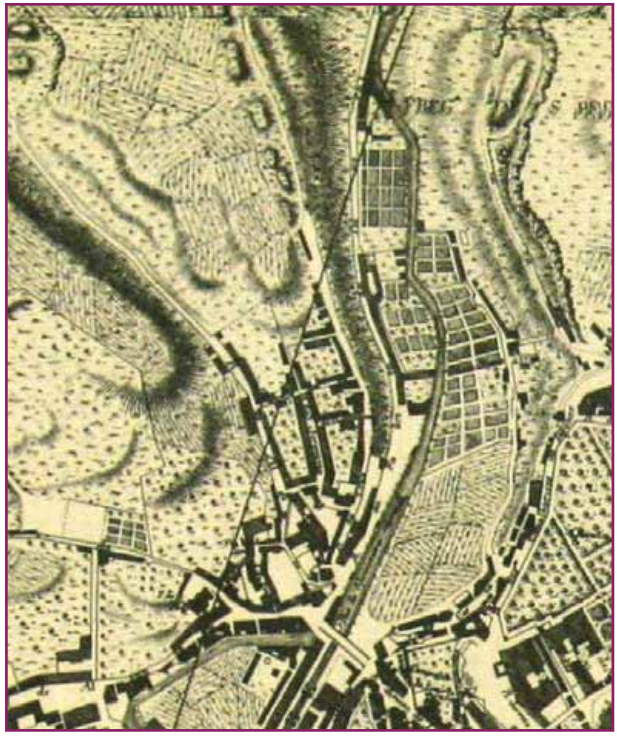


Figura 8 Excerto da *Carta Topographica de Lisboa e seus subúrbios*, 1807[18].

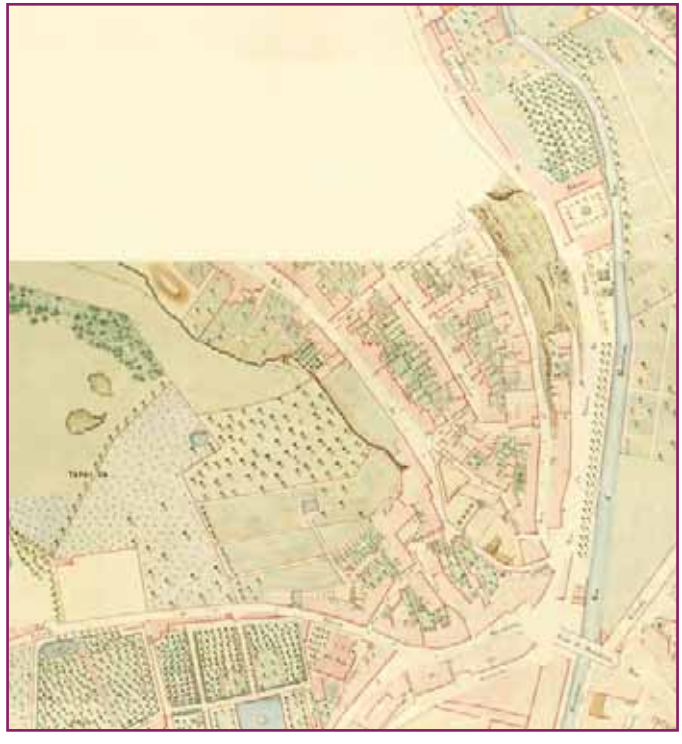


Figura 9 Excerto da *Carta Topographica de Lisboa e seus arredores* de Filipe Folque, 1856 e 1858[19].

A zona do vale de Alcântara teve um crescimento mais acentuado a partir da Revolução Industrial no século XVIII. Por esta razão, a pesquisa bibliográfica e cartográfica focou-se essencialmente a partir desse período de tempo e até ao século XX, procurando estabelecer pontes e ligações com o passado quando necessário e justificável. Pretende-se compreender a maneira como a evolução da morfologia urbana do Vale de Alcântara, no troço onde se encontra atualmente a Avenida de Ceuta, se relaciona com a situação atual.

Com as plantas apresentadas nas Figuras 8 e 9, observa-se que as alterações são pontuais, destacando-se apenas a construção da Estrada da Circunvalação (1852), do lado oriental da ribeira.

A fase de evolução balizada pelas plantas das figuras 10 e 11 apresenta um momento importante no desenvolvimento do vale de Alcântara, uma vez que são várias as alterações na morfologia urbana. A principal

[18] Idem, *ibidem*. planta n.º 6.

[19] Arquivo Municipal de Lisboa (AML), Filipe Folque - *Carta topográfica da cidade de Lisboa e seus arredores (1856 e 1858).* PT/AMLSB/CMLSB/UROB-PU/05/01. plantas nº 39 e 47

Figura 10 Excerto da *Planta da Cidade de Lisboa* do Eng.º Silva Pinto, de 1911[20].

Figura 11 Excerto da *Planta da Cidade de Lisboa* do Instituto Geográfico e Cadastral, de 1954[21].

alteração está relacionada com a inauguração da linha e duas estações caminho-de-ferro e o desaparecimento da ponte, com o início da construção do caneiro. Nesse período da história de Lisboa, houve um maior investimento na construção de infraestruturas, ao mesmo tempo que esta área se foi tornando cada vez mais urbana. De facto, a construção de importantes infraestruturas portuárias, ferroviárias e viárias (a estrada da Circunvalação foi construída em 1852) permitiram que esta zona da cidade se fosse tornando uma importante charneira de mobilidade e comunicação no interior e para o exterior da cidade.

Durante o século XX, o desenvolvimento desta zona continuou com a densificação da estrutura urbana já estabelecida, onde se impôs a construção da Avenida de Ceuta, que completou o encanamento da ribeira. O topónimo de "Avenida da Conquista de Ceuta" atribuído em 1915, foi substituído pelo de "Avenida de Ceuta" em 1971.

Na segunda metade do século XX, a morfologia urbana desta área da cidade ficou marcada pela construção da ponte sobre o Tejo (Figura 12). Para além da construção dos pilares da ponte, que se impuseram sobre o bairro de Alcântara, também os acessos e a respetiva ligação à Avenida de Ceuta, alteraram significativamente esta zona da cidade.

[20] AML, Júlio da Silva Pinto, *Levantamento da Planta de Lisboa: 1904-1911*. PT/AMLSB/CMLSB/UROB-PU/05/03. plantas nº 7E e 7F.

[21] GEO, Instituto Geográfico Cadastral, *Planta da Cidade*. Lisboa: [s.n.] , 1954.

Figura 12 Vista aérea, em 2012 (*Google Earth*).

Atualmente, a Avenida de Ceuta está associada a uma fundamental porta de entrada na cidade – a ponte – e constitui-se como uma importante via de comunicação para a cidade de Lisboa, não só pelos acessos viários à ponte, mas também pelas comunicações ferroviárias e marítimas, que permitem a ligação da cidade a outros pontos da cidade, do país e do mundo.

O NASCIMENTO DA AVENIDA DE CEUTA

Tal como já foi referido anteriormente, o nascimento da Avenida de Ceuta corresponde a um período do desenvolvimento de Lisboa em termos de infraestruturas de comunicação. O bairro de Alcântara, e o seu vale, assistiram de perto a este crescimento, que permitiu a relação da cidade de Lisboa à sua envolvente regional, nacional e mundial.

A localização do porto de Lisboa na margem ribeirinha de Alcântara conduziu ao surgimento da necessidade de ligação viária do rio ao interior da cidade, para além da ligação ferroviária. De facto, no início do século XX, a cidade teimava em crescer para ocidente e para o interior. Para além disso, era essencial a canalização da ribeira de Alcântara que, nesta altura, apenas se encontrava encanada no troço entre a estação de comboios de Alcântara e o porto de Lisboa.

Figura 13 AML, *Planta de Pavimentação e canalização do troço entre a Rua Fradesso da Silveira e a Ponte Nova*, incluída no Projeto da Avenida de Ceuta.

Neste sentido, entre 1916 e 1919 foi elaborado o primeiro projeto de um novo eixo viário no vale de Alcântara com o topónimo Avenida da Conquista de Ceuta[22]. Este projeto incluía o estudo do traçado entre a Rua Fradesso da Silveira e a Ponte Nova, bem como de um troço até ao Posto Fiscal de Benfica (13).

Nos anos 30 foram feitas diversas alterações ao projeto da Avenida de Ceuta. De facto, em 1935 a questão da ligação de Alcântara ao resto da cidade ainda não estava totalmente resolvida, de acordo com o capítulo "Trabalhos em curso e aspirações" do *Anuário da Câmara Municipal de Lisboa* de 1935, que definia a conclusão deste eixo como uma obra prioritária para Lisboa:

> "Avenida de Ceuta: sobre o caneiro de Alcântara e ao longo do vale com o mesmo nome, partirá desse popularíssimo bairro em direcção à ponte nova, para daí se conseguir uma fácil ligação de Alcântara com Benfica, por um lado, e com o Campo Pequeno, Avenidas Novas e todo o bairro oriental, por outro lado[23]".

O projeto da Avenida de Ceuta ficou concluído em 1940, com a definição do primeiro troço entre o Largo de Alcântara e o lugar de Santana e do prolongamento da Avenida de Berna, entre Santana e a Rua Rodrigo da Fonseca, abrangendo as zonas e as ligações com a Gare Marítima, Avenida da Índia, Viaduto Duarte Pacheco, Aqueduto das Águas Livres, Campolide, Cruz da Pedra, Buraca, Benfica e no outro extremo, Avenida António Augusto Aguiar, Avenida Estados Unidos da América, embaixada de Espanha, Areeiro, Picheleira, Xabregas e Beato[24].

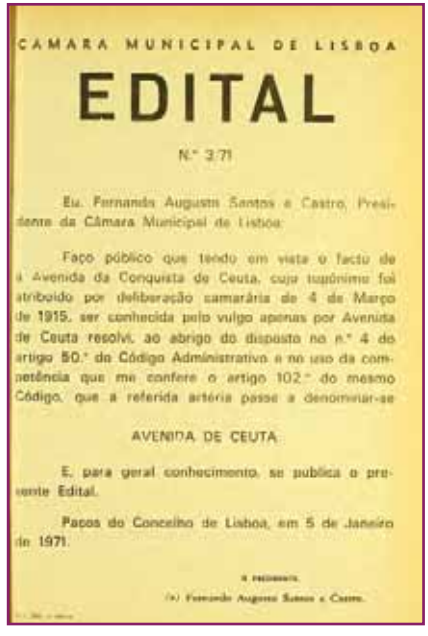
[22] A proposta de atribuição do nome "Avenida da Conquista de Ceuta", pelo presidente da Câmara de Lisboa, foi aprovada por unanimidade em deliberação camarária, datada de 4 de março de 1915 (publicada nas *Actas das sessões da Comissão Executiva de 1915*. Lisboa: Câmara Municipal, 1915)

[23] *Anuário da Câmara Municipal de Lisboa.* Lisboa: Câmara Municipal, 1935. p. 360.

[24] *Projeto da Avenida de Ceuta: 1º troço entre o largo de Alcântara e o lugar de Santana e do prolongamento da Avenida de Berna, entre o lugar de Santana e a Rua Rodrigo da Fonseca.* PT/AMLSB/CMLSB/UROB-PU/10/045.

Figura 14 AML, Eduardo Portugal, *Avenida de Ceuta*, 1950.

Figura 15 AML, Eduardo Portugal, *Avenida de Ceuta*, 1950.



CAMARA MUNICIPAL DE LISBOA

EDITAL

N.º 3/71

Eu, Fernando Augusto Santos e Castro, Presidente da Câmara Municipal de Lisboa

Faço público que tendo em vista o facto de a Avenida da Conquista de Ceuta, cujo topónimo foi atribuído por deliberação camarária de 4 de Março de 1915, ser conhecida pelo vulgo apenas por Avenida de Ceuta resolvi, ao abrigo do disposto no n.º 4 do artigo 50.º do Código Administrativo e no uso da competência que me confere o artigo 102.º do mesmo Código, que a referida artéria passe a denominar-se

AVENIDA DE CEUTA

E, para geral conhecimento, se publica o presente Edital.

Paços do Concelho de Lisboa, em 5 de Janeiro de 1971.

O PRESIDENTE,

(a) Fernando Augusto Santos e Castro.

Figura 16 AML, *Edital Nº 3/71* referente à alteração do topónimo Avenida da Conquista de Ceuta para Avenida de Ceuta. Processo 485/DAG/PG/1971

Em 1971, por deliberação camarária, decidiu-se a simplificação do topónimo Avenida da Conquista de Ceuta para Avenida de Ceuta, uma vez que era por este nome que a rua era comumente denominada (Figura 16).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Avenida de Ceuta, que nasceu em plena transformação da mobilidade da cidade de Lisboa, transporta-nos para uma identidade de comunicação e ligação que marca a história do vale de Alcântara.

Com o estudo sobre a história de Alcântara e de Lisboa, são facilmente reconhecidos os principais momentos que marcaram a evolução da morfologia urbana desta zona da cidade. Desde o final do século XIX, o vale de Alcântara começa a definir a sua vocação de canal de fluxos, tanto de mercadorias e como de passageiros, cada vez mais infraestruturado e adaptado às novas exigências.

Atualmente, a Avenida de Ceuta, que se desenvolve ao longo da antiga ribeira de Alcântara (e que termina no cruzamento onde já existiu uma ponte sobre a ribeira), continua a derrubar os limites naturais e a estabelecer "pontes" e caminhos de contacto entre a cidade e o rio. A celebração dos 600 anos da conquista de Ceuta e dos 100 anos da avenida de homenagem a este acontecimento constitui um momento de reflexão da importância dos acontecimentos que marcaram a história de Portugal e a sua presença simbólica na toponímia da cidade.

FONTES E ESTUDOS

Fontes

Arquivo Municipal de Lisboa

Fotografia

Eduardo Portugal. *Avenida de Ceuta.* Fotografia. 1950. PT-AMLSB-EDP-000983 e PT-AMLSB-EDP-000997.

Paulo Guedes. *Aqueduto das Águas Livres e ponte da Rabicha.* Fotografia. PT/AMLSB/PAG/000396.

Cartografia

Elementos para o estudo do plano de urbanização da cidade de Lisboa. planta n. º 1: desenvolvimento superficial da cidade. 1938. PT/AMLSB/CMLSB/UROB-PU/12/01/01

Filipe Folque. *Carta topográfica da cidade de Lisboa e seus arredores* (1856 e 1858). PT/AMLSB/CMLSB/UROB-PU/05/01.

Júlio Silva Pinto. *Levantamento da Planta de Lisboa*. 1904-1911. PT/AMLSB/CMLSB/UROB-PU/05/03.

Projeto da Avenida de Ceuta, Planta de pavimentação e canalização do troço entre a Rua Fradesso da Silveira e a Ponte Nova. 1916-1918.PT/AMLSB/CMLSB/UROB-PU/09/00567.

Projeto da Avenida de Ceuta: 1º troço entre o largo de Alcântara e o lugar de Santana e do prolongamento da Avenida de Berna, entre o lugar de Santana e a Rua Rodrigo da Fonseca. 1940. PT/AMLSB/CMLSB/UROB-PU/10/045.

Gabinete de Estudos Olisiponenses

Instituto Geográfico Cadastral – *Planta da Cidade.* Lisboa: [s.n.], 1954.

Carlos Jorge - *Planta da cidade de Lisboa*. [S.l.: s.n.], 1936.

Fontes Impressas

Actas das sessões da Câmara Executiva de 1915. Lisboa: Câmara Municipal, 1915.

Anuário da Câmara Municipal de Lisboa. Lisboa: Câmara Municipal, 1935. volume 1.

Edital Nº3/ 71 – [Alteração do topónimo Avenida da Conquista de Ceuta para Avenida de Ceuta]. Arquivo Municipal de Lisboa, Processo 485/DAG/PG/1971.

Reforma administrativa do município de Lisboa: lei de 18 de Julho de 1885. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1886.

SILVA, Augusto Vieira da – *Plantas topográficas de Lisboa.* Lisboa: Câmara Municipal, 1950.

Estudos

BEBIANO, J. Bacelar - *O porto de Lisboa: estudo de história económica*. Lisboa: Administração Geral do Porto de Lisboa, 1960.

CABRITA, Ana Elisa Vilares – *A urbanidade em contexto de modernidade: o caso do vale de Alcântara*. Lisboa: Faculdade de Arquitectura/Universidade Técnica de Lisboa, 2005. Dissertação de Mestrado em Regeneração Urbana e Ambiental.

CONCEIÇÃO, Margarida Tavares da – A fortificação e a linha da circunvalação (notas sobre os limites urbanos de Lisboa). *Rossio. Estudos de Lisboa*. Lisboa: Gabinete de Estudos Olisiponenses. Nº5 (Junho de 2015), p. 178-199.

FRANÇA, José-Augusto – *Lisboa: urbanismo e arquitectura*. 4ª edição. Lisboa: Livros Horizonte, 2000.

MARQUES, António H. de Oliveira – Lisboa evolução: séculos XII a XV (1147-1500). In SANTANA, Francisco; SUCENA, Francisco Eduardo - *Dicionário da história de Lisboa*. Lisboa: [s.n], 1994. p. 511-515.

MARQUES, Beatriz Rosa de Abreu Pereira - *O vale de Alcântara como caso de estudo: evolução da morfologia urbana*. Lisboa: Instituto Superior Técnico/Universidade Técnica de Lisboa, 2009. Dissertação de mestrado integrado em Arquitetura.

MURTEIRA, Helena – *Lisboa da Restauração às Luzes*. Lisboa: Presença, 1999.

ROSSA, Walter – Episódios da evolução urbana entre a Restauração e as invasões francesas. *Rassegna*. Bologna: Editrice CIPIA. N. 59 V. XVI (setembro 1994), p. 28-43.

SALGUEIRO, Teresa Barata – Lisboa evolução: segunda metade do século XX. In SANTANA, Francisco; SUCENA, Francisco Eduardo - *Dicionário da história de Lisboa*. Lisboa: [s.n], 1994. p. 528-529.

SILVA, Augusto Vieira da – *Dispersos.* Lisboa: Câmara Municipal, 1960. volume III.

Documenta

CEUTA NO ARQUIVO MUNICIPAL DE LISBOA

Joana Torres*
Sara Loureiro**

A seleção documental que agora apresentamos tem como ponto de partida a efeméride da conquista de Ceuta por Portugal em 1415, tendo-se desenvolvido no seu âmbito uma série de iniciativas entre o Arquivo Municipal de Lisboa, o Archivo General de Ceuta e o CHAM - Centro de História d´Aquém e d´Além Mar,, unidade de investigação da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa e da Universidade dos Açores. Neste sentido, um dos trabalhos realizados consistiu na recolha de documentação sobre Ceuta existente no acervo municipal lisboeta, entre outros fundos portugueses que serão objeto de outro trabalho. A pesquisa gerada pelos investigadores que colaboraram neste volume dos *Cadernos do Arquivo Municipal* moldou também a variedade tipológica e temática dos documentos aqui compilados.

A nossa pesquisa previu a consulta de todos os núcleos do Arquivo Municipal de Lisboa, ainda que aqui apenas conste a documentação pertencente ao Histórico, Arco do Cego e Fotográfico, dada a falta de dados encontrados até ao momento no núcleo Intermédio. Um dos elementos que caracteriza esta recolha é a sua ampla diacronia documental, que vai desde o século XV ao século XX, pela necessidade de contemplar a ligação secular entre estas duas cidades, que aliás permanece até aos dias de hoje, ainda que com naturezas diferentes.

Documentos com palavras ou expressões como Ceuta, Norte de África ou Berberia foram a nossa primeira prioridade, fosse na pesquisa de documentação impressa, fosse na pesquisa na base de dados X-Arq do Arquivo Municipal de Lisboa. Tentou-se particularmente percecionar o impacto da partida da armada que tomou a cidade

* CHAM- Centro de História d´Aquém e d´Além Mar, FCSH, Universidade Nova e Universidade dos Açores

Joana Bento Torres, licenciada em História e mestre em Arqueologia pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, da Universidade Nova de Lisboa. Actualmente desenvolve a sua tese de doutoramento sobre contextos domésticos na Alcácer Ceguer portuguesa, enquanto bolseira de doutoramento da Fundação para a Ciência e Tecnologia.

Colabora desde 2009 como bolseira e investigadora em projectos de investigação nas áreas da arqueologia, história, história de arte, dedicando-se particularmente à pesquisa de arquivo e transcrição documental.

** Sara de Menezes Loureiro, licenciada em História e mestre em Paleografia e Diplomática pela Faculdade de Letras, da Universidade de Lisboa. Exerce funções de Técnica Superior no Arquivo Municipal de Lisboa/Câmara Municipal de Lisboa.

de Ceuta em 1415, mas também de outras embarcações que rumaram àquela cidade nos anos subsequentes com os necessários aprovisionamentos. Paralelamente, a multiculturalidade que gradualmente se associa à Lisboa moderna, como uma consequência natural potenciada pela expansão, é um dos tópicos de reflexão. A título de exemplo temos algumas posturas da cidade de Lisboa que referem a "figura" do cativo e que testemunham a sua integração nesta comunidade lisboeta. Agregaram-se igualmente textos relacionados com a criação e funções da Casa de Ceuta, instituição responsável pelo abastecimento e manutenção de todas as praças portuguesas no Norte de África, com longa vida até ao século XVIII, como se comprova a partir do acervo aqui elencado. De forma idêntica, a atividade marítima e comercial de Lisboa levou à produção documental que reflete as relações mercantis com Ceuta e o Norte de África, desde o século XV até ao século XX. Neste ponto, denotam-se particularmente as preocupações sanitárias sobre as embarcações que, vindas da costa africana, poderiam transportar consigo a peste.

Finalmente, a questão do legado que a conquista de Ceuta deixou na memória de Lisboa até aos dias de hoje transportou-nos para a pesquisa em torno das comemorações do quinto centenário da tomada daquela cidade. De facto, foi pela iniciativa da "comissão académica do centenário de Ceuta" que a 22 de fevereiro de 1915 foi apresentada a petição para a atribuição do topónimo "Ceuta" a "uma das novas avenidas ou ruas", que viria a ser só mais tarde construída. A este propósito destacam-se várias referências ao projeto, planos e fases de construção da Avenida de Ceuta presentes no núcleo do Arco do Cego e o conjunto de fotografias existentes no respetivo núcleo documentando a abertura desta artéria da cidade nas décadas de 1940 e 1950. Ainda no que respeita ao núcleo do Arco do Cego destacam-se as cópias de cartografia quatrocentista e quinhentista que representam, entre outros pontos geográfico, a costa africana.

Ao nível do núcleo histórico, numa primeira fase foi feito o levantamento da documentação do arquivo já publicada, sobre a qual se fez um trabalho de revisão e atualização das normas de transcrição nos documentos que entendemos serem mais pertinentes. Neste conjunto de publicações destacamos a obra *Elementos para a História do Município de Lisboa*, de Eduardo Freire de Oliveira e publicada entre 1882 e 1911. Consultámos igualmente partes da coleção *Documentos para a História da Cidade de Lisboa*, nomeadamente o conjunto em oito volumes dos *Livros de Reis*, editados entre 1957 e 1964, e que publicam integralmente vários livros da Chancelaria Régia, ainda que por vezes transcrevendo apenas partes dos documentos. Aqui se incluem os seguintes: *Livro de 2º dos reis D. Duarte e D. Afonso V; Livro das Ordenações de D. Afonso V; Livros 1º a 3º das Provisões de D. João II; Livro 2º de D. João II; Livro 3º de D. João II; Livro 1º de D. Manuel I; Livro 3º de D. Manuel I; Livros 1º a 5º das Provisões de D. Manuel I; Livro 2º de D. João III; Livro 3º de D. João III; Livros 1º a 5º das Provisões de D. João III; Livro 1º de consultas e decretos de D. Sebastião; Livro 1º dos Papéis de D. Sebastião; Livros 2º e 3º de Provisões e cartas de D. Sebastião*. Nesta coleção editada pela câmara municipal acrescem ainda: o *Livro I de Místicos de Reis* e *Livro II dos Reis Dom D. Dinis, D. Afonso IV e D. Pedro I* (1947); o *Livro I de Místicos e Livro II del-rei Dom Fernando* (1949); e, mais tarde, o *Livro das Posturas Antigas*, de Maria Teresa Rodrigues, e a obra *Rey de Portugall e do Algarve, Senhor de Çepta. Livros I e II de D. João I*, de Miguel Martins.

Seguidamente foram analisados os fundos e coleções que pareceram ter maior probabilidade de conter informação interessante sobre Ceuta, especialmente os que se relacionavam com a administração da cidade. Assim, dentro do fundo Câmara Municipal de Lisboa, verificámos as coleções da Chancelaria Régia, Chancelaria da Cidade, Provimento do Pão e Provimento da Saúde, privilegiando os séculos XV e XVI pela proximidade com o movimento de expansão ultramarina, mas enumerando também alguns documentos do século XVII a XIX direcionados para as relações comerciais com o Norte de África. Acreditando que este trabalho de investigação continuará no futuro com novas investigações, parece-nos importante especificar quais os livros em cada coleção que foram consultados na íntegra.

Assim, no que respeita à Chancelaria Régia foram vistos: *Livro dos pregos*; *Livro 1º de festas*; *Livro 4º de D. Manuel I*; *Livro 3º de consultas e decretos de D. João V do Senado Oriental*; *Livro 6º de consultas e decretos de D. João V do Senado Oriental*. Já na Chancelaria da Cidade foram lidos todos os originais e cópias do *Livros das posturas da cidade de Lisboa* e o *Livro 1º de serviços a El-Rei*. No fundo do Provimento do Pão verificámos os seus três livros. No caso do Provimento da Saúde apenas realizámos investigação no *Livro 1º e 2º do provimento da saúde* e no *Livro de registo de expediente do provedor-mor da saúde sobre a peste*. Por fim, quase que a título ilustrativo, foi objeto de pesquisa o fundo Cassiano Branco, que possui cartografia do século XX, nomeadamente do Norte de África.

A coletânea que apresentamos em seguida organiza-se por ordem cronológica crescente dos documentos (sempre que possível com indicação a ano, mês e dia), dentro dos diferentes núcleos do Arquivo Municipal de Lisboa. Cada entrada apresenta, para além da data, um título descritivo e a cota ou código de referência. No caso de o documento ter uma versão transcrita revista e atualizada esta é apresentada imediatamente depois do título. Sempre que se tenha detetado uma versão impressa do documento, seja parcial ou integral, é colocada em nota abaixo da entrada. A opção pela transcrição de certos documentos em detrimento de outros prendeu-se, em primeiro lugar, com o seu maior interesse para os estudos particulares dos investigadores deste volume, bem como a sua relevância em geral para a história de Ceuta e das suas relações com Lisboa. Além disso, quisemos dar uma visão mais alargada da variedade temática e cronológica presente neste acervo, com o objetivo de suscitar a atenção de investigadores de diferentes áreas e períodos históricos.

É nossa esperança que esta breve coletânea documental possa ser mais um contributo para a divulgação do vastíssimo e diversificado acervo do Arquivo Municipal de Lisboa e, a par dos estudos deste volume dos Cadernos, um ponto de partida para novas perspetivas de investigação sobre a cidade de Ceuta e as suas relações com Portugal.

ARQUIVO MUNICIPAL DE LISBOA | Histórico

1. **1414**, março, 24, Santarém – *D. João I proíbe a exportação de géneros alimentares e de armamento para "terra de mouros"*.

Cota: *Livro 1º do provimento do pão*, doc. 4

Nota: Documento igual ao exemplar com a **cota:** Arquivo Municipal de Lisboa, *Livro dos pregos*, doc. 277, f. 196v.

Dom Joham pella graça de Deus Rey de portugal e do algarue A uos Joham afomso Corregedor por nos em a nossa muy nobre leal Çidade de lixbõa saude sabede que o Conçelho e homeens boons dessa çidade nos Enviarom dizer que por a grande ualia do pam que ora uall em terra de mouros os nauios que forom e forem daqui en deante a frandes E a bretanha E a Jngraterra os mestres delles fretam os dictos nauios a mercadores estrangeiros E a outros mercadores da terra pera leuarem paam a terra de mouros a quall coussa dizem que he aazo E coassom de nom vijr pam a estes nossos Regnos E que outrosy esto nom he seruiço de deus nem honra da santa Egreia leuarem os nauios dos nossos Regnos pam e mantimentos aos mouros contra a defesa da santa Egreia E que porem nos Enviauam pidir por merçee que a esto tornassemos como nossa merçee fosse e lhes posesemos sobr ello tal escarmento que nenhuum nom fosse honrrado[1] de o fazer E nos veendo o que nos pidir Enviarom Teemos por bem E mandamos uos que logo vista esta carta sem mais tardança que a ello ponhades façades logo apregoar e poeer aluaraees asynados per vossa mãao em as praças dessa çidade que nom seiam nenhuuns senhores nem mestres de nauios nem marinheiros nem outras nenhuãs pessoas de quallquer estado E condiçom que seia que fretem nenhuuns nauios pera leuarem pam nenhuum nem castanhas nem aveellaas nem nozes nem outros nenhuuns mantimentos a terra de mouros nem leuem outrosy armas asy lanças come dardos nem solhas nem baanetes nem cotaas nem beestas nem aço nem ferro E asy geerallmente todallas coussas que seiam pera Sua aJuda sob pena dos corpos E dos aueres e morerem porem a perderem e perderem os beens pera nossa coroa E mandamos que a meatade[2] dos dictos beens aiam aquelles que os acusarem E a outra meatade seia pera nossa coroa E percam outrosy os dictos nauios que asy fretarem E outrosy vos mandamos que o dicto pregom e defessa susso escprita façades fazer a todollos mercadores dos nosos Regnos que nom careguem pam nem nenhuãs das coussas susso dictas em nenhuuns nauios destes Regnos nem em nauios d outras partes pera terra de mouros sob a pena susso dicta E de como o mandardes apregoar e poeer os aluaraees em as praças dessa Çidade asy o fazede scpreuer no liuro da uereaçom do Çoncelho, unde al nom façades dante em santarem xxiiij^{o} dias do mes de março el Rey o mandou per diego martjnz doutor em lex e per vasco gil liçençiado em lex Seus vassalos e do seu desenbargo pero viçente a ffez era de mil iiij^{c} lta e dous annos.

(*assinado*:) Valascus licenciatus legum

(*assinado*:) Jacobus Legum doctor

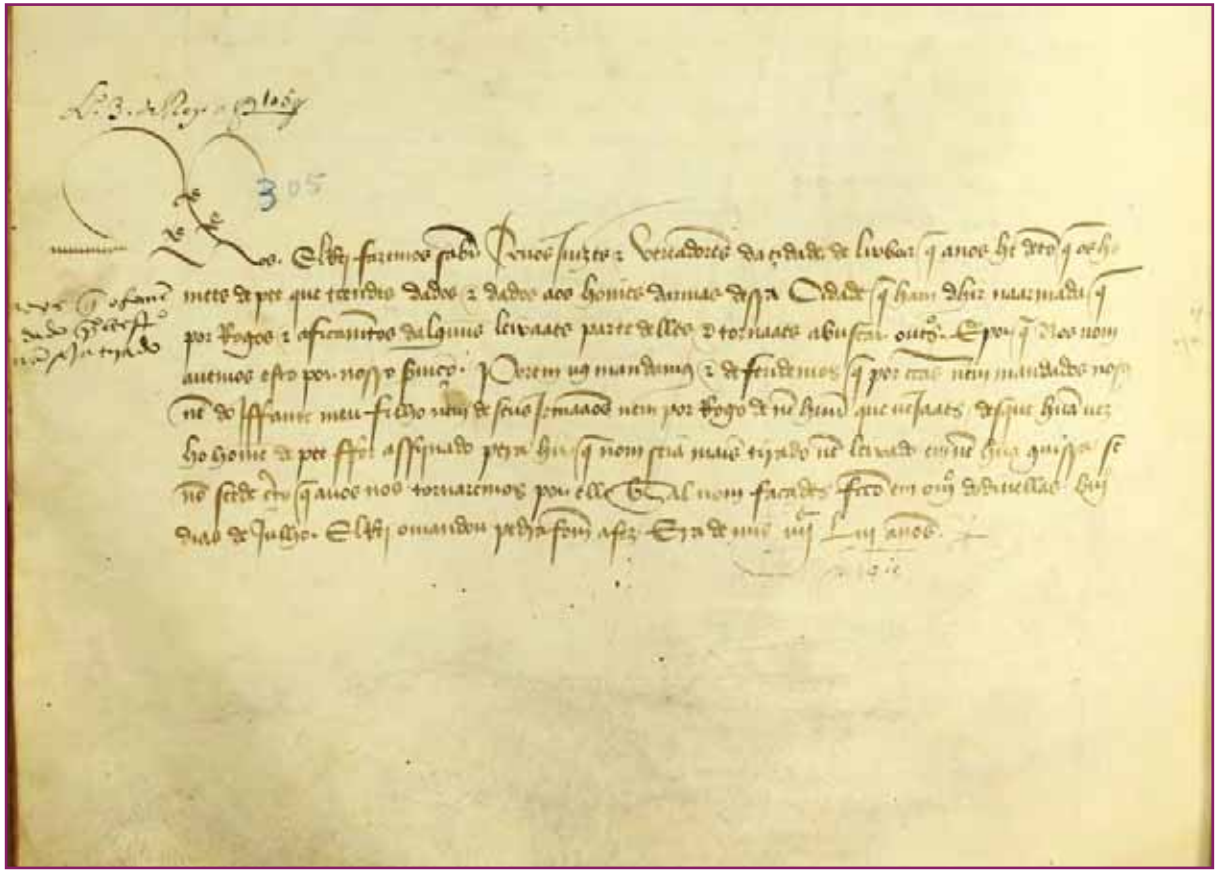
[1] Segue-se palavra riscada.

[2] Segue-se palavra riscada: ao

2. **1415**, julho, 8, mosteiro de Odivelas – *D. João I determina que os peões de Lisboa que forem recrutados para a armada de Ceuta não devem ser substituídos a partir do momento em que forem dados pelo concelho aos homens de armas da cidade*.
Cota: *Livro dos pregos*, doc. 305, f. 216v.

[**f. 216v.**]

Nos El Rej fazemos saber A uos Juizes e Vereadores da çidade de lixboa q*ue* a nos he d*i*cto q*ue* os homees de pee que tendes dados e dados aos homes d armas dessa Cidade q*ue* ham d hir na armada q*ue* por Rogos e aficam*en*tos d alguu*n*s leixaaes parte delles e tornaaes a buscar out*r*os. E por q*ue* Nos nom auemos esto por nosso *serviço*. Porem u*os* mandam*os* e defendemos q*ue* por c*ar*tas nem mandados nos*os* ne*m* dp Jffante meu filho nem de seus Jrmaãos nem por Rogo de ne*n*huu*m* que ueJaaes / des que hũa uez no*m* seede çer*t*o q*ue* a uos nos tornaremos por ello *unde* al nom façades fecto em o mo*steir*o d odiuellas viij^{o} dias de Julho. El Rej o mandou pedr afom*so* a fez Era de mil iiij^{c} Liij an*n*os

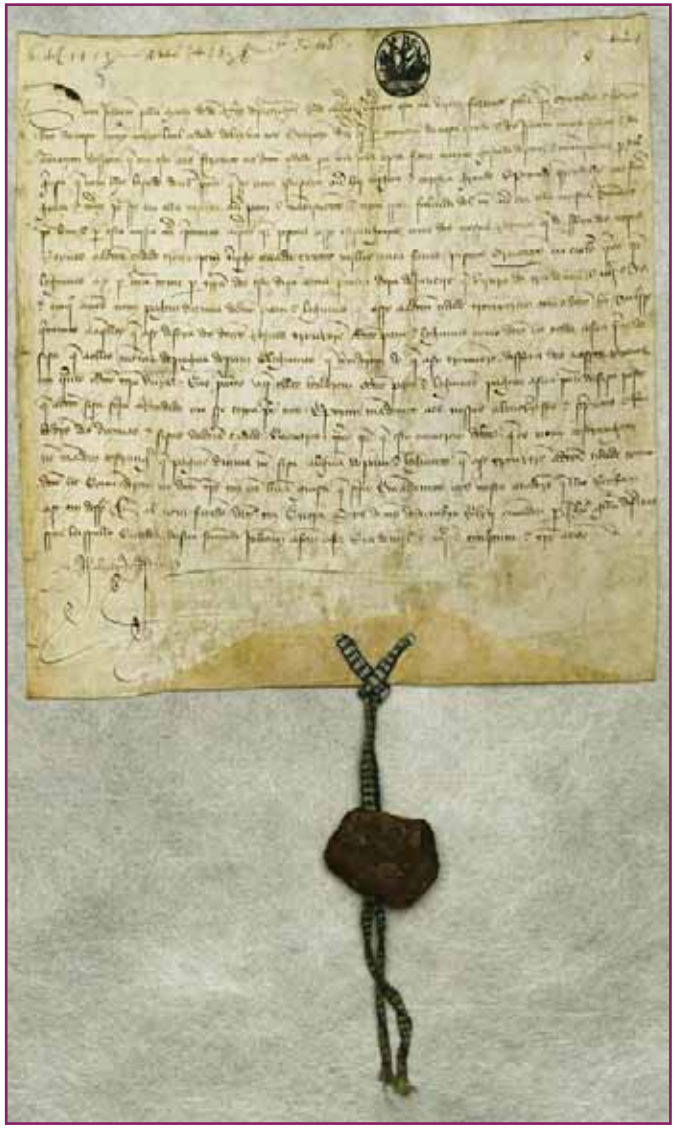


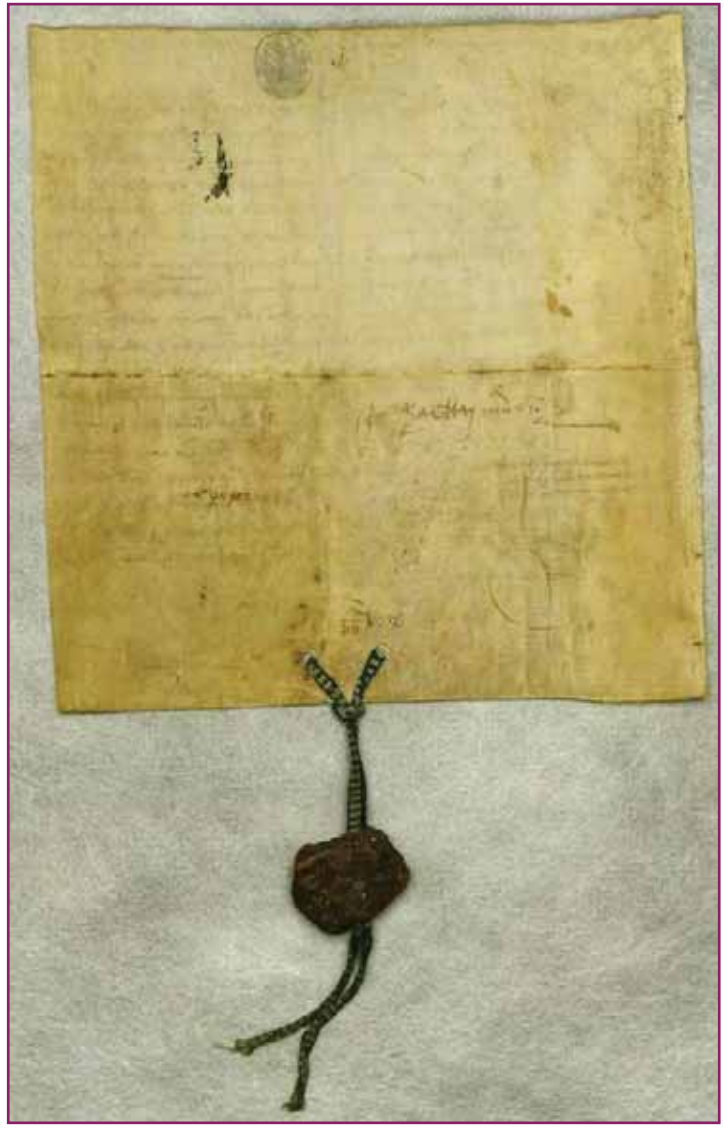
3. **1415**, dezembro, 6, Évora – *D. João I, a pedido do concelho de Lisboa, isenta durante um ano do pagamento de dízima, aqueles que trouxerem cereais e legumes para vender em Lisboa, devido à escassez provocada na cidade devido à preparação da armada enviada para a conquista de Ceuta.*
Cota: *Livro 1º do provimento do pão*, doc. 5

Dom Joham pella graça de deus Rey de purtugal E do algarue A quantos esta carta virem fazemos saber que o Conçelho e homens boos da nosa muy nobre leal çidade de lixboa nos Enujarom dizer que per rrazom da nosa estada e dos jfantes meus filhos e da armaçom da frota que em este anno fezemos na dicta çidade pera hir sobre çepta ficou muyto gastada de pam e mantijmentos per tal guisa que nom lhe vijndo d outra parte que sse nom escusara auer hij mjngua e carestia grande E porende querendo lhe nos fazer graça e merçee por sse em ella mjlhor auer pam e mantijmentos e nom sseer faleçida del nem auer em ella carestia Teemos por bem e per esta nossa carta quitamos a quaeesquer pesoas assy estrangeiros como dos nossos Reynos que de fora dos nosos Reynos aa dicta çidade trouxerem trijgo çeuada çenteo mjlho auea fauas piseeos E ruanços[3] ou outros quaeesquer legumes asy per mar come per terra des este dija ataa primeiro dija de Janeiro que vijnra da era de mil e iiij^{c} e Lta e çinquo annos nom pagem dizima do dicto pam e legumes que assy aa dicta çidade trouxerem como dicto he / Outrossy quitamos aaquelles que asy de fora dos dictos Rejnos trouxerem o dicto pam e legumes como dicto he toda a sua parte da sisa que a elles montar de pagar do pam E legumes que venderem do que asy trouuerem de ffora dos nossos Reynos emquanto o dicto tempo durar. E as partes a que elles venderem o dicto pam e legumes pagem a sua parte da sisa posto que a dicta sisa seJa aRendada ou sse corra por nos /. E Porem mandamos aos nossos almoxariffes e scpriuaes e Reçebedores das dizimas e sisas da dicta çidade E a outros quaeesquer que esto ouuerem de veer que os nom costrangam nem mandem costranger que paguem dizima nem sisa algũa do pam e legumes que asy trouxerem a dicta çidade como dicto he E ou uenderem no dicto tempo em nenhũa guisa que seJa E mandamos aos nosos contadores que lho Reçebam asy em despesa, unde al nom façades dante em Euora Seys do mes de dezenbro El Rei o mandou per Aluaro goncalluez de freitas sseu vassallo E ueedor da sua fazenda Joham afomso a fez Era de mjl e iiij^{c} e çinquoenta e tres annos

(*assinado:*) Aluarus

[3] Sic.





4. **1418**, junho, 22, Lisboa – *Carta régia de D. João I estipulando que as contendas que envolvam oficiais encarregues da cobrança da sisa devem ser da competência dos vedores da fazenda. Refere ainda que o bispo D. Gil Alma e o doutor Belle Agua haviam ficado encarregues do governo do reino quando enquanto o monarca estivera em Ceuta*.
Cota: *Livro 2º de D. João* I, doc. 34

5. **1420**, junho, 09, Lisboa, Paço dos tabaliães – *Instrumento púbico, passado por Afonso Goterrez, acerca da requisição por Vasco Martins, em nome de D. Fernando de Meneses, ao concelho de Lisboa, de peças de armadura e outros apetrechos de guerra para socorro de Ceuta*.
Cota: *Livro 1º de místicos de reis*, doc. 7
Nota: Publicado em: Livro I de Místicos de Reis e Livro II dos Reis D. Dinis, D. Afonso IV e D. Pedro I. In *Documentos para a história da cidade de Lisboa*. Lisboa: Câmara Municipal, 1947. doc. 7, p. 41-43; CASTRO, Tiago Machado de - Armas para Ceuta (1420): Contribuição para o estudo do armamento português no início do século XV. *Cadernos do Arquivo Municipal*. Lisboa: Arquivo Municipal. 2ª Série N.º 4 (2015), p. 41-65

6. **1421**, Fevereiro, 3, Évora – *O infante D. Duarte envia novas instruções sobre o apuramento dos besteiros do conto a Vasco Fernandes de Távora e a Armand Boutim, respectivamente, anadel-mor dos besteiros do conto e escrivão da anadelaria. Refere os besteiros que participaram na tomada de Ceuta*.
Cota: *Livro dos pregos*, doc. 314, f. 228-229v.

[f. 228]

Nos o Jffamte fazemos saber A uos Vaasquo FFerrnandez de tauora que ora teendes emcargoo da anadaria moor por afonso Furtado anadall moor. E a armom. bautim espriuam. da dicta anadaria que nos auemos por çerta emformaçom que os beesteiros que uos som dados per os ofiçiaaees das çidades e villas e lugares que alguuns deles som mortos E outros fogidos E outros adoorados de taaes neçesidades que nom poderam serujr quamdo forem rrequeridos. pelas quaees. Razõoes muytos dos que uos som dados. E espritos em nosos liuros sam falidos. E os nom ha hi. E ueendo Nos e consirando esta coussa hordenamos que se corregese e emendase em outra guisa / como conpre a seruiço d el Rej meu Senhor. E por bem e defenssom de seus Reignos. Acordamos de uos mandarmos per todo seu Senhorio / aos lugares onde beesteiros de conto ha E anadarias pera as proueerdes. E as ueerdes todas como estam com os ofiçiaaes dos comçelhos E fazer acreçentar os que minguam e tirar os que perteençentes nom forem. E poer outros em seu logo segundo ao diamte em este Regimento mais compridamente uos sera declarado. E Porem uos mandamos que ao tempo que uos per nos he asijnado uos trabalhees que partaaes logo e uaades fazer e comprir o que per este Regimento mandamos que se faça sem outro embargo que a elo ponhades.

Como achardes a cada hña das çidades e villas e lugares amte que façaaes Requerimento aos Juizes e ofiçiaaes auerees emformaçom compr*i*da per o anadal. q*ue* for na d*i*cta çidade ou vila ou lugar em q*ue* ponto tem sua anadaria ou se a tem compr*i*da de beest*ei*ros. q*ue* deue auer em ella. E se alguu*n*s faleçe*m* se he pe*r* mortes ou Por fugirem ou por seerem adoorados[4] ou auere*m* taaes neçesidades pe*r* que deuam seer fora de tal emcargo e postos out*r*os em seu nome. E esso meesmo saberees dell q*ue* afora estes que lhe asi faleçem os mais q*ue* lhe ficam como estam prestes e corregidos pera *ser*uiço d el Rey meu S*enh*or. E aimda comp*ri*damemte esta emformaçom logo em esse dia ou em out*r*o seguinte farees sabe*r* aos Juizes e ofiçiaaes como sooes aly chegados pe*r* noso ma*n*dado pe*r*a lhe dizerdes e Req*ue*rerdes algũas cousas por *ser*uiço do d*i*cto S*enh*or e nosso E por bem E defensam desa çidade ou ujlla ou lugar. E que lhe p*ra*za de se ajuntarem na camara do C*onçelh*o desa çidade ou villa ou lugar hu lhe aJaaes de diz*er* estas cousas e fazer os d*i*ctos Requerimentos E elles d*i*ctos ofiçiaaes assi Juntos. E o esp*ri*uam da camara com elles E out*r*o nemhuu*m* nom entom lhe direes o q*ue* se segue

Homee*n*s boo*n*s o Jffante nosso S*enh*or auendo emformaçom e notiçia çerta que muytos dos beest*ei*ros em esta çidade ou villa ou lugar ha E assi per todallas comarcas destes Reignos sam falidos e minguados dos q*ue* uos e os out*r*os comçelhos teem dados declarando lhe mais comp*ri*damente as Razooes. susso esp*ri*tas porq*ue* assi faleçem E emtendendo por *ser*uiço d el Rej seu pad*re* e por bem e defenssom de seus Reignos acordou de serem pe*r* uistas como de nouo todallas anadarias dos Reignos. E no*s* mandou aaq*ue*ll lugar. E assi geeralmemte a todolos out*r*os pe*r*a p*r*oueerdes e saberdes os d*i*ctos beest*ei*ros q*ue* minguam dos q*ue* u*os* teem dados. E sse alguu*n*s deles faleçerem pe*r* qualq*ue*r guisa q*ue* seia pe*r*a em seu nome pooerdes out*r*os tantos ante q*ue* d hi partaaes E u*os* *com*pr*i*rem aquell numoro dos q*ue* u*os* tem dados E mais nom

Ditas estas Razooes emtom lhe direes a emformaçom q*ue* teendes auyda per o anadal. do d*i*cto lugar depois q*ue* hi chegastes[5] de quantos som mortos e quaaes fogidos. E os out*r*os q*ue* teem algũas neçesidades pe*r*a os auerem de tirar Porem q*ue* uos auees de fazer alardo com eles todos por mais ue*r*dadeiramente saberdes se he assi como u*os* he d*i*cto per o anadal. E de ssi por saberdes como som p*r*estes e corregidos de suas beestas e cintoos e polees E por eles saberem se he assi como u*os* a uos he d*i*cto mais ue*r*dadeiramente lhe Requeree da nosa parte q*ue* eles d*i*ctos ofiçiaaes estem[6] de p*r*esente aos alardos. E q*ua*ll alardo asinaae o dia Razoado aq*ui* se posam Juntar os beest*ei*ros

E quando o alardo fezerdes em eles se faça logo per nos huu*m* Roll e per os ofiçiaaes out*r*o daqueles q*ue* faleçem [**f. 228v.**] decrarando os mortos e os fogidos e os que teem neçesidades pe*r* que deuam seer escusados de tall emcargo e postos out*r*os em seu nome. E acabado esto u*os* asijnem dia çerto a que u*os* aJam de dar E amostrar os beest*ei*ros que u*os* assi em nome dos beest*ei*ros q*ue* tirarem e mingom ham de dar ./ E este espaço q*ue* u*os* poserem o que moor ffor seia ataa t*r*es d*ia*s E esto seia nos lugares p*r*inçipaaes E n*os* out*r*os q*ue* mais pequenos. forem ataa huu*m* ou dous dias ./

[4] Na margem esquerda, em letra de época posterior: q*ue* os jujzes e ofiçiaaes se ju*n*te*m* na q*ua*mara pe*r* darem os beste*ir*os e out*r*as pe*r*soas no*m*.

[5] Na margem esquerda, em letra de época posterior: q*ue* o anadal faça uijnr os beste*ir*os pe*ran*te os hofjçeaaes a*n*te que lhe out*r*os besteiros sejo*m* dados de nouo.

[6] Segue-se riscado e sopontado: p*re*.

Jt*em*[7] no d*i*cto alardo verees logo os beest*ei*ros que ficam como som p*r*estes *e* corregidos. E sse achardes que alguu*n*s deles nom teem taaes. beestas que seiam de Reçeber saberees do seu anadall se lho Req*ue*reo. E lhe asijnou t*er*mo a q*ue* veesem com elas. E se lhe deu o t*er*mo de seis somanas q*ue* eles ham d au*er* p*er*a as buscarem *e* pareçerem com ellas em alardo. E el he ja pasado *e* muyto mais E nom ouue beesta nem a quis teer ma*n*daae. logo ao d*i*cto seu anadall q*ue* pr*e*sent*e* uos tome logo tantos de seus bee*n*s. E os venda p*er* que sse possa au*er* hũa beesta q*ue* seia boa *e* Reçebonda seg*und*o a el deue de teer *e* lha lançem em casa

Jt*em* sse ouuerdes emformaçom. q*ue* o d*i*cto anadal sabia. q*ue* alguue*m* dos d*i*ctos beest*ei*ros nom tijnham as d*i*ctas beestas *e* çintos *e* polees. E os nom costrangia*m* nem Requeria q*ue* as buscasem *e* tevesse*m*. E por Rogos ou peitas ou amizade lhe era fauoravel. E os leixaua asi estar mandamos u*os* q*ue* tal anadall como este o tirees logo *e* p*ri*uees do d*i*cto ofiçio. E que p*er* seus bee*n*s sse conp*r*em beesta ou beestas q*ue* seia*m* boas E Reçebondas *e* se dem aaquelles beest*ei*ros q*ue* as p*er* sua fauoreza nom tijnha*m* *e* leixauom de teer aos t*em*pos q*ue* deuiam

Jt*em* quando fordes aa camara ao t*em*po que u*os* foy asijnado p*er* os ofiçiaaes a que u*os* auiam de dar os beest*ei*ros por os mortos *e* fogidos *e* alguuns out*r*os que se deuam de tirar por suas neçesidades seeres auisados de os faz*er*des[8] vijr p*er*amte uos E uerdes seus corpos *e* suas hidades. E se u*os* taaes pareçere*m* q*ue* sam p*er*teençentes aq*ue*lles q*ue* u*os* asi derem toma los ees comtamto que seiam çapateiros *e* ferreiros *e* alfaiates *e* pedreiros *e* carpinteiros. E d out*r*os quaaesq*ue*r mesteres E que seiam casados. E sse destes nom poderem au*er* dem vo llos dos braçeiros *e* çeeiros q*ue* seia*m* casados. E aReigados ou quando destes tantos nom achardes. E ouuer alguu*n*s mançebos na terra que souberem tirar[9] com beesta ou Jeitosos pera elo posto q*ue* nom aJam mest*er* Req*ue*ree aos Juizes q*ue* uo llos dem comtanto q*ue* nom seia lau*r*ador q*ue* continuadamente laurem com Junta de bois E a el Rey meu S*en*hor paguem Jugada ou oytauo

E estes q*ue* uos asi derem *e* ap*r*esentarem os d*i*ctos ofiçiaaes o farees aseentar em vosso liu*r*o q*ue* de nouo farees em cada huu*m* lugar. E os ofiçiaaes q*ue* uo llos derem asijnem no d*i*cto liu*r*o de como uo llos dam por boo*n*s *e* Jdoneos *e* p*er*teençentes ao pee donde cada huu*m* for aseentado

Jt*em* direes aos d*i*ctos ofiçiaaes que aquellas pesoas q*ue* u*os* pera esto derem seiam boo*n*s *e* Jdonios *e* p*er*tee*n*çent*e*s *e*[10] taaes q*ue* quando os El Rej meu S*en*hor ouu*er* mester p*er*a seu *ser*uiço q*ue* seiam p*r*estes. E sse nom mouam a dar outras pesoas q*ue* taaes nom seiam por malquerença *e* maa uoontade q*ue* lhe tenham E por lhe fazerem em elo erro. *e* maas obras. E que seia*m* çertos quando o asi fezese*m* *e* lhe p*ri*uado for q*ue* lho pagarom p*er* seus bee*n*s em tall guisa q*ue* eles o sentam bem em suas fazendas ./

[7] Na margem esquerda, em letra de época posterior: [...] [bees]t*ei*ro no*m* teue*r* [...] q*ue* o anadal [...] [com]pre aa custa [...] *e* lha la*nce*m e*m* [...] a.

[8] Na margem esquerda, em letra de época posterior: [...] faço*m* best*ei*ros dos [m]estejraes *e* no*m* [dos l]au*r*adores.

[9] Segue-se riscado e sopontado: em.

[10] Na margem esquerda, em letra de época posterior: [...] os hofiçeaaes no*m* [...] out*r*os best*ei*ros po*r* erro [...] malq*ue*re*n*ça que [te]nho*m* aas p*er*soas.

E estes Requerimemtos farees em todallas çidades *e* villas *e* lugares do Senhorio d el Rej meu S*enh*or asi nas terras dos Jffantes *e* conde dom a*fons*o meus yrmaaos *e* do condestabre. E assi geeralmente [**f. 229**] em todalas outras. E se per auyamento em alguuns lugares se nom pod*er* comp*ri*r o numoro / daquelles beest*ei*ros q*ue* u*os* agora teem dados demanda los ees quando noso Recado ouuerdes *e* nas terras das hordees. E p*ri*meiro nos farees sab*er* quantos sam os que u*os* assi minguam em cada huu*m* lugar

Jt*em* direes aos ofiçiaaes da nosa parte q*ue* os que eles mandarem çitar *e* chamar aas camaras pera uo llos most*ra*rem *e* darem por beest*ei*ros E eles nom quiserem vijr ao t*em*po que lhes for asijnado *e* se fezerem Reuees q*ue* eles uo los podem dar por beest*ei*ros se os elles ant*re* si ham por taaes que som p*er*a elo Jdonios *e* pertencentes. E se uo llos derem asijnem uo llo assi p*er* suas maaos em uosos liu*r*os. E eles nem uos nom os tirees por Recados q*ue* ajaaes d el Rey meu S*enh*or ou nosos saluo se u*os* logo em elles faz*er* mençom q*ue* os tirees posto q*ue* fossem Reuees quando forom chamados././

E out*r*osi porque auemos por çerta emformaço*m* quando os Juizes *e* ofiçiaaes ham d apurar estes beest*ei*ros E os dar q*ue* o[11] caualeiros *e* escudeiros *e* out*r*os poderosos se uãao p*er*a eles pera os tornar *e* fazerem escussar aquelles de[12] que elles teem emcargo fazen lho pooer out*r*os q*ue* nom deuem seer postos por escusarem os seus o q*ue* a nos nom praz E o auemos por mal f*e*cto / Porem mandamos q*ue* daquy em diante quando se de dar ouuerem os d*i*ctos beest*ei*ros. E fazer de nouo q*ue* nom estem a ello de pressemte saluo os d*i*ctos ofiçiaaes a q*ue* esto p*er*teençe E uos d*i*cto v*as*co ff*er*n*and*ez *e* armam botim ./. E se alguu*m* dos sobr*ed*ictos veerem *e* quis*er*em estar hi Req*ue*iran lhe os d*i*ctos Juizes da nossa parte q*ue* se saiam fora. E se o fazer nom quis*er*em uos p*er*ante eles nom façades nada E leixaae por entom de pooer em elo mãao como d*i*cto he. E os d*i*ctos Juizes mandem penhorar aquelle per cujo aazo sse esto leixar de fazer. E lhe tome*m* tantos de seus bee*n*s. E os façam uender *e* Rematar p*er* q*ue* sse aJam logo vj^{c} [reais] brancos. E os dem. E ent*re*guem ao d*i*cto v*as*co f*er*n*and*ez E armom boutim p*er* aJuda de suas despesas pois q*ue* elles p*er* seu aazo som Reteudos *e* tornados de fazerem aginha o q*ue* lhe p*er* nos he mandado

Outrosi u*os* mandamos q*ue* sse achardes alguu*n*s beest*ei*ros do conto que uos t*ra*zees aseentados em vosos liu*r*os se mudarom[13] de beest*ei*ros do comto em beest*ei*ros de cauallo depois da tomada de çepta p*er*a a ca nom embargando q*ue* elles p*ri*uilegios tenham de como som auudos por beest*ei*ros de cauallo nom lhe conhoçaaes delo / ante os costrangee que s*i*ruam como beest*ei*ros do conto posto que em seus p*ri*uilegios faça exp*r*essa mençom q*ue* eram beest*ei*ros do conto por q*ua*nto a teençom d el Rey meu S*enh*or nom foy nem era q*ue* os beest*ei*ros do conto se ouuesem de fazer beest*ei*ros de cauallo

E porquamto taaes como estes pagarom a alvar ean*n*es algũas cousas de seus dereitos nosa m*er*çee he de lhe seer tornado / pois nom gouue*m* dos p*ri*uilegios *e* liberdades q*ue* lhe forom dados Porem mandamos a uos V*as*co F*er*n*and*ez *e* arma*m* boutim q*ue* ponhaaes em huu*m* caderno todos estes q*ue* sse fezerom beest*ei*ros de cauallo /

[11] *Sic*.

[12] Na margem esquerda, em letra de época posterior: q*ue* os poderosos no*m* este*m* na apuraço*m* so pena de vj^{c} reais.

[13] Na margem esquerda, em letra de época posterior: q*ue* os b*este*i*r*os do c*on*to se no*m* faç*om* b*este*i*r*os de caualo.

decrarando lhe os nomes *e* as alcunhas de cada huu*m* deles E os lugares donde som moradores E o q*ue* cada huu*m* pagou p*er*a o depois todo ueerm*os*. E ma*n*darmos ao d*i*cto aluar eann*e*s q*ue* o torne a seus donos./

Jt*em* u*os* mandamos a uos d*i*cto v*as*co fferr*nande*z e armam boutim. E a todos os Juizes *e* ofiçiaaes das çidades *e* villas *e* lugares onde chegardes que cada huu*n*s pella sua parte u*os* trabalhees de *com*p*ri*rdes *e* fazerdes as cousas contheudas em este Regimento o milhor *e* mais toste q*ue* faz*er* poder porquamto asi conp*re* a *ser*uiço d el Rey meu S*enh*or sem outr*o* nem huu*m* embargo q*ue* huu*n*s E outros a elo ponhaaes. E ma*n*damos a uos d*i*ctos Juizes das çidades [**f. 229v.**] *e* villas *e* lugares onde chegarem o d*i*cto v*as*co f*err*n*ande*z *e* armam botim que lhe dees E façaaes dar pousadas *e* camas pera elles *e* pera os seus emquanto hi esteuerem sem d*inhei*rros E os mantijmentos q*ue* ouuerem mest*er* por seus d*inheir*ros E teende tal maneira em os desembargar que os nom detenhaaes hi mais do q*ue* deuees aalem do ordenado seno*m* seede çertos quando asi fezerdes. E u*os* nom escusardes delo com lidema rrazom q*ue* os dias q*ue* mais esteuerem aalem do q*ue* for Razoado q*ue* per uosos bee*n*s lhe ma*n*dees pagar as despesas q*ue* em eles fezerem

Outrosi mandam*os* a uos d*i*cto V*as*co fferr*nande*z E armam botim q*ue* como cada hũa desas comarcas teu*er*des acabada *e* f*e*cta a apuraçom em ella q*ue* logo nos emujees o t*re*lado do caderno dos beest*ei*ros q*ue* ficarem f*e*ctos em cada[14] comarca decrarando u*os* pello meudo os nomes *e* as alcunhas deles. E as hidades seg*und*o q*ue* Razoadam*en*te u*os* parecem. E sse alguu*n*s delles *ser*uirom em çepta ou som amos ou acostados a alguu*n*s grandes asi o decraraae no d*i*cto caderno ao pee de cada huu*m* *und*e huu*n*s *e* outros al nom façades f*e*cto em euora iij d*ia*s de fevereiro a*fon*so p*er*ez a fez era de mill *e* iiij^{c} *e* Lix an*n*os./

Outrossi nos he d*i*cto q*ue* quando uos d*i*cto V*as*co fferr*nande*z *e* armam boutim pasaaes p*er* as comarcas *e* faleçem alguu*n*s beest*ei*ros dos que u*os* cada huu*m* C*onçelh*o ha de dar *e* q*ue* leixaaes emcargo aos anadees q*ue* os Requeira*m* aos Juizes E ofiçiaaes. E que posto q*ue* lhe p*er* eles seja rrequ*e*rido q*ue* lhos nom dam E lhe pooe*m* em eles embargo pella quall rrazom os d*i*ctos beest*ei*ros nom sam comp*ri*damente f*e*ctos. E porq*ue* esto he mall f*e*cto E nom deue assi de pasar ao diante se faz*er* milhor mandamos u*os* q*ue* u*os* t*ra*balhees de sab*er* parte dos d*i*ctos anadees sse Req*ue*rerom p*er* algũas uezes aos d*i*ctos Juizes E ofiçiaaes q*ue* lhos ouuesem de dar E o embargo q*ue* ponham a lhos nom darem ou q*ue* Reposta lhe dauom E se teem asi est*romen*tos. E se est*romen*tos teem fazer uo los ees ma*n*dar p*er*a os veermos E tornarm*os* a elo como nosa m*er*çee for em tall guisa q*ue* os q*ue* passam ma*n*dado d el Rey meu S*enh*or aiam escarmento. E aos outros seia emxenplo de nom caire*m* em outra tall

Jt*em*[15] u*os* ma*n*damos q*ue* sse alguu*n*s beest*ei*ros do conto dos que a uos forom dados *e* tragees aseentados em vosos liu*r*os se q*uiser*em obrigar a teer caualos *e* os teuerom *e* teem *e* som esp*ri*tos nos liu*r*os dos coudees de taaes como estes nom eujees. E leixaa os com o coudel. E dema*n*daae outros aos Juizes *e* ofiçiaaes q*ue* em seu nome seia*m* postos comtanto q*ue* estes beest*ei*ros tenham taaes bee*n*s p*er* que posam manteer os d*i*ctos caualos.

[14] Na margem esquerda, em letra de época posterior: [...] *dem os nomes* [...] [teste]*munhas dos besteiros* [...] *decrarando-lhe* [...] *amos ou acos*[**tado**]s a *alguuns gran*[**des**].

[15] Na margem esquerda, em letra de época posterior: os b*est*e*ir*os do c*on*to so*m* escusados [...] se quj*ser*em aos [...] e*m* qu*a*ualos [...] [t]euere*m* boo*n*s pe*r*a [...].

7. **1426**, maio, 13, Santarém – *O infante D. Duarte manda que Pedro de Ataíde, almoxarife do reguengo de Oeiras, devolva a João Eanes de Talaíde, que aí explora propriedades pertencentes ao Hospital de D. Maria de Aboim, o pão que dele tem embargado. Refere ainda que a cada ano, João Eanes pagava um quarto desse pão para as despesas de Ceuta*.
Cota: *Livro dos pregos*, doc. 317, f. 237v.

Nos o Jffamte fazemos saber a uos Pero d atayde almoxariffe do rregengo d hueiras. E ao espriuam desse ofiçio que os homeens boons. da çidade de lixboa nos emuyarom dizer que o esprital de dona maria de boim de que a dicta Cidade tem carrego tem tres courellas de herdade neesse Regengo as quaaes traze do dicto Esprital aforadas Joham annes da talaide. E paga çerta peenssom aos proues do dicto espritall. E mais o quarto que nos auemos d auer pera as despessas de çepta. E que uos teendes embargado o pam que em ellas ouue esto anno passado E porque este beens do dicto espitall som profanes leixados per pessoa leiga. que nos pediam por merçee que lhes mandassemos desenbargar o dicto pam. E lho mandasemos emtregar / a qual coussa a Nos praz de lhe sseer fecto. Porem uos mandamos que logo lhe tornees o dicto pam que lhe assi tomado teendes / quitando o primeiramente E daqui em diante. leixa lhe auer o pam das dictas courellas pagando em cada huum anno o quarto que nos auemos d auer / hunde all nom façades ffecto em Santarem xiij dias de mayo aluaro annes a ffez Era do Naçimento de nosso Senhor Jhesu chrispto de mij iiij^{c} xxvj annos.

8. **1429**, abril, 01, Lisboa, paço do infante, casa da relação – *Traslado em pública forma elaborado pelo tabelião Luís Gonçalves de uma carta do infante D. Duarte levantando o embargo de um navio que ia para o norte de África integrado numa armada capitaneada pelo infante D. Henrique*.
Cota: *Livro 1º de místicos de reis*, doc. 10
Nota: Publicado em: Livro I de Místicos de Reis e Livro II dos Reis D. Dinis, D. Afonso IV e D. Pedro I. In *Documentos para a história da cidade de Lisboa*. Lisboa: Câmara Municipal, 1947. doc. 10, p. 57-58

9. **1433**, outubro, 19, Santo Antoninho – *D. Duarte regula a pesca do sável no Tejo na região das lezírias e do Alqueidão, salientando que a zona do "corredor de Escaroupim e do corredor da Lezíria da Verga" estava reservada ao infante D. Henrique para as despesas de Ceuta.*
Cota: *Livro dos pregos*, doc. 330, f. 258v.

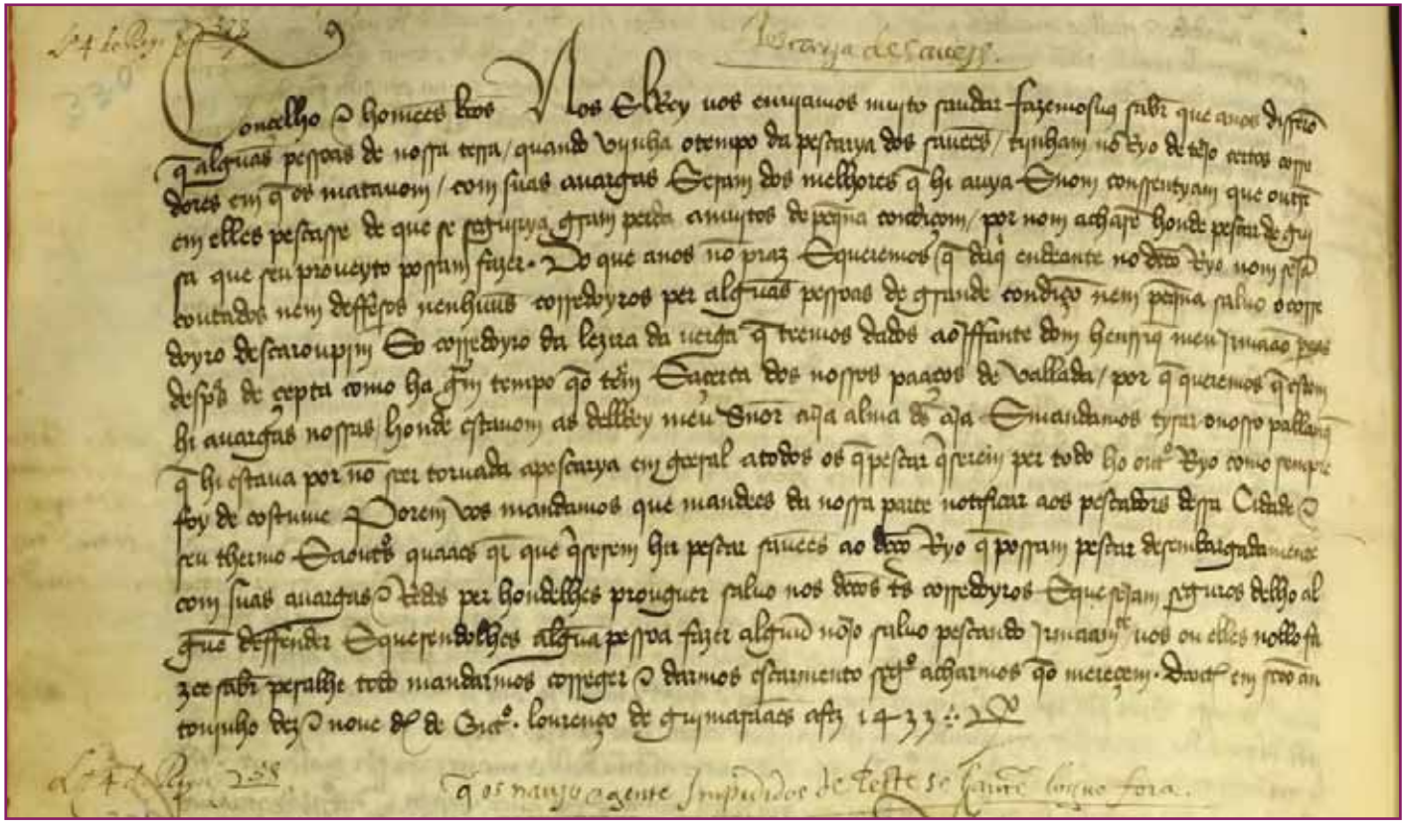
[**f. 258v.**]

Pescarya de sauejs[16]

Conçelho e homeens boons. Nos El Rey uos emujamos mujto saudar fazemos uos saber que a nos disserom que algũas pessoas de nossa terra / quando vijnha o tempo da pescarya dos sauees / tijnham no Ryo de teJo certos

[16] Em letra de época posterior.

corredores em q*ue* os matauom / com suas auargas E eram dos melhores q*ue* hi auya E nom conssentyam que outre*m* em elles pescasse de que se segujrya gram perda a mujtos de peq*ue*na condiçom / por nom achare*m* honde pescar de gujsa que seu proueyto possam fazer. Do que a nos no*m* praz E queremos q*ue* daq*ui* en deante no d*i*cto Ryo nom seJa*m* coutados nem deffesos nenhuu*n*s corredoyros per algũas pessoas de grande condiçom nem peq*ue*na saluo o corredoyro d escaroupjm E o corredoyro da lezira da ueiga q*ue* teemos dados ao Jffante dom henrriq*ue* meu Jrmãao pe*r*a as despesas de çepta como ha g*r*am tempo q*ue* o teem E açerca dos nossos paaços de vallada / porq*ue* queremos q*ue* estem hi auargas nossas / honde estauom as d ell Rey meu Sen*h*or cuJa alma de*u*s aja E mandamos tyrar o nosso pallanq*ue* que hi estaua por no*m* seer toruada a pescarya em geeral a todos os q*ue* pescar q*ui*serem per todo ho out*r*o Ryo como sempre foy de costume / Porem vos mandamos que mandees da nossa parte notificar aos pescadores dessa Cidade *e* seu thermo E a out*r*os quaaesqu*er* que q*ui*serem hir pescar sauees ao d*i*cto Ryo q*ue* possam pescar desembargadamente com suas auargas *e* Redes per honde lhes prouguer saluo nos d*i*ctos t*r*es corredoyros E que seJam seguros de lho algue*m* deffender E querendo lhes algũa pessoa fazer alguu*m* noJo saluo pescando Jrmaame*n*te / uos ou elles no llo fazee sabe*r* pera lhe todo mandarmos correger *e* darmos escarmento seg*und*o acharmos q*ue* o mereçem. Dant*e* em s*an*cto antonjnho deze*n*oue d*i*as de Out*ubr*o. lourenço de gujmarãaes a fez 1433.



10. **1436**, dezembro, 1, Lisboa – *Carta régia de D. Duarte em que menciona entre outros assuntos que aqueles, da cidade de Lisboa, que fossem servir a Ceuta não necessitassem de, na ausência da família real, dar pousada, pois para isso se havia construído o "Estao novo" no Rossio.*

Cota: *Livro 2º de D. Duarte e D. Afonso V*, doc. 10

Nota: Publicado em: Livros dos Reis. In *Documentos para a História da Cidade de Lisboa*. Lisboa: Câmara Municipal, 1958. vol. 2, doc. 10, p. 261-262

Dom Eduarte pella graça de deos Rey de portugall e do algarue e Senhor de cepta. A quantos esta carta virem fazemos saber que desejando Nos honrra e proueito dos moradores da muy nobre e leall çidade de lixboa por lhe fazermos merçee como elles muy bem mereçem hordenamos que daqui em diante quallquer morador dentro dos muros e arraualdes della que acoutiado em cauallo for ou tall contia tenha per que lhe deuesse seer lançado seja Releuado Escussado dello. Contanto que por o dicto cauallo e armas cada huum[17] dellos tenha em sua cassa dous arnesses linpos boons E Reçebondos scilicet o que ouuer de teer por o cauallo que seja arnes de pernas e ponтas çarradas com sua faldra ou solhas E arnes de braços gantes ou mandelletes E baçinetes de baueira e lança d armas e facha E o outro arnes seja segundo a hordenaçom que sobr ello he fecta E se for acoutiado em cauallo singuello ou teuer contia pera ell mandamos que tenha ho arnes conprido susso declarado E com elles pareçom nos alardos pera auer O coudell // E aconteçendo que por nosso E a cada huum destes sobredictos mandemos filhar alguns arnesses queremos que taaes como estes aJam liberdade de nom serem costrangidos nem demandados que pareçam em alardos com o dicto arnes ou arnesses do dia que lhe forem filhados ataa dez annos se lhe primeio tornados ou pagados nom forem. E tanto que lhe tornados ou pagados forem sejam thudos de pareçer com elles nos dictos alardos como antes acoutiados forem filhadas armas nom seJam thudos a teer outras semelhantes ataa que seJam conpridos quinze anos do tenpo que lhe filhadas foram E pera averem estes arnesses aJam seis messes d espaço cada uez que lhe forem lançados E Como de Razom em tanto tenpo se podia perder alguum cauallo se o teuesse poer o quall auera de conprar outro asy he dicto d auer o dicto arnes como dicto he com o quall nom ha de fazer despesa como com o cauallo E porque esto fazemos em seu fauor delles se alguuns ante quiserem teer os cauallos Reçebondos segundo sua hordenança a Nos por d y le seerem escussados de teerem os dictos arnesses conpridos Outrosy queremos E hordenamos que daqui em diante nhuum estrangeiro de quallquer naçom que seJa fora de nossos Regnos que se a esta çidade venha morar / nom seja costrangido nem posto por besteiro do conto emquanto neella morarem. E porque os ofiçiaaes E outras pessoas a que pertençe de os dar poderiam dizer ou poer escussa que por este aazo / ou numero dos trezentos beesteiros do conto que em a dicta çidade per hordenaça antijga ha d auer nom se poderia conprir E os naturaaes da terra se agrauariam por tall escusamento praz nos quitarmos lhe do dicto numero çinquoenta E que daquy em diante a dicta çidade nom seja mais obrigada de nos dar que duzentos e çinquoenta beesteiros E este abatimento dos dictos çinquoenta queremos que seja por lhes fazermos merçee porque bem sabemos que numca de pessoas estrangeiras foram na dicta çidade çinquoenta beesteiros // E se este anno alguuns estrangeiros foram postos por beesteiros mandamos que os tirem aJnda que Ja sejam estpritos mo liuro do anadall moor Outrosy queremos e hordenamos que daqui em diante ou nhuum

[17] Segue-se riscado: de lha.

estrangeiro de qu*a*llq*ue*r naçom q*ue* seja fora de nossos Regnos q*ue* se a esta çidade venha morar / nom seja costrangido nem posto po*r* beest*ei*ro do conto emqu*a*nto neella morarem. E porq*ue* os ofiçiais E out*r*as pessoas a q*ue* pe*r*tençe de os dar poderiam dizer ou poer escussa q*ue* po*r* este aazo / o num*e*ro dos trezentos beest*ei*ros do conto q*ue* em a d*i*cta çidade pe*r* hordenança antijga ha d auer nom se poderia conp*r*i*r* E os naturaaes da terra se agrauaria*m* po*r* tall escusamento praz nos q*ui*tarmos lhe do d*i*cto num*e*ro çinq*u*oenta E q*ue* daquy em diante a d*i*cta çidade nom seJa mais obrigada de nos dar q*ue* duzentos *e* çinq*u*oenta beest*ei*ros E este abatim*en*to dos d*i*ctos çinq*u*oenta q*ue*remos q*ue* seJa po*r* lhes fazermos m*er*çee po*rque* bem sabemos q*ue* numca de pessoas estrangeiras foram na d*i*cta çidade çinq*u*oenta beest*ei*ros // E se este a*n*no alguu*n*s estrangeiros forem postos po*r* beest*ei*ros manda*m* uos q*ue* os tirem aJuda q*ue* Ja seJam estp*r*itos no liu*r*o do anadall moor E out*r*osy q*ue*remos *e* hordenamos q*ue* daq*ui* em diante em ella a nhũas pessoas de nossos Regnos ou de fora delles q*ue* vão pe*r*a çepta nem a*r*madas ou pe*r*a algũa outra pa*r*te ou em ella q*ue*iram estar de qu*a*llq*ue*r pe*r* estado E condiçom q*ue* seJam q*ua*ndo nos ou a Rainha mjnha molher E os Jfantes meus filhos E Jrmaãos E Condes meus sobrinhos nom foramos em a d*i*cta çidade

nom seJam dadas de pousadia nhũas cassas per nossas cartas nem aluaraães posto que as tragam se em ellas nom fezer mençom que se dem[18] nom enbargando esta carta mas todos vaão poussar ao estaao nouo que se ora faz no Resio a crença de sam domjngos tanto que acabado for E em ell ouuer abastança das coussas que neçesarias e conpridouras forem aos que em ell pousarem segundo se custuma fazer em semelhantes estaaos. Outrosy nos praz por a dicta çidade melhor se pobrar que quallquer que daqui em diante fezer cassas de nouo que os primeiros çinquo annos segujntes nom seJam dadas d pousentadoria E se forem fectas sobre alguuns pardeeiros que aa feitura desta sam deRibados de todo o telhado e madeiramento seJam escussadas da dicta pousentadoria por tres anos primeiros segujntes posto que aa dicta çidade venhamos. E Porem mandamos ao nosso pousentador moor / E ao coRegedor E ao Coudel E anadall ofiçiaães E homeens boons da dicta çidade E a outros quaeesquer que esto perteençer a que esta nossa carta for mostrada que a conpram e guardem asy e per a guissa que em ella he contheudo E asy he nossa merçe hall nam façades dada em a dicta çidade primeiro dia de dezembro El Rey o mandou Ruj galuom a ffez Era do naçimento de nosso Senhor Jhesu crispto de mjll iiij[c] xxxvj anos

(*assinado:*) Ell Rey

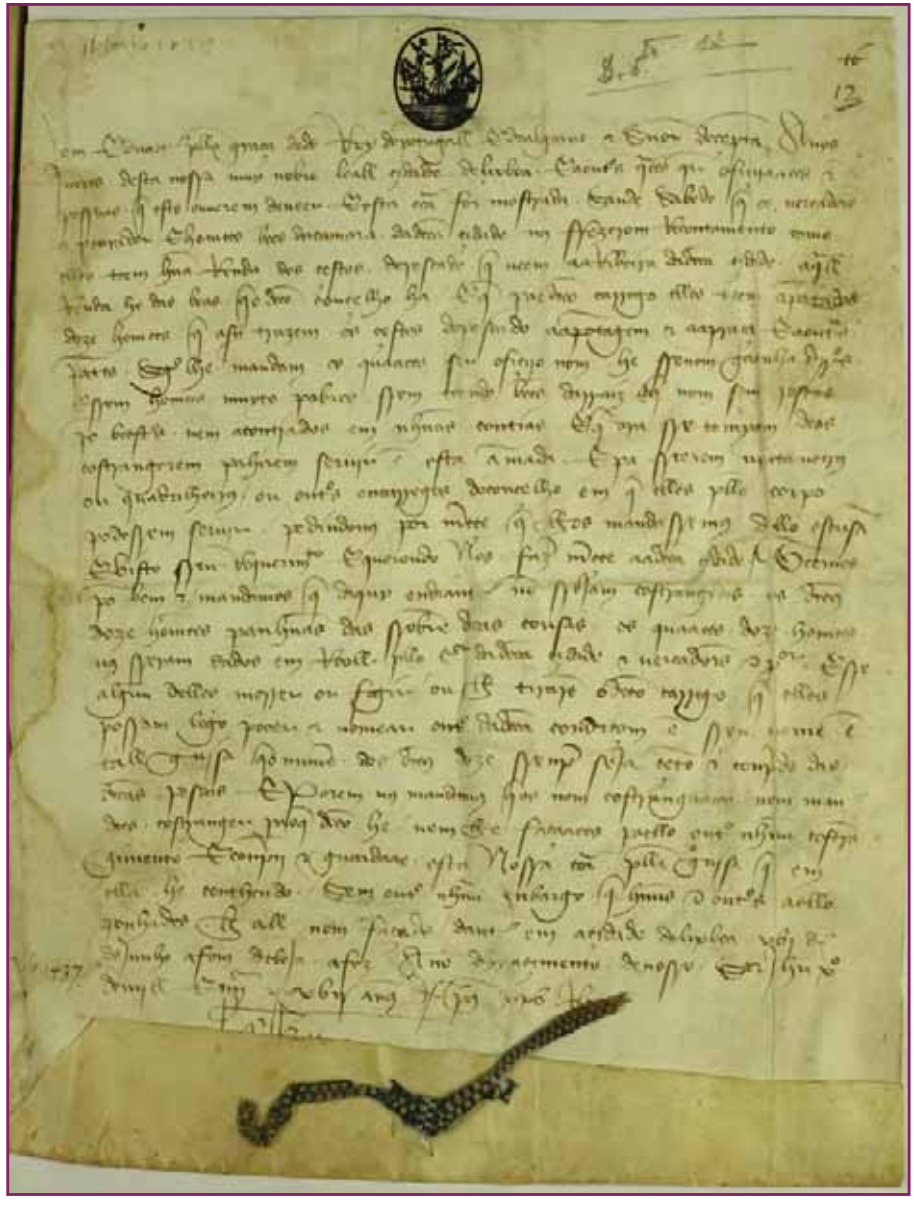
11. **1437**, junho, 16, Lisboa – *Carta régia mandando que os homens que servem a renda da cestaria sejam dispensados de vir na armada de Tânger e também dos encargos do concelho.*
Cota: *Livro de D. Duarte e D. Afonso V*, doc. 12
Nota: Publicado em: Livros dos Reis. In *Documentos para a história da cidade de Lisboa*. Lisboa: Câmara Municipal, 1958. vol. 2, doc. 12, p. 264

Dom Eduarte pella graça de deos Rey de portugall E do algarue e Senhor de çepta. A uos Juizes desta nossa muy nobre leall çidade de lixboa E a outros quaeesquer ofiçijaaees e pessoas que esto ouuerem de ueer. E esta carta for mostrada. Saude. Sabede que os uereadores e procurador E homees boons da camara da dicta çidade nos ffezerom Recontamento como elles teem hũa Renda dos çestos do pescado que ueem aa Ribeira da dicta çidade / a quall Renda he das boas que o dicto conçelho ha / E que pera o dicto carrego elles tem apartados doze homees que asy trazem os çestos do pescado aa portagem e aa praça E a outras partes Segundo lhe mandam os quaaees seu ofiçijo nom he ssenom ganhar dinheirros E ssom homees muyto pobres ssem teendo beens da rraiz E que nom som postos por beesteiros nem acontjados em nhũas contias E que ora sse temyam de as costrangerem pera hirem serujr em esta armada. E pera sseerem uyntaneiros ou quadrilheiros / ou outros encarregos do conçelho em que elles pello corpo podessem serujr / pedindo nos por merçee que lhos mandassemos dello escusa E visto sseu Requerimento E querendo Nos fazer merçee aa dicta çidade Teemos por bem e mandamos que daquy en diante nom ssejam costrangidos os dictos doze homeens pera nhũas das ssobredictas cousas os quaaees doze homees uos sseram dados em Rooll pello Corregedor da dicta çidade e uereadores e procurador E sse alguum delles morrer ou fogir ou lhe tirarem o dicto carrego que elles possam logo poer e nomear outro da dicta condiçom em

[18] Segue-se palavra riscada.

sseu nome e*m* tall gujsa q*ue* o nume*r*o dos d*i*ctos doze ssenp*re* seJa çerto *e* conp*ri*do das d*i*ctas pesoas. E Porem u*os* mandam*os* q*ue* os nom costrangaaees nem mandees costranger pe*r*a o q*ue* d*i*cto he / nem lhe façaaees pe*r*a ello outr*o* nhuu*m* costra*n*gimento E conprij *e* guardaae esta Nossa c*ar*ta pella gujsa q*ue* em ella he contheudo. Sem outr*o* nhuu*m* enbargo q*ue* huu*n*s *e* outr*os* a ello ponhades h*e* all nom façades / dant*e* em a çidade de lixboa xvj d*ia*s de Junho afom de beja a fez A*n*no do naçimento de nosso *Senh*or Jhesu *crispt*o de mjll E iiij^{c} xxxvij a*nn*os

(*assinado:*) Ell Rey

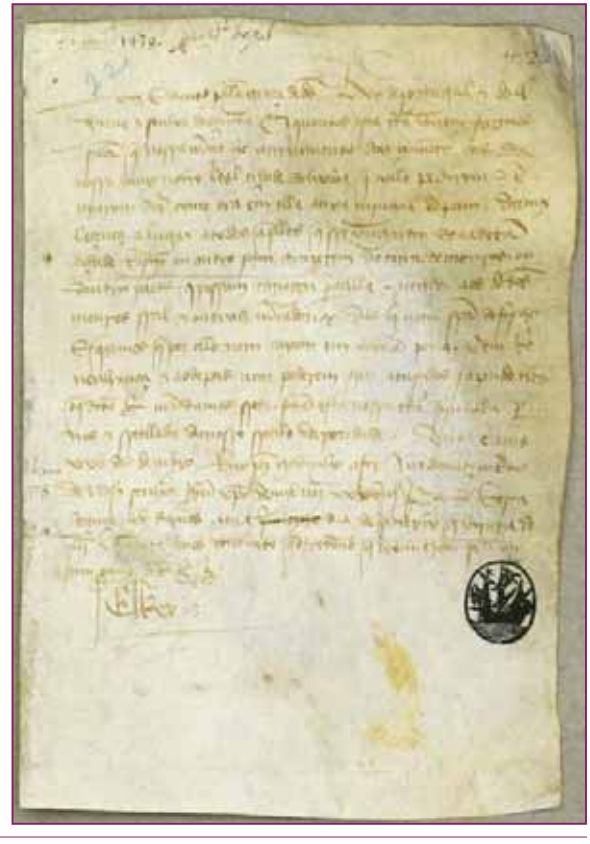


12. **1438**, maio, 25, Avis – *D. Duarte autoriza a exportação de sal e de outras mercadorias para o Norte de África, desde que os mercadores, no retorno, trouxessem cereais para Lisboa.*

Cota: *Livro 1º do provimento do pão*, doc. 22

Dom Eduarte pella graça de deus Rey de portugal e do algarue e senhor de çeepta A quantos esta carta virem fazemos saber que nossa merçee he a rrequerimento dos homeens boons da nossa muy nobre leal çidade de lixboa que no llo pedirom e envyarom dizer como ora em ella avya mjngoa de pam deemos leçença e lugar a todos aquelles que sse obrigarem de aa dicta çidade trijgo ou outro pam trazerem de terra de mouros ou d outra parte que possam carregar pera lla e uender aos dictos mouros ssal e outras mercadorias das que nom ssam defesas E queremos que por ello nom cayom em nhüa pena. E em Rennenbrança e ao depois nom poderem sseer acusados fazendo eles o que dicto he mandamos sseer fecta esta nossa carta sijnaada per nos e sseellada do nosso sseello da poridade / Dante em auis xxv dias de mayo. Ruy perez godinho a fez Ano do naçimento de noso senhor Jhesu chrispto de mjl iiij^{c} xxxviij^{º}[19]. E esta leçença lhe damos ataa[20] dia de Janeyro que vijnra de iiij^{c} e corenta anos contanto que o rretorno que trouuerem seja em pam como dicto he.

(*assinado:*) El Rey.



[19] P*agou* xij re*ais*.

[20] Segue-se riscado: p*ri*meyro.

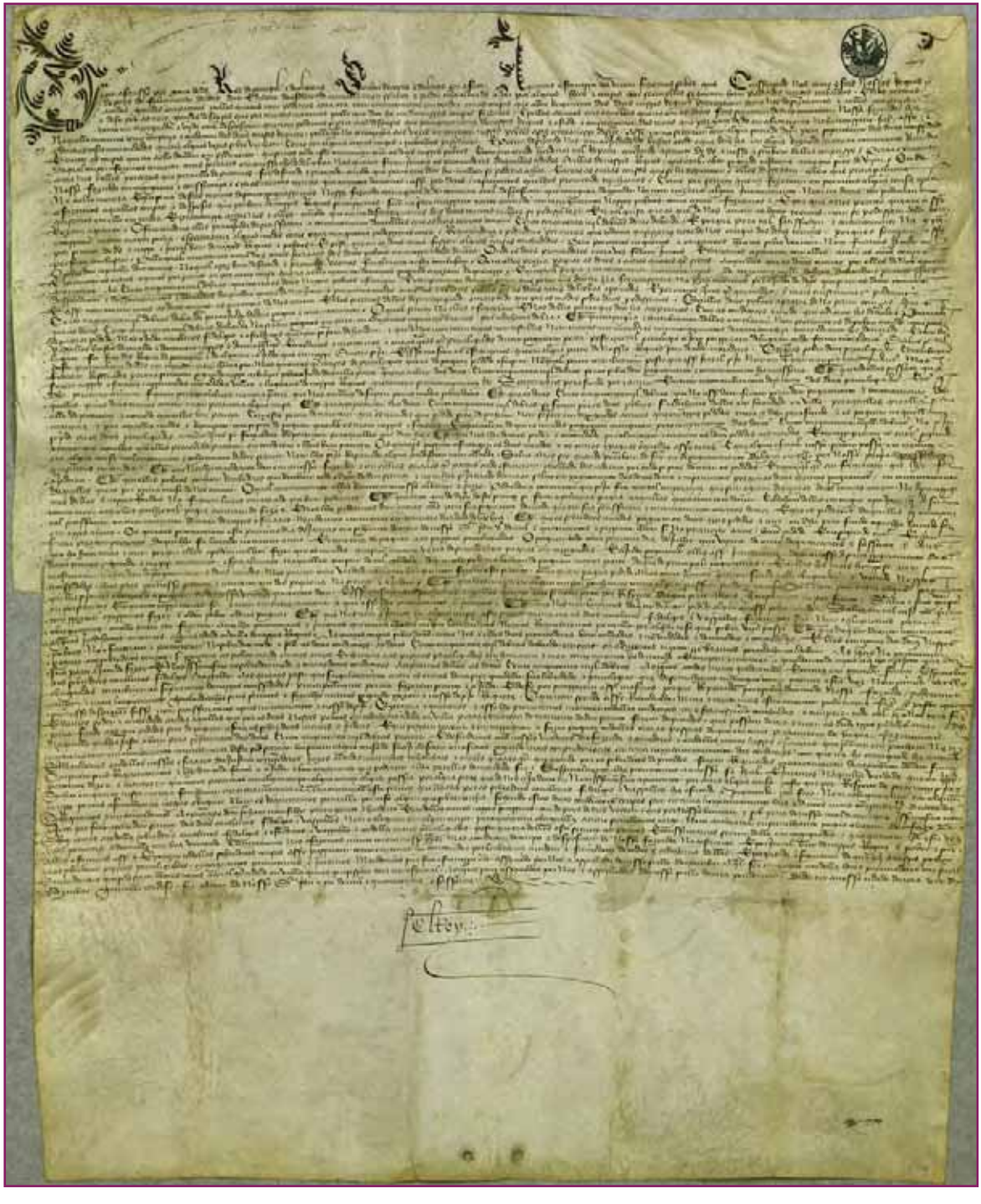
13. **1440**, fevereiro,15, Lisboa – *Alvará de D. Afonso V pelo qual este manda ao seu contador João Dornelas que entregue ao concelho, por lhe pertencerem, umas casas que estavam na rua Direita, junto à Porta do Ferro "que trazia Vaasco Martinz da Albergarya cavaleiro vedor da fazenda de Cepta".*
Cota: *Livro 1º de místicos*, doc. 22
Nota: Publicado em: Livro I de Místicos e Livro II Del-Rei Dom Fernando. In *Documentos para a história da cidade de Lisboa*. Lisboa: CM, 1949. doc. 22, p. 111-112

14. **1460**, dezembro, 19, Évora – *Carta régia de D. Afonso V estabelecendo as condições para o pagamento de um serviço de 150 000 dobras, solicitado nas cortes de Lisboa e de Évora, para a conservação das possessões em África.*
Cota: *Livro 1º de serviços a El Rei*, doc. 10

Dom afomsso per graça de deos Rey de portugal e do algarue Senhor de çepta e d alcaçer em africa. A quantos esta nossa carta virem fazemos saber que Conssijrando Nos como estes Nossos Regnos depoys do faliçimento d el Rey dom Eduarte da esclareçida memoria meu senhor e padre cuJa alma deos aJa por alguus fectos e cousas que se em elles seguiram ham padecidos muitos trabalhos E nos teemos auidas grandes ocupaçõoes pollas quaaes nom podemos ataa ora tam emteiramente emtender em as cousas que a bõo regimento dos dictos nossos Regnos perteenciam como nos deseJauamos e a elles conprija e de sy por as muy grandes despesas que per muitas maneiras pollo que dicto he em diuerssas cousas fezemos E pollas mercees que aquelles que nos em os dictos fectos seruiram de nos ouueram Nossa fazenda he tanto emcarreguada e vijnda a tal desposiçam que nom podemos soprir aas despesas que per a gouernança de nossos Regnos e estado e consseruaçam das terras que per graça de deos em africa teemos nos he neçessario fazer assy e Naquella maneira como conprija e condiçam das dictas cousas Requere pollo qual nos conuijnha aas vezes emcarregar nossos pouoos asaz contra nosso deseJo assi em nos seruirem com algũa soma de dinheirro pera soprimento das dictas neçessidades e d outros casos nom cuidados que nos algũas vezes sobrevijnham Como em alguuns outros cargos e trabalhos pessoaaes. E Porem desejando nos com a ajuda de deos buscar a todo o que dicto he em algũa Rezoada maneira conueniente Remedio E euitar as cousas que nos a ello deuiam empidimento quisemos todo esto cumonicar com os dictos nossos pouoos E com seu acordo hordenar tal Repairo quejando a seruiço de deos e nosso e seu bem delles comprisse. Pera a exucuçam da qual cousa fezemos conuocar cortes Jeeraaes em a nossa cidade de lixboa nas quaaes foram Juntos os procuradores daquellas çidades e villas de nossos Regnos que a tal auto segundo custume antijgo sooe de vijnr. Onde antre nos e elles per çertos que pera ello deputamos foy descutido e praticado o modo que pera o que dicto he milhor se poderia achar E antre as outras cousas que se hi trautaram elles disseram que o que principalmente Nossa fazenda emcarreguaua e conssumja era as muitas teenças que a muitos dauamos assi por dotes e casamentos que lhes prometido tijnhamos Como por seruiço que nos fezeram ou por outra algũa cousa que Nos a ello mouera E que se nos destas teenças desencarreguassemos nossa fazenda com a graça de deos tornaria a tal desposiçam que minguoa de rrenda nos nom trazeria alguum Jnconueniente Nem nos daria empidimento a fazermos aquellas cousas e despesas que por bem de nossos Regnos sentissemos sem nos seer necessario tanto ameude

emcarreguarmos nossos pouoos como antes faziamos. E porque a nos pareceo que era assy quisemos em ello emtender E praticou sse antre nos *e* elles o modo que em nos descarreguarmos das dic*t*as teenças milhor se podesse teer Em tal guisa que os que <as> de Nos auiam as dic*t*as teenças nom se podessem dello com Rezam agrauar oferecendo n*os* elles pera aJuda da satisfaçam *e* contentamento daquelles que as dic*t*as teenças auiam Cento çinquoenta mjl dobras d ouro da banda E porque pera tal satisfaçam *e* contentamento N*os* era neçessario muito mayor soma espertaran nos alguus modos como o que minguoaua podessemos auer. Requerendo n*os* *e* pidindo n*os* por mercee que todauia quisessem*os* tirar de nos o carguo das dic*t*as teenças porque o sentijam assy por serviço de d*eo*s *e* nosso *e* Jeeral bem de nossos Regnos *e* pouoos. E posto que em as dic*t*as cortes fossem algũas cousas concludidas. Pero por outros neguoçios e ocupaçooes que n*os* sobreveeram Nom ficamos de todo em perfeita conclusam. Pollo qual conuocamos outra vez cortes Jeeraaes dos dic*t*os pouoos em a nossa çidade d euora Onde os dic*t*os procuradores outra vez foram Juntos E tornamos a praticar com elles antre as out*ra*s cousas O sobredic*t*o capitollo das teenças No qual asaz bem descutido *e* praticado veemos finalmente a esta conclusam. O que a nos prazia paguar as dotes *e* outras quaaesq*ue*r sortes aaquelles que as dic*t*as teenças por elles de Nos auiam E contentar os outros a que as por seruiço ou por outra causa que n*os* a ello mouera dauamos segundo a rrezam Requeresse Em a qual pagua *e* contentamento montaria mais de trezentas myll dobras da banda por as q*ua*aes aueriamos As Cento çinquoenta mil dobras que n*os* ora os dic*t*os nossos pouoos ofereçiam E o conprimento da mais soma que pera o que dic*t*o he N*os* for necessaria nos p*ra*zia auermos per ajuda de d*inhei*rros que se em as dic*t*as teenças despendiam *e* d asseentamentos *e* moradias daquelles que os de nos ham *e* per outros modos antre nos *e* os dic*t*os pouoos em as dic*t*as cortes de lixboa apontados E por outros q*ua*eesq*ue*r que milhor *e* mais onestamente podermos E assi nom auerem mais as dictas teenças os que antes de nos auiam E Nos seermos dellas desencarreguado o mais cedo que per os modos sobredic*t*os podessemos. E a elles dictos pouoos aprazia de n*os* seruir com as dic*t*as Cento çinquoenta mjl dobras da banda pera aJuda da dic*t*a pagua *e* contentamento. O qual seruiço N*os* elles ofereceram E Nos delles pera o que dic*t*o he açeptamos Com as condiçooes *e* modo que adiante he dec*ra*rado. Primeiram*en*te que as dic*t*as Cento cinquoenta mjl dobras da banda n*os* seram paguas em ouro ou a duzentos trijnta rr*eai*s brancos por cada hũua dobra. Jt*em* que na pagua *e* contribuyçam dellas emtraram nom soomente os do pouoo meudo que sooe*m* de pagar pidido mas ajnda caualeiros fidalgos *e* escudeiros que nom seJam de hordem *e* que de nos nom teem terras nem castellos nem teenças nem moradias nem mantijmentos de tanta conthija como adiante he decrarado E tambe*m* vassallos beest*ei*ros de cauallo *e* da camara nossos *e* d outro q*ua*lq*ue*r E moedeiros *e* monteiros *e* outros q*ua*eesq*ue*r priuiligiados de nom paguarem peita posto que tal priuilegio aJom por rrezam do luguar onde forem moradores. Saluo se tal luguar for fora dos Regnos de portugal *e* do algarue aJnda que em nosso S*enh*orio seJa. E Jsso mesmo os estrangeiros que em algũa parte de nossos Regnos sam de todo moradores. Os q*ua*ees sobredic*t*os priuiligiados contribuyra*m* posto que em alguu*m* delles emcorram nam hũua soo mas quantas q*ue*r causas de priuilegios que os de paguar pidido escusem na qual porem contribuyçam posto que assi Jeeral seJa nom emtram mouros nem Judeus Mas ficaram Reseruados pera nos seruirem segumdo nosso arb*ri*tijo pera aJuda daquella parte que nos aalem das dic*t*as Cento çinquoenta mjl dobras pera o sobredic*t*o paguamento *e* contentamento he neçessaria. Jt*em* que todallas pessoas que forem nossos ofiçiaaes asseentados nas çidades villas *e* luguares de nossos Regnos que teuerem seu mantijmento de Seteçentos rr*eai*s pera fundo por anno Emtrem na contribuyçam do seruiço dos dic*t*os priuilegiados E os q*ue* d hi

pera cima teuerem fiquem pera contribuyr na outra parte que Nos auemos de suprir por os modos sobredictos. Jtem que as dictas Cento çinquoenta mjl dobras que nos assi dam seram pera o dicto paguamento e contentamento daquelles que as dictas teenças auiam e nam pera outra algũa cousa. Jtem que a rrepartiçam das dictas Çento cinquoenta mjl dobras se façam per os dictos pouoos scilicet cada huuns delles em sua cidade ou villa per aquelles que elles pera ello deputarem e no modo que a elles bem pareçer. Com esta porem decraraçam que os meudos que pidido sooem de paguar nom sejam emcarreguados ao mais que em trres pididos e meo e d hi pera fundo e os paguem naquella maneira e per aquelles modos e Regimento que se sooe de pagar quando os tiram nossos oficiaaes E o que aalem do que os meudos paguarem minguoar pera conprimento das dictas Cento çinquoenta mjll dobras nos seJa sopridо per os dictos priuiligiados antre os quaees se faça a dicta Repartiçam per aqueeles que dicto he. Jtem que nos lhe demos poder e autoridade pera lançarem e tirarem os dictos pididos aos meudos E emcarreguarem os outros segundo a taixa que aquelles que elles pera ello deputarem emtenderem e lhes bem parecer Os quaaes possam costranger os dictos meudos e os outros a paguar o que lhe assy tocar E que alguum ofiçial nosso se nom possa emtremeter em algũa cousa no lancamento e colhimento do dicto seruiço nem lhe seJa Reseruada algũa Jurdisçam nem alçada Saluo a nos soo quando pera bem do fecto ou desagrauamento d alguum em ello per nossa propria pessoa quisermos emtender. Jtem que nos lhe mandemos dar em a nossa fazenda e em outras quaaesquer partes onde esteuerem o trellado dos cadernos per onde se sooe de tirar os pididos E outra qualquer emformaçam que lhe for compridoira. Jtem que elles pouoos ponham Recebedores que Recebam todo o dinheirro do dicto seruiço e nom lhe seja tirado da mãao saluo em paguamento das dictas dotes e casamentos porque as dictas teenças paguamos ou contentamento daquelles que as per outra causa de nos auiam. O qual contentamento elles Remetem a nosso albitrijo e Juizo Pidindo nos por merçee que seJa fecto com tal tenperança que sem agrauo dos que as dictas teenças auiam Nos desencarregemos dellas e nossas Rendas nos fiquem liures o mais cedo que bem podermos. Jtem que ante que do dinheirro deste seruiço se faça a primeira pagua aaquelles que a ouverem d auer Cada huum delles emtregue o padram que de sua teença teem aaquelles que lhe tal pagua ouuerem de fazer E nos lhe poderemos dar outras cartas pera sua segurança do modo que em sua satisfaçam e contentamento auemos de teer E que os padrõoes daquelles que ouuerom em trres annos. Os quaaes se começaram este primeiro dia de Janeiro ora seguinte do anno de nosso Senhor Jhesu Chrispto de mil e quatroçentos e sassenta huum scilicet no primeiro anno huum pidido E no segundo outro E o que ficar pera comprimento do que lhe for lançado no terçeiro anno. E o que toca de pagar aas pessoas priuiligiadas O paguem todo ataa primeiro dia de Julho que vijnra do anno de quatrocentos e sassenta e dous que he huum anno e meo porque elles o podem milhor fazer que os meudos que sam muitas vezes de semelhantes paguas emcarreguados E aJnda paguamdo elles assi Juntamente dam a nosso desencarreguamento das dictas teenças grande e trijgoso aviamento espiçialmente naquellas que sam de tal calidade de que nom podemos leixar de paguar mayor parte da que do principal paguarmos E a elles he mais honrroso nom se mesturarem na hordem de paguar com os dictos meudos mas pareçer como verdadeiramente he que nom fazem este seruiço como quem pagua pidido mas como homeens que nom seendo a ello obriguados e veendo nossas neçessidades lhes praz por nosso seruiço e menos carguo dos pequenos nos seruir e aJudar. Jtem que nos nunca em alguum tenpo ponhamos teença algũa pessoa por dote ou casamento nem por outra algũa sorte que lhe sejamos obriguado a paguar ou de nossa vontade queiramos dar. E Jsso mesmo nom ponhamos aquellas teenças que se nom pooe por Respeito d algũa sorte mais graciosamente ou



por *ser*uiço Saluo estas g*ra*ciosas ou por seruiços Emquanto nossa merçee for *e* nam em outra maneira *e* que assi lho prometamos *e* juremos. Jt*em* que nos nom lancemos daq*ui* em diante pidido alguu*m* a nosso pouoo meudo Saluo em tal caso que com rrezam o possamos fazer *e* o dic*t*o pouoo o deua paguar. Jt*em* que nos nom aJamos em alguu*m* tenpo este seruiço que n*os* ora os dic*t*os caualeiros fidalgos *e* vassallos fazem por foro nem o aleguemos pera os obriguarmos a no llo outra ora fazerem ante lhe prometemos *e* Juramos que nunca lhe tal carguo lancaremos nem os Requereremos pera ello por alguu*m* caso que sobrevijnr possa. Jt*em* que daq*ui* em diante nom tiremos algũas Jurdisçõoes ou termos algũua çidade ou villa de nossos Regnos As quaaes cousas sobredic*t*as antre nos *e* elles dic*t*os procuradores bem oolhadas *e* emtendidas *e* decraradas *e* concordadas Elles em nome dos dic*t*os nossos pouoos N*os* ofereçeram *e* prometeram no sobredic*t*o modo *e* sob as dic*t*as condiçõoes as dic*t*as Cento çinquoenta mjl dobras da banda em ouro ou a duzentos trijnta rr*eai*s brancos por cada hũua dobra As q*ua*ees n*os* prometeram paguar aos sobredictos tenpos *scilicet* o que toca ao pouoo meudo em tres annos E o que toca aas pessoas p*ri*uiligiadas em huu*m* anno *e* meo como em çima he decrarado E comprir *e* manteer *e* guardar todo o que aq*ui* he estp*ri*to que da sua parte aJam de fazer. E Nos Jsso mesmo no sobredic*t*o modo *e* com as dic*t*as condiçõoes aceptamos delles as dic*t*as Cento çinquoenta mjl dobras As q*ua*ees a todos muito gradeçemos E teem*os* em gramde seruiço Espicialm*en*te aos sobredic*t*os caualeiros fidalgos *e* vassalos aos quaaes posto que singularmente antre ou outros deua seer guardada sua liberdade *e* priuilegios que de semelhante emcarguo teem prouue esta vez nom seemdo a ello obriguados contribuyr ao soprimento de nossas necessidades principalmente por n*os* fazerem seruiço *e* aJuda E de sy por socorrerem assi mesmos porque Repairada per o sobredic*t*o modo nossa fazenda poderemos milhor *e* mais larguamente gualardar lhe seus seruiços *e* fazer lhes mercees segundo rrezam *e* nosso deseJo Requere. O que nom seendo assy Remediada men*os* *e* muito mais estreitamente poderiam*os* faz*er* *e* posto que com nosso desprazer fosse nom satisfariamos a seus merecimentos *e* nosso deseJo. E praz n*os* *e* queremos *e* assy lhe prometemos manteer todallas condiçõoes em esta nossa c*ar*ta conthiudas *e* comprir todo o al q*ue* a nos toca faz*er* E damos poder *e* autoridade a todos aquelles que por os dic*t*os *e* nossos pouoos em cada hũua çidade ou villa pera a exucaçam do tiramento do dic*t*o seruiço forem deputados que possam deitar *e* tirar os dic*t*os trres pididos *e* meo *e* d hi pera fundo aos que pididos soo*em* de paguar afora os sobredic*t*os mouros *e* Judeus E que possam taixar *e* emcarreguar *e* fazer paguar todallas outras pessoas de que em çima pera auerem de paguar faz meencam naquello que lhe Justo *e* bem pera soprimento das dic*t*as Çento çinquoenta mjl dobras pareçer E defendemos aos nossos veedores da fazenda *e* contadores *e* a todollos outros nossos ofiçiaaes que se nom empachem Nem emtremetam em o lançamento nem tiramento deste seruiço husarem algũa cousa de sua jurdisçam ou ofiçios segundo mais conpridamente em cima nosso contentamento das condiçõoes com que n*os* he outorguado he contiudo E Mandamos a todollos nossos oficiaãaes da Justiça correJedores Juizes alcaides meirinhos tabaliaães *e* outros quaaesq*ue*r que quando per os sobredic*t*os deputados forem Requeridos pera a execução do tiramento do dic*t*o *ser*uiço Compram seus Requerimentos *e* lhe dem todo fauor *e* aJuda *e* boo*m* auiamento que poderem *e* lhe per elles demandado for. Espiçialmente lhe prometemos aa nossa fe Real E Juramos naquella verdade que ao Rey perteençe dizer *e* manteer que nunca poeremos em alguu*m* tenpo algũa teença algũa pessoa por algũa sorte que de nos aJa d auer Nem Jsso mesmo a poermos por outra algũa cousa posto que por Respeito de sorte nem seJa Saluo emquanto nossa merçee for *e* nam em outra maneira Nem aueremos este seruiço que n*os* ora per os sobredic*t*os caualeiros fidalgos *e* vassalos he oferecido *e* prometido por foro Nem o

aleguaremos em alguu*m* tenpo pera os a semelhante carguo obriguar Nem os Requereremos pera ello por caso alguu*m* que sobreuenha segundo estas duas[21] cousas sam em çima no rrecontamento das *con*diçõoes mais conpridam*en*te decraradas E Roguamos *e* emcomendamos Ao prinçipe dom Joham meu filho primogenito *e* herdeiro E a todollos outros nossos soçessores que depoys de nos veerem que por nossa beençam *e* sob pena de nossa maldiçam que Jsso mesmo nom aJom por foro o sobredic*t*o seruiço dos dic*t*os caualeiros fidalgos *e* vassallos nem o aleguem em alguu*m* tenpo pera quererem obrigua llos a outro semelhante carguo nem a outra tal ou semelhante pagua auerem de fazer E Roguamos a todollos sobredic*t*os caualeiros fidalgos *e* escudeiros *e* vassallos *e* a todoll*os* outros priuiligiados posto que ora delles este seruiço aceptemos E conssentamos seerem delle emcarreguados que queiram po*r* esta vez auer paciençia *e* dar no llo com boa vomtade Ca certamente nos o fazemos muito contra nosso p*r*azer mas a condiçam do tenpo *e* desposiçam de nossa fazenda n*os* costrange E por Jeeral bem de nossos Regn*os* *e* pouoo *e* seu delles o fazemos assi. E porque todallas sobredic*t*as cousas assy passaram como em çima he conthiudo por lenbrança çertidom *e* firmidam de todas *e* cada hũua dellas. E por guarda *e* segurança do que aq*ui* a nosso pouoo *e* aas sobredic*t*as pessoas priuiligiadas outorguamos prometemos *e* Juramos mandamos seer fec*t*a esta nossa c*ar*ta assijnada per nos *e* asseellada do nosso seello do chunbo A q*ua*l foy emtregue a todoll*os* dic*t*os procuradores em Jeeral E mandamos que se dessem outras taaes a qualq*ue*r çidade ou villa que as quisessem teer em espiçial as q*ua*ees sam assijnadas per nos *e* asseelladas do nosso seello da çera pendente dada em a nossa cidade d euora xix d*ia*s de dezenbro, gonçallo cardoso a fez anno de nosso *Senh*or Jhesu *Chris*p*t*o de mil *e* quatroçentos *e* sassenta.

(*assinado:*) El Rey

15. **1462**, dezembro, 1, Estremoz – *D. Afonso V destitui João Gonçalves de Alcanhões, cavaleiro da casa do rei, do cargo de rendeiro de quaisquer rendas.*
Cota: *Livro dos pregos*, doc. 392, f. 278v.

Q*ue* Jo*am* g*omcaluez* d alcanhães na*m* sera rend*ei*ro nem parcejro nas rendas d el Rej[22]

Nos El Rey fazemos saber A vos veedores da Nossa fazemda que andaaes em a Nossa corte. E a outros nossos veedores da fazemda *e* proueedores della assy da çidade de lixboa como da Çidade do porto. E comarcas que lhe som deuissadas E assy ao do rregno do allgarue E aos Nossos contadores das comarcas de Nossos rregnos // E aos Nossos estp*ri*uaaes da fazemda. E a out*r*os q*ua*eesq*ue*r Nossos ofiçiaaes *e* pessoas que esto ouuere*m* de veer // Que Nos aveemos por Nosso s*er*uiço E bem dos moradores dos nossos rregnos // A Nos praz que Joham gomçalluez d alcanhaaes Nosso caualleiro // Nom seJa mais des primeiro dia de Janeiro que vijnra do anno de Nosso S*enh*or Jhesu *chris*p*t*o de mill *e* quat*r*oçentos *e* sasseenta *e* tres em diamte Nosso rrendeiro de nenhũuas

[21] Segue-se riscado: condiçooes.

[22] Em letra de época posterior.

Nossas rrendas nem d*ere*jt*os* assy das que sse rrecadam a dinheiro a mooaçooes ou per out*ra* quallquer maneira que sse Pera Nos Recadam E a Nos pertença // E assy pera a manteença da Nossa çidade de cepta E da Nossa villa d alcaçer em africa // Nem esso meessmo nom seJa parçeiro aas d*ic*tas Nossas rrendas em gramde comthia nem pequena // E Porem u*os* Mandamos que des o d*ic*to primeiro dia de Janeiro o nom aJaaes por[23] Nosso rrende*i*ro Nem parçeeiro das d*ic*tas Nossas rrendas Nem o rreçebaaes a nenhuu*n*s llanços que nos neellas per ssy ou p*er* out*re*m façam Sem out*r*o embarguo que a ello ponhaaes E fazee rregystar este alluara em Nossos liu*r*os *e* nos nossos contos de lixboa pera sse p*er* elle saber como esto teem*os* mandado f*e*cto em estremoz primeiro d*ia*s de dezembro Joham gomçalluez o fez Anno de nosso S*enh*or Jhesu *chris*p*t*o de mill iiij^{c} Lxij.

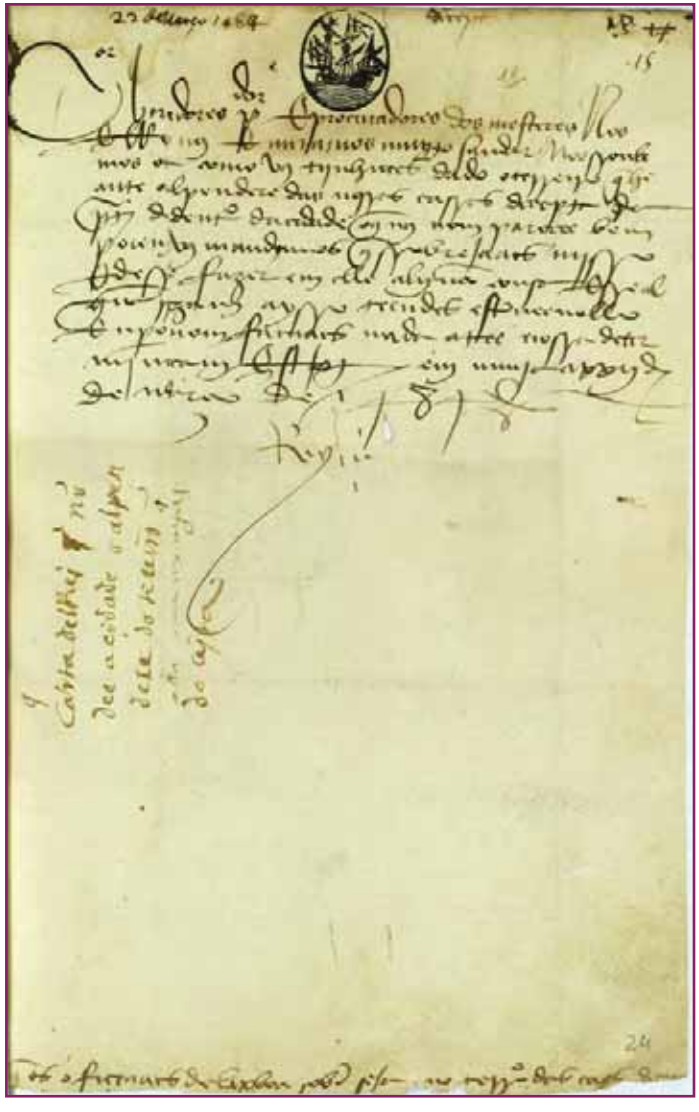
16. **1484**, março, 22, Muje – *D. João II critica o concelho de Lisboa por ter dado um terreno fronteiro ao alpendre da Casa de Ceuta e solicita-lhe que tome medidas.*
Cota: *Livro 2º de D. João II*, f. 24-24v.
Nota: Publicado em: Livros dos Reis. In *Documentos para a história da cidade de Lisboa*. Lisboa: Câmara Municipal, 1959. vol. 3, doc. 10, p. 186

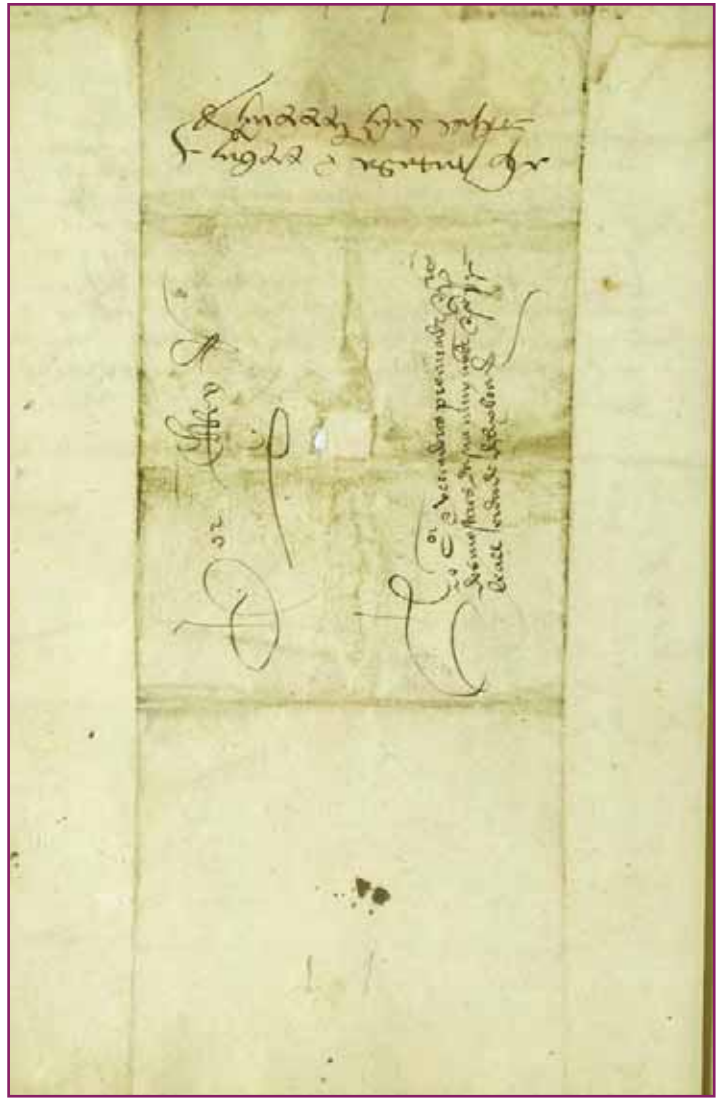
[**f. 24**]

C*orreged*or Vereadores p*procurad*or E procuradores dos mesteres Nos El Rey u*os* Emuiamos muyto saudar // Nos ssoubemos de como v*os* tijnhees dado o terreiro q*ue* he ante alpendere das nossas cassas de cepta da p*ar*t*e* de dent*r*o da cidade o q*ue* n*os* nom pareçee bem porem v*os* mamdamos q*ue* ssobrejaaes nijsso E de sse fazer em elle algũa cousa E sse algũa rrazam a ysso tendes est*pre*uee no llo. En p*er*o nom façaaes nada atee nossa determjnacam. Estp*ri*to em muja a xxij d*ia*s de março de 1484

(*assinado:*) Rey

[23] Na margem esquerda, em letra de época posterior: Joham Gonçalluez.





17. **1486**, janeiro, 21, São Bento – *D. João II autoriza a aquisição de cereais no norte de África, anulando temporariamente a proibição de comércio com os muçulmanos.*
Cota: *Livro 2º do provimento do pão*, f. 17-17v.

[**f. 17**]

Nos El Rey per este nosso aluara damos logar E leçeença / aa nossa cydade de lixboa que posa emujar aa casa do caualeiro / por aquelle pam que lhe aprouver e esto por este anno presente E que pera conpra delle por sseer cousa de bem comuum posam mandar aquella parte quer em pasta quer em moeda que lhe abaste a conpra de mjll moios do dicto pam / nom embargamte nosas ordenasois e defessas em contrairo / outrosy lhe Releuamos algũas carauellas que pera em caso la foram pasado o tempo que lhe pera ello tijnhamos dado E porque nos dello asy praz lha damos este nosso asynado fecto em sam bento a xxj dias do mes de Janeiro amrryque de figueiredo o fez anno de 1486

(*assinado:*) Rey

18. **1486**, fevereiro, 24, Estremoz – *D. João II ordena que os pedreiros da cidade de Lisboa não sejam mobilizados como besteiros do conto, devido à grande necessidade que há deles no Reino, e nas "partes de África e da Guiné".*
Cota: *Livro 2º de D. João II*, f. 74v.
Nota: Publicado em: Livros dos Reis. In *Documentos para a história da cidade de Lisboa*. Lisboa: Câmara Municipal, 1959. vol. 3, doc. 62, p. 239

[**f. 74**]

sobre os pedreiros que os nam façam beesteiros do conto[24]

Vereadores e ppr*ecura*dor e precurador dos mesteres Nos El Rey vos emuiamos muyto ssaudar / nos avemos por bem e nos praz que nhuum pedreiro desa Çidade nom seja dado por besteiro do comto / E esto porque de tempos pera Ca os acupamos muyto em cousas do nosso serviço asy em estes Regnos Como fora delles nas partes d africa e de guynee E Porem vos emcomemdamos e mamdamos que o façaaes asy per vos e pera que elles ofiçiaaes a que pertemçer a que nos mamdamos que asy o cumprem e guardem stprita em samtarem a xxiiijº dias de fevereiro framcisco diaz a fez anno de 1486

(*assinado:*) Rey

foy apresentanda na camara a iiijº de marco de iiij^{c} Lxxxvj E os oficiaaes mandarom que se comprisse E assy o tijnham ja mamdado

[24] Em letra de época posterior.

19. **1486**, março, 19, Santarém – *D. João II ordena ao concelho que proceda à reparação de um troço de muralha junto às Casas de Ceuta.*
Cota: *Livro 2º de D. João II*, f. 89-89v.
Nota: Publicado em Livros dos Reis. In *Documentos para a história da cidade de Lisboa*. Lisboa: Câmara Municipal, 1959. vol. 3, doc. 68, p. 245

Vereadores p*rocurad*or *e* p*ro*curadores dos mesteres Nos El Rey emuyamos muito saudar / aalem de *ser* necesario p*er*a bem da çidade conp*re* a noso seruiço aquelle pedaço de muro de junto das nossas casas de çepta que estaa deRibado se[25] correjer po*r*que mais dan*n*o senam faça no out*r*o *e* asy nas mesmas casas / portamto v*os* emcomendamos *e* mandamos que loguo mandees emtemder nyso *e* dar ordem como asy se faca e*m* breue / que p*er*a as taees cousas nom devia conp*ri*r noso mamdado em espiçiall as que e*m* semelhamt*e* lugar estam / stp*ri*ta em samtare*m* xix d*ia*s de março esteuam vaaz a fez 1486

(*assinado:*) Rey

20. **1486**, outubro, 09, Lisboa – *D. João II autoriza a aquisição de cereais, no norte de África, para o abastecimento de Lisboa.*
Cota: *Livro 2º do provimento do pão*, f. 20-20v.

[**f. 20**]

Nos Ell Rey Fazemos Saber a quamtos este noso aluara vire*m* q*ue* vemdo nos a mingoa do pam que neste*s* nosos Regnos ha *e* co*n*sira*n*do na prouisam *e* Remedio que por causa dello se deuia de dar pera a elles aveer de vijr pam de fora *e* primçipalmemt*e* a esta nosa Çidade de lixboa a que por sua grandeza *e* tambem por nosa esta da em ella era muyto necesario prouer *e* aveendo tambe*m* Respe*i*to Como seendo a dita çidade abastada o Regno todo ho he // det*er*minamos com os do noso conselho amtre as out*r*as cousas que per ao dito pam a ella vijr se apomtaram *e* praticara*m* *e* que a nos aprouue de fazer em favor disto / de darmos luguar que se podesem tirar da dita çidade mill marcos de prata *e* os leuare*m* a breberia quaaesq*ue*r pesoas que se obrigare*m* a trazer pam a ella em Retorno della *scilicet* dous moyos de triguo po*r* marco por lice*n*ca *e* Repa*r*tiça*m* dos ofiçiaes da cama*r*a *e* esto alem do pam que out*r*as pesoas estrangeiras e*m* a d*i*cta Çidade estante*s* *e* moradore*s* *e* out*r*os nosos naturaaes po*r* taixa sa*m* obriguados de trazer // Porem o noteficamos asy a quaaesq*ue*r nosas Justicas oficiaaes *e* pesoas a que o conhoçimento desto pertemçer *e* lhe mamdamos q*ue* liurememt*e* leixem pasar os dictos mill ma*r*cos de p*ra*ta pe*r*a as liçemças *e* Repartiçom dos ditos ofiçiaaes da çidade sem sobr Ello poerem nem comsemtire*m* poer nhuũa duuida enbarguo nem Comt*r*adiça*m* *e* esto se emtenda da Feit*ur*a deste alu*ar*a a huu*m* an*n*o *e* mais nom Fecto em lixboa a ix d*ia*s de out*ubr*o Joha*m* Serraão o fez de mjll iiij^{c} Lxxxvj. E eu Alu*ar*o lopez secretareo do d*i*cto se*n*hor Rey o fiz escp*re*uer po*r* seu mandado.

(*assinado:*) Rey

[25] Segue-se palavra riscada.

21. **1488**, março, 04, Avis – *Carta régia sobre a receção da bula de cruzada*.
Cota: *Livro 3º de D. João II*, f. 14-14v.
Nota: Publicado em: Livros dos Reis. In *Documentos para a história da cidade de Lisboa*. Lisboa: Câmara Municipal, 1959. vol. 3, doc. 5, p. 277.

[**f. 14**]

Vereadores p*rocura*dor *e* p*rocura*dor dos mesteres. Nos el Rey v*os* emviamos muyto saudar. O samto paadre n*os* outorgou huũa bulla de cruzada Com gramdes ymdulgençias p*er*a a guerra dos mouros da africa a quall ora mamdamos pregoar em esa çidade *e* em todallas outras cidades villas *e* lugares de nosos Regnnos. E po*r*que nos folgariamos que a d*i*cta bulla fose em esa Çidade Reçebida Com gramde acatam*en*to *e* homrra / muyto v*os* Roguamos que v*os* trabalhaees de o asy fazerdees E que p*er*a se asy fazer como deseJamos fose escusado v*os* aquy apomtarmos allguũas das cousas que p*er*a o boo*m* Recebim*en*to da d*i*cta bulla *e* solenidade que n*os* p*ra*zeria se lhe fazer pareçeram compridoiras Ouuemos po*r* bem todauia vo llas stp*re*uemos. E sam estas p*ri*meirame*nte* tamto que fordees Certeficado pello Reçebedor da d*i*cta cruzada que e*m* esa çidade teem*os* hordenado do d*ia* que a d*i*cta bulla aJa de s*er*e*m* esa Çidade mamdarees vaa o d*i*cto d*ia* da d*i*cta cidade E os do termo se venham a ella E que o d*i*cto d*ia* Se garde E senom faça cousa alguũa E que aa noyte ant*e* de auere*m* d emtrar Repiquem nas yg*re*jas *e* moesteiros *e* todos ponham bamd*ei*ras E asy o dia seguint*e* atee o meo d*ia*. E vão p*e*la meenhãa com procysam Jeerall a porta p*er* homde ouuerem d emtrar Com toda a clerezia E com palleo sob o quall vijmra[26] <bispo> co*m* a d*i*cta bu*l*la todallas Ruas serem varridas emparame*n*tadas E em rremadas o milhor que se poder faz*er* E na [**f. 14v.**] d*i*cta preçisam vijram quaaesq*ue*r trombetas arpas orguoos E todos out*r*os estorment*os* de tamJer q*ue* se poderem achar E asy se preegara loguo ha d*i*cta bulla a p*ri*meira vez E todo esto v*os* emcome*n*damos muyto que nesta maneira Se faça trabalhamdo por mais comp*ri*damemt*e* Se fazer asy Como de vos esperamos porque allem de ser asy feito em cousa de que noso S*e*nn*h*or tamto s*er*uir no*m* Reçebe a nos o farees gramde *e* que v*os* muyto q*ue* dec*re*çem*os* stp*ri*ta em avijs a iiijº d*ia*s de março amt*oni*o carn*ei*ro a fez 1488

(*assinado:*) Rey

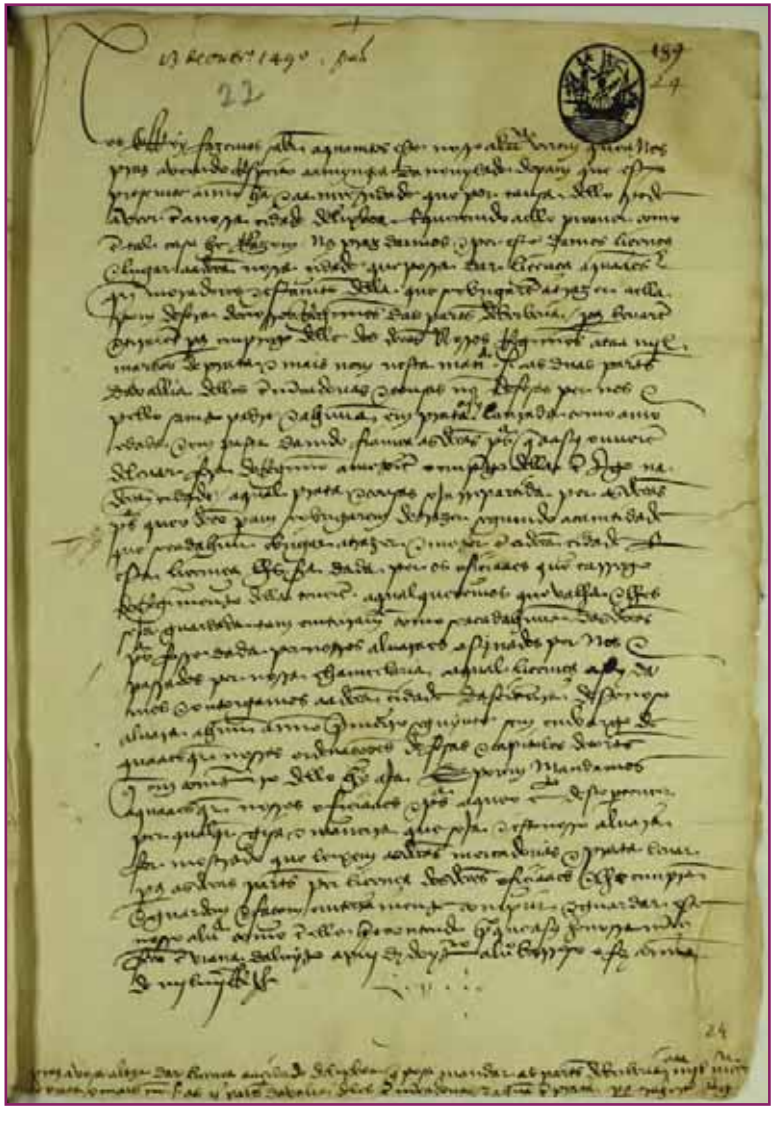
[26] Segue-se palavra riscada.

22. 1490, outubro, 13, Viana de Alvito – *D. João II autoriza a aquisição de cereais no Norte de África, de modo a suprir a escassez verificada em Lisboa.*

Cota: *Livro 2º do provimento do pão*, doc. 22, f. 24-24v.

[**f. 24**]

Nos El Rey fazemos saber a quamtos este nosso alu*a*ra virem que a Nos praz avemdo Respeito aa myngoa da novydade do pam que esto presemte anno ha e aa neçessidade que por causa dello pode aveer e*m* a nossa cidade



de lixboa E queremdo a ello prouuer como em tal caso he Razom Nos praz darmos e per este damos liçença e lugar aa dicta nossa çidade que possa dar liçença a quaaesquer moradores e estamtes della que se obrigarem a trazer a ella pam de fora de nossos Regnnos das partes de berberia / pera leuarem e tirarem pera emprego delle dos dictos Nossos Regnnos ataa mjl marcos de prata e mais nom nesta maneira scilicet as duas partes da vallia delles em mercadorias e cousas nom defesas per nos e pello samto padre e a huña em prata <asy> laurada como amoedada e em pasta damdo fiamça as dictas pesoas que o asy ouuerem de leuar fora do Regnno a meterem o emprego della em trigo na dicta cidade / a qual prata e cousas seja rrepartida per as dictas pesoas que o dicto pam se obrigarem de trazer segumdo a camtidade que se cada huum obrigar a trazer e meter em a dicta çidade E esta liçemça lhes sera dada per os ofiçiaaes que carrego do Regimento della teuerem a qual queremos que valha e lhes seja guardada tam emteiramente como se a cada huña das dictas pesoas fosse dada per nossos aluaraes asjnados per nos e passados per nossa chamcelaria a qual licemça asy damos e outorgamos aa dicta çidade da feitura deste noso aluara a huum anno primeiro seguynte sem embargo de quaaesquer nossas ordenaçooes defesas e capitolos de cortes que em comtrairo dello hy aJa E porem mandamos a quaaesquer nossos ofiçiaaes e pesoas a que o Conhecimento desto pertençer per qualquer guisa e maneira que seja e este nosso aluara for mostrado que leixem as dictas mercadorias e prata leuar pera as dictas partes per liçença dos dictos ofiçiaaes e lhe cunpram e guardem e façom emteiramente comprir e guardar este nosso aluara como em elle he conteudo porque asy he nossa merçe fecto em viana d aluyto a xiij dias d oytubro aluaro barroso o fez anno de mjl iiij^{C} LR

(*assinado:*) Rey

23. 1492, março, 16, Évora – *Carta régia sobre uma remessa de trigo para Marrocos.*

Cota: *Livro 3º de D. João II*, f. 56-56v.

Nota: Publicado em: Livros dos Reis. In *Documentos para a história da cidade de Lisboa*. Lisboa: Câmara Municipal, 1959. vol. 3, doc. 43, p. 315.

[**f. 56**]

Vereadores procurador e procurador e procurador dos mesteres. Nos el Rey vos enuyamos muyto Saudar nos stpreuermos a pero de payua noso thesoureiro moor dos lugares d allem que nos aJa d auer e conprir em esa cidade huña soma de triguo que avemos mester pera os ditos lugares d aallem que estam em muyta necesidade delle E porque pera ysto sse a mester vosso prazer e comsemtimemto vos emcomemdamos que dees lugar aos estrangeiros que ho dito triguo tem que o aJam asy pera nos de vemder E ao dito noso thesoureiro pera o conprir Cremdo que de o asy fizerdes averemos prazer e o Receberemos de vos em seruiço stprita em euora a xvj dias de março tome lopez a fez de 1492

(*assinado:*) Rey

24. 1495, dezembro, 02, Montemor-o-Novo a **1495**, dezembro, 10, Setúbal – *Postura para que não se leve ouro e prata para as partes de Além-Mar para cavalos e resgate de cativos.*
Cota: *Livro 1º de registo de posturas, regimentos, taxas, privilégios e ofícios*, f. 14v.-15v.

[**f. 14v.**]

Nos Ell Rey fazemos saber A quamtos este nosso aluara virem que nos fazemos ora huũa hordenaçam do quall theor de verbo a verbo he esta que se adijamte Segue. Dom Manuell per graça de deos Rey de purtuguall e dos algarues d aaquem e d aalem mar em africa Sennhor de gujnee a quantos esta nosa carta virem fazemos saber que por quamto destes nossos Regnos atee ora se leuou e pasou pera os nossos luguares e partes d aalem mar / muito ouro e prata per a conpra de cauallo e asy pera Resgate de catiuos / E comsiramdo nos ora como os dictos cauallos e com que os mouros nom menos E que em todo deuemos mujto de se guardar e dar maneira como a nosa moeda sse nom leue nem tire fora de nosso Regno / E queremdo nos a ello prouer asy como conpre a nosso seruiço e a bem e proueito de nossos pouoos / detremjnamos e poemos por ley que da pobricacam desta nosa carta em dijamte nenhuũa pesoa de quallquer estado e condiçom que seja nom seja tam ousado [**f. 15**] que aJa de conprar Cauallos aos dictos mouros nem tirem os ditos catiuos por nenhuum ouro nem prata amoedada nem por amoedar Saluo outras que nom seJam defessas pollo Santo padre E per nos / E quem o comtrairo fizer queremos que ho cauallo / ou cauallos que sse asy comprarem por o dito ouro e prata comtra esta nossa defessa sse perca / ou sua derreita valya posto que o dito cauallo / outra allguũa cousa scilicet a meetade pera quem esto acussar e demamdar / E a outra meetade pera os catiuos E bem assy que ho catiuo / ou Catiuos que sse por o dito ouro e prata tiraram e Resgatarem se perca outro tamto quamto por elles derem scilicet o terço pera quem ho asy acusar e demandar / E os dous tercos pera os dictos catiuos / os quaaes dous terços delles asy meetade da valia dos dictos cauallos se arrecadaram pellos ofiçiaaes dos catiuos e se poeram em Reçeyta e aRecadaçam ssobre [27]o thesoureiro dos dictos catiuos / ou pesoa que disso tenha carreguo pello stpriuam / ou stpriuaaes delles / E pera Jsto sse auer de Requerer / e demamdar aaquelles que ho comtrairo desta nosa hordenaçam e defessa forem averam luguar do dya que as taaes conpriree e Resgates fazerem atee huum anno asy nos ditos luguares e partes d aallem mar como em estes nossos regnos E Sennhorios // E Porem mandamos aos nosos capitaães e comtadores e ofiçiães dos ditos luguares e partes / E asy aos nossos corregedores Juizes e Justiças e pesoas destes nossos Regnos e Sennhorios a que esta cousa for Requerida e demandada e ho conhecimento dello pertemçer que façam em todo conprijr e guardar muy Jmteiramente esta nosa carta de hordenaçam e defessa e a daram a execuçam como em ella he comtheudo. E em espiçiall mujto rroguamos e emcomemdamos e mandamos ao almjramte E capitam da nosa cidade de tanJer / E asy aos outros capitaaes que ao dijamte hy forem que muy Jmteiramemte a façam conprir e guardar esta nosa hordenaçam e carta em todo como nella faz meencam E de o asy fazerem e comprirem como delle esperamos muyto lho agradeçeremos e teeremos em serujço e do comtrairo nos desprazera e tornaremos a ello como for rrezam e derreito dada em momte moor ho nouo aos dous dias do mes de dezembro afomso mexia a fez anno de mill iiij[c] LRv annos. E Porem mamdamos a todollos [**f. 15v.**] nosos

[27] Segue-se riscado: os dictos os.

Corregedores Juizes *e* Justicas ofiçiaaes *e* pessoas de todollas cidades villas *e* luguares dos dic*t*os nossos Regnos E s*e*nn*h*orios que a façam logo ap*r*egoar em cada huu*m* dos ditos luguares *e* trelladar no liuro da cam*a*ra p*e*r*a* todos s*e*r notorio *e* nom aleguare*m* Jnoramçia o que Asy conp*r*ij Sem outra duuida nem embarguo q*ue* a ello ponhaaes feito e*m* setuuall a dez d*ia*s do mes de dez*embr*o a*fom*so mexia o fez Anno de mill iiij^{c} LRv.

25. [**séc. XVI**], s.l. – *Postura 6 sobre o chafariz d'el Rei e repartição das bicas dele*.
Cota: *Livro das posturas da cidade de Lisboa*, f. 102v.-103v.

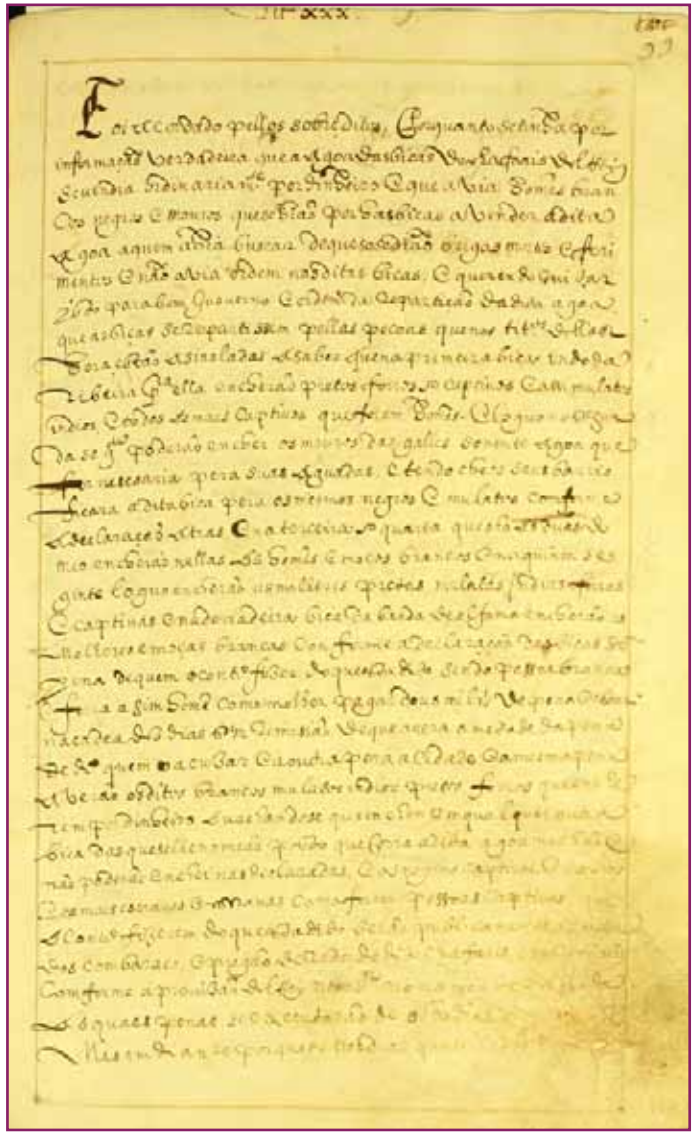
[**f. 102v.**]

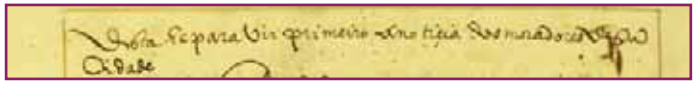
Post*u*ra vj sobre o chafaris d el Rey *e* repartição das bicas delle

[**f. 103**]

Foi acordado pelos sobreditos Porquanto se tinha por informação verdadeira que a agoa das bicas do chafaris d el Rey se uendia ordinariam*en*te por dinheiro *e* que avia home*n*s brancos negros *e* mouros que se hião por has bicas a vender a dita agoa a quem a hia buscar de que sosedião brigas mortes *e* ferimentos *e* não avia ordem nas ditas bicas, *e* querendo euitar jsto para bem guouerno *e* ordem da repartição da dita agoa que as bicas se repartissem pellas pecoas que nos tit*ol*os dellas hora estão asinaladas a saber que na primeira bica indo da ribeira p*e*r*a* ella encherão pretos forros *e* captiuos *e* assi mulatos indios, *e* todos os maes captiuos que forem home*n*s. E loguo na segunda seg*un*do poderão encher os mouros das galles somente agoa que for nesesaria pera suas aguadas, e tendo cheos seus barris ficara a dita bica pera os mesmos negros *e* mulatos comforme a declaração atras *e* na terceira *e* quarta que são as duas do meo encherão nellas os home*n*s *e* mocos brancos *e* na quinta seginte loguo encherão as molheres pretas, mulatas jndias forras *e* captiuas *e* na derradeira bica da banda de alfama encherão as Molheres *e* moças brancas conforme a declaração das bicas sob pena de quem o cont*rai*ro fizer do que esta dito sendo pessoa branca *e* forra asim home*m* como molher pagar dous mil r*ei*s de pena *e* estar na cadea dez dias sem remissão de que auera a metade da pena de d*inhei*ro quem o acuzar *e* a outra pera a cidade *e* a mesma pena averão os ditos brancos mulatos indios pretos forros que encherem por dinheiro ou achando se que enchen em qualquer outra bica das que se lhe nomeão posto que corra a dita agoa no chão *e* não poderão encher nas declaradas, *e* os mesmos captiuos *e* mouros *e* os maes escrauos *e* escrauas como forem pessoas captiuas que o cont*rai*ro fizerem do que esta dito serão publicamente asoutados com baraco, *e* pregão de redor do dito chafaris sem remissão comforme a prouizão d el Rey nosso S*enh*or nouamente tespassada as quaes penas se executarão de oito dias do prezente Mes em diante porque os tres dias que se lhe dão […][28] [**f. 103v.**] desta he para vir primeiro a notiçia dos moradores desta Cidade

[28] Texto ilegível.





26. [**séc. XVI**], s.l. – *Postura 52 sobre a ordem que se deve ter nas bicas do chafariz d'el Rei.*
Cota: *Livro das posturas da cidade de Lisboa,* f. 153-153v.

[**f. 153**]

Postura lij sobre a ordem que se ha de ter nas bicas do chafariz d el Rey

Foi acordado pelos sobreditos. Pellos grandes incouenientes que a experiencia tinha mostrado de não aver opreção das bicas do chafariz d el Rey se uendia agoa delle ordinariamente *e* auia homen*s* brancos *e* negros *e* Mouros que se hião por as bicas a vender a dita Agoa A quem a hia buscar de que sosedião brigas mortes e ferimentos *e* querendo evitar isto foi asentado *e* determinado como dito he que pera bom gouerno *e* ordem da repartição da dita agoa que as bicas se repartisem pellas pessoas que no tit*ol*o dellas hora estão asignadas a sab*e*r Que na primeira bica indo da ribeira pera ella encherão pretos forros *e* captiuos asy mulatos jndios como os maes captiuos que seião homen*s* […][29] na segunda seginte poderão encher os mouros [galles][30] somente agora que for necess*ari*a pera suas agoadas *e* tendo cheos seus barris ficara a dita bica[31]

[**f. 153v.**] Na terçeira *e* quarta que são as duas do meo e*n*cherão nellas os homen*s* *e* molheres brancos Na quinta seginte logo encherão as molheres pretas mulatas jndias forras *e* captiuas Na derradeira bica da banda de alfama encherão as molheres *e* mocas brancas comforme a declaração das bicas sob pena de quem o cont*rai*ro fizer do que esta dito sendo pessoa branca *e* forra assim homen*s* como molheres pagarão dous mil r*ei*s de pena *e* des dias da cadea sem remissão de que avera a metade da pena de d*inhei*ro quem o accusar *e* a outra ametade pera a cidade *e* a mesma pena averão os ditos brancos mulatos pretos jndios forros que encherem por dinheiro ou achando se que enchem em qualquer outra bica das que se lhes nomea posto que corra a dita Agoa no chão *e* não poderão encher nas declaradas *e* os negros captiuos *e* mouros *e* os maes escrauos *e* escrauas Como forem pessoas captiuas que o cont*rai*ro fizerem do que esta dito serão publicamente asentados com baraço *e* pregão de redor do dito chafaris sem remisão comforme a prouizão d ell Rey nosso s*enh*or nouamente passada as quaes penas se executarão despois desta post*u*ra apregoada a tres dias p*er*a vir a noticia de tudo.

[29] Ilegível por falta de suporte.

[30] Falta de suporte. Supõe-se a palavra segundo as versões homónimas do texto.

[31] Texto: pera os ditos negros *e* mulatos conforme a declaração atras. Não foi copiado nesta versão da postura.

27. [**séc. XVI**], s.l. – *Postura 56 sobre a ordem que nenhum escravo, nem mulato forro nem cativo, nem mouro possam entrar no chafariz d'el Rei para tirar água nem outra coisa, nem poderão tirar água do chafariz dos cavalos.*
Cota: *Livro das posturas da cidade de Lisboa*, f. 155-155v.

Postura lvj que nenhu*m* escrauo nem mulato forro nem captiuo nem mouro possão entrar no chafaris d el Rey a tomar agoa nem outra nenhũa cousa nem poderão tomar Agoa no chafaris dos cauallos da banda de dentro

Foi acordado pelos sobreditos E *cetera* Que conciderando os muitos incouenientes que avia de escrauos captiuos ou forros *e* mouros encherem no chafaris d ell Rey *e* no chafaris dos caualos da banda de dentro pelas muitas vexacões que fazião as pessoas que hião encher a elles impedindo lhe tomarem agoa ocupando todas as bicas *e* fazendo sse sen*h*ores dellas vendendo a liberdade de encherem por dinheiro *e* fazendo outras muitas molestias de que o Pouo recebe grande escandalo *e* prejuizo que senão pode evitar com outro modo maes Comueniente que com prohibir *e* defender como por esta defendem que nenhu*m* escrauo captiuo nem negro Mulato forro nem mouros possão entrar no chafaris d ell Rey a encher nem a outra algũa couza, nem outrosi poderão tomar a dita agoa no chafaris dos cauallos da banda de dentro sob pena de qualquer dos sobreditos q*ue* dentro no chafaris d el Rey ou no sobredito dos cauallos da banda de dentro for achado page dous mil r*ei*s da cadea onde estara dez dias a metade da pena de d*inhei*ro pe*r*a a cidade *e* a outra pe*r*a quem o acuzar *e* não querendo o s*enh*or dos escrauos pagar sera vendido em pregão pera satisfacão da pena *e* alem da dita pena os que emcherem por dinheiro encorrerão nas penas das prouizões d ell Rey nosso senhor.

28. [**séc. XVI**], s.l. – *Relação dos canos da cidade de Lisboa*.
Cota: *Livro dos pregos*, doc. 518, f. 333-335;
Nota: Publicado em: BUGALHÃO, Jacinta da Conceição Marques;TEIXEIRA, André Pinto de Sousa Dias - Os canos da Baixa de Lisboa no século XVI: leitura arqueológica. *Cadernos do Arquivo Municipal*. Lisboa: Arquivo Municipal. 2ª Série N.º 4 (2015), p. 89 - 122

29. **1502**, setembro, 6, Sintra – *D. Manuel estabelece a forma como deve ser recolhido, em especial na cidade de Lisboa, o lançamento de 20 milhões de reais destinado a reparar as fortificações portuguesas em África*.
Cota: *Livro 1º de serviços a El Rei*, f. 41-46.

[**f. 41**]

Nos El Rey ffazemos saber A vos *vere*adores precurador *e* procuradores dos mesteres da nossa muy nobre E senpre leall cidade de lixboa que n*os* vynte mjlhões que n*os* ora forom outorgados pollos pouoos de nosos Reynos per se*os* procuradores pera fazimemto *e* coregjmemto *e* repairo dos muros torres *e* barre*ir*as *e* cavas dos nosos lugares d aallem mar e*m* africa / ouuemos co*m*syraçam comselho *e* pratica com os dictos p*r*ocuradores como se

tjrasem e pagasem Jguallmente pelos pertamtes e pesoas que ora ordenamos que neles ajam de pagar com menos opresam e agrauo dos pobres na maneira ao diamte decrarada /.

Jtem primeyramemte hordenamos e mandamos que todallas fazemdas dos pertamtes e pesoas que ora ordenamos que ajam de pagar nos dictos vymte mjlhoes sejam todos bem e verdadeirameмte avaljados pollos avalliadores e llamcadores que se pera jso faram como vaj decrarado /. E esto de dous mjll e qujnhemtos reais atee cemto e vymte mjl reais e majs nam como se fez na paga dos Cem mill cruzados que os pouoos destes Rejnos deram a el Rej dom Joham meu primo que deus aja pera o casamemto do primcepe seu ffilho posto que atee emtam se nom custumase avaljar as fazemdas mays que atee quoremta mjl reais /.

Jtem cada pesoa pagara da fazemda que teuer huum meo por cemto de hũa vez duas e tres atee nos avermos conprimemto de pago dos dictos vymte mjlhoes e os lamcamemtos deles se faram na manejra segujmte

[**f. 41v.**] Jtem toda pesoa que em as casas e fazenda nom pasar de dos dictos ij [mil] vc reais e daly pera baxo pagara de braçajem dezasejs reais----------xvj reais

E nom sera majs avaliada

E de dous mill e qujnhemtos reais atee cinquo mjll reais pagarom vymte e cjnquo reais ----------
---------- xxv reais

E de cjnquo mill atee dez mjll reais pagarom cjnquoemta reais ----------L reais

E de dez mill atee XV [mil] pagarom setemta e cjnquo reais ----------Lxxv reais

E de qujmze mill atee vjmte mill pagarom Cem reais ----------Cemto reais

E asy se faram os dictos lamcamemtos de cjnquo em cjnquo mjll atee avaliacom dos dictos Cxx [mil] reais homde cabem seysçemtos reais de paga polla djta Regra de meo por cemto como dicto he creemdo sempre por este Respeito soldo aa ljura de cjnquo em cjnquo o dito pagamento E posto que pase algũa fazemda dos dicos Cxx [mil] reais nom pagarom do que majs valer cousa algũua /./.

E Jso mesmo foy acordado com os dictos procuradores que as pesoas pertantes E asy outras algũas que neste serujco de vymte mjlhoes ora ham de pagar que nom teuerem beens de Rajz em que lhe aja de ser fecta avalliacam E teuerem ffazemda mouell

[**f. 42**] De quaees por serem oficiaees d oficios macanjcos em que no trato e avalliamemto deles trazem metidas suas ffazendas e asy outras por via de tratos de comprarem e vemderem poder em sonegar e escomder suas ffazendas desta avalliaçam e paga / hordenamos e Mandamos que dos semelhantes suas fazemdas lhes sejam avalliadas pella majs verdadeira prosumçam e fama que poderem ou per qualquer outro moodo que pera mais certeza se todo bem posa Saber pera pagarem do que teuerem como se fez na paga dos dictos C [mil] cruzados

Outrossy as pesoas que beens de Raiz teuerem fora da dita cidade e seu ttermo la omde forem os beens lhe serom avalliados E a paga deles faram omde forem moradores E os avalliadores de huns lugares a outros / o faram per suas cartas precatoreas E lhe Respomderom com certeza delo pera se todo fazer bem e como deue

Jtem pera mays alliuamemto de noso pouoo e asj por este dinheiro ser pera semelhamte cousa de tamto Serujco de deus e noso / ordenamos e Mandamos que nestes vymte comtos paguem as vyllas e llugares adiante decrarados E esto posto que sejam priujljgiados de pagarem nos pedidos tiramdo allguum que per direito fose escusado na paga dos dictos C [mil] cruzados //

[**f. 42v.**]

Scilicet --------- Syllues
E Sagres
E villa noua de portimam
E mouram
E aRonches
E o acumar
E Marvam
E segura
E o sabugall
E alfayates
E chaues
E melgaço
E soayo
E allbergaria velha
E seljr o do porto

E syntra
E alcaçoua de lixboa
E allmedjna de coJnbra
E de mjramda do douro
todos os que vjuerem
dos muros ademtro
serom escusos

E per esta gujsa bragamça
E monforte daquela coiamca
E monsamto
E mertolla
E todas segumdo mjramda
E allmejrjm que temos que
nom pague

[**f. 43**]

Jtem todallas outras cidades e villas e lugares do Reyno posto que sejam priujlligiados Mandamos que paguem /.

Jtem Foy acordado e determjnado com os dictos precuradores que por majs aljuamemto do pouoo pagasem neste Seruico toda pesoa posto que teuese prjujlegio gerall nem especiall / tiramdo estas pesoas aquj decraradas

scilicet[32] fidalgos caualeiros doutores escud*ei*ros nosos criados *e* das Raynhas Jfant*e*s duques marqueses cond*e*s vizcondes bispos *e* fidalgos de solar conheçudo ou asemtad*os* e*m* nosos lliuros po*r* fidalgos / ou q*ua*es escud*ei*ros os dic*t*os fidalgos se mostre por p*r*oua çerta q*ue* os trazi*a*m po*r* escud*ei*ros Em caualgad*as* ao t*em*po q*ue* casaro*m* / E asy serom escusos os que *ser*vjra*m* nas guerras de castella co*m* caualo *e* armas q*ue* po*r* Jso Ja forom escusos dos cjnquoemta mjlhoes E asy aq*ue*les q*ue* no ann*o* de qujnhemtos que tudo tremjnemos nosa pasajem d aalem teuero*m* cavalo pe*r*a n*os* la jrem seruyr E fezere*m* çerto q*ue* era pe*r*a Jsso pe*r*a jrem comnosco ou com algũua pesoa q*ue* la ouuese d hjr E asy aq*ue*les a q*ue* ora forem achados cavallos nom seemdo laurador que o criee pe*r*a ve*m*der E asy no*m* pagaro*m* nemhu*n*s Vasallos q*ue* forem fectos pe*r* linhajem criaco*m* ou serujco asjnado ou *ser*ujsem e*m* pesoa nas dictas guerras de castella ou e*m* africa [**f. 43v.**] ou teuerem caualo pella man*ei*ra sobredicta nom pagaro*m* jso mesmo espymgard*ei*ros nem beest*ei*ros falldrilha q*ue* tenham p*ri*ujlegjos ou estom asentad*os* no lliu*r*o ou fosem *ser*ujr aalem po*r* noso mamdado nem bombard*ei*ro nem carpent*ei*ro da Ribejra de lixboa

Nem pagaro*m* os moed*ei*ros q*ue* seruem Na moeda E aq*ue*les que por e*m*pedjmemto de vjlhiçe ou doe*m*ça no*m* podem nella *ser*uir /

Jtem Nom pagaro*m* velhos ne*m* velhas q*ue* a no*m* posam ganhar Jornall ne*m* tenham fazenda que pase de dez mjl r*eai*s po*r*que como a teuere*m* pagaram /.

Nem orfãaos q*ue* ajnda no*m* ganhem soldada ne*m* tenha*m* fazenda q*ue* chege aos dictos dez mjl r*eai*s nom pagaro*m* /.

Jtem os adicejros serom escusos aq*ue*les que pe*r* seu cont*ra*to o deuem *ser* /.

Jtem os valladores q*ue* som de noso p*ri*ujlegio *e* estam asemtados n*os* lliu*r*os dos almox*ari*fes *e* escp*ri*vaes das vallas ou os q*ue* forom *ser*ujr aalem no*m* pagarom /.

[**f. 44**] *Jtem* todallas out*r*as pesoas tiramdo estes acima declarados pagara*m* E asy pagaro*m* os *chris*p*t*aos novos se*m* embargo de seu p*ri*ujlegio po*rque* jsto he cousa de callidade q*ue* nom deuem delo ser escusos saluo aq*ue*les q*ue* teuere*m* cavallos como atras faz memcam po*rque* nenhuu*m* p*ri*ujligiado ha de *ser* escuso de neste *ser*uiço pagar saluo os sobredictos po*rque* asj foy apomtado *e* praticado com os dictos precuradores das dictas cidades villas *e* lugares de nosos Rejnos /.

Jtem q*ua*nto aos caseiros de samta maria de oljuejra E do esp*ri*tall de g*uimara*es E asy samta cruz *e* sam JorJe de coJmbra / se eles tem semtemça acerq*u*a delo *e* foro*m* ja Requerjdos pe*r*a semelhamtes pagas *e* po*r* bem djso forom escusos / q*ue*remos q*ue* o sejam agora como se fez nos dictos C [mil] *cruz*ados *e* nom pagem n*os* djctos vymte mjlhoees /.

[32] Segue-se repetido: *scilicet*.

Jtem a Repartiçam que ouuemos po*r* bem *e* no*s* pareçeo q*ue* esa cidade *e* seu termo devia pagar neste*s* vynte comtos som dous contos *e* t*rezem*tos mil r*eai*s / avemdo Respeito aas repartjcoes pasadas *e* asy ao gramd*e* crecimemto do pouoo q*ue* a d*eu*s louuores ha nesa cidad*e* E asy aos *chri*sp*t*aaos novos que ora entra*m* no dicto pagamento q*ue* nom sohia*m* emtrar o q*ua*l pagamento dos dictos dous *con*tos *e* trezemtos mjll r*eai*s desa cidade *e* seu termo no*s* ha de *ser* feito daquj atee Jan*ei*ro q*ue* vem de v^{c} *e* tres comecamdo se logo de tjrar co*m* m*ui*ta djlige*m*cja po*rque* asy comp*r*e *e* he necesario ao bem das obras q*ue* dele se ham de fazer /.

[**f. 44v.**] *Jtem* hordenamos *e* Mamdamos q*ue* aJa nesa cidade dous avalliadores E huu*m* terceyro *e* os dictos avalliadores ham de *ser* tambem llamçadores os quais avemos por bem q*ue* sejam aluaro botelho E esteuam Vaaz E o tercejro p*er*o vaaz da Vejga E o esp*ri*uam da avalliacam *e* llancamemto q*ue*remos q*ue* seja nuno fernamdez stp*ri*va*m* da camara po*r* comfiarmos deles q*ue* o faram bem *e* como *com*pr*i*r a *ser*ujco de d*eu*s *e* noso *e* bem do pouoo E asy avemos po*r* bem q*ue* os mesteres desa cidade e*m*lejam antre sj po*r* sua part*e* hũa pesoa q*ue* esta co*m* os dictos avalliadores ao avaljar das ffazemdas das pesoas q*ue* nesto ha*m* de paga*r* *e* tenha voz asj como cada hu*m* dos out*r*os na dita avalliaco*m* soomente /.

Jtem os dictos avalliadores *e* lamcadores teram carreguo de na dicta cidade *e* termo homde poderem jr avalliarem as dictas fazendas pela man*ei*ra aq*ui* decrarada *e* fazerem seu llamcamento e Rooles p*er* omde co*m* m*ui*ta djlligençia se tjre o dicto d*inhei*ro *e* se de a euxecuco*m* a paga dele fazemdo o emtregar a Joam da rocha que ordenamos po*r* R*ecebe*dor do dicto d*i*nheiro peramt*e* d*iog*o do couto sp*ri*ua*m* d*os con*t*os* q*ue* jso mesmo ordenamos por esp*ri*uam dele *e* onde no*m* poderem Jre*m* pesoas escp*re*ueram aos Jujzes *e* oficiaees de cada llugar q*ue* façam *e* escolham antre sj dous avaljadores *e* hu*m* terçejro q*ue* avalje*m* as dictas fazendas pella man*ei*ra *e* Regra q*ue* a ele he dada *e* p*er* se*os* [**f. 45**] Avalliamemtos <q*ue*> lhe e*m*viara*m* farom o d*ic*to lançame*m*to /.

Jtem outrosy p*er*a meno*s* trabalho de noso pouoo ordenam*os* q*ue* os dictos lancadores E avalliadores desa cidade conheçam dos agrauos q*ue* saire*m* dos avaliadores do termo sem deles a*ver* apellacom ne*m* agrauo. E yso mesmo q*ue*remos q*ue* do avalliamemto *e* lamcamemto q*ue* os dictos lancadores *e* avaljadores desa cidad*e* fezerem no*m* de*m* apellaco*m* ne*m* agrauo acerqua do que toca ao q*ue* cada huu*m* ouuer de pagar p*er* bem da aualliaco*m* de sua fazenda *e* se for comtenda antre huu*m* lugar *e* out*r*o do q*ue* cada huu*m* ouuer de pag*ar* ou algũa part*e* alegar que tem callidad*e* p*er* omde deue *ser* escuso de nom pagar no dicto *ser*ujço segumdo aquj he decrarado conhecera*m* diso *e* daram apellaco*m* *e* agrauo p*er*a as pesoas que pera jso temos deputad*os* e*m* nosa corte /.

Jtem os dictos avalliadores *e* llamcadores da dita cidad*e* averom po*r* seu trabalho oyto mjll r*eai*s cada huu*m* //.

E o tercejro a*ver*a quat*r*o mjll r*eai*s ---------- iiij^{º} [mil] r*eai*s

E a pesoa q*ue* esteuer po*r* pa*r*te dos mesteres out*r*os quatro mjll r*eai*s ---------- IIII^{º} [mil] r*eai*s

E o Recebedor a*ver*a sejs mjl r*eai*s ----------vj [mil] r*eai*s

E o sp*ri*uam dese Recebjmemto quat*r*o mjll r*eai*s ----------iiij [mil] r*eai*s

[**f. 45v.**] E aos escp*ri*uam do lamcamemto sejs mjl r*eais*----------vj [mil] r*eais*

E a todos est*es* oficiaees sera dado Juramemto na camara d*os* samtos avanjelhos q*ue* facam bem *e* dereitamen*te* /.

Jtem os avalliadores dos lugares nam ham d a*ver* nada /.

Jtem os sacadores de toda esa cidad*e e* seu termo serom hordenad*os* per vos vereadores precurador *e* lancadores soomemt*e* /.

Jtem averom de solajro do que tjrare*m* a Rezam de meo por cemto q*ue* lhe sera descomtado no q*ue* tall sacador ouuer de pag*ar e* se for homem que no*m* aja de pag*ar* ser lhe a pago aa custa do pouoo /.

Jtem Alem da dic*t*a copea q*ue* esa cidade ha de pag*ar* na dic*t*a Repartjcam se tjraram majs quoremta mjll r*eais* q*ue* monta no pagamento d*os* dytos oficiaees E asj p*er*a algũas despe*s*as meudas de papell timta *e* out*r*as se forem necesareas alem do solajro dos sacadores e*m* q*ue* monta a Rezo*m* de meo po*r* cento q*ue* lhes asj ordenamos que ajam / onze mjll q*ui*nhe*mtos* r*eais* [**f. 46**] Po*rqua*nto os dic*t*os vymt*e* comtos de que asy o dic*t*o pouoo n*os* ffez *ser*ujco ham de *ser* p*er*a nos e*m* saluo

Jtem dares o trelado deste Regjmemto aos dic*t*os oficiaees p*er*a per ele saberem o q*ue* ham de fazer fec*t*o em syntra a vj d*ia*s do mes de set*embr*o andre diaz o fez anno de noso s*enh*or Jhe*s*u *chris*pt*o* de Ī v^{c} ij

(*assinado:*) Rey

30. **1502**, setembro, 10, Sintra – *D. Manuel envia ao concelho de Lisboa o regimento relativo ao lançamento dos vinte milhões detinados à reparação das fortalezas portuguesas em África.*
Cota: *Livro 1º de serviços a El Rei*, f. 47-47v.

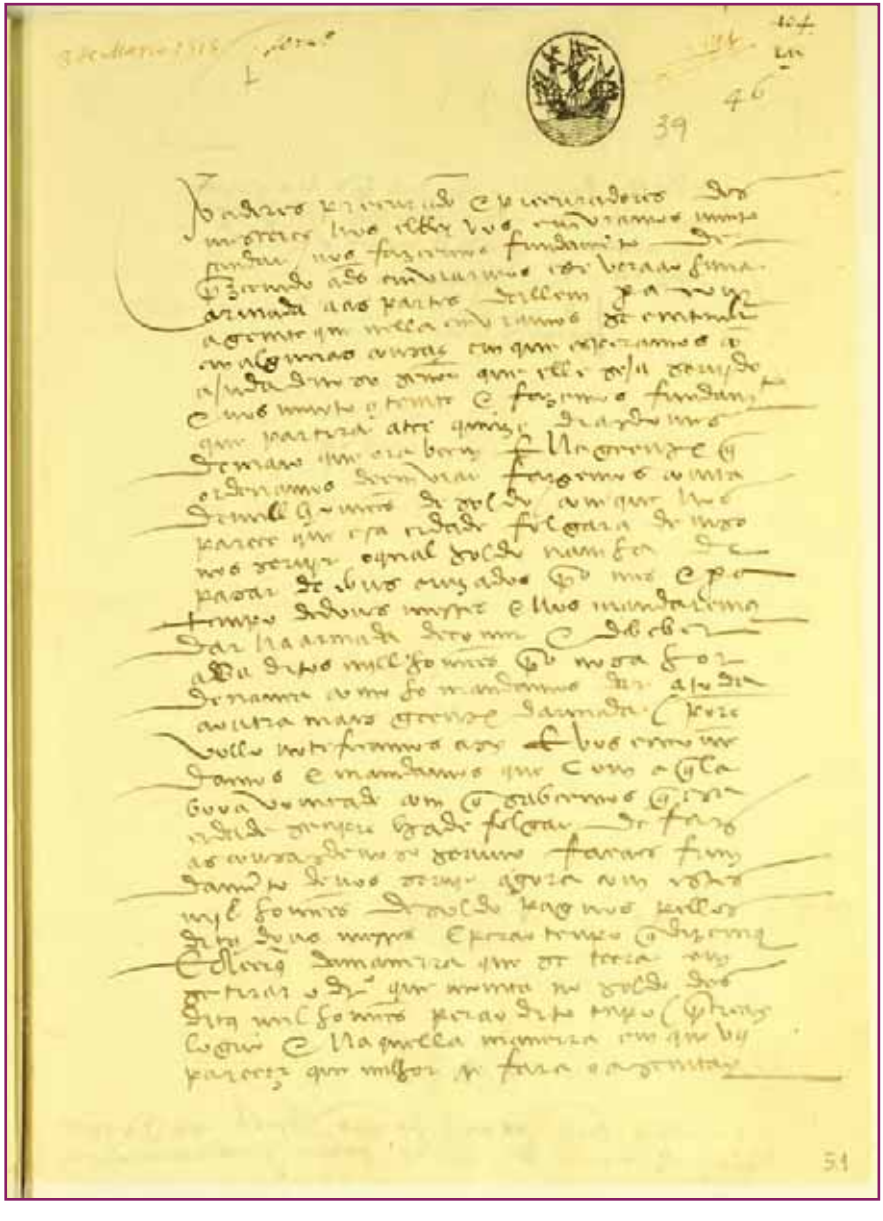
[**f. 47**]

*Ver*eadores p*rocurad*or *e* p*rocurador*es dos mesteres da nosa muy nobre *e* sempre leal cidade de lixboa nos el Rey v*os* emviamos muyto saudar Com a presemt*e* v*os* emviamos o regimemto / per honde se nessa cidade ha de tirar o d*inhei*ro de reparticam dos vimte *con*tos que per nossos pouos n*os* ora fforam outorgados encomendamos v*os* muyto q*ue* loguo mamdees chamar A esa cam*a*ra os officiaaes que hordenamos que delo ajam de teer o careguo *e* lhe dees o trelado do dito regym*em*to *e* asy toda ajuda ffauor *e* aviam*em*to q*ue* comprir pera se o dito dinheiro aver de tirar segumdo forma delle *e* muyto vo lo agradeceremos Stp*ri*ta e*m* simt*ra* a x de s*etembr*o gaspar ro*dri*g*ue*z a fez 1502

(*assinado:*) Rey

31. **1515,** março, 03, Almeirim – *D. Manuel I solicita ao concelho de Lisboa o pagamento do soldo, pelo período de dois meses, dos 1.000 homens que vão na armada que partirá para "as partes de além", durante o mês de maio.*
Cota: *Livro 1º de serviços a El Rei*, f. 51-52v.

[**f. 51**]



*Ver*eadores precurado*r e* precuradores dos mesteres nos el Rey vos emviamos muito saudar / nos fazeemos fundame*n*to de p*r*azeemdo a de*o*s emviarmos este veraao huña armada aas partes d allem pe*r*a com a gemte que nella enviamos se emtemder em algumas cousas em que esperamos co*m* aJuda de noso sen*h*or que elle seja serujdo *e* nos muyto co*m*temte *e* fazemos fundam*en*to que partira atee quinze dias do mes de maio que ora veem E Na geente q*ue* ordenamos de emviar fazeemos comta de mill homee*n*s de soldo / com que nos parece que esa cidade folgara de niso nos serujr o qual soldo e nos mandarem*o*s dar na armada de comer *e* de beber aos ditos mjll homee*n*s po*r* nosa hordenanca como ho mandamos dar ajuda a outra mais geente d armada / Pore*m* vo llo noteficamos asy E vos encome*n*damos e mamdamos que Com aq*ue*la boña vomtade com q*ue* sabeemos q*ue* esa cidade senpre ha de folgar de faz*er* as cousas de noso serviço facaes fumdame*m*to de nos serujr agora com estes mjl homee*n*s de soldo paguos pellos dit*o*s dous messes E pera o tempo q*ue* dizem*o*s E Acerq*ua* da maneira q*ue* se teera em se tirar o d*inhei*ro que comta no soldo dos dit*o*s mil homee*n*s pera o dito tenpo / p*r*aticay loguo *e* Naquella maneira em que v*o*s pareçer que milhor se fara o asemtay [**f. 51v.**] E vo llo fazer loguo sab*e*r po*r* vosa c*ar*ta pera averdes nosa Reposta stp*ri*ta em almeirim a iij d*ia*s de marco o secret*ai*ro a fez 1515

(*assinado:*) Rey

32. **1515,** maio, 18, Lisboa – *D. Manuel I ordenando à câmara de Lisboa que solucione uma contenda entre os alfaiates e os mordomos encarregados da recolha do financiamento para uma armada.*
Cota: *Livro 4º de D. Manuel I*, f. 59-59v.

[**f. 59**]

Vereadores os alfayate*s* desta çidade nos e*n*viara*m* dizer q*ue* eles dera*m* satenta mjl R*eais* pe*r*a Armada q*ue* ho Ano passado se fazia pe*r*a alem *e* q*ue* quamdo se desfez mandamos q*ue* se tomase o d*inhei*ro a seu dono *e* os mordomos de seu ofiçio lhe no*m* tornara*m* seno*m* A metade *e* ho outro tee*m* e*m* sy *e* no*m* pedira*m* q*ue* sobr elo lhe desem*o*s p*r*ouisa*m* pelo q*ua*l v*o*s mandamos q*ue* mandees perante vos jr os ditos mordomos *e* alfayate*s e* ouuy os *e* faze lhe *com*prime*n*to de justiça / *e com*p*ri*o asy feito e*m* lix*bo*a a xviijº d*ia*s de mayo damia*m* diaz o fez de 1515

(*assinado:*) Rey

33. **1516**, junho, 25 a 1517, outubro, 05, Lisboa – *Alvará régio sobre a avaliação de quatro casas referindo Rui Garcia como escrivão da Casa de Ceuta.*
Cota: *Livro 4º de D. Manue I*, f. 86-88v.

34. **1534**, novembro, 25, Évora – *D. João III solicita à câmara de Lisboa o parecer sobre a continuação da guerra no norte de África e ordena a implementação de medidas de defesa em Ceuta para prevenir o ataque da frota de Barba Roxa.*
Cota: Livro 2º de D. João *III*, f. 157-158v.
Nota: Publicado em Livros dos Reis. In *Documentos para a história da cidade de Lisboa*. Lisboa: Câmara Municipal, 1962. vol. 7, doc. 106 (actual 103), p. 109; OLIVEIRA, Eduardo Freire – *Elementos para a história do município de Lisboa*. Vol. 1. Lisboa: Typograhia Universal, 1885. p. 535.

[**f. 157**]

Vereadores procurador *e* procuradores dos mesteres / Eu el Rey vos envio muyto saudar / pelo cerquo que o xarife os dias pasados asentou sobre a cidade de cafy com todo seu poder que he muy grande *e* pela grande despesa que se fez em o socorer *e* pela maneira de que estaa minha fazenda se ofereceo ser muy necesario que vise *e* pratiquase se seria bem *e* meu serviço leixar se aquela cidade *e* asy azamor de todo ou alguña delas ou se fiquaria soome*n*te em cada huña delas ou em anbas fortaleza Roqueira pera o q*ue* noso s*enn*hor ao diante mostrase pera seu serviço / olhando ha muy grande despesa que no sostimento delas se faz a que mynha fazenda nom pode tanbem soprjr por outras muy gra*n*des que se fazem com as outras vilas *e* lugares d africa *e* continuas armadas *e* asy na defesa *e* conseruaca*m* da Jndia *e* outras muytas contra Cosairos *e* outras que *con*pre*m* a meu *serviç*o *e* estado fora de meus Reinos que sam muy grandes *e* necesarias / E Asy olhando o Risquo que aquelas cidades corem sendo cerquadas pelo dito xarife seg*und*o seu poder *e* po*r* o socoro ser de longe *e* terem tam mãa desenbarcaca*m* que no Jnverno nom podem ser socoRidas *e* no vera*m* Azamor p*ar*eçe que nom pode ser / de maneira que *con*ve*m* que tenham sempre tanta gente quanta conpre pera se defendere*m* vindo sobre cada huña delas sem lhe aver d yr outra alguña o que he muy grande despesa *e* o nom pode fazer sem muy grandes trabalhos *e* despesas de meus naturaes *e* vasalos que niso me ham de servijr como aguora neste socoRo fizeram / pela outra parte pareçe cousa de muy grande pejo aver se de leixar aos mouros sendo ganhadas por el Rey meu s*enn*hor *e* padre que santa gloria aja co*m* fundamento de se poder segujr grande serviço de noso s*enn*hor *e* de sua santa fee naq*ue*las partes *e* asy que avendo o xarife daquela teRa da duquela sem contradiça*m* *e* se faria tam poderoso que fose muyto pera temer / olhando se ao diante *e* pera se leixare*m* fortalezas Roqueiras *con*ve*m* muy grandes despesas no fazimento delas porque o menos com que parecem que podem fiquar fortes passa de Cem mil Cruzados afora a defensam delas / E tanbem que por fortes que sejam as fortalezas sejam cerquadas nom ha cousa tam segura que nom pareca reza*m* de se socoRer / E po*r* ser cousa que tanto toqua a meu serviço *e* estado a detriminaca*m* q*ue* niso devo tomar / ouue por be*m* no*m* na tomar sem grande consideraca*m* *e* conselhodas pesoas de que nisto o devo tomar / Porem vos encomendo muyto que co*m* aquele amor *e* bõa vontade co*m* que sey que esa cidade sem presa de folguar de me servijr / olhes *e* consires nisto avendo Respeito a conquista dos mouros que eu tanto desejo de fazer nestas partes de fez e de maRoquos dando me noso s*enn*hor tempo que sabe quanto desejo disso tenho *e* q*ue* nom tardarey mais em o comecar que como me dere*m* as necessidades de minha fazenda lugar pera o fazer no que ta*n*be*m* se deue d olhar se sera milhor comecar esta gueRa pelo Reino de fez se por est outra parte de maroquos olhando se a disposisam de cada hũua das teRas *e* do poder d el Rey de fez *e* do xarife / porque quando parecese milhor de se comecar p*er* o Reino de fez seria cousa mais *conveniente*

soltare*m* se estas cidades *e* quando se devese de comecar por esta parte seria mais necesario sosteren se / E Nesta consiraca*m* [**f. 157v.**] se deue*m* bem olhar muytas particularidades de que ha em cada hũua destas partes pera se milhor escolher por onde se deve comecar a gueRa que seriam muy largas pera sprever *e* vos as poderes bem ver co*m* a emformacam que teres de como estaa o daquelas partes que he notorio a todos *e* pera saberdes como estaa minha fazenda vos mostrar Symaão de Seeixas hũua folha per que o poderes be*m* ver da qual nom dares conta a ningue*m* / E tudo bem visto *e* consirado como de vos o *con*fio me sprevee voso pareçer *e* as Rezões *e* fundame*n*tos dele do que devo de fazer *scilicet* se soltarey estas Cidades ou algũua delas *e* soltando as se sera de todo ou leixando aly fortalezas ou se as solterey asy como esta *e* pe*r* onde sera milhor de se comecar a gueRa aprazendo a noso se*nnh*or de me dar tempo pera iso como nele espero que fara *e* pois pera as soster nom pode ser com mynha fazenda por agora / parecendo vos que se deue*m* soster olhares o servico que meus naturaes *e* vasalos me deuem fazer *e* pe*r* q*ue* maneira me devo de servijr deles nisto de mais seu contentame*n*to pe*r*a q*ue* tudo bem visto *e* olhado me determine e*m* cousa de que tamanha penna Recebo soome*n*teem o p*r*atiquar /.

Jte*m* ao tempo da feita desta carta me spreveo o e*m*perador meu muyto amado *e* precado jrmão hũua carta pe*r* q*ue* me fez saber como era saydo barba Roixa de Constantinopla co*m* cem gales antre bastardas *e* sotijs *e* outras cincoenta galeotas *e* fustas *e* chegara a modon co*m* elas pera hy se prover de mantimentos *e* gente de gueRa *e* de todas outras cousas necesareas pera a dita armada *e* que o fundamento que deziam que trazia aa vijr fazer dano aos seus Reinos *e* senhorios ajnda que outros deziam que se trabalharia de apoderar se do Reino de tunez o que seria muy grande dano consirando o que faria vendo ele sobre as costas dos seus Reinos de Napoles *e* Secilia *e* das outras Jlhas *e* sobre as teRas da Jgreja *e* outras da *chris*p*t*indade nom achando Resistencya pelo que mandara logo prover em todas as partes a que lhe pareceo que convinha acodijr co*m* gente ma*n*tymentos artelharias *e* todas outras cousas necesarias pera mayor seguranca deLas / E iso mesmo daria seu capita*m* geral do mar que co*m* toda sua armada *scilicet* quinze gales co*m* quat*r*o do capita*m* Ant*oni*o doria seu primo que tanbem estam a seu soldo / E outras oyto dos seus Reinos de napoles *e* secilia co*m* as duas de monego *e* as tres de sua santidade co*m* outras sete de genoa que pera este efeito sua s*ant*i*dade* tem provido que se arme*m* / E as cinq*u*o da Religiam de sam Joha*m* E asy mesmo as dez gales daqueLes Reinos que traz dom alvaro de baça*m* tomar dos outros galeões *e* Navios Nos Reynos de Napoles *e* Secilia que lhe pareçer empreguando no que lhe for [**f. 158**] Mister a Jnfantaria espanhoLa que tem nos ditos Reinos de Napoles *e* Seçilia que seram ate Cinco miL Jnfantes co*m* a gente da teRa que mais vise ser necesaria / fosse fazer Resistencia a dita armada do dito barba Roixa *e* q*ue* em defensam da *chris*p*t*indade *e* danos dos Jmigos fizese tudo aquilo pe*r*a que o tempo lhe dese Lugar dando me aviso pera ma*n*dar guardar os meus lugares / E por outras pa*r*tes foy avisado que mandase poer boo*m* Recado na minha cidade de cepta porque o principal fundame*n*to do dito barba Roixa era vijr sobre ela / *e* por Cepta ser hũua cousa tam jmportante a toda a *chris*p*t*indade pareçe que deue ser asy ao que mandey logo acodir como parece o que Compria por agora / E porque segundo estas novas conve*m* que se facam muy grandes despesas na guarda dela *e* asynados outros lugares vo lo quis fazer saber porque vendo a necesidade que disto ha co*m* o mais que nesta carta vos spreuo me poderdes milhor dar voso pareçer / pero d alcacova carneiro a fez em evora a xxv dias de novembro de 1534

(*assinado:*) Rey

35. **1542**, agosto, 14, Lisboa – *D. João III determina que o foro que o bispo de Ceuta e deão da sua capela havia de pagar referente à quinta de Palhavã, que tinha da casa de São Lázaro, passe a ser liquidado em dinheiro e não em almudes de vinho.*
Cota: *Livro 1º do hospital de São Lázaro*, f. 42-42v.

[**f. 42**]

Eu el Rey ffaço sobre a quamtos este aluara virem que eu ey por bem que os tres mil reais que o bispo de çeita a daiam de minha capela he obrigado pagar cada anno aa cassa de ssam lazaro desta çidade de foro da sua quimtãa de palha vam pelos xxxv almudes de vinho que dela avia de paguar sejam estymados os ditos tres mil reais a dinheiro decomtado pelos vereadores e ofiçiaes da camara da dita çidade / o qual dinheiro se comvertera em outros proveitos ou propiedades pera a dita casa de ssam lazaro e semdo asy pago o dito dinheiro / sera feyta estpritura pelos ofiçiães ou pesoa a que pertençer per que a dita quimtãa fique forra e ysemta na qual estpritura se treladara este aluara pera se em todo tempo sobre como se asy fez per meu mandado noteffico o asy e mando que asy se cumpra asy fernam diaz o fez em lixboa a xiiijº dias d agosto de vc Rij. *E* eu damiam diaz o fez escreuer. Os quaes tres mil reais foram ora novamente mudados por os xxxv almudes de vinho que asy avia de paguar de foro da dita quimtãa.

(*assinado:*) Rey

[**f. 42v.**]

(*assinado:*) Alvarus

Pagou R Reais

(*assinado:*) Pero gomez

36. **1574,** junho, 10, Lisboa – *Alvará régio a especificar os lugares da cidade que não podiam ser aforados, nomeadamente junto à Casa de Ceuta.*
Cota: *Livro 1º de registo de posturas, regimentos, taxas, privilégios e ofícios*, f. 157v.-158.
Nota: Publicado em: OLIVEIRA, Eduardo Freire de - *Elementos para a história do município de Lisboa*. Lisboa: Typographia Universal, 1887. vol. XI, p. 49-50

37. **1574**, agosto, 17, Cascais – *D. Sebastião informa a câmara de Lisboa da sua partida para o Algarve, de onde melhor coordenará a expedição contra o norte de África.*
Cota: *Livro 1º de consultas e decretos de D. Sebastião*, f. 126-127v.
Nota: Publicado em: Livros dos Reis. *Documentos para a História da Cidade de Lisboa*. Lisboa: Câmara Municipal, 1964. doc. 79, vol. 8. p. 96; OLIVEIRA, Eduardo Freire – *Elementos para a História do Município de Lisboa*. Lisboa: Typograhia universal, 1885. vol. I, p. 591

[**f. 126**]

Jda do algarue

Presidente Amiguo / Vereadores E procuradores da Cidade De lix*bo*a *e* procuradores dos mesteres dela. Eu El Rej Vos e*n*vyo muyto saudar /: Pareçeo me Jr Ao Algarue pera onde parto pera milhor E de majs perto poder tomar Resolução E ma*n*dar proçider nas Cousas D africa nesta conjunção em q*ue* tenho ma*n*dado a tangere Dom Antonjo meu mujto amado E prezado primo como mais larguame*n*te Vo lo Escreuirej tanto q*ue* Embora la cheguar porq*ue* he Razão q*ue* vos faça saber <as> Cousas desta caljdade, E pera q*ue* Vos começays de ordenar pera me seruirdes co*n*forme ao q*ua*l vos co*n*fio E espero Escryta e*m* Cascaes A xvij De ago*s*to De 1574

(*assinado:*) Rey

38. **1574**, agosto, 20, Baía de Lagos – *D. Sebastião informa a câmara de Lisboa da sua chegada ao Algarve e da sua próxima partida para Ceuta, donde sairá para Tânger.*
Cota: *Livro 1º de consultas e decretos de D. Sebastião*, f. 128-129v.
Nota: Publicado em: Livros dos Reis. *Documentos para a história da cidade de Lisboa*. Lisboa: Câmara Municipal, 1964. doc. 80 (actual 77), vol. 8. p. 96; OLIVEIRA, Eduardo Freire – *Elementos para a história do município de Lisboa*. Lisboa: Typograhia universal, 1885. vol. 1, p. 592

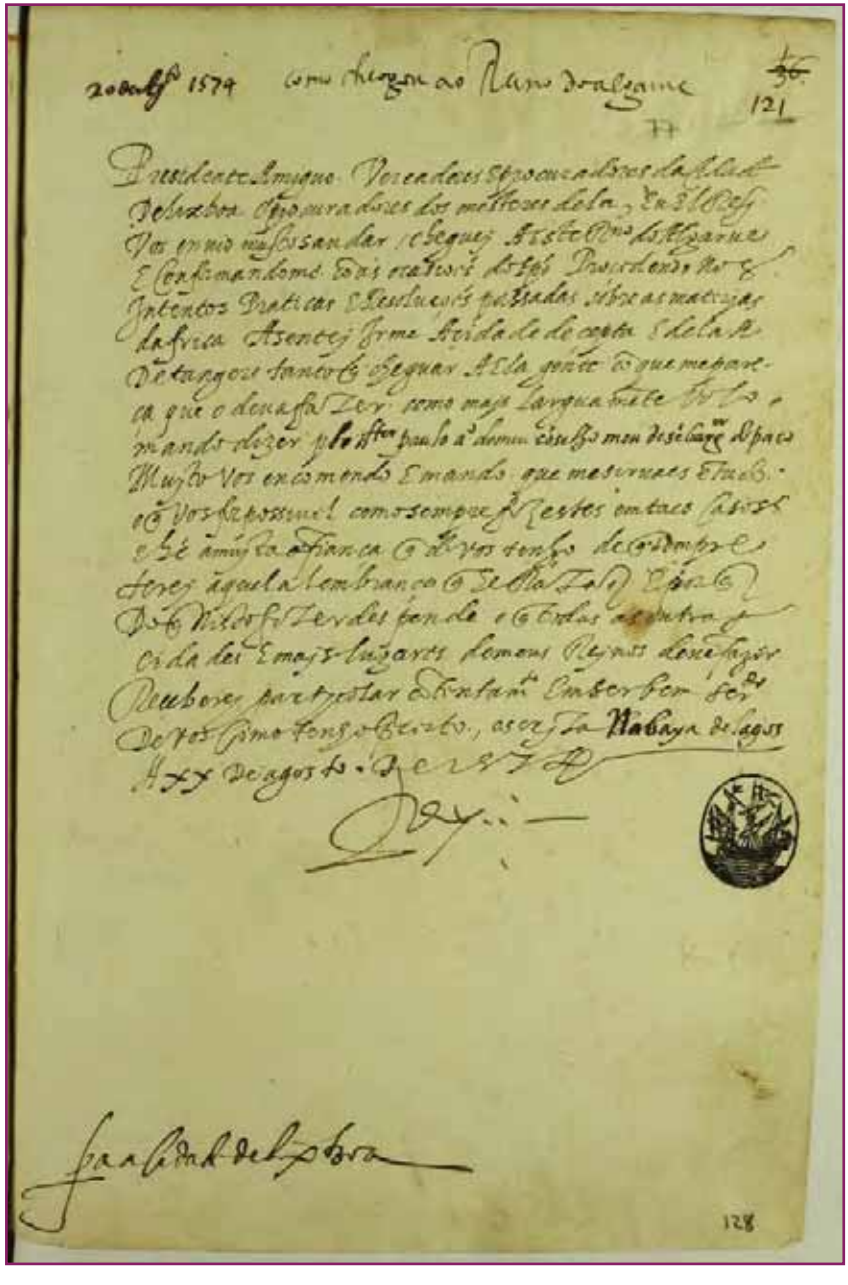
[**f. 128**]

Como chegou ao Reino do algarue

Presidente Amiguo. Vereadores E procuradores da Cidade De lixboa *e* procuradores dos mesteres dela, Eu El Rej Vos enuio mujto saudar / cheguey A Este Re*i*no do Algarue E Conformando me co*m* as ocasiões do t*em*po Proçedendo nos Jntentos Praticas E Resoluções passadas sobre as materjas d africa Asentej Jr me A cidade de çepta E dela A De tangere tanto q*ue* cheguar A ela gente co*m* que me pareça que o deua fazer como majs larguame*n*te vo lo mando dizer pelo d*ou*tor paulo a*fon*so do meu co*n*selho meu desembargador do paco. Mujto Vos encomendo E mando que me siruaes e*m* tudo o q*ue* Vos for possiuel como sempre fizestes em taes Casos E he a mujta co*n*fiança q*ue* de vos tenho de q*ue* sempre terej aquela lembrança q*ue* he Razão E porq*ue* Do q*ue* nisto fazer despende o q*ue*

todas as outras cidades E majs lugares de meus Rejnos deue fazer Receberej partjcolar co*n*tentam*en*to Em ser bem ser*v*ido De vos como tenho p*ro*veito, escrjta Na baya de lagos A xx De agosto de 1574

(*assinado:*) Rey



39. **1576**, abril, 13, Setúbal – *D. Sebastião informa a câmara de Lisboa dos últimos desenvolvimentos militares no norte de África e da ameaça muçulmana e anuncia a preparação de uma reação armada por parte da coroa portuguesa.*
Cota: *Livro 1º de consultas e decretos de D. Sebastião*, f. 160-163v.
Nota: publicado em Livros dos Reis. *Documentos para a história da cidade de Lisboa*. Lisboa: Câmara Municipal, 1964. doc. 100 (actual 96), vol. 8, p. 121-122; OLIVEIRA, Eduardo Freire – *Elementos para a história do município de Lisboa*. Lisboa: Typographia Universal, 1885. vol. 1. p. 597-599

[**f. 160**]

Carta de africa

Presidente Amiguo, vereadores E procuradores da Cidade de lixboa E procuradores dos mesteres della. Eu ell Rej Vos enuio muyto saudar. Per Cartas de dom Duarte de meneses meu capitão em tangere, E per algũas que per outras vias me forão dadas, soube como muley molue Tio do xariffe entrara em fez E co*m* oyto ou noue mil Turcos (que de Argel trouxera consiguo per ordem E mandado do turco) E co*m* muytos mouros q*ue* se co*m* elle aJuntarão desbaratara o xarife, o quoal co*m* a gente que tinha quasy toda perdida, hu*n*s desbaratados, E outros q*ue* o dejxarão E se puserão na obediencya de muley molue se Recolhera E Retyrara a Marrocos, co*m* muy poucos dos seus Alcaydes, E Mulej molue fora Recebido em fez por Rej E s*enh*or delle. E por estas nouas serem de Callidade E Jmportancia que Vedes E podeis Considerar, me pareçeo fazer uo las loguo saber, posto que por ora não escreuo a outra algũa cidade ne*m* luguar de meus Rejnos, pera co*m* a vossa prudençia fazerdes nellas aquelles descursos que Conuem, assy [**f. 160v.**] pera o que deuo açerqua disso ao presente ma*n*dar fazer, como pera me prevenir E ordenar pera o que ao diante pode sobçeder, E que he Razão E siso que se cujde E espere de jmiguos tão Vezinhos aos meus luguares E tam poderosos, E de tanta Jndustria nas Cousas da guerra como são turcos, E de tão largua experiencia como he a sua em suas conquistas, E no modo de proceder, não somente em Conquistas, mas Jnda em Conseruar o conquistado por Elles, cuJas Cousas E cujos desenhos se deuem olhar E Reçear co*m* muy differentes considerações, do q*ue* se podem E deuem ponderar aquelles mouros vezinhos co*m* que ate guora se pelejou E teue guerra q*ue* Jnda que <Ja> Sejão tam poderosos E guerrejros como se tem visto E exprementado, E como os tempos os fizerão, Todauja como entendeis E sabeis. Jmiguos são de differente ponderação, Mormente Considerando que a Vinda destes turcos a fez não he sómente pera empossar o Tio do xariffe Daquelle Rejno, Mas Pryncipalmente como [**f. 161**] fundamento de o fazerem Tributario E Vassalo do turco, E o truco se fazer s*enh*or de toda africa E de todos os portos de mar della, Cousa tão desejada E pretendida delle E de seus antecessores como he sabido / Tendo nelles E em cada hu*m* delles muytas gualles E grande forca E poder dellas, que lhe será muy façil de por em efeito, assy pella natureza da mesma terra, Como por sua grande potençia, que quando assj aconteçesse (o que d*eu*s nam permita) muy visto he quoantos da*n*nos, quoantas perdas, quoantos Jnsultos, quoantos prejuízos, quão Continuos cujdados, sobresaltos, E Jnquietações, finalm*en*te quoantos malles, quasy sem Remedyo, poderião Recreçer a toda a espanha (q*ue* da Cristandade se pode dizer que he oJe a milhor E mayor p*ar*te) começando primeyro por meus Rejnos como mais vezinhos, E depois pelos alheos, Cousa q*ue* tanto Cuidado me dá, vendo estes principios q*ue* tanto Conuem q*ue* se Reçeem E q*ue* se descorrão, co*m* muy profunda

consideração [**f. 161 v.**] Pera se atalharem co*m* todos os Remedios possiues E co*m* este Jntento E fundamento querja q*ue* não somente Cuidaseis E descorreseis esta materja pera me nella dardes pareçer E Conselho, no que farej E deuo fazer nas Novas E acjdentes presentes della, Mas Jnda naquelles q*ue* emtam propinca potençia estão de poder ao dyante aconteçer, E tambem quero q*ue* saibaes o que aguora ordenej de loguo q*ue* hé mandar proseguir a fortifficação naquelles meus luguares d africa, co*m* a breujdade co*m* q*ue* se puder fazer, E proue los de mantjmentos E monjcões co*m* a deligencya que se Requere, E Reforçar E apressar minhas armadas, pera q*ue* possão acodir aos acydentes q*ue* sobreuierem, E tenho ma*n*dado aperceber gente no Rejno do alguarue E nas Comarcas de beja Euora E estremadura, pera que este*m* prestes pera qualquer necessidade q*ue* sobceder E Mando hu*m* fidalguo a Andaluzia co*m* ordem E d*inhei*ro pera o que dalj for neçessarjo que faça [**f. 162**] E tambem mandej Antes E depois deste desbarato do xarife anjma lo, pera que se defendesse dos turcos, E que pera Jsso o mandarja aJudar Mas tudo Jsto não descansa ne*m* deue tjrar ne*m* Aljuiar o Cuidado do que se Representa no entendime*n*to. E no descurso delle, senão começar a preparar E aperçeber de loguo, E assj ordenar E proçeder nos aperçebimentos de todas as Cousas, E enderençar as vidas E a ordem Costumes E exercjçios dellas, como que*m* Ja tem os Jmiguos em Casa E taes Jmiguos, E eu Alegrar me mujto em ver E expreme*n*tar que tenho Vassalos, co*m* os quoaes com Razão não somente posso E deuo esperar defender meus Rejnos, Mas Jnda destrujr tão grandes E tam poderosos Jmiguos delles E da Christandade, E Confiar na misericordia de nosso s*enh*or, q*ue* Receberemos delle quando assj de nossa parte nos despusermos tamanhas merçes E tão gran [**f. 162v.**] des Vitorias, que Receba de nos os serviços que lhe eu mujto desejo fazer, não some*n*te na deffensão de sua fé, mas Jnda na Ampliação della. E Receberej m*ui*to Contentamento em me loguo Responderdes a esta Carta, tendo por çerto que será tal a Reposta como de Vos espero E confio, E do que majs sobceder terej lembrança de vos ma*n*dar auisar Escrjta em setuuel a xxiij de Abrjll De MDLxxvj

(*assinado:*) Rey

40. **1577**, Agosto, 27, Lisboa – *D. Sebastião lança um serviço de 40 000 cruzados em Lisboa para pagamento das despesas com a preparação das armadas.*
Cota: *Livro 1º de serviços a El Rei*, f. 112-112v.

[**f. 112**]

Eu el Rey faco saber. A vos Vreadores e procuradores desta cidade de Lix*bo*a e aos procuradores dos mest*e*res dela q*ue* auemdo as uigemtes caussas que ha pera eu diuidamente querer de meus uassalos que me seruesem, co*m* as comtias de dinhe*i*ro q*ue* requeriam as gramdes despessas q*ue* se faze*m* nas armadas q*ue* mando fazer por ser o efeito delas de tamta jmportamcia ao bem comum e uniuersal destes reinos, mandey primeiro uer o q*ue* de minha faz*end*a e remdas dela se poderia pera jsso tirar E assi q*ue* se uemdesse*m* delas juros e algũas propiedades as pessoas q*ue* as quisesem comprar e que se procurassem todos os outros modos ajnda que de muito perjuizo e perda de minha faz*end*a pera dela se poderem soprir tamta parte das taes despessas q*ue* fiq*u*asem paguamdo os

moradores desta cidade e seu termo, menos comtia no seruico q*ue* me tem oferecido, pera com menos opresão sua o poder fazer, e temdo este respeito e semdo emformado do q*ue* monta na ualia das faz*end*as dos ditos moradores da cidade e termo, e do muito fauor co*m* que forão aualiadas e da moderada comtia q*ue* cabera paguar a cada hu*m* seruimdo me com coremta mil cruzados, hey por bem que co*m* eles me siruão somente, Pelo que uos mando que co*m*forme a jsso e a ualia de suas fazemdas lhes reparttães o que lhe couber paguar por milhor nos dittos coremta mil cruzados, e q*ue* os facaes arecadar co*m* a mor breuidade q*ue* poder ser como comuem que seya, e os dittos coremta mil cruzados se emtreguarão a Luis aluarez d almeida fidalguo de minha casa q*ue* serue de th*esoureiro* mor da cassa de çeuta, de q*ue* cobrarão os officiães q*ue* lhos emtreguare*m* certidois em forma pera sua co*m*ta e pera a comta q*ue* no fim da dita arecadação se ha de fazer, e porq*ue* o dito d*inheiro* se arecade sem riguor algu*m* de oficiaes de justica nem de minha faz*end*a, ei por bem que possaes ordenar pera jsso recebedores, e saquadores q*ue* o arrecadem, e q*ue* não se escuse pessoa algũa q*ue* pera jsso nomeardes ajmda que seya priuiligiada por priuilegio algu*m* por especial que seya posto que seja jmcorporado em d*ereito*, porque pera este neguoçio pola calidade dele os ei por esta uez por deroguados todos e ei por bem pera se o dito d*inheiro* poder arecadar breuemente que semdo alguas pessoas ausemtes ou moradores fora dos luguares omde tiuerem suas fazemdas, q*ue* se arecadem as comtias q*ue* ouuere*m* de paguar pelos remdimentos das dittas faz*end*as, das pessoas que as trouxere*m* e os ouvere*m* de paguar, aos quaes os recebedores ou saquadores q*ue* os receberem darão seus conhecimentos do que delles arrecadarem, pera os darem em paguamento aos donos das dittas faz*end*as do que lhe delas ouuere*m* de paguar, e eles serão [**f. 112v.**] obriguados a lho tomar em comta do q*ue* lhe assi deuere*m* sem os poderem obriguar em juizo nem fora dele polo q*ue* assi tiuere*m* paguo, e este comprireis ymteiramente posto q*ue* não passe pela ch*ancelaria* sem embarguo da ordenação em comtrario. Jeronimo De seq*ueira* o fez e*m* Lix*bo*a a xxvij d aguosto de Vlxxvij. Guaspar Rebelo o fez escrever /.

(*assinado:*) Rey

41. **1577**, outubro, 16, Lisboa – *D. Sebastião elabora o regimento para o lançamento do serviço dos 40 000 cruzados que se recolhia na cidade*.
Cota: *Livro 1º de serviços a El Rei*, f. 113-114v.

[f. 113]

Eu el Rey faco saber aos que este aluara uirem, que eu ey por bem E me praz q*ue* as aualiações que antonio lopez de matos, pe*r*o da cunha, E tome delgado, corretores das mercadorias desta cidade de lisboa fizerão per virtude do Regimento E prouisão que sobre jsso pasey das fazendas, meneyo, E trato dos mercadores E outras p*eso*as moradores na dita çidade pera efeito do que hão de pagar no seruiço dos corenta mil cruzados que o pouo da dita çidade me faz se tornem auer polos ditos tres Corretores os quaes Com a emformação que de nouo secretamente tomarão do q*ue* cada hu*m* tem o mais no çerto que poder ser Reduzirão a Jgualdade áquellas aualiações que acharem que com Rezão se deuem d abater por as pesoas cujas forem as fazendas aualiadas não terem ta*n*to

como na primeira aualiação se lhe orçou E aualiou para que as ditas pesoas paguem no dito seruico conforme ao que uerdadeiramente tiuerem E não mais nem menos

E achando se pola dita enformação que o meneyo E trato E as fazendas d algu*n*s mercadores E pesoas outras forão aualiadas em muito menos do que Comu*m*mente valem se tornarão de nouo a aualiar dando lhe a creçença q*ue* parecer Justo E aRezoado com algu*m* fauor /.

E Porque são Jmformado que no asentar dos moradores desta cidade E seu termo ficarão algu*n*s por escreuer nos liuros que se fizerão, E suas fazendas não forão por essa causa aualiadas. Ey por bem que cada hu*m* dos Juizes E cidadãos que asentarão os ditos moradores E aualiarão suas fazendas com os escriuães E aualiadores com que fizerão este neg*oci*o aualiem na Repartição de suas freguesias as fazendas das pesoas que não forão escritas nem aualiadas a qual aualiação farão conforma ao Regimento /.

E pera as quebras E despesas que se hão de fazer neste lançamento Ey por bem que se lancem E aRecadem mais nelle çinco mil *cruza*dos alem dos cor*en*ta mil [**f. 113v.**] Com que o pouo me serue pera que os ditos corenta mil Cruzados se entreguem Jnteiramente e sem quebra algũa ao tisoureiro da casa de çeita a quem os tenho mandado emtregar

E ey por bem que neste seruiço se tome em pagamento moeda de Cobre conforme a ley sobre jsso feita /.

E asy me praz por me pedirem os Vereadores E procuradores da dita çidade E os p*r*ocuradores dos mesteres della, que todos os cydadãos da dita çidade que não tiuerem outra Rezão para se escusarem de pagar neste serviço, senão, serem cidadãos sejão escusos de pagarem nelle por Rezão de seus preuilegios. E porem a contia que se montar no que elles ouuerão de pagar senão forão escusos por esta causa pagara a çidade por elles de suas Rendas, E a conta disso se fará muito no certo de maneira que se pague jnteiramente polas Rendas da çidade o q*ue* os ditos cydadãos ouuerão de pagar no dito seruiço E os que tiuerem outras Rezões para se escusarem Conforme ao Regimento poderão Requerer sobre jsso sua justiça como o fazem os que não são cidadãos /

E porque cumpre muito aRecadar se este seruiço com muita brevidade, mando aos Corregedores do crime E ciuel de minha Corte E desta cidade de lisboa, E aos juizes della, que sendo Requeridos polos sacadores do dinheiro do dito seruiço ou per q*ua*lquer outro official do lançamento, fação com toda deligençia fazer exequção nas p*eso*as que não quiserem pagar polas contias que lhe forem lançadas, E os meirinhos de minha Corte E desta çidade de lisboa E os alcaides della tanto que forem Requeridos p*e*los ditos sacadores ou officiães do lançamento para fazerem as ditas exequções as jrão logo fazer sem nenhũa detença E qualquer dos ditos meirinhos, E alcaides que o asy não Comprir com a breuidade neçessaria encorrera [**f. 114**] em pe*n*na de sospensão de seu offiçio ate minha merçe na qual pe*n*na os poderão Condenar os officiães Do dito lançamento sem appellação nem agrauo per que pe*r*a jsso lhes dou per este poder E alçada /.

E Mando ao L*icencia*do Simão Cabral do meu conselho E vereador da dita çidade E aos meus offiçiaes do dito lançamento E a quaesquer outros a que o conheçimento desto pertençer que Cumprão E fação jnteiramente

Comprir E guardar este aluara como se nelle Contem, posto que não seja pasado pela chamçelaria sem embargo da ordenação em Cont*rai*ro. João da costa o fez em lisboa a dezaseis de out*ub*ro de mil E quinhemtos setenta E sete. Jorge Da costa o fez escrever

(*assinado:*) Rey

42. **1578**, junho, 13, Lisboa – *D. Sebastião informa a câmara de Lisboa da nomeação de um conselho para assegurar o governo do reino durante a sua ausência no norte de África.*
Cota: *Livro 1º de consultas e decretos de D. Sebastião*, f. 170-171v.
Nota: Publicado em: Livros dos Reis. In *Documentos para a história da cidade de Lisboa*. Lisboa: Câmara Municipal, 1964. vol. 8, doc. 106 (actual 100), p. 129. OLIVEIRA, Eduardo Freire – *Elementos para a história do município de Lisboa*. Lisboa: Typograhia Universal, 1885. vol. 1, p. 601-603.

[**f. 170**]

africa

Vereadores E procuradores da Cidade de lix*bo*a, E procuradores Dos mesteres dela, Eu El Rej Vos enujo mujto saudar Auendo eu ora prazendo a nosso s*enh*or, E co*m* a sua ajuda de passar em Africa (conforme ao q*ue* Vos tenho dito) por ser esta minha determinacão de tam grande Jmportançia E obrigação Como por my*m*, por minhas Cartas, E da mesma materja terejs entendido, E sendo Ja tempo de me Embarcar, E de logo partir, E Considerando quo*an*to Conue*m* dejxar o guouerno destes Rejnos naquela ordem que Cumpre ao bem delles E de meus pouos, como Cousa tam grande E a q*ue* tam particularme*n*te estou obriguado Requerer. E Vendo Como o Cardeal Jff*an*te meu Tio por suas Jndispossicões nam pode, como me disse co*m* o trabalho deste guouerno me pareçeo Resoluer me nele na mjlhor forma E modo que deue ser, E tendo nisto todas aquelas co*n*syderações que em tal Caso me são presentes, Escolhi pera este guouerno emquoa*n*to durar esta minha breue ause*n*çia o Arcebispo de Lixboa Pero d alcaçoua. Dom João Mazcarenhas, E françisco de sá de meneses, Pela gra*n*de confiança que delles tenho, E mujta experjençia q*ue* Elles tem das Cousas do mesmo guouerno, em q*ue* há m*ui*tos anos q*ue* delles me siruo no meu co*n*selho d estado, como sabeis E por Concorrere*m* nelles aquellas calidades E partes convenientes E neçessaryas pera eu nelles desca*n*sar E ter por certo, que meus Rejnos E pouos serão guouernados E Re [**f. 170v.**] gidos da maneyra, que minha Conçiençia seja descarreguada, E elles cumprão Jnteyramente co*m* minha obriguação E por esta materja ser de tal Callidade, E Jmporta*n*çia como Vedes, me pareçeo escreuer uos o q*ue* nela tenho ase*n*tado Jnda q*ue* Ja Vo lo tenha dito esc*ri*ta em Lixboa a xiijº de[33] Junho de MDLxxviij

(*assinado:*) Rey

[33] Nota marginal à esquerda: 1578.

43. **1579**, dezembro, 20, Almeirim – *D. Henrique ordena à Câmara de Lisboa a entrega do trigo necessário para o biscoito necessário às armadas e às praças-fortes de África.*
Cota: *Livro 2º do provimento do pão*, f. 226-227v.

[**f. 226**]

Vreadores e procuradores Da cidade de lix*bo*a e procuradores dos mesteres dela, eu el Rey vos emuio m*ui*to Saudar per outra carta minha q*ue* emuiey a francisco das pouoas do meu conselho vos seneficaua a falta q*ue* auia de triguo pera os bizcoutos Da armada da yndia e outras armadas mynhas, e asy a em q*ue* estão os luguares q*ue* tenho em Africa, encomenDando uos lhe deseis o fauor e ordem q*ue* comprise pera poder aver o tr*igu*o qui lhe mandaua que comprase. E ysto com a comfianca q*ue* eu deuo de ter nesa cidade de ayudarem e procurare*m* o Remedio de cousas tão Jmporta*n*tes a meu estado e ser*ui*co como estas são, e soube ora per fr*ancis*co Das pouoas e per hu*m* auto que enuiou o modo q*ue* nisto teuestes q*ue* não he o q*ue* esperaua da consideração que neste caso diuereys de ter pondo a perigo a partida Da armada da ymdia em que tanto Vay àquele estado e a estes Reinos como deveys de saber e ha guarda da costa deste Rejno e ylhas pera q*ue* ao menos são necesarios de presente mil moios de tr*igu*o q*ue* Compre*m* que se laure*m* em bizcouto ate fim de feu*erei*ro o q*ua*l tr*igu*o os meus moynhos não podem moer ate o dito tempo, e conue*m* dar se desde aguora a moinhos de fora pera se fazer ate o tempo apontado porq*ue* a ysto não ser fica ymposebelitada a partida destas armadas q*ue* aynda tratando do Bom guouerno da cidade não he o que conuem, ne*m* conue*m* á autoridade dela terdes em cousas semelhantes o modo q*ue* tiuestes nesta por não dardes ocasião a eu dever de ter outro no prouime*n*to Delas. Pello q*ue* Cumpre*m* a meu ser*ui*co e ao q*ue* toca estas armadas, e provime*n*to Delas e dos luguares de Africa em que tanto Vay, não empedirdes a fr*ancis*co das pouoas a compra do tr*igu*o em q*ue* lhe mãodo entender antes o ayudardes e acomodardes no modo em que deue de ser pera Senão alterar o preço dele como Cumpre a meu ser*ui*co e como pela outra carta vos encomendaua q*ue* o fizeseis e vos aguardecerey fazer delo tendo consideracão à muita ymportancia de q*ue* estas cousas são a esa cidade e a estes Reynos esCrita em Almeiry*m* a xx de dez*embr*o de 579

(*assinado:*) Rey

44. **1579**, dezembro, 21, Almeirim – *D. Henrique insiste para que seja fornecido o trigo necessário para o biscoito destinado à armada da Índia e às praças-fortes de África.*
Cota: *Livro 2º do provimento do pão*, f. 228-229v.

[**f. 228**]

Vereadores e procuradores da cidade de lix*bo*a e procuradores dos mesteres Dela. Eu El Rey vos emuio muyto saudar, depois de vos ter escrita a carta que com esta sera, me Derão Jura Vosa em Reposta da que Vos escreuy sobre a compra dos triguos em que per meu mandado entende framcisco Das pouoas, a çidade estar a falta de

pão como dizejs a que he bem que se tenha muyto Respeito, mas ficão lhe outras esperanças de prouim*en*to, que não pode ter na ármada da yndia e os luguares de Africa a que bem comsiderado o caso conuem q*ue* se acuda primcipalmente, e prim*ei*ro que a outra algũa necesidade, pelo q*ue* Vos aguardecerey não pordes duuyda no tr*igu*o que françisco das pouoas tem comprado que segumdo se emtende de suas cartas he de fora do terreyro e no mays que comprar de nauyos que emtrarem ate a copia que Vos tenho escrito e podeis fiar de fr*ancis*co Das pouoas que fara nisso o que deue*m* pera se escusarem algu*n*s ysames que per vosa ordem diz que se fazem nas emtreguas dos triguos (que podem seruir pera outras pesoas) de que se segue*m* alteraren se os mercadores e aleuãotar se o preço do triguo, e a francisco das pouoas mãodo per outra carta q*ue* lhes escreuo que neste neguoçio e em tudo o que a elle tocar se aya com a moderação e Bom tento que comue*m* pera se atalhar a estes emconuenientes Como creo que o fara escrita em Almeiry*m* A xxj de dez*embr*o de 579. Eu bertolameu froiz a fis escreuer per hũa carta de fr*ancis*co das pouoas de xx deste mes soube que llouuado noso s*enh*or era emtrado E emtraua nese porto e*m* Lixboa m*ui*to trjgo de framça e framdes que fasellyta poder co*m*prar o q*ue* lhe tenho m*and*ado

(*assinado:*) Rey

(*assinado:*) do*m* frr*ancis*co

45. **1626**, janeiro, 28 a **1626**, junho, 27, Almeirim – *Informações sobre o contágio de peste em África e solicita-se que se escreva a todos os lugares da costa do Algarve que tem comércio em África para terem cuidado com este facto. Ao documento acrescentou-se vários despachos camarários.*
Cota: *Livro 2º do provimento da saúde*, f. 135-137v.

[f. 135]

Em carta do conde de linhares p*er*a S*ua* Mag*estad*e em 28 de jan*ei*ro de 616

[34]Por auisos secretos de Berberia de pessoas confidentes tenho entendido que pera a parte de Targua e Xeruão ha muita peste que se pegou de Comunicarem fazendas trazidas de Argel e Per q*ue* tetuão ficão sós seis leguas distantes hos muros daq*ue*la cidade se guardão agora Com pouco cuidade me Resolui a não aceitar cáfilas

(*assinado:*) Chr*ist*ouão soares

[f. 136]

[34] Despacho na margem esquerda de 9 de março de 1626.

[35]Vio sse em Camara a copia do capitolo de carta de sua magestade de 31 de março em que manda que se tenha resguardo com grande cuidade da peste que há em Berberia de que Deos nos liure, e assj de todas aquellas partes e lugares e a ordem que nisto se tem he pedir esta Camara a Vosas Senhorias nos faca merce mandar escreuer a todos os lugares da Costa do Algarue que tem comercio com os d Africa, e aos capitaes gerais dos dittos lugares que tenhão particular resguardo nesta materia como nella requere uisto ficar tão perto porque a Camara por sua uia tambem pedirá o mesmo como costuma fazer, mas o mandar lho Vosas Senhorias he o que importa, e assi mais a Camara nos lugares de sua jurisdicão, e desta barra faa todas as diligencias necessarias em mesa 21 de Abril de 1626

(*assinado:*) Andre d almeida

(*assinado:*) João Frias Salazar

(*assinado:*) Silueira

(*assinado:*) Andre valente

(*assinado:*) Pero Vaz de vilas boas

(*assinado:*) Pero borjes

(*assinado:*) domingos pereira

(*assinado:*) João gomes

(*assinado:*) luis alvares

(*assinado:*) Manoel d aguiar

[**f. 137**]

[36]Por conformidade da lembranca que fiz a esta Camara por ordem de Vosa Senhoria o secretairo d estado escreueo ella logo a todos estes lugares e pesoas com todo encarecimento para que se segue ordem das partes e lugares d Africa do mal de peste de que Deos nos liure e Vosa Senhoria nos fas muita merce em lhes mandar escreuer o mesmo porque como não temos jurisdição nestas partes só a ordem do gouerno deuem guardar lembrando a Vosa Senhoria que seja seruido que a de Sua Magestade se dee aos portos de Andaluzia e do Estreito e Mediterraneo onde he de quadadia a comunicacão dos lugares d Africa porque alj conuem a meyor guarda e temos entendido que senão tenha nisso a que conuinha em mesa 27 de junho 626

(*assinado:*) João Frias Salazar

(*assinado:*) Silueira

[35] Despacho na margem esquerda de 21 de abil de 1626.

[36] Despacho na margem esquerda de 27 de junho de 626.

(*assinado:*) Andre valente

(*assinado:*) Andre d almeida

(*assinado:*) d*oming*os p*erei*ra

(*assinado:*) ReyPero borjes

(*assinado:*) M*anoe*l d aguiar

46. **1630**, março, 15, Lisboa – *Compra de pão em Lisboa por parte do contratador do provimento da vila de Mazagão para enviar para esta vila através de um barco castelhano e respetivo despacho.*
Cota: *Livro 3º do provimento do pão*, f. 64-65v.

[**f. 64**]

O Contrat*ad*or do prouimento da uilla de Mazagão tem comprado a hum frãnces sesenta moyos de trigo para enuiar a dita uilla, em hum barco castelhano q*ue* leua poluora, e outras couzas p*er*a se acudir a necessidade em que aquella front*ei*ra está, E porq*ue* o frãnces o uendeo com declaração que a camara desta cidade o não molestaria pella dita cauza, o qual trigo está nas terçenas, e não no terreiro, e por não auer de prez*en*te donde se possa acudir a esta necessidade tão perçiza

Pareçeo ao cons*elh*o q*ue* V*osa* Mage*st*ade deue mandar logo a camara desta cidade, deixe liuremente carregar o dito trigo, não dando molestia ao frances q*ue* o uendeo, nem ao Contrat*ad*or q*ue* o comprou, uisto o eff*ei*to para que he, e estar o barco para partir com o dito t*erm*o, e não auer outro donde se faça este prouim*en*to senão do terreiro desta cidade q*ue* sera mayor inconueniente V*osa* majestade mandou o que for seruido em Lix*bo*a a 15 de março de 1630

(*assinado:*) lluis da silua

(*assinado:*) Ruj da silua

(*assinado:*)

(*assinado:*) Luis mendez barreto

45. **1630**, agosto, 20 a **1630**, setembro, 22, Lisboa – *Carregamento de navios de trigo em alguns portos da Berbéria.*
Cota: *Livro 3º do provimento do pão*, f. 74-75v.

[**f. 74**]

Senhor

Vio sse neste Tribunal o capitolo de carta de Vosa Magestade em que diz no despacho ordinario de 20 do passado se recebeo a Consulta do Dezembargo do Paco sobre o que uos mandei escreuer em rezão de se preuenir que não haja neste anno falta de pam nessa Cidade e nos lugares do Reino e auendo uisto o que nella se conthem e o que se uos offereçe na materia Ei por bem que por tempo de dous annos senão paguem dereitos do trigo, e ceuada que uier das Jlhas a essa Cidade de Lisboa e porquanto Como deueis ter entendido ha de ser necessario grande quantidade de trigo pera os mantimentos d armada que há de ir de socorro a Pernambuco e pera a prouisão dessa cidade e dos mais lugares do Reino me pareceo encomendar uos ordeneis que a respeito disso se facão todas as peruençois necessarias e ao tempo que possão ser de effecto pera que não chegue a hauer necessidade e falta de trigo

E assj pareceo dizer a Vosa Magestade que muitos dias ha que neste Tribunal se trata de remediar a falta de trigo que se espera este anno pedindo a Vosa Magestade cartas pera Alemanha assj pera o Conde de Sora e Gabriel de Roj a que Vosa Magestade foi seruido responder que o Conde se vinha a Gabriel de Roj estaua ocupado em negoceos que lhe impidião trattar deste

E assim parece a este Tribunal que Vosa Magestade deue ser seruido de mandar escreuer do Embaixador ordinario d Alemanha que faca as diligencias para que daquelles estados uenhão as mais naos de trigo que for possiuel e quando se possa fazer Concertando a pagua dellas em pimenta tratara este Tribunal de a Comprar á Companhia pera o ditto effecto Tambem se tem pedido sacca de trgio de Andaluzia Cesilia, e Orão e se tem encomendado a francisco [**f. 74v.**] Pereira que fas os negoceos da Cidade na Corte solicite estas saccas

Com mercadores se tem feito diligencias e prometem trazer das Jlhas quantidade de trigo e algum de França sem embargo de estar naquelle Reino que asi tão caro como neste

E Pera que não fique nenhũa diligencia por fazer conuira que Vosa Magestade se sirua de conceder licenca para que com ordem deste Tribunal possão ir carregar alguns navios de trigo a Berberia, nos portos de fadala Anafe e Saphim e nos mais que parecer porque se entende que há muito trigo este anno naquellas partes, e pera facilitar a carga do trigo, que com elle possão resgatar Courama, cera e outros generos que não sejão de prezas, uindo ordem com toda breuidade pela Coroa de Castela, e pela de Portugal pera o dito effecto. De mais desta diligencia tem assentado a Cidade mandar Comissarios por todo o Reino, e o tem Consultado a Vosa Magestade pera que dos trigos encileirados facão uir a esta Cidade parte deixando a necessaria nos lugares donde os ouuer, que são todas as diligencias que se podem intentar Vosa Magestade se sirua de mandar dar pera todos estes effectos todas as ordes necessarias e com a breuidade que se requere. Em mesa 20 de Agosto de 1630

(*assinado:*) Julião de Campos

(*assinado:*) D*iog*o da Cunha

[**f. 75**] Vio sse neste Tribunal o cap*itol*o de carta de V*osa* Mag*esta*de em que diz no Desp*ach*o ordinario de 20 do passado se recebeo a consulta do Dezembargo do Paco sobre que uos mandei escreuer em rezão de se preuenir que não haja neste anno falta de pam nessa Cidade, e nos mais lugares do R*ei*no e auendo uisto o que nella se conthem, e o que se nos offereçe na materia Ei por bem q*ue* por tempo de dous annos senão paguem direitos do trigo e ceuada que uier das Jlhas a essa Cidade de lisboa, e porq*uan*to como deueis ter entendido ha de ser necess*a*rio grande quantidade de trigo pera os mantim*en*tos da armada que ha de ir de socorro a Pernambuco e pera a prouisão dessa Cidade e dos mais lugares do R*ei*no me pareceo encomendar uos ordeneis que a respeito disso se facão todas as peruenções necess*ari*as e a tempo q*ue* possão ser de effecto pera que não chegue a hauer necessidade e falta de trigo.

E assj pareceo dizer a V*osa* Mag*esta*de que m*ui*tos <dias> há que neste Tribunal se tratta de remediar a falta de trigo que se espera este anno pedindo a v*osa* Mag*esta*de cartas para Alemanha assj pera o Conde de Sorá e Gabriel de Roj a q*ue* V*osa* Mag*esta*de foi seruido responder que o Conde se uinha, e Gabriel de Roj estaua occupado em outros neg*oce*os que lhe impidião que V*osa* Mag*esta*de deue ser seruido de mandar escreuer ao embaixador ordinário d Alemanha que faca as dilig*enci*as necess*ari*as para que daquelles estados uenhão mais naos de trigo que for possiuel, e quando se possa fazer concertando a pagua dellas em pimenta, tratara este Tribunal de a comprar á Companhia pera o dito effecto

Tambem se tem pedido sacca de trigo d Andaluzia, Cesilia e Orão, e se tem encomendado a Franc*is*co pereira de Betancor que fas os neg*oce*os da cidade na Corte solicite estas sacas [**f. 75v.**] Com Mercadores se tem feito diligencias e prometem trazer das Jlhas quantidade de trigo e algum de França sem embargo de estar naquelle R*ei*no tão caro quanto como nestes e pera que não fique nenhũa diligencia por fazer conuira que V*osa* Mag*esta*de se sirua de conceder Licença pera que Com ordem deste Tribunal possão ir carregar algu*n*s nauios de trigo a Berberia nos portos de fadala, Anofé, e Saphim e nos mais q*ue* parecer porq*ue* se entende que há m*ui*to trigo q*ue* com elle possão resgatar, courama, cera, e outros generos que não sejão despezas uindo ordem com toda a brevidade pela Coroa de Castela e pella de Portugal pera o ditto effeito. Demais desta dilig*enci*a tem assentado a Cidade mandar Comissarios por todo o Regno e o tem consultado a V*osa* Mag*esta*de pera que dos trigos considerados facão uir a esta Cidade parte deixando a necessaria nos Lugares donde os ouuer q*ue* são todas as dilig*enci*as que se podem intentar V*osa* Mag*esta*de se sirua de mandar dar pera todos estes effeitos todas as orde*n*s necessarias e com a breuidade q*ue* se requere em mesa 20 de Agosto de 1630

(*assinado:*) O Conde

(*assinado:*) Andre d almeida

(*assinado:*) Julião de Campos Barreto

(*assinado:*) M*ano*el Jacome Branco

(*assinado:*) P*er*o Vaz de uilas boas

(*assinado:*) thome d aze*ue*do

(*assinado:*) luis jorje

(*assinado:*) Urbano da mata

(*assinado:*) Manoel cortes

[37]Comforme como esta Consta Com declaracão que as dilig*en*cias p*er*a Jr pão se fara em todas estas partes chamando a Cam*a*ra mercadores p*er*a este Efeito Conforme a seu Regimento E que das partes de Berberia se Vá buscar em nauios portugueses antes q*ue* d estrange*i*ros Com os Registos neces*a*rios per ordem do pezo Com registos de roupas q*ue* não forem prohibidas e mas me readurcas que se permitem leuar ha Cam*a*ra tratara logo de por em execucão o q*ue* se resolue por esta consta execpto naq*ue*las cousas em q*ue* se ande pedir a S*ua* M*ages*t*a*de os desp*ach*os neces*a*rios p*er*a o qual Efeito a cidade me enuiara esta consta p*er*a se encaminhar Em o p*rimei*ro [...], E q*uam*to a Consta do teor E maes por senão achar a p*rimei*ra q*ue* a Cam*a*ra acusase se reforme E uenha logo p*er*a se uer E responder a Ella L*isbo*a a 22 de s*eptembr*o 630

48. **1631,** março, 27, Lisboa – *Licença para que todos os navios de qualquer qualidade pudessem trazer livremente pão da Berbéria.*
Cota: *Livro 3º do provimento do pão*, f. 111-111v.

[**f. 111**]

A falta de pam deste R*ei*no he o que dá mais cuidado a esta Cam*a*ra e a obriga a buscar todos os meos pera se aliuiar della, e em ordem a isto manda V*osa* Mag*esta*de em seu regimento que logo no principio de cada anno mande a cidade chamar mercadores, e lhes encomende e peça que mandem uir de fora delle as quantias que poderem em cumprim*en*to do que mandou chamar algu*n*s, entre os quaes foi hum João hals Mercador flamengo, e m*orad*or e residente nesta cidade pessoa de confiança, e lhes encomendou q*ue* escreuessem a seus mayores mandassem uir o ditto pam; e hora representou nesta mesa que pera isto se conseguir conuiria m*ui*to procurar e pedir a V*osa* Mag*esta*de fosse seruido conçeder licença pera q*ue* todos os nauios de qualquer qualidade que fossem podessem trazer liurem*en*te pam de Berberia leuante, Moscouia e outras partes de inimigos, e que alcançando de V*osa*

[37] Despacho na margem esquerda do documento.

Mage*sta*de esta merce esperaua de mandar trazer elle e outros, das dittas partes este Verão que uem grande quantidade delle em nauios e gente dos rebeldes de Olanda por quanto elles com mais facilidade e menos risco nauegão pera as dittas partes, o que V*osa* Mage*sta*de tem prohibido na licenca da saca q*ue* nos concedeo, e pois V*osa* Mage*sta*de seja seruido q*ue* esta prohibicão senão entenda nos rebeldes de olanda q*ue* trouxerem pam e uierem a este porto em direitura seruindo o pam q*ue* trouxere*m* de passaporte, e saluo conduto, e carregarão aqui de sal de que pagarão a V*osa* Mage*sta*de os mesmos direitos que pagão os q*ue* uem deuasio carregar delle com passaporte da Se*rinissi*ma S*enho*ra Jnfanta [**f. 111v.**] Pareçeo que em necessidade tão urgente se deuia pedir a V*osa* Mage*sta*de com todo encarecime*n*to como por esta fazemos seja seruido (antepondo a a todas as leis) auer por bem conceder a estes estrange*i*ros esta l*icen*ca e liberdade, e que seja em tempo habil pera poderem assinar a seus Mayores antes que partão os nauios pera Moscouia que he no mes de Maio pera que possão aqui uir em outro mandando sobre <isso> passar as prouisões necess*ari*as pelos Tribunaes de guerra, e Almirantaigo por ser o mesmo que ja os S*enho*res Reis passados concedera*m* em ocasião menos impertante, e a presente dá mostras de se poder reçear a mesma falta (o q*ue* Deos não permita) o anno que uem em rezão de se esgotarem todos os sileiros que auia no R*ei*no que de ordin*a*rio tinhão em sj trigo de dous, e tres annos e não uindo de fora delle nos ueremos com ella mui arriscados assj a fome como a outros males que della nascem o que V*osa* Mage*sta*de como Rey e sen*h*or não deue permitir antes de antemão conceder esta merce tão digna da grandeza, e catholico zello de V*osa* Mage*sta*de como merecida de tão leaes vassalos. Deos g*ua*rde a Catholica pessoa de V*osa* Mage*sta*de. Lisboa 27 de março 631

49. **1637**, outubro, 29 a **1637**, novembro, 10, Lisboa – *A câmara de Lisboa e a vereação solicitam a Filipe III que não utilize o trigo que os mercadores estrangeiros tinham dentro da cidade no provimento dos contratadores de África ou, caso o deseje fazer, que o preço pago esteja de acordo com o estabelecido pelos mercadores. Contém despacho de 10 de novembro de 1637, segundo o qual o pedido não tinha fundamento.*
Cota: *Livro 2º de consultas e decretos de Filipe III*, f. 68-68v.

[**f. 68**]

Os Mercadores estrange*i*ros nomeados na petição inclusa signeficarão por ella a este senado como a requerime*n*to dos contratadores dos lugares d Africa se trataua de lh<es> tomar o seu trigo para prouimento dos ditos lugares per ordem do concelho da faze*n*da de V*osa* Mage*sta*de pelos precos do terreyro e que não some*n*te lhe querião tomar o trigo que tem no dito terreyro senão o que tem dentro dos seus Almaze*n*s, e trecenas sendo assim que por prouisões dos senhores Reys passados lhes he concedido que se lhe não possa por preço no seu trigo nem se costuma fazer este prouime*n*to do trigo q*ue* está dentro na çidade, E porque estes estrangeiros costumão acodir com o seu pão as necessidades desta Cidade E Reyno como se uio estes annos proximos passados, E neste presente se teme auer falta de pam por o não auer nas partes do Alentejo, ho q*ue* mais ouue nas leziras não he bastante para sustentação deste Pouo quatro meses. Pedimos a V*osa* Mage*sta*de se sirua de mandar senão faça este prouimento do trigo que está nesta cidade pois tanto necessita delle e quando haia presisa necessidade de

se fazer o dito prouim*en*to dos ditos lugares com o dito pam q*ue* está nesta cidade se contentem os contratadores com se toma o trigo que está no terreyro pello preço delle e no mais se lhe não faça moléstia nos preços contra sua Vontade e se cumprão as provisões de V*osa* Mag*esta*de L*ixbo*a em mesa 29 de octubro de 1637

(*assinado:*) O Conde de Prado

(*assinado:*) Andre d almeida

(*assinado:*) Julião de Campos Barreto

(*assinado:*) Fran*cis*co Rebello homem

(*assinado:*) M*ano*el thome

(*assinado:*) Segesmunde Mello

(*assinado:*) Damião da motta

(*assinado:*) Dioguo Vaz

(*assinado:*) Amdre Ro*drigue*z

[38]Este trigo estima por conta da faz*en*da de s*ua* m*er*ce p*er*a se acodir aos lug*a*res d Africa resp*ei*to de os Contrat*ado*res não terem lugar de preuenir este prouim*en*to de outras p*ar*tes por cauza da prohibição das sayda dos nauios E pagando sse pelo mayor preco porq*ue* se vendia no terreiro quando se tomare*m* fica esta quessa não tendo fundam*en*to e conforme a isto se podera difirir a Ella L*ixbo*a a 10 de nou*emb*ro de 637

(*assinado:*) Rubrica

50. **1673,** agosto, 07 a **1673**, agosto, 18, Lisboa – *Consulta sobre o perdão solicitado pelos atafoneiros que se tinham amotinado, Manuel Francisco e Pedro de Freitas e que tinham sido condenados a dois anos de degredo em África.*
Cota: *Livro 2º de consultas e decretos de D. Pedro II*, f. 292-292v. e 295-295v.

[38] Despacho na margem esquerda.

51. **1676**, setembro, 07 a **1676**, setembro, 09, Lisboa – *Consulta sobre as medidas a tomar, pela saúde, contra a peste que alastrava em vários portos do Levante e África. Consulta assinada pelos vereadores, marquês de Cascais, D. Francisco de Mascarenhas, D. Diogo de Faro e Sousa e João Coelho de Almeida, pelos procuradores da cidade, Teosódio de Frias e Luís Álvares de Andrade e pelos procuradores dos mesteres, Manuel de Matos e António Rodrigues. Contém despacho.*
Cota: *Livro 4º de consultas e decretos de D. Pedro II*, f. 318-319v.

[**f. 318**]

*Senh*or

Por decreto de dous deste mez Foy V*osa* A*lteza* servido mandar consultar neste senado o q*ue* parecesse conveniente p*er*a a precaução do dano q*ue* se pode recear pelas noticias, q*ue* há do contagio nas partes de Levante, Portos de Africa, E alguas terras de Cast*el*a. Sendo vistas as cartas do Assitente de Cadiz Regimentos, E passaportes da saude; pareceo ao senado chamar os medicos E serurgiãos desta Corte para q*ue* vendo o q*ue* havião determinado os Medicos de Cadiz, E considera*n*do a diversid*ad*e de nosso Clima E dos nossos mantimentos, conferic*em* os Meyos, per q*ue* esta Ci*da*de poderá conservar melhor a saude no estado presente.

O Regimento da saude de Cadiz pareceo q*ue* estava adequado ás Regras da Medicina, E q*ue* nesta Ci*da*de devia haver particular cui*da*do na limpeza, E se devião evitar algu*n*s generos de pescado E alguas frutas, na forma, q*ue* dispõe os nossos Regim*en*tos da saude: Nos quaes se acha toda a necess*ari*a cautela para se evitar todo o mal contagioso.

Logo o Senado encarregou ao vereador do pelouro da limpeza mandasse fazer hua limpeza geral em toda a Ci*da*de sendo as ruas limpas por conta dos moradores, E os mais lugares immundos por conta da Ci*da*de E q*ue* esta limpeza se faça desde a meya noyte ate a madrugada por parecer assim conveniente aos Medicos.

P*er*a se evitarem os Mantimentos prohibidos se fez advertencia aos Provedores da saude recomendando se lhes a observancia de seus Regimentos, de cuja execução lhe

pedirá o Senado meudamente conta p*er*a lhes agradecer, ou estranhar o seu procedimento. Na mesma forma em q*ue* o senado o fez presente a V*osa* A*lteza* na consulta incluza parece necess*ari*o haver barcas da guarda em o mar, E q*ue* se evite o dano, q*ue* pode resultar das cartas do correo de Madrid. V*osa* A*lteza* mandará o q*ue* mais for seu serv*i*co lix*bo*a 7 de sept*emb*ro de 1676

(*assinado:*) Marq*ue*z d Cascaes Dom fr*anci*sco M*ascarenha*s

[**f. 318v.**] Reg*ista*da f. 74 *ver*so

(*assinado:*) Dom diogo de faro E Souza

(*assinado:*) João coelho de Alme*i*da

(*assinado:*) theodosio de f*ri*as

(*assinado:*) lluis Alueres de Andrada

(*assinado:*) Anto*nio* Rod*rjgue*z

(*assinado:*) M*ano*el de Mattos

[39]Esta bem e pelo q*ue* toca as cartas foi advertido. L*ixbo*a 9 de *setembr*o de 1676. Rubrica.

52. 1676, setembro, 15 a **1676**, outubro, 20, Lisboa – *Consulta sobre uns navios apreendidos, no norte de África, pela armada portuguesa e a forma como seriam desembarcadas as suas mercadorias e tripulação, que teriam de ser sujeitas a quarentena. Consulta assinada pelos vereadores, conde de Figueiró, D. Diogo de Faro e Sousa, D. Francisco de Mascarenhas, Manuel da Cunha, António Veléz Caldeira, D. António Álvares da Cunha e João Coelho de Almeida, pelos procuradores da cidade, Teosódio de Frias e Luís Álvares de Andrade e pelos procuradores dos mesteres, Manuel de Matos, José Rodrigues Barros, António Rodrigues e Francisco da Costa. Contém despacho.*
Cota: *Livro 4º de consultas e decretos de D. Pedro II*, f. 349-350v.

[**f. 349**]

*Senh*or

Neste senado se virão os autos dos Navios da nossa Armada, e dos navios em q*ue* ella fez presa; consta q*ue* o Navio Jngles A Cath*erin*a ha nove mezes, q*ue* sahio de Londres, e q*ue* fora a Malta, E de Maltha a Athena, e dahi a Esmirnea, adonde carregou azeytes, E alguns fardos de seda em rama E courama curtida E sabão, E q*ue* deste Porto passara a Jlha de sefalonia, E q*ue* nella carregará de barris de passa meuda; Consta mais da carta da saude da Ci*da*de de Argento, q*ue* esta Não chegara ao seu Porto, adonde fizera agoada, E se lhe não dera pratica, como tambe*m* dos mesmos autos, consta q*ue* em Malta, Tunis, E Tripole se dizia hauia peste, E q*ue* em Argel erão mortos deste mal mais de dous mil Christãos, E q*ue* deste mesmo Porto de Argel hauião saído as fragatas dos Mouros, q*ue* tomarão Esta Nao no Estreyto, á qual se passarão trinta E dous Turcos, q*ue* a levavão pe*r*a Argel, quando na Costa de Berberia fez nella preza a nossa Armada. Termos em q*ue* ao senado parece q*ue* tirando se lhe o azeyte E sabão, q*ue* he fazenda, q*ue* não recebe contagio, se devia dar furo a este navio, como ja se tem Representado a V*osa* A*lteza* por ser sem duvida q*ue* traz fazenda de levante, como seda em Rama, E q*ue* em algũa das terras em q*ue* esteve, devia haver contagio, pois na Ci*da*de de Argento, adonde hauia mais razão de se saber, senão deu pratica, nem a carta da saude diz q*ue* em Athenas não ouvesse peste, senão q*ue* trazia passaporte do

[39] Despacho na margem esquerda

Consul dos Jnglezes E só affirma q*ue* na Ci*da*de E Jlha de Argento não hauia mal de Contagio; ao q*ue* acrece haver trazido os 32 Turcos, q*ue* havião saído cinco dias antes de Argel, onde havia peste.

Quando pe*r*a esta Resolução se offereça algum inconveniente pelo serv*i*co de V*osa A*l*teza* tem o senado considerado, q*ue* fora conveniente mandar se descarregar este Navio na Berlenga por ser hũa Jlha com menos comercio separada da terra, adonde sem perigo podem os Mouros E a fazenda ter quarentena, pondo se porem o presidio necess*ari*o pe*r*a q*ue* a gente senão comunique Com [**f. 349v.**] [40]a terra E todos os Turcos q*ue* Vem em as mais Naos devem tambe*m* ir pe*r*a a mesma p*ar*te, porq*ue* supposto q*ue* nos autos dos mais Nauios senão declara o t*em*poem q*ue* sahirão de Argel se presume q*ue* serião da esquadra das seis fragatas, q*ue* hauião saido cinco dias antes de fazerem a preza nos mesmos navios, porq*ue* na Trafaria não poderá haver a segurança necess*ari*a pela comunicação vizinhança q*ue* tem com esta Corte, da qual deve o perigo ficar mais distante, E com Mayor facilid*ad*e pe*r*a o Remedio, como nas Berlengas se considera.

O Navio por Nome Guilherme consta q*ue* de Belfast porto de Jrlanda vinha pe*r*aCadiz, E q*ue* no cabo de s. vicente o tomara hua fragata de Argel chamada a Laranjeira A qual lhe meteo 25 Turcos, q*ue* a levavão pe*r*a Argel q*uan*do a Almiranta de nossa Armada fez nella preza trazendo carga de Manteygas, de lam, barris de salmão E avenques. Não tras carta de saude do Porto de belfast donde sayo. O Navio Engles per nome Mercador consta q*ue* saira de londres pe*r*a Jrlanda, donde foy a Alicante, E dahi a Marselha E Genova, E ultimam*en*te a S. Remo, donde sahio em direitura pe*r*a Londres carregado de Marmores, E de quinhentos caixões de limão, E de arros azeite, E papel, E alguns fardos de veludos E caxas de luvas E hũas frasqueiras de agoas de cheiro, e outras encomendas, q*ue* não declara, E se refere ao livro de carga, E q*ue* no Estreyto dez legoas de Gilbaltar o tomara a mesma fragata de Argel chamada a laranjeira, q*ue* lhe metera dentro oito Mouros, q*ue* a livavão pe*r*a Argel q*uan*do a tomou a nossa fragata S. Ant*oni*o E de[41]nenhum dos Portos, em q*ue* esteve traz carta, ou passaporte de saude.

Nestes termos parece ao senado q*ue* as fazendas E J*n*glezes q*ue* vem nestes dous navios deve*m* fazer quarentena na Trafaria assim em razão da comunicação q*ue* tiverão com os Mouros, como por não trazerem [**f. 350**] carta de saude; porq*ue* os Turcos presioneiros devem ir pe*r*a as Berlengas com os da Nao Cath*erin*a, a qual consta tambem q*ue* chegou a Cid*ad*e de Nauque em q*ue* tambem se lhe não deu pratica, o q*ue* acrecenta os indicios de haver tomado algu*m* porto impedido.

Em o quarto Navio da preza não pode haver autos por não trazer gente, no q*ue* toca ao chumbo, do q*ue* vem carregado não há impedimento, quando se lhe ache mais algu*m* fatto se deve queimar pela incerteza da p*ar*te donde ve*m*, E da Nação, de q*ue* era.

[40] Reclamo: com.

[41] Segue-se riscado: de.

Em as quatro fragatas da Armada se fizerão autos, mas como a gente en chegando desembarcou em terra E esta em sua cazas ha dias E anda por esta Corte sera in officiosa toda a mais diligencia, porque se tem perigo já esta comnosco, E se o não tem não ha pera que acautellar e A mandará o que for seruido lixboa 15 de septembro de 1676.

(*assinado:*) Dom diogo de faro E Souza

(*assinado:*) Marquez d Cascaes

(*assinado:*) theodosio de frias

(*assinado:*) João Coelho de Almeida

(*assinado:*) lluis Alueres de Andrada

(*assinado:*) Antonio Rodrjguez

(*assinado:*) Joao Rodriges Barros

53. **1690**, maio, 29, Lisboa, Paço – *Carta do secretário de estado, Mendo de Foios Pereira ao presidente do senado da Câmara para entregar os apetrechos de guerra que tem na casa de Ceuta para serem enviados para Mazagão.*
Cota: *Livro 6º de registo de consultas e decretos de D. Pedro II*, f. 347v.

[**f. 347v.**]

Carta do Secretario sobre se entregarem os <es>trèpes que estavão na Camera

Sua Magestade que Deos Guarde he[42] servido que Vosa Senhoria mande dar os estrèpes que o senado tem, que ficarão do tempo da guerra, entregando se logo na Caza de Ceuta para se Remeterem a Mazagão, e hoje se asignará Decreto que amenha mandarey a Vosa Senhoria, e a brevidade he tanta que não permite dilação. Deos Guarde a Vosa Senhoria muytos annos. Paço 29 de Mayo de 1690. Mendo de Foyos Pereyra // Senhor D. Francisco de sousa.

[42] Na margem direita: ver f. 353v.

54. **1690**, junho, 07, Lisboa – *Decreto para que o senado da câmara entregue ao tesoureiro da casa de Ceuta todos os apetrechos de guerra para serem enviados para Mazagão.* **Cota:** *Livro 6º de registo de consultas e decretos de D. Pedro II*, f. 353v.

[**f. 353v.**]

Decreto sobre os estrepes de q*ue* faz mensão a Carta do secret*ai*ro f. 347v.

O Senado da Camera faça entregar ao Thez*oure*iro da Caza de Seuta todos os estrepes que ficarão do tempo da Guerra para haver de se remeterem á Praça de Mazagão e com conhecimento em forma da receita do dito Thez*oure*iro serão levados em conta a Pessoa a q*ue* estiverem Carregados por este Decreto som*en*te sem emb*arg*o de qualquer ordem em Cont*rai*ro. Lix*bo*a 7 de Junho de 690. Com a Rubrica de S*ua* Mage*sta*de

55. **1743**, julho, 29, Lisboa – *Aviso a ordenar que não seja permitida a comunicação com navios, pessoas e mercadorias suspeitas de peste, oriundas da Sicília e Ceuta.*
Cota: *Livro 15º de consultas e decretos de D. João V do Senado Ocidental*, f. 60-60v.

[**f. 60**]

S*ua* Mag*esta*de he servido que v*osa* m*er*ce va logo com os seus officiaes para o lugar da marinha, que he costume, ou onde V*osa* m*er*ce entender q*ue* mais conveniente for a fim de se praticarem com o mayor cuidado, e actividade todas as diligencias necessárias a prevenir toda a communicação de navios, pessoas, ou fazendas sospeytas de contagio, que se tem descuberto na Jlha de Cesilia, Trapani, e em Ceuta na forma, que ja declarey a V*osa* m*er*ce nos dous avizos, que lhe expedi para este mesmo effeyto, e como este negocio he tão grave, q*ue* nelle se intereça tanto o bem commu*m* per si mesmo se recomenda, e assim espera o mesmo S*enh*or que V*osa* m*er*ce nella se empregue com o cuidado e actividade, que pede a sua importancia S*ua* Mag*esta*dea V*osa* m*er*ce Passo 29 de Julho de 1743

(*assinado:*) Marco Ant*oni*o de Azevedo Coutinho

S*enh*or Dez*embargad*or Fran*cis*code Cunha Rego

[**f. 60v.**] Reg*ista*da no L*ivr*o 7º de registo de consultas, e Decretos f. 116

(*assinado:*) Rebelo

56. **1750**, julho, 23 a **1750**, julho, 25, Lisboa – *Aviso para que se tomem medidas que evitem a propagação da peste oriunda do norte de África.*
Cota: *Livro 27º de consultas e decretos de D. João V do Senado Ocidental*, f. 308-309v.

[**f. 308**]

Jll*ustrissi*mo, e Ex*celemtissi*mo S*enho*r

O Governador, e Capitão G*ranad*al do Reyno do Algarve deu conta a S*ua* Mage*stad*e que em Gibaltar suspenderão os Jnglezes o comercio, e comunicação com os vizinhos de Arzila, Tanger, e Laraxe por terem noticia de q*ue* ali se achavão acometidos da peste; e he o mesmo S*enho*r servido q*ue* sendo o referido prezente no Senado se passem pelo Prov*ed*or mor da Saude as ordens praticadas em similhantes occazioens, recomendando se que com toda a exactidão se observe o Regim*en*to da Saude, e o q*ue* nelle se prescreve p*er*aeste effeito, e que, todas as embarcações, q*ue* vierem do Levante aos portos deste Reyno sejão com o maior cuidado examinadas, e não se admitão sem primeiro constar legitimamente virem livres deste mal, ou fazerem [**f. 308v.**] quarentena na forma disposta no mesmo Regimento da Saude, o q*ue* se executará emquanto se não avizar tem cessado este impedimento. Deus g*uard*e a V*osa* Ex*celenci*a. Paço a 23 de Julho de 1750

(*assinado:*) Pedro da Costa e Silua

(*assinado:*) Conde Barão

[**f. 309**] Registada no liuro do Registro f. 95 em 25 de julho 1750

(*assinado:*) Fran*cis*co X*avi*er da Silua

(*assinado:*) Rubrica

Reg*ista*da no L*iur*o 11 de Registo de Consultas e Decretos a f. 135 *ver*so.

(*assinado:*) Palhares

57. **1760**, dezembro, 11, Lisboa – *Registo de uma carta do provedor-mor da saúde da Corte e do reino, Francisco Galvão da Fonseca, remetida ao guarda-mor da saúde do porto de Belém sobre um aviso do secretário de estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, D. Luís da Cunha, que alerta para a existência de peste em Marrocos.*
Cota: *Livro de registo de expediente do provedor-mor da saúde sobre a peste*, f.21v.

[**f. 21v.**]

Carta q*ue* se remeteo a todos os portos de mar pelo contagio de peste em marocos

Em aviso de dez do corrente do sacretario de Estado dos negocios Estrangeiros, e Guerra o Ex*celentissi*mo D. Luis da cunha me participou S. M*agest*ade haver notissias q*ue* no Reino de Marrocos há o mal contagioso da peste, e he o mesmo senhor servido ordenar q*ue* nos Portos deste Reino se observe a mais rigoroza quarentena em todos os Navios vindos dos Portos maritimos daquele Reino, e de todos os mais da costa de Africa, entrando neste numaro tambem os que vierem do Porto de Mazagão; V*osa* M*erce* fara executar a ordem do dito Senhor com aquela exacção e vigilançia que deve e he obrigado a ter. D*eos* g*uar*de a V*osa* M*erce*. Lisboa 11 de Dezembro de 1760 // Francisco Galvão de Afonçeca // Senhor Goarda mor da Saude do Porto de Bellem //

58. **1800**, abril, 19 a **1800**, abril, 26, Lisboa – *Aviso ao Senado para que proced ao pagamento dos guardas e guarda-mor da saúde que forem nomeados pelo vereador, provedor-mor da saúde, Francisco José Brandão, para fiscalizarem o gado importado do norte de África. Aviso assinado pelo secretário de estado, marquês mordomo-mor e dirigido ao presidente do Senado, marquês de Castelo Melhor, António de Vasconcelos Faro e Veiga.*
Cota: *Livro de consultas de 1800*, f.92-92v.

[**f. 92**]

Jll*ustrissi*mo e Ex*celemtissi*mo S*enho*r

O Principe Meu Senhor He servido que o Senado da Camara mande pagar pelo rendimento da Cidade aos Guardas, e Guarda Mor da Saude que provizionalmente forem nomeados pelo Vereador Francisco Joze Brandão, Provedor Mor da Saude, para a expedição de gados que hão de vir de Mourama, satisfazendo se lhe dous mezes adiantados logo, ficando se depois entregando a seus legítimos Procuradores o que cada hum for vencendo. O que V*osa* Ex*celenci*a fara prezente no Senado da Camara para que assim se execute.

Deos guarde a V*osa* Ex*celenci*a Paço em 19 de Abril de 1800

(*assinado:*) Marques Mordomo Mor

S*enho*r Marquez de Castello Milhor

[**f. 92v.**] Cumpra se e registe se, e se partessipe a Junta da Fazenda p*er*ase haver o pagamento// Meza 26 de Abril de 1800,

(*assinado:*) Rubrica

(*assinado:*) Rubrica

(*assinado:*) laupim

(*assinado:*) Paulino Joze x*avi*er

(*assinado:*) Esteuão X*avi*er dos Reys

Reg*ista*da L*ivr*o 3º da R*eposta* e A*viso*s f. 161

(*assinado:*) Amorim

59. **1805**, março, 23, Lisboa, Janelas Verdes – *Ofício sobre a concessão de passaportes ou licenças de pesca aos pescadores do reino do Algarve para poderem pescar nos mares da costa de África. Ofício assinado por Luís António Correia Monteiro, dirigido ao secretário da Junta da Inspeção da Saúde, Francisco Joaquim Coelho Freire.*
Cota: *Pasta nº 13 de ordens e determinações à secretaria da Junta da saúde*, f.130-131v.

[**f. 130**]

S*enho*r Francisco Joaquim Coelho Freire

O Ill*ustrissi*mo Ex*celentissi*mo S*enho*r Marquez de Pombal Manda remeter a V*osa* M*erc*e o officio incluzo do Governador interino do Reino do Algarve que acaba de receber para que V*osa* M*erc*e faça em resposta o officio competente, declarando emquanto a primeira parte da Participação do dito Governador = Que a Junta approva se dem os Passaportes ou Licenças aos Pescadores do d*it*o Reino para hirem pescar aos Mares de Larache na Costa de Affrica, na forma, que o tem costumado fazer nos annos antecedentes

Emquanto á Segunda parte relativamente ao Cordão = que está nas Circunstancias Geraes em que prezentemente se achão as Couzas

E feito que seja o d*it*o officio V*osa* M*erc*e o mande á presença de S*ua* Ex*celenci*a para assignar

[**f. 130v.**] [43]Deos Guarde a V*osa* M*agesta*de Janellas Verdes em 23 de Março de 1805

(*assinado:*) Luis Antonio Corre*i*a Monte*i*ro

[43] Segue-se riscado: de.

60. **1806**, julho, 07, Lisboa – *Carta a informar que foram executadas as ordens da Junta da Inpeção da saúde, sobre o cumprimento do regimento da saúde, uma vez que existe novo contágio com a peste nos portos do Mediterrâneo e costas de África, bem como nos de Filadélfia e demais portos dos Estados Unidos da América. Carta assinada pelo guarda-mor da saúde do porto, Joaquim de Vasconcelos Cardoso e Menezes, dirigido ao secretário da Junta da Inspeção da saúde, Francisco Joaquim Coelho Freire.*
Cota: *Pasta nº 10 dos papéis pertencentes à província do Minho e Porto*, f.195-196v.

[**f. 195**]

Recebi o officio de V*osa* M*er*ce datado em 2 do corrente, e imcluzo no mesmo os seis Capitulos das cautelas preventivas q*ue* a Junta da Inspecção sobre providencias p*er*a a peste manda praticar nos portos maritimos deste Reyno, e por concequencia do meu dever, e execução na bahia desta Cid*ad*e p*er*a todas as Embarcaçoens vindas do Porto de Siines, ou q*ue* com ellas tenhão comonicado, ou recebido pasageiros, ou fazendas, asim como tambem p*er*a todas q*ue* vierem de outros portos da costa de Africa, aos q*ue* vierem dos portos do Mediteraneo, polla rezão de grassarem prezentem*en*te em siines molestias contagiozos, e mortandade de gente, no q*ue* fico de inteligancia p*er*a execcutar tudo a q*ue* a Junta me determina [**f. 195v.**] no mencionado officio de V*osa* M*er*ce tanto neste particular como na derogação da Ordem de 5 de Janeiro pasado no q*ue* pertence ao numero de dias de quarentena p*er*a os Navios vindos de Philadelphia, e da nova Sorelh, e p*er*a os q*ue* vierem dos mais portos daquelles Estados.

D*eos* G*oar*de a V*osa* M*er*ce Porto 5 de Julho de 1806.

(*assinado:*) S*enho*r Francisco Joaquim Coelho Freire

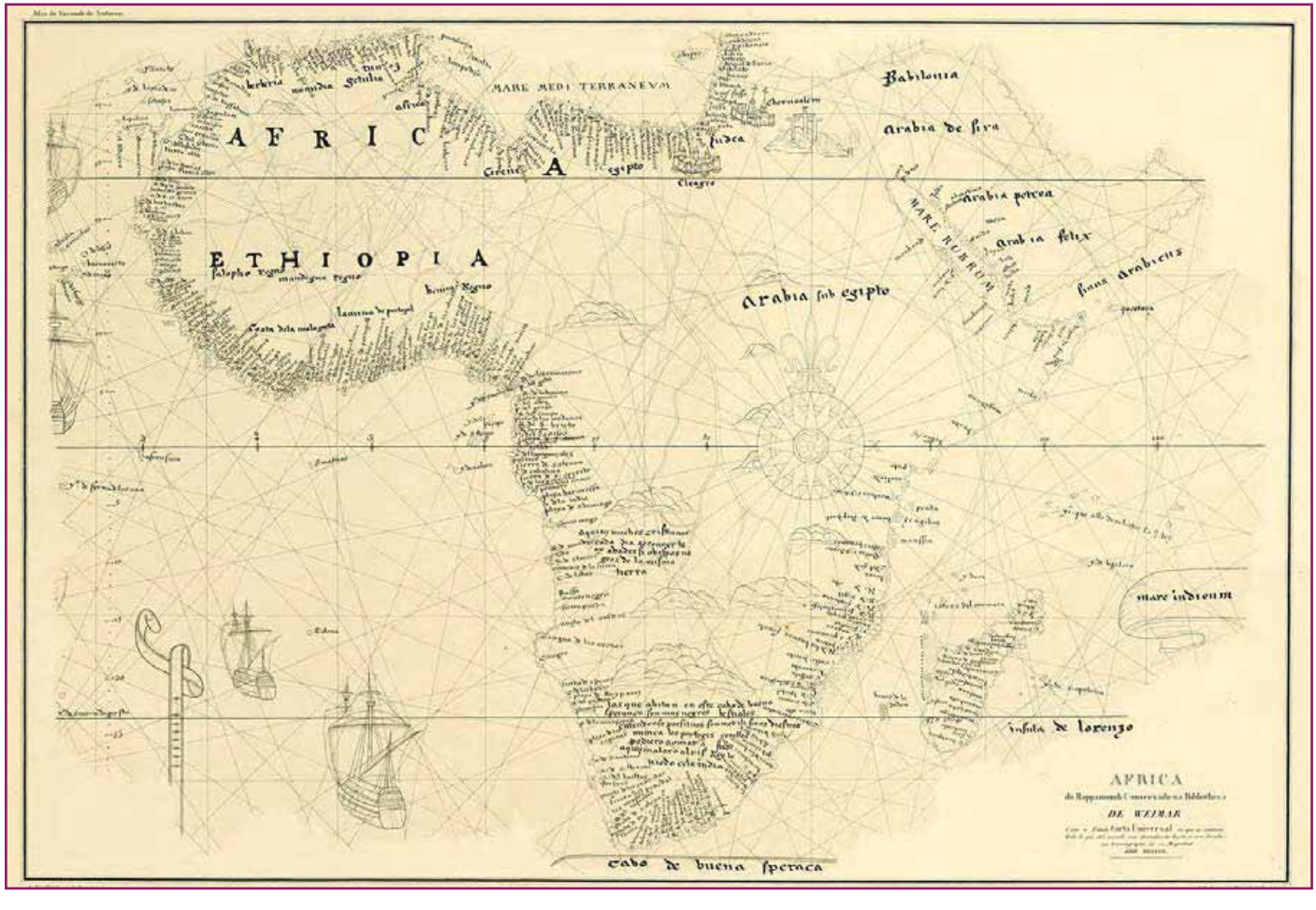
(*assinado:*) Joaquim de Vas*concel*os Cardozo e Menezes

61. **[séc. XX]** – *Cópia do mapa da Península Ibérica e Norte de África*.
Código de Referência: PT/AMLSB/CB/11/03/02

ARQUIVO MUNICIPAL DE LISBOA | Arco do Cego

62. **1439** – *Fac-simile da carta de Gabriel Valsequa que indica as ilhas Canárias, costa de Africa, Tarrafal, Marrocos e Granada [Carte de Gabriell de Valsequa, fait à Mallorcha]*.
Código de Referência: PT/AMLSB/CMLSB/UROB-PU/11/892/40
Nota: Está digitalizado.

63. **1527** – *Mapa de África conservado na biblioteca de Weimar com o título de: "Carta universal que contém tudo o que no mundo foi descoberto até agora, fê-la um cosmógrafo de Sua Majestade, ano de 1527"*.
Código de Referência: PT/AMLSB/CMLSB/UROB-PU/11/892/52



64. **[séc. XX]** – *Projecto da Avenida de Ceuta*.
Código de referência: PT/AMLSB/CMLSB/UROB-PU/09/01300

65. **1916**, setembro, 19 a **1919**, março, 15 – *Projecto da Avenida de Ceuta entre a Ponte Nova e a Avenida Grão Vasco*.
Código de referência: PT/AMLSB/CMLSB/UROB-PU/09/00567
Nota: Está digitalizado.

66. **1919**, março, 15 – *Anteprojecto de avenida entre a Avenida de Ceuta e a Estrada de Campolide*.
Código de referência: PT/AMLSB/CMLSB/UROB-PU/09/00566

67. **1924** – *Avenida de Ceuta*.
Código de Referência: PT/AMLSB/CMLSB/UROB-PU/09/02987

68. **1924** – *Avenida de Ceuta*.
Código de Referência: PT/AMLSB/CMLSB/UROB-PU/09/02990

69. **1924** – *Expropriações no caminho de Vila Pouca e na Avenida de Ceuta*.
Código de Referência: PT/AMLSB/CMLSB/UROB-PU/09/03133

70. **1925** – *Cancelamento do terreno ocupado por barracas na Avenida de Ceuta*.
Código de Referência: PT/AMLSB/CMLSB/UROB-PU/09/02554

71. **1925**, janeiro, 21 – *Construção de barracão na Avenida de Ceuta*.
Código de Referência: PT/AMLSB/CMLSB/UROB-PU/09/02559

72. **1925**, março, 26 – *Construção de barracão na Avenida de Ceuta*.
Código de Referência: PT/AMLSB/CMLSB/UROB-PU/09/02561

73. **1926**, agosto, 04 – *Alinhamentos na Avenida de Ceuta e Avenida de Berna*.
Código de Referência: PT/AMLSB/CMLSB/UROB-PU/09/02563

74. **1926**, agosto, 13 – *Alinhamento da avenida de Ceuta*.
Código de referência: PT/AMLSB/CMLSB/UROB-PU/09/02224

75. **1930**, dezembro, 13 – *Projecto da Avenida de Ceuta.*
Código de referência: PT/AMLSB/CMLSB/UROB-PU/09/01908

76. **1931**, maio, 28 a **1939**, julho, 10 – *Alteração ao projecto da Avenida de Ceuta, entre o Largo de Alcântara e a Ponte Nova.*
Código de referência: PT/AMLSB/CMLSB/UROB-PU/10/043/01
Nota: Está digitalizado

Câmara Municipal de Lisboa
Direcção dos Serviços de Planta da Cidade e Expropriações
PROJECTO DA AVENIDA DE CEUTA
TROÇO ENTRE A PONTE NOVA
E
VILA POUCA
Peças que o compõem:
PEÇAS ESCRITAS
PEÇAS DESENHADAS
ORIGINAL

77.

Câmara Municipal de Lisboa
Direcção dos Serviços de Urbanização e Obras
Projecto
da Avenida de Ceuta
1º Troço

78.

77. **1935** a **1952** – *Projecto da Avenida de Ceuta: troço entre a Ponte Nova e Vila Pouca.*
Código de referência: PT/AMLSB/CMLSB/UROB-PU/10/044

78. **1940**, fevereiro, 29 – *Projecto da Avenida de Ceuta: 1º troço entre o largo de Alcântara e o lugar de Santana e do prolongamento da avenida de Berna, entre o lugar de Santana e a rua Rodrigo da Fonseca.*
Código de referência: PT/AMLSB/CMLSB/UROB-PU/10/045

79. **1941**, janeiro, 17 – *Projecto do arruamento Braço de Prata, Aeroporto, Parque Florestal no troço do prolongamento da avenida António Augusto de Aguiar e avenida de Ceuta.*
Código de referência: PT/AMLSB/CMLSB/UROB-PU/10/134

80. **1941**, março, 05 a **1942**, março, 08 – *Projecto da avenida de Circunvalação - troço: avenida de Ceuta - Autoestrada.*
Código de referência: PT/AMLSB/CMLSB/UROB-PU/10/151

81. **1941**, dezembro, 30 – **1942**,dezembro, 20 – *Projecto da avenida de Ceuta, 2º troço entre o lugar de Santana e as portas de Benfica.*
Código de referência: PT/AMLSB/CMLSB/UROB-PU/10/119

82. **1950**, janeiro, 27 – *Estudo de urbanização da zona compreendida entre as avenidas António Augusto de Aguiar, de Berna, de Ceuta e dos Estados Unidos da América*.
Código de referência: PT/AMLSB/CMLSB/UROB-PU/10/192

83. 1951 a **1968** – *Jardim da Avenida de Ceuta*.
Código de Referência: PT/AMLSB/CMLSB/UROB/EV/0691

84. **1957** – *2ª Circular - Lanço entre a avenida de Ceuta e o Campo Grande*.
Código de referência: PT/AMLSB/CMLSB/UROB-PU/10/135

85. **1959**, julho, 09 – *Avenida de Berna – troço: avenida de Ceuta - Praça de Espanha - Estudo base*.
Código de referência: PT/AMLSB/CMLSB/UROB-PU/10/149

86. **1960** (post.) a **1980** (ant.) – *Avenida de Ceuta e Campo Grande*.
Código de Referência: PT/AMLSB/CMLSB/UROB/EV/0111

87. **1961**, setembro – *Estudo de ligação entre a avenida de Ceuta e a 2ª Circular*.
Código de referência: PT/AMLSB/CMLSB/UROB-PU/10/137

88. **1961**, setembro a **1962**, setembro, 20 – *Projecto da avenida de Ceuta no troço entre a rua "A" e a segunda circular*.
Código de referência: PT/AMLSB/CMLSB/UROB-PU/10/120

89. **1964** a **1965** – *Prolongamento da avenida de Ceuta até ao Calhariz de Benfica e do troço do eixo rodoviário fundamental sul-norte entre Campolide e a avenida Marechal Carmona*.
Código de Referência: PT/AMLSB/CMLSB/UROB/EV/1083

90. **1967** – *Estudo do Casal Ventoso, Sete Moinhos: loteamento e volumes da faixa adjacente da avenida de Ceuta*.
Código de referência: PT/AMLSB/CMLSB/UROB-PU/10/342

91. **1967** a **1972** – *Avenida de Ceuta*.
Código de Referência: PT/AMLSB/CMLSB/UROB/EV/0116

92. **1969** a **1971** – *Estudo da Urbanização do Casal Ventoso - Sete Moinhos - loteamento e volumes da faixa adjacente da Avenida de Ceuta*.
Cota: AML/Arco do Cego, 264/DMPGU
Código de referência: PT/AMLSB/CMLSB/UROB-PU/10/341; PT/AMLSB/CMLSB/UROB-PU/10/134

93. **1969 a 1974** – *Avenida de Ceuta*.
Código de Referência: PT/AMLSB/CMLSB/UROB/EV/0943

94. **1972** – *Estudo de loteamento e volumes da faixa adjacente à Avenida de Ceuta*.
Código de Referência: PT/AMLSB/CMLSB/UROB/EV/1075

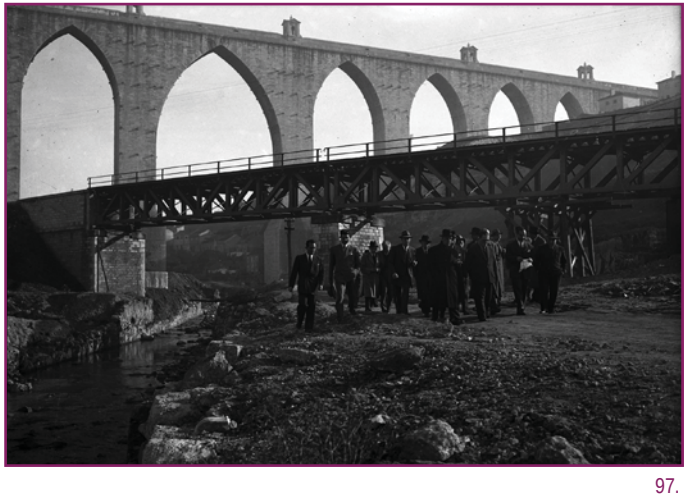
ARQUIVO MUNICIPAL DE LISBOA | Fotográfico

95. **[séc. XX]** – *Painel de azulejos sobre a Tomada de Ceuta* no Palácio das Galveias, de Eduardo Portugal.
Código de Referência: PT/AMLSB/EDP/001385
Nota: Está digitalizado.

96. **1949** – *Visita às obras na Avenida de Ceuta*, autor não identificado.
Código de Referência: PT/AMLSB/SPT/000110
Nota: Está digitalizado.

97. **1949** – *Visita da vereação da Câmara Municipal de Lisboa às obras de abertura da avenida de Ceuta junto ao viaduto de Santana de Cima*, autor não identificado.
Código de Referência: PT/AMLSB/SPT/000109

98. **1950** – *Avenida de Ceuta construída sobre o caneiro de Alcântara, com ligação à Avenida da Índia (no plano superior à esquerda, o cemitério dos Prazeres)*, de Eduardo Portugal.
Código de Referência: PT/AMLSB/EDP/000983



97.

98.

99. **1950** – *Obras de terraplanagem na Avenida de Ceuta, local da fábrica da pólvora*, de Eduardo Portugal.
Código de Referência: PT/AMLSB/EDP/000996
Nota: Está digitalizado.

100. **1950** – *Panorâmica do Vale de Alcântara, Avenida de Ceuta e viaduto Duarte Pacheco*, de Eduardo Portugal.
Código de Referência: PT/AMLSB/EDP/000997

101. **1950** – *Panorâmica do Vale de Alcântara, avenida de Ceuta e viaduto Duarte Pacheco*, de Eduardo Portugal.
Código de Referência: PT/AMLSB/EDP/000998

100

101

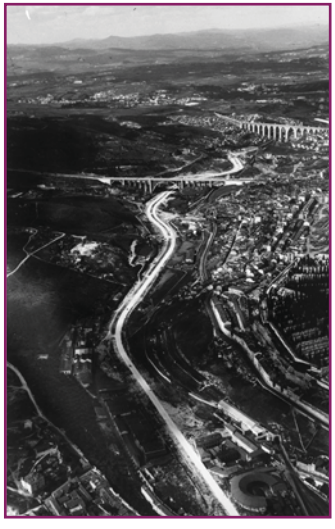
102. **1950**, abril, 15 – *Fotografia aérea sobre Campolide, Viaduto Duarte Pacheco e Avenida de Ceuta*, autor não identificado.
Código de Referência: PT/AMLSB/PEL/005/S00568

103. **1950** – *Viaduto Duarte Pacheco (lado Sul, visto da ponte nova)*, de Eduardo Portugal.
Código de Referência: PT/AMLSB/EDP/000984

104. **1952** – *Pilares do viaduto Duarte Pacheco e Avenida de Ceuta*, autor não identificado.
Código de Referência: PT/AMLSB/SPT/000072

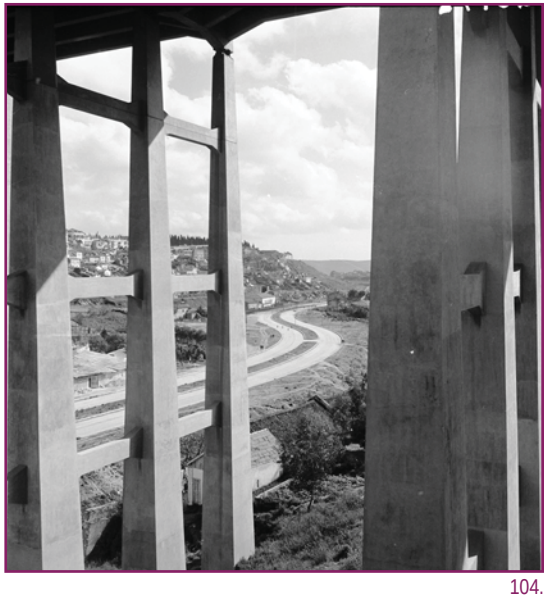
105. **1952** – *Avenida de Ceuta sobre o viaduto Duarte Pacheco*, autor não identificado.
Código de Referência: PT/AMLSB/SPT/000073

106. **1953** – *Obras de abertura da Avenida de Ceuta*, de Judah Benoliel.
Código de Referência: PT/AMLSB/JBN/004168
Nota: Está digitalizado.

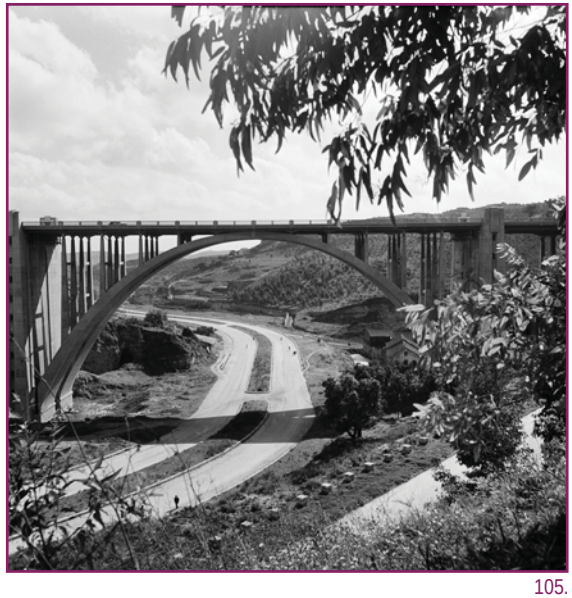


102.

103.



104.



105.

107. **1953** – *Fotografia aérea sobre a zona de Alcântara (vê-se a Avenida de Ceuta ao centro, em cima e à esquerda o palácio das Necessidades)*, de Abreu Nunes.
Código de Referência: PT/AMLSB/ABR/000006
Nota: Está digitalizado.

108. **1953** – *Fotografia aérea sobre as obras da Avenida de Ceuta*, de Judah Benoliel.
Código de Referência: PT/AMLSB/JBN/004166
Nota: Está digitalizado.

109. **1953** – *Fotografia aérea de obras públicas na Avenida de Ceuta*, de Judah Benoliel.
Código de Referência: PT/AMLSB/JBN/004167
Nota: Está digitalizado.

110. **1953** – *Obras de abertura da Avenida de Ceuta*, de Judah Benoliel.
Código de Referência: PT/AMLSB/JBN/004168
Nota: Está digitalizado.

111. **1953** – *Obras de abertura da Avenida de Ceuta*, de Judah Benoliel.
Código de Referência: PT/AMLSB/JBN/004169
Nota: Está digitalizado.

112. **1953** – *Obras na Avenida de Ceuta*, de Judah Benoliel.
Código de Referência: PT/AMLSB/JBN/004171
Nota: Está digitalizado.

113. **1957** – *Abertura da Avenida de Ceuta*, de Judah Benoliel.
Código de Referência: PT/AMLSB/JBN/004363
Nota: Está digitalizado.

114. **1957** (ant.) – *Obras de cobertura da ribeira de Alcântara - caneiro de Alcântara*, de Judah Benoliel.
Código de Referência: PT/AML/SB/JBN/004364
Nota: Está digitalizado.

115. **1958**, março, 26 – *Visita aos Paços do Concelho, de um grupo de professores e alunos do Curso Pré-Universitário do Instituto Nacional de Enseñanza Média de Ceuta*, de Serôdio Armando.
Código de Referência: PT/AML/SB/SER/S01370
Nota: Está digitalizado.

116. **1958**, março, 26 – *Visita aos Paços do Concelho, de um grupo de professores e alunos do Curso Pré-Universitário do Instituto Nacional de Enseñanza Média de Ceuta*, de Serôdio Armando.
Código de Referência: PT/AML/SB/SER/S01371
Nota: Está digitalizado.

117. **1958**, março, 26 – *Visita aos Paços do Concelho, de um grupo de professores e alunos do Curso Pré-Universitário do Instituto Nacional de Enseñanza Média de Ceuta*, de Serôdio Armando.
Código de Referência: PT/AML/SB/SER/S01372
Nota: Está digitalizado.

118. **1958** – *Viaduto Duarte Pacheco*, de Salvador Fernandes.
Código de Referência: PT/AML/SB/SAL/I00044
Nota: Está digitalizado.

119. **1959** – *Viaduto Duarte Pacheco e Avenida de Ceuta*, de Armando Serôdio.
Código de Referência: PT/AML/SB/SER/I00261
Nota: Está digitalizado.

120. **1960** – *Mensagem de Lisboa a Ceuta*, de Estúdio Mário Novais.
Código de Referência: PT/AML/SB/MNV/001167
Nota: Está digitalizado. Publicado em: PEREIRA, Diana Rafaela Martins - A "ymagem assaz deuota" de Santa Maria de África. *Cadernos do Arquivo Municipal*. Lisboa: Arquivo Municipal. 2ª Série N.º 4 (2015), p. 155 - 183

121. **1964**, julho – *Avenida de Ceuta em construção*, de Arnaldo Madureira.
Código de Referência: PT/AMLSB/ARM/S00780
Nota: Está digitalizado.

122. **1967** – *Panorâmica da Avenida de Ceuta*, de Artur Inácio Bastos.
Código de Referência: PT/AMLSB/AIB/I00010
Nota: Está digitalizado.

Correspondencia entre Ceuta y Lisboa a causa de la reclamación de antiguos legados a favor de la Santa y Real Casa de la Misericordia de Ceuta

José Luis Gómez Barceló *

En el siglo XVI llegaron a la Santa y Real Casa de la Misericordia de Ceuta dos importantes legados procedentes de los testamentos del Gobernador y virrey Antón de Noroña y del contador Francisco de Andrade. Dependientes sus rentas de imposiciones en Portugal, a partir de la Independencia, en 1640, encontrarán numerosas dificultades para cobrarlas. El nombramiento de apoderados y sus reclamaciones generaron una curiosa correspondencia que hoy se haya digitalizada en el Archivo General de Ceuta.

A finales del siglo XV o comienzos del XVI, según los autores[1], se funda en Ceuta la Santa y Real Casa de la Misericordia, a imitación de la matriz de Lisboa[2]. La institución gozó de gran prestigio y poder en la población[3], pero la reducción de los intereses de sus imposiciones a comienzos del siglo XVIII, los procesos desamortizadores de finales de ese mismo siglo y comienzos del XIX, y la desaparición de las pruebas de hidalguía y limpieza de sangre, darían como resultado su desaparición en 1870[4].

*Archivo General de Ceuta, Ciudad Autónoma de Ceuta, España

José Luis Gómez Barceló es archivero diocesano y está a cargo del archivo histórico en el Archivo General de Ceuta. Cronista Oficial de Ceuta, es Académico de la Andaluza de la Historia y correspondiente de las Reales Academias de la Historia; Matritense de Heráldica y Genealogía; Bellas Artes de San Telmo de Málaga; y de la de Nobles Artes de Antequera entre otras instituciones. Tiene numerosas publicaciones sobre Ceuta, el Estrecho de Gibraltar y norte de Marruecos en ámbitos históricos y documentales.
Correio eletrónico: cronistaceuta@hotmail.com

[1] SOUSA, Ivo Carneiro de - *Da descoberta da Misericórdia à fundação das Misericórdias (1498-1525)*. Porto: Granito, 1999. p. 176, dice que ya en 1502 estaba plenamente constituida.

[2] *COMPROMISO O CONSTITUCIONES DE LA SANTA Y REAL CASA DE MISERICORDIA DE CEUTA, hija de la de Lisboa, traducidas del portugués, reimpresas en el año de 1807*. Málaga: Imprenta de Francisco Martínez de Aguilar, Calle de la Cintería, 1807.

[3] CÁMARA DEL RÍO, Manuel - *Beneficencia y asistencia social: la Santa y Real Hermandad, Hospital y Casa de Misericordia de Ceuta*. Ceuta: Instituto de Estudios Ceutíes, 1996.

[4] GÓMEZ BARCELÓ, José Luis - El fondo de la Santa y Real Hermandad y Casa de la Misericordia del Archivo Central de Ceuta. In *Archivos y fondos documentales para la historia del patrimonio cultural de las hermandades*. Málaga: Archivo Histórico Municipal, 2004. p. 124-152.

La mayor parte de los fondos documentales de esta institución se custodian en el Archivo General de Ceuta, habiendo sido re-catalogados tras su digitalización por el autor de este trabajo, bajo la dirección de Mª del Rocío Valriberas Acevedo, directora de dicha institución, y puestos a disposición de los investigadores a través de su página web: www.ceuta.es/archivo.

Dispersos dentro del fondo, en diferentes capítulos, hallamos numerosos documentos que muestran una larga relación con Lisboa, referidos casi todos ellos a las reclamaciones de rentas de imposiciones económicas correspondientes a los legados del virrey de la India Antón de Noroña y del contador Francisco de Andrade. El grueso de ellos se fecha después de la Independencia de Portugal y van desde 1640 hasta finales del siglo XVIII.

Igualmente existen documentos en los que se explican las dotes de doncellas que se daban desde la Santa y Real Casa de la Misericordia de Ceuta hasta 1640[5] y que luego se dieron, graciosamente, por la Corona, en algunas ocasiones –siempre independientemente de la fundación del Recogimiento de doncellas instituido en 1612 por doña Juan Arráez de Mendoza- con el fin de potenciar los matrimonios entre los oficiales castellanos y las jóvenes ceutíes[6].

Además, hallamos algunas otras referencias a documentos emanados de la corte de Lisboa, como el llamado Libro de Ordenanzas de Portugal[7], menciones de naturaleza de diferentes miembros de la Hermandad o sus antecesores[8], y otras citas de menor envergadura, entre las cuales llaman la atención las referidas a los militares que servían en el Regimiento de Lisboa[9], ya español, algunos de ellos ejecutados[10] y atendidos por los hermanos de la Misericordia ceutí.

Por su importancia en las relaciones entre las ciudades de Lisboa y Ceuta nos vamos a fijar en los referidos a los legados creados por Antón de Noroña y Francisco de Andrade Pacheco, así como a las dotes de doncellas del Recogimiento de Ceuta, que estaban impuestas también en la matriz lisboeta.

[5] Archivo General de Ceuta (AGCE) - Santa y Real Casa de la Misericordia de Ceuta (SRCM), M 2.4.2, C 22-57, exp. 983. Traslado de decreto del general de la Plaza Luis de Alencastro sobre dotes dadas a doncellas huérfanas de la Plaza y de cuyas informaciones se encargaba la Santa y Real Casa de la Misericordia, 1644-1645.

[6] GÓMEZ BARCELÓ, José Luis - *La castellanización de Ceuta bajo la Corona de Austria: discurso de ingreso en la Academia Andaluza de la Historia*. Algeciras, 2014. en prensa.

[7] AGCE, SRCM, M 3.2.2, C 33-5, exp. 1131. Certificación de ingreso de Juan Baptista de Acuña, 19 de mayo de 1618.

[8] AGCE, SRCM, M 1.2.2, C 1-25, exp. 27. Informaciones de hidalguía de la familia Guevara Vasconcelos, 1733-1850, entre otros.

[9] AGCE-SRCM, M 1.2.2, C 1-39, exp. 39. Informaciones de hidalguía de la familia Mimoso, documentos correspondientes al sargento Antonio Mimoso, 1733-1819, entre otros.

[10] AGCE-SRCM, M 2.5.2, C 18-9, exp. 566. Misas de ajusticiados, 1734. Documentos correspondientes al soldado Julián Cano, entre otros.

EL LEGADO DE ANTÓN DE NOROÑA

Antón de Noroña (Ceuta, 1510-1569, en el mar, volviendo de la India), era hijo de Juan de Noroña y de Guiomar Díaz. Su progenitor había muerto en la defensa de Ceuta en 1524 y estaba sepultado en la capilla mayor de la Catedral de Ceuta[11].

Muy joven prestó servicios de frontero en Portugal y luego sirvió en Ceuta –de donde fue gobernador accidental en 1549[12]- y en la India, a las órdenes de su tío el virrey Alfonso de Noroña, cargo en el que le sucedió en 1564. Volviendo de la India, cayó enfermo y murió en la travesía. Previamente había hecho testamento en Cochim, el 27 de enero de 1569, y ordenado que si eso sucediera se cortara el brazo derecho de su cadáver y se preservara para ser sepultado en la capilla mayor de la Catedral de Ceuta, junto a la tumba de su padre, como así se hizo[13].

Alejandro Correa de Franca nos ofrece algunas de las cláusulas de su testamento, que son clave en el legado de la Santa y Real Casa de la Misericordia de Ceuta:

> En la 5ª: *porque Nuestro Señor fue serbido de no darme hijos a quien dejar mi hacienda ni en quienes quede alguna memoria de mí, paréceme razón y obligación gastar alguna parte de ella en alguna cosa de su serbicio y bien de mi alma y de don Nuño Álvarez, mi tío, que me crió. Por lo que mando que, de los seiscientos setenta y dos mill reis de iuro que tengo en el reino, se aparten doscientos setenta mill para que se apliquen en lo que avajo diré.*
>
> En la 6ª: *ordeno que de este iuro se apliquen veinte mill reis para que se den cada año a vn clérigo, que diga cada día misa en la cathedral de Ceuta por el alma de mi padre y, acabada, vaia con agua bendita a decir vn responso sobre la misma sepultura; y otros veinte mil reis aplico para que se diga otra cada día por mi alma con vn responso sobre mi sepultura, acabada la missa. Y mando que se haga vna lámpara de plata que esté encendida de continvo en la misma capilla, y para el azeite que gastare y vino de las missas dejo diez mil reis de iuro.*
>
> En la 7ª: *mando se apliquen doscientos mill reis de iuro para que se den a diez caballeros pobres, moradores y residentes en Ceuta, a cada vno veinte mill por año, con obligación de que vaian cada día a decir vn Pater Noster y vna Ave María sobre la sepultura de mi padre, con el agua bendita, y lo mesmo sobre la mía. Y el día que dejaren de ir, no estando enfermos, serán apuntados por los capellanes de las missas a quienes se dará este encargo, y lo que cupiere a cada vno por día se recobrará al tiempo que le hicieren pagamento y se dará de limosna a la Misericordia de la dicha ciudad, para que se reparta por pobres, a quienes obligarán vaian a oir estas missas y digan vn Pater Noster y vna Ave María en la sepultura de mi padre y mía. Y porque hago este thestamento en tiempo de embarco y de mucha ocupación, no puedo declarar mi intención, por lo que pido al obispo, mi hermano, que lo disponga como mejor le pareciere.*
>
> En la 8ª: *mando que en su vida provea el obispo, mi hermano, estas rentas y por su muerte el marqués de Villa Real y sus herederos de su casa, guardando enteramente el estatuto de orden que el obispo, mi hermano, hiciere, que será de*

[11] FORJAZ, Jorge - *Familias portuguesas de Ceuta*. Ceuta: Archivo General de Ceuta, 2011. p. 89-92.

[12] CARO, Lucas - *Historia de Ceuta: es del presbítero*... Ceuta: Ayuntamiento de Ceuta, 1989. p. 179, n. 168. Edición José Luis Gómez Barceló.

[13] CORREA DE FRANCA, Alejandro - *Historia de Ceuta*. Ceuta: Ciudad Autónoma de Ceuta, 1999. p. 174-179. Edición de Mª del Carmen del Camino Martínez.

manera que éste quede in perpetuum, y muriendo vnos provean en otros, que residan y moren en la misma ciudad de Ceuta; y que sería bien se vendiesen estos doscientos setenta mill reis, que aplico para esto, y se comprasen en Castilla otros tantos, cobrados en Andalucía cerca de Ceuta.

Dentro del fondo documental de la Misericordia ceutí se conserva un importante expediente sobre la fundación de D. Antón de Noroña, que contiene los siguientes documentos[14]:

Traslado de copia de una verba del testamento de don Antón de Noroña que está registrado en Ceuta en el libro de los testamentos a folio 7, rubricado por Blas Téllez de Meneses, siendo proveedor de la casa de la Misericordia de Ceuta. 1635, 2 de febrero.

Pareceres de los letrados sobre el padrón del juro que don Antón de Noroña dejó aplicado por los Caballeros de la ciudad de Ceuta y más obras pías contenidas en dicho padrón. Sin fecha.

Dos cartas de Antonio Correa da Franca dirigidas al proveedor y Mesa de la Santa y Real Casa de la Misericordia sobre la reclamación de padrones del legado testamentario de don Antón de Noroña. 1694, 12 de enero y 29 de febrero.

Copia de la verba testamentaria de don Antón de Noroña, que Dios tenga, que se dio al señor Obispo de orden del señor Gobernador, sobre la fundación de dos capellanías en la Santa Iglesia Catedral, 1719, 24 de marzo.

Parecer de tres abogados de Lisboa sobre la cláusula del testamento de don Antón de Noroña que instituía dos capellanes en la Santa Iglesia Catedral de Ceuta, con misa cotidiana por el alma de su padre y la suya propia. 1719, 19 de junio.

Relación de lo que se ha gastado por esta Real Casa de la Misericordia para el pleito de la cobranza de los juros de los mercieros. 1693 a 1723.

Copia de dos asientos contenidos en la Hoja del Asentamiento del Almojarifazgo del Reino y del Algarve, referentes a obligaciones de los herederos de D. Andrés, obispo de Portalegre.

Determinación del modo con que se han de consultar las mercerías vacantes dispuestas por el señor obispo don Tomás Agüero. 1723, 20 de febrero.

El expediente corresponde ya al período de reivindicación de las rentas de los capitales impuestos en Lisboa por el albacea testamentario de Antón de Noroña, su hermano Andrés de Noroña, obispo de Portalegre.

Igualmente interesantes son los documentos contenidos en un expediente de interrogatorios y correspondencia con la Santa y Real Casa de Misericordia de Lisboa en reclamación de las rentas, cuyos principales documentos son[15]:

Nº 1 Carpetilla conteniendo un interrogatorio sobre las obligaciones de la Casa de Misericordia que recaen en el juro que dejó en ella el excelentísimo señor don Antonio de Noroña y acompaña un documento en portugués. Al dorso:

[14] AGCE-SRCM, M 3.2.1, C 39-21, exp. 1289. Testamento de D. Antón de Noroña, virrey de la India. 1634-1723.

[15] AGCE-SRCM, M 3.5.2, C 22-2, exp. 928. Interrogatorios sobre las obligaciones de la Casa y carta de la matriz de Lisboa a la de Ceuta. 1693.

Oficio del escribano de la Real Hermandad, D. Juan Arraes de Mendoza en nombre del proveedor y mesa y dirigido al juez, sin fecha. Ruega mandar hacer información, como en derecho se requiere, sobre la administración de los más de 200.000 maravedís de moneda de esta tierra dejados en su testamento por D. Antón de Noroña, virrey de la India y con anterioridad, gobernador y capitán general de Ceuta, para erigirse capilla y que se dijeran dos misas diarias con merciérías. Dicha administración la gestionaban los proveedores y hermanos de la Real Casa.

Borrador de cuestionario para el interrogatorio judicial sobre la memoria de D. Antón de Noroña, con una rectificación numérica al incluir una nueva primera cuestión: Las que hacían eran: Si sabían de la existencia del legado de D. Antón de Noroña que existía en virtud de testamento realizado al partir como virrey para la India y regido como otros y entre ellos el de D. Francisco de Andrade Pacheco; si conocían llevar la Hermandad el legado de D. Antón de Noroña (que fuera gobernador y capitán general de Ceuta y luego virrey de la India) como en el de D. Francisco de Andrade Pacheco, según el Santo Compromiso de la matriz de Lisboa; si sabían de la tenencia, desde tiempo inmemorial, de este juro y si se habían hecho por él sus procuraciones en Portugal; si tenían noticias del envío de personas para cobrar los juros en Portugal, que desde 1558 constituían 10 merciérías que administraba la Casa; si sabían que desde la fundación de Noroña hasta el momento, había habido 10 mercieros y si sabían quienes ocupaban las merciérías entonces; si conocían el hecho de ser pagadas las merciérías, mensualmente, por el tesorero de la Real Casa sobre la asistencia a la misa y rezo de "padre nuestro y ave maría sobre la sepultura donde está enterrado el brazo derecho del excelentísimo señor D. Antonio de Noroña"; si sabían de la existencia de dos misas diarias en la Catedral, dichas por el alma de Noroña y su padre, que dejó dotadas en su testamento; si conocían el hecho del pago mensual del legado a los mercieros por el tesorero, lo que no había dejado nunca de hacerse; si tenían noticia del hecho de apuntarse las faltas de los mercieros, excepto los enfermos, para restarse de lo que se les abonaba mensualmente, repartiéndose ese resto entre los pobres, según voluntad del testador; si sabían que en la capilla donde se decían las misas existía una lámpara de plata que se hallaba encendida de día y de noche, a costa de la Hermandad; si saben que del juro que es perteneciente a Francisco de Andrade Pacheco siempre que en esta Real Casa ha habido caudal de este legado se ha dicho misa diaria por la intención de dicho difunto y se ha continuado hasta expirar el último real de este legado; si conocían el reparto de los caudales para pobres hecho por los visitadores, de puerta en puerta, en las Pascuas del año; si era cierto y público todo lo cuestionado y siempre se había administrado estos legados por el proveedor y mesa y no por ninguna otra persona.

Interrogatorio elevado por el juez de la ciudad de Ceuta a petición de la Real Casa sobre el juro que dejó D. Antón de Noroña por su alma y la de su padre. No es igual al borrador anterior: Sobre la existencia de la administración del juro de D. Antón de Noroña por la Casa, que dejó en su testamento, realizado en viaje; si conocían la administración de un juro de más de 200.000 maravedís cobrados repetidas veces de Lisboa y perteneciente a la memoria de Noroña, que se administraba siguiendo el Santo Compromiso de la matriz de Lisboa; si tenían conocimiento del envío de procuradores a Portugal por la Hermandad para el cobro del juro; sobre la constitución desde 1558 de las 10 merciérías del legado Noroña, con capilla y lámpara erigidas como ordenó el testador; Si sabían que siempre ha habido 10 merciérías y que al día las ocupaban: Antonio de Alburquerque, Antón Días Viera, Juan Guedes, Juan Correa, Francisco Mendoza, Duarte Franco Cabral, José Correa da Franca, Rodrigo Barcelar, Gonzalo Fagúndez y Gonzalo Correa Ribeiro; si los conocen y saben qué son mercieros del excelentísimo señor D. Antón de Noroña pagados de su limosna por el tesorero de esta Real

Casa y que son caballeros moradores pobres; sobre la existencia de las dos misas diarias por el alma del testador y rezo de padre nuestro y ave maría sobre la sepultura de su brazo derecho, todo lo que liquidaba el tesorero de la Hermandad; sobre el pago, el último día de cada mes, de las merciérías, sin haber faltado nunca a ello; sobre el apunte de las faltas de los mercieros que no estuviesen enfermos y creación de una limosna para los pobres con el remanente; sobre la existencia de una lámpara de plata, encendida día y noche, a costa de la Hermandad, en la capilla en la cual se decían las Misas; sobre la existencia de caudal para este legado como para el de Francisco de Andrade que hizo que no faltase nunca la misa diaria creada; si saben que esta Real Casa en agradecimiento de la buena memoria del excelentísimo señor D. Antón de Noroña en dejarle la administración de su legado así la excelentísima señora Dª Inés de Castro su amada esposa como por acuerdo del ilustrísimo señor D. Andrés de Noroña su hermano, obispo que fue de la Santa Iglesia de Puerto Alegre esta Real Casa le manda decir todos los días de la conmemoración de los difuntos una misa cantada por los dichos señores en esta Iglesia de esta Real Casa, y que se ha continuado hasta este presente año; si sabían de la asignación para pobres del testador y del cumplimiento que se hacía de ello, en Pascuas, repartiéndose de puerta en puerta; si todo lo referido es pública voz y fama y si lo saben y han visto ejecutar y si saben que otra persona o personas han administrado estos legados ni tengan alguna facultad para administrarlos si no es el proveedor y Mesa de la Real Casa de la Misericordia de esta ciudad.

Escrito de la Mesa de la Real Casa de Misericordia de Ceuta, dirigido al proveedor y hermanos de la Mesa de la de Ceuta en 13 de septiembre de 1693. Se refiere a la gestión cerca de la Corte portuguesa para poner al día los juros de Noroña y Andrade. Transcripción: Vendosse nesta Mesa a Carta, q. Hora recebemos del 30 de Junho deste anno; em q. se Repetia a Recomendaçao, que poutra se havia feito sobre o juro, de Franco. De Andrade pacheco: Ea que denovo, se intetava, em horde ao de 250 H pertençentes a despusiçao de D. Antao de Noronha; para cuio effeito se pertendia, saber, se se achava a Nosco cuidado com o Mesmo animo, com q. a Nosa de 691 se havia offeresido. Nos parase dizer q. si se ouverao remetido os documos. Necesarios a estas deligençias, Eo serto se tenia muy adiantado o Seu Expediente en a conçideracao de se ter disposto mandar hu. Irmao a agençear estos particulares: quando paresca Evistas os gastos, q. a sua asistençia ha de faser na Corte: nos offerescemos para obrar tudo o que for en utilidade de na Sta. Casa, nao So na ocasiao preste. Mai em todas as mais q. neisesamos servila por q. aseim o pide obrar Santo do Servº. De ¿; E dos sufragios pios, a q. os ditos juros sao aplicados nossos ¿ Em Meza da Mizª. De Lixª (Lisboa) 13 de setre. De 1693. (Rubricado por) Conde de Alvez, Joao da Silveira, J. de Sarouca, Dom Alvº de Abrs., Francisco de Mello, Antonio Peite Para, Dom Joao da Almeyda, Gaspar Soares da Silva, Mel Roiz, Pº ¿, ¿ de Avella, Pº Mendes. Sr. Provor. E hirmao de Mesa de Mizª de Ceitta.

En estos interrogatorios como en la mayor parte de las reclamaciones aparecen ya unidas las referencias a las rentas del legado de Antón de Noroña con las del de Francisco de Andrade, por estar todas ellas en Lisboa. Por ello, volveremos a las reclamaciones, después de tratar del legado de Francisco de Andrade.

EL LEGADO DE FRANCISCO DE ANDRADE

Dice el cronista Alejandro Correa de Franca[16], de este personaje que:

> *Francisco de Andrade fue capitán en el año de 1574, iuez de la Real Hacienda el de 1578; después fidalgo de la casa del rei, comendador de San Iuan de Moreira, del Orden de Christo. Era hijo de Iuan González de Orta y contrajo matrimonio con Guiomar Bocarro. Falleció fuera de Ceuta y en su thestamento manda treinta mill reis de iuro en la sissa del pescado de Lisboa y setenta mill sobre la renta que el duque de Abeiro tenía en Torresnobas para que la Casa de la Misericordia de Ceuta los distribuia anualmente en missas, hospitalidad, limosnas a cautibos y otros pobres. Estas rentas se hauían confundido con las nobedades acaecidas en Portugal el año de 1640; después las puso corrientes la solicitud de don Antonio Correa de Franca, del número 380, del Orden de Christo, secretario del tribunal del estado de Berganza.*

Andrade fue, además, gobernador interino de la ciudad, en 1691, entre el gobierno de D. Gil Annes de Acosta y el de D. Miguel de Meneses, primer duque de Camiña y octavo conde de Villarreal.

En el archivo de la Hermandad se conserva un expediente con la documentación testamentaria de Andrade[17], cuya ficha catalográfica nos ofrece la siguiente información sobre su contenido:

> *Traslado de una Verba testamentaria de Francisco de Andrade Pacheco; cada copia consta en el libro de los testamentos, numerado y rubricado por el escribano que entonces era Lope de Acevedo de Andrade, siendo proveedor el señor Blas Téllez de Meneses. La verba era de 1601, copiada en 1635 y 1692, con refrendo del Notario mayor de la audiencia episcopal y del escribano del Cabildo, con sello de goma en relieve sobre cruz flordelisada de papel, del Cabildo Municipal. 1692, 10 de enero.*
>
> *Verba del testamento de Francisco de Andrade, contador que fue de esta ciudad de Ceuta que se halla en el libro de copias de Verbas de testamentos al folio 14 vuelto. Borrador de transcripción y traducción.*
>
> *Verba del testamento de Francisco de Andrade Pacheco, contador que fue de esta ciudad de Ceuta. Traducción de Eugenio de Toledo. 1784, 4 de octubre.*
>
> *Nota de la adquisición que hizo Miguel de Noroña al rey D. Sebastián de 30.000 de juro sobre las rentas de la casa de la Mina, por Real Cédula despachada en Lisboa a los 30 días del mes de enero de 1568. Y 70.000 maravedís que estaban en la pesquería del Duque de Aveiro en Torres Novas.*

[16] CORREA DE FRANCA, *op. cit.*, p. 201-204.

[17] AGCE-SRCM, M 3.2.1, C 39-25, exp. 1293. Copias de documentación testamentaria de Francisco de Andrade Pacheco (1601) extendidas por D. Eugenio de Toledo en 1784.

Dos copias de traducción de la verba testamentaria de Francisco de Andrade Pacheco y la noticia de la imposición de su caudal en los juros de la Casa de la Mina de Lisboa y las pesquerías del Duque de Aveiro, en Torres Novas, por Eugenio de Toledo. 1784, octubre.

Traslado de una cláusula de testamento de Francisco de Andrade Pacheco cuya copia consta en el libro de testamentos numerado y rubricado por el escribano que era entonces Lope de Acevedo de Andrade, siendo proveedor el Capitán General el señor Blas Téllez de Meneses. La copia es de 1819, 5 de mayo.

LAS RECLAMACIONES DE RENTAS Y CAPITALES DE LOS LEGADOS

La incorporación de Ceuta a la Corona de Castilla, en 1640, prometía mantener el estatus de la Ciudad, pero no resolvió algunos temas como el de los réditos de capitales que estaban impuestos en Portugal. La situación jurídica de Ceuta de pertenencia a una u otra corona, no fue resuelta definitivamente hasta el Tratado de Paz y Amistad de 1668, siendo a partir de la designación de su nuevo prelado, Antonio de Medina Cachón y Ponce de León, en 1677, cuando se reactivaron algunos de estos litigios.

Así se deduce de la correspondencia recogida en la serie de Despacho[18].

1691: Testimonio notaria de reclamación de derechos por juros en Lisboa. Traslado de la carta de la Mesa de la Misericordia de Lisboa sobre las rentas del legado de Antón de Noroña. Carta de Antonio Correa de Franca, desde Lisboa, en portugués, sobre las gestiones económicas realizadas sobre censos.

1693: Testimonio notaria de reclamación de derechos por juros en Lisboa. Traslado de la carta de la Mesa de la Misericordia de Lisboa sobre las rentas del legado de Antón de Noroña. Carta de Antonio Correa de Franca, desde Lisboa, en portugués, sobre las gestiones económicas realizadas sobre censos.

1693-1731: Documento principiado en 1693 con notas sobre los juros que tenía la Misericordia en Lisboa de los legados de Antonio de Noroña y Francisco de Andrade.

1695: Copia de carta de la Misericordia de Lisboa a la de Ceuta.

1696: Carta de la Misericordia de Lisboa a la de Ceuta firmada por los miembros de su mesa. Traslado de Carta y respuesta de la Misericordia de Lisboa.

[18] AGCE-SRCM, M 2.2.3, C 32-8, exp. 1118. Documentación varia. Despacho 1691-1700.

Como ya apuntaba Alejandro Correa de Franca, al biografiar al contador Francisco de Andrade, el proceso tendrá un punto de inflexión con las reclamaciones iniciadas por Antonio Correa de Franca en 1696, lo que confirman los documentos[19]:

Carta de D. Antonio Correa de Franca, fechada en Lisboa a 4 de diciembre de 1696, y que respondía a otra del proveedor y Mesa de 25 de septiembre de 1696. Informa al proveedor y mesa del desarrollo de sus gestiones para el cobro de los 30.000 maravedíes y 70.000 maravedíes de juros de Francisco de Andrade Pacheco y Casa de Aveiro, faltando el documento del segundo, lo que era necesario para demostrar débitos tan antiguos. De los 240.000 maravedíes de D. Antón de Noroña pertenecía a la Casa de Villa Real en aquellos momentos, habiendo realizado gestiones mediante D. Juan de Ataide, alegado a la misma, para cambiarlo por otro de la Corona de Castilla, concretamente impuesto en Salamanca. Lo firma quedando a disposición de la Mesa.

Nota sobre datos necesarios para reclamar los censos debidos a la Casa y que correspondían al testamento de D. Antón de Noroña:

Un poder del obispo o Cabildo Catedralicio para reclamar los 50.000 maravedíes anuales que les correspondían de las dos capellanías y aceite de la lámpara.

Poder del proveedor y Mesa de la Real Casa de Misericordia como el enviado en 17 de noviembre de 1693 y que había de hallarse en el cartulario de Simón Vas Serrado, siendo escribano público en Ceuta y cambiando, lógicamente, fecha y componentes de la Mesa.

Certificación de cómo los 10 caballeros mercieros que habían de asistir a las Misas lo dejaron de hacer desde 1639, al dejar de percibir los 20.000 maravedíes cada uno, al año. Advierte de la conveniencia de hacer constar el reparto de los 250.000 maravedíes anuales, los 50.000 de la Seo (dos capellanías de 20.000 y el aceite de la lámpara de la Seo por 10.000 maravedíes) y los 200.000 maravedíes de la Misericordia. Igualmente, de la conveniencia de noticiar quien cobraba y administraba el dinero hasta 1639. Los poderes debían refrendarse por dos escribanos públicos de Cádiz para que los reconociese el cónsul de España y que los escribanos de Cádiz tuviesen conocimiento del de Ceuta. Pide se le envíen los documentos, bajo pliego, cuanto antes y a las señas a las que se le enviaba la correspondencia.

En 1719 parece que vuelve a dársele un impulso al proceso, encontrando otro grupo de documentos[20] importante sobre las reclamaciones:

[19] AGCE-SRCM, M 2.1, C 22-22, exp. 948. Copia de poder para reclamar las rentas de D. Antón de Noroña. 1696.

[20] AGCE-SRCM, M 2.1, C 22-26, exp. 952. Copia de poder otorgado a Antonio Correa da Franca para la cobranza de los adeudos de la renta de D. Antón de Noroña. 1719, que se complementa en AGCE-SRCM, M 2.2.3, C 32-9, exp. 1119. Correspondencia varia. Despacho, 1719, con documentación epistolar entre 1640-1641.

Carpetilla del poder otorgado por la Real Casa en 19 de enero de 1719 a favor de D. Antonio Correa de Afranca, para la cobranza de los 250.000 maravedís de renta de D. Antón de Noroña. Al dorso, súplica de limosna de Beatriz Pérez, viuda de Guillermo del Mar, que firma sin fecha. La dirige al proveedor y Mesa de la Real Casa. No era de su puño y letra. Sin fecha.

Copia del poder otorgado en 19 de enero de 1719 por la Real Casa de Ceuta, congregados a son de campana tañida. Acudieron, ante el escribano, el proveedor D. Juan de Guevara y Mendoza, fidalgo de la Casa Real de S.M. y caballero cubierto; el escribano D. Pedro de Vargas Machuca; tesorero Francisco de Obedos Viegas; capitán D. Blas Ibáñez, D. Martín Cebollino, D. Antonio de Palma, D. Duarte de Palma, Domingo Fernández, Francisco González, Francisco Martínez, Antonio Rebelo, D. Duarte Franco y Juan de Brito, todos ellos hermanos de Mesa. Declararon que por el testamento de D. Antonio de Noroña se mandó establecer dos capellanías perpetuas en la Santa Iglesia Catedral a las que habrían de acudir diez caballeros pobres, apuntándose las ausencias para dar la limosna solo a quienes escucharan Misa. Mandó aplicar 250.000 maravedís de juro real anual que tenía en Portugal; 40.000 maravedís de renta anual de la capellanía para el reverendo Cabildo; 10.000 maravedís al reverendo cabildo para el aceite de la lámpara de la Seo; 200.000 maravedís para las mercierías de la Misericordia. Al no cobrarse la renta a partir de 1639 se dejaron de dar las mercierías, que desde la muerte del hermano del testador, D. Andrés de Noroña, obispo de Portalegre, correspondía su cubrimiento a la Hermandad. Daban poder a D. Antonio Correa da Franca, vecino de la Corte de Lisboa, para cobrar la renta por los medios legales necesarios. Lo firmaron como testigos el hermano Juan de Santa Teresa, Amaro Fernández y Cristóbal González; los miembros de la Mesa citados y el escribano público D. Antonio Prieto. Solo lo rubrica, por ser copia, este último.

Algunos de los poderes extendidos en 1719 nos ofrecen una información preciosa[21] sobre el montante de las rentas en litigio, y las acciones que impedía su impago:

Copia de poder otorgado en 22 de noviembre de 1719, en Ceuta, en la sala de despacho de la Real Casa de Misericordia, a son de campana tañida. Presentes ante el escribano por S.M.: Excmo. Sr. D. Luis Rexio Branzi Forti Saladino y Colona, Príncipe de Campo Florido y Gobernador Capitán General de la Plaza y Proveedor de la Real Casa; D. Simón de Andrade y Afranca, escribano; D. Sancho de Vargas Machuca, tesorero; capitán D. Bartolomé Gamero; Teniente Coronel D. Manuel de Palma, D. Sebastián López Páez, D. Manuel Bacelar, Antonio de Brito, Pedro González, José de Yepes, Bernardo de Arriaga, D. Gaspar de los Reyes y Francisco González Anes, que confesaron ser los trece miembros de la Mesa. Se expone constar en una cláusula del testamento de D. Antón de Noroña la fundación de dos capellanías en la Santa Iglesia Catedral, ordinarias y perpetuas, para caballeros pobres y con la obligación de asistir a ellas, dejando para la Casa el producto de las ausencias como para el alumbrado de la lámpara de la Seo. Mandó aplicar para ello 250.000 maravedís de juro anual en Portugal; 40.000 maravedís para las dos capellanías, que las recibía el Cabildo Catedral por ser capellán perpetuo. 10.000 maravedís para aceite de la lámpara de la Seo. 200.000 maravedís para que la Real Casa pagase a los

[21] AGCE-SRCM, M 2.1, C 22-25, exp. 951. Copia de poder otorgado a Antonio Correa da Franca en reclamación de renta de la fundación de D. Antón de Noroña y la pensión de D. Francisco Andrade Pacheco. 1719.

[22] AGCE-SRCM, M 2.1, C 2-29, exp. 1064. Libro de Despesa de 1722.

moradores pobres que gozaban la tensa por las mercierías. Se cobró hasta 1639, por causa de la sublevación de Portugal, no habiendo podido cumplirse desde entonces con la provisión de las pensiones (tensas y comedias) que desde la muerte del hermano del testador, D. Andrés de Noroña, obispo de Portalegre, correspondía a la Hermandad. El poder se hacía para facultar a D. Antonio Correa de Afranca vecino de la corte de Lisboa, para reclamar a los tesoreros y almojarifes del Algarbe, en donde estaban impuestos, las cantidades correspondientes a los años transcurridos entre 1640 y 1719. Igualmente le facultaban para que cobrara los 30.000 maravedís de Francisco de Andrade Pacheco y los 70.000 que se hallaban de principal en el tesorero de la Casa de Ceuta. Lo firmaron D. José de San Martín, D. Fernando Alvarez de Acosta y D. Fernando Columna, además de los presentes y otorgantes. Ante D. Francisco Miranda, como escribano del Rey, residente al presente en Ceuta, como público y número. Firmada y signada por el escribano en la misma fecha que el original.

La tramitación de las reclamaciones será lenta y generará muchos documentos y asientos en los libros, muchos de ellos menores, pero sin duda con su valor, como es el caso de dos cartas firmadas por Antonio Correa de Franca en 1722 insertas en el Libro de Despesa[22] de ese año.

Igualmente curiosa es la:

Copia de aval otorgado por el mercader D. Francisco Rodríguez Pastor en favor del de la misma clase Juan Marres, a quien había facultado la Real Casa de Misericordia para cobrar en la corte de Lisboa ciertas cantidades, de manos de D. Felicio Xavier de Silva. Se obligaba con todos sus bienes a responder por Juan Marres, ante el escribano público José López Machado y actuaron como testigos Manuel Carballo, D. Rodrigo Barcelar y Amaro Fernández, vecinos y residentes en Ceuta. Fechado en 18 de diciembre de 1733. La copia está firmada y fechada por el escribano en el mismo día que el original.[23]

Es uno de los pocos momentos en los cuales parece que las gestiones obtienen algún fruto económico. Hay que reconocer el esfuerzo que hicieron las diferentes mesas que se sucedieron en la dirección de la Hermandad, que incluso recurrieron a la influencia de prelados que consideraban con peso para interceder en su favor[24], como Francisco Lasso de la Vega –entonces obispo de Plasencia– o Tomás del Valle –obispo de Cádiz- y que ambos conocían la situación por haber ostentado la mitra de Ceuta con anterioridad.

En 1740 todavía hay intentos de cobro mediante apoderados[25]:

[23] AGCE-SRCM, M 3.1.2, C 28-12, exp. 955. Copia de aval otorgado por el mercader Francisco Rodríguez Pastor a Juan Marrés a quien había facultado la Real Casa para cobrar en la corte de Lisboa ciertas cantidades de manos de Felicio Xavier de Silva. 1733.

[24] AGCE-SRCM, M 2.2.3, C 32-12, exp. 1122. Documentación varia. Despacho. 1734.

[25] AGCE-SRCM, M 2.1, C 22-30, exp. 956. Copia de poder otorgado a D. José Montecristo para cobrar 200.000 reales que tenía otorgados la Real Casa en Lisboa. 1740.

Copia de escrito dirigido por la Real Casa de la Misericordia a Portugal, pidiendo se le entregase al comerciante D. José de Montecristo, letra para hacerle entrega de 200.000 reales. Firmado el original por D. Pedro de Vargas Maldonado, D. José de Guevara Vasconcelos, D. Juan de Taboada, D. José Correa da Franca, D. Salvador Tamayo y Burgos, D. Esteban Escribano, D. Antonio Díaz Viera, Diego Fernández, Francisco Ladeiro y el señor D. Francisco Xavier de Silva. En 16 de diciembre de 1740.

A continuación, la copia de la carta de presentación que hacía la Mesa de D. José Montecristo, vecino y comerciante de Cádiz, al tesorero de la ciudad de Lisboa, D. Francisco Xavier de Silva, para cobrar los 200.000 reales que tenía otorgados por carta de 6 de octubre. Suscrita en 16 de diciembre de 1740 por D. Pedro de Vargas Maldonado, D. José de Guevara Vasconcelos, D. Juan de Taboada, D. José Correa da Franca, D. Salvador Tamayo y Burgos, D. Esteban Escribano, D. Antonio Díaz Viera, Diego Fernández y Francisco Ladeiro.

Por aquellos entonces, la Hermandad ceutí comenzaba a vivir momentos muy difíciles en lo concerniente a su economía, habiendo dejado de cumplir muchas de sus obligaciones. Entre sus acreedores, el Convento de Trinitarios Descalzos, que reclamaba pagos dependientes de las citadas rentas lisboetas, y a quienes se dieron explicaciones en 1742[26]:

Documento de respuesta del Real Colegio de Trinitarios a la Mesa de la Hermandad de la Misericordia sobre reclamaciones de censos sobre propiedades que le había hecho, así como relación de cargos que el Colegio reclamaba a la Hermandad, con acusaciones de haber suprimido obligaciones de misas para gastarse en el cuidado de los niños expósitos, sin autorización de la jurisdicción ordinaria.

Carta en portugués, firmada en Lisboa en 29 de octubre de 1742 por Felicio Gabriel de Silva y su traducción y contestación por el secretario de la Hermandad, Antonio Girón y Argüelles sobre gestiones hechas sobre un censo atrasado, con Fernando Gómez como intermediario. Copia de la remisión de la documentación y otra en portugués de Felicio Gabriel de Silva de 16 de octubre de 1742.

Después, llegaría el terremoto de 1751 y con él, las excusas por la pérdida de la documentación y la imposibilidad de demostrar y pagar aquellas rentas:

Carta de Luis Pedro Barreyra firmada en Lisboa el 1 de mayo de 1757 sobre las memorias de juros de D. Antón de Noroña[27].

Lo que se ve claramente en la siguiente correspondencia[28]:

[26] AGCE-SRCM, M 2.2.3, C 32-10, exp. 1123. Documentación varia. Despacho. 1741-1742.

[27] AGCE-SRCM, M 2.2.3, C 32-16, exp. 1126. Documentación varia. Despacho. 1756-1757.

[28] AGCE-SRCM, M 2.2.2, C 22-42, exp. 968. Correspondencia sobre adeudo de pensiones en Portugal entre varias personas y Cristóbal Pavía Hurtado de Mendoza. 1756-1759.

Escrito firmado por Palacios y dirigido a D. Cristóbal Pavía, sin fecha. Adjuntaba "una papeleta; para cuya respuesta recurro a Vm. como instruido en las fundaciones que ha habido en esta Plaza" que remitió "un caballero portugués, residente actualmente en Madrid".

Copia de escrito dirigido por D. Cristóbal Pavía a D. Miguel de Vega Arce con fecha 5 de abril de 1756: Copia./. Muy señor mío. Habiendo escrito a esta Santa Real Casa D. Luis Pedro Barreira vecino de esa Corte con fecha de 5 de agosto del año pasado, como le había descubierto en ella ciertos caudales que pertenecían a los fondos que en servicio de Dios se emplean por el instituto de Misericordia que profesa; para ello se le había de conceder la mitad de los que hubiese vencido hasta entonces, siendo de su cuenta practicar todas las diligencias, que condujesen a hacer exequible la otra mitad y poner corrientes a todos los años la dotación que da motivo a esta comisión de que se encarga expresamente. Cita el que se remita a V.S. el poder para que pueda recibir este caudal, y hacer las veces de esta Santa y Real Casa por su cobro: y siendo tan de la satisfacción de todas una elección tan apreciable suplico a V.S. se sirva decir si gusta encargarse de hacer esta obra, que por el fin a que se dirige es a los ojos de Dios la más aceptable, y al mismo tiempo asegurar en Madrid, Cádiz o Sevilla el entregar el caudal que percibiese, siempre que por la misma Corte se tenga noticia de que en su poder ha entrado lo que esta Santa y Real Casa no duda de la atenta cristiana generosidad de V.S. De quien me ofrezco con el más seguro obsequioso afecto deseando emplearme en servirlo, como que nuestro Señor Glorioso a V.S. los muchos as. que le suplico de esta Mesa. De la Santa Casa de la Misericordia de Ceuta hoy 5 de abril de 1756. Beso la mano de su muy seguro a Señor servidor, Cristóbal Pavía, secretario, Escribano de la Santa y Real Casa.- Sor. D. Miguel de Vega Arce.

Escrito de D. Manuel de Vega Arce dirigido a D. Cristóbal de Pavía Hurtado de Mendoza, fechado en Lisboa el 24 de mayo de 1757. Dice haber recibido en su tiempo la anterior de abril de 1756 y con ella una para Luis Pedro Barreira a quien, tras mucho tiempo transcurrido del terremoto, encontró fuera de Lisboa y se la entregó. Contestó Barreira haber perdido en el fuego del terremoto la mayor parte de los documentos necesarios, pero que él estaba dispuesto a encargarse de la cobranza, siempre y cuando le diera la mitad de lo que cobrase, siendo este procedimiento más seguro que el intentado durante años sin éxito. Se despide del firmante quedando a disposición de la Casa aunque muy mermado en salud y edad tras el terremoto.

Nota sin destinatario, remitente ni fecha, comunicando las gestiones de Manuel de Vega Arce, vicecónsul de España en Lisboa, sobre rentas atrasadas.

Escrito remitiendo a D. Manuel de Vega Arce con carta de Luis Pedro Barreira para percibir caudales adeudados en Lisboa, fechado en 25 de febrero de 1759.

Volvieron a pasar los años y entre 1774 y 1775 se nombraron un nuevos apoderados en Lisboa, concretamente con los hermanos Miguel y José Bonefoy quien tratarían de mover el asunto, eso sí, requiriendo algún desembolso

de la Hermandad, que esta no estaba dispuesta a hacer[29]. Sin embargo se llegó a un acuerdo y volvieron a hacer los consabidos poderes[30]:

> *Copia de poder otorgado por la Real Casa en favor de D. José Bonnefoy, vecino de Lisboa, para liquidar las rentas de Portugal. Fechado en 18 de agosto de 1774. Otorgantes: D. Juan de Peñalosa, capitán de Infantería agregado a la plana mayor y proveedor; D. Sancho de Vargas Machuca, subteniente de Infantería agregado a la plana mayor y escribano; D. Juan de Barcelar teniente del Regimiento Fijo y tesorero; capitanes del Regimiento Fijo D. Diego Pimentel y D. Francisco Ferris; subtenientes D. Juan Alonso Lobato y D. Fernando Cebollino, todos de primera Mesa. Antonio Bicar, Pedro de Espinosa, Diego de Molina y Pedro de Guerrero, de segunda Mesa. D. Jacobo de Quintanilla, cadete del Regimiento Fijo y mayordomo de primera y Rafael de Medina mayordomo de segunda. El poder era para que "En nombre de esta Santa y Real Casa, liquide la cuenta de los censos que le corresponden por las gracias y mercedes que a favor de ella hicieron y dejaron en el dicho reino el señor rey don Felipe cuarto, de gloriosa memoria y el excelentísimo señor don Antón de Noroña y Francisco de Andrade Pacheco, sobre los almojarifazgos, sisas del pescado y en la pesquería del duque de Aveiro en Torres Novas, hasta que resulte el legítimo alcance, y cantidad líquida que de todos los dichos, rentas se estuviere debiendo hasta de presente a esta Santa y Real Casa de todo el tiempo que no los ha cobrado..." Lo firmaron como testigos D. Eugenio de Toledo, Joaquín Abadía y Andrés Dañino, ante el escribano de cabildo y público D. José Ventura Borrero y con visto bueno de Francisco Pascual Cler, auditor general de Guerra de Ceuta.*

Las últimas cartas las encontramos a finales de siglo[31], sin que nada cambiase. Después, no hubo más y todo quedó en los archivos de la institución.

El proceso de integración de la ciudad en la corona española fue bastante claro y reglado, en especial para la administración. Sin embargo, para algunos particulares y entidades como la Santa y Real Hermandad y Casa de la Misericordia o el Beaterio de Recogidas hubo perjuicios evidentes, con pérdida de capitales y rentas. En este caso queda demostrado que nunca se recuperó la financiación de las fundaciones en cuestión, es decir, las creadas por Antón de Noroña y Francisco de Andrade Pacheco, como tampoco las dotes de doncellas que concedía la matriz de Lisboa, ni por indemnización por la corona lusa, ni por compensación de la española.

[29] AGCE-SRCM, M 2.2.2, C 22-43, exp. 969. Correspondencia entre la Hermandad y Lisboa, actuando como intermediario D. Miguel de Bonefoy. 1773-1775.

[30] AGCE-SRCM, M 2.1, C 22-35, exp. 961. Copia del poder otorgado por la Real Casa a favor de José Bonnefoy para liquidar las rentas de D. Antón de Noroña y D. Francisco de Andrade.

[31] AGCE-SRCM, M 2.2.3, C 33-6, exp. 1132. Documentación varia. Despacho. 1785-1790.

FUENTES MANUSCRITAS

Archivo General de Ceuta

Santa y Real Casa de la Misericordia de Ceuta

M 2.4.2, C 22-57, exp. 983. Traslado de decreto del general de la Plaza Luis de Alencastro sobre dotes dadas a doncellas huérfanas de la Plaza y de cuyas informaciones se encargaba la Santa y Real Casa de la Misericordia, 1644-1645.

M 3.2.2, C 33-5, exp. 1131. Certificación de ingreso de Juan Baptista de Acuña, 19 de mayo de 1618.

M 1.2.2, C 1-25, exp. 27. Informaciones de hidalguía de la familia Guevara Vasconcelos, 1733-1850, entre otros.

M 1.2.2, C 1-39, exp. 39. Informaciones de hidalguía de la familia Mimoso, documentos correspondientes al sargento Antonio Mimoso, 1733-1819, entre otros.

M 2.5.2, C 18-9, exp. 566. Misas de ajusticiados, 1734. Documentos correspondientes al soldado Julián Cano, entre otros.

M 3.2.1, C 39-21, exp. 1289. Testamento de D. Antón de Noroña, virrey de la India. 1634-1723.

M 3.5.2, C 22-2, exp. 928. Interrogatorios sobre las obligaciones de la Casa y carta de la matriz de Lisboa a la de Ceuta. 1693.

M 3.2.1, C 39-25, exp. 1293. Copias de documentación testamentaria de Francisco de Andrade Pacheco (1601) extendidas por D. Eugenio de Toledo en 1784.

M 2.2.3, C 32-8, exp. 1118. Documentación varia. Despacho 1691-1700.

M 2.1, C 22-22, exp. 948. Copia de poder para reclamar las rentas de D. Antón de Noroña. 1696.

M 2.1, C 22-26, exp. 952. Copia de poder otorgado a Antonio Correa da Franca para la cobranza de los adeudos de la renta de D. Antón de Noroña. 1719.

M 2.2.3, C 32-9, exp. 1119. Correspondencia varia. Despacho, 1719, con documentación epistolar entre 1640-1641.

M 2.1, C 22-25, exp. 951. Copia de poder otorgado a Antonio Correa da Franca en reclamación de renta de la fundación de D. Antón de Noroña y la pensión de D. Francisco Andrade Pacheco. 1719.

M 2.1, C 2-29, exp. 1064. Libro de Despesa de 1722.

M 3.1.2, C 28-12, exp. 955. Copia de aval otorgado por el mercader Francisco Rodríguez Pastor a Juan Marrés a quien había facultado la Real Casa para cobrar en la corte de Lisboa ciertas cantidades de manos de Felicio Xavier de Silva. 1733.

M 2.2.3, C 32-12, exp. 1122. Documentación varia. Despacho. 1734.

M 2.1, C 22-30, exp. 956. Copia de poder otorgado a D. José Montecristo para cobrar 200.000 reales que tenía otorgados la Real Casa en Lisboa. 1740.

M 2.2.3, C 32-10, exp. 1123. Documentación varia. Despacho. 1741-1742.

M 2.2.3, C 32-16, exp. 1126. Documentación varia. Despacho. 1756-1757.

M 2.2.2, C 22-42, exp. 968. Correspondencia sobre adeudo de pensiones en Portugal entre varias personas y Cristóbal Pavía Hurtado de Mendoza. 1756-1759.

M 2.2.2, C 22-43, exp. 969. Correspondencia entre la Hermandad y Lisboa, actuando como intermediario D. Miguel de Bonefoy. 1773-1775.

M 2.1, C 22-35, exp. 961. Copia del poder otorgado por la Real Casa a favor de José Bonnefoy para liquidar las rentas de D. Antón de Noroña y D. Francisco de Andrade.

M 2.2.3, C 33-6, exp. 1132. Documentación varia. Despacho. 1785-1790.

FUENTES IMPRESAS E ESTUDIOS

CÁMARA DEL RÍO, Manuel - *Beneficencia y asistencia social: la Santa y Real Hermandad, Hospital y Casa de Misericordia de Ceuta*. Ceuta: Instituto de Estudios Ceutíes, 1996.

SOUSA, Ivo Carneiro de - *Da descoberta da Misericórdia à fundação das Misericórdias (1498-1525)*. Porto: Granito, 1999.

CARO, Lucas - *Historia de Ceuta: es del presbítero*...Ceuta: Ayuntamiento de Ceuta, 1989. p. 179, n. 168. Edición José Luis Gómez Barceló.

COMPROMISO O CONSTITUCIONES DE LA SANTA Y REAL CASA DE MISERICORDIA DE CEUTA, hija de la de Lisboa, traducidas del portugués, reimpresas en el año de 1807. Málaga: Imprenta de Francisco Martínez de Aguilar, Calle de la Cintería, 1807.

CORREA DE FRANCA, Alejandro - *Historia de Ceuta*. Ciudad Autónoma de Ceuta: Consejería de Educación y Cultura, 1999. Edición de Mª del Carmen del Camino Martínez.

FORJAZ, Jorge - *Famílias portuguesas de Ceuta*. Ceuta: Archivo General de Ceuta, 2011.

GÓMEZ BARCELÓ, José Luis - El fondo de la Santa y Real Hermandad y Casa de la Misericordia del Archivo Central de Ceuta. In *Archivos y fondos documentales para la historia del patrimonio cultural de las hermandades*. Málaga: Archivo Histórico Municipal, 2004.

GÓMEZ BARCELÓ, José Luis - *La castellanización de Ceuta bajo la Corona de Austria: discurso de ingreso en la Academia Andaluza de la Historia*. Algeciras, 2014. en prensa.

Recensões

BRAGA, Paulo Drumond - *Uma lança em África: história da conquista de Ceuta.* Lisboa: A Esfera dos Livros, 2015. 200 p.

Filipe Themudo Barata *

Não é surpreendente que neste ano de 2015 tenham sido publicadas diversas obras sobre Ceuta: discutiu-se a sua conquista, a sua defesa, a sua manutenção, a sua perda e até a sua realidade atual. Não admira, pois, como se sabe, fez este ano 600 anos que foi tomada esta praça pelo exército português comandado pelo rei D. João I. Para o próximo ano, muitas das atas dos encontros ocorridos este ano, serão certamente publicadas e, então, poderemos fazer um balanço de tudo o que foi escrito e publicado.

Entre aquelas que foram publicadas este ano, conta-se este trabalho da autoria de Paulo Drumond Braga (PDB), que, juntamente com Isabel Mendes Drumond Braga, já tinha sido autor de vários trabalhos sobre Ceuta, entre os quais destaco "Ceuta Portuguesa (1415-1656)", publicado em Ceuta, em 1998.

No primeiro contacto com esta obra percebemos logo o seu objetivo: organizar de uma forma simples e compreensível a informação que se sabe sobre Ceuta no período que medeia entre a sua conquista pelos portugueses e a sua passagem para a soberania espanhola. Pelo modo como está dividido percebe-se que está dirigido a todo o tipo de leitores interessados.

Além dos 6 pontos em que o livro se organiza, fica assinalada a presença de um conjunto de anexos que, para historiadores e outros leitores, são sempre úteis. Em especial, as listas de Capitães e Governadores, bem como as dos bispos de Ceuta e de Ceuta e Tânger, são uma informação segura com as fontes devidamente identificadas. Também fica aqui o registo para uma bibliografia bastante completa.

*Historiador, Professor Associado, com Agregação, da Universidade de Évora, investigador e vice-director do CIDHEUS - Centro Interdisciplinar de História, Culturas e Sociedades. Responsável da Cátedra UNESCO de património imaterial; académico correspondente da Academia da Marinha e da Academia Portuguesa de História.

Vejamos agora o conteúdo.

No primeiro ponto, o autor começa por apresentar, claro, as várias teorias de muitos historiadores sobre os motivos que levaram o rei à conquista da praça do Norte de África. Esse resumo de teses merece, todavia, uma nota. Por razões que tenho dificuldades em compreender, a sugestão que Aires Augusto Nascimento defendeu, no seu conhecido "Livro dos Arautos" e que PDB conhece e cita, nunca é considerada à hora de escolher as diferentes hipóteses levantadas pela historiografia para a tomada de Ceuta; é certo que o título da obra não parece discutir os motivos da conquista, mas o seu conteúdo mostra bem como os problemas da legitimidade da Coroa portuguesa e a necessidade de se fazer representar no Concílio de Constança podem ser considerados tão importantes como a busca das rotas do ouro ou do trigo marroquino.

Depois de descrever, de forma breve, a cidade nos inícios do século XV que os portugueses se preparavam para tomar, é no ponto seguinte que PDB aborda rapidamente a conquista da cidade. Nesta parte, certamente por não se pretender entrar em detalhes e numa descrição demasiado especializada, nunca se faz uma apreciação – uma crítica - das fontes, nomeadamente do testemunho de Zurara, como outros historiadores têm vindo a fazer, como é o caso de Luís Miguel Duarte.

O ponto seguinte, o maior, refere-se à descrição da cidade de Ceuta sob domínio português. O modelo de análise é o que, há muitos anos, A. H. Oliveira Marques apresentou para o estudo das cidades portuguesas. O problema desse tipo de abordagem, no pequeno espaço desta obra, é a necessidade de se comprimirem as conjunturas e o próprio tempo para realçar os aspetos mais gerais, perdendo-se a perceção dos anos difíceis, da crise, da insegurança, ou, ao contrário, das épocas de prosperidade. Mas também é justo reconhecer que, desta forma e neste livro, temos acesso a imensa documentação e informação tirada diretamente das fontes.

Finalmente, PDB termina, dizendo que dessa presença centenária portuguesa ficou a bandeira, as armas da cidade e o reconhecimento de um passado comum. Pessoalmente, depois de ter ido várias vezes a Ceuta, o que mais me impressionou, não foi tanto a bandeira e as armas da cidade, mas muito mais a reivindicação dos seus habitantes de uma herança comum com Portugal que querem continuar a partilhar e que, no contexto da Espanha atual, lhes dá, ou reclamam dar, uma identidade especial.

Uma última nota para o que, nos nossos dias, valeria a pena continuar a investigar e estudar e que, normalmente, se perde nas descrições da conquista e da história da cidade. O primeiro ponto refere-se à importância simbólica que, desde 1415, a cidade passou a ter, tanto em Portugal, como no contexto europeu. De facto, já existem alguns artigos, mostrando, como, no final da vida, muitos dos que pediam tenças ao rei, reclamavam os seus direitos com o argumento de pertencerem à geração dos que tomaram Ceuta. Mas conhecemos muito pior o que Ceuta representou para muitos europeus que vinham combater na cidade. PDB, aliás, enumera muitos estrangeiros que, em vários momentos, lá se encontravam; o que não sabemos é se, para além dos comerciantes, Ceuta terá conseguido polarizar uma corrente, ideológica e política, de todos aqueles que seguiam e perseguiam modelos cavaleirescos e guerreiros nas relações com o Islão.

Um outro ponto que importa conhecer melhor é a forma como, nos nossos dias, os habitantes da cidade reclamam a partilha de um património comum, porque o fazem e qual o conteúdo identitário desse património. É quase perturbador a ligação a Portugal que reclamam.

Um último aspeto que justifica o aprofundamento dessa relação é o facto de nos permitir conhecer melhor a própria Ceuta portuguesa. A muralha e porta califal posta recentemente a descoberta ajuda-nos a compreender melhor as obras que os portugueses ergueram; do mesmo modo, muitas das construções perto da cidade, junto à costa, no futuro, ajudar-nos-ão a perceber com mais precisão a forma como Portugal se entrincheirou na região.

Mas convenhamos que para avançar para estes novos caminhos é essencial termos estes pontos da situação que a obra de PDB nos fornece.

DUARTE, Luís Miguel – *Ceuta, 1415.* Lisboa: Livros Horizonte, 2015. 255 p.

Bernardo Vasconcelos e Sousa*

Na passagem dos seiscentos anos da tomada de Ceuta pelos portugueses é natural e compreensível que o tema volte a ganhar atualidade historiográfica entre nós. A edição, neste ano, de vários livros produzidos sobre o assunto retoma e dá destaque a um dos episódios mais marcantes (e polémicos) da história e da historiografia portuguesas. Além da obra aqui recenseada, mencionem-se também os estudos de João Gouveia Monteiro e António Martins Costa, *1415 – A Conquista de Ceuta* (ed. Manuscrito), e de Paulo Drumond Braga, *Uma Lança em África. História da Conquista de Ceuta* (ed. A Esfera dos Livros).

No caso que agora nos ocupa, do livro da autoria de Luís Miguel Duarte, catedrático de História Medieval da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, a abordagem produzida distingue-se voluntariamente das polémicas que no século XX tanta tinta fizeram correr, nomeadamente acerca das causas que levaram os portugueses até à cidade marroquina naquele verão de 1415. Diga-se, desde já, que a intenção do Autor não é ditada por qualquer impulso comemorativo, mas sim pelo desejo racional de "evocar o acontecimento para o repensar, para renovar as perguntas ao passado" (pág. 9).

*****Bernardo Vasconcelos e Sousa é Professor Associado na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, onde atualmente coordena o Mestrado em História. Foi presidente do Instituto de Estudos Medievais (IEM) entre 2006 e 2008 e é diretor da revista *Medievalista OnLine*. Entre as suas publicações contam-se *Os Pimentéis. Percursos de uma Linhagem da Nobreza Medieval Portuguesa (Séculos XIII-XIV)*, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 2000 (Prémio Júlio de Melo Fogaça, da Academia das Ciências de Lisboa), *D. Afonso IV (1291-1357)*, Círculo de Leitores, 2005, e a parte sobre Idade Média da *História de Portugal* dirigida por Rui Ramos, 8ª ed., A Esfera dos Livros, 2015 (Prémio D. Dinis 2009, da Fundação Casa de Mateus). Coordenou a obra *Ordens Religiosas em Portugal. Das Origens a Trento – Guia Histórico*, 2ª ed., Livros Horizonte, 2006 (Prémio A. de Almeida Fernandes de História Medieval Portuguesa) e o volume sobre a Idade Média da *História da Vida Privada em Portugal*, dir. por José Mattoso, Círculo de Leitores / Temas e Debates, Lisboa, 2010. Co-editou o livro *The Historiography of Medieval Portugal (c. 1950-2010)*, dir. por José Mattoso, Lisboa, IEM, 2012.

E é isso que Luís Miguel Duarte faz, analisando em sucessivos capítulos "O Mundo daquele Tempo", contemplando o contexto europeu mas não só; descrevendo "A Decisão" de ir a Ceuta e as razões que a motivaram; pormenorizando "A Preparação da Viagem" rumo à praça do Norte de África; ou apresentando-nos "Marrocos e Ceuta ao Tempo da Conquista Portuguesa", através de um olhar sobre a cidade e a partir dela para o reino de Marrocos, com base em fontes muçulmanas contemporâneas da conquista portuguesa, como é o caso de uma descrição de Ceuta escrita em 1422 por um ceuti que lá nascera, lá vivera e de lá fugira aquando da chegada dos portugueses. No itinerário traçado por Luís Miguel Duarte não podia, evidentemente, faltar a descrição d'"O Combate" pela conquista da praça e, por último, "O Fim da Aventura".

Tudo é tratado de forma rigorosa, mesmo que por vezes num tom coloquial, mas que não adultera a letra e o espírito da documentação histórica disponível. Face às suas fontes, o Autor tem, aliás, a atitude crítica do investigador que segue o percurso de "um estudo cientificamente conduzido", para retomar a fórmula clássica do grande historiador francês que foi Lucien Febvre. Luís Miguel Duarte interroga as fontes, questiona-as, sabendo que elas não são neutras e também nos podem enganar.

É por isso que, perante a famosa *Crónica da Tomada de Ceuta*, do cronista-mor do reino Gomes Eanes de Zurara, escrita por encomenda do rei D. Afonso V e com base na versão comunicada pelo Infante D. Henrique, Luís Miguel Duarte diz-nos que "nem com ela nem sem ela". De facto, não se devendo nem podendo prescindir de uma narrativa tão rica como esta, é preciso distinguir razões, destrinçar o provável ou o verosímil do adorno puramente ideológico ou apologético.

Isto é particularmente importante face à figura do próprio Infante D. Henrique, personagem cuja mitificação encontra na *Crónica da Tomada de Ceuta* uma das suas primeiras e principais peças. Ou, pelo contrário, no quase completo silêncio que se abate sobre um outro infante, D. Pedro, caído em desgraça e morto pelo exército de D. Afonso V na batalha de Alfarrobeira, em 1449, precisamente quando Zurara escrevia esta crónica, numa redação que tinha lugar trinta e cinco anos depois da tomada de Ceuta.

O livro oferece uma imensa e muito relevante informação factual que Luís Miguel Duarte nos apresenta – alguma dela absolutamente inédita – sobre as ações de espionagem e contra-espionagem que antecederam a partida da armada portuguesa, sobre a logística e os efetivos da expedição, sobre a evolução no terreno durante a batalha pela conquista da cidade, sobre outras versões que complementam ou contrariam mesmo a narrativa de Zurara. As lacunas ou os exageros das descrições do século XV, o que sabemos de seguro e o que é incerto, as dúvidas e as hipóteses interpretativas, de todas estas condicionantes o leitor é avisado, sem visão dogmática nem tom doutrinário. O que é tanto mais significativo quando a questão de Ceuta constituiu, durante décadas, um ponto fulcral de múltiplas e variadas visões ideológicas da história. Um dos pontos mais controversos é o do número de efetivos portugueses envolvidos na conquista da praça. O espião castelhano Ruy Díaz de Veja, enviado a Portugal por Fernando de Antequera, conseguiu o acesso a informação privilegiada e calculou que o exército português contaria cerca de 19 mil homens (pág. 86), tendo este montante sido arredondado por vários autores para as duas dezenas de milhar. Apesar do rigor de muitas das notícias fornecidas pelo referido espião, Luís Miguel

Duarte considera o número inflacionado. Diz ele: "Para não me furtar completamente a um cálculo, acredito num número entre 12 000 e 15 000 expedicionários", para acrescentar logo em seguida: "mas admito que tivessem sido mais" (pág. 168). Do que não restam dúvidas é do caráter extraordinário da operação levada a cabo pelos portugueses, sem paralelo até àquela data.

Independentemente das causas que conduziram os portugueses a Ceuta em 1415 – e que estão longe de ser o núcleo central deste livro – e para além do juízo que se tenha sobre as razões da expedição e sobre os objetivos da conquista, a conclusão de Luís Miguel Duarte é eloquente. Para Marrocos, a perda de Ceuta e a incapacidade para a retomar de imediato determinaram o acentuar da quebra do prestígio e o acelerar da crise da dinastia merínida, que acabaria por ser deposta e substituída por uma nova dinastia, a dos Watássidas. Para Portugal, por seu turno, "Ceuta transformou-se num buraco gigantesco, num sumidouro sem fim de homens e de recursos; foi a pior 'parceria público-privada' da nossa história, um verdadeiro cancro para as contas do país" (pág. 240). Na senda de António José Saraiva, o autor subscreve a posição deste, ao considerar que a expedição a Ceuta poderia ter antecipado o desastre sofrido em Alcácer Quibir, com a morte do rei, a devastação do exército, a decapitação da mais alta nobreza e a perda de independência do reino (págs. 79-80).

Mas do que também não há dúvida é de que começava aqui uma nova fase da história de Portugal. Mesmo não existindo então um "plano global" de expansão ultramarina ou, muito menos, de construção de um império pluricontinental, estava dado o primeiro passo.

MONTEIRO, João Gouveia; COSTA, António Martins - *1415 A Conquista de Ceuta.* Lisboa: Letras & Diálogos, 2015. 222 p.

Vitor Luís Gaspar Rodrigues*

A comemoração em 2015 do 6º centenário da conquista de Ceuta pelas forças portuguesas tem sido aproveitada pelas editoras para lançar no mercado novos títulos, direcionados ao grande público, sobre essa extraordinária expedição militar que marcou o início do processo expansionista português.

A obra em questão, *1415 A Conquista de Ceuta*, redigida por um dos mais conceituados historiadores militares portugueses da Idade Média (a elaboração do texto ficou a cargo de João Gouveia Monteiro, cabendo a António Martins da Costa a produção do dossiê iconográfico) enquadra-se, como aquele refere no seu prefácio, nesse modelo, procurando, e conseguindo, em nosso entender, atingir um leque significativamente vasto de leitores, sem, no entanto, perder rigor e profundidade.

Tomando por base a *Crónica da Tomada de Ceuta*, de Gomes Eanes de Zurara, peça fundamental para a recomposição histórica da empresa, e socorrendo-se de diversos testemunhos documentais, que introduz no seu relato através da presença de outras "vozes" – no caso a de João Gomes da Silva, alferes-mor do rei, e a do próprio Infante D. Henrique - que ora complementam, ora retificam as informações daquela fonte, Gouveia Monteiro relata, de forma "quase cinematográfica", o evoluir da expedição militar, desde os preparativos no Reino, até à conquista de praça em 21 de agosto de 1415.

* Vitor Luís Gaspar Rodrigues é doutorado pela Universidade dos Açores, possui o grau de Agregado pela Faculdade de Ciências Sociais da Universidade Nova de Lisboa na área de Expansão Portuguesa. Investigador Auxiliar com Agregação da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. É Investigador Integrado do Centro de História da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa e Investigador Associado do Centro de História d´Aquém e d´Além Mar da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa e Universidade dos Açores. Principais áreas de especialização: História Militar do Império Português (séc.s XV-XVII) e História Social do Império Oriental Português (séc.s XVI-XVII), domínios em que tem um vasto número de livros e artigos publicados.

Embora se trate de uma "evocação ficcionada" da empresa militar, como o reconhece Gouveia Monteiro, o texto que daí resulta, e que compõe em grande medida a primeira parte da obra, apresenta um significativo conjunto de novas ou revisitadas informações, suportadas tanto por um vasto conjunto de fontes como pela bibliografia especializada que se encontra disseminada ao longo das múltiplas notas que acompanham o texto, o que contribui para acrescentar alguma novidade e rigor científico à obra. Terminada a descrição da empresa militar são analisados, já num registo algo diferente - que de alguma forma pré-anuncia "o estilo menos literário e mais convencional" que marcará a segunda parte do livro -, todos os desenvolvimentos que se seguiram à conquista de Ceuta em resultado não só das dúvidas que se colocaram a propósito da manutenção ou o abandono da praça, mas também das dificuldades em encontrar uma figura da nobreza com prestígio social e capacidade de liderança e que estivesse interessada em se encerrar numa fortaleza distante do reino, cuja manutenção se afigurava bastante problemática em virtude de ser difícil de socorrer e se encontrar rodeada por um inimigo poderoso. Nesses capítulos finais da primeira parte não só analisa de forma detalhada o processo que conduziu à nomeação de D. Pedro de Menezes, o mais improvável capitão da praça em virtude do posicionamento contrário da sua família – os Telo – às pretensões do mestre de Avis na crise dinástica de 1383-1385, como descreve de forma exaustiva a guarnição que o irá acompanhar nessa primeira fase, terminando com um retrato bastante impressivo das "despedidas amargas" que marcaram a partida da frota.

Na segunda parte da obra, marcada, como referimos, pelo despir da pele do cronista Zurara, Gouveia Monteiro começa por analisar de forma bastante incisiva o debate historiográfico que desde há muito tem lugar a propósito das principais motivações da conquista de Ceuta, e que envolveu um grande número de historiadores, a saber, David Lopes, Vitorino Magalhães Godinho, Jorge Borges de Macedo e A. H. de Oliveira Marques, passando por António Borges Coelho e Luís Filipe dos Reis Thomaz, ou, mais recentemente, por Bernardo Vasconcelos e Sousa. A exemplo dos dois últimos defende que a explicação para a realização da conquista e manutenção da praça decorre da interação de um conjunto de "factores variados e complementares" (religiosos, políticos, comerciais e geoestratégicos), salientando a necessidade de afirmação internacional da Coroa através de um feito de armas que não colidisse com os interesses de Castela e "limpasse o estigma da sua bastardia". Para além disso, sustenta que os campos marroquinos terão ainda funcionado não só como uma válvula de escape para as tensões acumuladas no Reino por uma vasta camada de filhos segundos da nobreza impossibilitada de ascender socialmente, mas também como o palco ideal para a afirmação militar desses fidalgos em busca da honra e do proveito que lhes eram negados no Reino.

Nos capítulos ulteriores aborda de forma circunstanciada, em resultado do seu conhecimento profundo da arte de guerrear praticada na época, não só as mais importantes medidas defensivas adotadas por D. Pedro de Menezes e os seus homens com o objetivo de segurar o campo em torno da praça e assim evitar os ataques súbitos das forças muçulmanas (o que lhes permitiu criar como que uma zona de ninguém em torno da fortaleza), mas também as principais táticas e técnicas militares praticadas pelos defensores de Ceuta que irão marcar o devir do processo expansionista português no norte de África.

Utilizando uma narrativa clara, fluida, aqui e ali mesmo coloquial, direcionada, naturalmente, para um público bastante alargado, Gouveia Monteiro traça, ao longo dos capítulos seguintes, um quadro bastante impressivo do quotidiano desses homens que, encerrados num espaço muralhado, viviam em constante estado de alerta, num clima de extrema violência, e marcados pelo receio de serem feitos cativos pelos muçulmanos num qualquer cerco ou, com maior probabilidade, numa das constantes cavalgadas ou "saltos" praticados em território inimigo, fatores que faziam com que a religião estivesse sempre presente na sua vida.

Dessas ações militares são analisadas, pela importância de que se revestiram, o ataque muçulmano de 1416 e a grande ofensiva de 1418, que teve lugar em agosto, bem como o cerco de 1419, levado a efeito pelas forças merínidas e do rei de Granada que, seguindo uma estratégia de ataque semelhante à utilizada pelos portugueses no momento da sua conquista, viriam mesmo a tomar a Almina, embora sem grande sucesso dado o reforço da praça com os homens da armada de socorro enviada do reino e capitaneada por D. João de Noronha. Colocado o foco na figura de D. Pedro de Menezes são ainda descritas algumas das escaramuças que marcaram igualmente o quotidiano da guarnição da praça até ao que denomina como o "render da guarda", em resultado da morte de D. Pedro de Menezes, ocorrida em agosto de 1437, por altura do primeiro cerco de Tânger.

Ao longo dos restantes capítulos da segunda parte da obra a atenção passa a centrar-se não já nas questões da prática da guerra propriamente dita, mas antes nos aspetos logísticos e organizacionais das estruturas entretanto criadas para garantir a manutenção de Ceuta. O autor não só analisa os diferentes expedientes utilizados pela Coroa para angariar no reino as verbas necessárias ao sustento da guarnição da praça e ao seu reforço com armamento, mantimento e bem assim ao aprovisionamento de um conjunto de matérias-primas fundamentais para a manutenção da fortaleza, como dá a conhecer ao leitor o funcionamento da máquina organizativa montada no reino para proceder ao arregimentar dos homens que ali haveriam de servir, e bem assim a complexa organização do serviço militar em resultado da coexistência de um misto de forças régias com as clientelas da fidalguia. Porque a guerra é também o somatório de um sem número de ações individuais, Gouveia Monteiro retrata ainda alguns percursos de vida de diferentes figuras que ali despenderam uma parte da sua existência, com a particularidade de abordar algumas histórias de vida de elementos oriundos da classe popular, caso, por exemplo, do besteiro do conto de Lisboa, João Afonso, que ali serviu alguns anos, tendo depois participado no ataque a Tânger, onde foi ferido com gravidade, o que lhe valeu ser aposentado antecipadamente "com sua honra e serviço".

No derradeiro capítulo da segunda parte do livro é analisada uma outra realidade (resultante do estado de guerra permanente que marcou todo o período em estudo - a governação de D. Pedro de Menezes), a da existência de um grande número de prisioneiros e a necessidade de proceder ao seu resgate, debruçando-se o autor sobre a difícil tarefa que estava cometida aos alfaqueques de negociar a libertação dos cativos, mas que serviam também como informadores militares.

Por tudo o que deixamos dito entendemos que a obra *1415 A Conquista de Ceuta* cumpre na perfeição os objetivos para que nos remete João Gouveia Monteiro no prefácio da mesma, o de ser "uma obra original e que acrescentasse

alguma informação valiosa" sobre a campanha militar e o segurar da praça. Direcionado para o grande público, trata-se de um livro que, não obstante manter um elevado grau de cientificidade, se lê com enorme agrado dada a fluidez do discurso e a clareza da linguagem. É, por isso, um trabalho cuja leitura recomendamos vivamente, em especial aos alunos interessados em História Militar, uma área que, felizmente, tem vindo a ganhar em Portugal cada vez mais adeptos, multiplicando-se nas diferentes academias do país o número de teses de doutoramento e dissertações de mestrado nessa área.

ENCONTRO DE TURRES VETERAS, 17, Torres Vedras, 2014; SILVA, Carlos Guardado (coord.) - *A conquista de Ceuta: Conselho Régio de Torres Vedras.* Lisboa: Edições Colibri; Instituto Alexandre Herculano; Torres Vedras: Câmara Municipal, 2014. 130 p.

José Varandas*

Em maio de 2015 as Edições Colibri e a Câmara Municipal de Torres Vedras, com o apoio do Instituto de Estudos Regionais e do Municipalismo «Alexandre Herculano», deram à estampa o XVII número de uma coleção notável e singular: *Turres Veteras*. É um volume que apresenta como tema a conquista de Ceuta, marco importantíssimo na história portuguesa e que sublinha um dos momentos mais relevantes para a história da expansão marítima. Em 21 de agosto de 1415, os portugueses, liderados por D. João I, conquistaram a primeira praça portuguesa no Norte de África. Passaram seiscentos anos sobre esse acontecimento e o país reúne-se para o celebrar. Nas Universidades, nas Academias, nos Municípios, na sociedade em geral multiplicam-se eventos evocativos sublinhantes de uma portugalidade que se manifesta na reconstituição crítica dos acontecimentos ocorridos naquele longínquo dia. O XVII colóquio *Turres Veteras* é uma dessas celebrações, que motivada pela discussão científica e pela reconstituição precisa do fenómeno histórico, galvaniza, também, a coesão local, e a memória de uma nação, onde Torres Vedras se integra, em torno de um dos mais antigos «conselhos de estado» (talvez o primeiro) onde se discutiu a opção de enviar uma poderosa expedição militar para o outro lado do estreito de Gibraltar. *Turres Veteras* recorda, faz renascer, os antecedentes de uma das mais importantes decisões político-militares do Portugal quatrocentista. O pretexto para reunir em 2014 um conjunto de cientistas nacionais e internacionais em Torres Vedras foi o da reunião em julho de 1414 de tal Conselho Régio e da importante decisão ali tomada. Ao seu jeito, de rigor, de cuidado, de debate, a Comissão Científica dos encontros *Turres Veteras*, promoveu um frutuoso debate internacional sobre os múltiplos impactos estruturais e conjunturais para Portugal e para a região onde Ceuta se implanta, nascidos na decisão tomada nesta cidade portuguesa, já lá vão

* José Varandas, natural de Lisboa, é professor auxiliar do Departamento de História da Universidade de Lisboa, e investigador do Centro de História desta Universidade, onde também é subdiretor. É diretor do Mestrado Interuniversitário de História Militar. Especialista em história político-militar e história marítima antiga e medieval e autor de diversos livros e artigos científicos.

seiscentos anos. O Encontro de que agora resulta esta elegante edição teve o alto patrocínio do Presidente da edilidade, Carlos Manuel Soares Miguel, com o apoio científico da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

Este trabalho, coordenado de forma eficiente e exemplar pelo Doutor Carlos Guardado da Silva, recupera as diversas comunicações apresentadas nos Encontros de 2014 em torno da conquista de Ceuta e de alguns dos seus antecedentes, numa perspetiva analítica e prospetiva preocupada em estabelecer um fio condutor sobre os acontecimentos que levaram à conquista da praça marroquina de Ceuta e a sua importância nos contextos nacional, peninsular, mediterrânico e europeu.

Os textos que aqui se apresentam recuperam diferentes modelos de observação sobre as várias narrativas em torno da conquista de Ceuta. Com 130 páginas a obra divide-se em nove textos assinados por diferentes autores, sendo um deles a tradução para língua portuguesa de um texto original em francês. Acrescenta-se a este aparato uma cronologia que, em jeito de abertura, pretende situar o leitor no tempo concreto em que os acontecimentos tratados ocorreram.

O primeiro texto apresenta-se subordinado ao título «O Estreito de Gibraltar e o seu valor simbólico e estratégico». É escrito por Vasco Gil Mantas e procura recordar a importância, que nas suas múltiplas facetas, aquela passagem apertada entre o oceano Atlântico e o mar Mediterrâneo, teve e adquiriu ao longo dos tempos, antigos e atuais. Ceuta surge como argumento para esta caraterização e exploração das dinâmicas estratégicas daquele contexto geográfico tão particular. Espaço de transição, local de cruzamento de diferentes rotas de longa duração, cruzando mares e oceanos, e ligando continentes e cidades prósperas, é também, tratado enquanto espaço focal, a partir do qual diferentes pontos de observação (e observadores) encadeiam definições, processos e conceções tão diferentes, e tão próximas, enquanto definidas por vetores culturais, geográficos, políticos e religiosos de mundos em processo de agregação (o «velho» império romano) ou em dinâmicas de oposição (cristãos contra muçulmanos) nos finais da Idade Média e no dealbar dos tempos modernos. A conquista de Ceuta é, para este autor, um processo definidor de novas realidades, de estratégias regionais, de diferentes dinâmicas históricas, com fortes impressões no mundo contemporâneo. Gibraltar é um «…*choque point* no que toca ao tráfico marítimo basta recordar que, por ano, atravessam o Estreito cerca de 8500 navios, movimento que uma força naval relativamente modesta pode prejudicar ou bloquear com alguma facilidade». A atenção deste autor aos problemas milenares em torno do Estreito possibilitam centrar Ceuta como processo relevante na afirmação portuguesa e na discussão estratégica mundial e regional. O Estreito representa tanto o velho mundo, nos seus fluxos e refluxos de vida, como o contemporâneo. As pernas do gigante Hércules, essas colunas desmesuradas, não afastam, antes uniram e unem os homens, nas suas contradições e desilusões, nas suas desavenças e pontos de união. Margens opostas podem ser vetores de conflito, de discussão ideológica e económica, mas também representam outras transições, para valores humanistas e de conhecimento. O texto resume uma longa «viagem» processual, cognitiva, humana, numa perspetiva otimistas e desassombrada.

A página 37 desta edição introduz Maria Lúcia Perrone Passos com: «Lisboa: personagem de Fernão Lopes». Artigo curioso, este. Os prolegómenos da conquista de Ceuta centram-se no cronista Fernão Lopes e na possibilidade

dada aos historiadores, de através da sua narrativa linear poderem dialogar com a História. As considerações de Fernão Lopes em torno da dinastia de Avis, e a posição de D. João I em «arrancar» para uma dinâmica de conquista militar em África, definem-se na autora como pontos de contacto determinantes para a definição de uma política contrária às posições de um «partido» nobiliárquico. Uma velha questão para quem segue com atenção o debate historiográfico em torno desta tão original dinastia. Realeza, nobreza e a emergente burguesia são postas em evidência a partir de Lisboa, a «cidade-barca» como Maria Lúcia lhe chama. O cronista das «aventuras» do rei é-o também desta cidade. Nas suas palavras distinguem-se as diferentes faces de Lisboa: «desiguais, contraditórias, díspares, múltiplas faces; escarpas e vales talhados pelo tempo, penhascos retalhados e lavrados pelo homem, pedregal engastado à beira-rio, cidade-padrão, pedra angular de Portugal, era esta a cidade burilada ao bel-prazer do «ourives» Fernão Lopes». Lisboa centra a conquista de Ceuta como uma necessidade pressionante, no choque da sua velha atmosfera medieval, definida num ambiente gótico estalado por tempos novos, pela certeza de que está situado num espaço-charneira, num interface modular entre o Sul mediterrânico e um Norte Atlântico, onde os ventos de África se sentem.

Manuela Catarino, a partir da página 43, faz-nos seguir outro cronista de Ceuta, Zurara. Situa-nos em 1414, nas vésperas do Concelho Régio com o seu texto: «Torres Vedras nos inícios do séc. XV – uma vila do reino no caminho para Ceuta…». O texto é quase poético, no seu início, onde o leitor acompanha as diversas personagens que irão compor aquele Conselho, na observação das paisagens que se sucedem para os que vêm do Sul, ou do Norte. Depois chega a entrada na vila e os preparativos que ali decorrem. A descrição é fluida, escorreita, quase precisa. A vila assume um outro estatuto. É o espaço real agora, onde tudo se decide. Portugal suspende-se nesta descrição reconstitutiva de vestígios (materiais e simbólicos). Deambula-se pela vila antecipando a concentração dos conselheiros, a discussão das hipóteses, a angústia silenciosa das reflexões, a frieza brutal das decisões necessárias. O caminho para África. E, nesta deambulação a autora recupera memórias e nelas, ruas, flores, água, personagens, mercados, espaços, vida. É quinta-feira, dia de S. João, reúne-se o Conselho e na sua decisão altera-se a vida do alcaide torriense. Manuela Catarino sugere que a ele demos atenção. Álvaro Leitão, pois é ele, homem de confiança do rei, alcaide da vila, cumpre o que dele se espera, um ano depois estará em Lisboa, pronto a embarcar com os que seguem num dos navios da frota destinada a Ceuta. Naquela nave de madeira seguem filhos de Torres Vedras que voltarão, ou não.

«A reunião magna de Torres Vedras de 1414: um Conselho de Estado?» é o texto, que em jeito de pergunta, passa a ocupar estas atas, a partir da página 53. É Judite A. Gonçalves de Freitas que a faz. O foco está no famoso e importante Conselho Régio e nos atos definidos pela sua reunião. A perspetiva de observação é política, o órgão em causa é consultivo – de aconselhamento – para o monarca. A autora dedica-se à caracterização deste órgão e às suas capacidades e competências, desenvolvendo um sistemático e muito eficiente processo de evolução do modelo de «aconselhamento» régio, observando modelos que antecedem este Conselho de Julho de 1414, o seu equilíbrio interno e a relação com os sistemas regionais e políticos do Centro e das periferias do reino de Portugal. Precisa este fenómeno no modelo evolutivo europeu do século XIII e, em concreto, no caso português, no conselho do rei D. Fernando I. Descobre, aponta, explica, simetrias e durabilidades de composição,

complexidades de assuntos e temas submetidos a discussão, evoluções e sedimentações da monarquia a partir deste «órgão temporário». O texto evolui para a caraterização do Conselho Régio em Torres Vedras, ligando-o ao quadro da tradição e a outros antecedentes. Mas a evolução é para a distinção deste conselho em concreto. A análise abrange a importância estratégica de Ceuta, com as suas múltiplas implicações, que vão desde o debate sobre a manutenção da cruzada contra o infiel às diferentes conjunturas em apreciação. Hesitações, dúvidas, condicionamentos, hipóteses, soluções são referências de análise neste texto, onde a autora em simultâneo apresenta etapas de diálogo interno e externo (a rainha, o papa, o condestável) sobre a decisão de se avançar ou não para Ceuta. Torna visível, depois, a descrição e a composição do Conselho Régio, com a inclusão de um quadro explicativo, simples, mas muito preciso. E, se analisa com algum detalhe os intervenientes, melhor o faz sobre os ausentes. Apresenta, sobre estes, uma lista tipológica bem definida, que sustenta o questionário constante sobre este conselho. Conclui com a importância decisiva da resolução régia definida a partir deste conselho «privado», enunciando outros aspetos importantes, como a necessidade de manter o que se discute em sigilo rigoroso, terminando o seu texto com uma afirmação não menos importante: «A convergência das opiniões emitidas pelos membros nomeados consubstanciou a unidade do reino quanto ao desígnio de conquistar a cidade de Ceuta».

Na página 66 surge-nos um especialista sobre o património arqueológico de Ceuta. Fernando Villada Paredes, do Instituto de Estudios Ceutíes, escreve sobre «Ceuta en vésperas de la conquista portuguesa». No contexto da conquista de Ceuta, o autor, prepara-nos para a estrutura militar e civil que as forças portuguesas iriam encontrar, quando ali desembarcassem. Começa por referir algumas das dúvidas que ocupavam a mente dos nobres e do rei de Portugal e que condicionaram, durante algum tempo, a decisão de atacar Ceuta. Depois da dificuldade em reunir recursos e homens suficientes no Reino a seguir às exaustivas guerras contra Castela, aos estrategos portugueses apresentava-se as fortes muralhas e sistemas defensivos de Ceuta, bem como a presença dentro delas de uma numerosa e bem equipada guarnição. Para lá destas dificuldades, qualquer operação militar só teria sucesso se a praça fosse cercada por terra e por mar. Eram aspetos que reunidos só davam uma imagem: o cerco ia ser duro, longo, dispendioso e incerto. A estas dificuldades juntava-se a distância a que o corpo expedicionário se encontrava das suas bases de apoio (no Algarve) e a sempre imprevisível postura militar do rei castelhano. Se as perspetivas eram estas para as forças portuguesas sabemos, contudo, que as operações militares evoluíram de forma diferente. Ceuta não se defendeu nas muralhas, mas antes na praia, onde o dispositivo português foi mais forte, acabando por forçar as portas e avançar progressivamente sobre a medina, levando as forças muçulmanas à rendição. Este capítulo procura apresentar uma reconstituição (relativamente sumariada) da topografia daquela cidade islâmica. O processo assenta em fontes coevas de ordem literária, iconográfica, documental e arqueológica, a partir das quais se pretende reconstituir as principais caraterísticas urbanísticas de Ceuta. O modelo de observação é geral e começa pelo enquadramento geográfico de Ceuta na região, processo importante para se perceber a importância estratégica (e tática) do futuro enclave português. A isto sucede-se, no texto, a caraterização dos modelos urbanísticos marroquinos, tendo Ceuta como paradigma, através da enumeração exaustiva dos seus vários elementos constituintes: desde os arrabaldes, à medina, às muralhas e sistemas de defesa, incluindo a tipologia de habitantes e a sua disposição na topografia da cidade. A apresentação das ruas e das outras vias de comunicação é, também, precioso para o leitor que observa Ceuta no

momento da sua conquista. As referências a diversas intervenções arqueológicas permitem radicar bem todo o sistema de construção pública, mas também a dimensão da arquitetura privada. O autor descreve, a partir dessas informações, vivendas e restante casario, a maneira como se dispões na topografia urbana e as suas caraterísticas mais evidentes, como a sua dimensão, morfologia ou os materiais empregues na sua construção. Todo o texto é acompanhado por fotografias e plantas bem elucidativas do que afirma.

As «Dúvidas de D. João I sobre a ida a Ceuta» expressas pelo consagrado historiador e académico João Abel da Fonseca, retoma, com outras variáveis, uma velha discussão. Na página 97 este autor identifica o problema a partir do capítulo XXIV da *Crónica* de Zurara (não sem antes ter apresentado sucintamente um conjunto de referências ilustrativas da pertinência do assunto que vai tratar) trazendo logo à tona do processo de investigação as dificuldades do empreendimento militar sobre Ceuta. A «projetada aventura magrebina», como refere, torna-se elemento focal na compreensão das diversas variáveis, das múltiplas formas, que estão em presença no Portugal quatrocentista. Das relações difíceis e pesadas com Castela, à dimensão europeia, aos problemas de centralização régia e senhorialismo evidente, à definição de uma sociedade onde a transição é um fator fundamental, João Abel, leva-nos a um problema substantivo e evidente: o das dúvidas do monarca português sobre a travessia do estreito, em formato militar. A empresa africana surge como uma velha questão. Uma companheira de reis da primeira dinastia. Portugal emerge como reino posicionado na guerra contra o Islão e, a certificá-lo, estão as variadas bulas papais que insistem na guerra contra os mouros e na dinâmica de cruzada. Uma obrigação régia, pois. Toda a argumentação do autor é suportada, no seu bom estilo, por um acompanhamento muito próximo das palavras de Zurara. O texto linear é confrontado com um questionário bem organizado que leva o leitor ao encontro da dúvida, à perceção de um problema real e importante. A conclusão é sobre a relação da dúvida com a decisão régia, onde mais uma vez o comentário sobre o cronista é decisivo. Torres Vedras e o Conselho que ali se reúne são momentos finais de um mundo novo que se abre.

João Cosme introduz-nos diferentes formas de análise sobre o empreendimento a Ceuta. Pela página 103 começa a estabelecer uma alternativa sobre os acontecimentos de 1415. «A tomada de Ceuta em 1415: um ato de marketing político», procura centrar o debate num processo integrado de observação onde a ida para Ceuta se deve contextualizar num diálogo aberto e constante, numa perceção coeva, entre a dinâmica nacional e as limitações e pressões internacionais, sobretudo no âmbito da cristandade. Descreve a situação interna portuguesa numa dimensão cronológica entre 1383 e a paz de 1411 com Castela. Sobre esta descrição tipológica de fenómenos assenta uma nova camada onde a dimensão internacional é o fator de trabalho científico. «A Europa está dividida», diz. Os equilíbrios são aparentes e a instabilidade é o elemento preponderante. Daqui avisa-nos sobre o Magrebe e o seu contexto geopolítico muito peculiar. Acrescenta um segundo nível de análise ao definir padrões normativos e processos de escolha na composição dos agentes de poder na Europa de quatrocentos, divulgando processos de legitimação e construção através da constatação de argumentações retóricas sobre definições e processos a assumir pelas potências. O autor discorre sobre elementos de propaganda e «marketing» político associados ao empreendimento: «…está bem visível como o rei desejava armar os seus filhos cavaleiros numa cerimónia que fosse assinalada para a posteridade como algo impossível de igualar e que, por isso mesmo,

todos os reis cristãos jamais se olvidassem desse acontecimento.». Dedica uma leitura atenta à cronologia que lhe ajuda a explicar as hipóteses apontadas, radicando agora a matéria sobre a decisão de permanecer em Ceuta, apontando as várias dificuldades e contradições da historiografia portuguesa sobre esta questão. Ceuta deve ser mantida e, apresentada para o papa e reis da Europa (e potências muçulmanas) como uma realização da capacidade portuguesa, como um ato de afirmação e de perseverança, como um fenómeno comunicacional criador de condição política e geoestratégica, de reforço da imagem real e da legitimidade dos planos do rei nos foros interno e externo.

O último texto deste livro «A tomada de Ceuta e suas consequências na história de Marrocos» é da autoria de Othmane Mansouri e apresenta ao leitor uma panorâmica geral da investigação marroquina sobre Ceuta, partindo para a observação específica da conquista portuguesa nas suas repercussões político-religiosas, no choque provocado sobre a economia local e regional e a outras consequências diretas e indiretas, como o processo de decadência da estrutura Merínida, entre outros.

Varia

Arquivos imateriais: a programação de cinema no Arquivo Municipal de Lisboa – Videoteca

Immaterial Archives: cinema programming at the video library of the Arquivo Municipal de Lisboa

Inês Sapeta Dias*

RESUMO

Se na sua fundação, em 1991, a missão e objeto da Videoteca passava tanto pela constituição de uma memória viva da cidade, como pela promoção e disponibilização de material para o estudo do cinema e vídeo - sobretudo daquele produzido em Portugal -, a integração deste serviço no Arquivo Municipal, em 2011, exigiu uma reformulação destes princípios. Em 2015, e após um período de interregno, a programação de cinema voltou então à Videoteca com uma nova missão: contribuir para a escrita da história da cidade e, talvez sobretudo, pelas características específicas do cinema, e do vídeo em particular, descobrir os modos pelos quais os filmes repensam e até reinventam ou imaginam a cidade enquanto *lugar*, isto é, espaço habitado.

Este pequeno artigo apresentará brevemente as linhas e as iniciativas de programação de cinema que o AML--Videoteca desenvolveu (e ainda está a desenvolver) ao longo deste ano e pretende contribuir para uma reflexão mais alargada sobre a contribuição do cinema para uma história e um pensamento sobre Lisboa.

INTRODUÇÃO

O vídeo, na raiz da denominação da Videoteca, não indica apenas o material com que lida este arquivo, é também aquilo que define as suas características particulares. Por um lado, por colocar desafios à preservação das imagens e, por outro, por apontar vias novas para essa preservação.

*Depois da licenciatura e mestrado, está atualmente a finalizar o seu doutoramento em Ciências da Comunicação (FCSH/UNL). Começou a trabalhar em programação de cinema em 2004, na Filmoteca de Catalunya (Barcelona), e desde 2005 é programadora na Videoteca. Teve carta branca da Cinemateca Portuguesa para programar cinco sessões, em Janeiro de 2011, e em 2012 co-programou uma retrospetiva de documentário português em Lussas (França). Em 2008 realizou *Retrato de Inverno de Uma Paisagem Ardida* (com apoio financeiro do ICA/RTP).

Quanto ao primeiro ponto, a discussão é recente e tem sido intensa: toda a linha de exibição cinematográfica parece estar a aceitar o domínio e as facilidades que a tecnologia digital traz para o transporte e acessibilidade dos filmes. Ao mesmo tempo, os arquivos fílmicos, que acrescentam à missão de exibição a tarefa de conservar e preservar os filmes, confrontam-se com a perecibilidade destes novos (i)materiais. Não só estes arquivos (como é o caso do ANIM, em Portugal) se perguntam sobre a questão do original - ideia problemática no caso dos filmes, objetos reprodutíveis por natureza e definição - e sobre a supressão da possibilidade da sua exibição - cada vez há menos salas com equipamento de projeção de película -, como se confrontam com a vertiginosa obsolescência dos formatos digitais e com a consequente incapacidade de transferir os filmes para formatos legíveis a cada momento e no futuro.

Do outro lado da questão, está a acessibilidade e disponibilidade das imagens digitais. É um paradoxo: ao mesmo tempo que estas imagens são difíceis de preservar e conservar, e correm, a cada minuto, o risco de se perderem, num movimento só comparável com a perda de 90% dos filmes feitos no período mudo, as imagens em formato digital são também de mais fácil circulação e acessibilidade. O vídeo, primeiro, a imagem digital depois, não só permitiram um acesso e uma democratização do uso da tecnologia de captação, permitiram também um acesso facilitado e amplo à história do cinema. São formatos que incitam à remistura, e ao pensamento pela articulação – não é por acaso que os filmes que mais sistematicamente trabalham sobre o cinema e a sua história tenham aparecido com o vídeo: as *Histoire(s) du cinema*, de Jean-Luc Godard, desde logo, os ensaios de Hartmut Bitomsky e Harun Farocki, também - só para referir os mais influentes.

Posto isto, percebe-se o carácter particular em que assenta toda a atividade, na qual se inclui a programação, do Arquivo Municipal de Lisboa – Videoteca onde, ao contrário do trabalho de outros arquivos, com outras naturezas, a preservação se faz sobretudo pela exibição. Isto é, onde noutros arquivos a exibição dos materiais conservados coloca desafios e problemas precisamente a esse trabalho, num arquivo de imagens em vídeo é a exibição, a circulação, a disponibilização das imagens, e a sua duplicação para isso mesmo, que promove a preservação das imagens, justamente imateriais.

Foram duas as grandes atividades de programação iniciadas em 2015 pela Videoteca que seguem, ao mesmo tempo que pensam, estas particularidades: o ciclo de visionamento comentado *Topografias Imaginárias* e a *Traça*, uma mostra de filmes de arquivos familiares.

TOPOGRAFIAS IMAGINÁRIAS, CICLOS DE VISIONAMENTO COMENTADO

Com o *Topografias Imaginárias*, que este ano aconteceu durante o mês de Maio, procurou-se descobrir os modos pelos quais o cinema não só retrata mas reinventa Lisboa. A ideia é que, em cada ciclo, um tema provoque o visionamento comentado de quatro ou cinco filmes. Em cada sessão participa alguém que estuda o tema em questão e o realizador do filme mostrado ou outro convidado (investigador, crítico) que possa falar sobre ele. Em

2015, e para o primeiro ciclo, decidimos abordar um dos mais potentes encontros nesta problemática, isto é, o retrato e a imaginação da cidade pelos filmes: a arquitetura.

Organizámos o ciclo em parceria com duas arquitetas, também programadoras do *Arquiteturas Film Festival*, e todo o programa foi pensado a partir de um dos traços mais fortes e marcados na arquitetura do edifício da Videoteca, onde se realizaram as sessões: o modo como este é uma acumulação de transformações e adaptações, desde o século XVI até hoje, visíveis na sua estrutura e desenho atual. A partir do edifício da Videoteca, então, o tema do programa tornou-se a transformação da cidade de Lisboa.

Para abordar a questão, foram programados quatro filmes (parafraseio as apresentações no programa): *Crónica dos Bons Malandros* (1984) de Fernando Lopes, onde Lisboa aparece colorida, excitante e mirabolante, retratada simultaneamente como uma cidade fascinada com a importação de alguns "americanismos" e como uma cidade intrínseca e resistentemente portuguesa; *Três Palmeiras* (1994) de João Botelho, que acompanha sete horas de um dia em Lisboa, imaginando vivências e lugares a partir de espaços reais e se afirma diretamente sobre a cidade e o seu cinema (o cinema que a cidade provoca); o terceiro filme programado foi *O Estado das Coisas* (1982) de Wim Wenders, que acompanha um momento de impasse de uma rodagem iniciada na Praia Grande e terminada em Los Angeles, onde Lisboa é uma paisagem esvaziada, interrompida, até apática, simultaneamente espaço melancólico e cenário apocalíptico; e finalmente foi comentado *Ruínas* (2008) de Manuel Mozos, um resumo de todo o programa por ser uma acumulação de edifícios abandonados, vazios, silenciosos, todos eles atravessados por vozes e histórias que não lhes pertencem – um filme que é assim tanto sobre um presente onde a transformação é equivalente ao abandono, como sobre a acumulação de coisas passadas (imaginadas ou não) nessa textura presente.

O programa não foi uma viagem no tempo, ou não o foi no sentido cronológico. Abordou diferentes momentos da cidade, e sobretudo mostrou o modo como alguns filmes abordaram esses momentos. Entre a ficção e o encontro brutal com a realidade do edificado, todos os filmes demonstraram assim o modo particular pelo qual o cinema pode sugerir uma história da cidade e da sua arquitetura: pela força da imagem em movimento, por causa das vidas inventadas, os filmes preenchem os edifícios, envolvem-nos num ambiente, reconstroem e reformulam o traçado rígido das paredes. A paisagem, coisa tão vista quanto sentida, torna-se assim (e foi neste ciclo) um conceito fundamental para perceber a relação que o cinema estabelece com os espaços.

Em cada sessão, três convidados – sempre um arquiteto (José Manuel Fernandes, Manuel Graça Dias, Rui Mendes, Luís Santiago Baptista), quando possível o realizador (João Botelho, Manuel Mozos), e um investigador ou crítico de cinema (Paulo Cunha, João Rosmaninho, Luís Miguel Oliveira, Filipa Rosário) ou um conhecedor profundo do filme comentado (Maria João Seixas, Paulo Catrica) – foram desafiados a escolher excertos, e a centrar o seu comentário nessa escolha. Cada intervenção foi assim guiada pela projeção, método que se mostrou surpreendente: as cenas, por vezes as mesmas, comentadas por diferentes convidados, iam-se transformando à medida que eram vistas, pela deslocação da perspetiva de que eram abordadas. Foi um trabalho sobre o detalhe, de paragem e revisão, que permitiu descobrir coisas novas em cada um dos filmes, muitos deles já conhecidos

pelos espectadores, que se moveram assim, não pela novidade do filme, mas pela novidade do ponto de vista sobre ele. O ciclo acompanhou então, na sua estrutura e método, o próprio objeto que o orientou: descobriu-se de que cada vez que se olha para qualquer coisa, ela se transforma com aquele que observa; descobriu-se dito de outro modo, que o cinema é um exercício de visão, e que a cidade se transforma com quem a olha.

TRAÇA, UMA MOSTRA DE FILMES DE ARQUIVOS FAMILIARES

Um arquivo é, por natureza e definição, não propriamente uma acumulação ou depósito de documentos por alguma razão relevantes, mas um contexto onde se jogam, pela articulação, as coisas de uma determinada cultura – jogo em que esta se define, em determinado momento. Assim, não é apenas determinante o que entra ou está fora de um determinado arquivo – essa seleção é ainda assim um importante reflexo das decisões sobre o que pode ou não ser visto e dito – mas também que relações se estabelecem entre as coisas pertencentes a um determinado arquivo. A todos aqueles que o gerem, o arquivo coloca uma dupla exigência: a preservação, por um lado, e a abertura e disponibilização dos materiais arquivados, o que inclui a sua abertura a novas articulações, por outro.

Os filmes de caráter privado, familiar e amador, têm, no que diz respeito à história dos arquivos, e em concreto os fílmicos, um lugar exemplar. Têm sido, ou materiais totalmente esquecidos – desses que ficam de fora dos arquivos e assim de uma cultura – ou materiais trancados numa espécie de limbo, porque quando são guardados, raramente são conservados, e praticamente nunca são exibidos - não estão disponíveis, portanto. Tem recentemente crescido o interesse e a preocupação com o estatuto e estado destes filmes, e alguns trabalhos de estudo e preservação têm começado a ser encetados por alguns arquivos fílmicos do mundo. O Arquivo Municipal – Videoteca juntou-se, este ano, a esse movimento e a esse interesse, balizado no entanto pelo âmbito das suas valências, que não são as de um arquivo fílmico.

A esse nível é preciso voltar a dizer que, no âmbito do cinema, o vídeo se tornou um instrumento particular e potente na gestão da dupla exigência dos arquivos: se por um lado, o vídeo e a tecnologia digital colocam desafios novos à preservação das imagens, já o vimos, por outro lado, permitem descobrir novas maneiras de estudar e aceder ao património de filmes feitos – já aqui foi dito: o vídeo incita à remistura, incita a pensar em articulação. Assim, e sobretudo no âmbito da sua atividade de programação, o Arquivo Municipal – Videoteca tem procurado, mais ou menos diretamente, pensar e descobrir a potencialidade do pensamento pela articulação, que o vídeo promove. A TRAÇA – Mostra de Filmes de Arquivos Familiares não é exceção, faz parte desta estratégia.

Com a TRAÇA o Arquivo Municipal de Lisboa – Videoteca afirma, então, a sua vontade de dar a conhecer e incentivar o visionamento e o estudo dos filmes oriundos de arquivos familiares, até agora limitados à visão e uso privado, uma iniciativa complementada pela angariação de filmes que a Videoteca mantém, desde o início deste ano, aberta em permanência. Aproximam-se assim os munícipes da construção da história da cidade, e inicia-se o *traçado* de um enorme mapa imaginário e comum a partir de cada uma das imagens privadas e pessoais que o Arquivo Municipal já tem no seu espólio, e continuará, desejavelmente, a receber. Cumpre-se assim a missão

deste serviço: devolver, disponibilizar permanentemente, e promover uma visão crítica e informada sobre as imagens que guarda, não só àqueles que as depositaram, mas a todos aqueles que habitam e se interessam pela história de Lisboa.

Os filmes que encorpam a TRAÇA, de carácter amador e familiar, têm um duplo interesse: por um lado, são *documentos* de histórias, de momentos, modos de estar e de viver nos espaços e das relações de outro modo impossíveis de conhecer; por outro lado, têm um carácter *documental*, cinematográfico, muito forte, pela pureza dos gestos e das cenas do quotidiano que acompanham e retratam – aproximam-se do movimento mais primordial do cinema. De uma autoria diluída ou mesmo com uma origem completamente desconhecida – muitos destes filmes são encontrados em sótãos ou feiras, sem que o seu proprietário corresponda, hoje, à pessoa que filmou – a beleza destes filmes não está propriamente no sentido que é dado às imagens – como normalmente acontece com os filmes, unidades de sentido – mas na brutalidade do encontro de cada imagem com cada coisa, força e beleza em que ainda há muito para perceber.

Todos os anos a TRAÇA terá um formato diferente, por definir, e será movida por um tema, uma questão ou uma unidade de algum tipo, encontrada nos filmes que o AML-Videoteca vai recebendo – só assim, pela renovação dos motores da articulação dos filmes, poderemos manter o arquivo ativo e atento e nos poderemos aproximar de uma compreensão destes gestos. Essa unidade ou esse tema pode ir desde a história de um acontecimento ou momento particular da cidade, até à documentação da genealogia de uma família, ou a documentações do modo de estar e dos gestos das pessoas em determinado contexto, ou ainda ao mapeamento de um lugar. De todas as maneiras, essas histórias serão contadas pelas imagens em articulação; uma articulação que pode, também ela, seguir estratégias diferentes – os filmes poderão ser projetados em sala ou em galerias, um de cada vez ou em simultâneo, ou podem ser integrados em filmes novos, cumprindo esse modo de ver o cinema que o vídeo promove. Sublinha-se assim aquilo que o vídeo veio demonstrar: que cada filme é simultaneamente uma unidade e potencialmente material para outro, novo.

A primeira edição da TRAÇA – Mostra de Filmes de Arquivos Familiares aconteceu nos dias 10 e 11 de Outubro, nas casas e outros espaços do Bairro do Castelo.

*

Entre o ciclo *Topografias Imaginárias* e a *Traça*, está então a cidade como lugar, espaço habitado, vivido, percorrido; e como paisagem, também, isto é, espaço tanto visto como sentido. Encontra-se aí a especificidade da história de Lisboa que o cinema pode contar: a história de um ambiente, inextrincável dos seus edifícios e da sua estrutura; a história daqueles que habitam a cidade, por um lado através de uma descoberta dos seus modos de estar e de viver (dos seus acontecimentos), e por outro, através de uma desmultiplicação dos pontos de vista sobre os acontecimentos já públicos e conhecidos. Ponto coincidente, também, é aquele indicado pela própria imagem com que a Videoteca lida (e fecha-se o texto com um regresso ao seu início): o acesso e a disponibilização da escrita da história a todos os que habitam a cidade, e a escrita de outras histórias, pela remistura e rearticulação de um mesmo arquivo de imagens, tornado, nessa novidade da articulação, comum.

Representações fotográficas de um plano de reabilitação do espaço urbano: o caso do Bairro das Minhocas e do Bairro da Quinta da Calçada por Eduardo Portugal (1938-1944)

Photographic representations of a rehabilitation plan of urban space: the case of Bairro das Minhocas e Bairro da Quinta da Calçada by Eduardo Portugal (1938-1944)

Denise Raquel Fernandes dos Santos *

INTRODUÇÃO

Ao aceder ao vasto espólio de Eduardo Portugal enquanto pesquisava no acervo fotográfico existente no Arquivo Municipal, deparei-me com um álbum fotográfico que, aparentemente, "desvia-se" dos trabalhos fotográficos mais conhecidos de Eduardo Portugal. O referido álbum, designado por *Bairros miseráveis: o Bairro das Minhocas e sua substituição pelo Bairro da Quinta da Calçada* reunia um conjunto alargado de imagens a preto e branco de aglomerados habitacionais, uns nitidamente degradados, outros visivelmente mais novos. O período a que se reportam as fotografias é o da viragem entre a década de 30 para a de 40, uma época em que o Estado Novo já estava consolidado. Nestes anos, a questão da habitação nos centros urbanos levantava preocupações dada a sobreocupação das zonas mais pobres da cidade, onde muitas das famílias se tinham alojado, provenientes das migrações para a capital, e por causa da existência de aglomerados de barracas onde as condições de vida refletiam uma pobreza incontornável.

Com base no álbum enquanto objeto de estudo procurei analisar a narrativa visual nele presente, compreender o motivo da sua elaboração e os modos de circulação.

* Licenciada em Antropologia pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. Técnica Superior (Antropologia) no Arquivo Municipal da Câmara Municipal de Lisboa.

Endereço eletrónico: denise.santos@cm-lisboa.pt

Estes são os objetivos que nortearam as páginas seguintes, e aos quais se procurou responder, valorizando aspetos históricos, antropológicos e sociológicos, interpretando o conjunto e o fluxo de imagens, tendo em conta o contexto nacional em que o álbum foi produzido.

2. EDUARDO PORTUGAL: ALGUMAS NOTAS BIOGRÁFICAS

Com base nos artigos de Ana Paula Moita e Isabel Corda[1], Eduardo Macedo d'Elvas Portugal, nasceu em Lisboa, no ano de 1900, de origem num estrato familiar urbano de comerciantes burgueses, com elevado poder económico, proveniente de propriedades, transações comerciais e heranças. Homem de caráter rigoroso, metódico e empreendedor e com um grande sentido de oportunidade, qualidades estas que valorizam muito o seu trabalho. Era um homem culto e teve uma educação privilegiada para aquela época com a frequência e conclusão do Curso Comercial, teórico e prático, na prestigiada Escola Académica de Lisboa.

Conciliando, não sem algum tormento, um emprego como arquivista no Banco Portuguez e Brasileiro, Eduardo Portugal vai incrementando progressiva e dedicadamente a atividade como fotógrafo. Aos 32 anos de idade, quando o banco encerra em situação de falência, surge a oportunidade para se dedicar à atividade de fotógrafo, apesar de um compromisso de trabalho na chapelaria do pai, mas que se adivinha não muito consistente. E aqui é preciso introduzir um elemento que permite explicar, em certa medida, a capacidade que Eduardo Portugal teve para poder exercer a atividade de fotógrafo livre de constrangimentos. No ano de 1932, o seu primo Luiz Pastor de Macedo (1901-1971), prestigiado literário e olisipógrafo, inicia um longo percurso pelo funcionalismo público, nomeadamente na Câmara Municipal de Lisboa. Tal como salientaram Ana Moita e Isabel Corda, a proximidade de Luiz Pastor de Macedo "com Eduardo Portugal é notória, dedicaram-se ambos ao estudo da olisipografia, tiveram amigos comuns, partilharam o mesmo meio intelectual sendo evidente a complementaridade e a troca de "favores" entre eles".[2] Macedo é, no biénio de 1932-1933, vogal da 2ª Comissão Administrativa do município, e até 1956, desempenhará outros cargos amiúde e pontualmente na administração municipal, alcançando a vice-presidência por quatro vezes, entre 1949 e 1956. Ora, como se verá, é precisamente nas décadas de 1930 e 1940 que a atividade de Eduardo Portugal como fotógrafo se revelará mais produtiva.

O primeiro e talvez o mais preponderante interesse de Eduardo Portugal com a representação fotográfica foi o registo metódico de lugares, monumentos e trajes portugueses por vastas extensões do território português. Digamos que foi como que um "olhar etnográfico" sobre o património cultural. A este interesse aliou-se a

[1] MOITA, Ana Paula; CORDA, Isabel - Eduardo Portugal (1900-1958). In *Eduardo Portugal: catálogo*, Lisboa: Câmara Municipal, 2014. p. 17-32. Catálogo da exposição que decorreu no contexto da Lisboa Photo 2003, e entre julho e agosto de 2013 no Arquivo Municipal de Lisboa – Fotográfico.

[2] MOITA, Ana Paula; CORDA, Isabel - Eduardo Portugal (1900-1958). *Cadernos do Arquivo Municipal* [em linha]. 9 (2007), p. 235 [consult. 07.07.2015]. Disponível na internet: http://arquivomunicipal.cm-lisboa.pt/fotos/editor2/910.pdf.

oportunidade financeira de aceitar e realizar encomendas (Agências de Turismo, Casas de Portugal em Londres, Antuérpia, Paris, Rio de Janeiro), de vender trabalhos executados por iniciativa própria (municípios de Sintra, Óbidos, Leiria, Braga, Tomar, Nazaré, Alcobaça, revista *Civilização*, Editorial Enciclopédia), de estabelecer parcerias nacionais (Comissões de Turismo, Casa Bertrand, A. M. Pereira) e internacionais (a belga Casa Nells, as francesas livraria Hachette e agência Bonne Press, a agência austríaca Viena, a revista brasileira Vida Doméstica). A sua arte e engenho conferiram aos seus trabalhos uma elevada versatilidade e grande minúcia. Tratou-se de uma conjuntura, na qual, a visão e os propósitos de Eduardo Portugal se entrecruzaram com o incipiente, mas em progressão acelerada, desejo de dinamizar uma portugalidade para consumo interno e externo, promovendo uma ideia de Portugal imbricada nos primeiros passos da propaganda turística do Estado Novo.

No mesmo período, o fotógrafo viaja também pela Europa ocidental onde estabelece colaborações com diversas agências de Turismo, recolhendo e compilando materiais gráficos e informações, depois usadas na preparação de excursões de visita turística. Ainda nos anos 1930, a consolidação das colaborações com organismos públicos do Estado português é visível na intensificação das relações e do número crescente de encomendas que recebe do Conselho Nacional de Turismo, Conselho de Turismo da Comissão de Propaganda de Portugal no Estrangeiro, e do Secretariado de Propaganda Nacional, materializadas em inúmeros materiais de propaganda e divulgação turística.

Na transição das décadas de 1930 para 1940, a Câmara Municipal de Lisboa, em conjunto com o governo do Estado português, programa e leva a cabo um conjunto de vastas obras de reabilitação, modernização e requalificação do espaço urbano da capital. Através da Presidência e do Departamento de Obras da capital, é encomendado a Eduardo Portugal o registo visual destas transformações, registo que se materializou em numerosas fotografias de candeeiros, lápides religiosas, portas brasonadas, caravelas, azulejos e obras municipais diversas, tudo meticulosamente inscrito em cadernos de registo de encomendas e negativos. Para além das grandes obras de planeamento urbano, devidamente aproveitadas para promover o regime, houve igualmente uma estratégia para tentar resolver o problema da existência de bairros clandestinos de barracas, insalubres e pobres em zonas afetas aos grandes projetos de expansão e modernização da capital. Não sendo o tradicional universo temático privilegiado por Eduardo Portugal, contudo, fotografou alguns destes bairros antes da sua demolição e os consequentes bairros edificados para o realojamento, desde os terrenos previstos para a construção, os trabalhos de construção, as cerimónias de inauguração, e o edificado novo e seus equipamentos.[3]

A esta vertente da sua produção fotográfica em estreita ligação à edilidade lisboeta, não pode ser alheia, como já foi referido anteriormente, a ligação familiar que detinha com Luiz Pastor de Macedo, seu primo, que no virar da década de 1930 havia já ocupado o lugar de vogal na Comissão Administrativa da capital consecutivamente entre 1932 e 1935. Esta relação privilegiada, favorável a ambos, permitiria sempre que necessário mobilizar recursos para os fins pretendidos. E para além de Macedo, no seu círculo de amizades e contactos encontravam-

[3] É neste contexto que se insere o álbum de fotografias *Bairros miseráveis: Bairro das Minhocas e sua substituição pelo Bairro da Quinta da Calçada*, pertencente ao espólio do arquivo Municipal de Lisboa, e objeto deste artigo.

-se ainda uma série de notáveis e influentes figuras com estreitas ligações à edilidade, casos dos olisipógrafos Augusto Vieira da Silva (1859-1961), Manuel Ferreira de Andrade (1910-1970), ou Gustavo de Matos Sequeira (1880-1962).[4] Como reforço dos laços que detinha no círculo de amizades ligados à Câmara Municipal de Lisboa, Eduardo Portugal foi admitido no Grupo Amigos de Lisboa, em 1940.

Desde, pelo menos, 1935, que Eduardo Portugal realizava trabalhos fotográficos para publicações da câmara da capital. Seguindo ainda o texto de Ana Paula Moita e Isabel Corda, os exemplos são numerosos, revelando uma intensa colaboração, e estendem-se por duas décadas, até 1956. Os trabalhos de Eduardo Portugal em publicações diversas da Câmara Municipal de Lisboa, ilustraram, entre outros, a monografia turística *Parque Eduardo VII* e *Estufa Fria* (1935), as novas edições de *Lisboa Antiga* (1937-1938), o *Boletim Cultural* da CML, os catálogos de exposições «Estátua Equestre de D. José I» (1939), «Exposição antoniana» (1947), «A Imagem da Flor» (1948), «Alguns Documentos e Obras de Arte Relativos ao Santo Padroeiro de Lisboa S. Vicente» (1949), «A Casa dos Bicos» (1952), e «A Reconstrução de Lisboa, após o Terramoto» (1956).

Do mesmo modo, e no mesmo período cronológico, as fotografias de Eduardo Portugal ilustrariam inúmeras publicações de variadas origens, revelando a intensidade de encomendas, quase sempre, no âmbito da divulgação do património cultural, histórico e etnográfico português.[5]

Durante a sua vida, Eduardo Portugal conjugou o afã de fotógrafo com o ímpeto do colecionismo, igualmente orientado para a etnografia e cultura portuguesa. Até à sua morte, em 1958, recolheu, sistematizou, organizou e anotou centenas de materiais gráficos, tais como recortes de jornais, imagens, cartazes, mapas, plantas, folhetos, entre outros.[6] Todo este conjunto documental visual, ao qual acrescem as suas fotografias, negativos, e cadernos de apontamentos, constitui o valioso espólio que sobreviveu a Eduardo Portugal e que se encontra hoje no acervo, parcialmente tratado e catalogado devido à sua extensão, do Arquivo Fotográfico pertencente ao Arquivo Municipal da Câmara Municipal de Lisboa.[7]

[4] Para uma visão síntese sobre a Olisipografia e suas principais figuras, veja-se CASTELO BRANCO, Fernando – *Breve história da olisipografia*. Lisboa: Instituto de Cultura Portuguesa, 1980.

[5] Ver, a este propósito, MOITA, Ana Paula; CORDA, Isabel - Eduardo Portugal (1900-1958). In *Eduardo Portugal: catálogo*. Lisboa: Câmara Municipal, 2014. p. 28-29.

[6] Idem, *ibidem*, p. 30.

[7] Sobre a composição do espólio (fotografias, negativos, documentos pessoais, coleção de recortes e imagens), e os fundos constituídos, sua composição e classificação, ver PAVÃO, Luís - O espólio de Eduardo Portugal. In *Eduardo Portugal: catálogo.* Lisboa: Câmara Municipal, 2014. p. 33-65. Uma anterior versão deste texto, com menor minúcia, encontra-se em PAVÃO, Luís - O Espólio de Eduardo Portugal. *Cadernos do Arquivo Municipal* [Em linha]. 9 (2007), p. 238-251 [Consult. 08.07.2015]. Disponível na Internet: http://arquivomunicipal.cm-lisboa.pt/fotos/editor2/911.pdf.

3. ENQUADRAMENTO SOCIAL E POLÍTICO

Com diferentes cronologias consoante as geografias europeias, de um modo generalizado, a partir de meados e, sobretudo, no final do século XIX, um conjunto de problemas concorrentes, como a contínua migração populacional do campo para a cidade, o crescimento da industrialização, o incremento do consumo, o fomento do setor dos serviços, a progressão das tecnologias afetas à construção de edifícios, e o aumento explosivo do transporte privado, exigiram das cidades capacidades que não possuíam, que não estavam deliberadamente pré-planificadas dentro dos parâmetros coevos de planeamento urbano. As grandes cidades europeias cresceram então num ritmo inexorável em população, densidade, indústria, comércio, serviços e finança, que ultrapassava a incipiente capacidade de planeamento e requeria intervenções de gestão desconhecidas até então. Simultaneamente, com diferentes cronologias no espaço ocidental, monumentaliza-se a cidade, ao mesmo tempo que se acumulam as camadas pobres em espaços e zonas circunscritas.

Desde a segunda metade do século XIX que se pensava e aplicavam políticas de intervenção no espaço urbano, pensadas em função do crescimento demográfico, do saneamento público, das acessibilidades e funções urbanas que deveria proporcionar aos seus habitantes. Múltiplas foram as teorias e os modelos ensaiados.[8]

Em Portugal, a partir da segunda metade do século XIX, o incremento no desenvolvimento através da construção das grandes redes viárias e ferroviárias, a expansão da produção e a ampliação de infraestruturas, as transformações tecnológicas, o aumento da população afeta às indústrias, o crescimento e a densidade urbana, aliados à quebra dos salários reais, e ao aumento dos preços da alimentação, vestuário e habitação, gerou desequilíbrios e desigualdades cada vez mais evidentes.[9]

O incremento industrial das duas cidades, Lisboa e Porto, ao longo do último terço do século e com a mecanização da agricultura nos campos, potenciou o êxodo rural da população que procurava abandonar a falta de emprego e as condições de desigualdade e pobreza em que se encontravam. Assim, atraídas pela promessa de melhores condições de vida, a sua vinda para as cidades alimentou um mercado de trabalho em expansão. As condições, contudo, eram na maioria das vezes, precárias e mal remuneradas. O tecido social urbano sofreu alterações devido ao referido fluxo migratório, aumentando desta forma, a densidade populacional nas cidades e agravando a carência de habitação, uma vez que, o mercado de arrendamento convencional não estava dimensionado nem

[8] Ver HALL, Peter - *Cities of tomorrow: an intellectual history of urban planning and design in the twentieth century.* Oxford: Basil Blackwell, 1989. p. 87-99, e também GALANTAY, Ervin Y. - *Nuevas Ciudades: de la Antigüedad a nuestros dias.* Barcelona: Editorial Gustavo Gili, 1977. p. 90-97. Sobre as cidades satélite, no caso de Estocolmo, ver HALL, Peter, *op. cit.*, p. 334-344, bem como GALANTAY, Ervin, *op. cit.*, p. 98-ss. Para o caso de Moscovo, ver HALL, Peter, *op. cit.*, p. 122-124.

[9] Ver BAPTISTA, Luís - *Cidade e habitação social: o Estado Novo e o Programa das Casas Económicas em Lisboa.* Oeiras: Celta Editora, 1999, p. 5-7. Ver também TEIXEIRA, Manuel - As estratégias de habitação em Portugal, 1880-1940. *Análise Social.* Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa. Vol. XXVIII Nº115 (1992), p. 66-67.

planeado para satisfazer tanta procura e nem sequer a população mais pobre reunia as condições necessárias para recorrer ao mesmo. Apesar de algumas iniciativas concretizadas com a criação dos Bairros Operários, o resultado, a prazo, foi a saturação dos bairros tradicionais do centro urbano e das zonas mais antigas e arruinadas da cidade. Progressivamente a improvisação e a livre iniciativa para construir abrigos familiares, deu lugar à germinação de bairros degradados, segregados da urbe cosmopolita, que se tornaram pólos de vida miseráveis, insalubres, de insegurança e de pobreza extrema.[10]

Desde o fim do século, que se faziam ouvir ecos de preocupação na imprensa e no Parlamento, face às condições degradantes de habitação que germinavam em cada vez maior número nas duas maiores cidades do país, Lisboa e Porto.

Deste modo, o reconhecimento e o desafio pelas políticas públicas para a afetação de recursos, numa perspetiva económica do planeamento urbano, de integração e coesão das populações e da melhoria do tecido habitacional conduziram, no âmbito de uma política de habitação, enquadrada pelo Decreto-Lei n.º 4137 de 24 de Abril de 1918, à criação do programa dos Bairros Sociais.[11]

A partir de 1926, com a implantação do Estado Novo, o problema da habitação das classes desfavorecidas é objeto de nova atenção. Até ao fim da década de 1940, a política de habitação social do Estado Novo seguiu uma tripla orientação político-ideológica refletida nos vários programas que se desenharam: a moradia unifamiliar, como forma de reprodução e conservação da ordem social e moral, pilar do Estado Novo (veja-se a redação do Artigo 11º da Constituição de 1933, "o Estado assegura a constituição e defesa da família, como fonte conservação e desenvolvimento da raça, como base primária da educação, da disciplina e harmonia social, e como fundamento de toda a ordem política pela sua agregação e representação na freguesia e no município", e do Nº1 do Artigo 13°, "em ordem à defesa da família pertence ao Estado e autarquias locais: favorecer a constituição de lares independentes e em condições de salubridade, e a instituição do casal de família", e ainda o artigo 4.° do Decreto-Lei n° 16 005, de 22 de outubro de 1928: "Os bairros ou grupos de casas económicas serão por via de regra constituídos por casas isoladas para uma família"); a defesa da instituição familiar aliada a uma ótica natalista; e a existência de diferentes categorias de casas económicas estabelecia a hierarquização social da malha urbana.[12]

[10] Sobre os problemas inerentes ao crescimento demográfico, ver BAPTISTA, Luís, *op. cit.*, p. 7-11. Ver igualmente, TEIXEIRA, Manuel, *op. cit.*, p. 65.

[11] Ver a excelente síntese em BAPTISTA, Luís, *op. cit.*, p. 47-81. Em complemento, CACHADO, Rita Ávila - O programa especial de realojamento: ambiente histórico, político e social. *Análise Social.* Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa. Vol. XLVIII Nº 206 (2013), p. 138. Ainda sobre este período, ver PEREIRA, Márcia Andreia Guedes - Génese, evolução e tipologia da habitação social no concelho de Coimbra. Lisboa: [s.n.], 2010. Dissertação de Mestrado em Geografia – Gestão do Território e Urbanismo apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, p. 24-25. Sobre o período anterior à implantação da República, ver TEIXEIRA, Manuel, *op. cit.*, p. 67-75. Um bom resumo da correlação entre os problemas sociais e políticos, durante a 1ª República, nomeadamente o papel dos movimentos sindicalistas, pode ler-se no mesmo artigo, p. 76-78.

[12] MATOS, Fátima Loureiro de - Os bairros sociais no espaço urbano do Porto: 1901-1956. *Análise Social.* Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa. Vol. XXIX Nº 127 (1994), p. 686. A propósito do enunciado da Constituição de 1933, a autora refere o Artigo 14º, quando o correto é o Artigo 13º. Veja-se ainda a Constituição da República Portuguesa de 11 de abril de 1933, publicado no Diário do Governo, de 22 de fevereiro de 1933. Ver igualmente TEIXEIRA, Manuel, *op. cit.*, p. 78-ss.

As consequências da aplicação da referida política urbana, ou seja, a implementação de uma representação social a inscrever territorialmente, prolongaram o espaço urbano enquanto unidade espacial onde a segregação, em vez de casuística e mitigada, continuou a ser praticada oficialmente, pela qualificação hierarquizada das habitações.

Desta forma, aplicaram-se vários programas habitacionais ambiciosos, contudo, de eficácia duvidosa e concretização lenta, apesar de uma propaganda de louvor com difusão na comunicação social. Em 1933 iniciou-se o Programa das Casas Económicas,[13] de propriedade resolúvel e responsabilidade do Estado, construções unifamiliares de um ou dois pisos, isoladas ou geminadas, aglomeradas em bairros recorrendo à imagem das vilas rurais, construídas em alvenaria e telha, dirigido a famílias de funcionários públicos e trabalhadores filiados nos sindicatos nacionais patrocinados pelo regime. Pelo estipulado no Decreto-Lei n° 23 052, de 23 de setembro de 1933, e através do Ministério das Obras Públicas e da Secção de Casas Económicas do Instituto Nacional do Trabalho e Previdência proporcionou-se a "concessão de facilidades na aquisição de terrenos, isenção de impostos e empréstimos com taxas de juro baixas, amortizáveis a longo prazo".[14] Corporizava-se deste modo a ideologia do Estado Novo quanto à família, "favorecer a constituição de lares independentes e em condições de salubridade, e a instituição do casal de família", tomando "todas as providências no sentido de evitar a corrupção dos costumes".[15] Ou seja, o "modelo formal, e o regime de propriedade que lhe estava associado, adequava-se à política oficial de tornar cada família portuguesa a proprietária da sua própria casa e, ao mesmo tempo, prevenia o que o regime considerava as "perigosas" concentrações de trabalhadores em blocos de habitação coletiva".[16]

Em 1938, através do Decreto-Lei n.º 28 912, de 12 de agosto de 1938, anuncia-se o Programa das Casas Desmontáveis, dirigido às famílias impossibilitadas em aceder ao anterior Programa das Casas Económicas.[17] Com intervenção do Ministro das Obras Públicas e Comunicações Duarte Pacheco, estas casas seriam "construídas e mobiladas em harmonia com os projetos aprovados pelo Governo e agrupadas no máximo de três bairros, segundo as disponibilidades de terreno e as conveniências de ordem demográfica e social que em cada caso se apresentem".[18] A linha programática era de cariz provisório e transitório (a 10 ou 15 anos). As casas, assemelhando-se a pré-fabricados de dimensões exíguas construídas em fibrocimento e madeira, teriam "instalações de água e esgotos e serão entregues aos seus habitantes completamente mobiladas".[19] Da mesma forma, estes bairros

[13] BAPTISTA, Luís, *op. cit.*, p. 83-121.

[14] MATOS, Fátima Loureiro de, *op. cit.*, p. 687. Entre 1933 e 1940, o Programa das Casas Económicas construiu 2718 fogos. Em Lisboa construíram-se três novos bairros: Alto da Ajuda, Alto da Serafina e Belém. No Porto, foram construídos os bairros do Ilhéu, Condominhas, Ameal, Azenha, Paranhos e Ramalde. Noutras cidades (Braga, Bragança, Olhão, Portimão, Viana do Castelo, Vila Viçosa, São João da Madeira) foi construído um total de 496 casas. Ver TEIXEIRA, Manuel, *op. cit.*, p. 81.

[15] Nº 1 e Nº 5 do Artigo 13º da Constituição da República Portuguesa de 11 de abril de 1933.

[16] TEIXEIRA, Manuel, *op. cit.*, p. 80.

[17] Nas décadas subsequentes, outros programas entrariam em marcha, mercê do agravamento do problema e da incapacidade na sua resolução. A partir dos anos 1940, e prolongando-se nas décadas seguintes, foram criados em colaboração com as Caixas de Previdência, os programas "Casas para Famílias Pobres", "Casas de Renda Económica", "Casas de Renda Limitada" e "Casas para Pescadores".

[18] Artigo 10º do D.L. n° 28 912.

[19] D.L. n° 28 912, p. 1199.

seriam "devidamente urbanizados, embora com a maior simplicidade, dotados de redes gerais de água, esgotos e iluminação, e neles se construirão também, com os mesmos materiais das casas, escola, templo, sala de reuniões e festas, lugares para vendas, recreios para crianças e centro de educação moral e social".[20]

A população alvo estava claramente identificada, um estrato da população urbana muito pobre e sem recursos económicos de monte, habitantes de bairros de barracas em circunstâncias muito degradadas e graves, clandestinas e sem salubridade, em condições muito deficientes de higiene e saúde. Através do Programa das Casas Desmontáveis, estas famílias seriam realojadas provisoriamente até estar feita, "por meio de dedicada e intensa ação social, a seleção dos chefes de família que possam usufruir os benefícios das casas económicas".[21]

É pois através da materialização do Programa das Casas Desmontáveis que alguns bairros de barracas em Lisboa são demolidos, como foi o caso do mal-afamado núcleo do Bairro das Minhocas, localizado na zona do Rego, com a sua população realojada nas 500 casas do novo Bairro da Quinta da Calçada. Objeto de encomiástica propaganda aquando da sua inauguração, o novo bairro foi descrito de "casinhas brancas e higiénicas, felizes e alegres" pela propaganda governamental, ao contraponto violento com as "espeluncas infectas e mal cheirosas" do Bairro das Minhocas.[22] Dois dias depois da inauguração oficial, a 7 de fevereiro de 1939, o presidente da Câmara Municipal de Lisboa, Eduardo Rodrigues de Carvalho, e o Ministro das Obras Públicas do governo, Engº Duarte Pacheco, visitaram novamente o bairro, num prolongamento da cerimónia inaugural. A repercussão na imprensa da época fez eco da solenidade e importância da ocasião. O jornal *A Voz* escreveu em subtítulo "Numa tocante cerimónia o Sr. Engº, Duarte Pacheco exalta o esforço dos realizadores dessa notável obra social".[23]

4. O ÁLBUM *BAIRROS MISERÁVEIS: BAIRRO DAS MINHOCAS E SUA SUBSTITUIÇÃO PELO BAIRRO DA QUINTA DA CALÇADA*

Reforçando o que foi dito na introdução, o álbum de fotografias, objeto deste estudo, será com elevada probabilidade da autoria de Eduardo Portugal. De salientar que no mesmo não se encontra referenciado como sendo da sua autoria, ainda assim, existe um conjunto de indícios que permitem sustentar a hipótese. A maioria da documentação fotográfica que o compõe é dele. Além disso a existência de livros de registo com anotações de informações sobre parte das fotografias presentes no álbum, tais como, locais, perspetivas, dia, ano e por vezes até hora do momento em que as mesmas foram realizadas também provam que esses trabalhos foram realizados por si. Há ainda uma encomenda que a Câmara Municipal de Lisboa solicitou ao fotógrafo para que registasse as alterações urbanísticas na cidade de lisboa, em colaboração com o Departamento de Urbanismo do município e a

[20] D.L. n° 28 912, p. 1199.

[21] Ver a redação do Artigo 1º, § 1º do D.L. n° 28 912. Sobre a seleção social dos destinatários às casas económicas, ver BAPTISTA, Luís, *op. cit.*, p. 125-135. Ver também CACHADO, Rita Ávila, *op. cit.*, p. 138, e TEIXEIRA, Manuel, *op. cit.*, p. 81.

[22] Folheto de propaganda encartado na *Revista Municipal* Nº 5, 1940.

[23] Jornal *A Voz*, 8 de fevereiro de 1939.

existência de parte das fotografias do álbum num artigo de propaganda a propósito da inauguração do Bairro da Quinta da Calçada, presente numa publicação da Câmara Municipal de Lisboa.

Embora não esteja explícita a data de realização do álbum nas suas páginas, da observação das fotografias constituintes, uma vez que as mais tardias são de 1944, o álbum poderá ter sido finalizado numa data posterior embora muito próxima.

Tendo presente a noção formulada por Susan Sontag de que a atividade humana de colecionar remete para uma classificação e catalogação temática, por forma a produzir um tipo de conhecimento selecionado, e que à coleção de fotografias de lugares e espaços está subjacente uma tentativa de lhes dar visibilidade,[24] vejamos então as características do álbum de fotografias *Bairros miseráveis: "Bairro das Minhocas" e sua substituição pelo Bairro da Quinta da Calçada*.

A – CARATERIZAÇÃO FÍSICA DO ÁLBUM

Descrevendo fisicamente o álbum, ou seja, caracterizando-o no seu todo enquanto objeto narrativo, em relação com os seus elementos constituintes, apura-se o seguinte:

Quanto à forma, o álbum tem 27 páginas, onde se inclui a capa, orientadas na perspetiva paisagem (ao baixo). O álbum está paginado sequencialmente, com duas sucessões numéricas diferentes – reflexo possível de diferentes catalogações e tratamento arquivístico, quiçá do próprio autor. As páginas estão duplamente perfuradas no lado esquerdo, sinal de terem sido reunidas e mantidas em pasta.

À exceção da capa, nas páginas encontram-se distribuídas um total de 96 fotografias, 6 das quais são repetidas. As fotografias são monocromáticas e têm vários formatos, sendo os mais comuns, o 9x12 cm, 9x14 cm e 10x15 cm. Todas as fotografias apresentam um número de identificação aposto em carimbo no papel de suporte, e ao seu canto superior esquerdo.

Quanto ao conteúdo, a descrição pode-se dividir em três vertentes: as anotações inscritas nas páginas; os agrupamentos das fotografias por página; e a identificação dos temas representados.

As anotações são escritas a tinta, e fornecem informações sobre o conjunto temático da página, a localização dos lugares fotografados, por vezes com comentários, e a data em que presumivelmente foram realizadas. Os extremos cronológicos são entre 1938 e 1944.

O agrupamento de fotografias em cada página não é homogéneo, e oscila entre 2, 3, 4, 5, 6 e 8 fotografias por página. Contudo, a distribuição mais frequente é o agrupamento de 3 e 4 fotografias por página (13 páginas com

[24] SONTAG, Susan - *Ensaios sobre fotografia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004. p. 13.

grupos de 4 fotografias, e 7 páginas com agrupamentos de 3 fotografias). A disposição de 8 fotografias numa única página surge apenas uma vez.

Sobre os locais representados, as inscrições identificam os seguintes locais, por ordem sequencial: Bairro das Minhocas, Alto dos 7 Moinhos, Casal Ventoso, Santa Ana, Bairro da Boavista, Bairro da Quinta da Calçada, Estrangeira de Cima, Azinhaga das Murtas, zona norte – cemitério da Ajuda, e Bairro Dr. Oliveira Salazar.

O número de fotografias por cada local representado também não é homogéneo, verificando-se algumas disparidades. Seguindo novamente a paginação do álbum, o número de fotografias, e as páginas ocupadas por cada local, é o seguinte: Bairro das Minhocas (3 páginas, 11 fotografias); Bairro das Minhocas e Bairro Quinta da Calçada (1 p., 6 f., sendo 5 do Bairro das Minhocas e 1 fotografia do Bairro Quinta da Calçada); Alto dos 7 Moinhos (3 p., 12 f.); Casal Ventoso (1 p., 3 f.); Santa Ana (1 p., 4 f.); Bairro da Boavista (1 p., 3 f.); Bairro da Quinta da Calçada (2 p., 9 f.); Bairro da Minhocas e Bairro Quinta da Calçada (4 p.; 13 f.); Bairro da Quinta da Calçada (3 p., 12 f.); Bairro das Minhocas e Quinta da Calçada (1 p., 3 f.); Estrangeira de Cima (2 p., 7 f.); Azinhaga das Murtas (1 p., 4 f.); Zona norte ao Cemitério da Ajuda (2 p., 6 f.); Bairro Dr. Oliveira Salazar (1 p., 4 f.).

Importa ainda perceber a tipologia dos locais fotografados e o seu peso na totalidade do álbum, em função das fotografias que o constituem. Assim, as fotografias compreendem dois tipos de espaços urbanos: bairros degradados ou de barracas, e bairros de realojamento. Na primeira categoria englobam-se: o Bairro das Minhocas, o Alto dos 7 Moinhos, Casal Ventoso, Santa Ana, Estrangeira de Cima, Azinhaga das Murtas, e zona norte ao Cemitério da Ajuda. Os espaços representados de bairros de realojamento, ou em projeto para a sua construção, são: o Bairro da Quinta da Calçada, o Bairro Dr. Oliveira Salazar e um bairro que ainda viria a ser construído, o Bairro da Boavista. Ou seja, se atendermos ao rácio entre o número de fotografias e as páginas ocupadas por cada um destes locais, a preponderância é nítida, e justifica o título do álbum. O tema prioritário nas representações visuais que serve de suporte à existência do álbum, é a oposição entre o Bairro das Minhocas, um conhecido bairro de barracas que suscitava sérios debates públicos à época, em fase de demolição, e o Bairro da Quinta da Calçada, bairro de realojamento construído no âmbito do Programa das Casas Desmontáveis, para albergar a população daquele bairro.

B – A NARRATIVA DO BAIRRO DAS MINHOCAS VS. BAIRRO DA QUINTA DA CALÇADA

À luz da comparação entre os dois bairros, o de barracas a ser demolido e o de realojamento, já construído e pronto a ser o novo espaço de habitação para a população desalojada, várias considerações se podem tecer, tendo como linha condutora a organização das páginas, a composição das fotografias, a oposição de fotografias, e os temas selecionados e retratados, bem como, as anotações inscritas.

Para executar a comparação visual, Eduardo Portugal (e aqui assume-se a sua autoria) constrói uma narrativa com as composições das fotografias, complementada com legendas, que funcionam como comentários, com o objetivo de salientar determinados aspetos e condicionar a sua leitura. Esta narrativa visual pode-se dividir em quatro segmentos.

Num primeiro momento, é exposto o Bairro das Minhocas acentuando tudo o que tinha de negativo. A imprensa da época é taxativa e não deixa espaço para dúvidas quanto aos sentimentos que a existência do bairro criava na opinião pública. Num artigo de 21 de dezembro de 1930, no jornal *O Notícias Ilustrado*, o jornalista indignava-se com a existência do bairro, recorrendo a uma prosa virulenta para o descrever fisicamente, "um amontoado de casebres, em cuja construção entram os mais fantásticos materiais, desde o arco de pipa à lata de sardinhas", acrescentando de seguida que os habitantes viviam "num desconforto maior do que o do homem das cavernas!", não tendo dúvida de que a "promiscuidade horrível em que vivem aqueles seres gera monstruosidades morais".[25]

O mesmo sentimento pode ser descodificado no álbum de fotografia. Em 11 fotografias distribuídas por 3 páginas, as representações visuais expõem este espaço de barracas, dando relevo à fragilidade e pobreza das construções e às precárias condições de vida. As 11 fotografias mostram vários aspetos do Bairro das Minhocas, explicitamente indicados através das legendas, expondo as condições degradantes. Uma primeira fotografia exibe um "aspecto geral" do bairro, seguida de várias imagens de espaços públicos, como "uma entrada", "a *avenida*", "um *largo*", "o *colector geral*" ou "uma rua". Em todas estas fotografias está patente a desqualificação destes espaços, quer pela pobreza dos materiais empregues, quer pela desorganização das construções, ou ainda pela própria identificação entre aspas, que reforça em tom irónico o reconhecimento espacial que lhe são atribuídas. Da mesma forma, quatro destas legendas denunciam as condições insalubres, logo, o perigo de miasmas e doenças: "aqui desaguam os esgotos… ao ar livre", "por baixo das casas *moram* os animais domésticos", "as imundices escorrem", e o já referido "o *colector geral*", que mais não é que uma valeta ao ar livre onde circulam detritos domésticos.

Portanto, o que é exposto e proposto tem uma explícita carga negativa, a qual deriva das condições de vida miseráveis da população do Bairro das Minhocas. Recorde-se que este bairro era referenciado pelas entidades públicas, provando-o o texto do, já referido, Decreto-Lei n° 28 912, de 12 agosto de 1938, como um "dos piores "bairros de lata" existentes […] situados no coração da capital".[26] Sendo assim, era necessário "disciplinar a cidade" em nome da saúde coletiva, ocorrendo a normatização do espaço quer público quer privado fundamentalmente junto da população desfavorecida. A organização social existente nestes bairros degradados, que serviam de suporte e entreajuda aos residentes em momentos de crise, no decurso desse processo de normatização eram destruturadas.

Num segundo e breve momento (o desequilíbrio na composição é notório, já que esta página constitui uma exceção, contendo 8 fotografias numa única folha) mostram-se várias etapas numa sequência cronológica, entre 1939 e 1944, da vida do novo Bairro da Quinta da Calçada, construído na sequência do Programa das Casas Desmontáveis.

[25] Jornal *O Notícias Ilustrado*. Lisboa. Ano 3 Série 2 Nº 132 (21 de dezembro de 1930), p. 11.

[26] D.L. n° 28 912, p. 1199.

Figura 1 «uma entrada», Eduardo Portugal, 1938 (AML-F/CML)

Figura 2 «o "colector" geral», Eduardo Portugal, 1938 (AML-F/CML)

Com a finalização da construção, atingiu-se dois objetivos: por um lado, materializou-se o postulado nos decretos-leis que estavam subjacentes ao programa, ao mesmo tempo que se erradicou um dos mais emblemáticos bairros de barracas da capital. Recordemos que o Programa das Casas Desmontáveis era provisório, e em agosto de 1938, o D.L. atrás referido, propunha mesmo "porque não há-de inaugurar-se até outubro próximo um agrupamento de 500 casas que torne possível a imediata demolição do repugnante Bairro das Minhocas?".[27] Não o seria em 1938, mas sim, no ano seguinte.

As primeiras quatro fotografias, de 1939, remetem para a fase inicial de construção do bairro. As quatro fotografias seguintes referem-se a uma visita do presidente da Câmara Municipal de Lisboa, Álvaro de Salvação Barreto (identificado visualmente).

Num terceiro momento, é feita uma deliberada comparação visual de aspetos concretos entre os dois bairros, valorizando um (o Bairro da Quinta da Calçada), desvalorizando o outro (o Bairro das Minhocas). Quanto mais distantes e opostas fossem as imagens, mais eficaz seria o confronto, e mais evidentes as alterações ocorridas. Ou seja, em cada uma das folhas constrói-se uma dicotomia entre os dois mundos, coloca-se o miserável em contraste com o digno, a casa com a barraca, o insalubre com o higiénico, a doença com a saúde, o espontâneo com o planeado, o organizado com o caótico. No fundo, o antigo dava lugar ao moderno, a desordem à ordem. Este discurso visual ocupa cinco folhas e 16 fotografias em oposição, relacionando e acentuando o contraste entre aspetos urbanísticos dos dois bairros, tais como, a entrada, uma rua, habitações, vias e um largo.

O programa de realojamento proporcionava uma enorme melhoria das condições de vida daquela população, apesar das casas, como se viu, serem pequenas e feitas de madeira e fibrocimento. O bairro de barracas,

[27] D.L. n° 28 912, p. 1200.

Figura 3 «Visita do Presidente da C.M.L.», ao Bairro da Quinta da Calçada Eduardo Portugal, 1944 (AML-F/CML)

configurado de forma aleatória e sem planeamento, desaparece pela intervenção reguladora no novo espaço habitacional, ou seja, "reinventando os lugares e remodelando o sentido da colectividade".[28]

No último momento, que encerra a narrativa visual, são mostradas as valências do Bairro da Quinta da Calçada. São três folhas e 12 fotografias, datadas de 1939, como espaço digno, organizado, limpo, arejado, ajardinado, e recheado de equipamentos sociais, como a escola, mercado, lavadouro, posto médico, cantina ou o posto policial,[29] os quais dariam "inteira satisfação a toda a gente, no aspeto social, educativo e de habitação".[30] Sintomaticamente, a fotografia que encerra esta secção do álbum mostra a igreja do bairro, o espaço religioso, refúgio e garante da boa moral e bons costumes que o Estado Novo preconizava como valores essenciais da sociedade. A igreja surge ao centro da composição, uma analogia à estruturação simbólica do bairro.

Num folheto de propaganda ao Bairro da Quinta da Calçada, composto essencialmente por imagens e com uma pequena caixa de texto, todas estas ideias se cruzam com uma simplicidade gráfica mas eficaz. Neste folheto reencontram-se as fotografias de Eduardo Portugal, e todas, exceto uma delas, fazem parte do álbum *Bairros miseráveis: Bairro das Minhocas e sua substituição pelo Bairro da Quinta da Calçada*.

[28] BAPTISTA, Luís, *op. cit.*, p. 5. Sobre o processo de controlo social induzido no planeamento urbanístico, ver Idem, *Ibidem*, p. 135-147.

[29] Estes equipamentos estavam previstos de raiz no D.L. n° 28 912, p. 1200, que enquadrou a construção do programa.

[30] D.L. n° 28 912, p. 1200.

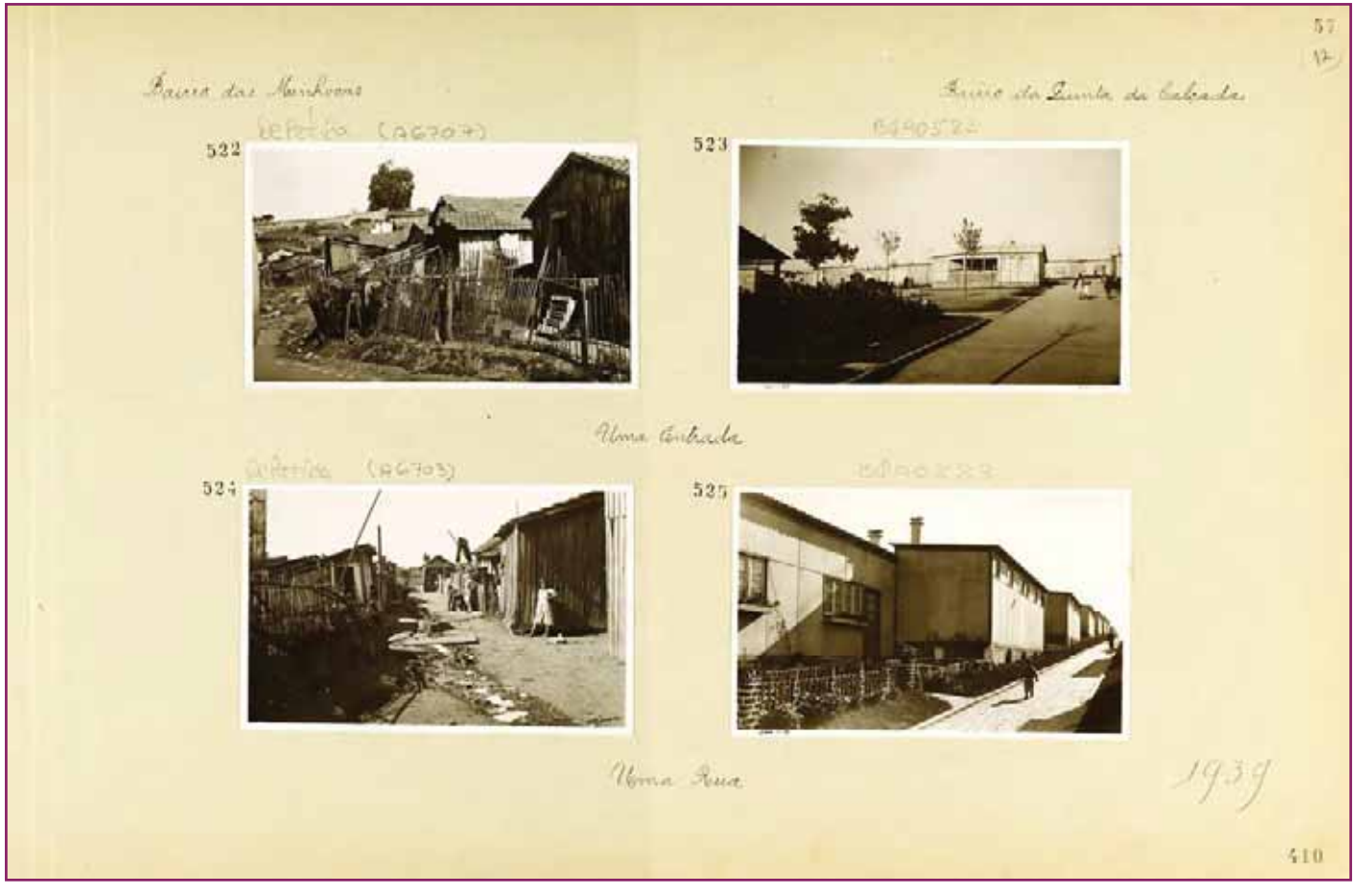


Figura 4 Página de comparação entre o Bairro das Minhocas e o Bairro da Quinta da Calçada, Eduardo Portugal, 1938-1939 (AML-F/CML)

No texto que acompanha as imagens complementa-se pela prosa o discurso visual. O novo bairro da Quinta da Calçada proposto pela propaganda de Estado como "obra de protecção aos pobres e, como tal, raio de sol que alegra os corações bem formados, bem merecendo a bênção de Deus".[31]

Para além dos equipamentos sociais e das próprias casas, torna-se evidente a ordenação territorial. As imagens mostram uma paisagem com praças, iluminação, pavimento, saneamento, jardins e árvores. Sobressai ainda outro aspeto desta ordenação, o relevo das linhas retas dos arruamentos, dos ângulos e esquinas, a pavimentação uniforme. A rutura completa-se.

[31] Folheto de propaganda encartado na *Revista Municipal*, nº 5, 1940.

Figura 5 Bairro da Quinta da Calçada, Eduardo Portugal, 1939 (AML-F/CML)

Figura 6 Bairro da Quinta da Calçada, Eduardo Portugal, 1939 (AML-F/CML)

Figura 7 – A igreja do Bairro da Quinta da Calçada, Eduardo Portugal, 1939 (AML-F/CML)

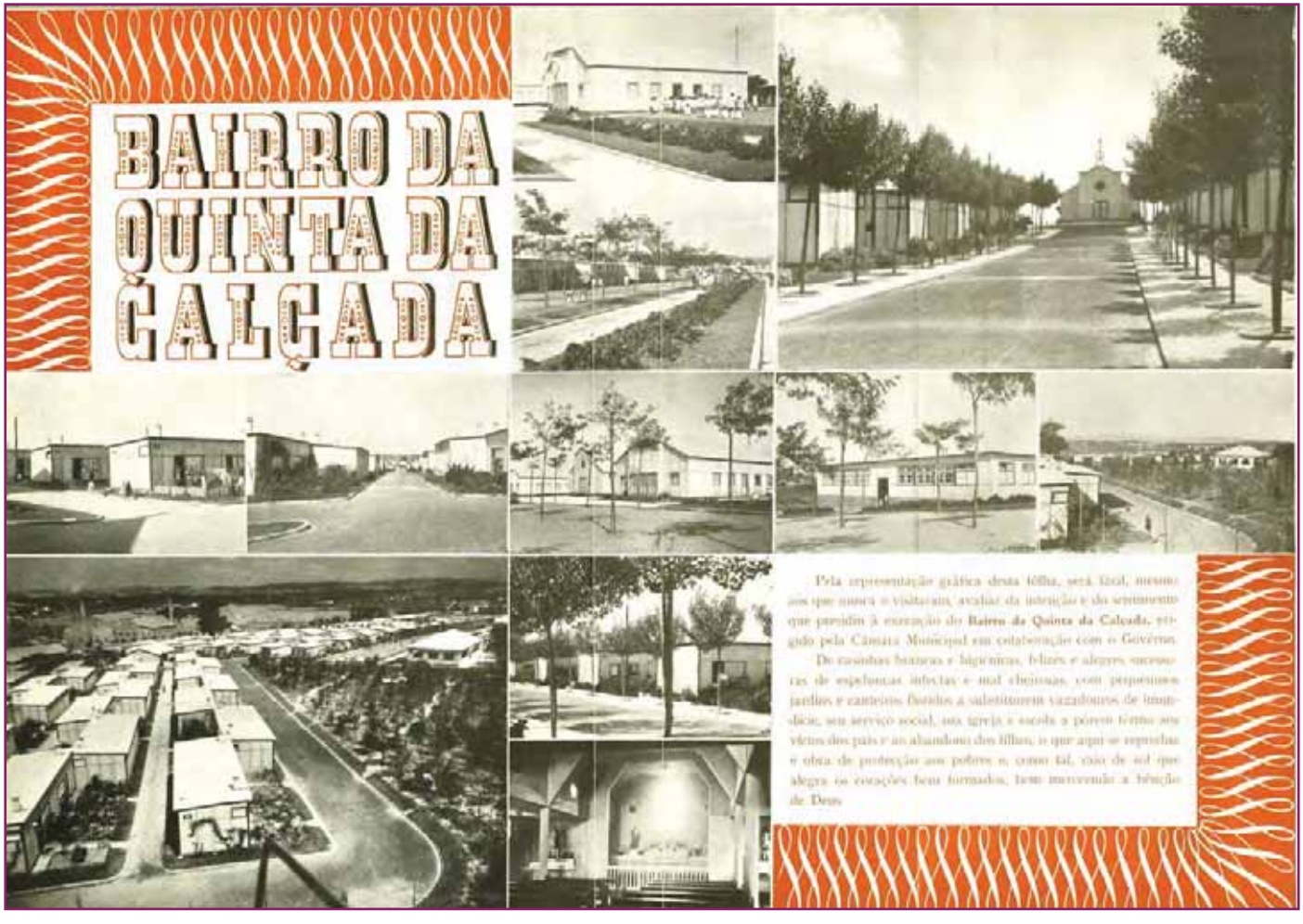


Figura 8 Folheto de propaganda ao Bairro da Quinta da Calçada, Encarte na Revista Municipal, nº 5, 1940.

C – NARRATIVAS COMPLEMENTARES

Para além das páginas que abordam o Bairro das Minhocas e o Bairro da Quinta da Calçada, as quais como se propõe são a temática principal, existem mais 12 páginas dedicadas a seis bairros degradados, um bairro de Casas Económicas, e um local em fase de projeto. As páginas mencionadas poderão ter sido elaboradas com o intuito de fornecerem um retrato visual de casos similares ao dos dois bairros da narrativa principal. Os bairros degradados representados são o Alto dos 7 Moinhos, o Casal Ventoso, o Santa Ana, o Estrangeira de Cima, a

Azinhaga das Murtas, e a zona norte ao Cemitério da Ajuda. O Bairro Dr. Oliveira Salazar e o futuro Bairro da Boavista (do qual a fotografia apenas mostra a zona planeada para a sua construção) são ambos de realojamento.

O motivo pelo qual estes bairros terem sido "merecedores" de representações fotográficas, poderá relacionar-se com o facto de constituírem situações semelhantes, que de alguma forma, mereceriam intervenções futuras para a sua demolição ou requalificação. Como se disse anteriormente, nada se sabe sobre as ideias subjacentes à realização do álbum, e porque o espaço e o tratamento que estas folhas mereceram é nitidamente inferior e menos cuidado no discurso e organização visual, poderá indicar ser fruto de um trabalho paralelo, quiçá da iniciativa do próprio Eduardo Portugal que pretendia desta forma, expor outras situações similares, embora não tão famigeradas como o Bairro das Minhocas.

Curiosa, e merecedora de alguma atenção, é a página onde surgem quatro fotografias do Bairro Dr. Oliveira Salazar. Este bairro era de uma tipologia completamente diferente dos bairros do Programa das Casas Desmontáveis. Com efeito, o Bairro Dr. Oliveira Salazar havia sido construído em 1938, data das fotografias, no âmbito do Programa das Casas Económicas regulado pelo mesmo Decreto-Lei n° 28 912, de 12 agosto de 1938. Por forma a combater o problema das habitações degradadas das zonas mais antigas da cidade, sobrelotadas de famílias de trabalhadores com poucos recursos económicos, as habitações foram desenhadas em pequenas moradias unifamiliares geminadas, e pretendiam alcançar "dezena de milhares de portugueses pobres que vai trocar os casebres imundos e infectos onde hoje se amontoam pelas confortáveis e higiénicas moradias próprias, cheias de ar, de luz e de alegria em que passam a viver".[32]

Futuramente, o programa pretendia ir ainda mais longe, e permitia que por iniciativa de múltiplas entidades fossem construídos bairros de moradias destinados "aos seus sócios, pensionistas, empregados e operários ao serviço de atividades representadas pelos organismos corporativos".[33] Ou seja, o Bairro Dr. Oliveira Salazar, que até havia sido batizado com o nome do presidente do Conselho, era uma obra de maior fôlego, definitiva e com um alcance e impacto previsivelmente mais duradouro que os realojamentos temporários.

Retomando a possível data de composição do álbum de fotografias, 1944, e a data da fotografia do bairro Dr. Oliveira Salazar, de 1938, supõe-se que a sua inclusão remetia para um grave problema, denunciava que nem tudo decorreria conforme o programado pelas instituições de governo.

Com efeito, numa discussão da Assembleia Nacional em 10 de fevereiro de 1942, o então deputado Salvação Barreto (e futuro presidente da Câmara Municipal de Lisboa) interpelava o presidente da assembleia a propósito do bairro e, citando um artigo do jornal *O Século* de agosto do ano anterior, afirmava "O bairro económico Dr. Oliveira Salazar, concluído há três anos, com habitações modernas para 152 famílias pobres, está em ruínas e

[32] D.L. n.° 28 912, p. 1198. Ver Baptista, *op. cit.*, p. 12-16, para uma exposição em torno da opção pelas moradias unifamiliares no período.

[33] D.L. n.° 28 912, p. 1199.

nunca foi habitado".[34] Ora, à data da execução ao álbum de fotografias, cerca de 1944, o problema certamente seria muito mais grave que em 1941 e 1942.

Eduardo Portugal ao ter elaborado uma página com três fotografias teria provavelmente a intenção de abordar o facto das casas ainda não terem sido entregues às famílias destinatárias, apresentando um processo de envelhecimento acelerado e degradação por via da falta de manutenção e abandono. O assunto deveria ser delicado, até porque, como Salvação Barreto havia salientado, o próprio nome do bairro, assim designado "com a prévia autorização necessária, [...] só por si, impõe que se tomem as resoluções indispensáveis para que cesse em curto prazo o injustificável abandono a que foi votado. Exige-o o bom senso e o decoro".[35]

Na altura da discussão parlamentar que se alude, a situação estaria mais grave do que as fotografias de Eduardo Portugal deixam perceber. Recorrendo novamente ao artigo de jornal de 1941, Barreto descrevia um quadro desolador:

> Causa mágoa ver como um bairro novo que nunca foi habitado se encontra atualmente. As paredes exteriores, que eram brancas, têm grandes manchas amarelas. A erva cresceu à vontade nos pátios e à beira dos arruamentos. A maioria das portas estão emperradas; as fechaduras não funcionam porque as comeu a ferrugem. Desapareceram torneiras e tubos. Muitas janelas não têm vidros. O mobiliário e material escolar estão cobertos de poeira. Algumas portas e janelas dos andares superiores foram arrancadas por ocasião do ciclone. Ao material médico foi dado outro destino.[36]

O quadro completa-se se atendermos ao facto de que já em 1939, um ano depois da construção do bairro, o problema estava em discussão entre entidades públicas.[37] Face a este raciocínio, tudo indica que o problema de degradação do Bairro Dr. Oliveira Salazar poderá ter sido a razão para a sua inclusão no álbum de fotografias *Bairros miseráveis: Bairro das Minhocas e sua substituição pelo Bairro da Quinta da Calçada*.

[34] Diário das Sessões n.º 12, Estado Novo, Assembleia Nacional, II Legislatura, Sessão Legislativa 04, número 123, de 10 de fevereiro de 1942, p.180.

[35] Idem, *Ibidem*.

[36] Idem, p.181.

[37] Recorrendo ainda ao peculiar discurso de Salvação Barreto na Assembleia Geral, o deputado referia ainda que "Aí por volta de 1939, a uma observação publicada sobre o assunto respondeu a Câmara Municipal de Lisboa, pelos seus Serviços Centrais, que "em breve" o Bairro seria entregue ao Instituto Nacional do Trabalho. Essa entrega não se fez, que eu saiba, até hoje", *Diário das Sessões* n.º 12, Estado Novo, Assembleia Nacional, II Legislatura, Sessão Legislativa 04, número 123, de 10 de fevereiro de 1942, p.180.

5. CONCLUSÃO

"É preciso acabar com a espantosa miséria do Bairro das Minhocas"[38]

"Morreu o Bairro das Minhocas, nasceu o Bairro da Quinta da Calçada" [39]

A primeira frase, em grandes parangonas, foi o título de um artigo de dupla página na imprensa, em 1930. Cerca de nove anos antes da demolição, o Bairro das Minhocas suscitava veementes alertas públicos que manifestavam uma indignação pela existência de um dos mais degradados bairros de barracas de Lisboa.

Ao longo do artigo, procurou-se estabelecer algumas relações de nexo entre o álbum de fotografias *Bairros miseráveis*, pertencente ao espólio de Eduardo Portugal, e os programas de construção de habitações económicas, os quais em Lisboa tiveram particular incidência.

Eduardo Portugal foi um fotógrafo que dedicou a maior parte do seu trabalho a fotografar aspetos da cultura e etnografia portuguesa, fotografias que foram quase sempre encaminhadas para publicações de cariz publicitário e propagandístico, editadas por organismos municipais e do governo, na divulgação de uma ideia de Portugal dirigida ao turismo.

O álbum *Bairros miseráveis: o Bairro das Minhocas e sua substituição pelo Bairro da Quinta da Calçada* "desvia-se" a este padrão de trabalho mais conhecido, contudo, enquadra-se na teia de relações pessoais que possuía junto da Câmara Municipal de Lisboa. No final da década de 1930, as autoridades centrais e municipais empenharam-se na criação de soluções para o problema da habitação degradada e sobre ocupada que assolava as maiores cidades nacionais. Dois programas foram elaborados e devidamente legislados – Casas Económicas e Casas Desmontáveis – de âmbito e populações alvo diferenciadas.

Apesar de não ter sido possível apurar, sem qualquer margem de dúvidas, a autoria do álbum, e o motivo ou finalidade da sua execução, é com elevada sustentabilidade que tenha sido do próprio Eduardo Portugal a ideia e a montagem das suas páginas, até porque a maioria das fotografias são da sua autoria. Terá sido uma encomenda oficial do executivo da Câmara, um projeto pessoal que efetuou com algum intuito posterior, ou um trabalho de suporte não oficial com destino a alguém? Não o sabemos. Mas devido a um conjunto de motivos – as ligações ao município, a cronologia dos programas de habitação, e das demolições e construções dos bairros, e ainda, a composição e organização interna do álbum – o motivo oscilará algures parcial ou totalmente neste fluxo de hipóteses.

[38] Artigo do jornal *O Notícias Ilustrado*. Lisboa. Ano 3 Série 2 Nº 132 (21 de dezembro de 1930), p. 10-11.

[39] Título de artigo no *Jornal de Notícias*, de 6 de fevereiro de 1939.

A narrativa visual do álbum assenta, como se viu, no eixo principal da representação do novo Bairro da Quinta da Calçada, construído de raiz no âmbito do Programa das Casas Desmontáveis, por comparação ao Bairro das Minhocas, que seria demolido. Cuidadosa e deliberadamente elaborada, a narrativa mostra momentos chave deste eixo. Produz caracterizações, estabelece juízos, cria contraposições, dissemina sentidos, e ilustra uma ideia, em consonância com a doutrina de Estado, que estruturava todos os níveis de execução dos processos de transformação habitacional.

Tome-se como ponto de partida a proposição de Boris Kossoy, de que "As imagens técnicas tomam as imagens mentais reais. As fantasias da imaginação individual e do imaginário colectivo adquirem contornos nítidos e formas concretas através do testemunho fotográfico".[40]

E porque a imagem não é, nunca, neutral, assim se descodificou que, ao jogar com a visualidade e invisibilidade de espaços selecionados nos dois bairros, criou-se um discurso visual, concebido não apenas como ilustração das transformações urbanas operadas, mas também intrinsecamente configurado de modo a transmitir uma ideia e uma conceção social, económica, e política. De outro modo, subjacente aos contrastes, associações, comparações e confrontos na narrativa visual dos dois bairros, operava-se a transformação do espaço urbano, e com ela, a mudança, a regeneração e a ordenação, mas também o controlo e a criação de uma nova sociabilidade.

Recorrendo à segunda das frases acima citadas, o antigo e miserável morria, e o novo e ordenado, nascia. Era esse o sentido do título do álbum de fotografias, onde a noção de substituição, mudança e regeneração, unia na mesma frase o nome dos dois bairros.

[40] KOSSOY, Boris - Realidades e ficções na trama fotográfica. São Paulo: Ateliê Editorial, 2002. p. 140.

FONTES

Arquivo Municipal de Lisboa, álbum de fotografias *Bairros miseráveis: Bairro das Minhocas e sua substituição pelo Bairro da Quinta da Calçada.*

Legislação

Constituição da República Portuguesa de 11 de abril de 1933, publicado no Diário do Governo, de 22 de fevereiro de 1933 nos termos do Decreto-Lei n.º 22 241 da mesma data.

Decreto-Lei n.º 4137 de 24 de abril de 1918.

Decreto-Lei n.º 16 005, de 22 de outubro de 1928.

Decreto-Lei n° 23 052, de 23 de setembro de 1933.

Decreto-Lei n.°28 912, de 12 agosto de 1938.

Diário das Sessões n.º 12, Estado Novo, Assembleia Nacional, II Legislatura Sessão Legislativa 04, número 123, de 10 de fevereiro de 1942, pp.180-181.

Publicações periódicas

O Notícias Ilustrado. Lisboa. Ano 3 Série 2 Nº 132 (21 de dezembro de 1930), p. 10-11.

«Bairro da Quinta da Calçada», folheto de propaganda encartado na *Revista Municipal* nº 5, 1940.

Bibliografia

BAPTISTA, Luís - *Cidade e habitação social: o Estado Novo e o programa das casas económicas em Lisboa.* Oeiras: Celta Editora, 1999.

CASTELO BRANCO, Fernando - *Breve história da olisipografia.* Lisboa: Instituto de Cultura Portuguesa, 1980.

CACHADO, Rita Ávila - O programa especial de realojamento: ambiente histórico, político e social. *Análise Social.* Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa. Vol. XLVIII 1 Nº 206 (2013), p. 134-152.

GALANTAY, Ervin Y. - *Nuevas ciudades: de la antigüedad a nuestros dias.* Barcelona: Editorial Gustavo Gili, 1977.

HALL, Peter - *Cities of tomorrow: an intellectual history of urban planning and design in the twentieth century.* Oxford: Basil Blackwell, 1989.

KOSSOY, Boris - *Realidades e ficções na trama fotográfica.* São Paulo: Ateliê Editorial, 2002.

MATOS, Fátima Loureiro de - Os bairros sociais no espaço urbano do Porto: 1901-1956. *Análise Social.* Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa. Vol. XXIX 3 Nº 127 (1994), p. 677-695.

MOITA, Ana Paula; CORDA, Isabel - Eduardo Portugal (1900-1958). *Cadernos do Arquivo Municipal.* Lisboa: Câmara Municipal. Nº 9 (2007), p. 220-236.

MOITA, Ana Paula; CORDA, Isabel - Eduardo Portugal (1900-1958). In *Eduardo Portugal: catálogo.* Lisboa: Câmara Municipal, 2014. p. 17-32.

PAVÃO, Luís - O espólio de Eduardo Portugal. *Cadernos do Arquivo Municipal.* Lisboa: Câmara Municipal. Nº 9 (2007), p. 238-251.

PAVÃO, Luís - O espólio de Eduardo Portugal. In *Eduardo Portugal: catálogo.* Lisboa: Câmara Municipal, 2014. p. 33-65.

PEREIRA, Márcia Andreia Guedes - *Génese, evolução e tipologia da habitação social no concelho de Coimbra.* Lisboa: [s.n.], 2010. Dissertação de Mestrado em Geografia – Gestão do Território e Urbanismo apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

SONTAG, Susan - *Ensaios sobre fotografia.* São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

TEIXEIRA, Manuel - As estratégias de habitação em Portugal, 1880-1940. *Análise Social.* Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa. Vol. XXVIII 1 Nº 115 (1992), p. 65-89.

Normas

Os Cadernos do Arquivo Municipal são uma revista científica de periodicidade semestral, com artigos sujeitos a avaliação por uma Comissão Externa de Avaliadores. Seguem uma política de livre acesso, permitindo a leitura, cópia, distribuição, impressão, pesquisa e ligação para o texto integral dos seus artigos.

Com esta publicação pretende-se reforçar o papel do Arquivo Municipal de Lisboa junto da comunidade científica através da divulgação de estudos académicos, projetos de investigação e fontes de pesquisa que tenham por base o seu acervo documental.

Organização Técnica da Publicação

Os Cadernos do Arquivo Municipal têm como diretor o responsável pelo Arquivo da Câmara Municipal de Lisboa ou quem detenha as competências que lhe são atribuídas. É da sua responsabilidade garantir a publicação da revista de acordo com a periodicidade pré-estabelecida, assim como o cumprimento das normas determinadas para os Cadernos. O diretor delega no Conselho Editorial da revista a função executiva inerente à edição da publicação.

O Conselho Editorial é o responsável pela política editorial da publicação e é constituído no mínimo por quatro elementos que pertencem ao Arquivo Municipal, escolhidos pelo diretor, podendo ser alargado a outros membros externos à instituição. Os elementos do Conselho Editorial devem possuir o título de mestre ou doutor.

Como órgão de natureza consultiva, conferindo acreditação científica à publicação, o Conselho Científico dos Cadernos é constituído por investigadores doutorados, de reconhecido mérito e com elevada experiência em publicações científicas, convidados pela direção do Arquivo Municipal de Lisboa. Aos seus membros compete validar a política editorial dos Cadernos, avaliando a escolha do coordenador científico, do tema e das linhas orientadoras de cada número; propor autores e revisores; sugerir coordenadores científicos e temas a estudar; e promover a divulgação da publicação.

Para cada número é convidado um Coordenador Científico, a quem compete definir a temática e as linhas orientadoras da publicação, convidar autores para a apresentação de artigos científicos, propor ao Conselho Editorial novos avaliadores e proceder à apreciação e seleção prévia dos artigos recebidos por candidatura espontânea.

Todos os artigos passam por um processo de revisão anónima efetuado pelo menos por dois membros da Comissão Externa de Avaliadores. Este órgão é constituído por um painel de investigadores de reconhecido mérito, de diversas áreas científicas, provenientes de instituições nacionais e estrangeiras. Compete aos seus membros proceder à revisão e validação dos artigos propostos para publicação, apontar alterações e sugestões de melhoria e garantir a qualidade dos artigos publicados. Os revisores não têm acesso a qualquer informação que identifique os autores, sendo todos os contactos assegurados pelo Conselho Editorial. Poderão ser convidados novos investigadores a integrar a comissão se a especificidade temática dos artigos propostos para publicação assim o exigir. Aos revisores é facultada uma ficha onde registam os seus comentários e sugestões (ver anexo).

Normas de redação e instruções aos autores

Os artigos propostos para publicação são submetidos a um processo editorial que se desenvolve em várias fases, sendo esta submissão e respetivos procedimentos gratuitos. Em primeiro lugar, os artigos recebidos são objeto de uma avaliação preliminar por parte dos membros do Conselho Editorial e do Coordenador Científico responsável por cada número da revista. Uma vez estabelecido que o artigo cumpre os requisitos formais e os temáticos, são enviados a dois revisores externos que determinarão de forma anónima: a) publicar sem alterações, b) publicar depois de se terem cumprido correções menores, c) publicar se for efetuada

uma revisão de fundo, ou d) recusar. Em caso de discrepância entre as duas revisões, o artigo será enviado a um terceiro revisor, cuja decisão determinará a sua publicação ou não. O resultado do processo de arbitragem será inapelável em todos os casos.

Os artigos que se proponham para publicação nos Cadernos do Arquivo Municipal deverão ser originais, inéditos e não estar simultaneamente propostos para integrar outra revista (ver declaração de autorização para publicação). A ocorrência de plágio implica a exclusão imediata.

Os artigos podem incluir temas diversificados, devendo a documentação à guarda do Arquivo Municipal de Lisboa contribuir para a fundamentação da argumentação científica.

Os artigos podem ser redigidos em português, segundo o novo acordo ortográfico, em espanhol, francês ou inglês.

Os artigos devem ser apresentados em formato digital, com tamanho A4 e datilografados em ficheiro Word, com tipo de letra Times New Roman, número 12 e espaço 1,5 entre linhas.

O artigo deve incluir: a) título e subtítulo (se aplicável), em português e inglês; b) nome completo do autor, sem abreviaturas; c) notas curriculares do autor (máximo 80 palavras) e endereço eletrónico; d) resumo com o máximo de 150 palavras, em português e inglês; e) até 5 palavras-chave que caracterizem o conteúdo do artigo, em português e inglês; f) texto no máximo com 25 páginas (cerca de 40000 caracteres); g) índice de todas as ilustrações (imagens, tabelas, etc.) numeradas sequencialmente, com legenda associada, e menção ao seu local exato a inserir no texto; h) citações e referências a autores em notas de pé de página, que, como outras notas, deverão ser reduzidas em número e dimensão; i) citações de documentos ou textos até três linhas no corpo do texto, entre aspas; j) citações com mais de três linhas em parágrafo próprio, destacado do corpo do texto, em tamanho 11 e com recuo de 1,25 cm à esquerda, sem aspas e a espaço simples; k) bibliografia no final do texto, organizada de acordo com a Norma Portuguesa (NP 405-1, 2, 3 e 4), mencionando todos os autores citados ao longo do texto (ver em anexo exemplos); l) no caso de serem introduzidas citações de documentos históricos, as transcrições paleográficas devem seguir as normas definidas pelo Arquivo Municipal de Lisboa (ver anexo).

Os artigos devem ter no máximo 10 imagens, podendo este número ser alterado pelo Conselho Editorial, sempre que se justifique.

As imagens provenientes do acervo do Arquivo Municipal de Lisboa podem ser utilizadas conforme disponíveis no *website*. No momento da preparação da edição as imagens serão substituídas por outras de melhor resolução.

As imagens que não pertencem ao acervo do Arquivo Municipal de Lisboa deverão ser entregues em formato digital JPEG ou TIF, com uma resolução mínima de 300 dpi para uma dimensão igual à largura da mancha (12,4 cm).

Os direitos sobre as imagens que não sejam reproduções relativas ao acervo do Arquivo são da exclusiva responsabilidade dos autores. As imagens somente serão publicadas mediante o envio do comprovativo para o Conselho Editorial da autorização de publicação.

A revista Cadernos do Arquivo Municipal requer que os autores concedam a propriedade dos direitos de autor, para que os seus artigos sejam reproduzidos, publicados, editados e transmitidos publicamente em qualquer plataforma ou meio. A aceitação de um artigo supõe a transmissão dos direitos de publicação do autor para o editor da Revista (ver anexo).

ANEXOS

Resumo das normas para elaboração de referências bibliográficas

As referências bibliográficas devem ser apresentadas de acordo com a Norma Portuguesa 405-1, 2, 3 e 4. Apresentam-se alguns exemplos relativos às situações mais comuns. Para outras referências deverá ser consultada a respetiva norma.

Monografias

APELIDO, Nome – *Título*. Edição. Local da publicação: Editor, Ano de publicação. Volumes.

Ex.: SEQUEIRA, Gustavo de Matos – *O Carmo e a Trindade.* Lisboa: Publicações Culturais da Câmara Municipal, 1939-1941. 3 vol.

CASTILHO, Júlio de – *Lisboa antiga: bairros orientais.* 4ª ed. Lisboa: Sociedade Tipográfica, 1981.

Contribuições em monografias / atas de congressos

APELIDO, Nome – Título da parte ou do volume. In APELIDO, nome(do autor , coordenador ou diretor do livro) – *Título do livro.* Edição. Local de publicação: Editor, Ano de publicação. Localização no livro (p.).

Ex.: CAETANO, Joaquim - O Aqueduto das Águas Livres. In MOITA, Irisalva (coord.) – *O livro de Lisboa.* Lisboa: Livros Horizonte, 1994. p. 293-312.

Artigos em publicações em série (revistas, jornais)

APELIDO, Nome – Título do artigo. *Título da publicação.* Local de publicação: Editor. Volume (vol.) Número (Nº) Ano de publicação (algarismos entre parêntesis), Localização na publicação (p.).

Ex.: GIULIANO, Frédéric – La référence en archives au XXI siècle: l´impact du numérique sur le travail de référencier: état des lieux. *Archives.* Québec: Association des Archivistes. Vol. 43 Nº 1 (2011-2012), p. 3-18.

FERREIRA, Rosa Trindade – Quinta das Conchas. *Olisipo: boletim do grupo "Amigos de Lisboa".* Lisboa: [s.n.]. II Série Nº 26 (2007), p. 78-91.

Teses, dissertações e outras provas académicas

APELIDO, Nome – *Título.* Local: Editor, Ano. Nota suplementar (Tese de) .

Ex.: LEAL, Joana Cunha – Arquitectura privada: política e factos urbanos em Lisboa: da cidade pombalina à cidade liberal. Lisboa: [s.n.], 2005. Tese de doutoramento em História da Arte, apresentada à Universidade Nova de Lisboa.

Documentos eletrónicos (monografias, bases de dados)

APELIDO, Nome – *Título* [Em linha]. Local da edição: Editor, Ano de publicação [Consult. Data da Consulta]. Disponível na Internet: <URL: Endereço do acesso>.

Ex.: BRAGA, Joana - *Instrumentos de descrição dos fundos e colecções do Arquivo Nacional da Torre do Tombo* [Em linha]. Lisboa: Arquivo Nacional da Torre do Tombo, 2013 [Consult. 22.11.2013]. Disponível na Internet: http://antt.dgarq.gov.pt/files/2010/08/ID-2013-vfinal.pdf.

PORTUGAL. Biblioteca Nacional – *Porbase* [Em linha]. Lisboa: BNP, 1988- . [Consult. 10.02.2012]. Disponível na Internet: http:// porbase.bnportugal.pt/.

Artigos em publicações eletrónicas

APELIDO, Nome – Título. *Título da publicação em série* [Em linha]. Volume, Número (ano), Páginas. [Consult. Data da Consulta]. Disponível na Internet: Endereço do acesso.

Ex.: SANTOS, Vera - Intervenção arqueológica no Alto do Calvário, Miranda do Corvo: a necrópole rupestre. *Medievalista on-line* [Em linha]. 14 (julho-dezembro 2013), p. 1-37. [Consult. 04.12.2012]. Disponível na Internet: http://www2.fcsh.unl.pt/iem/medievalista/MEDIEVALISTA14/santos1405.html

Gravuras / Imagens

APELIDO, Nome – *Título.* Local de publicação: Editor, Ano de publicação. Designação específica: outras indicações físicas; dimensões e extensão do material.

Ex.: NEGREIROS, Almada – *Nós queremos um estado forte.* [Lisboa: s.n, 1933]. 1 cartaz: color.; 117x91 cm.

Manuscritos

Instituição, Fundo ou coleção, *título do livro ou documento*, localização no livro (f.).

Ex.: Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Chancelaria Régia, *D. João V*, Livro 115, f. 36.

ANTT, Tribunal do Santo Ofício - Inquisição de Lisboa, *Processo de José Ferreira*, proc. 314.

Documentação do Arquivo Municipal de Lisboa: exemplos

Arquivo Municipal de Lisboa, *Livro 3º de assentos do Senado*, f. 5-5v.

Arquivo Municipal de Lisboa, *Obra nº 32052*, Processo 5767/1ªREP/PG/1904, f. 2.

Arquivo Municipal de Lisboa, Eduardo Portugal, *Comemorações do Duplo Centenário - Exposição do Mundo Português*, PT/AMLSB/EDP/001560.

Arquivo Municipal de Lisboa, *Parque da Liberdade: plano geral*, PT/AMLSB/ CMLSB/UROB-PU/11/497.

Citações seguintes: AML, ….

Citações em nota:

1 APELIDO, Nome – *Título* (restantes elementos apresentados como nas referências bibliográficas)

Resumo das normas de transcrição paleográfica

Para a transcrição deverão ser seguidas, de um modo geral, as normas propostas por Eduardo Borges Nunes (*Álbum de Paleografia Portuguesa*. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, s.d.):

- Transcrever de seguida, respeitando a disposição original (títulos e parágrafos), com indicação de mudança de fólio. Ex: [f. 222];
- Respeito absoluto pela ortografia original do texto, mantendo maiúsculas e minúsculas, mas separando as palavras que estiverem no original unidas ou reunindo as sílabas ou letras de uma mesma palavra que se encontrem separadas;
- Conservar sem alteração o uso de u/v e i/j, nas letras simples, dobradas, etc.;
- Manter os antropónimos (apelativo + patronímico + apelido) incluindo Nomini Sacra e os topónimos;
- Manter os sinais diacríticos com significado fonético (acentos, cedilhas do ç e ę), mas não aos meramente gráficos;
- Manter a pontuação original, bem como a grafia e disposição das letras numerais, exceto o b que passa a v.;
- As abreviaturas resolvem-se tendo em conta a forma extensa usada pelo escriba, ou de uso na época, respeitando as variantes, no caso de mais do que uma forma extensa. As abreviaturas resolvem-se, com a indicação dos elementos ausentes a itálico. As abreviaturas de nasal resolvem-se em "m" ou "n", consoante a forma extensa, segundo o caso e a época. Nos ditongos e nas vogais antes de vogal de outra sílaba utiliza-se o til;
- As vogais geminadas monossilábicas tratam-se como vogais simples, levando o "m" ou o "n" e o til em ditongos;
- Separação simples de palavras ligadas entre si por crase ou elisão, sem uso de apóstrofo nem hífen:
- Acidentes de texto: omissão do autor/adição do editor:

<...>; erro do autor corrigido: em nota de rodapé; erro do autor não corrigido: [sic] e correção do editor em nota de rodapé; adições heterógrafas: transcrever em nota de rodapé; adições autógrafas na entrelinha: acrescentar entre <>; adições autógrafas na margem: tratar como as adições heterógrafas, mencionando por exemplo nota marginal à esquerda ou à direita ou à margem esquerda ou à margem direita; repetição não cancelada: eliminar e indicar em nota de rodapé; lacuna de suporte: resolvida [nnn] e não resolvida [...] ou (†); dúvida de leitura: ... (?).

Modelo de declaração de autorização para publicação

DECLARAÇÃO

Autor:

Título do artigo:

Autorizo a publicação do artigo acima mencionado nos Cadernos do Arquivo Municipal; confirmo a originalidade do mesmo e que não foi proposto para publicação em qualquer outra edição.

Local

Data

Assinatura

Ficha de avaliação dos artigos submetidos

FICHA DE REVISOR

Dados da proposta

Título:

Número:

Nome (do revisor):

Avaliação

a) Originalidade do tema

Insuficiente ☐ Suficiente ☐ Bom ☐ Muito Bom ☐

b) Relevância do tema

Insuficiente ☐ Suficiente ☐ Bom ☐ Muito Bom ☐

c) Coerência do tema

Insuficiente ☐ Suficiente ☐ Bom ☐ Muito Bom ☐

d) Profundidade do tema

Insuficiente ☐ Suficiente ☐ Bom ☐ Muito Bom ☐

e) Adequação do título, resumo, introdução e conclusões

Insuficiente ☐ Suficiente ☐ Bom ☐ Muito Bom ☐

f) Lógica da argumentação

Insuficiente ☐ Suficiente ☐ Bom ☐ Muito Bom ☐

g) Adequação dos métodos de investigação

Insuficiente ☐ Suficiente ☐ Bom ☐ Muito Bom ☐

h) Adequação da análise e interpretação de fontes

Insuficiente ☐ Suficiente ☐ Bom ☐ Muito Bom ☐

i) Rigor na análise e interpretação de fontes

Insuficiente ☐ Suficiente ☐ Bom ☐ Muito Bom ☐

Para mais informações relativas à política editorial desta publicação deverá ser consultado o regulamento em http://arquivomunicipal.cm-lisboa.pt/fotos/editor2/Cadernos/regulamento_editorial.pdf

Alterações propostas (obrigatórias)

Alterações propostas (secundárias)

Observações pertinentes

Apreciação Final

(a disponibilizar ao autor)

O texto pode ser publicado como foi apresentado

O texto pode ser publicado com pequenas correções

O texto pode ser publicado com consideráveis correções

O texto não deve ser publicado

Correções necessárias

Cadernos do Arquivo Municipal
Arquivo Municipal de Lisboa / Câmara Municipal de Lisboa
Telefone: 213 807 111
E-mail: am.cadernos@cm-lisboa.pt